RELATÓRIO FINAL

(Versão adotada pela Comissão)

Presidente: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)
Relator:    Deputado SARNEY FILHO (PV/MA)

28 de março de 2006
1. INTRODUÇÃO .............................................................................................................. 6

2. A ATUAL CPI DA BIOPIRATARIA – CPIBIOPI ................................................................. 7

2.1 CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO ....................................................................... 8

2.2 ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS ................................................................................. 8

2.3 FORMAS DE INVESTIGAÇÃO ....................................................................................... 10

3. TRABALHOS REALIZADOS .............................................................................................. 14

3.1. VIAGENS E DILIGÊNCIAS ........................................................................................... 14

3.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .......................................................................................... 16

1ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 24/11/04 ................................................................. 16
2ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 17/11/04 ................................................................. 26
3ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 23/11/04 ................................................................. 31
4ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 24/11/04 ................................................................. 38
5ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 01/12/04 ................................................................. 42
6ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 08/12/04 ................................................................. 47
7ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 15/12/04 ................................................................. 53
8ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 23/02/05 ................................................................. 58
9ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 02/03/05 ................................................................. 67
10ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 09/03/05 ................................................................. 71
11ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 16/03/05 ................................................................. 79
12ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 30/03/05 ................................................................. 86
13ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 06/04/05 ................................................................. 97
14ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 13/04/05 ................................................................. 102
15ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 27/04/05 ................................................................. 108
16ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 03/05/05 ................................................................. 117
17ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 04/05/05 ................................................................. 129
18ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 11/05/05 ................................................................. 133
19ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 18/05/05 ................................................................. 146
20ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 24/05/05 ................................................................. 154
21ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 25/05/05 ................................................................. 163
22ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 31/05/05 ................................................................. 164
23ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 07/06/05 ................................................................. 168
24ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 08/06/05 ................................................................. 174
25ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 14/06/05 ................................................................. 176
26ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 21/06/05 ................................................................. 183
27ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 30/06/05 ................................................................. 187
28ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 06/07/05 ................................................................. 190
29ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 12/07/05 ................................................................. 197
30ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 12/07/05 ................................................................. 200
31ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 04/08/05 ................................................................. 203
32ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 11/08/05 ................................................................. 207
33ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 18/08/05 ................................................................. 209
34ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 25/08/05 ................................................................. 218
35ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 01/09/05 ................................................................. 220
36ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 15/09/05 ................................................................. 223
37ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 29/09/05 ................................................................. 227
38ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 05/10/05 ................................................................. 231
39ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 19/10/05 ................................................................. 233
40ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 26/10/05 ................................................................. 237
41ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 09/11/05 ................................................................. 242
42ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 23/11/05 ................................................................. 246
43ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 30/11/05 ................................................................. 248
44ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 30/11/05 ................................................................. 248
45ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 30/11/05 ................................................................. 248
45ª Audiência Pública da CPIBIOP – 07/12/05 ................................................................. 250
46ª Audiência Pública da CPIBIOP – 08/03/06 ................................................................. 255
47ª Audiência Pública da CPIBIOP – 13/03/06 ................................................................. 258

3.3. CASOS INVESTIGADOS.......................................................................................... 262
3.3.1. Tráfico de Animais .......................................................... 262
3.3.1.1. Peixes Ornamentais .......................................................... 262
3.3.1.2. Zoológico e Criadouros .................................................. 266
3.3.1.3. Artesanato Indígena ...................................................... 275
3.3.1.4. Tráfico de Psitácideos na Região do Raso da Catarina e entorno – BA .... 285
3.3.2. Biopirataria .......................................................... 300
3.3.2.1. Instituto Butantan .......................................................... 300
3.3.2.2. Rã-da-castanha .......................................................... 301
3.3.2.3. ACT .......................................................... 304
3.3.2.4. Parque Chandless .......................................................... 316
3.3.2.5. Sangue Indígena .......................................................... 317
3.3.3. Exploração e Comércio Ilegais de Madeira .................................................. 320
3.3.3.1. Tráfico de Animais .......................................................... 320
3.3.3.2. FASE .......................................................... 323
3.3.3.3. FLONA de Três Barras .................................................. 325
3.3.3.4. Operação Curupira .......................................................... 328
3.3.3.5. Parque Nacional da Amazônia .............................................. 334
3.3.3.6. Exploração de Pau-Brasil .................................................. 338
3.3.3.7. Alteração de Multas no IBAMA ............................................. 353
3.3.3.8. Plano Safra Legal / Operação Picapau I ............................................. 356
3.3.3.9. Operação “Verde para Sempre” ............................................. 370

3.4. QUESTÕES INSTITUCIONAIS E LEGISLATIVAS................................................. 375
3.4.1. Dossiê RENCTAS .......................................................... 375
3.4.2. O Tráfico de Animais, os Criadouros e os Centros de Triagem ................. 382
3.4.3. Sistema de Controle do Transporte de Madeira ............................................. 386
3.4.4. Problemas de Ineficácia na Fiscalização e na Aplicação de Sanções Administrativas .............................................................. 390
3.4.5. A Interface entre a Questão Fundiária e os temas da CPI ................................................. 397
3.4.6. A Questão Indígena e a Biopirataria .................................................. 406
3.4.7. A Pesquisa Científica Estrangeira e a Biopirataria ............................................. 411
3.4.8. Acesso ao Patrimônio Genético .................................................. 433
3.4.9. O Termo de Ajustamento de Conduta .................................................. 435

4. CONCLUSÕES ........................................................................................................... 438

4.1. RECOMENDAÇÕES................................................................................................... 440
4.1.1. Recomendações da CPTRAFT .................................................. 440
4.1.2. Recomendações da CPIBIOP .................................................. 454
4.1.2.1. RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL .................................................. 455
a. Legislação .......................................................... 455
b. Políticas Públicas .......................................................... 456
b.1. Controle e Fiscalização Ambiental .................................................. 456
b.2. Ações de Cunho Social e Econômico .................................................. 459
b.3. Outras Ações de Caráter Geral .................................................. 460
4.1.2.2. TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES – Recomendações Específicas ................. 461
a. Legislação .......................................................... 461
b. Políticas Públicas .......................................................... 462
4.1.2.3. BIOPIRATARIA – Recomendações Específicas .................................................. 465
a. Legislação .......................................................... 465
b. Políticas Públicas .......................................................... 467
c. Ciência e Tecnologia .......................................................... 468
d. Relações Internacionais .......................................................... 469
4.1.2.4. EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA – Recomendações Específicas 471
a. Legislação .......................................................... 471
b. Políticas Públicas ................................................................. 472

4.2. PENDÊNCIAS ................................................................. 484

4.3. PROJETOS DE LEI .......................................................... 485

4.4. ENCAMINHAMENTOS ...................................................... 488

5. RELAÇÃO DOS ANEXOS .................................................... 491
Principais Siglas Utilizadas

ABA – Associação Brasileira de Archetários;
ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica;
ACT – Amazon Conservation Team;
ADM – Autorização de Desmatamento;
AESCA - Associação Estadual de Cooperação Agrícola;
AMMAPA – Associação Madeireira dos Municípios de Anapú e Pacajá;
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas;
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica;
CEMAVE – Centro Nacional de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres;
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira;
CESUPA – Centro Universitário do Pará;
CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético;
CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção;
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
COMURNAT – Confederação de Artesãos e Usuários de Recursos Naturais da França;
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
FUNAI – Fundação Nacional do Índio;
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico;
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial;
IPCI - International Pernambuco Conservation Initiative;
LPC – Lei de Proteção de Cultivares;
LPI – Lei da Propriedade Industrial;
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;
MMA – Ministério do Meio Ambiente;
MRE – Ministério das Relações Exteriores;
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;
OMC – Organização Mundial do Comércio;
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável;
PPBio – Programa de Pesquisa em Biodiversidade;
RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres;
SIPAM/SIVAM – Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia;
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente;
TRIPS – Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.
1. INTRODUÇÃO

Como é do conhecimento geral, o Brasil abriga altíssima diversidade biológica, sendo considerado o país mais megadiverso do mundo. No âmbito global, as florestas tropicais, apesar de ocuparem apenas cerca de 6% da superfície terrestre, provavelmente abrigam metade das espécies do Planeta. Em território nacional, grande parte dessa riqueza encontra-se presente nos biomas da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica. Numa análise superficial, portanto, apenas o potencial madeireiro e florístico e a fauna associada a essas florestas já seria um tesouro inigualável.

No caso de nosso País, acrescenta-se a essa diversidade biológica um outro fator que a potencializa ainda mais: a existência de populações nativas, sejam elas indígenas, ribeirinhas, caboclas, remanescentes quilombolas e outras mais. Dotadas de conhecimento por vezes milenar, tais populações desenvolvem práticas tradicionais de uso sustentável desses recursos naturais, aplicando os princípios ativos de certas substâncias para diversos fins, tais como o medicinal.

Desta forma, é plenamente compreensível que o somatório dessa riqueza biológica com o conhecimento tradicional desperte a cobiça por parte de indústrias madeireiras, farmacêuticas, de cosméticos e outras, além de colecionadores de animais. Mesmo atividades em tese despidas de interesse econômico, tais como a pesquisa científica e o serviço assistencial às populações locais, por vezes são postas sob suspeita por poderem ocultar intenções camufladas de acesso a esse patrimônio genético e ao conhecimento a ele associado.

Há vários anos é discutida no Congresso Nacional essa questão da biopirataria lato sensu, que engloba, portanto, a exploração e o comércio ilegais de madeira, o tráfico de animais e plantas silvestres e a biopirataria stricto sensu, entendida esta última como o acesso irregular ao patrimônio genético nacional e aos conhecimentos tradicionais associados. As discussões ocorrem com a realização de reuniões, audiências públicas e seminários ao longo do processo de tramitação de proposições relativas ao assunto, bem como no âmbito de comissões constituídas para essa finalidade específica, como é o caso das temporárias (externas, especiais ou de inquérito)
e daquelas integrantes das comissões permanentes, sobretudo as de Meio Ambiente e da Amazônia.

Entre essas últimas, pode-se destacar historicamente, no âmbito desta Câmara dos Deputados, a “Comissão Externa Criada para Apurar Denúncias de Exploração e Comercialização Ilegal de Plantas e Material Genético na Amazônia – Comissão da Biopirataria da Amazônia”. Tendo como presidente a Deputada Socorro Gomes e com relatório final editado em 18.11.1997, foi uma comissão pioneira, talvez a primeira a ser instalada nos parlamentos de todo o mundo para a discussão de tão polêmico tema.

Cita-se, ainda, a “Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Tráfico Ilegal de Animais e Plantas Silvestres da Fauna e da Flora Brasileiras – CPITRAFI”, constituída em 07/11/03 e com prazo final de funcionamento em 31/01/03, cujo relator foi o Deputado Sarney Filho. Esta, apesar de ter funcionado durante apenas três meses, efetuou relevantes investigações e produziu relatório final, que foi encaminhado a diversas instâncias para as providências pertinentes, o que também é objeto de avaliação em item posterior.

Desta forma, a atual “Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Tráfico de Animais e Plantas Silvestres Brasileiros, a Exploração e Comércio Ilegal de Madeira e a Biopirataria no País – CPIBIOPI” deu continuidade e ampliou o campo de investigação das comissões anteriores, em especial da CPITRAFI.

Convém lembrar que, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, as CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. Os arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Casa estabelecem as condições de criação e funcionamento das CPIs e definem, além do Ministério Público, outros destinatários de seu relatório final.

2.

3. A ATUAL CPI DA BIOPIRATARIA – CPIBIOPI
2.1 CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO

A CPIBIOPI, como o seu próprio nome indica, teve por objetivo “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País”.

Ela começou a se viabilizar a partir da aprovação, em 10/07/03, do Requerimento nº 24, de 2003, de autoria do Deputado Sarney Filho e outros (Anexo 02). Todavia, apenas em 01/04/04 um Ato da Presidência deu conhecimento ao Plenário da criação da Comissão e definiu que ela seria composta “por 22 (vinte e dois) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas (...)”. Tais membros foram designados por outro Ato da Presidência no dia de sua instalação, em 25/08/04, com a composição apresentada no Anexo 03, que também inclui um histórico das indicações e sua composição final.

2.2 ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A primeira reunião ordinária da CPIBIOPI ocorreu em 25/08/04, com a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Os primeiros requerimentos de convite ou convocação de depoentes só foram votados na reunião seguinte, em 15/09/04, quando também ocorreu a eleição do 1º e do 2º Vice-Presidentes, os Deputados Moacir Micheletto e Josué Bengtson, respectivamente. A eleição da 3ª Vice-Presidente, Deputada Perpétua Almeida, só ocorreu na terceira reunião ordinária, em 20/10/04, quando também foi discutido o roteiro dos trabalhos. A primeira audiência pública da Comissão ocorreu em 10/11/04, por ocasião da quarta reunião ordinária.

A partir daí, e conforme orientação do ilustre Presidente, a CPIBIOPI efetuou reuniões geralmente semanais, com paralisação dos trabalhos por ocasião dos recessos parlamentares. Até o mês de março de 2006, foram realizadas 56 reuniões ordinárias, das quais 47 audiências públicas, em que foram ouvidas 130 pessoas em sessões públicas, algumas
convidadas, outras convocadas como testemunhas, além daquelas ouvidas em reuniões reservadas.

Desde o início de seu funcionamento, a CPIBIOPI pautou-se por uma linha de ação mais investigativa e propositiva, com o objetivo de identificar os problemas e influenciar as políticas públicas nas três vertentes de atuação, e não de buscar a luz dos holofotes. Assim sendo, atitudes comumente direcionadas a atrair a atenção da mídia, tais como depoimentos bombásticos de personagens eminentes, prisões em flagrante, quebras de sigilo etc., foram, sempre que possível, substituídas por outras com resultados mais eficazes e duradouros, como investigações sigilosas, inquirição fundamentada dos depoentes, análise exaustiva da documentação, oitiva de depoimentos reservados, encaminhamento de denúncias ao Ministério Público etc.

Por ser o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o órgão federal executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, é natural que muitas das pessoas chamadas a depor estivessem ligadas a ele, direta ou diretamente. Foram convocados ou convidados desde simples técnicos até diretores e o próprio presidente do Instituto, estes últimos quando já se tinha uma gama maior de questionamentos a serem feitos. As denúncias recebidas, as investigações efetuadas e os depoimentos prestados perante a CPIBIOPI deixaram claras as inúmeras fragilidades na atuação quotidiana do IBAMA, conforme demonstrado em itens posteriores.

Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão debruçou-se longamente sobre o tema “extração e comércio ilegais de madeira”. Nesse campo, foram analisados o chamado Plano Safra Legal 2004, além de diversas operações envolvendo madeira, tais como a Curupira (no Mato Grosso), a Ashaninka (no Acre) e a Picapau I (no Pará), na Floresta Amazônica, bem como irregularidades na Floresta Nacional de Três Barras (em Santa Catarina). Ainda nessa vertente, a Comissão efetuou diligências para apurar a extração e o comércio ilegais de pau-brasil no Espírito Santo e na Bahia, em pleno domínio da Mata Atlântica.

Quanto ao tráfico de animais, a CPIBIOPI apurou, entre outras, as denúncias desse procedimento ilegal a partir de criadouros e
zoológicos, principalmente os de Goiânia e Brasília. Ênfase também foi dada ao tráfico de psitacídeos – alguns deles em extinção, como a arara-azul-de-lear – a partir da região do Raso da Catarina e entornos, na Bahia, Estado que é o maior celeiro nacional de aves, onde é encontrada quase metade das cerca de 1.700 espécies existentes no Brasil. Não custa lembrar que o tráfico internacional de animais é o terceiro mais rentável do mundo, perdendo apenas para os de armas e de drogas.

No que tange à biopirataria *stricto sensu*, ou seja, ao acesso irregular ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, a Comissão acompanhou as investigações levadas a efeito pela Polícia Federal quanto ao tráfico internacional de ovos de aranha e de artesanato indígena, apurou a atuação da organização não-governamental *Amazon Conservation Team* – ACT junto aos índios do Xingu e enviou esforços para a aprovação de algumas proposições a respeito da biopirataria em tramitação nesta Casa. Quanto a este último aspecto, não pôde ser analisado o projeto de lei do Poder Executivo sobre o tema, por não ter sido ele enviado ao Congresso Nacional antes do encerramento dos trabalhos da CPIBIOPi. Apesar disso, ao final deste relatório são apresentadas recomendações de caráter legislativo, como resultado de todas as investigações e discussões realizadas pela Comissão.

**2.3 FORMAS DE INVESTIGAÇÃO**

Durante o desenvolvimento de seus trabalhos, a CPIBIOPi efetuou investigações de diversas formas, tais como mediante a inquirição de convidados e testemunhas, a análise de documentação e a realização de viagens e diligências, entre outras.

Todas as pessoas que depuseram perante a Comissão em sessões públicas estão discriminadas a seguir. Já no site da CPIBIOPi ([www.camara.gov.br/comissões/CPIs/CPI_Biopirataria/Notas_Taquigráficas](http://www.camara.gov.br/comissões/CPIs/CPI_Biopirataria/Notas_Taquigráficas)) estão disponíveis, na sua íntegra, todos os depoimentos não reservados. Para facilitar a consulta, todavia, foi elaborada uma síntese de cada depoimento, apresentada em item posterior. Algumas pessoas depuseram em caráter reservado, razão pela qual não constam na listagem apresentada e,
logicamente, também não tiveram disponibilizados seus depoimentos e as respectivas sínteses.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Audit. Públ./</th>
<th>Data</th>
<th>Hora</th>
<th>Plenário</th>
<th>Depoente</th>
<th>Instituição</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Reun. Ord.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1ª/4ª</td>
<td>10/11/04</td>
<td>14h 04</td>
<td></td>
<td>Jorge Barbosa Pontes</td>
<td>Polícia Federal</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Michael Schmidlechner</td>
<td>ONG Amazonlink</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Frederico Mendes Arruda</td>
<td>Univ. Amazonas</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>João Paulo Capobianco</td>
<td>MMA/SBF</td>
</tr>
<tr>
<td>2ª/5ª</td>
<td>17/11/04</td>
<td>14h 08</td>
<td></td>
<td>Rodrigo Justus de Brito</td>
<td>FEMA/MT</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Frederico Gustavo Müller</td>
<td>Ex-Secr. MA/MT</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Roberto Smeraldi</td>
<td>ONG Amigos Terra</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>João Paulo Capobianco (cont.)</td>
<td>MMA/SBF</td>
</tr>
<tr>
<td>3ª/6ª</td>
<td>23/11/04</td>
<td>14h 15</td>
<td></td>
<td>Peter Mann de Toledo</td>
<td>Museu Emílio Goeldi</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Eliane Moreira</td>
<td>Cesupa</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Enney de Camargo</td>
<td>CNPq</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>24/11/04</td>
<td>14h 14</td>
<td></td>
<td>José Antônio Alves Gomes</td>
<td>NPA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Adalberto Luís Val</td>
<td>NPA</td>
</tr>
<tr>
<td>5ª/8ª</td>
<td>19/12/04</td>
<td>14h 13</td>
<td></td>
<td>Filipe de Moraes Teixeira</td>
<td>Embrapa</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Gonzalo Enriquez</td>
<td>Anprotec</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>08/12/04</td>
<td>14h 10</td>
<td></td>
<td>Rômulo Barreto Mello</td>
<td>BAMA/Fauna</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Ricardio Soavinski</td>
<td>BAMA/Fauna</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Denner Giovanini</td>
<td>Rencas</td>
</tr>
<tr>
<td>7ª/10ª</td>
<td>15/12/04</td>
<td>14h 11</td>
<td></td>
<td>Marcelo Pavlenco Chaves</td>
<td>ONG SOS Fauna</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Antônio Herman Benjamin</td>
<td>Procur. de Justiça</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Cel. Antônio Carlos Azevedo</td>
<td>Polícia Amb. do Pará</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>23/02/05</td>
<td>14h30 13</td>
<td></td>
<td>Guarino Rinaldi Colli</td>
<td>UnB/Dep. Zoologia</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Francisco Câmara Tavares</td>
<td>BAMA/Fauna</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Fernando Dal Ava</td>
<td>BAMA/Fauna</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Otacílio Antunes</td>
<td>Sindigral/ex-Funai</td>
</tr>
<tr>
<td>9ª/13ª</td>
<td>02/03/05</td>
<td>14h30 11</td>
<td></td>
<td>Valdermir Kramer</td>
<td>Corretor de Imóveis</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Leonardo Coutinho</td>
<td>Jornalista da Veja</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Henrique Corinto</td>
<td>Presidente Itaracre</td>
</tr>
<tr>
<td>10ª/14ª</td>
<td>09/03/05</td>
<td>14h30 09</td>
<td></td>
<td>Paulo Adário</td>
<td>Coord. Greenpeace</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Eduardo Vélez Martin</td>
<td>DPG/MMMA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Fábio de Andrade Abdala</td>
<td>Secr. Exec. GTA</td>
</tr>
<tr>
<td>11ª/15ª</td>
<td>16/03/05</td>
<td>14h30 14</td>
<td></td>
<td>Kilma Raimundo Manso</td>
<td>EE Raso da Catarina</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sylvia Marlene Lucas</td>
<td>Instituto Butantan</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Rogério Bertani</td>
<td>Instituto Butantan</td>
</tr>
<tr>
<td>12ª/16ª</td>
<td>30/03/05</td>
<td>14h30 07</td>
<td></td>
<td>Livia Karina Martins</td>
<td>BAMA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>José Sales de Sousa</td>
<td>BAMA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Eurico Bezerra dos Santos</td>
<td>BAMA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Valmir Climaco de Aguiar</td>
<td>Madeireiro</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Amarildo Formentini</td>
<td>Ex-IBAMA</td>
</tr>
<tr>
<td>13ª/17ª</td>
<td>06/04/05</td>
<td>16h 10</td>
<td></td>
<td>José Leland Juvêncio Barroso</td>
<td>Ex-IBAMA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Manoel Roque Yawanawa</td>
<td>ONG Vida Nova Flor.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>13/04/05</td>
<td>14h30 13</td>
<td></td>
<td>Otacílio Antunes (cont.)</td>
<td>Sindigral/ex-Funai</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mercio Pereira Gomes</td>
<td>Presidente Funai</td>
</tr>
<tr>
<td>15ª/19ª</td>
<td>27/04/05</td>
<td>14h30 14</td>
<td></td>
<td>Reginaldo Pereira de Trindade</td>
<td>Procurador Rep/RO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Alberto de Paula Martins</td>
<td>BAMA/SC</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Luiz Fernando Krieger Merico</td>
<td>BAMA/SC</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Marcos César Silva</td>
<td>BAMA/SC</td>
</tr>
<tr>
<td>16ª/20ª</td>
<td>03/05/05</td>
<td>14h30 09</td>
<td></td>
<td>Hadil Fontes da Rocha Vianna</td>
<td>Meio Ambiente/MRE</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Kátia Christina Lemos</td>
<td>Promot. Justiça/DF</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Francisco Serra Azul</td>
<td>Delegado Pol. Fed.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Raul Gonzalez Acosta</td>
<td>Zoológico Brasilia</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Noel Gonçalves Lemes</td>
<td>Criador Animais/GO</td>
</tr>
<tr>
<td>17ª/21ª</td>
<td>04/05/05</td>
<td>14h30 04</td>
<td></td>
<td>Maria de Lourdes França Rab.</td>
<td>Func. Zool. Goiânia</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Ivan Magalhães Araújo Jorge</td>
<td>Dir. SEMMA/GOiânia</td>
</tr>
<tr>
<td>18ª/22ª</td>
<td>11/05/05</td>
<td>14h30 13</td>
<td></td>
<td>Flávio Montiel da Rocha</td>
<td>Diretor Dipro/IBAMA</td>
</tr>
<tr>
<td>Dia</td>
<td>Data</td>
<td>Horário</td>
<td>Nome</td>
<td>Posição</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>-----</td>
<td>------</td>
<td>---------</td>
<td>------</td>
<td>---------</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>19º/23ª</td>
<td>18/05/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Regina Célia Fonseca Silva</td>
<td>FUNAI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mário Lúcio Avelar</td>
<td>Procurador Rep. MT</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Vasco Marcus van Roosmalen</td>
<td>Presidente da ACT</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mairauê Kaiabi</td>
<td>ex-Pr. ATIX</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>20º/24ª</td>
<td>24/05/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Fernando Silveira</td>
<td>Diretor Zoo Goiânia</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Luiz Elias Bouhid de Camargo</td>
<td>Ex-Diretor Zoo Goiânia</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Willian Pires de Oliveira</td>
<td>Ex-Diretor Zoo Goiânia</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Maria de Lourdes França Rab.</td>
<td>Func. Zoo Goiânia</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>21º/25ª</td>
<td>25/05/05</td>
<td>10h</td>
<td>Megaron Txucarramãe</td>
<td>Chefe FUNAI/Colider</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>22º/28ª</td>
<td>31/05/05</td>
<td>14h</td>
<td>Cristina Galvão Alves</td>
<td>CGRE/IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Francisco das Chagas Rocha</td>
<td>Func. FUNAI/Colider</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Antenor Gonçalves Bastos</td>
<td>Ex-Consultor Unesco</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Paulo Henrique Borges O. Jr.</td>
<td>Ass. Pres IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>23º/28ª</td>
<td>07/06/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Hilton Pereira da Silva</td>
<td>Prof. UFRRJ</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Ning Labbish Chao</td>
<td>Prof. UFAM</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>24º/29ª</td>
<td>08/06/05</td>
<td>14h</td>
<td>Sebastião Azevedo</td>
<td>Procur. Geral IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Amarildo Formentini</td>
<td>Ex-IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>25º/30ª</td>
<td>14/06/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Marcus Barroso Barros</td>
<td>Presidente IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Elielson Ayres de Souza</td>
<td>Interv. IBAMA/MT</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>26º/31ª</td>
<td>21/06/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Nelson Rezende</td>
<td>Ger. Inform. IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mário Lúcio Avelar</td>
<td>Procur. Repúb. MT</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Hugo José Scheuer Werle</td>
<td>Ger. IBAMA MT</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>27º/32ª</td>
<td>30/06/05</td>
<td>10h</td>
<td>Carlos Renato Leal Bicelli</td>
<td>Analista IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mário Rubens de S Rodrigues</td>
<td>Pres. Sindicato</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Marcilio de Abreu Monteiro</td>
<td>Ger. IBAMA Belém</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>28º/33ª</td>
<td>06/07/05</td>
<td>10h</td>
<td>Naja Maria Santos Guimarães</td>
<td>Ditec/IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Manoel Messias A. Silva</td>
<td>Prest. Serviços Pará</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>29º/35ª</td>
<td>12/07/05</td>
<td>10h</td>
<td>Roberto Alves de Castro</td>
<td>Delegado PF Goiás</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>José Augusto Mota</td>
<td>Ch. Ditec IBAMA GO</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>30º/36ª</td>
<td>12/07/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Gracilene Lima</td>
<td>Sócio HB Lima</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Leivino Ribeiro de Souza</td>
<td>Pres. AMMAPA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Paulo Müller</td>
<td>Madeireiro Anapu/PA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>31º/37ª</td>
<td>04/08/05</td>
<td>10h</td>
<td>Carlos Renato Leal Bicelli</td>
<td>Analista IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Elielson Soares de Farias</td>
<td>IBAMA Altamira</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Bruno Lourenço Kempner</td>
<td>Exec. INCRA Altam.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Francisco de Assis de Souza</td>
<td>Pres. STR Anapu</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>32º/38ª</td>
<td>11/08/05</td>
<td>10h</td>
<td>Davson Alves de Oliveira</td>
<td>Analista IBAMA PE</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Luiz Carlos Tremonte</td>
<td>Diretor Simaspa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>33º/39ª</td>
<td>18/08/05</td>
<td>10h</td>
<td>Paulo Fernando Maier Souza</td>
<td>IBAMA Santarém</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Silvio César Costa de Lima</td>
<td>Sócio HB Lima</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>34º/40ª</td>
<td>25/08/05</td>
<td>10h</td>
<td>Leonardo Coutinho</td>
<td>Jornal. Revista Veja</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>35º/41ª</td>
<td>19/09/05</td>
<td>10h</td>
<td>Maria das Graças Dias Pinto</td>
<td>Ex-Prest. Serv. HB Lima</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sidiane Costa de Lima</td>
<td>Eng. Flor. HB Lima</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>José Geraldo Brandão</td>
<td>IBAMA Santarém</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Leonan Amaral Muniz</td>
<td>IBAMA Santarém</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>José Nazareno da Silva</td>
<td>IBAMA Santarém</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>37º/44ª</td>
<td>29/09/05</td>
<td>10h</td>
<td>Aldemar Pereira de Medeiros</td>
<td>Técnico do IBAMA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Marcelo Marquesini</td>
<td>Greenpeace</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Elías Salame da Silva</td>
<td>Empres. setor mad.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Meire Pessoa Cabral</td>
<td>Empres. setor mad.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>39º/46ª</td>
<td>19/10/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Amauri de Oliveira Nunes</td>
<td>Ex-Sóc. da ACT</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Otávio Nolasco de Farias</td>
<td>Prop. rural -BA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>40º/47ª</td>
<td>26/10/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Dan Erico Lobão</td>
<td>Pesquis. CEPLAC</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Marco Antônio Rap Nascimento</td>
<td>Presidente da ABA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>41º/48ª</td>
<td>09/11/05</td>
<td>14h30</td>
<td>Celso de Mello</td>
<td>Arcos Brasil Ltda.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Além da oitiva de convidados e testemunhas, a Comissão analisou extensa documentação, que lhe chegou a partir de denúncias ou mediante as dezenas de requerimentos aprovados pelo plenário. Tal documentação incluiu, entre outros, os relatórios das anteriores comissões constituídas para a análise dos temas sob investigação, uma grande variedade de relatórios técnicos, processos administrativos diversos, reportagens de jornais e revistas, documentos encaminhados pelos depoentes, denúncias enviadas por escrito em papel ou por correio eletrônico etc.

Nesse trabalho de análise de documentação, atuaram os seguintes consultores legislativos da Câmara dos Deputados: Alessandra Valéria da Silva Torres; Alexandre Sankievicz; Maurício Boratto Viana; Maurício Schneider; Rodrigo Hermeto Correa Dolabella; e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo.

Outra forma de investigação utilizada pela CPIBIOPI foi a realização de viagens e diligências, seja por parte de seus membros, seja dos colaboradores. A respeito desses últimos, cabe salientar que várias pessoas colaboraram com os trabalhos da CPIBIOPI, mas discriminá-las aqui redundaria, certamente, em inescusáveis esquecimentos. Contudo, não se pode, de forma alguma, deixar de mencionar os nomes dos Srs. José Ribamar de Lima Araújo, servidor do IBAMA, Amarildo Formentini, ex-técnico daquele...
Instituto e o Sr. Domingos Ramos Garcia, servidor do Banco Central, por suas constantes e inestimáveis contribuições para o bom andamento dos trabalhos.

4. TRABALHOS REALIZADOS

São apresentados a seguir os trabalhos realizados pela CPIBIOP, incluindo as viagens e diligências realizadas por membros ou colaboradores da Comissão e a síntese de todos os depoimentos prestados em audiências públicas, buscando trazer a essência do que foi dito e que serviu de subsídio às recomendações e encaminhamentos deste relatório.

3.1. VIAGENS E DILIGÊNCIAS

Foram efetuadas no âmbito da CPIBIOP as seguintes viagens e diligências:

- Na última semana de janeiro de 2005, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame acompanhou agentes da Polícia Federal e um representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI aos Estados Unidos para apurar detalhes de um caso de apreensão de mais de mil artefatos indígenas e proceder ao repatriamento de parte do material.


- Entre 05 e 16/09/05, o Sr. José Ribamar viajou aos Estados da Bahia e de Pernambuco para efetuar investigações acerca da situação atual e do tráfico de animais, principalmente psitacídeos, na região do Raso da Catarina e entornos.

- Entre 10 e 15/10/05, o Sr. José Ribamar viajou ao Estado do Espírito Santo, desta vez para investigar a exploração e o comércio ilegais de pau-brasil.
Nos dias 13 e 14/03/06, a Comissão realizou audiência pública em Feira de Santana/BA, com a participação de juízes, promotores de justiça e policiais, além das pessoas convocadas como suspeitas ou testemunhas do tráfico de animais, e realizou diligências em feiras livres da região.
3.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1ª Audiência Pública da CPIBIOP – 10/11/04

- JORGE BARBOSA PONTES, Delegado da Polícia Federal e Chefe da Divisão de Prevenção e Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente: iniciou afirmando que a atividade de repressão ao crime ambiental é a mais nova atividade da Polícia Federal. Hoje, a Polícia Federal conta com uma divisão de prevenção e repressão aos crimes ambientais e crimes contra o patrimônio histórico. Recentemente, foram criadas 27 delegacias especializadas, sinalizando que o crime ambiental começa a receber a mesma atenção conferida ao tráfico de drogas e armas. Experiências de países como Japão, Alemanha e França, declarou, demostram que o combate ao ilícito ambiental só começa a ter sucesso quando esse também é qualificado como infração penal. No plano internacional, a Interpol dedica especial atenção à repressão do crime ambiental, atuando em três áreas distintas: crimes contra a vida selvagem, tráfico de materiais e resíduos nucleares e combate à poluição e ao lixo tóxico. Destacou que o crime ambiental tem caráter diferente dos demais, pois as batalhas contra ele, uma vez perdidas, são perdidas para sempre. Disse que o tráfico de espécies ameaçadas envolve bilhões de dólares, sendo o terceiro mais lucrativo do mundo, atrás apenas do tráfico de drogas e armas. Quarenta por cento de toda fauna e flora do mundo estão localizadas nas florestas tropicais úmidas e a maior de todas as florestas é a Amazônica. Afirou que a atividade voltada para a prática de crimes ambientais é organizada, estratificada e departamentalizada, adquirindo características empresariais e semelhantes às atividades da Máfia. O infrator seleciona o animal que será traficado em razão do lucro, facilidade de acesso e potencial estético ou reprodutivo da espécie. Organiza-se, recruta pessoal e divide mercados. Para facilitar a comercialização, lava dinheiro e infiltra-se no Poder Público, corrompendo cientistas, diplomatas, servidores da aduana, fiscais etc. Observou haver uma conexão entre o tráfico de entorpecentes e o de animais, salientando que alguns carregamentos de drogas já foram encontrados com carregamentos de
répteis, tartarugas e couro. As duas atividades criminosas têm fortes similitudes: ambas trazem grande lucro, nascem no interior e necessitam de exércitos de pessoas para viabilizar o transporte. A vantagem do tráfico de animais é que a pena é infinitamente menor, pois, uma vez pegado pela polícia, o máximo que acontece com o traficante é a perda da carga de vida silvestre. Declarou que, apesar das dificuldades, a Polícia Federal vem desenvolvendo diversas ações para combater os crimes ambientais. O Projeto Drake, por exemplo, visa ao combate à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres, realizando operações ostensivas, repressivas, de levantamento de inteligência, campanhas e treinamento de pessoal. A Polícia Federal tem o objetivo de reprimir, inibir e desencorajar a atividade criminosa voltada contra o meio ambiente, mostrando-se presente e habilitando o policial a combatê-la. Disse que, hoje, há ainda certa rejeição do quadro policial em relação aos crimes ambientais, pois o preso pela prática dessas infrações não é encarcerado. Os Projetos Drake I e II já foram inaugurados e produziram bons resultados, estando previstos os Projetos Drake III e IV. As operações são realizadas nos aeroportos, rodovias e portos, onde a polícia revista cargas, aviões e orienta os turistas para o fato de que levar animais da fauna para fora do país é crime. Vinte e quatro Estados da Federação já foram cobertos e conseguiu-se boa repercussão na mídia. A Polícia constatou que, muitas vezes, os traficantes jogam fora, no toalete dos aeroportos, os animais – alguns raríssimos – da mesma forma que o traficante de drogas faz com a cocaína. Assinalou que a Polícia Federal vem colocando cartazes em todos os aeroportos advertindo sobre a ilicitude do tráfico de animais. Ressaltou a importância do Congresso Nacional no combate à biopirataria e ao tráfico de animais. É fundamental a criação do tipo penal de biopirataria e de um tipo penal específico para o tráfico internacional de animais. Também é essencial pinçar alguns crimes da Lei 9.605/98, que atingem a sociedade e a economia brasileira de forma mais grave e retirá-los do âmbito de aplicação da Lei 9.099/95. Declarou que os parlamentares também podem contribuir exigindo a estruturação das vinte e sete delegacias especializadas já instaladas. Disse que a Polícia Federal está criando o formulário verde e centralizando todas as informações em um banco de dados, denominado BDDA – Banco de Dados da Delinquência Ambiental –, que será alimentado pelas delegacias. Também foi feita a Lista Vermelha do
Tráfico Internacional de Animais Silvestres, que aproveita a existência do Sistema de Procurados e Impedidos para ajudar no monitoramento de potenciais biopiratas. Falou que os estrangeiros suspeitos de biopirataria são colocados nessa lista e imediatamente identificados ao chegar à alfândega. Isso permite à Polície Federal monitorá-los enquanto estiverem em território brasileiro e aumenta as chances de apreensão de animais que sejam por eles traficados. Destacou outras operações realizadas, como a Touché, Gnome e Pindorama. Teceu severas críticas ao artesanato indígena realizado com partes de animais silvestres. Essa atividade é mera fachada para o tráfico e matança de animais. Os traficantes usam os índios como fornecedores primários, sendo muitas vezes as peças montadas no exterior. Salientou que, durante a Operação Pindorama, os índios ouvidos disseram caçar apenas para praticar o comércio, e não para se alimentar. Também foram presos sete servidores da FUNAI que enviavam o material por Sedex. Mostrou um colar de dentes de onça apreendido, afirmando que, a despeito de seu valor chegar a quatro mil dólares no exterior, por cada dente era pago aos índios quatro reais. Defendeu a proibição do artesanato indígena, argumentando que ele ameaça diversas espécies já em perigo de extinção e afirmando que não há como o Poder Público estar na selva para verificar quem caça os animais, se o homem ou o índio. Deu notícia da prisão do biopirata alemão Carsten Hermann Richard Roloff, que coletava ovos de aranhas no Brasil para utilizá-los em pesquisas científicas. Informou que autoridades CITES estão autorizando a saída de peças de artesanato indígena do País para exposição, que, posteriormente, são ilegalmente vendidas. Alertou que, embora a polícia do exterior venha comunicando essas vendas ilegais, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades. Não é só, falou que novas autorizações vêm sendo concedidas para as mesmas pessoas acusadas da venda ilegal do artesanato no exterior. Sugeriu a convocação dessas autoridades CITES para depor e explicar os motivos e os critérios para a concessão de nova autorização para alguém já suspeito de venda ilegal de coleções indígenas em território estrangeiro. Criticou o fato de os peixes ornamentais serem tratados como recurso pesqueiro. Declarou que não há motivo para isso, pois o peixe ornamental não é utilizado para alimentação. Amparados por essa regulamentação, todo dia saem milhares de peixes ornamentais do Brasil, sendo alguns vendidos por
milhares de dólares no exterior. Defendeu a elaboração de regulamentação específica sobre o peixe ornamental, destacando que já enviou ofício à autoridade competente para saber os motivos da atual normatização. Por fim, noticiou a criação de um centro de integração e aperfeiçoamento de polícia ambiental na selva, que tinha inauguração prevista para o dia 16/11/04.

- MICHAEL FRANZ SCHMIDLEHNER, Presidente da ONG Amazonlink: iniciou sua fala dizendo que ele está no Brasil desde 1995, é casado com brasileira e que a ONG que preside não tem fins lucrativos, tendo sido fundada em Rio Branco/AC, em 27/09/01, com o objetivo de superar fronteiras políticas, culturais, ideológicas e lingüísticas em prol da preservação da Amazônia e da melhoria das condições de vida de seus habitantes. A principal atividade da ONG é promover a inclusão digital mediante a tradução de línguas, o fornecimento de informações pela Internet sobre o meio ambiente e a realidade socio-econômica e cultural da Amazônia, a abertura e a promoção de espaços para a realização de negócios sustentáveis e a democratização de tecnologia de informação e capacitação para uso da Internet. Em maio/02, promoveu o workshop “Cultivando a Diversidade”, junto com a GRAIN e o GTA. Em outubro/02, enviou amostras de bombons com recheio de cupuaçu para a Europa e, no mês seguinte, descobriu que as marcas “cupuaçu” e “cupulate”, bem como as patentes mundiais sobre a extração do óleo do cupuaçu e a produção de cupulate, já estavam registradas na União Européia, Japão e EUA pela empresa japonesa Asahi Foods, o que fez detonar a campanha “O cupuaçu é nosso!”. Com a ampliação da pesquisa e a estruturação do site (www.biopirataria.org), descobriu-se também o registro da marca “açaí” e de patentes sobre a copaíba, andiroba, ayahuasca e outros casos. Na campanha contra a biopirataria, a Amazonlink alertou a sociedade sobre os fatos descobertos, estabeleceu parcerias com outras entidades para maior mobilização, atraiu o interesse da mídia nacional e internacional, ajudou a criar o GT contra Biopirataria e, em maio/03, entrou com processo no Japão para o cancelamento da marca “cupuaçu”. Declarou que a situação atual é a seguinte: quanto à marca cupuaçu, em março/04 foi ela cancelada no Japão, na Europa isso já está quase ocorrendo e, nos EUA, a Asahi informou que vai desistir dela; quanto à patente do cupulate, o pedido da Asahi foi indeferido no Japão em fevereiro/04, mas na Europa a empresa diz que não vai abrir mão
dela. Posteriormente, a Amazonlink também entrou na luta no caso da vacina do sapo kambô/kampú, em que estão envolvidas a Simon Genetics e a Universidade de Kentucky. Proximamente, a ONG desenvolverá o projeto Aldeias Vigilantes, para o combate à biopirataria em 28 aldeias indígenas do Acre. Como recomendações, sugere: a regulamentação de uma lei substituindo a atual MP nº 2.186-16/01, para a implementação de um sistema de fiscalização mais eficiente no combate à biopirataria; investimentos mais significativos em pesquisas e desenvolvimento de ciência e tecnologia; a sistematização do levantamento de marcas e patentes, envolvendo recursos biológicos e conhecimentos tradicionais da Amazônia, avaliando os possíveis prejuízos socio-econômicos para o Brasil; uma ação política contundente no âmbito internacional da OMC, exigindo uma revisão do tratado TRIPs para evitar essas distorções, considerando os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica; e a socialização das informações acerca da biopirataria, possibilitando a participação da sociedade civil em geral e, principalmente, das populações tradicionais da Amazônia no processo de discussão. Nos termos da Carta de São Luís do Maranhão, de dezembro/01, propõe que se reconheçam os conhecimentos tradicionais como saber e ciência, conferindo-lhes tratamento eqüitativo em relação ao conhecimento científico ocidental. Questionado sobre as atividades da Amazonlink, disse que sua ONG não comercializa produtos da Amazônia, apenas estabelece relações entre produtores e compradores (estes, principalmente da Alemanha). Um dos produtos é o artesanato indígena Apurinã, ecologicamente correto, do tipo gargantilhas, colares, pulseiras, anéis, brincos e outros, produzidos a partir da lapidação de sementes de várias espécies florestais da Amazônia. Afirou que essa é uma atividade pessoal sua, de sua microempresa, constituída com esse objetivo, com faturamento mensal em torno de R$10 a R$15 mil, e que sua ONG jamais comercializaria artesanato com partes de animais, nem intermediaria relações de venda desse tipo. Além disso, disse que a Amazonlink trabalha com poucos recursos e que a campanha do cupuaçu foi toda desenvolvida com serviço voluntário e uma doação de R$30 mil, mas espera que agora, com o novo projeto Aldeias Vigilantes, possa trabalhar com mais recursos. Ao final, lamentou que o fato de ele ser estrangeiro sempre crie um clima de desconfiança com relação à sua pessoa e à ONG que preside.
- FREDERICO MENDES DOS REIS ARRUDA, Professor da Universidade Federal do Amazonas: começou fazendo algumas considerações acerca de um encontro que promoveu em 1983 entre representantes do meio acadêmico e dos conhecimentos tradicionais. Para ele, contra a biopirataria, a repressão, a legislação e maiores investimentos em ciência e tecnologia (C&T) são essenciais, mas o maior problema é que o brasileiro ainda não se deslumbrou com a Amazônia. A Academia, com seu cientificismo cartesiano, ainda não aceita e não compreende o conhecimento tradicional, que, por seu lado, não pode vir despedido de toda a cosmovisão que o cerca. Segundo o prof., nos últimos 500 anos o Brasil não patenteou um único novo medicamento à base fitoterápica, que pudesse merecer esse nome (o que não se confunde com a simples preparação de fundo de quintal, sem cosmovisão). Como ainda não temos um Programa Nacional de Validação Clínica desses produtos fitoterápicos naturais, isso é um gargalo que, se não for vencido, ensejará que o Brasil continue dando abrigo a crendices puras. Um exemplo é a notícia que recentemente saiu numa publicação de C&T, dizendo que a Floresta Amazônica contribui com, no mínimo, cerca de 800 medicamentos capazes de curar quase todas as doenças, o que, garante, não foi dito por nenhum pajé. Para o prof., não adianta encher de pesquisadores o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA se não houver um visão estratégica da região, incluindo as demandas prioritárias, as linhas de pesquisa que nos interessam, etc. Essa falta de planejamento acaba favorecendo a biopirataria. Esta vem sofisticando-se, empresariando-se, e nós temos de acompanhar esse avanço. Ao contrário dos brasileiros, os estrangeiros dão muita importância aos conhecimentos tradicionais. Ex.: a terra preta existente ao longo dos rios Negro e Nhamundá vem sendo saqueada de nós, juntamente com o material arqueológico nela contido. Qualquer vegetal tem potencial farmacoterápico, cabe a nós torná-lo realidade. Cada planta pode conter em torno de 10.000 diferentes constituintes químicos e, destes, os chamados metabólitos secundários geralmente mostram apreciável atividade farmacológica. Quanto ao reino animal, estima-se que cerca de cinco a seis mil espécimes da rã Phyllomedusa bicolor, por conterem dermorfinas, foram contrabandeados para a Europa, especificamente para a Itália, a partir do rio Javari, pela antropóloga Katharine Milton, da Universidade da Califórnia
(segundo os slides de sua apresentação), que ainda hoje entra e sai do País sem problemas. Na Amazônia, além da erosão genética, que ocorre devido à degradação ambiental, também há a erosão cultural, pela ação lesiva dos missionários e madeireiros, de que são vítimas alguns grupos indígenas. Essa última erosão, ao contrário da ambiental, é totalmente irreversível. Há casos, até, de aldeamentos totalmente atípicos em razão da ação dos missionários, como os situados em terra firme na bacia do rio Mapuera, no Pará, em que cerca de 1.600 índios de seis a oito etnias diferentes foram obrigados a conviver, sob pena de perecerem “num grande incêndio”. Felizmente, há alguns exemplos positivos, como o caso dos índios Waimiri-Atroari, que quase chegaram à extinção, mas conseguiram recuperar muito de suas raízes culturais. Todavia, vários grupos isolados de índios no rio Javari vêm sendo continuamente visitados por pesquisadores estrangeiros, que lá fazem todos os tipos de registros e gravações que lhes interessam, num caso típico de biopirataria. Mas isso ocorre porque nós não estamos lá, e os índios e ribeirinhos vão continuar contribuindo com os biopiratas se eles não vislumbrarem a possibilidade de ter uma vida digna por parte do Estado brasileiro, se não tiverem a chance de sair de sua exclusão social. Lei nenhuma poderá mudar esse quadro. A maioria das parcerias hoje estabelecidas por organizações indígenas são com estrangeiros, ou sob influência estrangeira. O prof. se disse alvo, há mais de duas décadas, de tentativa de cooptação por dois italianos (segundo os slides de sua apresentação, o Dr. Franco Caneva, da empresa Simes, de Milão, Itália, e o Dr. Vittorio Krispamer, do Istituto di Farmacologia Médica da Universidade de Roma), que queriam que ele enviasse para o exterior, pelos correios, plantas e peles da rã Phyllomedusa, respectivamente, a troco de dinheiro e co-autoria em trabalhos científicos. Ele afirma ter provas documentais desses incidentes. Contou também o evento, ocorrido em 2001, quando ele ainda era Superintendente no IBAMA, em que um adido da Embaixada dos Estados Unidos (segundo os slides de sua apresentação, trata-se do Sr. Darrell A. Jenks, conselheiro para assuntos científicos, tecnológicos e ambientais) foi flagrado com oito ouriços de castanhas de sapucaia, que foram devolvidos. Todavia, para ele, isso certamente consignava biopirataria, pois tais produtos botânicos têm sido pesquisados pelo seu potencial anticancerígêno. Ele afirma
também ter provas documentais de mais esse incidente. Em conclusão, o prof. disse que cabe a nós, mesmo sabendo que não acabaremos com a biopirataria, sair da fase panfletária e adotar medidas concretas para baixá-la a níveis suportáveis. Entre outras recomendações, sugeriu a implantação e consolidação de um Programa Nacional Estratégico de Pesquisa, Desenvolvimento e Validação de Produtos Naturais, para a produção e comercialização de produtos naturais de forma ética, com a participação das comunidades tradicionais, e de um Programa Nacional de Registro Etnobiológico, para a proteção do conhecimento tradicional, além de uma articulação política entre os Estados e Países da Amazônia. Alertou também para o papel que podem estar exercendo nessa temática as agências de turismo e os hotéis, principalmente aqueles incrustados em áreas de difícil acesso, como no caso dos hotéis de selva situados no rio Jauaperi e na serra do Aracá.

- JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA: inicialmente conceituou o termo biopirataria em seu sentido amplo, como "toda apropriação não autorizada de material biológico para algum tipo de uso"; e restrito, como "apropriação e uso não autorizados de material biológico e/ou de conhecimentos tradicionais associados, para fins de desenvolvimento e comercialização de produtos, podendo ou não envolver obtenção de direitos de propriedade intelectual." Conceituou também pirataria e propriedade intelectual, fazendo um histórico sobre a biopirataria, até chegar nos dias atuais, com enfoque nas questões que a envolvem e em como é reconhecida. A Convenção sobre Diversidade Biológica foi apresentada como um divisor de águas, a partir do qual passou-se a considerar que os países são soberanos sobre seus recursos e que a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios são direitos vinculados aos produtos gerados com uso da biodiversidade. Expôs algumas estimativas acerca do quanto o Brasil perde com a biopirataria, tendo por base a possibilidade de repartição de benefícios e a perda de oportunidades vinculadas ao mercado de medicamentos. Os dados variaram de 240 milhões/ano a 24 bilhões/ano. Entretanto, ressaltou não serem estimativas confiáveis. Alguns problemas práticos e ações necessárias para solucioná-los foram utilizados para ilustrar as dificuldades relacionadas ao
combate à biopirataria. Caso 1 - O recurso genético obtido sem respeitar a legislação do país de origem - remessa ilegal. Ação - Incremento na fiscalização das fronteiras e das remessas ilegais. Caso 2 - O recurso genético foi obtido para uma finalidade e usado para outra - remessa legal, mas uso ilegal. Caso 3 - O recurso genético já estava no país usuário em condição in situ ou ex situ. Caso 4 - O recurso genético não é utilizado diretamente, mas indiretamente, por via da informação gerada. Ação - Nesses casos, há que estabelecer mecanismos que impeçam a concessão de patentes e o lançamento de produtos sem a autorização do país de origem. As atividades desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente visando combater a biopirataria foram agrupadas em: 1. Regulação do acesso ao patrimônio genético e da repartição de benefícios: neste item, mostrou as etapas do acesso a componentes do patrimônio genético e os instrumentos de controle até chegar à etapa do produto comercializável, conforme disposto na MP 2.186-16/01, em vigor, implementada por meio do Dec. 4.946/03, que altera o Dec. 3.945/01; e das dezessete resoluções e quatro orientações técnicas do CGEN. Ao apresentar o Conselho, contabilizou um total de 26 reuniões mensais realizadas desde abril de 2002, com a participação de 19 instituições federais e 10 convidados permanentes da sociedade civil, explanou sobre as câmaras temáticas que o compõem (1. Conhecimentos tradicionais associados; 2. Repartição de benefícios; 3. Procedimentos administrativos; 4. Patrimônio genético em condição ex situ), e sobre a reduzida concessão de autorizações: autorização de bioprospecção - 1; autorização especial para coleção comercial - 1; autorização de acesso e remessa para pesquisa - 15; autorização de pesquisa CTA - 2; credenciamento de fiéis depositários - 43. 2. Nova legislação de acesso e repartição de benefícios: elencou os projetos de lei em tramitação na Casa (PLs 4.842/98; 4.579/98; 1.953/99; 377/03) e o projeto de lei elaborado pelo CGEN, via Câmara Temática, em fase final de ajustes na Casa Civil, devendo ser enviado ao Congresso em breve. 3. Tratativas internacionais para regular acesso e repartição de benefícios: enfatizou o início da negociação do Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios a partir da 7ª Conferência das Partes da CDB - COP 7 e explicitou o sistema desejado pelo País, em que o produto gerado por meio do uso de recurso genético teria um certificado de procedência anterior ao patenteamento e a
repartição de benefícios seria baseada nele. 4. Fortalecimento institucional: neste item, destaca-se a inclusão no PPA de ação específica para combate à biopirataria e a capacitação para tratar da interface biodiversidade/propriedade intelectual. 5. Ação integrada de investigação e fiscalização: articulação entre Polícia Federal, MMA e IBAMA e criação da divisão de acesso ao patrimônio genético e biopirataria. 6. Ação preventiva ao registro de marcas: consulta do Ministério das Relações Exteriores e aos escritórios de marcas e patentes para elaborar lista preventiva de nomes da biodiversidade brasileira, a cargo do MMA. 7. Capacitação de fiscais para o combate à biopirataria, e 8. Proteção dos conhecimentos tradicionais: projeto Aldeias Vigilantes, com a finalidade de capacitar comunidades indígenas a estruturar sistema de vigilância e fiscalização, e ação junto à Anvisa para proibição do uso do kambô fora das áreas indígenas. Encerrou ponderando tratar-se de tema complexo, demandante de uma ação que extrapola a questão exclusivamente fiscalizatória, de polícia. Essa ação reduziria apenas um tipo de biopirataria, promovida pela retirada ilegal de componentes da fauna e flora brasileiras. No entanto, a questão maior é a de mau uso, de uso indevido e de patenteamento desse uso fora do País. Esse aspecto exige uma relação de cooperação internacional, uma liderança do País nos processos de negociações internacionais e investimentos fortes nas atividades de bioprospecção, inventário biológico e desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos da nossa biodiversidade. Ressaltou, ainda, a importância de o País intensificar o saber acerca do uso inteligente da sua biodiversidade como um elemento essencial no combate à biopirataria. Em resposta escrita anexada a este relatório, Capobianco alertou para a necessidade de estabelecer tipos penais específicos para os casos de biopirataria, e o enquadramento dele como crime grave, de modo a permitir aos operadores da fiscalização dispor de todas as ferramentas investigativas, inclusive o acionamento da Interpol.

2ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 17/11/04

- RODRIGO JUSTOS DE BRITO, Diretor de Recursos Florestais da Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso – FEMA: iniciou apontando as três situações típicas de ilegalidades no

- FREDERICO GUILHERME MÜLLER, ex-Secretário Estadual do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso: iniciou destacando
o vínculo entre o desmatamento e a perda da biodiversidade. Explicou o funcionamento da metodologia de controle do desmatamento implantada durante sua gestão no órgão estadual, baseada no licenciamento ambiental das propriedades rurais e no uso de imagens de satélites para o monitoramento. Entende que o sistema de controle baseado na fiscalização em campo é ineficaz. Com a metodologia adotada em Mato Grosso, segundo ele, um grupo de 20 fiscais consegue controlar 3 mil propriedades por mês. Assim, o grande problema da fiscalização ambiental não estaria na carência de recursos humanos, mas sim na falta de metodologia. Afirmou que o sistema, conjugado com avanços ocorridos na legislação federal que regula o tema, reduziu a taxa média de desmatamento anual de 1 milhão e 283 mil hectares para 672 mil hectares. Sobre os problemas enfrentados no ano de 2003, citou como possíveis causas a mudança de governo e a atitude dúbia dos governos estadual e federal, num primeiro momento, em relação ao sistema de controle do desmatamento implantado no Estado. Na sua opinião, os problemas de descumprimento do Código Florestal estão associados à certeza da impunidade, pelo que se torna questão fundamental assegurar a responsabilização administrativa, civil e criminal dos infratores. Em sequência, fez comentários sobre o plano do Governo Federal para o controle do desmatamento, para ele burocrático em excesso. Entende que o Ministério do Meio Ambiente deve assumir o comando da atuação governamental nesse campo. Fez comentários, também, sobre a questão do asfaltamento da BR-163 e suas implicações no meio ambiente. Para ele, se a legislação ambiental for realmente observada, o impacto do asfaltamento não será grande. Com o devido controle governamental, “a BR-163 não é um bicho-papão”. Como recomendações, colocou a exigência de certificação ambiental para comercialização da produção agropecuária, a inserção do desmatamento evitado como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para efeitos do Protocolo de Kyoto, e políticas públicas para incentivar o manejo florestal. Enfatizou a necessidade de evitar assentamentos rurais em área de floresta primária na Amazônia. Na fase de debates, o depoente afirmou sua convicção de que o sistema de controle do desmatamento adotado pelo Estado do Mato Grosso pode ser estendido para todo o País, posição reafirmada na complementação de respostas encaminhada posteriormente à CPI. Também
na complementação, o depoente lamentou o aumento dos índices de desmatamento ocorrido no Mato Grosso nos anos de 2003 e 2004, e enfatizou a necessidade de descentralização de atribuições do IBAMA para os Estados.

- ROBERTO SMERALDI, Diretor da OSCIP Amigos da Terra: iniciou fazendo referência às amplas conclusões e recomendações do relatório final aprovado pela CPITRAFI, em sua opinião subutilizadas até o momento. Como em suas contribuições àquela CPI, salientou a importância de enfrentar-se o problema da chamada “legalidade predatória”: uma grande parte da madeira disponível no mercado possui a cobertura de autorizações de desmatamento, mas se origina em esquemas de extração predatórios, muitas vezes tendo por base propriedades rurais com problemas fundiários e sem o devido licenciamento ambiental de suas atividades. Destacou que o estado de ilegalidade do comércio de madeira tem sido tema de debate em diferentes foros internacionais, inclusive no que se refere a seus impactos na livre concorrência. Segundo ele, a suspensão dos planos de manejo levada a efeito pelo Governo Federal, não obstante ser medida correta, aumentou a quantidade de matéria-prima no mercado oriunda da legalidade predatória. O depoente, de certa forma, questiona o rigor das exigências técnicas impostas aos planos de manejo, uma vez que eles dizem respeito a uma pequena parcela do mercado, na qual, em princípio, atuam as empresas mais responsáveis do ponto de vista ambiental. Entende que as repercussões econômicas das normas impostas ao setor devem ser objeto de ponderação. No que se refere a ajustes nas políticas públicas, destacou a necessidade de estímulos efetivos às atividades econômicas que se pretende fomentar no setor, por meio, por exemplo, da concessão de crédito. Além disso, para o depoente, impõe-se a atuação na origem dos desmatamentos, com ações no planejamento das obras de infra-estrutura e nos problemas fundiários. Em princípio, ele tem posição favorável ao anteprojeto de lei que pretende regular a concessão de florestas públicas, entendendo que a proposta pode ser aperfeiçoada mediante a previsão de mecanismos econômicos de garantia dos contratos de concessão, complementares às ações de fiscalização. Quanto à destinação da madeira apreendida, avalia que talvez possam ser aplicados simultaneamente diferentes modelos – destruição, convênios para repasse a finalidades sociais e, sob certas condições, colocação no mercado. Smeraldi
informou que a Amigos da Terra é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), que se mantém com recursos provenientes de doações de pessoas jurídicas nacionais e de convênios com fundações, governos e organizações não-governamentais de outros países, e de agências de cooperação internacional. Para ele, não é fácil estabelecer critérios para diferenciar as organizações não-governamentais corretas das entidades “de fachada”.

- JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO, Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA: organizou sua apresentação sobre o comércio e exploração ilegal de madeira em quatro tópicos. No primeiro, contextualizou a produção e o consumo industrial e doméstico de madeira, ambos girando em torno de 150 milhões m³. Acerca do consumo industrial, apontou que 30/40 milhões m³ são provenientes de floresta natural, sendo 90% a 95% da Amazônia, e utilizadas como madeira sólida - serrados e laminados -, carvão e lenha, ficando 85% desses produtos no mercado interno. Já as madeiras originárias de plantações - 100 a 110 milhões m³ - são predominantemente destinadas ao mercado externo e de 90% a 95% das plantações são de *pinus* e eucalipto. O segundo tópico abordado foi o nível de legalidade da produção. Ressaltou, então, a informalidade do uso doméstico e as diferentes realidades do uso industrial, tanto a de plantios, situação em que há predomínio de espécies exóticas, na quase totalidade em situação legal, quanto a de exploração de floresta natural por meio dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS e Desmatamentos Autorizados. Nesse ponto, mostrou dados do Imazon, referentes ao ano de 2003, que indicavam girar em torno de 15 milhões m³ o total de madeira explorada legalmente, enquanto o consumo total, no mesmo período, foi de 30 milhões m³, ou seja, estima-se que pelo menos 50% do total da madeira consumida é de origem predatória e sem nenhum amparo legal. Mostrou também os dados de autorizações e certificações dos PMFS na Amazônia, agrupados por Estado, enfatizando a importância do Pará e Mato Grosso, respectivamente, como 1º e 2º com maiores áreas destinadas a PMFS. Quanto às formas de exploração ilegal, terceiro item tratado, explicitou os caminhos trilhados pelos fraudadores, dividindo-as em dois grupos: as explorações sem autorização e as com autorização. As primeiras são oriundas de plantações, de roubo de madeira de
propriedade alheia e exploração de espécies ameaçadas sem comprovação de plantio e da floresta natural, envolvendo, entre outras atividades ilegais, a falsificação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais – ATPFs, atividade que também é o motor propulsor das explorações com autorização. No quarto item – ações de prevenção e controle da exploração e comércio ilegal –, expôs a importância das florestas nacionais e do projeto de lei que propõe a regulamentação da gestão de florestas públicas, permitindo sua destinação por parte do Poder Público para uso sustentável, permanecendo ele com a dominialidade e sem a necessidade de transformá-la em unidade de conservação. Defendeu a não imobilização das áreas definitivamente, por acreditar que a vocação delas nem sempre será a mesma. Diante dos questionamentos dos Parlamentares, afirmou que existem estudos para criação de unidades de conservação com finalidade de conter o desmatamento, para barrar a expansão da fronteira agrícola, exemplificando com a criação de três RESEX (Riozinho do Anfrísio, Verde para Sempre e Capanaã Grande) e três FLONAs (que se encontram em fase final de criação). Vê como grave problema a inexistência de um programa de informações florestais operando em nível nacional. Relatou a resistência corporativa do IBAMA à aprovação do PL, pela possível perda de poder, visto estar prevista a criação do Serviço Florestal Brasileiro para operar o sistema. Acerca da BR-163, afirmou que o Grupo de Trabalho Interministerial está ultimando o plano de ordenamento territorial e de controle, com mecanismos para que o Poder Público se assenhorre da situação na região antes do início das obras. Acerca da expansão da base florestal, argumentou que deve vir acompanhada de cuidados ambientais, inclusão social e distribuição de renda. Salientou, ainda, a inclusão das áreas degradadas no Programa Nacional de Florestas - PNF, com o fomento ao reflorestamento dessas áreas.

3ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 23/11/04

- PETER MANN DE TOLEDO, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi: iniciou apresentando o Museu Goeldi como a mais antiga instituição de pesquisa da região amazônica, com 138 anos de atividades, e como unidade vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.
Quanto à estrutura física, descreveu a existência de três áreas: o Parque Zoobotânico, com 109 anos de existência; o Campo de Pesquisa Científica, onde se localizam os departamentos científicos, e a Estação Científica de Campo, destinada a pesquisas de longa duração, com área de 330 mil hectares, em convênio com o IBAMA. Os temas trabalhados pelo Museu Goeldi são: 1. taxonomia sistemática inventária na área da biodiversidade; 2. utilização econômica dessa biodiversidade; 3. origem dinâmica, evolução e conservação de ambientes da Amazônia; 4. interface entre processo ecológico e sistemas sociais; 5. formação multicultural da Amazônia pré-histórica; 6. diversidade etnológica, com ênfase nas questões indígenas; 7. organização social e sistemas de produção por populações tradicionais e 8. dinâmica e impactos socioambientais resultantes da ocupação da Amazônia. Na área da biodiversidade, as atividades científicas desenvolvidas têm ênfase em: ecologia vegetal, conservação e manejo; botânica econômica e fitoquímica; sistemática vegetal e micologia; morfologia e anatomia vegetal; zoogeografia, sistemática e taxonomia; ecologia, manejo e conservação da fauna. Dentre as diferentes áreas de ação do Museu, destaca-se a manutenção de coleções científicas como maior patrimônio e principal ferramenta da instituição para a produção do conhecimento. As principais categorias de informações incorporáveis às coleções biológicas estão ligadas à informação biogeográfica, ou seja, à distribuição, taxonomia, identificação, informação genética e informações sobre o hábitat. Segundo Mann, todo o acervo brasileiro de coleções científicas se equipara a uma única instituição americana, não tem mais que 30 milhões de exemplares. A escassez de coleções científicas no Brasil foi apontada como uma das razões da falta de controle da biodiversidade e, consequentemente, favorecedora da biopirataria. Essa situação foi apontada como resultado da falta de priorização da pesquisa no País. Mann falou ainda das dificuldades financeiras e do reduzido quadro de pessoal da instituição, que conta apenas com 21 pesquisadores, de um total de 80, trabalhando com biodiversidade. Alertou para a crítica realidade da pesquisa regional, que necessita aumentar de forma substancial sua capacidade técnica, sob pena de perder a oportunidade de se conhecer a biodiversidade amazônica, em função da incapacidade de se ter pontos de coleta cobrindo toda a extensão da região. Essa situação torna-se preocupante pelo fato de o vazio do conhecimento
concentrar-se justamente onde há o maior nível de ameaça à biodiversidade em função do acelerado processo de desmatamento, como é o caso do norte do Mato Grosso, sul do Pará, norte do Maranhão e Estado de Rondônia. Apontou a rápida mudança da paisagem e da cobertura e uso da terra na Amazônia como a principal causa da intensa erosão genética que sofre a região, causando danos mais comprometedores do que os originados pelo desconhecimento da biodiversidade. Falou, ainda, sobre o Programa de Pesquisa em Biodiversidade, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, que tem como objetivo dar estrutura para instituições localizadas em regiões mais periféricas da Amazônia, utilizando-se do intercâmbio de experiências realizado entre o Museu Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Em resposta aos questionamentos acerca da presença de pesquisadores estrangeiros e do controle sobre as ações desenvolvidas por eles, enfatizou que os pesquisadores e a própria pesquisa são os mais prejudicados com as leis relacionadas à biopirataria, pois são obrigados a seguir uma série de procedimentos burocráticos que atrasam, encarecem e dificultam as pesquisas. Reconheceu a possibilidade de o conhecimento gerado por sua instituição ser utilizado por pessoas interessadas em explorar ilegalmente a biota amazônica, mas defendeu a necessidade de torná-los públicos por serem essenciais para embasar políticas públicas. Acerca dos projetos de pesquisa em desenvolvimento com a participação de pesquisadores estrangeiros, explicitou que eles são cadastrados na instituição; requerem aprovação do MCT, por meio do CNPq; todo material biológico que entra na instituição é cadastrado e todo intercâmbio de material científico é documentado e feito unicamente com outras instituições científicas. Com referência ao controle da biopirataria pelos entes públicos, acredita depender de acordos internacionais e de normas claras voltadas especificamente para as pesquisas que utilizem material genético e essências para o desenvolvimento de drogas, usualmente realizadas por grandes laboratórios. Quanto à MP 2.186-16/01, considera-a inexequível, por cometer o equívoco de falar em “patrimônio genético nacional”, já que animais e plantas não obedecem a fronteiras políticas, e a difusão do conhecimento tradicional não é passível de controle. Ponderou que seria mais útil e eficaz a lei enfocar o uso para fins comerciais de produtos derivados da
fauna e da flora encontrados em território brasileiro. Sobre o ajuste nas políticas públicas para proteger o patrimônio genético do País, considera fundamental: a integração entre os diversos órgãos governamentais relacionados ao assunto, bem como dos envolvidos na fiscalização; o fortalecimento do setor de fiscalização do IBAMA; alterações na legislação, de forma a estimular as pesquisas e facilitar a fiscalização; e a busca de acordos multilaterais, envolvendo os países vizinhos e os principais países destinatários do tráfico ilegal. Enfim, a respeito da fixação de pesquisadores na Amazônia, alertou para a necessidade: de fortalecimento das universidades e institutos de pesquisa já existentes; da adoção de uma política de contratação de doutores visando corroborear os cursos de graduação e pós-graduação locais; do direcionamento de fundos específicos para a região e, finalmente, da eliminação dos entraves burocráticos para a realização de pesquisas e para o funcionamento das instituições.

ELIANE MOREIRA, Professora de Direito Ambiental e Coordenadora do Núcleo de Propriedade Intelectual da Faculdade do Pará: iniciou sua fala mencionando a criação da Rede Norte para o estudo, a avaliação e o controle da biodiversidade, da propriedade intelectual dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados na região amazônica. A Rede atualmente conta com 140 associados, entre instituições governamentais, ONGs, entidades privadas, comunidades indígenas e quilombolas, e outras. Ao definir a biopirataria, a palestrante fez questão de enfatizar a necessidade de considerar crime a apropriação dos conhecimentos tradicionais de comunidades amazônicas e de outras regiões sem o devido consentimento e ressarcimento. Dentre as ações políticas adequadas para a redução e o controle da biopirataria, cita as seguintes: 1. Fortalecimento dos sistemas nacional e regional (Região Amazônica) de ciência e tecnologia. Nesse campo, ilustra que grande parte das ações de biopirataria ocorrem em função da informalidade da cooperação entre centros de pesquisa brasileiros e entidades estrangeiras, o que acaba facilitando a saída de material genético. Essa cooperação informal acontece, na maioria das vezes, como forma de ingresso de recursos nos centros de pesquisa. 2. Necessidade de formação e informação de recursos humanos com foco no conhecimento e uso dos recursos da Amazônia e do fortalecimento das instituições de ensino da região.
3. Ampliação do controle social no acompanhamento dos contratos aprovados pelo CGEN. Exemplifica que nesse Conselho a sociedade civil tem assento, mas não tem voto. 4. Cumprimento das exigências do disposto no art. 31 da MP 2.186-16/01, que determina que:

"a concessão de direito de propriedade industrial, sobre processo ou produto obtido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, fica condicionada à observância desta MP, devendo o requerente informar a origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso."

Segundo a Drª Eliane, o Poder Executivo argumenta que o referido artigo ainda não foi regulamentado, por isso as exigências não estão sendo cumpridas; e 5. Regulamentação das sanções administrativas previstas no Capítulo VIII da MP 2.186-16/01, para sua efetiva implementação. Em resposta às perguntas formuladas pelo relator da CPI, destaca-se a seguinte:

**Pergunta:** O inciso IX do art. 10 da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) não considera invenção nem modelo de utilidade e, por isso, não passível de patenteamento. Senão, vejamos:

"IX - o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo e os processos biológicos naturais".

Alguns cientistas e legisladores defendem a retirada expressão "ou ainda que dela isolados", sob o argumento de que o Brasil perde investimentos em pesquisa por não permitir o patenteamento de material biológico isolado da natureza e trabalhado por meio de criações inventivas, seja por purificação de seu conteúdo, seja para criação de novas moléculas. Qual a opinião de V. Sa. a respeito? **Resposta:** Afirmar que, no Brasil, o não patenteamento de seres vivos ou suas partes isolados e/ou modificados prejudica o desenvolvimento nacional é um argumento falacioso. Abrir o rol de produtos patenteáveis, permitir o amplo patenteamento de seres vivos e suas partes coloca em risco a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais de nossos povos, pois eles seriam largamente explorados pelos países desenvolvidos, que detêm tecnologia e capital e, depois, seriam comercializados em nosso país com um preço elevado. O monopólio legalmente permitido pelas patentes seria imposto para nossas instituições de
pesquisa, nossas indústrias e, mesmo, para as comunidades que ajudaram na pesquisa daquele produto. Por conta do monopólio, entendemos que esse tipo de patenteamento mais geraria embargos do que promoveria o desenvolvimento nacional, principalmente quando se trata de patentes de genes ou sequências genéticas, que podem ser as chamadas patentes de amplo espectro, incidindo em licenças e royalties tudo o que provier desses genes ou sequências genéticas. Contudo, a grande problemática de permitir esse tipo de patenteamento é ignorar a sacralidade da vida, que passaria a ser mera matéria-prima, e a perversão do sistema de patentes, que passaria a privilegiar meras descobertas ao invés da atividade inventiva, visto que seres vivos e suas partes não são produzidos pelo homem. São cada vez mais constantes as tentativas de ampliar o escopo da legislação de propriedade industrial. Essas iniciativas não apenas corrompem o sistema, pois deixam de privilegiar invenções e passam a privilegiar descobertas, mas ferem o princípio da função social da propriedade intelectual, uma vez que criam verdadeiros latifúndios intelectuais.

- ERNEY FELÍCIO PLESSMAN DE CAMARGO, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica – CNPq: iniciou afirmando que compete ao CNPq conceder autorização para estrangeiros que queiram estudar e coletar amostras de plantas ou animais no País. A concessão é dada por duas maneiras distintas: através de convênios com instituições nacionais, universidades, institutos de pesquisas, garantindo a eles o acesso ao material biológico, ou - caso não haja convênio com a instituição e sejam os pesquisadores estrangeiros - as chamadas expedições científicas. Destacou que o CNPq, embora seja extremamente cuidadoso na concessão dessas autorizações, não possui um mecanismo para fiscalizá-las, sendo outros organismos os responsáveis por isso. Enfatizou que para preservar o nosso patrimônio genético, antes, é preciso conhecê-lo. Disse que, atualmente, não conhecemos nem 20% da nossa própria biodiversidade: toda a fauna das copas das nossas florestas é praticamente desconhecida, a fauna microbiológica dos nossos rios, dos fungos que degradam quitinas e celulose, entre outras espécies também. Mencionou que o CNPq deve lançar este ano programas na ordem de 90 milhões de reais e grande parte deles será dedicada ao estudo da biodiversidade — não só da Amazônia, mas também do
pantanal e semi-árido. O CNPq tem, em colaboração com instituições das regiões do pantanal, da Amazônia e do semi-árido, financiado bolsas de estudo, denominadas de Bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional, para doutores da Região Sudeste que queiram se deslocar a essas regiões. Criticou o processo atual de credenciamento, necessário para que pesquisadores possam ter acesso à biodiversidade: “às vezes, o credenciamento tem que passar por tantos órgãos, entre eles eu cito o IBAMA, a FUNAI, o CGEN, que há demora da ordem de mais de um ano entre o pedido do pesquisador e a concessão final da autorização pelo CNPq. Quer dizer, um pesquisador que tem um projeto e está pronto para responder a uma determinada pergunta científica, às vezes fica absolutamente parado, hibernando, esperando a nossa autorização. Não sei em que medida a legislação, ou em que podemos interferir, mas é absolutamente imperioso que esse processo todo seja agilizado.” Ao responder as perguntas elaboradas pelo Deputado Sarney Filho, verberou que, em geral, os contratos e convênios firmados pelo CNPq são realizados com instituições nacionais, autorizadas a coletar material e, eventualmente, as convenentes dessas instituições nacionais, apesar de estrangeiras, pelas quais as instituições nacionais se responsabilizam. Explicou que, apesar de o comitê ser cuidadoso no momento da concessão, é praticamente impossível impedir que alguém com uma gilete tire um pedaço da planta, ponha no próprio bolso, coloque num pedacinho de plástico e leve o material genético. Então, afirmou, a prevenção da biopirataria está muito mais em acordos internacionais, provavelmente, do que no processo de vigilância. A vigilância excessiva, nesse caso, pode levar até a uma parânóia, a uma paralisia de qualquer tipo de pesquisa. Falou que, em alguns casos, é possível saber se algum produto, utilizado em larga escala por laboratórios, saiu da nossa fauna e flora: há cobras, por exemplo, que só existem no Brasil e de seu veneno é possível extrair medicamentos e produtos os mais variados. Então, a detecção desses venenos em qualquer parte do mundo nos permite dizer que eles foram coletados aqui. Essa hipótese se aplica a inúmeras plantas e animais. Acredita que os entes públicos que controlam as questões ligadas à conservação e utilização da biodiversidade no Brasil não têm controle sobre o que ocorre no País, não por má vontade ou desinteresse, mas em razão das técnicas utilizadas para o transporte do
material genético. “É tão fácil contrabandear qualquer tipo de material biológico que o policiamento fica praticamente impossível.” Considera ser possível facilitar a fixação de pesquisadores na região amazônica e disse existirem linhas de pesquisa do CNPq que dão prioridade ao estudo da biodiversidade amazônica. Fundamental é aumentar a densidade de pesquisadores na região, levando cursos ao nível de doutorado para a Amazônia. O CNPq criou alguns programas, um que tem até o nome de “Casadinho”, que procura unir cursos da Região Sudeste com cursos das Regiões Norte e Nordeste para treinamento e aperfeiçoamento. Esse programa tem sido muito bem sucedido, e nele foram investidos, este ano, 30 milhões de reais. Outro programa é o de bolsas de desenvolvimento científico e regional, que leva pesquisadores para a Região Norte. O Pará é o recordista na recepção desses pesquisadores, tendo recebido, em 2004, cerca de 40. No País todo, incluindo o Nordeste e o Norte, são 400. Ao responder as perguntas do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, repetiu que o CNPq não é o encarregado do combate à biopirataria. Afirou que, quando há denúncia desse tipo, é encaminhada aos órgãos competentes: o IBAMA, a FUNAI e a Polícia Federal, mas não cabe ao CNPq uma atitude pró-ativa na procura de infratores. Asseverou que não existe caso concreto de denúncia de biopirataria entre pesquisadores patrocinados pelo CNPq, mas que o fato de não haver denúncia formal não significa dizer que não existam boatos. Destacou, entretanto, ser difícil instaurar processos investigativos fundados em boatos, o que pode, inclusive, criar problemas para a instituição no que se refere a acusações de injúria, calúnia ou difamação. Posteriormente, ao encaminhar respostas por escrito a algumas das perguntas elaboradas, disse que, nos acordos firmados entre o CNPq e instituições estrangeiras, o pesquisador estrangeiro jamais transita sozinho no País, mas inserido em projetos de cooperação internacional, cujos coordenadores brasileiros são responsáveis por suas ações no território nacional. Afirou que, em caso de remessa de material para o exterior, os dirigentes das instituições brasileiras e estrangeiras e as contrapartes brasileira e estrangeira assinam o formulário “Termo de Compromisso: Exclusividade e Patente”, comprometendo-se a utilizar as amostras exclusivamente com finalidade de estudo, pesquisa e difusão e repartir, igualmente, entre as partes brasileiras e estrangeiras envolvidas, os eventuais benefícios obtidos com as amostras, que
possam resultar em novos produtos ou patentes. Relatou que, sempre quando a consultoria científica do CNPq considera que a pesquisa envolve bioprospecção, o projeto é encaminhado ao CGEN para a obtenção da respectiva autorização.

4ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 24/11/04

- JOSÉ ANTÔNIO ALVES GOMES, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA: iniciou historiando sua preocupação com a saída de material da Amazônia, apresentou um portfolio de possíveis investimentos para a região e fez um apanhado dos 50 anos de existência do INPA, dentro do contexto regional, de grandes potencialidades e ocupação desordenada do território, com altas taxas migratórias geradoras de um passivo ambiental de difícil solução. Acerca da estrutura organizacional do INPA, apontou a existência de cinco coordenações gerais, em que toda a estrutura do órgão se encaixa, inclusive a parte de pesquisa, pós-graduação e administração. Quanto à estrutura física, além dos campings e das áreas construídas, há núcleos de pesquisa no Acre e Roraima e um semi-núcleo de pesquisa em Rondônia. Ademais, os pesquisadores contam com um barco de pesquisa e laboratórios flutuantes, ou seja, uma infra-estrutura absolutamente admirável, capaz de proporcionar-lhes as condições básicas para a realização de pesquisa na Amazônia. Sobre os recursos humanos, o INPA dispõe de 775 funcionários e 940 estudantes. Ou seja, a população flutuante chega a cerca de 1.600 pessoas que, diariamente, circulam pelas dependências do Instituto. Dos 775 funcionários, 213 são pesquisadores e, destes, 21 são estrangeiros. Dos pesquisadores, 140 são doutores, 61 mestres e 4 graduados. Os bolsistas abrangem desde o estudante secundarista até pós-doutoramento. E nos programas de mestrado e doutorado são 267 alunos. Em relação aos comentários de que o INPA é uma base de pesquisadores estrangeiros, ressaltou que todos os pesquisadores sediados na Instituição estão no País há um longo período e têm fortes vínculos aqui, como, por exemplo, famílias constituídas. Alertou para o sério problema de recursos humanos na Amazônia, que conta com menos de 4% dos grupos de pesquisas do Brasil. Salientou, ainda, o baixo investimento médio per capita em ciência e tecnologia, na
Amazônia, que alcança 32% do total nacional, apesar de responder por 65% da produção científica brasileira. Apontou, como solução, a realização de pressão política articulada entre a bancada da Amazônia e as instituições de ensino e pesquisa regionais, além da existência de uma coordenação intra-institucional, responsável pela consolidação das agendas e *portfolios* amazônicos. Falou também da necessidade de fortalecimento e maximização da infra-estrutura das instituições que estão lá, com investimentos condizentes com a importância regional, e capazes de promover a fixação de recursos humanos. Citou o exemplo do INPA, que está fazendo uma série de ações, tanto na parte de rearranjo institucional, com a retomada do planejamento estratégico, quanto na parte científica, intensificando mais a parte de bioprospecção, cadeias produtivas, recursos hídricos, modelagem e ordenamento territorial. Na cooperação internacional, salientou serem quatro os parceiros principais: o Max Planck, da Alemanha, um convênio que dura mais de 30 anos; a NASA, com um experimento de larga escala, o famoso LBA; o Smithsonian, que, na verdade, está em fase de renegociação, e a JICA, com o Japão, de manejo florestal, que já terminou. Afirmou que nenhuma remessa de material biológico que tenha algum tipo de pesquisa de valor econômico foi enviado do INPA nos últimos 3 anos. Relatou que, em 2002, houve indícios de que um pesquisador do INPA estava praticando biopirataria, ficando conhecido como o caso Roosmalen, que desencadeou um processo disciplinar e quebra de contrato com o pesquisador, resultado, ironicamente, não da ação de biopirataria, mas de descumprimento de questões administrativas. Lamentou que a pesquisa científica no Brasil venha sendo prejudicada pela deturpação da cooperação internacional, que, reiteradamente, é relacionada com ações de biopirataria. Segundo ele, o intercâmbio científico é fundamental para o avanço da pesquisa e os biopiratas entram no País com mais facilidade que os pesquisadores, já que entram com visto de turista, enquanto o pesquisador estrangeiro atende a uma série de exigências burocráticas até que possa vir a fazer uma cooperação. Enfatizou que as instituições federais amazônicas não praticam, não apoiam e não dão suporte à biopirataria. Acerca do patenteamento das pesquisas geradas pelo INPA, declarou que, a partir de 2001/2002, foi implementado no INPA o Núcleo de Propriedade, hoje Divisão de Propriedade Intelectual e Negócios, embora haja falta de tradição em proteger esse
conhecimento. Realçou o papel institucional da coleção científica do INPA, que é fiel depositária de material apreendido. Por fim, alertou para a exigência de se rever e redimensionar o comércio de exportação de peixes ornamentais na Amazônia, que permite a qualquer pesquisador do mundo inteiro ter acesso aos nossos peixes, sem necessitar passar por um processo extremamente longo e arriscar ser tachado de biopirata, como ocorre no trâmite normal em casos de pesquisa.

- ADALBERTO LUÍS VAL, Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA: começou expondo o conceito atual de biodiversidade, que engloba as variedades estrutural e funcional das formas de vida nos níveis genético, populacional, das espécies e dos ecossistemas. Alertou para a importância da questão de escala na Amazônia, por esta corresponder a aproximadamente 60% do território brasileiro e não se limitar a ele. Acerca disso, ponderou que vários países desenvolvidos investem em pesquisas na Amazônia não-brasileira e obtêm o mesmo material biológico aqui existente, em detrimento dos pesquisadores nacionais, que sofrem uma série de restrições direcionadas especificamente para o trabalho de pesquisa. Justificou sua colocação com o fato de hoje ser possível vender e trocar elementos da biodiversidade sem nenhum problema. Portanto, sintetizou: "quando se proíbe para a pesquisa nacional o País sai perdendo, porque continuamos exportando peixes ornamentais, flores etc." Reiterou, ainda, que a única forma de proteger a nossa biodiversidade contra a biopirataria é deter informação e conhecimento, e para isso é preciso inteligência, ciência e tecnologia. Para ele, o Governo brasileiro, ao imaginar a Amazônia grande demais para os recursos disponíveis num determinado momento e daí querer transformar a questão da ciência como se fosse uma reserva de mercado, adotou uma estratégia equivocada, pois para a ciência não existe reserva de mercado. Segundo o Dr. Adalberto, essa postura gera uma lacuna de conhecimento enorme em relação à biodiversidade e à bioprospecção. Citou dados de pesquisas realizadas na Amazônia, visando demonstrar a precariedade da Ciência e Tecnologia na região. Segundo esses dados, nos primeiros quatro meses de 2004 foram produzidos cerca de 500 trabalhos científicos sobre a Amazônia, em todas as áreas do conhecimento. Só 40 deles tinham pelo menos um autor vivendo na Amazônia e só 100 deles tinham pelo
menos um autor vivendo no Brasil. Salientou que toda vez que se cria uma situação constrangedora para a pesquisa científica e a coleta de material biológico, os prejudicados nesse contexto somos nós mesmos, porque a pesquisa científica com esse material biológico está acontecendo no resto do mundo. Caso fosse feito um mapeamento nos museus do mundo inteiro, veríamos que as principais coleções, os principais tipos de plantas e animais brasileiros estão neles depositados. Ademais, os organismos, os animais e as plantas não conhecem fronteiras. Fronteira é uma coisa estabelecida pelo homem. Nesse sentido, criticou a MP 2.186-16/01, por considerá-la um gargalo para a pesquisa - “É muito mais fácil hoje se adquirir produtos brasileiros in natura no exterior e fazer a pesquisa científica no exterior do que enviar qualquer material biológico ou coletar qualquer material biológico no Brasil e levar esse material para o exterior”. Especialista em peixes, enfocou o grande número de espécies existente na Amazônia e a diversidade das águas da região, demonstrando a importância dessas características regionais para a ciência e para a humanidade. Falou do grande interesse econômico que a Amazônia desperta e exemplificou a motivação por meio das experiências realizadas com o tambaqui, peixe capaz de apresentar a ativação de alguns genes que são de resistência a múltiplas drogas. Apresentou, também, dados de 2004 mostrando que, nos últimos dez anos, houve mais de 240 expedições científicas na Amazônia. Cobrou um incremento dos investimentos em Ciência e Tecnologia para a região, mostrando a disparidade de investimentos entre as regiões Sudeste e Norte: enquanto na primeira a média é de 5 reais per capita de investimento, na última é algo em torno de 70 centavos per capita. Encerrou apontando para a necessidade de: a Amazônia ser tratada como uma prioridade nacional; ela contar com uma política clara para fixação de recursos humanos, que englobe a criação e a consolidação de grupos e a fixação de pessoal em grupos; otimizar a capacidade instalada na região e flexibilizar modelos; e criar uma forma de cooperação intra-regional e nacional.

5ª Audiência Pública da CPIBIOP - 01/12/04

- FILIPE GERALDO TEIXEIRA, Gerente-Adjunto de Propriedade Intelectual da EMBRAPA: iniciou sua palestra com a
apresentação da EMBRAPA, empresa que possui 38 centros de pesquisa agropecuária distribuídos pelo País, além de Unidades de Negócios e duas Unidades de Intercâmbio Tecnológico, uma nos Estados Unidos e outra na França. São cerca de 2.000 pesquisadores, metade com grau de doutor. O expoente focou sua apresentação nos aspectos de biotecnologia e propriedade intelectual, discorrendo inicialmente sobre as características e distinções entre as leis de Propriedade Industrial — Lei nº 9.279/96 (LPI) — e de Proteção de Cultivares — Lei nº 9.476/97 (LPC). Mais adiante, afirmou que o art. 2º da LPC estabelece que esta Lei é a única forma de proteção dos direitos dos obtentores de variedades de plantas. Todavia, como os detentores das plantas transgênicas — que possuem em seu interior uma construção gênica patenteada — têm pleiteado e conseguido a proteção pela LPI, tal fato pode acarretar questionamentos a serem resolvidos pelo Poder Judiciário. Outro aspecto importante diz respeito à LPI, em seu art. 10, IX, que não considera invenção (por consequência, não passível de patenteamento) o todo ou parte dos seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos. Afirma, por conseguinte, que o gene isolado e caracterizado é patenteável nos Estados Unidos e na União Européia, diferentemente do Brasil, em que o gene, além de isolado e caracterizado, deve ser também alterado para poder receber a patente. Finalmente, mencionou a discussão havida no âmbito do CGEN, de se considerar como exigência para a suficiência descritiva do produto ou processo em vias de patenteamento a área geográfica de ocorrência e o modo de coleta de produto da biodiversidade brasileira, além da anuência prévia da comunidade detentora do conhecimento tradicional associado. Segundo o advogado, tal exigência não caracteriza nova condição para a patenteabilidade, além das três definidas pelo TRIPS e estabelecidas na legislação brasileira: novidade, inventividade e utilidade.

- GONZALO ENRIQUEZ, Professor da Universidade Federal do Pará e Membro da ABIPTI: iniciou mostrando o potencial da biodiversidade brasileira e definindo o alcance do conceito de biopirataria. Neste ponto enfatizou que a não repartição justa e equitativa, entre Estados, corporações e comunidades, dos recursos advindos da exploração, comercial
ou não, dos bens e conhecimentos transferidos é considerada biopirataria. Ao sugerir a necessidade de uma política pública para o controle da biopirataria, afirmou que a inércia governamental tornou o Brasil refém dos países detentores das tecnologias de ponta, que buscam de forma arbitrária a transferência de recursos genéticos para suas indústrias, principalmente a farmacêutica. Afirou, em seguida, que o tráfico de animais silvestres movimenta entre US$ 10 e 20 bilhões no mundo e, no Brasil, US$ 1,5 bilhão ao ano, sendo contrabandeados cerca de 38 mil animais silvestres. Citou alguns exemplos de animais contrabandeados e seus valores, com base em informação da RENCTAS: Jararaca (US$ 1 mil); aranha-marrom (US$ 800); sapos amazônicos (US$ 300 a 1.500); besouros (US$ 450 a 8 mil). Alerta que as extensas fronteiras amazônicas facilitam o contrabando, aliado à pouca fiscalização e à documentação normalmente “esquentada”. Como alternativa econômica para algumas comunidades amazônicas, citou alguns contratos de bioprospecção firmados com empresas multinacionais (p. ex., Kayapó/Body Shop e Uru-Eu-Wau/Hoescht-Merck). Todavia, fez o alerta da possibilidade de poucos benefícios serem trazidos para as comunidades e para o País, e questionou as “regras do jogo”: - Autoridade para assinar contratos. As comunidades indígenas têm suas próprias regras de propriedade e controle sobre conhecimento tradicional. Em caso de questionamento judicial, quem iria julgar o caso? Um Juiz não indígena? - Execução do contrato. Uma parte não cumpre o contratado e a empresa é estabelecida no exterior. O representante da comunidade terá que viajar ao exterior para acionar judicialmente a empresa? - O controle do resultado da pesquisa é muito difícil, principalmente se estiver difundido na comunidade científica; - O sistema de partilha dos lucros com a comunidade ainda está em vias de definição; - A transferência de contratos firmados entre as comunidades e pequenas empresas de biotecnologia para grandes empresas deixa as comunidades em situação completamente nova, tratando com empresas que jamais conheciam; - É necessário que os recursos sejam entregues às comunidades e para o benefício da coletividade. Muitas empresas preferem fazer os pagamentos para pessoas, “representantes da comunidade”. O Sr. Enriquez apresentou tabela com os principais acordos de bioprospecção firmados entre entidades brasileiras e empresas internacionais:
### PARTICIPANTES
- Bioamazônia e Novartis Pharma/Suíça
- Extracta e Glaxo Wellcome/Reino Unido
- UNIP e Instituto Nac. do Câncer/EUA
- BAMA e Cognis/Holanda

### OBJETIVOS
- Pesquisa genética de 10 mil bactérias e fungos para desenvolver drogas
- Desenvolvimento de produtos a partir de 30 mil substâncias
- Desenvolvimento de drogas para o tratamento do câncer
- Industrialização de perfumes/cosméticos com óleos de plantas

### VALOR
- US$4 milhões em 3 anos, fora royalties
- US$3,2 milhões em 2,5 anos, fora royalties
- US$1 milhão em 4 anos
- Não revelado

### INSTIT. PESQ. ENVOLVIDAS
- INPA, USP, Fundação André Tosello (Inst. de Pesquisa de SP)
- UFRJ e UFPA
- UNIP
- Nenhuma

### PONTOS POLÊMICOS
- Desenvolvimento final dos produtos feito fora do Brasil
- Patentes pertencem a Extracta, com 10% de capital estrangeiro
- Dúvidas sobre royalties para população amazônica
- Todo desenvolvimento científico feito pela Cognis

---

**IONE EGLER, Coordenadora Geral de Políticas e Programas de Pesquisa em Biodiversidade do Ministério da Ciência e Tecnologia e Membro do CGEN:** iniciou sua palestra definindo, no contexto mundial, as diferentes formas de avaliar e utilizar a biodiversidade, prevalecences antes e após a Convenção da Diversidade Biológica – CDB. Antes, a proteção da biodiversidade era fundamentada em valores científicos, estéticos e de lazer, que informavam ações de preservação de espécies carismáticas (p.ex., mamíferos e aves) e a delimitação de parcelas de áreas da natureza para proteção especial, em particular as de beleza exuberante. As populações locais foram retiradas das áreas destinadas a proteção, pagaram os custos da conservação sem benefícios em troca, tiveram acesso reduzido aos componentes da biodiversidade melhorados por várias gerações e viram seus conhecimentos tradicionais ser apropriados por sistemas de conhecimento passíveis de proteção intelectual. Na década de 80, ocorreu importante mudança de paradigma, basicamente em função de: avanços das novas tecnologias, que permitiram perceber a importância econômica da biodiversidade; alterações nas legislações e surgimento de novos sistemas de proteção da propriedade intelectual, que facilitaram a privatização da exploração de componentes derivados da biodiversidade; e a constatação de que populações tradicionais de países pobres e megadiversos estavam sendo usurpadas mais velozmente. Com isso, foi necessária a formulação da CDB, após a qual ampliaram-se os atores envolvidos com o tema (cientistas das áreas naturais e sociais, tecnólogos, empresas bioprodutoras e bioconsumidoras, Estados Nacionais, ONGs, populações locais, etc.), os focos
de atenção foram amplificados (além da conservação, o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e a repartição justa e eqüitativa de benefícios passaram a ser considerados) e os recursos biológicos não mais foram tidos como patrimônio comum da humanidade, ou seja, os Estados Nacionais são soberanos sobre seus recursos. A segunda etapa da apresentação da Dra. Ione foi focada na caracterização da biopirataria (a partir da revisão de conceitos pela CDB) e as dificuldades para contê-la no Brasil. Citou o art. 15.1 da CDB:

“Reconhecendo o direito soberano dos Estados sobre seus recursos naturais, a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos é dos governos nacionais e está sujeito à legislação nacional.”

E o art. 8.j:

“Cada parte contratante deverá (...) respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais (...), promover a sua aplicação mais ampla, com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas, e encorajar para que os benefícios derivados da utilização desse conhecimento, inovações e práticas sejamos eqüitativamente partilhados.”

A Drª Ione afirmou que há quatro dimensões para caracterizar a biopirataria: quando o recurso genético é obtido sem a autorização do detentor (Estados Nacionais); quando o conhecimento tradicional associado é obtido sem autorização do detentor (sem conhecimento prévio fundamentado); quando os benefícios obtidos pela utilização do recurso genético e do conhecimento tradicional associado não são repartidos de forma justa e eqüitativa (sem contrato); e quando os recursos biológicos são protegidos sem respeito aos critérios de patenteabilidade, ou seja, sem representar novidade, inventividade e uso industrial (TRIPS). Dentre as dificuldades para se conter a biopirataria no Brasil, foram identificados pela representante do MCT os seguintes: o regime de titularidade dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais induz a informalidade, basicamente em função da necessidade de múltiplas autorizações para o acesso aos recursos genéticos e das disputas entre comunidades tradicionais quando o conhecimento tradicional associado é muito difundido; a inexistência de um regime internacional sui generis para proteger a titularidade de conhecimentos
tradicionais associados, o que permite a usurpação de direitos; a impossibilidade de gerar um contrato-padrão para a repartição de benefícios amplia os custos da negociação; e o desconhecimento da biodiversidade gera dificuldades de rastreamento do material biológico, ou seja, dificuldade em determinar sua origem. Para combater a biopirataria, a pesquisadora recomendou: a promoção e o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento para o conhecimento e a exploração da diversidade biológica no País (e informa, para exemplificar: o Brasil investe só 0,9% do PIB em P&D; 14,3% dos investimentos são nas áreas biológicas; os acervos científicos biológicos do País contribuem com apenas 1% do acervo mundial, apesar de o Brasil possuir 20% da biodiversidade do mundo); a desconcentração da capacidade de pesquisa no País (a Amazônia precisa receber seis mil doutores por ano – atualmente possui 1 doutor/2.857 km²); o aprimoramento dos mecanismos de repartição de benefícios, pois, por serem os custos negociais altos, proliferam a informalidade e a ilegalidade; a facilitação e o incentivo ao registro de conhecimentos e inovações produzidas por instituições de pesquisas brasileiras; a busca de alianças no plano internacional para aprimorar a rastreabilidade de produtos derivados da biodiversidade e discutir critérios e requisitos de patenteabilidade na OMC. Em seguida, foi mencionada a incerteza econômica como o principal empecilho ao desenvolvimento do setor de P&D e do mercado de produtos da biodiversidade brasileira. Primeiramente, a incerteza quanto ao tamanho e ao potencial econômico da biodiversidade. No Brasil, menos de 0,5% das espécies vegetais foram testadas com relação às propriedades farmacêuticas. Ainda que novo, o mercado tem crescido de forma veloz, já representando, em nível mundial, faturamento de US$ 500 a US$ 800 bilhões por ano. Sugeriu a palestrante que nos setores de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos residem as maiores chances de crescimento da bioprospecção no Brasil. Ao apresentar as cadeias de P&D e de produção industrial de produtos oriundos de materiais biológicos no País, afirmou que, enquanto a primeira funciona sem limitações jurídicas, a cadeia produtiva — fornecedores de plantas, fornecedores de extratos e produção industrial — está engessada pelas exigências da Medida Provisória nº 2.186-16/01. Para se eliminar/reduzir os entraves ao setor de bioprospecção e produção industrial, apresentou as seguintes sugestões, quanto aos aspectos legais: definir a
titularidade dos recursos genéticos (o que continua em aberto no arcabouço jurídico brasileiro); rever a MP 2.186-16/01, visando facilitar as regras de acesso para a pesquisa, determinar o fato gerador para efeito de repartição de benefícios e ampliar a segurança jurídica para a bioprospecção; aprovar a Lei de Inovação, aumentando a capacidade de gerar conhecimento; e reexaminar procedimentos de patenteamento (Lei 9.279/96). Neste aspecto, citou o fato de que o Brasil está pleiteando a exigência de identificação da localização geográfica como mais um elemento essencial para determinar a patenteabilidade do produto. Argumenta que essa exigência poderá ser questionada no âmbito da OMC, por não fazer parte do Acordo TRIPS. No plano internacional, deve-se: compatibilizar as normas do TRIPS com as da CDB, buscando incluir novos requisitos de patenteabilidade, como o citado no item anterior e a prova de consentimento prévio fundamentado; instituir sistema *sui generis* de proteção dos conhecimentos tradicionais associados; e pressionar o mecanismo financeiro interno da CDB a apoiar todos os artigos da Convenção, basicamente estimulando as ações de pesquisa e transferência de tecnologia. Finalizando, a Drª Ione apresentou o arranjo institucional e a estrutura do Programa de Pesquisa em Biodiversidade — PPBio, sob a coordenação do MCT.

**6ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 08/12/04**

- **RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO,** Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, ex-Presidente da Entidade: iniciou dizendo que o IBAMA está estruturado em sete diretorias. Uma delas, da qual ele é titular, normatiza e regulamenta o acesso à fauna e aos recursos pesqueiros no Brasil, não atuando na área de comando-e-controle. O IBAMA conta hoje com cerca de onze centros distribuídos pelo Brasil, dos quais cinco tratam de recursos pesqueiros e seis de gestão de fauna, com um total de cem especialistas distribuídos pelas unidades. O IBAMA está hoje preocupado com a revisão e a modernização dos instrumentos de controle da fauna, para cuja atividade conta com R$9 milhões por ano, geridos de forma compartilhada com os usuários na área de recursos pesqueiros. No que tange aos peixes ornamentais, o IBAMA está
reestruturando os processos de normatização, já que os mecanismos atuais não permitem um controle efetivo. Com isso, espera-se que, no futuro, se repitam com maior frequência eventos como a recente apreensão de 190 caixas de peixes ornamentais no Aeroporto de Manaus, conforme noticiado na mídia. Quanto aos crimes ambientais, como o de tráfico de animais, a legislação é frágil, o que estimula a reincidência, daí a importância da caracterização legal desse tipo penal, para distinguir o usuário dos recursos naturais do traficante. O convidado disse que o IBAMA tem norteado grande parte de seu trabalho pelas diretrizes estabelecidas pela própria CPITRAFI e pela Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada há um ano. Por designação do CGEN, o IBAMA também é responsável pela autorização de coleta de material biológico destinado a pesquisa científica. Esse processo também está sendo informatizado, tendo sido concedidas já 60 autorizações, que vêm sendo monitoradas. Espera-se, assim, passar de um estágio cartorial de controle para um real conhecimento do material pesquisado – para se ter uma idéia, hoje não se conhece nem 5% do que é coletado no Brasil. Busque-se, desta forma, atrair os pesquisadores sérios para um sistema de parceria na gestão da informação. O convidado disse que os meios disponibilizados para os entes públicos que lidam com gestão de fauna são insignificantes em face da responsabilidade de seu trabalho e que o único modo de combater a biopirataria é o investimento em pesquisa, fixando-se os pesquisadores na Amazônia. Respondendo às perguntas dos Deputados, o convidado afirmou que o orçamento total do IBAMA é da ordem de R$600 milhões, dos quais R$350 milhões são destinados a pagamento de pessoal e R$250 milhões representam o custeio da instituição, dos quais apenas R$6,2 milhões são gastos com fauna (R$4 milhões para manutenção das unidades administrativas e R$2,2 milhões nas atividades técnico-finalísticas, excluídas as ações de combate ao tráfico). Informou ainda que a invasão do escritório do IBAMA de Guarantã, MT, deveu-se à retaliação dos madeireiros contra as medidas tomadas pela entidade de restrição aos desmatamentos ilegais. Quanto ao licenciamento ambiental rural implantado há alguns anos naquele Estado, obteve grande êxito no início, havendo um arrefecimento no plano estadual com a mudança do governo em 2003, mas não no nível do Governo Federal, que o estenderá às pequenas e médias propriedades, abaixo de 200 hectares,
sem ônus para os pequenos produtores. Quanto à pavimentação da rodovia BR-163, disse que há um grupo de trabalho envolvendo mais de dez ministérios e que se prevê a criação de várias unidades de conservação e o devido controle ambiental como condicionantes da obra. Quanto à superpopulação de jacarés, tartarugas e certos peixes, afirmou que ela só pode ser averiguada por estudos científicos e, se comprovada, é possível o manejo. Ao final, disse que não conhece nenhuma ONG ambientalista de fachada.

- RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, Coordenador Geral de Fauna do IBAMA: iniciou reportando-se às leis que regem a matéria em enfoque e dizendo que sua Coordenação atua segundo três linhas de trabalho: proteção de espécies da fauna ameaçadas de extinção, gestão de uso das espécies com potencial econômico (voltada especialmente para a criação em cativeiro) e manejo de espécies em desequilíbrio na natureza (por existirem demais ou por serem exóticas ou nocivas ao equilíbrio ecológico, à agricultura e à saúde humana). No primeiro caso, adotam-se várias medidas de proteção, sendo uma delas a publicação da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, que, infelizmente, vem aumentando bastante nos últimos anos. Além dos seis centros especializados de fauna (CENAP – carnívoros e canídeos; CEMAVE – aves; RAN – anfíbios e répteis; CMA – mamíferos aquáticos; TAMAR – tartarugas marinhas, e CPB – primatas), há ainda os comitês e os grupos de trabalho, que reúnem centenas de instituições e especialistas de renome. Com a somatória dos esforços obtém-se, de forma pública e transparente, a formulação de planos de ação para a recuperação de espécies ameaçadas de extinção, como nos casos do mico-leão-dourado e do peixe-boi. Já no âmbito da segunda coordenação, de gestão de uso das espécies com potencial econômico, de relevância para esta CPIBIOP, estão cadastrados pouco mais de 2.200 estabelecimentos ou pessoas físicas que lidam com criação e/ou comércio de animais no País, cujo controle ainda é feito manualmente, mas que também está sendo informatizado. Com isso, agilizar-se-á sobremodo o processo de registro desses estabelecimentos e aumentar-se-á, mediante sistemas informatizados, o poder de controle de plantel em zoológicos (SISZOO) e de criadouros e mantenedores (SISCRIA), bem como de criadores de passeriformes (SISPASS). O controle deste último era feito de forma “terceirizada” até dois anos atrás, mas desde então o IBAMA passou a atuar
diretamente, por meio do sistema citado, que é o primeiro a ser implantado e
talvez seja o mais complexo, por envolver um grande volume de informações,
dada a existência de mais de 90 mil criadores amadoristas cadastrados no
Brasil, com mais de 1,5 milhão de aves. Nessa segunda coordenação há ainda
o processo de licenciamento de atividades com finalidade científica, que é
quase todo executado nas gerências estaduais, exceto quando se tratar de
espécies ameaçadas de extinção ou de pesquisas envolvendo mais de um
Estado, casos em que o licenciamento é feito em Brasília. Também são
emitidas licenças CITES (comércio de espécies ameaçadas) de exportação e
importação e licenças de exportação não-CITES, bem como licenças para a
realização de atividades relativas à fauna em áreas de empreendimentos.
Outro sistema que também está em desenvolvimento é o Pesquisanet,
para os
processos de pesquisa científica em andamento. O convidado informou que o
IBAMA também vem fazendo revisão, atualização e reformulação de uma série
de normas internas (instruções normativas e portarias) relativas ao manejo de
fauna silvestre, que serão disponibilizadas para consulta pública e concluídas
juntamente com a implantação dos sistemas informatizados anteriormente
referidos. Quanto aos centros de triagem, recuperação e destinação de fauna
(CETAS), que são poucos e mal equipados, já há projetos de reforma e
construção de novos em todo o País, mas, infelizmente, não há verba para
implantá-los. Há pouco tempo foi realizada a Operação Zoolegal, para vistoriar
e avaliar todos os zoológicos do Brasil. Do total de 120 existentes (21
particulares e 99 públicos), só 45 estão registrados, mas 95 foram vistoriados,
e deles apenas 40% estavam adequados. Por fim, quanto à terceira
coordenação, de manejo de espécies em desequilíbrio na natureza, citam-se
os projetos de controle e monitoramento do caracol gigante africano, do
javali, da capivara e da caturrita, além de um diagnóstico da mortalidade da
fauna silvestre em sistemas viários nacionais. O convidado reforçou a sugestão
de seu antecessor quanto à necessidade da revisão das normas ambientais,
e especial no que tange ao tráfico, uma vez que os traficantes são presos e
logo soltos, voltando a atuar. Citou o caso da ararinha-azul, hoje só encontrada
em cativeiro e extinta na natureza, e da arara-azul-de-lear, da qual ocorrem
apenas cerca de 400 exemplares no Raso da Catarina, na Bahia. Sugeriu que
fosse convidada para depor nesta CPIBIOPI a agente Kilma Raimundo Manso,
da Polícia Federal, hoje cedida ao IBAMA, chefiando a Estação Ecológica do Raso da Catarina, Bahia, que poderá dar importantes informações sobre o tráfico das araras citadas. Respondendo às perguntas dos Deputados, o convidado disse, a respeito dos ataques de jacarés, que há anos o IBAMA mantém dois projetos de criação desses répteis para a coleta de ovos e criação em cativeiro para a retirada da pele e da carne, um no Pantanal (Mato Grosso do Sul) e outro na Amazônia, que são manejos experimentais e também uma forma de controle populacional da espécie.

-DENER GIOVANINI, Coordenador da RENCTAS: o convidado iniciou falando que o combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil deve compreender o fortalecimento de uma política pública ambiental que envolva o Governo, a sociedade civil, o setor produtivo e outros. Infelizmente, o meio ambiente ainda não é prioridade em nosso País, com escassos recursos destinados ao setor. A base para a política proposta está calcada na legislação, e nossas normas de meio ambiente são muito boas, em tese, mas, na prática, ficam atreladas à legislação penal e processual penal, que entende que os crimes com penas inferiores a dois anos de reclusão são de menor potencial ofensivo, o que praticamente vem inviabilizando o poder de repressão da legislação ambiental. Hoje, as multas nunca são pagas e acabam até estimulando o crime ambiental, pois esse não pagamento não traz nenhum prejuízo prático para os traficantes. Seria mais vantajoso, por exemplo, aplicar uma multa de apenas R$50,00, mas inscrever o nome do criminoso no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, pois isso, pelo menos, o impediria de abrir conta em banco ou fazer crediário. O pior ainda é que nem os poucos recursos arrecadados com as multas voltam para os órgãos ambientais, sendo destinados ao caixa único do Governo. Outra dificuldade de nossa legislação é o distanciamento das legislações ambiental e penal. Segundo o convidado, o valor máximo de fiança aplicado para o crime de tráfico de animais silvestres é de R$350,00, o que faz com que o meliante saia rapidamente da delegacia e, mesmo que seja condenado, o que não é comum, a pena que recebe é de prestação de serviços à comunidade ou distribuição de cesta básica. Assim, ou se mexe no Código Penal, o que é difícil, ou se mexe na legislação ambiental, para torná-la mais efetiva. Poderia ser implantada uma agência ou comitê, a exemplo dos Estados Unidos (onde existe a Law Enforcement), exclusivo para
a aplicação da lei ambiental, o que ajudaria a identificar os gargalos e buscar formas de superá-los. Segundo o convidado, o Poder Judiciário é muito pouco convocado, no Brasil, para participar do esforço de preservação de nossa fauna. Com relação aos criadouros, a verdade é que hoje ainda não existem recursos técnicos e financeiros para fiscalizá-los, e eles necessitariam passar por um recadastramento. Quanto à importação de fauna, há regulamentações discrepantes entre os diversos órgãos públicos afetos à matéria, tais como o IBAMA, o Ministério da Agricultura, a Receita Federal, a Polícia Federal e outros, citando o caso da importação de avestruzes, em que essa falta de integração é patente. Outro problema existente diz respeito à entrada de animais no Brasil, contaminando as espécies nativas da nossa fauna e disseminando pragas, com prejuízos também à saúde e ao agronegócio, além de danos políticos. Nosso País não suportaria revzes tais como o da “vaca louca” e da gripe aviária. Para o convidado, o Brasil, sozinho, não vai resolver o problema do tráfico de animais silvestres, por maiores investimentos que se façam no setor, pois, enquanto houver demanda, o tráfico persistirá. Assim, há que empreender ações de desestímulo à compra ilegal e de conscientização da população, tendo sempre em mente que na raiz da cadeia do tráfico está a pobreza e a miséria. Sem o oferecimento de opções de geração de renda e de desenvolvimento sustentável para aqueles que estão na ponta da cadeia, que dependem dos recursos naturais para sobreviverem, não se conseguirá deter o tráfico. Respondendo às perguntas dos Deputados, disse que a afirmação da Renctas, de que de cada dez animais traficados, nove morrem durante a coleta ou o transporte, provém de um estudo de 1993. O convidado concorda com essa estimativa, achando, mesmo, que ela é ainda maior, em vista do desequilíbrio que a retirada dos espécimes de seu meio provoca na cadeia biológica e também se for considerada a baixa sobrevivência em razão de maus-tratos, erros de manejo e inadequação da alimentação após os animais chegarem ao seu destino final. Disse também que a Renctas tem como orçamento médio cerca de R$40 mil/mês, advindos das taxas administrativas de 5% a 8% de cada projeto e, principalmente, de doações e parcerias com a iniciativa privada, tais como o Grupo Klabin, o Grupo Itapemirim, a Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Gulf Invest. A Renctas tem uma auditoria independente e presta contas anualmente ao Ministério da Justiça, por ser uma
ONG de utilidade pública federal. Questionado se conhecia pessoas ou entidades suspeitas de biopirataria que deveriam ser investigadas por esta CPIBIOPI, disse que sim, que mandaria detalhada descrição por escrito no prazo de uma semana. O convidado disponibilizou para a CPIBIOPI dez exemplares da obra Vida à Venda, publicada em parceria com o IBAMA, e disse ainda que o Estado tem de se fazer presente junto às comunidades da Amazônia, do Pantanal e outras, como nos casos do ecoturismo e dos peixes ornamentais, cuja criação em cativeiro e comércio poderiam ser legalizados, diminuindo, assim, a ação do biopirata.

7ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 15/12/04

- MARCELO PAVLENCO ROCHA, Presidente da SOS FAUNA: iniciou afirmando que a organização foi fundada em 1989 e destina-se a realizar ações de repressão ao tráfico de animais silvestres, sempre acompanhada das autoridades competentes. Disse que, após algum tempo fazendo essas ações, a organização percebeu que a taxa de óbitos de animais apreendidos é muito alta em razão de operações mal realizadas. A partir daí, a SOS FAUNA também se especializou em primeiros socorros aos animais, para tentar diminuir essa cifra. Hoje, há um projeto para recolocação de vida silvestre em seu hábitat natural, por meio de um centro de manejo que será implantado em Juquitiba. Nas áreas rurais, há pessoas que capturam os animais somente para mantê-los e criá-los e pessoas que os capturam para a venda nas feiras locais e depósitos clandestinos. Existem depósitos clandestinos em quase todas as cidades do Nordeste, podendo ser citados como exemplos as cidades de Vitória da Conquista, Feira de Santana, Patos e Campina Grande. O consumidor final, muitas vezes, viaja para obter esses animais; em outras ocasiões, o traficante os traz para o Sudeste e o Sul. Nessa regiões, também há depósitos clandestinos, que atendem as feiras do rolo, os sacoleiros e o próprio consumidor final. De maneira geral, os animais silvestres apreendidos vão para um centro de triagem e, após, são repassados para os criadores conservacionistas e comerciais. Hoje, há milhares de animais que nunca voltarão ao seu hábitat natural. Esses são apenas encaminhados aos criadores e “legalizados”. Às vezes, chega a haver um favorecimento das
autoridades para enviar os animais para determinados criadores, principalmente quando os bichos são dóceis. Há diversos animais também soltos sem critério, estudo e de maneira irregular, o que acaba por prejudicar o ecossistema que os recebe. No caso da apreensão de psitacídeos - papagaios, maritacas etc. - esses bichos jamais retornam à natureza, pois é muito difícil a sua readaptação. Assim, são os criadores comerciais que acabam sendo os grandes beneficiados das apreensões. As multas aplicadas pelas autoridades também dificilmente são pagas. Acredita que a afirmação de que são retirados 38 milhões de animais de nossa floresta todo ano é no mínimo estranha, pois é muito difícil atribuir dados a uma atividade ilícita. A afirmação de que para cada animal traficado nove perdem a vida também é completamente desprovida de fundamento. O animal é a moeda do traficante, o ganha-pão. A maior taxa de óbito ocorre em decorrência das apreensões mal realizadas pela polícia e da falta de primeiros socorros. Consignou que a divulgação de altos valores atribuídos a venenos de serpentes e a animais silvestres somente vem a fomentar o tráfico, não ajuda em nada. Enquanto na Internet o valor do grama do veneno de uma coral verdadeira está estipulado em US$ 31,000.00, segundo o Instituto Butantan, esse produto pode ser comprado de maneira regular por até cem dólares. Uma arara canindé pode ser comprada de um criador cadastrado por R$1.800,00. Por que alguém pagaria dez mil dólares por essa ave de forma ilícita, quando pode pagar R$1.800,00 e obtê-la da maneira correta? Entretanto, declarou, hoje é muito fácil para um criador comercial esquentar animais silvestres traficados. Para evitar esse procedimento, só resta ao IBAMA realizar auditorias em criadores comerciais e, em caso de dúvida, solicitar o DNA dos animais. Acredita que, em breve, sairá uma portaria exigindo o exame de DNA de animais vendidos em cativeiro. Os dias em que mais chegam denúncias ao IBAMA são aos sábados e domingos, ocasião em que o órgão infelizmente não funciona. No Pará, impressiona a quantidade de produtos da fauna silvestre comercializados livremente no mercado Ver-o-Peso. Todo o comércio ocorre ao lado das autoridades, que “pouco” ou “nada” podem fazer para evitar o tráfico. Em operação realizada pela SOS FAUNA no mercado, foi comentado pelos comerciantes que qualquer ação policial na feira espantaria os turistas que ali se encontram. Também surgiram denúncias de que, em Belém, o IBAMA somente agiria sob encomenda, apreendendo
animais já solicitados por criadores cadastrados. Expôs diversas fotografias de peles e partes de animais silvestres sendo vendidas e expostas livremente e mostrou um posto da Polícia Militar em frente ao mercado. Houve fotos, inclusive, mostrando policiais ao lado das barracas. Em cinco dias no mercado Ver-o-Peso, conseguiu-se uma onça pintada pelo preço de R$1.000,00, que depois foi entregue à Universidade Federal da Amazônia. Revelou que, em São Paulo, ao fundo do 49º Distrito Policial, funciona uma “feira do rolo”, afirmando que essa situação é comum em todo o País. O comércio ocorre sob os olhos das autoridades. Declarou que foi divulgado um documento pelo Ministério do Meio Ambiente admitindo que têm ciência de “feiras do rolo” na Paraíba e que não consegue entender por que, mesmo após essa divulgação, as feiras continuam funcionando. Um fato que merece grande atenção é que, apesar de as feiras serem centenas Brasil afora, o maior comércio de animais silvestres ocorre através dos depósitos clandestinos que, além de abastecerem as feiras, abastecem ainda os sacoleiros, aviculturas, pequenos atravessadores e o próprio consumidor final, dando uma triste dimensão do que realmente ocorre em nosso País. Relatou que, em muitos municípios, dificilmente se pode contar com autoridades locais nas ações de repressão ao tráfico de vida silvestre, citando como exemplo a cidade de Poções/BA. Afirou que, há cerca de dois anos, cinco araras azuis apreendidas no Município de Lizarda/TO foram enviadas ao Zôo de Brasília, mas que, atualmente, somente duas araras se encontram no local. As outras três foram encaminhadas a um criador comercial do Distrito Federal de nome Apoena. Na sua opinião, nada justifica o envio das araras ao zôo e ao criadouro, pois elas, por serem adultas, poderiam ter sido recolocadas em seu hábitat natural. Na madrugada do dia 10 para o dia 11/12/01, mais de 300 aves ameaçadas de extinção apreendidas em operação realizada pelo 9º Distrito Policial de São Paulo simplesmente desapareceram, tomando destino desconhecido. Em 09/12/04, a SOS FAUNA soube que a delegada responsável - Dra. Sandra Márcia Buzate - foi absolvida, mas até hoje ninguém sabe para onde as aves foram.

- ANTONIO HERMAN DE VASCONCELOS E BENJAMIN, Procurador de Justiça de São Paulo: iniciou afirmando que a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) teve alguns objetivos claros: a normatização e sistematização dos tipos penais relacionados ao meio
ambiente, a modernização da tipologia administrativa e a correção dos exageros existentes na legislação anterior. Disse que, antes da lei, a legislação era considerada demasiadamente rigorosa, pois todos os crimes contra o meio ambiente eram inafiançáveis. Após a promulgação da lei, entretanto, o excesso de rigor foi substituído por uma legislação excessivamente branda, que não reprime de maneira eficaz as infrações. Asseverou que a Lei de Crimes Ambientais tem diversos defeitos: a) trata de maneira igual situações de gravidade distinta, exemplificando: estão no mesmo tipo penal infrações praticadas contra espécies ameaçadas de extinção e espécies que não estão ameaçadas; não há um tipo específico para o tráfico internacional de animais silvestres, não há diferenciação entre o infrator miserável e o de alta qualificação. Ressaltou que, quando se cuida de biopirataria, colocar todos na vala comum traz grandes problemas, pois não pode ser apenada da mesma maneira a população tradicional que comercializa animais para subsistência e o grande traficante. Declarou, ainda, que o fato de todos os crimes ambientais serem apenados com detenção impossibilita a adoção de uma série de medidas judiciais necessárias para combatê-los, como a expedição de carta rogatória e a quebra de sigilo telefônico. A extensão da pena, segundo o ilustre palestrante, também é muito pequena. Hoje, os crimes contra a propriedade privada têm pena cominada muito superior à daqueles que visam à proteção da vida e da saúde pública. Enquanto quase todos os crimes contra o meio ambiente são de menor potencial ofensivo, crimes contra a propriedade intelectual, por exemplo, tiveram recentemente a pena aumentada.

- CORONEL ANTÔNIO CARLOS DE BRITO AZEVEDO, Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental do Pará: iniciou afirmando que o Estado do Pará é o segundo maior do País, tendo 24% de suas terras cobertas pela Floresta Amazônica. Disse que, entre os diversos problemas ambientais, destacam-se: a) os desmatamentos voltados para a pecuária e a monocultura da soja; as queimadas e incêndios florestais e a exploração ilegal de madeira; b) os conflitos agrários: grilagem de terras particulares e públicas: unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas; c) atividade garimpeira e d) a biopirataria e o tráfico de animais. Declarou que, atualmente, a política ambiental do Estado visa à promoção do desenvolvimento sustentável e à construção da paz social, mas o policiamento não é suficiente.
Na região do Marajó, por exemplo, há apenas 30 policiais militares para fiscalizar 16 municípios, sendo que, em algumas épocas do ano, leva-se cinco dias para se chegar a determinados locais. As principais atividades da polícia ambiental do Estado são: policiamento nas unidades de conservação, rios, portos, feiras-livres e terminais rodoviários, além de palestras e exposições ligadas à educação ambiental. Disse que, embora em 2003 o valor das multas aplicadas tenha sido de R$2.243.328, em 2004, em razão das eleições, o valor caiu consideravelmente, pois não houve repasse de verbas pelo Governo Federal aos órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente convenientes com a polícia ambiental. A ausência de recursos impossibilitou melhor atuação do batalhão e um número insignificante de multas foi aplicado. Assentou que os biopiratas se disfarçam de turistas, pesquisadores, empresários, estudantes, missionários de várias seitas e religiões, jornalistas de periódicos do mundo inteiro, equipes de cinema e televisão, dirigentes e membros de ONGs etc. O Brasil é o campeão mundial da biodiversidade e por isso um grande alvo da biopirataria. Calcula-se que cerca de 38 milhões de animais sejam levados para fora do País. Aqui, o crime ambiental representa algo em torno de U$ 1,5 bilhão, sendo grande parte dos animais levada para fins de biopirataria. Os principais consumidores são: EUA (maior consumidor de vida silvestre do mundo), Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Inglaterra, Suíça, Grécia, Bulgária, Arábia Saudita e Japão. A biopirataria também é facilitada pela globalização, que multiplicou as oportunidades para registro de marcas e patentes em âmbito internacional. São casos de registros de patentes: andiroba, copaíba, curare, bibiri, crotão, jaborandi, genipapo e camu-camu. Até sangue humano, como o dos povos Karitiana, Suruí e Içanomâmi, já foi parar em bancos de células norte-americanos. Dentre os diversos animais traficados, citou a borboleta azul, o sapo dendrobata, o besouro de carapaça grande, a sucuri, a aranha caranguejeira, a jara e o mico-leão. Dentre as plantas, mencionou a casca e folha de graviola, a espinheira santa, as plantas carnívoras amazônicas, o óleo da copaíba, as ervas aromáticas e a hortelã. Terminou sua exposição, propondo algumas ações para o combate aos crimes ambientais, a saber: fiscalização integrada dos órgãos e instituições ambientais (local, nacional e internacional); capacitação dos agentes públicos; intensificação da fiscalização nos principais portos, aeroportos, alfândegas,
terminais rodoviários e nas fronteiras; desenvolvimento da atividade de inteligência; aprimoramento das alternativas de renda sustentável para as populações locais, como: ecoturismo, manejo sustentável etc.; criação de conselhos ambientais de defesa da biodiversidade; política de incentivos ao desenvolvimento da biotecnologia nacional; critérios mais rigorosos na aprovação e fiscalização de projetos de pesquisa biotecnológica e divulgação pela mídia de assuntos relacionados à biopirataria.

8ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 23/02/05

- GUARINO RINALDI COLLI, Professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília – UnB: o depoente iniciou colocando-se à disposição da Mesa para perguntas. Respondendo ao Relator da CPIBIOPI, Deputado Sarney Filho, disse que as atividades que desenvolve abrangem a supervisão do intercâmbio entre a UnB e a Universidade de Oklahoma (USA) para projetos de pesquisa científica voltados para a conservação da herpetofauna brasileira. Segundo ele, o controle das atividades desenvolvidas pelos pesquisadores se dá diretamente pelos professores envolvidos, pelos departamentos e institutos a que estão filiados, pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação e, por fim, pela Reitoria. Para ele, a legislação brasileira sobre patrimônio genético é boa e o controle governamental é suficiente, diante do tamanho do País, mas a fiscalização poderia ser melhorada. Segundo ele, a MP 2.186-16/01 é bem detalhada, prevê quase todos os casos de atividades envolvendo o patrimônio genético e atende às necessidades de controle de acesso a ele. O depoente respondeu ainda que não tem conhecimento de pessoas envolvidas com atividades irregulares de acesso a material genético nacional ou sua remessa para o exterior. Quanto ao projeto “Gradientes de Espécies, Biodiversidade e Fitoecologia de Anfíbios e Répteis, na região de contato entre o Cerrado e a Amazônia, e Ecologia de Anfíbios e de Répteis do Cerrado”, é autorizado pela Portaria 889/03, assinada pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, e iniciou suas atividades ao final de 2004, ainda não tendo havido o envio de nenhum exemplar da fauna brasileira para a Universidade de Oklahoma. Perguntado pelo Presidente da CPIBIOPI, Deputado Mendes Thame, a respeito do envio
de exemplares de répteis e anfíbios para a Universidade de Oklahoma em anos anteriores, confirmou que tal remessa foi autorizada pelo IBAMA, em 1995, pela Portaria nº 170/94 do MCT, com a correspondente licença CITES. Nessa ocasião, os pesquisadores americanos Laurie Joseph Vitt e Janalee Paige Caldwell, ambos do Museu de História Natural de Oklahoma, desenvolviam projetos de expedição científica juntamente com o Museu Paraense Emílio Goeldi, sob a supervisão e responsabilidade (junto ao CNPq) de Teresa Cristina Sauer de Ávila Pires. O depoente disse também que o Sr. Donald Beardsley Sheppard, orientado da Dra. Caldwell, participa do atual projeto sob sua supervisão e não estava envolvido com tal remessa. Os exemplares enviados em 1995 tinham a finalidade de pesquisa científica, sendo alguns da espécie *Dendrobates casteneoticus* (“rã-da-castanha”), que há pouco havia sido descrita pela Dra. Caldwell. As pesquisas realizadas pela Dra. Caldwell foram divulgadas e o Zoológico de Oklahoma City acabou organizando uma exibição, na qual alguns dos exemplares expostos aparentemente foram furtados. Posteriormente, houve uma tentativa de exportação desses animais para a Holanda, mas os animais não foram comercializados, porque a autoridade CITES daquele país, o Dr. Marinus Hoogmoed, era, coincidentemente, marido da Dra. Teresa Cristina Pires. Ele contatou imediatamente o Museu de Oklahoma e impediu a venda, e a licença de exportação do comerciante, o Sr. Ronald Gagliardo, foi então revogada. Devido a esses acontecimentos, os Drs. Vitt e Caldwell enviaram correspondência ao IBAMA explicando o ocorrido e entabularam-se conversações que resultaram na elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que considera que os eventos que resultaram na tentativa de comercialização de espécies de *Dendrobates casteneoticus* não resultaram de má-fé dos pesquisadores americanos. Os Drs. Vitt e Caldwell assumiram diversos compromissos junto à instituição brasileira, incluindo a tentativa de localização e repatriação de quaisquer exemplares da rã-da-castanha que porventura ainda existissem no Zoológico de Oklahoma ou em outros zoológicos norte-americanos. À medida que narrava os acontecimentos, o depoente repassava cópias da documentação à CPIBIOPI. Em seguida, de posse de cópia do TAC, o depoente citou algumas obrigações dos pesquisadores americanos e os nomes dos zoológicos que receberam exemplares do Zoológico de Oklahoma, que
foram contatados e responderam que todas as rãs recebidas haviam morrido. Segundo o depoente, as rãs em questão são animais bastante pequenos, de cerca de dois a três centímetros de comprimento, com vida curta e extremamente adaptados às condições ambientais da Amazônia brasileira, sendo que a reprodução desses animais em cativeiro não é fácil e, nesses casos em que os animais foram para outros museus, toda a prole morreu.

Questionado pela Deputada Perpétua Almeida, o depoente esclareceu que os resultados dessas pesquisas feitas no Brasil são de amplo conhecimento da comunidade científica brasileira, estando mesmo divulgados no site da UnB na internet, bem como expostos em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais e, ainda, têm servido para subsidiar decisões governamentais e atividades ligadas à conservação do meio ambiente.

Ao Presidente Mendes Thame informou que é graduado em Ciências Biológicas, tem mestrado em Ecologia e doutorado em Zoologia e que seus interesses não abordam a Farmacologia, ou a identificação, a bioprospecção ou quaisquer atividades relacionadas ao uso comercial de substâncias porventura extraídas da secreção cutânea desses anfíbios. Segundo ele, os interesses dos Drs. Vitt e Caldwell são os mesmos, a finalidade para a qual o pedido de exportação foi feito era apenas a de estudo da biologia reprodutiva e do comportamento da espécie e desconhece qualquer laboratório ou pesquisa em andamento sobre as secreções cutâneas dos anfíbios. Ao Deputado Lupércio Ramos esclareceu que a colaboração científica é uma parceria, é uma via de mão dupla, em que existe o interesse mútuo de duas ou mais instituições, normalmente universidades ou institutos de pesquisa, para o desenvolvimento de atividades, com finalidade comum, tanto para a produção de conhecimentos quanto para a obtenção de recursos e fomento para que as atividades se desencadeiem. Muitas vezes, as agências de fomento na esfera governamental requerem que essas parcerias existam para que os projetos sejam financiados. Segundo ele, isso antes era mais freqüente, mas hoje as universidades e os institutos de pesquisa brasileiros estão bastante avançados, daí o fato de que a UnB possui vários projetos que não envolvem parceria com instituições estrangeiras. Após o Deputado Sarney Filho demonstrou preocupação acerca do furto desses espécimes de rã no exterior, sua destinação e a eventual punição dos culpados. O Presidente Mendes Thame, ao lembrar da disputa internacional...
pelo registro do princípio ativo da secreção do sapo kambô, perguntou ao 
depoente se sabia de alguma correlação entre o caso dessa rã e o que vem 
sendo pesquisado com o sapo kambô, se havia algum artigo científico, 
pesquisa ou indícios de que essa rã possa ter no seu veneno alguma vantagem 
farmacológica, ao que o depoente respondeu não ter conhecimento de nada.

- FRANCISCO LUIZ CÂMARA TAVARES, Coordenador 
Substituto da Coordenação Geral de Fauna do IBAMA / Autoridade CITES: 
não houve tempo para que o representante do IBAMA prestasse seu 
depoimento no dia 23/02/05, mas foram-lhe feitas perguntas pelos 
Parlamentares, as quais ele respondeu por escrito posteriormente, 
encaminhando-as a esta CPIBIOPI. Os principais pontos abordados foram os 
que se seguem. A respeito do princípio ativo da secreção do sapo kambô, 
cujos direitos de propriedade teriam sido reivindicados em 2003 pelos índios 
Katukina, informou que não houve o encaminhamento formal de tal 
reivindicação ao IBAMA. O que ocorreu foi o envio de carta à Ministra Marina 
Silva solicitando a proibição do uso da “vacina do sapo” e a realização de 
estudos que avaliem tanto seu potencial de uso econômico quanto seus efeitos 
a população branca. Disse que existem dezenas de pedidos de registro de 
patente referentes a esse princípio ativo no exterior e que, no Brasil, tal 
competência é do INPI. Sobre coleta de exemplares de sapos kambô por 
pesquisadores, afirmou que hoje só há duas solicitações, a primeira de Carlos 
Bloch Júnior (UnB/Embrapa) e Marcelo Gordo (Univ. Amazonas) e a segunda 
de Carlos Alberto Jared (Instituto Butantan). Quanto às rotas de tráfego e pontos 
de captura e de venda de animais apontadas no relatório final da CIPITRAFI, 
disse que têm sido realizadas operações rotineiras e ostensivas de 
fiscalização, bem como barreiras rodoviárias nas principais rotas. Afirmou que 
ão há nenhuma licença emitida pelo IBAMA em nome de Milan Hrabovsky. 
Quanto à intensificação das ações de fiscalização na Amazônia Legal, negou 
decorrerem das pressões internacionais pelo assassinato da Irmã Dorothy, mas 
dos projetos ora desenvolvidos na região (ARPA, PAS e Plano de Combate ao 
Desmate). Por fim, afirmou não ter acesso a processos administrativos 
disciplinares ou inquéritos instaurados no IBAMA, que estão afetos à 
Coordenadoria de Processos Disciplinares – COPDI.
- FERNANDO DAL’AVA, Diretor Substituto da Coordenação Geral de Fauna do IBAMA: iniciou sua fala dizendo que, no que tange ao comércio de artesanato indígena, as relações do IBAMA/IBDF com a FUNAI datam basicamente de 1982, quando esta solicitou o registro de sua loja Artíndia junto ao primeiro, em razão do que preconiza o art. 16 da Lei nº 5.197/67 (que institui o registro das pessoas físicas ou jurídicas que negociem com animais silvestres e seus produtos). Desde essa época, já se sabia que o assunto era muito delicado, porque incentiva a matança de animais, embora outros nele enxerguem o usufruto da terra indígena. Disse também que, em 1993, foi assinada uma portaria pelos Ministérios da Justiça, Minas e Energia e Meio Ambiente determinando o estabelecimento de programas de cooperação. Também a Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 1992, validada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 1994, em seu art. 10, versa sobre a “utilização sustentável de componentes da diversidade biológica” e indica que cada parte contratante deve proteger e encorajar a utilização costumista de recursos biológicos, de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e utilização sustentável. No espírito desses princípios, o IBAMA baixou uma Portaria, a de nº 29, que trouxe alento, pois fez uma listagem do que era considerada fauna doméstica e determinou o que era fauna silvestre, e isso beneficiou muitas comunidades indígenas que trabalhavam com animais ditos domésticos. O Conama também, em 2000, chegou a trabalhar a regularização dos conflitos decorrentes de sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação de uso sustentável. Mais recentemente, foi publicado o Decreto nº 5.051, de 19/04/04, de inteiro teor da Convenção nº 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais, cujo art. 23 estabelece: “O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e as atividades tradicionais e relacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua auto-suficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os Governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades”. O depoente concluiu dizendo que há que trabalhar intensamente na aplicação do que diz esse art. 23, de modo a se ter um melhor
encaminhamento para essa questão, que afeta diretamente o artesanato indígena. O Relator Sarney Filho argumentou que, embora o modo tradicional de viver das comunidades indígenas deva ser não só respeitado, mas assegurado, ele, pessoalmente, não vê como ganho o fato de se incentivar a venda de produtos artesanais oriundos da nossa fauna, principalmente daquela em extinção. Segundo ele, nesse tema, quem sai ganhando são os intermediários, que se valem dos furos na legislação para incrementar um comércio que é ilegal e vai contra os interesses do Brasil, da nossa biodiversidade e das próprias comunidades indígenas. Estas podem explorar produtos de suas terras, até madeira nobre, desde que de maneira sustentável. O Deputado se considera um entusiasta defensor das causas indígenas e, para ele, a criação de reservas indígenas na Amazônia não afeta a nossa soberania; o que a afeta é o desmatamento ilegal, o trabalho escravo, a ilegalidade. Respondendo às perguntas do Parlamentar, o expositor afirmou que Rosita Herédia fez, em 1993, um requerimento ao IBAMA dizendo que já colecionava peças, compradas da Loja Artíndia (mais de 700, entre 1978 e 1993), solicitando licença para exportá-las, o que foi concedido. Essas licenças foram dadas em nome dela (importadora: Rosita; exportadora: Rosita), e a finalidade da exportação era cultural, não comercial. As licenças depois foram canceladas, porque ela não conseguiu levar as peças, e foram revalidadas mais tarde, em 1993. Com relação às peças apreendidas pela Polícia Federal, o expositor disse que não tinha conhecimento do inteiro teor da apreensão, razão pela qual não quis se pronunciar a respeito. Perguntado com base em quais parâmetros o IBAMA fazia a avaliação dos processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior, disse que, até 1998, quando entrou em vigor a Portaria nº 93/98, não havia nada na legislação a respeito, mas que a partir daí o IBAMA passou a ouvir a FUNAI, constando cada autorização em autos processuais públicos. Hoje, com a Convenção CITES, há a obrigação de se fazer uma descrição do conteúdo das peças, por exemplo, se há pena de arara, dente de jacaré (e se é de jacaré-açu ou de jacaré-de-papo-amarelo) etc. Segundo ele, obviamente, a FUNAI é ouvida e dá o parecer sobre isso, se pode ou se não pode. Afirmou que só teve um contato com Rosita Herédia há uns quatro anos, como se atende a qualquer um que necessita de algo do IBAMA, mas que não conhece o Sr. Milan Hrabovsky,
nunca tendo tido contato com ele, nem por telefone nem por e-mail. Disse que, quando foi Autoridade Administrativa CITES, sentia um desconforto muito grande quanto ao tráfico de animais, porque emitia licença aos “clientes” do IBAMA, mas à época não tinha condições até humanas para exercer o controle sobre a saída ou a entrada de produtos no País. Agora, com o reforço institucional do órgão, o controle de peças poderá ser melhorado, embora haja aquelas peças pequenas que, muitas vezes, passam no bolso dos passageiros no aeroporto sem serem detectadas. Da mesma forma, no que tange ao acesso ao patrimônio genético e sua remessa ao exterior, o IBAMA hoje é credenciado pelo CGEN para autorizá-lo e, muitas vezes, esse material vai em frascos pequenos. Ele também crê que a atividade de fiscalização, principalmente nos portos e aeroportos do País, deve ser incrementada, mediante a atuação conjunta do IBAMA com a Polícia Federal e com a implantação, nos principais aeroportos do País, de escritórios de fiscalização do IBAMA. Disse desconhecer pessoas envolvidas com o tráfico ilegal e que na Coordenação Geral de Fauna do IBAMA há uma Coordenação de Proteção de Espécies voltada, única e exclusivamente, para o trato das espécies ameaçadas de extinção, cuja listagem aumentou em 70% nos últimos dois anos. Respondendo à Deputada Perpétua Almeida, disse que as espécies mais cobiçadas pelos traficantes são os psitacídeos ou as aves de bico torto ou os papagaio, as araras. O Brasil é o segundo país do mundo em espécies de aves, só perdendo para a Colômbia, e é o único país que possui seis espécies de araras grandes, das quais duas estão no limiar da extinção: uma, a ararinhazul (Cyanopsitta spixii), não existe mais na natureza, e a outra é a arara-azul-de-lear, da qual existem menos de 500 espécimes no Raso da Catarina, na Bahia. A ararajuba, toda amarela com a ponta da asa verde, é outra espécie que desperta a atenção dos colecionadores. À Deputada Maria Helena o expositor esclareceu que a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA não age diretamente no viés fiscalizatório, mas envia à Diretoria de Proteção Ambiental, que é a incumbida da fiscalização, todas as demandas que lhe são encaminhadas. Disse que, recentemente, a FUNAI mandou recolher, por meio do Ofício 077, todo o artesanato indígena das lojas Artíndia e nos depósitos. Mas ele fez a ressalva de que as cestarias ou todo aquele produto produzido pela comunidade indígena que não envolva partes ou
produtos de fauna silvestre deveriam ser estimulados. Ao Deputado Lupércio Ramos o expositor declarou que os afazeres do IBAMA são tantos que a questão do artesanato indígena, se tem base sustentável ou não, fica realmente relegada a segundo plano. Disse também que não vê problema algum, por exemplo, na utilização de ossos de macaco usado na alimentação para compor esse ou aquele colar, esse ou aquele artefato. Com relação aos peixes ornamentais, disse que desconhece a denúncia da Renctas de que está havendo evasão para países vizinhos. Em respostas por escrito posteriormente enviadas à CPI, o depoente referiu-se a contratos casados de doação e empréstimo de uma coleção composta por 607 itens de arte indígena entre os Museus do Índio (Brasil) e de História Natural de Lille (França). Este teria adquirido tal coleção na Casa do Amazonas, em São Paulo, e a estaria doando à FUNAI, especificamente ao Museu do Índio, contanto que este a emprestasse para exposições no Museu de Lille por cinco anos, podendo tal prazo ser renovado por igual período. Os contratos efetivaram-se, a despeito de parecer contrário da Procuradoria Federal da FUNAI no Rio de Janeiro, que afirmou sugerirem eles vício de simulação.

- OTACÍLIO ANTUNES, ex-Chefe do Departamento de Artesanato Indígena e ex-Presidente da FUNAI: iniciou dizendo que a maioria dos povos indígenas, por tradição, em seus ritos, hábitos e costumes, sempre desenvolveram artesanatos envolvendo a arte plumária. Ao longo dos anos, com a divulgação dessas peças, várias pessoas, tanto da FUNAI quanto de fora, começaram a despertar interesse na comercialização em grande escala, e a produção de artesanato indígena passou a ser uma atividade econômica. Disse que, na maioria dos casos, principalmente na região amazônica, a sobrevivência desses povos é oriunda de seu trabalho artesanal, mas que nunca defendeu a produção em grande escala, pois é necessário preservar a fauna e a flora. A questão é que a FUNAI não tem muito a oferecer aos índios para eles pararem de produzir esse artesanato, por falta de recursos. À medida que o índio se torna aculturado, ele tem novas demandas, como as nossas. Também é difícil inibir o ingresso de pessoas, sem autorização da instituição, nas terras indígenas; eles vão lá diretamente e alimentam a produção dessas peças, comprando em grande escala. Para resolver isso, ele recomenda o fortalecimento do quadro de servidores e a
realização de parcerias com entidades dos diversos níveis de governo e até com instituições internacionais. Concluiu dizendo que hoje, no Brasil, há cerca de 700 terras indígenas, o que representa 12,3% do território nacional, sendo difícil fiscalizar essa imensidão, principalmente em região de fronteira. Antes de efetuar as perguntas ao depoente, o Relator da CPI afirmou que esse artesanato oriundo da fauna, em larga escala, é insustentável, pois depende de recursos que são esgotáveis. Na sua opinião, dever-se-ia proibir a comercialização de artesanato oriundo de determinadas espécies da nossa fauna, tais como animais em extinção, o que poderia ser uma recomendação desta CPI. Respondendo às perguntas dos Deputados, o depoente afirmou que, a respeito da exportação das peças de artesanato indígena pela Sra. Rosita Herédia, no momento em que a instituição FUNAI deu a ela uma declaração para atender à sua solicitação para complementar a documentação junto ao IBAMA, que é a instituição responsável e credenciada para emissão desse certificado de exportação, ele entende que foi uma exportação regular. Mas se ela comercializou essas peças, aí cometeu um ato ilícito, porque o certificado não a credenciava para isso, apenas para intercâmbio cultural, o que é permitido pela própria lei e pela Convenção CITES. Disse que, em agosto de 2000, ele ocupava a chefia do Departamento de Artesanato e foi procurado pela Sra. Rosita Herédia para que fornecesse uma declaração, para complementação de documentação junto ao IBAMA, em que constasse ser ela aquisitora e detentora de artesanato indígena junto à própria FUNAI. Ele disse que não a conhecia, ela lhe foi trazida por pessoas da própria instituição, que já a conheciam há muitos anos, pois desde 1978 ela mantinha o costume de comprar artesanato. E, afirmou, considerando-se que em 1993 a FUNAI já havia fornecido o mesmo tipo de declaração, reconhecendo esses produtos que ela adquiria, ele não viu nenhum problema em fornecê-la. Afirrou que esse foi o único contato que manteve com ela e que desconhece o norte-americano Milan Hrabovsky. Quanto aos parâmetros da FUNAI para avaliar os processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior, disse que confiabilidae ao Departamento de Artesanato Indígena, que comercializa esses produtos e que conhece os compradores, e ainda que há notas fiscais emitidas por ocasião da venda desses produtos. Posteriormente, em respostas escritas às perguntas formuladas pelos Deputados, esclareceu
que, durante os pouco mais de dois anos e meio em que esteve à frente do Departamento de Artesanato Indígena, a declaração de propriedade das peças de artesanato solicitada pela Sra. Rosita Herédia foi a única desse tipo por ele emitida, mas ela não autoriza a saída de peças, pois é de competência exclusiva do IBAMA emitir o certificado para tal objetivo.

9ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 02/03/05

- WALDEMIR KRAMER, Sócio-Proprietário da Kramer Escritório Imobiliário: atestou ser corretor de imóveis há aproximadamente 22 anos, com escritório de sua propriedade localizado na cidade de Manaus, denominado Kramer Escritório Imobiliário. Relatou ter chegado em seu escritório a Sra. Cleide Meireles, que assinou um contrato de corretagem para a venda da propriedade “Vale do Rio Chandless”, localizada no Acre. Considerou confiável a documentação apresentada na ocasião pela família Meireles, por intermédio da Sra. Maria Cleide de Meireles e seus irmãos, que são procuradores de Manoel Meireles de Queiroz e Raimundo Meireles de Queiroz, supostos proprietários, o que o levou a aceitar a intermediação para a venda do imóvel. Alegou que, apesar da preocupação com a regularidade dominial, inerente à atividade que desenvolve, não solicitou a cadeia dominial pelo fato de estarem os proprietários com pesados débitos para com a União e por estar distante do Acre. Confirmou ter anunciado o imóvel apenas na revista “Semente da Terra”, que circulou no período da Expoagro, com a seguinte redação: “Vendemos terreno no Rio Purus, Município de Sena Madureira (AC), no seringal Vale do Rio Chandless, medindo 975 mil hectares. A referida propriedade é constituída por grande área de floresta nativa tendo o mogno como uma de suas principais madeiras de valor comercial. Em análise de solo devidamente registrada, foi constatada a existência de reservas de minério de prata e ouro. A presença de gigantescos fósseis de animais ainda não identificados são comuns na região. Toda a área está devidamente documentada, inclusive as áreas onde foram confirmadas a presença de minerais preciosos.” Repassou para esta CPI cópia da documentação apresentada a ele para comercializar o imóvel. Confirmou ter feito o anúncio sem ter clareza da veracidade da documentação. Ao ser questionado acerca
da motivação dos possíveis compradores, se por interesse nos minérios, na madeira ou no sítio paleontológico, respondeu que os maiores interessados em terras na Amazônia são estrangeiros, de diferentes continentes, e com diferentes motivações, sendo seu anúncio formulado com o intuito de atrair essa diversidade de interesses. Narrou que, ao mostrar a documentação aos interessados no imóvel, começaram a surgir indícios de irregularidade na documentação: “O que está havendo, por sinal, é que os compradores que têm vindo de fora se tornam exigentes no teor documentário de certidões. Por exemplo, os coreanos, comumente, hoje não vão comprar uma terra que não saibam o teor documentário de precisão”. Afirmou que, com essa dificuldade inicial e após ter recebido um fax de alguém do Acre, cujo nome no momento não recordava, demonstrando que a área tinha sido desapropriada, suspendeu as negociações. Disse que procurou os proprietários para esclarecer a situação e que eles disseram desconhecer o fundamento da desapropriação da propriedade. Em seu depoimento, o Sr. Kramer negou ter comercializado qualquer imóvel rural em toda sua vida profissional. Segundo ele, os anúncios feitos na revista Semente da Terra, tanto da propriedade em questão quanto das outras três no Estado do Amazonas, representavam sua primeira experiência profissional neste ramo e o desestimularam a continuar, por terem apresentado grande dificuldade na comprovação dos documentos e reconhecimento da área.

- LEONARDO COUTINHO, Jornalista da Revista Veja:

em resposta aos questionamentos a ele direcionados, o jornalista informou desconhecer casos de biopirataria que pudessem contribuir com esta CPI. Acrescentou que os dados utilizados em suas reportagens são originários do censo do IBGE, realizado em 2000. Sustentou, também, considerá-los insuficientes para julgar se há interesse de outros países, do ponto de vista militar ou geopolítico, na região amazônica. Quanto à afirmação de que fez apologia do trabalho executado por cientistas estrangeiros na região amazônica, respondeu que a motivação da matéria citada foi a constatação de que a base da pesquisa científica na região teve início com o auxílio de pesquisadores estrangeiros, fomentadores da formação de técnicos brasileiros com capacitação para trabalhar na Amazônia, como no caso dos integrantes do Museu Goeldi e do INPA. Salientou que, apesar de o trabalho do jornalista ser
muito sujeito a algum tipo de pressão, as vezes em que não se publicou alguma denúncia foi porque o trabalho de investigação não se confirmou, ou porque a própria pessoa denunciada se mostrou não responsável. Asseverou não deter nenhuma informação referente à prática de biopirataria por pessoa física, jurídica ou ONG. Acerca da coleta de sangue de indígenas, relatou que há dois anos descobriu-se que uma universidade americana oferecia, a preços módicos, amostras de sangue de índios, tanto que a Comissão Pró-Yanomami entrou com uma ação nos Estados Unidos exigindo a devolução desse material. Sobre a vacina de sapo kambô, disse que é muito utilizada, devido a suas propriedades vasodilatadoras, alucinógenas etc., e que é, mesmo, comercializada aqui em Brasília, a um custo de 35 reais a aplicação. Encerrou declarando ser responsabilidade do governo brasileiro atentar e responder pela situação atual da Amazônia.

cartórios da Região Norte, em que a descrição do imóvel não permite a sua identificação e favorece uma enorme confusão fundiária e cartorial, dando, assim, margem à exploração ilegal de madeira e de recursos minerais e florestais. Questionado a respeito das providências tomadas pelo Iteracre em relação ao anúncio de venda de um imóvel que corresponderia a uma área pública, expôs que obteve um exemplar da revista numa sexta-feira à tarde e no sábado pela manhã ligou, falou com o Sr. Kramer e o informou dos problemas. Imediatamente lhe transmitiu, por fax, uma certidão, alertando-o dos problemas que teria com a veiculação desse anúncio. Encaminhou, também, um ofício para o Estado do Amazonas solicitando a instauração de um inquérito policial federal, para que medidas judiciais ou policiais, se coubessem, fossem adotadas. Referiu-se à existência de alguns casos localizados de negociações irregulares de terras na fronteira do Estado do Acre com o Estado do Amazonas, mas pontuou que a situação fundiária do Estado do Acre difere muito da situação do Estado do Pará, onde há conflitos fundiários de toda monta. Encerrou enaltecendo o trabalho que vem sendo realizado pelo Iteracre, em parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Estado, o IBAMA e o INCRA, objetivando tentar combater as ações de desmatamento, de venda ilegal de madeira e, consequentemente, de biopirataria.

10ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 09/03/05

- PAULO ADÁRIO, Coordenador da Campanha do Greenpeace na Amazônia: iniciou dizendo ser jornalista, morar em Manaus há muito tempo e que, em seu depoimento, dedicar-se-ia um pouco mais à questão da madeira ilegal, embora abordando também a biopirataria. Lamentou que as ONGs de caráter global, como a que representa, sejam confundidas com entidades que fazem o jogo de governos e de empresas internacionais, interessados, na verdade, nas riquezas de um país. Para exemplificar, mostrou imagem de um cartaz em que constava a pergunta “Internacionalização da Amazônia, é isso que você quer?”, que foi colocado em Belém, há pouco tempo, pela indústria madeireira, como resposta a uma campanha bastante agressiva feita pelo Greenpeace sobre a ilegalidade da exploração de madeira.
Citou também o exemplo do cupuaçu, um dos casos de biopirataria no Brasil, cuja defesa legal também contou com a participação da ONG que representa. Quanto à questão da madeira, mostrou um mapa com pequenas manchas remanescentes de florestas primárias no Planeta, com destaque para as Florestas Amazônica e do Congo, que, assim como as outras, estão sob forte ataque da indústria madeireira. Segundo ele, as perdas de cobertura florestal primária em todo o mundo situam-se, em geral, entre os dois terços e a quase totalidade. No País, a Mata Atlântica e a Amazônia já perderam de sua cobertura, respectivamente, 93% desde o período colonial e 16% em apenas trinta anos. O Brasil vende trinta e poucos por cento da sua madeira para os Estados Unidos (o principal mercado consumidor), a União Européia, o Japão e, de forma crescente, a China. Assim, a questão da madeira ilegal não é uma discussão apenas interna, é um fenômeno que se reflete no mundo inteiro. Na Amazônia brasileira, estima-se que entre 70% e 80% da madeira – índices esses que se repetem em outros países – continuam sendo extraídos ilegalmente, apesar dos esforços dos diferentes governos de normatizar o setor e atrair a indústria madeireira para a legalidade. Segundo o depoente, um motivo de isso ter ocorrido no Brasil foi a mentalidade pioneira, a preocupação de integrar o território amazônico ao País, razão pela qual, durante o regime militar, houve a abertura de estradas para acelerar o processo de integração e a transferência maciça de populações do Nordeste e do Sul para o Centro-Norte. Em vez de fazer a reforma agrária no Centro-Sul, o governo incentivou os sem-terra a ir para a Amazônia e a se assentar ao longo das rodovias, onde eles estão até hoje, sentindo-se com direito de propriedade sobre aquela terra. Mas o Estado nunca esteve lá para ajudá-los ou controlá-los. Outro fator importante foi a matéria-prima, que é gigantesca e cujo custo é quase zero – o que custa é o acesso a ela. A indústria madeireira é obsoleta, com índice de perda que chega a 70%, ou seja, de cada dez árvores que se derrubam na floresta, apenas três chegam ao mercado na forma de produto. Para o depoente, só a melhoria do perfil tecnológico dessa indústria poderia reduzir o seu impacto sobre o meio ambiente e a biodiversidade, mas essa mudança sempre foi difícil, em razão da ilegalidade que permeia o setor e do esgotamento dos pólos madeireiros tradicionais no Leste do Pará e no Sul do Mato Grosso. Há também o caos fundiário: o processo de ordenamento do
território amazônico é complexo, com altos índices de grilagem e de ilegalidade e crescente falta de florestas de grandes dimensões para exploração pela indústria madeireira. Hoje, há uma migração dessa indústria para o miolo do Pará, onde se situa a Terra do Meio, gerando conflitos, violências, denúncias, apreensões, ações do IBAMA, etc. A exploração da madeira funciona como abre-elas da floresta; ela abre a estrada e ajuda o fazendeiro, em geral um pecuarista, que procura grandes áreas de terra barata. Depois, a pecuária é empurrada pela soja, mas já há casos concretos de desmatamento diretamente para o plantio de soja. O depoente acrescentou que uma das questões ligadas à falta de governança é a apropriação do território. A CPI criada por esta Casa e um estudo do INCRA de 1999 mostram que cerca de 10% do País, ou 100 milhões de hectares da Amazônia, que dariam 20% do território amazônico, têm títulos de posse grilados. Só no Pará foram identificados 28 milhões de hectares de terras griladas com títulos falsos. Segundo o depoente, casos clássicos são os de Carlos Medeiros, que é um empresário fantasma — não se conseguiu encontrar essa pessoa até hoje; ele só tem procuradores — e que alega ser proprietário de 2 milhões de hectares no Pará, e de Cecílio Rego de Almeida, empresário da construção civil do Sul do Brasil, que também é acusado pelo Ministério Público e pela revista Veja de ser grande grileiro e alega ter duas propriedades na Terra do Meio, num total de 7 milhões de hectares. Há um pequeno relatório sobre isso no site do Greenpeace. Em seguida, o depoente apresentou uma lista do MMA/IBAMA mostrando empresários madeireiros que compraram terras e exploram madeira em áreas que fazem parte da cadeia dominial de Carlos Medeiros. Do ponto de vista técnico, essas propriedades não poderiam ter sido autorizadas pelo IBAMA. Também em Porto de Moz, no Pará, ocorrem diversas irregularidades com planos de manejo aprovados pelo IBAMA. O depoente afirmou que hoje há um processo assustador de grilagem ocorrendo na internet e mostrou um anúncio de venda de área pública de 306 mil hectares. E, segundo ele, essa ilegalidade não está só no acesso à terra, mas também nas autorizações de desmatamento concedidas pelo IBAMA. Em São Félix do Xingu, por exemplo, há 96% desmatados e só 4% autorizados, o que mostra a imensa quantidade de desmatamentos ilegais na Amazônia para conversão em área agrícola, mas a madeira que sai de lá abastece a indústria. No caso específico do Pará, por
exemplo, da produção de 10 milhões e 800 mil metros cúbicos de madeira em
tora, somente 933 mil metros cúbicos vieram de planos de manejo florestal
sustentável autorizado pelo IBAMA, ou seja, o que é legal no Pará é apenas
9,7% da madeira total produzida no Estado. Ainda segundo o depoente, o caso
do mogno é exemplar, porque é a madeira mais valiosa do Brasil e, neste
momento, sua exploração está proibida ou suspensa, além de o mogno estar
também listado no Acordo CITES de comércio internacional de madeira. Entre
1970 e 2002, o IMAZON calcula que foram exportados 2,8 bilhões de dólares
em mogno do Brasil, o que vale mais do que o País conseguiu, por exemplo,
com a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. A maior parte desse mogno foi
para a Europa e os Estados Unidos. No mercado internacional, hoje, o mogno
está valendo 1.600 dólares o metro cúbico, mas ele custa só 25 reais na terra
indígena. Mas o mercado europeu, nos próximos três a cinco anos, tende,
segundo o depoente, a se fechar para a madeira ilegal internacional, incluindo
a brasileira, mediante um sistema chamado FLEG – Forest Law Enforcement
and Governance. Assim, a indústria madeireira terá de deixar de ser predatória,
mas, para isso, o Estado também deverá cumprir o seu papel. Concluindo,
comentou sobre o Programa Cidades Amigas, que o Greenpeace está
desenvolvendo junto às Prefeituras Municipais e aos Governos Estaduais, para
que só comprem madeira legal. Várias cidades já entraram no programa e, no
momento, a Cidade e o Governo de São Paulo, principais consumidores
brasileiros de madeira, estão negociando sua adesão, que ajudaria a viabilizar
a indústria madeireira que respeita a lei e processa a madeira de forma
sustentável. Respondendo às perguntas dos Parlamentares, o depoente
afirmou que, no caso do Estado do Mato Grosso, estudos efetuados indicam
que ocorre por vezes uma conversão direta de florestas em campos de soja.
Além disso, grande parte da madeira ali desmatada fica no mercado do Centro-
Sul e é distribuída entre centenas, às vezes milhares de pequenos retalhistas.
Assim, é muito difícil, tanto para o Governo quanto para as entidades
ambientalistas, acompanhar essa fragmentação de empresas que estão se
abastecendo no Mato Grosso. Já no Pará é mais fácil, porque as empresas que
exportam o fazem mediante holdings, o que não é difícil de documentar. O
depoente também afirmou que a manutenção do bioma, da floresta em pé, é
mais importante que qualquer outra coisa, uma vez que sem florestas não há
uso da biodiversidade. O Brasil tem a maior floresta tropical do Planeta, e ela possui um gigantesco patrimônio de madeira, genético e de biodiversidade que, se bem explorado do ponto de vista econômico, social e ambiental, pode contribuir enormemente para o processo de desenvolvimento do País. A substituição desse patrimônio por modelos agropecuários ultrapassados pode significar a perda de uma oportunidade histórica, como outras que já perdemos. Fomos sempre um País fornecedor de matéria-prima barata para a economia global. Preservar a floresta é fundamental, inclusive do ponto de vista econômico. Segundo o depoente, hoje em dia, a floresta tem uma importância global na estabilização do clima, no ciclo das águas, na manutenção da cultura dos povos tradicionais, etc. Não é mais apenas um fator econômico, mas há que lembrar que vivem 20 milhões de pessoas na região amazônica que dependem dessa floresta.

repartição de benefícios. Em seguida, definiu a competência dos agentes públicos no controle da coleta de amostras: 1) nos impactos sobre as espécies/ecossistemas, o IBAMA, e 2) no controle da repartição dos benefícios, o CGEN. O Dr. Vélez especificou cada uma das atribuições do CGEN e do DPG/MMA e deixou claro que, enquanto ao primeiro cabe a definição e a implantação das políticas de gestão do PG, ao segundo compete a implementação das deliberações do CGEN. Definiu as funções normativas (resoluções, orientações técnicas e propostas de minutas de decreto) e deliberativas (autorizações para pesquisa, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico e o credenciamento como fiel depositária) do CGEN. Em seguida, apresentou estatísticas de trabalhos do CGEN a partir de 2002. Ressaltou que foram concedidas duas autorizações para bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, sendo uma em 2004 e outra em 2005. Dentre os temas em discussão no Conselho, citou: o decreto de sanções administrativas (aguardando publicação), o acesso a conhecimentos tradicionais em fontes secundárias e o mecanismo de repartição de benefícios quando o provedor não é detectado ou não há coincidência de partes. Com relação ao sistema de fiscalização e investigação existente, explicou que é de responsabilidade do IBAMA (Divisão de Acesso ao PG) e que existe estreita cooperação com a Polícia Federal e a ABIN. Finalizou referindo-se às tratativas desenvolvidas no âmbito internacional, sendo as principais concernentes à CDB, à Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e ao Acordo de Propriedade Intelectual Relacionado a Aspectos de Comércio (TRIPS/OMC).

- FÁBIO DE ANDRADE ABDALA, Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA: iniciou apresentando o GTA, constituído em 1992 e hoje uma Rede de 600 ONGs no campo da produção familiar rural florestal da Amazônia Legal, organizada em pólos regionais e congregando também um conjunto de fóruns e articulações da sociedade civil nos níveis nacional, pan-amazônico e internacional. Há uma grande diversidade de entidades que compõem a Rede, basicamente comunidades, associações comunitárias, pescadores, agricultores familiares, quebradores de coco, castanheiros, ambientalistas e movimentos que historicamente lutam pelo acesso à terra, numa convergência social e ambiental por um destino mais sustentável da região amazônica. Um dos projetos que o GTA desenvolve é o
Proteger, que trabalha alternativas ao uso do fogo na produção familiar. Desde 2003, a Rede vem desenvolvendo com seus parceiros a chamada Campanha contra a Biopirataria, como no caso do cupuaçu, que é emblemático. A campanha também visa esclarecer temas, sobretudo entre as lideranças sociais, tais como biotecnologia, propriedade intelectual, registro de marca e regimes nacionais e internacionais de acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado. O GTA também discute propostas de legislação adequada às comunidades, que possam garantir justiça a elas nesses temas. Outro objetivo da campanha é servir como espaço de alerta, de encaminhamento de denúncias e até de ações diretas contra os chamados biopiratas. Fábio confirmou que, às vezes, a Rede recebe denúncias, mas tem dificuldade de averiguar-las, pois não são uma atividade trivial. Para ele, essa é uma atribuição que compete ao Estado, mas a sociedade civil certamente pode colaborar. Em seguida, reportou-se ao caso do cupuaçu, detalhado na 1ª Audiência Pública desta CPIBIOPI, em 10/11/04, por Michael Schmidlehner, da ONG Amazonlink. Tal caso gerou uma mobilização importante tanto da sociedade quanto do Estado e um efeito em cadeia sobre outras frutas e espécies, envolvendo o registro de marcas e de patenteamento de processos produtivos. A fruticultura, hoje, é uma prioridade da Rede de Tecnologias Sociais, que está sendo criada, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia e dos movimentos sociais. O depoente afirmou que a Rede é favorável ao uso e beneficiamento das fruteiras e da biotecnologia, porém respeitando-se os direitos das comunidades e populações tradicionais sobre os seus conhecimentos, suas práticas produtivas e os modos de beneficiar e colocar produtos com maior valor agregado no mercado local, regional, brasileiro e internacional. Segundo ele, o caso do cupuaçu traz preocupações quanto a outros temas (copaíba, ayahuasca, sangue das tribos Karitiana e Suruí, etc.), uma vez que há uma lista de patrimônio genético e conhecimentos tradicionais ameaçados por práticas biopiratas. O depoente também registrou que está ocorrendo um movimento interessante hoje na Amazônia, citando várias iniciativas em curso para a sua proteção, mas que algumas ações, tanto institucionais como de empresas, têm gerado preocupações. Em seguida, leu a carta que a Rede enviou ao Presidente da República, no dia 04/03/05, entregando cópia à CPIBIOPI, em que se aborda justamente o que ela
considera hoje como ameaças. A carta informa que o anteprojeto de lei elaborado para substituir a atual MP 2.186-16/01, após debate na câmara temática do MMA, foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, onde um novo processo de discussão está sendo realizado, agora restrito aos Ministérios que têm assento no CGEN. Nesse processo, conforme mencionado em reuniões do CGEN, ficaram claras as divergências entre os Ministérios participantes, entre as quais as propostas de extinção do CGEN e de centralização dos benefícios em um Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, excluindo da repartição de benefícios os detentores de conhecimentos tradicionais. Da mesma forma, a proposta de limitar a obrigatoriedade de repartição dos benefícios apenas aos processos ou produtos que tiverem patentes concedidas contraria formalmente a orientação da Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB. Outro foco de resistência da proposta elaborada pelo CGEN é a distinção entre pesquisa científica e bioprospecção comercial. O anteprojeto de lei aprovado pelo CGEN estabelece diferenças entre pesquisa científica básica, bioprospecção comercial e desenvolvimento tecnológico, exigindo graus diferentes de controle sobre cada tipo de atividade. Para o depoente, a manutenção dessa distinção é fundamental para que sejam tratadas de forma diferente atividades de interesse público das de interesse industrial. Além disso, dentre os princípios consagrados na CDB, o mais ameaçado é o que diz respeito à proteção aos conhecimentos tradicionais. Na MP em vigor e no projeto elaborado pelo CGEN, os povos indígenas têm o direito de impedir terceiros não autorizados de divulgar ou transmitir dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado. Uma importante garantia prevista na proposta que saiu do CGEN é a possibilidade de que uma iniciativa de proteção a conhecimentos tradicionais possa ser levada ao Poder Judiciário a qualquer tempo, sem sofrer prescrição, ou perda do direito em função do decurso de prazo. Essa garantia, para o depoente, é fundamental, quando se trata de proteção a um patrimônio cultural dinâmico, intergeracional e cuja origem temporal é impossível de ser definida. Assim, segundo o depoente, tais propostas, se levadas em consideração e incorporadas ao anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, significarão um enorme retrocesso no tratamento da questão do acesso aos recursos genéticos no Brasil, ferindo o
previsto na CDB e constituindo uma enorme contradição com a posição de liderança que o Brasil vem desempenhando nas discussões desse tema no cenário internacional, recordando que o Brasil sediará a próxima conferência dos países signatários da CDB, em março de 2006. Assim, as organizações da sociedade civil que assinam a carta solicitam seja encaminhada ao Congresso a proposta legislativa aprovada pelo CGEN, da qual participaram todos os Ministérios atuantes no Conselho. Respondendo às perguntas dos Parlamentares, informou que, no Estado do Mato Grosso, o GTA atua há bastante tempo na região de Cuiabá e adjacências, inclusive em parceria com o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento — FORMAD, tendo lá constituído uma regional do GTA. Há um ano foi criada a regional Nortão, no Mato Grosso, cuja base é em Lucas do Rio Verde, mas atua em toda aquela região. Ali são desenvolvidos projetos, como o Proteger Mato Grosso e o Consórcio Socioambiental para uma BR-163 Sustentável. O depoente disse que há um número razoável e desigual de dados que as organizações sociais detêm, mas há também muitas informações dentro da tradição oral das lideranças. Quanto à abrangência de atuação do GTA, ele é uma organização sobretudo política da sociedade civil, que trabalha com uma agenda de desenvolvimento sustentável relacionada à educação e à organização social. Para o depoente, a maior ameaça à Amazônia é a exclusão social e a falta de cidadania e de políticas sociais. Quanto à pergunta se ele tem conhecimento de ONGs que praticam a biopirataria, disse que a Rede tem recebido denúncias, informações e suspeitas, que são encaminhadas aos órgãos competentes e que, à CPIBIOPI, ele preferia repassar tais dados em caráter reservado. Citando apenas um exemplo, disse que, recentemente, o GTA recebeu a visita de representante de uma ONG bastante suspeita, que propunha financiar a Rede para comprar terras na Amazônia, o que, para ele, é claramente um mecanismo de “esquentar grilagem”. Tal ONG chegou a utilizar o símbolo da Rede num projeto, como que para tentar livrar-se de fiscalização. Acontece que, segundo ele, o GTA e a maior parte das organizações da sociedade civil brasileiras são hoje bastante controlados pelo Estado quanto ao uso do recurso público. Concluindo, reafirmou que há uma clara preocupação nacional quanto à ameaça de internacionalização da Amazônia, mas, para ele, a preocupação que a sociedade e o Estado brasileiro deveriam ter é
justamente com a ameaça que a exclusão social e a falta de políticas públicas e de cidadania provocam na Amazônia.

11ª Audiência Pública da CPIBIOP – 16/03/05

- KILMA RAIMUNDO MANSO, ex-Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, Bahia: iniciou dizendo ter trabalhado por cinco anos na Polícia Federal, depois esteve à frente da Estação Ecológica do Raso da Catarina, na Bahia, durante oito meses, e agora foi reconvocada à Polícia Federal, onde trabalha na Divisão de Meio Ambiente. Ela atua no combate ao tráfico de animais em todo o País, notadamente na Região Nordeste. Segundo a depoente, existe uma grande demanda de ações contra o tráfico nacional e internacional de animais e somente com ações conjugadas dos poderes federais, estaduais e municipais é possível obter um resultado mais efetivo. Mesmo assim, fica difícil trabalhar tendo por base a atual legislação ambiental penal, que é extremamente branda, pois, quando se consegue apreender plantas e animais, o traficante paga uma fiança — se existe fiança, pois, na maioria dos casos, não há — e depois sai livre. Os traficantes, incluindo os internacionais — principalmente os europeus —, continuam voltando à região para traficar do mesmo jeito, razão por que a legislação tem de ser alterada. Associado a isso, o alto lucro que os infratores obtêm com o tráfico estimula ainda mais a ação de biopirataria e a perpetuação desse tipo de crime no Brasil. Respondendo às perguntas dos Parlamentares, a depoente afirmou que o principal problema que enfrentou como chefe da unidade de conservação foi o tráfico da arara-azul-de-lear, que lá encontra sua principal área de ocorrência e reprodução e é hoje um dos animais mais ameaçados do mundo. As quadrilhas de tráfico aqui do Brasil estão muito relacionadas com as do exterior, e muitos artifícios são usados visando à captura desses animais, seus ovos e filhotes. Isso também ocorre em menor grau com todas as outras espécies da unidade de conservação, mas, no caso das araras-azuis-de-lear, há áreas imensas onde elas dormem e se reproduzem e, com a deficiência de suporte de pessoal e de condições materiais, as atividades de fiscalização ficam comprometidas. A Estação Ecológica do Raso da Catarina, com seus 100 mil hectares, só dispunha de
três funcionários e de um único veículo e, como essas quadrilhas não mexem só com tráfico de animais, mas também com tráfico de drogas e outras ações criminosas, então, muitas vezes, o risco de vida no trabalho de fiscalização é alto. Muitas vezes, a época de maior incidência de captura de animais é justamente em finais de semana, em grandes feriados e em períodos noturnos, o que torna difícil e perigoso o trabalho, sendo comuns as ameaças de morte, já tendo ela mesma recebido diversas. Além disso, segundo a depoente, ladeiam as unidades de conservação no Brasil populações muito pobres, que praticam a caça de subsistência e são normalmente arregimentadas pelas quadrilhas de traficantes, por valores irrisórios, para a captura de plantas e animais. Só a título de exemplo, no Raso da Catarina, as pessoas que sobem naqueles paredões onde as araras se reproduzem para apanhar os ovos o fazem por 200 ou 300 reais, enquanto que uma arara-azul-de-lear no mercado negro hoje em dia é cotada em mais ou menos 100 mil dólares. Ou seja, quem faz a coleta continua na mesma situação de miséria, e quem compra o produto ganha realmente muito com o tráfico. A depoente também afirmou que a estação ecológica tem situação fundiária legalizada, com exceção de um impasse justamente da região sul, onde as araras se reproduzem, pois o fazendeiro Otávio Nolasco de Farias se diz proprietário dessa área, pois não teria sido devidamente indenizado. Ele ao menos tem impedido a atuação de caçadores e traficantes, e é melhor que haja alguém que ajude do que não ter ninguém nessa área. A depoente informou que hoje em dia existem no Raso da Catarina algo em torno de 500 araras-azuis-de-lear, número que, a cada censo, tem aumentado, mas ela acredita que, infelizmente, tal aumento não se deve ao aumento da população, mas, provavelmente, à melhoria do método de contagem. Disse também que existe um convênio entre o IBAMA e a Polícia Federal para a repressão à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres, não só para ações efetivas, mas também para a troca de informações, e essa parceria tem dado certo. Só que um dos grandes problemas hoje em dia de todo o setor público, em especial do IBAMA e da Polícia Federal, é a pequena disponibilidade de efetivo humano frente a uma enorme demanda. Existem rotas de tráfico conhecidas, do Norte ao Sul, como a Cipó (BA) / Uruguaiana (RS), mas, por mais que se atue, todo dia fazendo barreira, apreendendo animais, o resultado é mais proveitoso agindo-se nos principais pólos de
recepção, como as cidades de Petrolina, Juazeiro e Cipó, na Bahia, onde grandes quantidades de animais podem ser apreendidas de uma só vez. Também é mais efetivo atuar contra pessoas jurídicas do que contra pessoas físicas. Segundo a depoente, outro defeito da legislação atual é não permitir, por exemplo, o uso de grampo telefônico contra pessoas suspeitas, o que dificulta, por exemplo, a obtenção de um flagrante. Segundo a depoente, quanto à questão da coleta de animais pela população pobre, a solução é tentar trabalhar integradamente com instituições parceiras, como o SEBRAE e as universidades, desenvolvendo projetos de pesquisa e de extensão, visando dar melhor condição de vida e de trabalho aos habitantes do entorno das unidades de conservação. Pode-se tentar viabilizar programas de artesanato, turismo rural, criação racional de animais silvestres, como o caititu, ou quaisquer outros, mas desde que tenham viabilidade econômica, se auto-sustentem e constituam real opção à captura e extração ilegal de recursos ambientais. Segundo ela, a educação ambiental também é importante para que as pessoas se conscientizem da importância dos animais silvestres, não apenas por eles próprios, mas também para a cadeia ecológica. Citou situações que já presenciou de pessoas matando uma arara-azul-de-lear para comer, por estarem com os filhos morrendo de fome em casa. Outro tipo de situação ocorre nas épocas de alimento escasso, quando as araras voam às propriedades rurais em busca de alimento, principalmente milho, e são abatidas porque estão atacando as plantações. Já quanto à conscientização da população para não adquirir animais silvestres, trata-se de trabalho que demanda muito tempo e esforço por parte não só do IBAMA, mas também de instituições parceiras e de toda a população, pois, segundo a depoente, estima-se que cerca de um quinto do quantitativo de animais silvestres comercializados ilegalmente no mundo provém do Brasil. Com relação à implantação de um disque-denúncia, informou que já existe a chamada Linha Verde, no IBAMA, que tem funcionado, embora os denunciantes acreditem que o denunciado será preso incontinenti, o que não ocorre – em razão das penas insuficientes –, desestimulando novas denúncias. Com relação à ararinha azul, espécie considerada extinta na natureza, existem cerca de seis dezenas – que saíram ilegalmente do Brasil – em cativeiro no Catar, na mansão de um sheik, que comprou todos os animais então existentes, que estavam principalmente
nas Filipinas e na Suíça. A depoente não sabe se o Brasil poderia exigir o repatriamento dessas aves, pois ignora se o Catar é signatário da Convenção CITES, mas informou que o sheik estaria colocando todas elas à disposição para um programa de reintrodução na natureza. Segundo a depoente, hoje em dia, o tráfico de animais tem um caráter muito forte de sazonalidade, trabalhando-se com ovos no Nordeste, nesta época do ano, porque é a de reprodução de aves naquela região, mas daqui a um tempo começa a época de reprodução no Centro-Oeste, depois no Norte, no Sul, no Sudeste do Brasil e assim por diante. Além disso, a principal característica do tráfico de animais é a inter-regionalidade, isto é, um papagaio moleiro no Amazonas, por exemplo, é barato, custa só cinqüênta reais, ao passo que no Sudeste ele já vale dois, três, cinco mil reais. Da mesma forma, um animal do Sul é muito caro no exterior. Uma aratinga é vendida por um ou dois reais em uma feira no Norte, mas em São Paulo sobe para duzentos, trezentos reais e, na Europa, vale mil dólares. Assim, ninguém tem interesse em comprar e vender no próprio local, pois o percentual de lucro seria muito pequeno. Daí a importância dos principais corredores de transporte e de depósito que são as rodovias, com destaque para as BRs 116, 101 e 407, em direção ao eixo Rio–São Paulo, onde atuam as principais quadrilhas de distribuição. No que concerne ao orçamento da estação ecológica, a depoente informou que, nos oito meses em que lá trabalhou, todo o orçamento de que dispôs foi algo em torno de 12 a 13 mil reais somente, ou seja, mil e poucos reais por mês, um orçamento muito pequeno para cobrir a demanda do veículo, diárias, passagens, etc. A respeito de notícias de pessoas físicas ou jurídicas suspeitas da prática de biopirataria ou de tráfico de animais silvestres no Brasil, afirmou que repassaria tais dados à CPIBIOPI em caráter reservado.

SYLVIA MARLENE LUCAS, Pesquisadora do Instituto Butantan de São Paulo: a testemunha apresentou-se como pesquisadora do Instituto Butantan há 44 anos, ex-diretora da Divisão de Biologia e do Serviço de Aranhas e Escorpiões, onde ainda hoje trabalha. Informou que é uma pesquisadora conhecida internacionalmente, com quase 100 trabalhos publicados e freqüentadora de congressos internacionais. Destacou que a instituição em que trabalha é reconhecida como entidade científica, realizando coletas de material biológico autorizadas pelo IBAMA.
Ressaltou que, pelo acervo de animais venenosos do Instituto, há intensa procura por todo tipo de pessoas, e entre essas deve haver também traficantes de fauna que agem de modo oportunista. Lembrou o caso de um rapaz que se apresentou com diploma de biólogo, que posteriormente se verificou como forjado. Esse suíço visitou o biotério de aranhas e, num momento em que não havia funcionários na sala, copiou as procedências dos exemplares que lhe interessavam, para ir aos locais de captura em busca de espécimes. Afirma que, em conjunto com o colega de trabalho, pesquisador Rogério Bertani, ex-aluno da depoente, conseguiram que a Polícia Federal prendesse o falso biólogo. Acrescentou que esse traficante, conforme as notícias que leu, retornou cinco vezes ao Brasil. Respondendo às perguntas dos Deputados, detalhou melhor sua carreira profissional, as mudanças nas rotinas de pesquisa, que precisaram se adequar a uma legislação específica sobre coleta e envio de materiais, e esclareceu que hoje a maioria dos pesquisadores mantém suas licenças em dia junto ao IBAMA. Afirma que considera os traficantes muito mais astutos que as autoridades e os pesquisadores, encontrando os meios para burlar ou contornar a legislação. Citou o exemplo de um rapaz preso pela Polícia Federal em São Paulo, com uma caixa de aranhas vivas e outra, com belíssimos besouros. Ambas seriam enviadas ao Japão, e as espécies estavam corretamente identificadas, além dos dados de procedência. Alegando desconhecimento e ingenuidade, foi rapidamente solto. Dos casos que conhece de tráfico de animais, citou o de Baumgarten, do qual ela participou com a Polícia Federal, e de Dietmar Pinz. Com relação ao último, alega que o conhece desde uma visita que ele fez ao Butantan no início da década de 1990. A impressão que tem é de que esse senhor não pratica biopirataria, ao menos no sentido comercial, mas sim que é um aficionado por aranhas. Confirmou que o Sr. Pinz hospedou-se na sua casa e que doou aranhas exóticas ao Butantan. Negou que tenha coletado animais com ou para o Sr. Pinz em qualquer momento. Inquirida a respeito de Carsten Hermann Richard Roloff, afirmou que recebeu uma ligação dele, querendo agendar uma visita ao Butantan, mas que, ao informar-se com colegas na Bélgica, foi aconselhada a não permitir a aproximação desse senhor, que efetivamente seria traficante. Ressaltou que nunca doou material biológico a instituições estrangeiras e que o que se faz, dentro dos princípios legais e com registro na
coleção do Butantan, são permutas. Questionada sobre sua publicação de 2001, a respeito de toxinas de escorpiões, ressaltou que o co-autor é um pesquisador brasileiro radicado no México, que os venenos haviam sido extraídos e enviados há muitos anos, antes da nova legislação de acesso ao patrimônio genético, e que a remessa foi autorizada pelo Instituto, ou seja, está registrada e seguiu o rito administrativo então vigente. Com relação a outra publicação, de 2004, na qual a depoente é mencionada nos agradecimentos, por coletar os venenos utilizados, afirmou que as coletas também foram feitas há mais de uma década e que o material foi conservado liofilizado desde então, já em poder dos autores do artigo. Além da coleta, reconheceu ter, à época, identificado as espécies utilizadas. Com relação ao recente patenteamento de um analgésico pelo Instituto Butantan, derivado de veneno de cobra, disse que, por se tratar de outra área de pesquisa, também não tem maiores informações a prestar.

- ROGÉRIO BERTANI, Pesquisador do Instituto Butantan de São Paulo: relatou seu começo no Instituto Butantan em 1989, como estagiário da testemunha Sylvia Lucas, quando era estudante de Biologia, e a partir de 1994 como pesquisador. Descreveu o interesse crescente de muitas pessoas pela criação doméstica (de estimação) de animais peçonhentos, surgindo mercados em países como Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Suíça, Dinamarca, Noruega, Estados Unidos e Canadá. Na década de 1990, havia grande número de visitantes estrangeiros no Butantan, inclusive o alemão Marc Baumgarten, que passou diversas vezes pelo Instituto e fez contatos com outros pesquisadores em zoológicos e universidades. Dizia-se que ele estaria levando grande quantidade de invertebrados para o exterior, e o depoente afirmou ter convencido a Dra. Lucas a denunciá-lo. Lembrou que Baumgarten foi preso em março de 1997, no Aeroporto do Galeão, com 112 aranhas caranguejeiras, em um caso de repercussão nacional. Por contatos no exterior, o depoente soube que Baumgarten continuava vindo ao Brasil, e denunciou-o, resultando em sua segunda prisão, em Curitiba, solto sob fiança. Soube que ele foi preso pela terceira vez em 2003, próximo a Balbina, ocasião em que foi condenado, pagou multa e permaneceu preso por alguns meses. Ressaltou que existem poucos especialistas no mundo nessas aranhas, e que o depoente recebe material para identificar oriundo de outros países, inclusive
de apreensões realizadas na Europa. Destacou que há grande procura por espécies raras, pois os criadores europeus não podem auferir muito lucro com as espécies comuns, que são vendidas por dois ou três euros cada filhote. Como exemplo, citou as aranhas apreendidas em 1997 com Baumgarten. Tratava-se de uma espécie descrita apenas três anos antes pelo depoente. A dinâmica do tráfico é tal que essa espécie, desconhecida pela Ciência até 1994, hoje é encontrada na Europa, em Singapura, no Japão, e pode ser comprada pela internet. O tráfico de fauna, além de danoso por si só, permite ainda uma vinculação à biopirataria. A partir do momento em que os animais estão no exterior, e sendo criados e reproduzidos com sucesso, a indústria tem acesso a um novo modelo experimental ou a uma nova fonte de princípios ativos. Respondendo às perguntas dos Deputados, esclareceu que as instituições de pesquisa, assim como podem constituir comissões de ética, deveriam estabelecer políticas de autocontrole no que diz respeito ao acesso ao patrimônio genético. Comentou que o controle exercido pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN é rígido demais, a despeito da necessidade de fiscalizar a pesquisa, pois tem engessado os trabalhos, mas que de uma forma geral as leis e regulamentos são corretos. Citou como exemplos de traficantes de animais o próprio Marc Baumgartem (alemão), Hans Reichsteiner (suíço) e Hevève Simôens (francês). Com relação a Dietmar Pinz, afirmou conhecê-lo desde 1992, do Instituto Butantan, como amigo da ex-orientadora, Dra. Lucas. Lembrou tê-lo encontrado três vezes, em 1992, 1994 e 1996, e que, nas duas primeiras oportunidades, a Dra. Lucas solicitou ao depoente que levasse o Sr. Pinz em viagens de coleta. Ressaltou que o Sr. Pinz é serralheiro na Alemanha e tem por hobby a criação de aranhas, não sabendo se ele comercializa os animais ou apenas os cria. Comentou que o Sr. Pinz se hospedava na casa da Dra. Lucas, e que a mesma solicitava a conhecidos que oferecessem apoio ao Sr. Pinz. Disse não saber por que o nome do depoente, assim como do pesquisador Pedro Ismael da Silva Jr., estavam marcados com um xis em um papel impresso encontrado com o Sr. Carsten Roloff por ocasião de sua prisão. Afirrou que não tem conhecimento de envio irregular de material para o exterior por pesquisadores do Butantan. Acrescentou que não sabe as datas de envio de veneno escorpiônico da Dra. Lucas para o Dr. Lourival Possani, no México, e que poderiam ter ocorrido
antes da MP 2.186-16/01. Informou que venenos liofilizados, como os enviados pela Dra. Lucas ao exterior, podem ser conservados por muito tempo, talvez uma ou duas décadas.

12ª Audiência Pública da CPI BÔI – 30/03/05

- LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS, Técnica do IBAMA em Itaituba-PA: iniciou afirmando que, após ser aprovada no concurso para o IBAMA, trabalhou em Itaituba durante anos, mas que de lá foi transferida por razões de segurança e que, atualmente, está à disposição do setor de Recursos Humanos de Brasília. Durante o período em que residiu em Itaituba, era lotada no Parque Nacional da Amazônia, mas trabalhava também com fiscalização em todas as áreas do entorno. Afirrou que vários empresários que trabalhavam com madeira foram fiscalizados, porque passavam madeira de forma irregular. No Parque Nacional da Amazônia, a madeira era tirada das FLONAs de Itaituba I e II. A maior parte da madeira, disse, é exportada, outra parte desce para a Região Sudeste, onde há maior consumo. A documentação sobre a terra é bastante complicada e limitada. Como o IBAMA dificilmente autoriza planos de manejos em áreas onde não se tem demonstrada a documentação legal da posse da terra, muita madeira que sai de lá, realmente, o faz de forma irregular. Contou não saber qual é a dotação orçamentária que o órgão dispõe para trabalhar, mas que pode conseguir os dados e encaminhar posteriormente. Asseverou ser grande o problema fundiário na região, pois muitas pessoas acabam comprando áreas que se encontram dentro do parque ou de outras unidades de conservação. Quando isso era constatado pelos fiscais, declarou, informava-se imediatamente ao gerente de Santarém e ao INCRA de Itaituba sobre a existência desse tipo de comércio. Todos os documentos obtidos, entretanto, eram encaminhados somente ao INCRA, que a partir daí era o responsável pelas providências legais cabíveis. Ao responder às perguntas do Deputado Sarney Filho, destacou que, no final do ano passado, em razão do plano de desmate, aumentou bastante a fiscalização na região. Existiam na cidade comentários e recortes em jornais dizendo que ela e o Sr. Sales eram as pessoas mais odiadas na região. Várias pessoas da comunidade pediam para ela e o Chefe do Parque Nacional não andarem
sozinhos. Consignou que, em dezembro, receberam informação de que haviam sido contratados três pistoleiros para matá-los, que já estavam num hotel específico da região. Muitos achavam que toda a fiscalização existente na região era comandada por ela e o Sr. Sales, mas, na verdade, não era. A Operação Desmate era um plano muito maior, em que se reuniam diversos Ministérios. Foram criadas novas reservas no Pará, o que desagrado pessoas que mexiam com terra na região. Afirou que encaminharam os nomes dos supostos pistoleiros para o escritório da Polícia Federal, em Santarém, mas eles não conseguiram localizá-los. Após esse fato, pediu a transferência. Falou que conhece o Sr. Amarildo Formentini, pois ele fez trabalhos de fiscalização em Itaituba junto com ela. Nesses trabalhos, foram encontradas diversas irregularidades e foi grande o volume de madeira apreendida. Participou de algumas operações em que o infrator era o Sr. Valmir Climaco. Lembra-se de um auto de infração em que a madeira apreendida ficou depositada na própria fazenda, porque não havia como transportá-la. Em outra ocasião, disse ter apreendido um caminhão com madeira do Sr. Climaco, conduzindo-o para o depósito no IBAMA, mas que, nesse caso, a madeira foi irregularmente liberada. Era um sábado, o caminhão da transportadora RECON levava madeira sem a documentação necessária. Apreendeu o caminhão e o colocou no depósito do IBAMA. Logo após, teve de sair para o Parque da Amazônia, porque as pessoas que lá trabalhavam estavam sem água. Quando retornou, a madeira e o caminhão não estavam mais no pátio, tinham sido liberados. Fez uma comunicação interna para o Sr. Sales, chefe do Parque, pois somente ele teria autorização para liberar a madeira. Passaram – ela e o Sr. Sales – uma comunicação interna para o gerente de Santarém sobre o ocorrido. Foi aberto um processo administrativo que, se não se engana, está tramitando em Belém. Esclareceu que conhece o Sr. Eurico Bezerra, pois ele é o antigo chefe do escritório de Itaituba. Mencionou que o Sr. Eurico, mesmo após ter sido transferido para a gerência de Belém, continuou trabalhando em Itaituba por um bom tempo após a publicação do ato. Expôs que, no dia em que a madeira foi irregularmente liberada, como era sábado, a única pessoa que estava no escritório do IBAMA era o Sr. Eurico, pois ele residia dentro do espaço físico do IBAMA. Destacou que não sabe de casos em que multas aplicadas pelo IBAMA foram retiradas, esquecidas ou tiveram seus valores reduzidos no
sistema informatizado do órgão, pois após a lavratura da multa, em Itaituba, todo o processo é conduzido em Santarém. Asseverou ter conhecimento da invasão da sede do IBAMA em Itaituba, ocorrida em março de 2004, como represália à demarcação do Parque Nacional da Amazônia, mas não sabe dizer se a invasão foi promovida ou incentivada pelo Sr. Valmir Climaco ou por algum outro investigado pela sede do IBAMA na cidade. Ao ser perguntada sobre a existência de pessoas que pratiquem ilícitos na região, disse que, na verdade, é necessária uma investigação policial intensa, porque a presença do Estado lá é muito pequena. “É um mundo de irregularidades por conta da ausência do Estado, que precisaria fazer um levantamento completo lá.” Após a oitiva das demais testemunhas, a Sra. Lívia retornou para esclarecer alguns pontos de seu depoimento. Contou que, se a documentação correta não é apresentada no momento em que se pára um caminhão, a documentação apresentada posteriormente não tem validade. “No momento em que o caminhão está passando pela cidade, precisa ter uma documentação para acobertar aquele material ali. Então, quando foi feita a fiscalização, o motorista da RECON não apresentou nenhum tipo de documentação para a cobertura daquela madeira que estava ali. Portanto, mesmo que ele apresentasse posteriormente, caberia a multa do IBAMA.” Asseverou que a multa somente não fora lavrada imediatamente porque, quando colocou o caminhão dentro do pátio, teve que sair para resolver problemas no Parque Nacional. Quando retornou, não teve mais possibilidade de fazer o auto, pois a prova já havia sido liberada. Declarou que não recebeu ameaças de maneira direta, mas que o gerente da empresa Climaco fez comentários na Prefeitura de que não entendia os motivos pelos quais ela estava na fiscalização e que ela precisava ir mais devagar. Em sua opinião, é indispensável que o Sr. Eurico Bezerra discuta com ela a razão da liberação da madeira, pois ele não era mais o chefe do escritório regional e, hierarquicamente, não tinha posto mais elevado do que o dela. “Como fui eu a responsável pela apreensão da carga, pelo menos, ele teria que discutir comigo o porquê da liberação da madeira.” Por fim, negou ter sido ela a fonte para a matéria publicada na Folha de São Paulo a respeito de irregularidades cometidas pelo Sr. Climaco.

- JOSÉ SALES DE SOUSA, Chefe do Parque Nacional da Amazônia em Itaituba-PA: iniciou afirmando que trabalha há 26 anos no
serviço público. Atualmente, é o Chefe do Parque Nacional da Amazônia, ainda não demarcado. Disse que o IBAMA não fornece condições adequadas para fiscalização, não disponibilizando recursos humanos e financeiros suficientes. Para se ter uma ideia, declarou, o Parque, que possui uma área de 994 mil hectares, é cortado pela Transamazônica, tem 14 comunidades vivendo no entorno e uma boa parte dentro da unidade, é dotado de apenas cinco pessoas para exercer a fiscalização. Em sua opinião, seriam necessárias ao menos trinta pessoas para fazer o trabalho. Declarou que os convênios realizados ainda não funcionam bem. O elaborado com o Exército, por exemplo, depende muito da pessoa que está no comando da caserna. A disponibilização de helicóptero com piloto e combustível também é bastante rara. Hoje, aproveitase a Operação Desmate na Amazônia para melhor desenvolver o trabalho. Afirou já ter participado de operações com o Sr. Amarildo Formentini, em que foram feitas apreensões de madeira ilegal. Os infratores, segundo se lembra, eram Francisco Quincor e Valmir Climaco de Aguiar, entre outros. Disse que encaminhará, posteriormente, cópia dos documentos à CPI. Parte da madeira apreendida nessas operações, se não se engana, está no pátio do quartel do Exército (53 BIS de Itaituba/Pará). O restante da madeira está localizada no IBAMA, inclusive com o maquinário. Afirou que teve conhecimento de desentendimentos entre o Sr. Eurico Bezerra e a Sra. Lívia Martins, em razão da liberação pelo Sr. Eurico de madeira apreendida pela Sra. Lívia. Após o acontecido, asseverou, a Sra. Lívia ficou consternada, pois o Sr. Eurico, ao liberar a madeira sem autorização, impediu que ela completasse o trabalho de apreensão realizado. Disse não saber de nenhuma ligação especial entre o Sr. Eurico e o Sr. Valmir Climaco. Teve notícia de que o Sr. Eurico Bezerra foi transferido para outro escritório, mas não sabe precisar o motivo. Não sabe dizer se multas aplicadas pelo IBAMA foram retiradas, esquecidas ou tiveram seus valores reduzidos no sistema informatizado do órgão, pois após a lavratura da multa, em Itaituba, todo o processo é conduzido em Santarém. Apesar disso, soube que o Dr. José Antunes – advogado de Valmir Climaco na região – fez algumas denúncias, tendo essas, inclusive, sido publicadas na imprensa local. Segundo esse advogado, o seu cliente estava dispensando seus préstimos para recorrer de multas, pois já havia “acertado tudo” com os fiscais do IBAMA. Após esse fato, declarou ter pedido ao IBAMA/Santarém e à
Polícia Federal para averiguar o caso. Mencionou não saber informar como é processo de inserção das multas no sistema informatizado. Acha difícil saber ao certo se o Sr. Valmir Climaco já extraiu madeira de dentro do Parque Nacional da Amazônia, pois ele ainda não foi demarcado, mas afirmou que o Sr. Valmir Climaco já retirou madeira pelo menos do entorno. Declarou que a invasão do escritório do IBAMA em Itaituba, em março de 2004, foi promovida não só pelo Sr. Valmir Climaco, mas por praticamente todas as pessoas de poder aquisitivo da região envolvidas com o setor madeireiro e latifundiário. Acredita que o Sr. Valmir Climaco tem projeto de manejo sustentável, mas não sabe precisar se este está aprovado ou suspenso. Ao ser perguntado se o projeto de manejo do Sr. Valmir existiria simplesmente para respaldar a extração ilegal de madeira pelo empresário, asseverou que não conhece nenhum madeireiro na região Amazônica ou Oeste do Pará que trabalhe de maneira correta. Segundo o Sr. Sales, as pessoas têm projeto de manejo aprovado, mas enquanto o IBAMA não fiscaliza minuciosamente, elas só retiram madeira de outros locais. Ao ser questionado sobre o projeto de lei que cuida da gestão das florestas públicas, respondeu que não vê com bom olhos a criação de outro órgão para proteger o meio ambiente. É, sim, necessário fortalecer o órgão já existente. Disse que já foi diversas vezes ameaçado de morte, que não sai de casa e que sua família sofre bastante em razão de seu trabalho. Afirmou que qualquer um que, hoje, queira cumprir a lei na região, vai desagradar muita gente. “O setor madeireiro, palmiteiro, de extração mineral não vai gostar, tranquilo. E eu vejo a região, no momento, um estopim. Porque, vejam bem, a situação, lá tem 8 milhões de hectares que ninguém pode mexer em nada. Vai chegar o verão, o IBAMA vai começar fazer o trabalho de parte de serraria, está desmatando, está segurando o máximo. Ali vai ser uma desgraça logo, logo. Conversando ontem com aquele Prefeito do Trairão, ele deixou bem claro: é iniciar os trabalhos do IBAMA, ele vai botar mil pessoas para almoçar e jantar tudo junto. Então, o que eles puderem tumultuar, eles vão tumultuar.”

- EURICO BEZERRA DOS SANTOS, ex-Chefe do Escritório do IBAMA em Itaituba-PA: iniciou afirmando ser engenheiro agrônomo, formado pela FICAP, em Belém. Trabalha desde 1976 no IBAMA, até abril de 2004 em Itaituba, após o que foi para Belém. Nos últimos três anos,
não participou de operações de fiscalização ou realizou vistoria em projetos de manejo. Afirmau conhecer o Sr. Valmir Climaco, mas que sua relação com ele é apenas profissional. Disse jamais ter liberado qualquer projeto de manejo para empresa de propriedade do Sr. Valmir Climaco. Negou a veracidade de reportagem veiculada no Jornal O Liberal, que se refere a um “esquema” existente no IBAMA e cita Carlinho Cardoso e ele como envolvidos. Afirma que não tomou conhecimento dessa notícia, mas que conheceu o Sr. Carlinho Cardoso em viagens que fez para Novo Progresso, pois o Sr. Carlinho era funcionário da SEFAZ naquela cidade. Asseverou não ter conhecimento de nada irregular em postos de fiscalização nem de qualquer tipo de envolvimento de órgãos estaduais ou federais em possíveis fraudes na extração da madeira. Explicou que residia dentro de uma área do IBAMA quando trabalhava em Itaituba. Ao ser perguntado sobre a liberação de madeira do Sr. Climaco, apreendida pela Sra. Lívia, afirmou que, na época, o IBAMA estava em greve nacional. Em um sábado, quando chegou em sua casa – que fica ao lado do escritório do IBAMA –, encontrou no pátio uma carreta, sem cavalo, com carga de madeira. Após alguns minutos, chegou o motorista e disse: “Olha, eu vim pegar uma carreta aqui que a Dra. Lívia recolheu. E até ela liberou o cavalo para que eu fosse buscar as ATPFs com a nota fiscal”. Afirmau-lhe o motorista que a madeira era para exportação e que o pessoal estava tirando a documentação na empresa transportadora, disse-lhe também que já havia conversado com a Sra. Lívia e estava tudo certo. Respondeu: “Tudo bem, se é que você veio pegar” — e ele, já com a documentação em mão, inclusive com ATPF, com nota fiscal e tudo, para exportação da madeira. Em razão disso, mandou que ele levasse a madeira. Destacou que, após o ocorrido, ele e a Sra. Lívia pararam de se falar. Asseverou que nunca coordenou operações de fiscalização do IBAMA para apreensão de mogno, mas já participou de uma operação dessa natureza. Contou que, certa vez, antes da chegada dos funcionários novos, recebera uma denúncia que o fez atravessar o Rio Tapajós com outro fiscal e apreender por volta de 60 a 70 metros cúbicos de madeira em toras de mogno. Disse ter conhecimento de pessoas envolvidas em exploração de comércio ilegal de madeira no Brasil e de biopirataria, colocando-se à disposição para mandar, posteriormente, uma lista. Após a oitiva das demais testemunhas, o Sr. Eurico Bezerra retornou para esclarecer
alguns pontos de seu depoimento. Reafirmou que a relação entre ele e o Sr. Valmir Climaco é estritamente profissional. Referindo-se ao incidente concernente à liberação do caminhão apreendido pela Sra. Lívia, repetiu que morava na sede do IBAMA e, em um sábado, ao retornar para casa, encontrou uma carreta apreendida com madeira. “Apreendida não, estava parada lá dentro, mas sem o cavalo inclusive, porque, quando se apreende, se apreende com tudo, com carreta, cavalo. Cavalo a gente chama aquilo que puxa a carreta. Daí a cinco minutos, chegou o rapaz, o motorista da carreta com o documento.” Afirou que o motorista do caminhão lhe disse que veio pegar a madeira, porque a única razão da apreensão era o esquecimento dos documentos necessários para o transporte, no escritório da empresa transportadora. O motorista garantiu-lhe que já havia falado com a Sra. Lívia e que estava tudo certo. Apresentou-lhe a ATPF e nota fiscal. Em razão disso, liberou a mercadoria. Salientou que continuava morando em Itaituba, mesmo após ter sido destituído do cargo de chefe, porque demoraram dois anos para nomear outra pessoa. Declarou também que não foi logo para Belém, porque demoraram muito para mandar as passagens e buscar a mudança. Destacou que não tem cópia dos documentos mostrados pelo motorista, porque não foi feita autuação de nada.

- VALMIR CLIMACO DE AGUIAR, Empresário do Setor Madeireiro no Estado do Pará: iniciou afirmando ter uma indústria madeireira, ser fazendeiro e possuir um canal de televisão. Após a leitura de uma reportagem pelo Deputado Sarney Filho do Jornal “A Crítica”, que o acusava de comandar manifestações violentas contra o IBAMA, ter sido mencionado na CPI do Narcotráfico da Câmara Federal como membro do crime organizado no Sudoeste paraense, de subornar fiscais do IBAMA e desafiar o próprio Exército, esclareceu que, por ser político, está sujeito a notícias maldosas e forjadas e que a matéria publicada não corresponde à verdade. Disse que era a primeira vez que via essa matéria e que iria procurar seus advogados para pleitear reparação pelos danos causados à sua imagem. Destacou que todo político, quando se aproximam as eleições, torna-se vítima em potencial de perseguições. Ressaltou que não participou de nenhuma reunião, nem com o setor madeireiro nem com o IBAMA, e que jamais pediu qualquer manifestação contra a autarquia. Disse que, na época das eleições, foi publicada matéria
parecida na Folha de São Paulo. Mandou seu advogado ir ao IBAMA e perguntar qual servidor havia ingressado com aquela denúncia. Lá, afirmou, nada lhe responderam. Ingressou na Justiça pedindo que o IBAMA esclarecesse e apresentasse provas das ameaças que teria feito. Salientou que, na época em que o IBAMA estava fazendo fiscalização em Itaituba, eles foram ao lado de um projeto de assentamento, se não se engana, uma invasão de terra na propriedade dele. Asseverou que o IBAMA pousou lá de helicóptero e deixou uma multa para ele de um milhão e poucos mil reais. Recorreu à Justiça, defendeu-se e provou que a multa não era dele. Um dia, em palanque, lembra ter falado que o Exército tinha que se preocupar com o que estava acontecendo na região. Disse não ter nada contra o IBAMA, de maneira que nunca esteve em Itaituba ameaçando qualquer posto de fiscalização. Afirmou que tem uma indústria madeireira, mas só faz industrializar a matéria-prima. “Tenho uma empresa, a 3 quilômetros da beira do Rio Tapajós, e tenho uma indústria com secador. Não vendo madeira serrada, só vendo beneficiada. Compro madeira de quem tem projeto de manejo, de outras serrarias.” Declarou não ter nenhum projeto de manejo. Afirmou ser comerciante em Itaituba há 27 anos e ter uma loja de material de garimpo: vende motores, é distribuidor Agrale, MWM e outras empresas. Comprou algumas fazendas conforme ia ganhando e, hoje, tem quatro propriedades no Município de Itaituba. Dessas, três têm documento, título e escritura definitiva e uma está em processo de regularização no INCRA. Falou que a atividade dessas fazendas é a agropecuária. Ao ser perguntado se não usa da madeira tirada dessas propriedades para sua serraria, afirmou que tinha um projeto de manejo em seu nome, no nome da empresa, mas que a propriedade foi invadida pelos sem-terra e o projeto deixou de existir. Utilizou-se desse projeto durante os anos de 1994 e 1995, até o dia em que houve a invasão. Asseverou que recorreu da multa de um milhão de reais, mas que ainda não saiu a decisão. Explicou que a sua madeireira atua somente com madeira de procedência legal e que, mesmo após várias fiscalizações do IBAMA, jamais foi multada. Afirmou que o maquinário de suas empresas já foi apreendido pelo IBAMA, mas que se tudo tratou de um mal entendido. Contou que, no dia da apreensão, estava tirando madeira que já havia sido derrubada há muitos anos – 10 ou 12 – para fazer cerca e estaca e que todo o material apreendido – um ou dois caminhões
– foi liberado pela Justiça. Confirmou que, em outra ocasião, teve um caminhão completamente lotado de madeira apreendido e encaminhado para a sede do IBAMA, dando a seguinte versão: “A gente que trabalha com exportação, por exemplo, ao embarcar 100 metros de madeira — o porto de exportação é Belém —, estando a 1.200 quilômetros de Belém, na beira do Rio Tapajós, a 3 quilômetros da beira, dentro da cidade de Itaituba, perto do aeroporto, a gente tira uma nota fiscal mãe com ATPF original dos 100 metros de madeira. Os 100 metros de madeira dão cinco carretas de madeira, que tem que ser transportada da indústria à beira do rio, para colocar numa balsa. E a balsa leva para o porto de exportação em Belém. Nós tiramos uma nota mãe e uma ATPF mãe — a nota do valor da madeira, certinho, e tiramos, por exemplo, seis notas fiscais de simples remessa, com a cópia da ATPF. E nós entregamos — se não me engano, um final de semana, não posso afirmar —, na RECON, que é quem faz o transporte da madeira da indústria para a beira do rio, e da beira do rio para o Porto de Belém. E nós entregamos as notas. As carretas estavam carregadas, porque a carga era da própria RECON, a empresa que faz o transporte. E o rapaz pegou as notas fiscais, colocou no escritório e transportou uma carga de madeira, uma carreta de madeira sem a nota. Mas as notas estavam no escritório da transportadora. E aí foi apreendida essa madeira. O IBAMA estava de greve, se não me engano, não estava funcionando. E nós, cheguei ao chefe do IBAMA, procurei ele, e apresentei as notas, contei, levei a empresa, a RECON, que faz o transporte da madeira, para se esclarecer para ele. O motorista da RECON alegou: ‘Ah, o IBAMA está de greve’. E eu peguei as notas, coloquei tudo lá e puxei essa carga de madeira sem a nota.” Afirma que jamais extraiu ou desmatou dentro do Parque Nacional da Amazônia, mas quando houve a invasão de sua propriedade – que é vizinha ao Parque Nacional –, chegou a ser multado por esse fato. Recorreu e ganhou, porque ficou comprovado que não foi ele que desmatou. Disse não saber se algum de seus funcionários ou prepostos já fez ameaças a algum servidor do IBAMA. Após a leitura de outra reportagem da Folha de São Paulo pelo Presidente Antônio Carlos Mendes Thame, que noticiava ter sido o Sr. Climaco multado pelo IBAMA em 1 milhão e 200 mil reais por desmatamento ilegal de 746 hectares dentro do Parque Nacional da Amazônia, respondeu que a matéria estava equivocada, pois a propriedade
nem era dele nem se localizava dentro do Parque Nacional. Destacou ser ausente de fundamento a multa de 182 mil reais que recebera por manter 600 metros cúbicos de madeira sem comprovação de origem, pois essa madeira fora extraída do mesmo local que o IBAMA julgava pertencer ao Parque Nacional. Ao responder as perguntas do Deputado Moacir Micheletto, declarou que, quando saiu a matéria na Folha de São Paulo, procurou indignado o repórter, porque foram tiradas vinte mil cópias desse jornal e distribuídas de porta em porta em Itaituba. Fora-lhe então informado que a fonte da notícia era a Sra. Lívia – do IBAMA. Mandou seu advogado procurá-la, pois quer que isso seja investigado a fundo.

- AMARILDO FORMENTINI, ex-Técnico do IBAMA, atual Assessor da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados: iniciou afirmando que trabalhou no IBAMA até junho ou julho de 2003, exercendo cargo de confiança. Acredita que saiu do órgão porque contrariou interesses de diversos políticos do Pará. Certa vez, multou o Prefeito de Porto de Moz, coordenou uma operação na região e foi logo após exonerado. Retornou ao cargo depois de algum tempo, já no novo Governo, e trabalhou por mais três meses fazendo trabalhos na região de Santarém. Foi multar um prefeito da região e lhe disseram para não o fazer, pois a pessoa tinha influência. Respondeu que estava ali para cumprir a lei, multou o prefeito e foi novamente exonerado. Na época, a pessoa que lhe telefonou para dar-lhe “conselhos” foi o Sr. Edson Gillet, de Belém. Declarou que encaminhou diversas denúncias relativas à exploração e ao comércio ilegal de madeira no Estado do Pará às Comissões de Meio Ambiente e da Amazônia da Câmara dos Deputados, à Procuradoria Geral da República, ao Gabinete da Ministra e ao Presidente do IBAMA, mas que, até agora, a única conseqüência das denúncias realizadas fora a sua convocação para dar depoimento à CPI. Ao ser solicitado para descrever de maneira sucinta o teor das denúncias, asseverou ter gravado uma conversa com o Sr. Sales – chefe do Parque do Nacional da Amazônia – e outra com a Sra. Lívia, que expõem os últimos episódios da exploração ilegal de madeira em Itaituba/PA. Contou que o Sr. Sales havia lhe confidenciado que a Sra. Lívia estava sendo ameaçada de morte e pediu para que ele fizesse o possível para que ela fosse transferida. Hoje, teve a feliz notícia de que a transferência foi efetuada. Relatou também
que o Sr. Eurico Bezerra liberou um caminhão de madeira de maneira irregular e também permaneceu por mais de um ano em Itaituba, após a publicação do ato que o transferiria para Belém. Afirmou já ter recebido ameaças de morte em razão dessas denúncias. Em seguida, pediu para que fosse ouvida a fita que traz as conversas entre ele, o Sr. Sales e a Sra. Lívia. Iniciada a transmissão da fita, a Sra. Lívia diz que fez a apreensão de um caminhão de madeira do Sr. Valmir Climaco em novembro de 2004, em razão de estar sem a ATPF. Conta que colocou o caminhão no depósito do IBAMA e foi resolver um problema no Parque Nacional da Amazônia e, quando retornou, o caminhão tinha sido liberado. Relata que não chegou a ser lavrada nenhuma multa, pois o Sr. Eurico Bezerra liberou o caminhão sem consultar ninguém. Segundo a servidora, o Sr. Eurico Bezerra nunca justificou o motivo pelo qual liberou o caminhão, pois ele não mais conversa com ela. Destacou que fez um documento e o encaminhou a Brasília, noticiando que o ex-chefe do escritório do IBAMA em Itaituba estava interferindo no trabalho realizado no Parque Nacional. Destaca que o Sr. Eurico interferia em todo o trabalho de fiscalização, criando uma imagem dúbia no IBAMA e que, apesar de já ter sido exonerado há quase dois anos do cargo, permanecia residindo na casa do IBAMA em Itaituba, mesmo sem ser chefe. Afirmou que o Sr. Eurico já havia recebido as passagens, o dinheiro da mudança, tudo, e, ainda assim, não saía de lá. Ressaltou que os advogados da região estavam sendo dispensados, porque as multas estavam sendo simplesmente apagadas do sistema informatizado do IBAMA. Asseverou também que parte do mogno apreendido em operações fora levado pelo Sr. Pastana, pois o IBAMA entrara em acordo com uma ONG para doar a madeira. Falou que recebeu ameaças que lhe “recomendavam” diminuir o ritmo de trabalho, sob pena de receber uma lição. Salientou que fora uma pessoa da Prefeitura de nome Edmilson que lhe passara esse recado. Desconfia que tais recados foram a mando do administrador do Sr. Valmir Climaco. Suspeita também que fora ele que incentivara o povo a invadir a sede do IBAMA. Encerrada a fita e concedida novamente a palavra ao Sr. Amarildo Formentini, ele disse que o Sr. Valmir Climaco havia faltado com a verdade ao dizer que a madeira apreendida não havia sido derrubada por ele ou suas empresas.
- JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO, Analista Ambiental da Gerência Executiva do IBAMA no Estado do Amazonas:

começou seu depoimento afirmando que o combate à biopirataria, ao tráfico de animais silvestres e à extração ilegal de madeira tem sido também sua causa durante 25 anos como profissional no IBAMA. Segundo ele, com milhares e milhares de quilômetros de fronteira na Amazônia, não se pode conter o ingresso de biopiratas, com o vazio imenso da presença do Estado nessas regiões. Em seguida, diferenciou o biopirata (aquele que coleta material botânico e zoológico para ser transformado em fármacos em laboratório e depois render milhões de dólares a quem o patenteia) do traficante de animais silvestres (o que subtrai animais da floresta com o objetivo de servir ao diletantismo perverso de pessoas que têm dinheiro para adquiri-los), assegurando que eles devem ser tratados de forma diferente. No combate ao tráfico de animais silvestres, as rotas são muito mais fáceis de serem cobertas e vigiadas, mas a cada dia há maior especialização dos traficantes, que ainda são os mesmos de dez anos atrás. Todavia, não há mais a Lei 5.197/67, que, pela sua dureza, às vezes nem era aplicada, dando lugar a uma legislação tão frouxa que o traficante perdeu completamente o medo da Lei. Segundo ele, hoje, o traficante nem chega aos pés do juiz, só presta depoimento ao delegado e vai embora, citando os casos do alemão Baumgarten e, em seguida, de Marcus van Roosmalen, ambos já conhecidos desta CPI, completando que este último está hoje operando numa base no rio Aripuanã. Atualmente, todas as plantas usadas na farmacologia indígena são conhecidas dos laboratórios da Europa e poderão virar patente, porque, segundo ele, o Tribunal de Patentes Internacional é absolutamente irresponsável com relação a essa questão, como no caso do cupuaçu, cuja marca foi anulada pelo Brasil após muita luta. O que temos de temer é o universo de plantas que ainda não conhecemos, cuja farmacologia pode ser muito mais poderosa e já estar sendo estudada pelos grandes laboratórios. Segundo o depoente, a biopirataria não se combate com fiscalização, e quem tem competência deve descobrir fármacos para combater as doenças que o mundo tem, mas o benefício deve ser dividido com a comunidade, os lucros devem ser repartidos, e não
apropriados por quem furtou os componentes do patrimônio genético. Quanto ao tráfico de animais silvestres, aí, sim, tem de haver fiscalização, vigilância nos aeroportos, cobertura das rotas e legislação para botar na cadeia os traficantes. Eles estão interessados em espécies que dão muito dinheiro, que valem alguns milhares de dólares se colocadas no mercado europeu, americano ou asiático, tais como a cotinga, o rouxinol-do-rio-Negro e o galo-da-serra, que, hoje, é a “Monalisa” do tráfico e chega a valer US$120 mil no Japão. Segundo o depoente, há outro pesquisador, coberto pelo poderoso manto da Academia, que vem repetindo a rota de Roosmalen há alguns anos. Quanto à questão florestal, o Estado do Amazonas é a última fronteira madeireira e agrícola. No passado recente, houve verdadeira corrida para as terras do sul-sudeste do Amazonas, em Lábrea, na área de influência da BR-364 e na Transamazônica, entre os Municípios de Apuí e Sucunduri, onde milhares de hectares foram grilados, vendidos e desmatados. Debalde o esforço do IBAMA, não se conseguiu conter um hectare de desmatamento. O depoente afirmou que tem andado bastante pelo interior do Estado e uma nova corrida está ocorrendo na fronteira do Amazonas com o Pará, na região do Alto Rio Nhamundá, onde há piques de demarcação de grilagem de terras que chegam a atingir 50 a 60 quilômetros. Se não houver uma reação imediata, haverá milhares de terras griladas naquela região. Inicialmente, coopta-se o ribeirinho, depois chegam os pistoleiros e expulsam as famílias e, a partir daí, estabelece-se um processo de ocupação da Amazônia da forma menos produtiva possível: primeiro, com a extração da madeira; depois, com o corte raso para a implantação de pastagens, como no norte do Mato Grosso, no sul do Pará e, hoje, no sul e sudoeste no Estado do Amazonas. Segundo o depoente, são necessários investimentos em vigilância, fiscalização e combate desse tipo de situação, bem como integração dos Municípios, Estados e União, para que, juntos com a Polícia Federal e o IBAMA, possam resultar ações efetivas. Os Municípios estão absolutamente inertes, sem nenhuma ousadia e ação na questão ambiental, e devem ser estimulados para executar de forma correta a política ambiental. Também são desprezadas as comunidades rurais do nosso País, que são a primeira vigilância, as primeiras a receber os efeitos danosos da escassez. Ao final, deu o exemplo de um programa de manejo de lagos desenvolvido anos atrás, hoje desativado, em que as comunidades
(chamadas de “Olhos da Floresta”) fiscalizavam o próprio pescado e, assim, auxiliavam o aparelho estatal na vigilância da Amazônia. Respondendo aos Parlamentares, o depoente afirmou que a estrutura de vigilância das rotas de tráfico já foi melhor e hoje é praticamente nenhuma, dando o exemplo de que, dos 79 recém concursados para o Estado, a grande maioria voltou para seus locais de origem, restando apenas treze no Amazonas. Segundo ele, o IBAMA tem um quadro já bastante envelhecido, e investimentos em estrutura, em botes deslizadores, barcos e eventualmente carros também não ocorreram. Disse que tem percebido uma absoluta imobilização dos treze escritórios regionais, e que o segundo ato de biopirataria na Amazônia, após o envio de sementes de seringueira para a Inglaterra, foi o comércio de peixes ornamentais, que tem já quase 50 anos. O Amazonas exportava em torno de 33 milhões de indivíduos por ano, com material genético de excelente qualidade, mas esse número hoje caiu, devendo andar por volta dos nove milhões. O índice de mortalidade na captura e no transporte desse peixe chegava a 80%, e os indivíduos que conseguiam chegar na Europa eram geneticamente perfeitos. Todavia, não haveria como tratar os peixes ornamentais diferentemente do extrativismo pesqueiro, porque é captura, é pesca. Mas esses peixes teriam que sair rigorosamente esterilizados – para evitar sua manipulação genética e reprodução no exterior –, o que é um processo extremamente simples e barato de fazer, com o uso do antibiótico neomicina, por exemplo. Segundo ele, também deveríamos desvincular a bacia amazônica do restante da bacia do Brasil e ter uma portaria exclusiva para ela. Outro problema é que, quando se envia piaba, que é peixe pequeno, não se sabe o que se está mandando. O comércio de peixes ornamentais, se disciplinado, é divisa para o País, mantém cerca de 90% da receita do Município de Barcelos. O que é difícil é perdermos alevinos de aruanã, de pirarucu, capturados na fronteira do Brasil com Colômbia e Peru, sem que o País tenha e sem que os nossos ribeirinhos tenham a menor participação nisso, pois é contrabando puro. Afirmou ainda que muita gente deveria estar presa em razão do art. 68 da Lei de Crimes Ambientais, por omissão no cumprimento do dever legal, e que é contra o amplo prazo de arrendamento da nova lei de concessão de florestas públicas, uma vez que se tem um ciclo florestal determinado de vinte anos. Também expressou preocupação com o
que está entrando ilegalmente e sem controle em nosso País, como aconteceu com: o caramujo africano, que foi levado para a Amazônia para ser servido como *escargot*; a tilápia, que hoje predomina nos ecossistemas onde ela não vivia; um pequeno molusco dos arrozais da China, que a indústria Estrela trouxe para cá em 1990 como brinquedo e que tem uma capacidade de proliferação e resistência muito grande; as tartaruguinhas verdes do Mississipi, vendidas em *pet shops* e que já entraram nas nossas correntes hídricas, etc. Como se trata de fatos ocorridos há muitos anos, o depoente não sabia de maiores detalhes. Em seguida, o depoente comentou ainda sobre: 400 amostras de água, que estavam sendo levadas para o exterior por pesquisador cuja nacionalidade não se recorda, mas que foi autuado pelo IBAMA e o material, apreendido; um xampu contra calvície originado de produtos da floresta, que está sendo comercializado na região; a unha-de-gato, que é uma planta invasora e objeto de manejo em um projeto em Parintins, onde há uma cooperativa que a transforma em produto "medicinal"; e a boa-fé com que o nosso caboclo e a própria comunidade indígena repassam o conhecimento do uso de produtos da flora nativa a quantos os procurem. Mas, segundo ele, há outras substâncias das quais nem o caboclo nem nós temos conhecimento, e o desconhecimento é muito pior do que o desmatamento, pois só é possível manter a floresta intacta a partir da consciência de que a biodiversidade pode gerar mil vezes mais dividendos do que a derrubada. Contudo, as universidades públicas brasileiras são todas altamente carentes de investimentos em biotecnologia e os pobres laboratórios brasileiros não conseguem competir com os grandes laboratórios internacionais. Concluindo, o depoente afirmou que, quanto às rotas de tráfico, destacam-se, no Estado do Amazonas: o Alto Rio Negro, onde se localizam os pássaros dançarinos; a tríplice fronteira Peru/Colômbia/Brasil, que é uma área de penetração também de entorpecentes, e o Aeroporto de Manaus, onde existem permanentemente funcionários do IBAMA atuando junto à Infraero.

- MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANAWA,
Representante da ONG Associação Vida Nova na Floresta/AC: iniciou dizendo que sua associação foi criada pela necessidade de a comunidade desenvolver ações conjuntas para melhorar suas condições de vida. Afirmou que a biopirataria vem ocorrendo há muitos anos, desde quando foi levado o
pau-brasil, mas que os povos indígenas só agora se deparam com a discussão sobre os conhecimentos tradicionais, sobre o que já se perdeu e o que foi patenteado. Para isso, contam com a ajuda da ONG Amazonlink, que traz para eles essa informação, como no caso do cupuaçu. Disse que os índios estão preocupados com o patenteamento dos produtos da floresta por empresas multinacionais e com o repasse do conhecimento dos pajés sobre ervas medicinais, mas ele próprio não tem informações acerca de pessoas ou laboratórios envolvidos. Respondendo às perguntas dos Deputados, confirmou que a secreção do sapo *Phyllomedusa*, que se chama kambô para a etnia Katukina (a de sua mãe) e kampô para a Yawanawa (a etnia de seu pai), é tradicionalmente usada por eles para afastar panema (azar na caça) e tirar sonolência ou mal-estar, quando se está gripado ou com febre. Em 1978, tratava-se com a secreção do sapo a malária, conhecida por sezão. Hoje, ele tem notícia de que a vacina do sapo já é usada em São Paulo e no Rio de Janeiro, ao preço de R$ 150 cada aplicação. Disse que sua reserva, a dos Apurinãs, é cortada ao meio pela BR-317, que liga Rio Branco, capital do Acre, a Boca do Acre, município do Amazonas, e que por lá passam muitas pessoas, mas só entram na reserva com a permissão deles e da FUNAI e que lá nunca receberam pesquisador brasileiro ou estrangeiro. Reafirmou que desconhece a maioria dos assuntos abordados pelos Parlamentares e que a Associação Vida Nova na Floresta não é de fachada. Disse que é associado da Amazonlink, e que poderia consultá-la acerca de outras informações de interesse da CPI. Questionado quanto à existência de comércio ilegal de madeira dentro de sua área indígena, disse que em fevereiro deste ano eles se depararam com uma empresa, da qual não sabia o nome, abrindo um ramal para tirar madeira de dentro da reserva. Afirrou que ele não denunciou a madeireira, mas reuniu a comunidade e fez a apreensão do trator e dos dois caminhões e, depois de uma negociação, liberou o maquinário e pediu para que eles não entrassem mais na reserva. Questionado pelos Deputados quanto à correção de sua atitude, reconheceu que deveria ter feito a denúncia à delegacia, à FUNAI ou à Polícia Federal, sendo solicitado agora a fazê-lo e a remeter cópia do boletim de ocorrência à CPI. Queixou-se das obras de terraplanagem para o asfaltamento da BR-317, que corta a reserva e está sendo feita, no trecho do Estado do Acre, em pleno inverno, afetando a reserva Apurinã. Teme que, com
o asfaltamento da estrada, surja interesse do homem branco em fazer comércio ilegal de madeira. Questionado pelo Presidente da CPI se é sócio do presidente da Amazonlink em sua empresa de exportação de artesanato, respondeu que não.

14ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 13/04/05

- OTACÍLIO ANTUNES, ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI: iniciou mensurando a importância da atuação da FUNAI, em função de hoje totalizarem, aproximadamente, 700 terras indígenas, que ocupam 12,3% do território nacional. Apontou a dificuldade financeira pela qual passa a instituição, cujo orçamento não condiz com suas necessidades, e é vítima das descentralizações, tornando-se carente de pessoal técnico e qualificado e em quantidade suficiente para atender a demanda de trabalho nas áreas indígenas. Acusou a descentralização das ações da FUNAI pelo aumento do número de ONGs atuando em terras indígenas e pelo desconhecimento e descontrole do órgão acerca das ações desenvolvidas por elas. Segundo ele, a instituição não tem controle eficaz do ingresso de várias pessoas, de várias organizações não-governamentais, bem como de missões religiosas que desenvolvem ações junto às comunidades indígenas. Falou da importância do aporte de recursos para que as comunidades possam desenvolver projetos técnicos, que são a alternativa mais viável de sustentabilidade para elas. Ressaltou a dificuldade de realização de operações de desintrusão em terras indígenas, visto que os funcionários da FUNAI não têm poder de polícia e necessitam realizar as operações em conjunto com a Polícia Federal e o IBAMA, devendo, para tanto, custear também os gastos dos parceiros. Acerca da apreensão de artesanato indígena em posse da Sra. Rosita Herédia, quando o comercializava nos Estados Unidos, afirmou não considerar incorreta a declaração assinada por ele, quando era presidente da FUNAI, uma vez que a Sra. Rosita, a quem não conhecia, era compradora de artesanato indígena há mais de 27 anos, adquirindo-o legalmente nas lojas da FUNAI e, também, por já ter sido emitida uma declaração semelhante em 1993. Acrescentou que a declaração foi a única assinada por ele e visava atender a uma exigência do IBAMA, órgão
responsável pela autorização de saída das peças do País, não estando prevista na referida autorização a comercialização das peças. O documento dava amplos poderes para que ela viesse a fazer uma exposição cultural, um intercâmbio cultural e definia um prazo determinado para repatriar todos esses produtos de artesanato indígena. A definição de prazo, posteriormente, foi refutada pelo Dep. Mendes Thame, que afirmou não conter nenhum prazo na autorização do IBAMA (autorização CITES). O Sr. Otacílio relatou, ainda, que a FUNAI dispõe de um programa de incentivo à produção artesanal, comprando as peças produzidas pelos índios. No entanto, acontece de índios em processo de aculturação venderem o artesanato produzido nas cidades. Nesses casos, a FUNAI tem grande dificuldade de controlar a comercialização. Quanto à estrutura administrativa disponível para fiscalizar o comércio de artesanato, ressaltou ser essa tarefa quase impossível para o Departamento de Comercialização de Artesanato Indígena, que conta com um quadro reduzidíssimo de pessoas e não tem capacidade de fazer ou executar um exame minucioso ou detalhado para formar um processo e, conseqüentemente, emitir um parecer. Sobre o uso de partes de animais em extinção para a confecção de artesanato, avaliava ser uma questão cultural, de mudança lenta, embora o processo de conscientização das comunidades já esteja em curso, inclusive com a criação de animais em cativeiro. Ponderou ser o momento oportuno para que a FUNAI, o IBAMA e o próprio Ministério do Meio Ambiente possam formar um grupo de trabalho que venha a propor como disciplinar e normatizar a questão. Declarou desconhecer o Projeto Pinkaiti. Acerca da doação de um motor de avião por parte do governo britânico para uma ONG de nome CTI, disse que a doação, na verdade, foi em dinheiro e realizada pelo governo espanhol à FUNAI, que comprou uma aeronave de nome Islander, mas, devido a problemas burocráticos, o convênio foi feito com a ONG CTI, sendo que o avião seria utilizado para atender a um departamento de índios isolados da FUNAI. Posteriormente, o avião apresentou problemas, e foi colocada à disposição da CTI outra aeronave a título de empréstimo, que teve perda total em um acidente. Embora a transação tenha sido objeto de apuração de ordem administrativa para se saber os responsáveis legais por toda a operação, ele não soube informar o desfecho do caso, tendo sido solicitado a ele e, em extensão, ao próximo depoente, atual presidente da
FUNAI, Sr. Mérico Gomes, a cópia do referido processo. Avaliou que os pedidos de revisão de área já demarcada e homologada utilizam-se de instrumentos jurídicos ilegais, que retardam a solução do problema fundiário. Afirrou ser o Ministério do Meio Ambiente o locus ideal para a vinculação da FUNAI. Alertou para a necessidade de se aprovar o novo Estatuto das Sociedades Indígenas e de se reestruturar a FUNAI, fortalecendo os postos indígenas. Enfatizou essa necessidade utilizando como exemplo as mazelas sociais que acometem os povos indígenas, como o alcoolismo, a prostituição e a desnutrição infantil e apontou a pulverização do pouco recurso disponível, por conta do grande número de unidades administrativas de que dispõe o órgão, como uma das causas de sua ineficiência. Defendeu a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas como única maneira de o governo ter o controle da situação. Informou não ter conhecimento da existência de convênio da FUNAI com a Amazon Conservation Team – ACT. Quanto à venda de sangue indígena pela empresa americana Coriel Cell Repositories, em sua página na internet, afirmou desconhecer o fato e a possível época da coleta do sangue. Relatou a existência de um convênio com a Escola Paulista de Medicina, existente há mais de trinta anos, em que a assistência às comunidades inclui a coleta de sangue para diagnosticar certos surtos de doenças e o melhor tratamento a ser utilizado. Afirrou desconhecer o médico brasileiro Dr. Hilton Pereira da Silva e a norte-americana Denise Hallak, mas informou que a Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas pode levantar os dados acerca da expedição do Discovery Channel, em que eles participaram, e passá-los à Comissão: o ingresso, quando foi, quais as pessoas que adentraram nessas terras indígenas e qual o propósito. Encerrou dizendo que existe um processo na FUNAI para averiguar a ocorrência de um possível acordo entre pajés de comunidades indígenas do Tocantins, os Apinajés e os Krahôs, com uma universidade de São Paulo, em que os índios receberiam pelas informações dadas aos pesquisadores.

- MÉRCIO PEREIRA GOMES, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI: abriu sua fala explicando o orçamento destinado às questões indígenas, em diferentes órgãos do Governo Federal, detalhando a utilização dos recursos na FUNAI, que dispõe, este ano, de 107 milhões de reais, sendo que de 25 a 35 milhões são destinados às atividades.
administrativas do órgão, na manutenção da sede em Brasília, das 45 administrações e dos 370 postos indígenas. O restante do recurso é utilizado nos dois principais programas da FUNAI, que são: a proteção e etnodesenvolvimento. Relatou o processo de crescimento da população indígena e de democratização da política indigenista, no bojo da Constituição de 1988, processo que deixou a FUNAI com as seguintes atribuições: demarcação de terras indígenas; estruturação dos postos indígenas; proteção das terras indígenas e questões de projetos comunitários, sobre os quais ficou de encaminhar detalhes à CPI. Nesse contexto, expôs o andamento da questão no atual governo, com a criação de um grupo interministerial que resultou em uma portaria atribuindo ao Ministério da Justiça a coordenação da política indigenista, com a função de reunir todos os ministérios que atuam com esses povos e coordenar os esforços dispendidos por eles. Falou, também, da existência de um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil, que iniciou em janeiro de 2004 e concluiu um relatório em julho de 2004; e da solicitação das organizações indígenas de se criar um conselho nacional dos povos indígenas, que teria um papel fundamental na coordenação da política indigenista. Acerca da exploração madeireira em terra indígena, disse que, nas áreas onde há madeira e onde há possibilidade de comercialização, os madeireiros acossam os índios e, muitas vezes, conseguem o que querem. Ao ser questionado sobre possíveis denúncias feitas à FUNAI sobre biopirataria, falou da Amazon Conservation Team – ACT, que trabalhou com os índios do parque indígena Tumucumaque, na fronteira com o Suriname, e depois no Alto Xingu. Essa organização não governamental, segundo ele, é dirigida por um senhor cujo pai já foi pesquisador do INPA e de lá foi expulso por acusações de biopirataria. No convênio assinado entre eles e os índios Kamaiurá, do Alto Xingu, os índios receberiam alguns recursos e benefícios em troca da utilização do conhecimento de um pajé muito importante do Alto Xingu sobre plantas, raízes e utilização de chás que são feitos a partir dessas plantas. No relatório do convênio havia um estudo etnoecológico que demonstrava, num mapa, onde se encontravam as plantas utilizadas. Declarou, ainda, que a própria FUNAI tinha uma idéia de que estava havendo biopirataria, principalmente quando uma empresa japonesa fez um filme, tendo a ACT como intermediária no contato com os Kamaiurá. Na ocasião, a Procuradoria Jurídica da FUNAI abriu
um processo e, então, a empresa doou uma quantia em dinheiro, como parte dos royalties por ter filmado as cenas, que foi redistribuída para os índios como parte dessa compensação. Atualmente, a ACT está proibida de entrar em área indígena pela FUNAI. No entanto, ela fez uma sede na cidade de Canarana, que é a cidade central onde os índios Xingu se encontram, e os assedia com várias propostas. Ainda sobre a ACT, assegurou conhecer o convênio desta com a USAID, relatando, inclusive, uma reunião que ocorreu em Canarana em que um representante da USAID perguntou a ele se a ACT tinha licença da FUNAI para entrar em área indígena, a que respondeu peremptoriamente: “não existe, não há licenciamento da FUNAI para a ACT (...) entrar em área indígena”. Informou desconhecer a nota técnica do analista pericial em Antropologia do Ministério Público, Sr. Marco Paulo Scchettno, em que este dizia haver fortes indícios quanto ao interesse da ACT em desenvolver atividades relacionadas à bioprospecção voltada para o desenvolvimento de novos medicamentos, inclusive com a associação de indústrias farmacêuticas, no caso a Shaman e a Aveda. Ainda acerca da associação da ACT com a Shaman e a Aveda, disse desconhecer a ida de uma comissão de assessores americanos ao Xingu em 26 de dezembro de 2003, bem como o desentendimento ocorrido entre as etnias Yawanawa e Katukina, em função do plantio de urucum realizado por meio do projeto desenvolvido em conjunto com a Aveda Cosméticos, mas comprometeu-se a encaminhar toda a documentação pertinente existente na FUNAI, os acordos anteriores, os convênios, as respostas que a FUNAI tem dado ao Gabinete de Segurança Institucional, as averiguações feitas etc. Sobre a ocorrência de bioprospecção em área indígena, afirmou não saber dizer, visto que algumas organizações, como a Conservation International – CI e a The Nature Conservancy – TNC, têm interesses difusos em meio ambiente e o espírito ambientalista prevalece entre elas; no entanto, não dá para dar testemunho de confiança nelas. Atestou que a FUNAI acompanha e monitora quando há acordo dessas ONGs com os índios. Quando a FUNAI é interveniente, o controle é maior. Em geral, quando se faz acordo direto com a associação indígena, envolve uma série de recursos que são dados para a compra de objetos, de instrumentos etc, que os índios necessitam. Então, a FUNAI vê qual é a atuação da ONG em relação aos índios. Falou da dificuldade de controlar a entrada de missionários religiosos
nas áreas indígenas, em função da representatividade que detêm no próprio Congresso. Já quanto aos pesquisadores, acredita que a legislação tem salvaguardas suficientes, basta que o pesquisador seja idôneo e a cumpra. Defendeu o convênio da Body Shop com os índios Kayapó, que, segundo ele, conta com a benéfica e honesta interveniência de uma ONG dirigida por um funcionário da FUNAI, o que não prejudica suas ações como administrador da Fundação. O Dep. Fernando Gabeira ponderou ser mais proveitoso à Comissão apresentar proposta de criação de um sistema de bioproteção, ao invés de denunciar fatos pontuais vinculados à biopirataria. Acerca da comercialização de sangue de índios Karitiana e Suruí pela empresa americana Coriel Cell Repositories, informou ter encaminhado um pedido de providências à Polícia Federal e ainda não ter recebido resposta. Na ocasião, foi solicitado pela Comissão que enviasse cópia do ofício para que se requeresse resposta da Polícia Federal. Em relação ao ingresso de pessoas em terras indígenas, entende que os índios têm a legitimidade para entrar em negociação com quaisquer pessoas, cabendo à FUNAI ser responsável apenas quando é interveniente no processo; no entanto, quando há prejuízo para os indígenas, é obrigação do órgão intervir. Concluiu este comentário dizendo ser possível estar ocorrendo pesquisa em terra indígena sem o conhecimento da FUNAI, tendo assinado, neste um ano e sete meses de seu mandato, 80 a 100 pedidos de pesquisa, que ficou de encaminhar para a CPI. Quanto à utilização de partes de animais em extinção para a confecção de artesanato, garantiu já estar proibida há quase um ano e haver um processo contra funcionários que foram acusados de vender diretamente para os Estados Unidos esse tipo de artesanato. Ademais, ficou de encaminhar sugestões para aprimorar a legislação sobre o assunto. Acerca das doações de madeira apreendida pelo IBAMA, confirmou que existe possibilidade de se legalizar a madeira através de doações, licitações e leilões, em que a própria empresa que foi autuada adquire o material.

15ª Audiência Pública da CPIBIOP – 27/04/05

- REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE, Procurador da República no Estado de Rondônia: iniciou dizendo que, no tocante à venda
do sangue dos índios Karitiana e Suruí, os trabalhos do Ministério Público Federal em Rondônia estão um tanto quanto incipientes. Por volta de 1996, uma equipe da Inglaterra iria produzir um programa para o canal *Discovery Channel*. Essa equipe foi acompanhada de um médico, Dr. Hilton Pereira da Silva, e uma arquiteta, Dra. Denise da Silva Hallak. O pretexto seria produzir um filme a respeito da lenda do Mapinguari. O fato é que o objetivo inicial foi desvirtuado e esse médico acabou coletando amostras de sangue de toda a população Karitiana. Esse caso chegou ao Ministério Público Federal na época. Houve uma preocupação muito grande, até porque considerou-se que a intimidade, a personalidade dos índios foi invadida e que eles foram enganados. Por volta do ano de 2002, foi proposta uma ação civil pública, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, em que se buscou uma reparação moral por conta daquele prejuízo à personalidade do povo Karitiana. Os réus nessa ação são as pessoas de Hilton e Denise, o povo atingido é apenas o Karitiana. Há uma referência ao povo indígena Suruí, mas o fato é que eles não foram abrangidos por essa ação civil pública. O Ministério Público Federal, quando estava instruindo esse procedimento, chegou a instar a FUNAI para saber se ela tinha conhecimento daquela situação, da coleta do sangue, e se ela a havia autorizado. O fato é que essa equipe estava previamente autorizada pela FUNAI, pelo Processo 2.430/96, mas o Presidente da FUNAI à época disse que esse objetivo foi omitido. Eles não tinham conhecimento de que seria coletado sangue. Obviamente, se soubessem, o processo seria bem mais complexo e provavelmente não seria autorizado. Então, ele alude a má-fé dos pesquisadores - isso nos termos do próprio Presidente da FUNAI à época. O Ministério Público Federal descobriu que o material foi parar na Universidade Federal do Pará, que disse que eles também não tinham tomado conhecimento daquilo, que o próprio médico nem sequer integrava os quadros da Universidade Federal do Pará e que eles devolveram o material. O fato é que a Universidade devolveu apenas 54 frascos de sangue e, conforme consta dos termos da ação, teriam sido coletados mais de 100 frascos. O pedido é para a condenação de ambos os pesquisadores ao pagamento de R$ 500 mil, a serem revertidos em prol da comunidade Karitiana. A União e FUNAI foram chamados à causa e apenas a FUNAI manifestou interesse em participar, como litisconsorte ativo. O Dr. Hilton foi citado recentemente, em meados de
2004, e a Dra. Denise nem sequer foi citada ainda. O Dr. Hilton já apresentou contestação. Em síntese, ele alega que coletou mesmo o sangue, mas que essa coleta destinava-se a beneficiar a saúde dos índios. Ele era médico, pesquisador e investigaria patologias para fins médicos e, posteriormente, até para auxiliar esses índios no fornecimento de medicamento. No ano passado, o MP recebeu uma comunicação de um jornalista do *Jornal de Brasília*, em que ele noticiava a venda de sangue dos índios Karitiana e Suruí num site de uma empresa norte-americana. Em 16/11/04, foi aberto procedimento para acompanhar e cobrar providências dos órgãos competentes. Como medidas iniciais, o MP oficiou à FUNAI para saber se ela tinha conhecimento oficial da questão, as medidas que ela adotou, as pessoas que ela autorizou a ingressar na terra indígena Karitiana e as pessoas que coletaram sangue ou qualquer outro material. Segundo o depoente, também a Superintendência da Polícia Federal foi oficiada para que fosse aberto, se ainda não tivesse ocorrido, o competente inquérito policial, e também foi determinado fosse feito contato com as associações de proteção dos índios e com os próprios índios, até para esclarecer melhor a situação. Uma das grandes dificuldades do MP é saber a origem desse sangue, como esse sangue foi parar numa empresa dos Estados Unidos da América. Será que foi o sangue colhido em 1996? Sabe-se que várias pessoas ingressaram na terra indígena antes e depois disso. A FUNAI local já respondeu a esse primeiro expediente e mencionou que duas equipes distintas teriam coletado sangue dos índios. Seriam a *Yorkshire Television*, em 1996, que produziria um programa para o *Discovery Channel*, acompanhada pelo Dr. Hilton - o que já é objeto da ação civil pública -, e pesquisadores desconhecidos da Universidade de Ohio. Contra esses pesquisadores, na verdade, houve uma reclamação feita por volta de 1999 ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por parte dos índios Suruí. Eles alegavam que, por volta de 1988 e 1989, a tribo deles também foi visitada e houve coleta generalizada de sangue, de material genético. Sabe-se que os coletores seriam oriundos da Universidade de Ohio, nos Estados Unidos. O depoente afirma ter conversado com o Almir Suruí, uma das grandes lideranças do povo Suruí de Rondônia, que o informou que em 1996 não foi coletado sangue apenas dos Karitiana, embora a ação só abranja essa tribo, e que nesse ano de 1996 esses mesmos pesquisadores também coletaram
sangue de todo o povo Suruí. E a resposta da FUNAI também foi relevante, porque forneceu uma relação de pessoas que ingressaram nas terras indígenas Karitiana e Suruí. Já foi verificada a resposta, e nenhuma obviamente se refere à coleta de sangue. O fato é que a questão toda é muito mal fiscalizada pela FUNAI. Em relação, por exemplo, a esses pesquisadores desconhecidos da Universidade de Ohio, que estiveram na terra indígena Suruí e coletaram sangue, o depoente acredita que dificilmente a FUNAI vai ter um controle disso, até porque é de longa data, é da década de 80. Se não tiver, os próprios índios poderão fornecer subsídios à medida que se aprofundem as investigações. O depoente informou que já recebeu nova representação, envolvendo outro povo indígena de Rondônia, o Uru-eu-wau-wau. Haveria uma pessoa que estaria retirando sangue e remetendo para o estrangeiro, e também estaria coletando sementes de mogno. Nesse procedimento também foram tomadas várias providências: oficiar a FUNAI, oficiar associações, a Polícia Federal etc. O site que está vendendo esse sangue é americano, mas possivelmente há origem no Brasil. Alguém na FUNAI, ou um desses pesquisadores que coletaram o sangue em 1996, fez a ponte que possibilitou essa coleta. Então, se não se conseguir responsabilizar essa empresa norte-americana, afirmou o Procurador, poder-se-ia responsabilizar os brasileiros, principalmente os servidores públicos, se houver, que tenham concorrido para essa coleta irregular. Há indício disso, pelo menos em relação ao sangue dos Karitiana, já que as quantidades de amostras devolvidas pela Universidade Federal do Pará são inferiores às que foram coletadas, conforme depoimentos que foram colhidos no bojo da ação civil pública.

- ALBERTO DE PAULA MARTINS, Servidor e ex-Chefe da Diretoria Técnica do IBAMA na Gerência Executiva de Santa Catarina:

questionado pelo Relator sobre a (i)legalidade da doação de 55 metros cúbicos de madeira pelo ex-Gerente do IBAMA-SC, Sr. Merico, afirmou ter a convicção do não cumprimento das formalidades legais e que denunciou o fato ao atual gerente do IBAMA em Santa Catarina. Confirmou que, pessoalmente, suspeita que o MST lucrou mais de um milhão de reais com a venda de toras de madeira retiradas ilegalmente da Flona e afirmou que foram retiradas toras de árvores (conforme fotos), o que não estava previsto no termo de cooperação. Sobre a legalidade do termo, disse: “Quando foi encaminhado o processo ou o
pedido de formalização do termo de cooperação técnica, esse documento e a abertura desse processo geraram, por parte do Departamento Jurídico do IBAMA, primeiro, uma indagação. Levantou-se a possibilidade da ilegalidade do termo. Mas o Departamento Jurídico do IBAMA, em Santa Catarina, achou melhor pedir informações e remeteu essa decisão ao IBAMA sede, à Procuradoria do IBAMA aqui em Brasília. No processo não há nenhum parecer do IBAMA de Brasília. Passados alguns dias, o processo foi encaminhado a um procurador que não faz nem parte dos quadros do IBAMA. Ele estava em Joinville; inclusive, agora já saiu do IBAMA. E foi remetido a esse procurador, que emitiu uma informação que no final não diz grande coisa. Inclusive o próprio relatório da Comissão que esteve lá investigando esses processos concluiu que o que aconteceu foi que esse procurador disse que o processo estaria legal, normal, desde que cumprida a Lei 8.666. Aí, então, com base nesse parecer, o então gerente-executivo do IBAMA em Santa Catarina assinou o termo de cooperação técnica. Passado um ano, depois do término do termo, foi encaminhado um pedido de renovação desse termo de cooperação. E agora, sim, a Procuradoria do IBAMA em Santa Catarina o indeferiu, por conta de não haver amparo legal naquele tipo de negociação”. Sobre as fotos que trouxe para a CPI, confirmou serem de vários anos, principalmente de 2003 e 2004, e que, com base nelas e nas denúncias recebidas, o Promotor Público de Canoinhas já havia feito denúncia ao Ministério Público de Joinville sobre a retirada ilegal de toras de madeira. Indagado pelo Deputado Dr. Rosinha se ele confirmava que o Sr. Merico era o responsável pela retirada de madeira verde da Flona, o Sr. Alberto afirmou que, ao firmar, de forma ilegal, o termo de cooperação com o MST, o Sr. Merico propiciou a oportunidade para que as irregularidades fossem cometidas, e que o responsável pela retirada de madeira verde era o chefe da Flona durante a vigência da cooperação. O depoente foi questionado pelo Deputado Dr. Rosinha sobre a existência de uma ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, denunciando o IBAMA por continuar a conceder autorização para exploração de araucária, mesmo após a decisão judicial e da publicação da Resolução nº 278, na ocasião em que o Sr. Alberto era Diretor Técnico. O Sr. Alberto justificou os procedimentos administrativos que ensejaram a ação pública na ocasião.
- LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO, ex-Gerente Executivo do IBAMA em Santa Catarina e atual Diretor do IBAMA em Brasília-DF: o depoente fez as seguintes considerações a respeito das duas questões que apareceram nos jornais: o Processo nº 02026 do IBAMA (a identificação em Santa Catarina, Processo nº 5.253, de 2004) trata de uma denúncia do servidor Alberto de Paula Martins, lotado na Gerência Executiva de Santa Catarina. Trata-se de doação de 55 metros cúbicos de madeira a uma paróquia da cidade de Florianópolis para a construção de uma igreja. A madeira foi retirada do seu depósito, e a igreja, de fato, construída. Segundo o depoente, analisando-se os documentos, percebe-se estar a doação dentro dos procedimentos utilizados pela referida gerência até então, e dos utilizados pelo IBAMA em todo o Brasil. No ano de 2003, o IBAMA fez uma doação de madeira para uma entidade, a FASE, que foi questionada pelo TCU e, a partir das observações daquele Tribunal, o IBAMA mudou seus procedimentos, orientando as gerências executivas a criarem suas respectivas comissões de bens apreendidos, que não existiam. Quando veio essa orientação de Brasília, o então gerente executivo em Santa Catarina montou a primeira Comissão de Bens Apreendidos do Estado, no dia 14/10/03. O denunciante alegou que a doação fora feita a um tio do Sr. Merico, o arcebispo de Florianópolis, o que foi confirmado pelo acusado. O depoente assim justificou-se: “Eu quero completar dizendo que doações de madeira apreendida é obrigação do IBAMA. Madeira é produto perecível. A madeira estava estocada há vários anos num depósito da Madeireira Imperatriz, em Florianópolis, aguardando destinação, e causando prejuízos ao proprietário. O IBAMA fez a avaliação, inclusive, do custo disso para o proprietário na época. E mais de 20 mil reais o IBAMA teria que repassar pelos custos da época”. Segundo ponto: com relação ao termo de cooperação técnica, firmado entre a gerência executiva de Santa Catarina e a Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, para aproveitamento de lenha seca na Floresta Nacional de Três Barras em troca de mão-de-obra para manutenção da própria Flona. A mão-de-obra seria fornecida por cidadãos acampados à margem da Flona, vinculados ao movimento dos agricultores sem terra. O Sr. Merico afirmou que é facultado aos gerentes executivos estabelecer parcerias, estabelecer termos de cooperação para a melhor gestão de recursos naturais. O termo de cooperação é realizado com entidades
legalmente constituídas, sendo dada ainda a publicidade necessária. Segundo o ex-gerente-executivo, foi apresentada a marcha de entendimentos, com solicitações de parcerias partindo da própria administração da Floresta Nacional, a constituição das minutas e a respectiva avaliação jurídica, com parecer jurídico que sugere modificação nas minutas originais, de acordo com a avaliação jurídica feita. O Sr. Merico afirma que o jornal comete erro, ao dizer que seus atos foram feitos contrariamente aos pareceres jurídicos. E continua destacando que esta Floresta Nacional, nos anos anteriores a 2002, era a maior arrecadadora de recursos para o IBAMA, pela venda direta de madeira. Naquela época, existiam vários conflitos de venda direta de madeira. É uma FLONA que tem notadamente espécies exóticas, basicamente o *pinus* e, por isso, há muito material no chão, dos próprios desbastes da manutenção da vegetação. Esse material é combustível. E, a rigor, a própria FLONA, através de seus servidores, deve retirar esse material, deve recolhê-lo para fazer limpeza, diminuir o risco de incêndio e poder conduzir bem as árvores. Ele não é retirado em virtude de não haver pessoal para fazer isso. Esse material, lenha caída no chão, até em putrefação, com baixíssimo valor financeiro, poderia ter sido, portanto, doado. Entretanto, a gerência e a administração da FLONA efetuaram uma doação, mas com encargo, solicitando, então, uma contrapartida à cooperativa. A quantidade de lenha caída no chão é de 2 mil metros estéreis, conforme assinalou o ex-gerente. É pouquissimo material, com valor econômico baixíssimo, coisa de 3 ou 4 reais cada metro cúbico, e que não tem valor comercial, porque a retirada desse material é mais cara do que sua venda. Ademais, disse que gostaria de chamar a atenção para o fato de que o termo foi assinado no dia 05/04/04. Duas semanas depois, ele foi designado para assumir a Diretoria de Gestão Estratégica do IBAMA, em Brasília e sequer acompanhou a execução do termo. Mas acrescentou que os servidores da FLONA, em Três Barras, são categóricos em afirmar que não só acompanharam a execução da parceria como também fizeram avaliações no final do termo. Nenhuma irregularidade foi verificada por esses servidores. O relator, Dep. Sarney Filho, questionou o Sr. Merico nos seguintes termos: "acerca do termo de cooperação técnica entre o IBAMA e o MST, relativo à FLONA de Três Barras, V.Sa. nega que tenha havido parecer contrário do Departamento Jurídico do IBAMA, em Florianópolis, antes do parecer favorável
Exarado pela Procuradoria do órgão em Joinville? Segundo a reportagem do Correio Braziliense, publicada em 23/04/05, relatório feito por técnicos do IBAMA, ainda mantido em caráter reservado, confirma as irregularidades apontadas em reportagem anterior ao afirmar que ‘a permuta de lenha de pinus versus mão-de-obra está em desacordo com a Portaria nº 1.045, de 2001, além de não apresentar consonância com a Lei de Licitação’. Além disso, o mesmo relatório diz que não foi identificado nos processos ‘nenhum ato formal do Presidente do IBAMA delegando competência ao então Gerente Executivo do IBAMA, Santa Catarina, para celebrar o termo de cooperação técnica entre o IBAMA e a AESCA – a cooperativa de trabalhadores rurais que representa o MST’. Ainda segundo o documento, os gerentes executivos teriam competência para celebrar acordos de cooperação que não envolvessem repasse de recursos, doação, cessão ou concessão de bens patrimoniais da autarquia. Por que o termo foi assinado especificamente com o MST? Não deveria ter havido licitação de forma a possibilitar a habilitação de outras entidades? Já foram assinados termos de cooperação semelhantes com outras entidades? Quem é responsável pela fiscalização da correta execução desses termos? V.Sa. poderia explicar, primeiro, se houve invasão da FLONA pelos acampados, a despeito da existência do termo de cooperação e, se houve, por que motivo V.Sa. acha que eles iriam fazer essa invasão?” Respostas do depoente: “Foi solicitado ao nosso Jurídico que fizesse essa avaliação jurídica. Três Barras é no norte catarinense e está na área de abrangência do Procurador que chegou a Joinville justamente por aquela época. Foi solicitada inicialmente a exposição de motivos da FLONA. Em seguida, uma determinação minha que, dada a exposição de motivos, recomendo a redação de uma minuta. É solicitado o parecer jurídico de um Procurador Federal do IBAMA que atua na região. Três Barras é o despacho que dou no processo. E o Procurador analisa o termo e diz que não vê nenhum impedimento legal à cooperação, obedecendo à Lei nº 8.666 -- isso entra no termo --, aproveitando para submeter a modificação o novo termo. O Procurador analisou e propôs as modificações, as quais estão incorporadas e foram assinadas da forma como veio da Procuradoria Jurídica, firmando, então, a parceria. É facultado aos gerentes executivos assinarem parcerias, cooperações. Então, convênios devem ser assinados pelo Presidente. E também já respondo outra pergunta: se já foram assinados outros termos de
cooperação? Eu mesmo, antes de sair, trabalhava um termo de cooperação de preservação de um peixe, o melro. E, quando finalizados, simplesmente deixam de existir, por ser objeto ter já sido cumprido, como foi o caso deste aqui. Uma vez colhidos os 2 mil metros estéreis, o termo perdeu o seu objetivo, porque o objeto dele foi cumprido. Veja bem, juridicamente o termo foi analisado e as observações jurídicas incorporadas no termo. Sobre o fato de, por considerações técnicas, o termo não ter sido bem executado, eu, de minha parte, pessoalmente, duas semanas depois fui designado para ser diretor em Brasília e vim para cá cumprir outra missão. Os servidores que estão na FLONA é que devem ser perguntados sobre a execução, porque eles a acompanharam. O IBAMA tem o nome dos servidores que acompanharam a execução, fizeram as vistorias. Quando as matérias de cunho duvidoso saíram na imprensa, eles fizeram as vistorias. E afirmam que não há nada, não encontraram absolutamente nada, mas isso, inclusive, o próprio IBAMA vai já solicitar que eles façam um relatório pormenorizado dessa situação. Por que o termo é assinado com a AESCA, que é a cooperativa? Pelo simples fato de que eram eles que estavam lá. De repente, num determinado momento de 2003, aparece no IBAMA a notícia de que a FLONA teria sido invadida pelos sem-terra. Imediatamente, mandamos para lá um grupo, solicitamos avaliação dos nossos servidores da FLONA e mandamos um grupo à região para verificar a situação. E, quando chegaram lá, não era nada disso. Eles estavam acampados, como fazem muito comumente, nos domínios da rodovia, que é a BR-280, que corta a região de Canoinhas em direção ao Paraná, em frente à FLONA, mas não dentro dela. Não houve invasão da FLONA. E aí é que eu acho que o repórter talvez tenha ido lá e se confundido, pegou algumas fotos e achou que aquilo era exploração de madeira.”

- MARCOS CÉSAR SILVA, ex-Chefe da Flona Três Barras: iniciou comentando sobre a reportagem do caso da Flona Três Barras no jornal Correio Braziliense e acreditando que tudo fosse causado por desavenças entre o servidor do IBAMA, Eng. Alberto de Paula Martins, que fez a denúncia contra o ex-gerente do IBAMA em Santa Catarina, Sr. Luiz Fernando Krieger Merico. Quanto às denúncias específicas contra ele — uso indevido de veículo e da internet —, as averiguações haviam sido realizadas e o processo interno arquivado. Questionado se o Jurídico da Autarquia estava
em desacordo com o termo de cooperação entre o IBAMA-SC e o MST, afirmou ter ouvido que a Procuradoria em Santa Catarina (Procurador-Geral, Dr. Curtis) era contrário ao termo, mas que o gerente recebeu parecer favorável de um procurador em Joinvile. Questionado sobre a invasão da Flona pelo MST, explicou que ela é cortada pela BR-280, em cuja margem foi feito o acampamento, e que eles invadiram pequena parte da unidade de conservação, conforme denúncia por ele registrada na Delegacia de Polícia. Afirrou não concordar com a estimativa de prejuízo da ordem de R$ 1.000.000,00 oriundo do corte e da retirada ilegal de árvores de *Pinus* da Flona e que os sem-terra só retiraram árvores já derrubadas e lenha seca. Defendeu-se das acusações do vigilante da Flona, Sr. Evaldo Maçanero, de favorecimento de madeireiras e comercialização de toras sem notas fiscais, dizendo não ter feito nenhuma licitação de madeira e que apenas concluiu as vendas realizadas anteriormente. Perguntado se teria jogado madeira no fundo de açudes dentro da Flona, refutou enfaticamente a acusação, pelo menos durante todo o seu período de chefia, mas ressaltou estar fora dela há dois anos.

**16ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 03/05/05**

- HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores – MRE: iniciou afirmando que sua divisão trabalha com a Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB e a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Silvestres Ameaçadas de Extinção – CITES. Disse que o Brasil é um dos países mais biodiversos do Planeta, com mais de 20% das espécies em seu território. A biodiversidade brasileira encerra de fato grande potencial, que precisa ser convertido em investimentos, desenvolvimento tecnológico, produtos ambientalmente mais saudáveis e, principalmente, em melhor qualidade de vida para as populações do País. Destacou que a CDB reconhece, em seu art. 15, os direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais, bem como a sua autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos por meio de legislação nacional. Para países megadiversos como o Brasil, colocou, a regulamentação desse
acesso é necessária para garantir a repartição de benefícios e o respeito aos direitos soberanos dos países de origem sobre os seus recursos genéticos. Não obstante, a biopirataria, apesar de ser um termo corriqueiro, usado na imprensa e na literatura, não existe ainda juridicamente. Isso é uma arma para os países que não estejam interessados numa regulamentação sempre argumentarem que “ah, biopirataria não está definido, então não podemos conversar com profundidade a respeito”. No Brasil, entretanto, o Projeto de Lei 7.211, de 2002, quando aprovado, criminalizará o acesso e a remessa ilegais de patrimônio genético, impondo penas que vão de 3 a 8 anos de reclusão. Ainda assim, para que se coiba efetivamente a biopirataria e se assegure a repartição de benefícios na esfera internacional, não basta adotar legislação nacional ou criar instrumentos voluntários, como defendem os países desenvolvidos. É necessário que se adote instrumento multilateral que garanta os direitos dos países de origem. É nesse sentido que o Itamaraty vem atuando em foros multilaterais consagrados ao tema da biodiversidade, sempre em coordenação com áreas do Governo e da sociedade civil engajadas na busca de uma solução satisfatória de todos os interesses. Um desses foros é a CITES. Atualmente, 154 países ratificaram a Convenção e 160 fazem parte ativa dela. No Brasil, o texto entrou em vigor em 1975. A atuação da CITES se restringe às transações que envolvem o comércio internacional das espécies animais e vegetais que se encontram em perigo de extinção, não levando em consideração outros fatores de ameaça ou o comércio ilegal dentro dos limites nacionais. As espécies que sofrem o controle da CITES são definidas através de acordos entre as partes e listadas nos Anexos I, II e III, de acordo com o grau de ameaça a que estão submetidas: o Anexo I inclui todas as espécies ameaçadas de extinção que são ou possam ser ameaçadas pelo comércio. O comércio de indivíduos dessas espécies é submetido a uma regulamentação particularmente rigorosa a fim de que não seja ameaçada ainda mais a sua sobrevivência. O comércio é autorizado somente em circunstâncias excepcionais. O Anexo II inclui todas as espécies que, embora atualmente não estejamos necessariamente em perigo de extinção, poderão chegar a tal situação, a menos que o comércio de indivíduos de tais espécies esteja sujeito à regulamentação rigorosa, evitando exploração incompatível com sua sobrevivência. O Anexo III inclui aquelas espécies que requerem algum tipo de
regulamentação para impedir ou restringir a sua exploração e que necessitam de cooperação das outras partes para que seja feito o controle do comércio. O Brasil participa costumeiramente das reuniões bianuais da CITES. Na última reunião, realizada em Bangcoc, em outubro de 2004, o interesse da delegação brasileira concentrou-se nas negociações sobre espécie tais como o mogno, as orquídeas, as baleias minke, a merluza negra e os tubarões brancos. Tratando especificamente do caso do mogno, Guatemala e Nicarágua propuseram a transferência do mogno do Anexo III — menos rigoroso — para o Anexo II, com um grau de rigor mais elevado. A proposta foi contraposta pelo Brasil, que entendia que tal medida revelar-se-ia contraproducente para o País. A proposta, contudo, foi aprovada, resultando em restrições adicionais para o comércio do mogno. Salientou, por fim, que, para combater a biopirataria, é necessário um arranjo internacional que atenda a todos os interesses, principalmente daqueles países de onde saem os recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais dos países de origem. Ao responder às perguntas dos Parlamentares, afirmou que existe um acordo entre o Governo brasileiro e o Governo peruano sobre meio ambiente que, dentre outros temas, cuida de esforços para coibir o tráfico ilegal de espécies. Em relação especificamente às atividades do Governo brasileiro no episódio da Operação Ashaninka, leu documento que relatava o seguinte: “Recentemente, pudemos acompanhar a prisão de madeireiros peruanos na fronteira do Acre com o Peru.... Tal operação foi resultado de uma longa fiscalização na área, que comprovou as suspeitas de que existem vários grupos de exploradores ilegais, bem organizados, em alguns casos, que, através da força ou por meios ilegais, continuam a trabalhar em áreas de difícil acesso, explorando espécies de alto valor, como o mogno e o cedro. A denúncia apresentada pelos índios Ashaninka é uma entre várias e constitui reflexos também da complexidade do controle de fronteiras na região amazônica e, conseqüentemente, da dificuldade que o Governo encontra em impedir invasões e saques às reservas naturais brasileiras. Além da invasão de território e afronta à soberania nacional, os biopiratas cometem crimes ambientais pelo corte ilegal de madeira de alto valor econômico e pela abertura de extensos varadores no território nacional. O Governo brasileiro tomou as medidas cabíveis, no caso do comércio ilegal de madeiras na fronteira com o Peru. No entanto, como se trata
de crime ambiental realizado possivelmente por pessoa jurídica não brasileira e como não foi observado em flagrante, durante a Operação Ashaninka, ato de corte ou trânsito de madeira, a legislação brasileira não alcança os biopiratas. Há apenas a possibilidade de tramitação diplomática entre Brasil e Peru para solução do caso, visando a uma possível indenização por parte do Governo peruano, como forma de reparar os prejuízos causados à Nação brasileira”.

Disse, ainda, que foi fundada pelos chamados países amazônicos a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. Nessa organização, existe uma série de propostas de ação que podem ser tomadas com vistas a tratar, não só biopirataria, mas, sobretudo, a que envolve a Amazônia. Recentemente, houve um reunião em Manaus em que se resolveu criar na OTCA fóruns que tratariam de assuntos setoriais: fórum sobre agricultura, comércio, meio ambiente etc. Todos esses assuntos poderão, assim, ser contemplados, independentemente do tratamento bilateral que o Brasil tenha com o Peru, com quem estamos tendo problemas com madeireiros. Afirmou que, no Itamaraty, cuida de tema relacionado à participação dos Estados Unidos em pesquisas científicas na Amazônia. Essas pesquisas, até recentemente, ainda estavam ocorrendo em nível interinstitucional, ou seja, entre o INPA e a NASA e entre o INPA e a Smithsonian Institution. “O Governo quer acabar com isso. Agora, a proposta que estamos negociando é no sentido de que não queremos mais tratamentos em nível de instituição, nós queremos tratamento em nível de Governo. Isso não é uma tarefa fácil.” Falou que o acesso a recursos genéticos cada vez mais é um tema estratégico, e não podemos deixar que esse tema seja tratado em níveis secundários na hierarquia do Governo. O Brasil pode propor uma agenda internacional da Amazônia e é na OTCA que essa agenda deve ser explorada. Isso se encaixa muito bem na atual estratégia das relações exteriores no sentido de fortalecer os vínculos na América do Sul. Afirmou que desconhece o episódio relacionado às ararinhas azuis do Catar. “O que está pendente atualmente são as araras-de-leir em Londres. O próprio governo britânico apreendeu. Elas estão se submetendo a exames de sangue para regressarem ao Brasil.” No que toca às patentes de produtos brasileiros feitas no exterior, mencionou que, embora o patenteamento em si não seja ilegal, o Itamaraty está atento para que empresas estrangeiras não venham a patentear
produtos nacionais. Há, no Ministério das Relações Exteriores, a Divisão de Propriedade Intelectual, que atua diretamente junto aos governos dos países e junto às empresas que patentearam produtos, como no caso do cupuaçu, do sapo kambô, da copaíba, etc., mantendo contatos, contratando advogados, atuando diretamente em nome do Governo brasileiro. Destacou, entretanto, que não há monitoramento sobre terras na Amazônia que são vendidas no exterior. Relatou que, apesar da atuação brasileira, certo é que muitos países não possuem interesse em participar desse esforço. O trabalho do Brasil é atuar junto aos outros países megadiversos, sejam eles em desenvolvimento ou desenvolvidos, como a Austrália, por exemplo, para pressionar pela repartição dos benefícios obtidos. Em relação ao comércio de sangue indígena, afirmou que, no MRE, esse tema é tratado pela área de direitos humanos. Ainda assim, leu documento relatando que o Brasil é signatário e já ratificou a convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, que, em seu Anexo II, prevê a criminalização e punição do tráfico de seres humanos, aí incluído o tráfico de órgãos, que compreenderia, lato sensu, o tráfico de sangue. O mesmo instrumento prevê a cooperação internacional para prevenir e punir aqueles ilícitos. Quanto à parceria firmada entre a EMBRAPA, o IBAMA e o Instituto Agronômico L’Oltremare, órgão de cooperação científica nas áreas de agricultura e de meio ambiente da Itália, disse que, embora o Itamaraty tenha tomado conhecimento dessa parceria, não chegou a participar das negociações. No que tange à necessidade de novas convenções para fundamentar a criação de um sistema internacional de repartição de benefícios, asseverou que, na época da Rio-92, tal tema não foi debatido, porque o mundo inteiro estava preocupado em negociar dois assuntos importantíssimos, relacionados diretamente à saúde do planeta: clima e biodiversidade. Naquele momento, a repartição de benefícios decorrentes do acesso a recursos genéticos e a conhecimentos tradicionais associados existia na letra da convenção, mas, como outros assuntos, ainda não estava no cerne da preocupação do mundo. Passados tantos anos da Rio-92, como os dois primeiros assuntos estão mais depurados, o mundo está se voltando para temas mais pontuais. Ainda são incipientes, contudo, as negociações referentes à repartição de benefícios. Na Cúpula de Johannesburgo, por exemplo, a única coisa deliberada foi a criação de um grupo de trabalho para
negociar a sigla de acesso a recursos genéticos, a ABS — Access and Benefit-Sharing. A negociação desse sistema internacional, portanto, ainda vai demorar algum tempo. Não obstante, espera que ela, a partir de agora, seja intensificada. “Vamos enfrentar barreiras, como eu disse, com relação aos países que preferem que se mantenha o status quo com relação a acesso a recursos genéticos, mas também já há uma conscientização grande. Nós podemos ser ajudados por atores, mesmo não governamentais, formadores de opinião, no sentido de criar um processo de confidence building, de criação de confiança, e estreitar e acelerar essa negociação desse arranjo internacional. Mas, sem dúvida, é o arranjo internacional que vai abrir a porta para o combate à biopirataria.”

- KÁTIA CHRISTINA LEMOS, Promotora de Justiça no Distrito Federal: expôs as investigações que o Ministério Público do Distrito Federal – MPDF realiza desde 2004. O MPDF recebeu informações de irregularidades no Zoológico de Brasília, iniciando um procedimento de investigação preliminar e enviando ofício ao gerente-executivo do IBAMA, Dr. Francisco Palhares, solicitando cópia do relatório de vistoria que tem de ser feito anualmente. Em resposta, o IBAMA enviou o relatório, que causou preocupação, porque, inicialmente, apurava-se a questão da falta de segurança ou da falta de condições de visitação ao público, aos tratadores e a própria falta de condições de bem-estar dos animais. No entanto, a vistoria, que foi realizada por amostragem, revelou que, entre dez animais avaliados, quatro tinham problemas. Por exemplo, no grupo dos mamíferos: incoerências no preenchimento no livro de registro; atestado de óbito de zebra que se encontrava viva dentro do Zoológico; quatro atestados de óbito de animais que, na verdade, foram trocados com o Criadouro Serra Azul, de acordo com o livro de registro e licença de transporte do IBAMA. Questionado, o diretor do Zoológico enviou cópia de um termo de doação dos animais ao criadouro. Esse termo menciona vários animais, doados na mesma data, ao passo que os atestados de óbito têm datas muito próximas, praticamente no mesmo mês. Esses atestados foram assinados pela veterinária Deborah Soboll, responsável técnica pelo Zoológico. O MPDF tem cópias dos atestados, e solicitou ao Zoológico de Brasília que fornecesse todos os atestados emitidos entre 2000 e 2005, mas o diretor informou oficialmente que não foram encontrados nos
arquivos atestados referentes ao ano de 2002. O plantel do Zoológico é formado por bens semoventes, que constituem patrimônio público e, portanto, têm que ter origem e destinação. Essa falta de destinação correta também foi verificada no grupo das aves. Dez aves foram analisadas, e em quatro encontraram-se irregularidades. Há permuta registrada, entre os Zoológicos de Brasília e Goiânia, de 153 animais, e sabe-se que o último trocou, em mais de uma ocasião, animais por material de construção, mão-de-obra e até caixas de refrigerante, com o Criadouro Serra Azul. Relatou que se verifica a ineficiência do IBAMA para averiguar a origem dos animais para os quais emite autorização de transporte, pois o fez no caso de espécimes para os quais havia atestados de óbito. Destacou ainda que não existe a figura do termo de doação, pois não se pode doar patrimônio público. Há somente a possibilidade de permutar com instituições afins ou, excepcionalmente, vender. Respondendo aos questionamentos dos Deputados, esclareceu ser muito importante que as pessoas que elaboraram o relatório de vistoria e que fotocopiaram os atestados de óbito sejam ouvidas pela CPI, pois são testemunhas oculares da existência dos mesmos, assim como podem atestar que as cópias lhes foram negadas no Zoológico (segundo consta, os documentos foram copiados em um momento de distração). Acrescentou que a veterinária Deborah Soboll foi convocada para uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual disse que não assinou os documentos, mas também não assinou uma folha em branco para exame grafotécnico. Colocou-se à disposição para elaborar questionário a ser distribuído para todos os zoológicos e o próprio IBAMA, no que tange à forma de fiscalização dos plantéis. Ressaltou que os tribunais de contas deveriam investigar a aplicação das receitas de todos os zoológicos, tanto as receitas com visitação quanto as de outras fontes, como compensação ambiental. Esclareceu que é permitida ao jardim zoológico a venda dos seus exemplares da fauna alienígena, vedadas quaisquer transações com a fauna indígena. A título excepcional, dependendo de autorização prévia do IBAMA, poderá ser colocado à venda o excedente de animais pertencentes à fauna indígena que tiver comprovadamente nascido nas instalações do jardim zoológico. Pode-se vender, desde que a venda seja feita dentro dos trâmites legais, porém não se pode doar.
- FRANCISCO SERRA AZUL, Delegado de Polícia

Federal no Distrito Federal: esclareceu ser Chefe da Delegacia do Meio Ambiente da Superintendência do Distrito Federal, que compreende 35 municípios do Estado de Goiás e quatro de Minas Gerais, sendo que o Jardim Zoológico de Brasília se insere nessa área. O inquérito foi instaurado no dia 28 de março de 2005 para apuração dos fatos que são narrados, e expediu-se um ofício ao IBAMA-sede para que apresentasse a documentação a que se refere no relatório. Não foram ainda recebidos os originais dos atestados que comprovariam falsidade, porém tudo indica a existência de uma organização criminosa, a qual se utiliza de aparente legalidade. Os crimes estão previstos no art. 29, inciso III, da Lei 9.605/98, e o art. 299, uso de documento falso para dar uma aparente legalidade a um fato. Destacou que o crime de tráfico internacional de animais está em terceiro lugar dentro do tráfico internacional, superado apenas pelo tráfico de armas e de drogas. Relatou que, no ano de 2004, a Polícia Federal prendeu dois alemães flagrados em transporte internacional de aracnídeos. Mas ressaltou que a legislação é frágil, e os detidos são soltos imediatamente, pois por vezes a Justiça considera que não se trata de crime organizado. Destacou o caso em que um cidadão alemão foi preso como contrabandista, ao tentar embarcar para Frankfurt, pois os aracnídeos foram considerados produto de valor comerciável. O advogado e a Embaixada da Alemanha alegaram que isso era atípico, mas o juiz manteve o flagrante. Pediram habeas-corpus, e o desembargador manteve novamente o flagrante, entendendo que era caso de contrabando. Contudo, na primeira audiência, o Ministério Público mudou a tipificação para o art. 29, apesar de um laudo pericial da Polícia Federal atestar que os venenos daquelas aranhas específicas têm potencial utilização industrial por laboratórios farmacêuticos. Mas o Ministério Público fez um acordo, cobrou de cada aranha o valor de 500 reais, revertidos ao IBAMA (eram 10 aranhas). A Justiça não permitiu sequer que a Polícia ficasse com os objetos em posse do detido, que mostravam estudos científicos, como filmagens no meio ambiente onde ele encontrou os espécimes, os locais, os comparsas. Afirmou que, com ocorrências como essa, a Delegacia de Imigração mantém o que chama de Lista Vermelha, que indica quais estrangeiros não deveriam entrar novamente no País, por envolvimento em tais crimes. Respondendo às perguntas dos Deputados, esclareceu que, no
caso da relação entre o Zoológico e o criadouro, há indícios de operação de uma organização criminosa, mas que a investigação, em seu início, não permite ainda conclusões a esse respeito, e que a notitia criminis chegou à sua mão em novembro de 2004.

- RAUL GONZALEZ ACOSTA, Diretor do Jardim Zoológico de Brasília: iniciou sua exposição convidando a Comissão a visitar o Jardim Zoológico de Brasília, para mostrar os trabalhos lá realizados. Mencionou que o Zoológico de Brasília foi objeto de uma vistoria, no período de 5 a 9 de julho de 2004, dentro da Operação Zôo Legal. Ressaltou que a vistoria baseou-se na Portaria nº 283/89 e na Instrução de Serviço nº 01/89, ao passo que as relações dos zoológicos com os órgãos de fiscalização são regidas pela Portaria nº 04/02, acrescentando entender que no relatório da Operação houve colocações que não estavam de acordo com a realidade. Destacou que a vistoria levantou hipóteses da existência de atestados de óbito de animais que tinham sido destinados ao criadouro do Sr. Noel, e confirmou que realmente houve envio deles ao referido criadouro. Relatou ter o Sr. Noel comparecido ao Zoológico de Brasília e percebido que havia excedentes de waterbuck, gnu, cervo-nobre e cervo dama-dama, propondo receber os animais, em troca de equipamento de contenção química (rifle modelo 70, nº 17.010, propelido a CO₂, além de dardos, espoletas, caixas de gás, agulhas, estabilizadores e êmbolos – material de consumo para 5 anos). Esse equipamento e o material de consumo foram doados no dia 01/10/02, conforme consta no Processo nº 196.000421/2002, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB. Foi incorporado ao patrimônio sob o tombamento de nº 229, em 13/01/03. No dia 26/09/02, houve a doação dos seguintes animais vivos ao criadouro do Sr. Noel: um exemplar macho de gnu, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 13/03/2001, Registro de Nascimento nº 949 e Registro de Mamíferos nº 1805; um exemplar fêmea de gnu, nascida no Jardim Zoológico de Brasília, em 16/01/02, Registro de Nascimento nº 978 e Registro de Mamíferos nº 1876; um exemplar fêmea de cervo dama-dama, nascida no Jardim Zoológico de Brasília, em 01/12/01, Registro de Nascimento nº 972 e Registro de Mamíferos nº 1867; um exemplar macho de cervo-nobre, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 12/11/00, Registro de Nascimento nº 939 e Registro de Mamífero nº 1781; um exemplar fêmea de waterbuck, nascida no Jardim Zoológico de
Brasília, em 28/12/1998, Registro de Nascimento nº 890 e Registro de Mamíferos nº 1713; um exemplar fêmea de waterbuck, nascida no Jardim Zoológico de Brasília, em 27/04/01, Registro de Nascimento nº 952 e Registro de Mamíferos nº 1833; e um exemplar macho de waterbuck, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 19/03/02, Registro de Nascimento nº 981 e Registro de Mamíferos nº 1879. Os animais saíram vivos no dia 30/09/02, com todos os documentos legalmente exigidos pela legislação, conforme consta no processo IBAMA nº 02.001.001.794/90-AC, com licença do IBAMA nº 040/02-COEFA, de 24/09/02. Na licença consta o nome do motorista do caminhão que transportou os animais, seu número da carteira de habilitação, tipo de caminhão e número da placa, assim como a guia de trânsito animal, do Ministério da Agricultura, GTA nº 773604 e 773603, de 30/09/02. Segundo a vistoria, foram achados quatro atestados de óbito: um waterbuck fêmea, adulta, Registro nº 1713, que veio a óbito no dia 15/10/02, atestado com data de 20/10/02 (causa da morte: fratura múltipla na escápula); um waterbuck fêmea, adulta, Registro nº 1833, que veio a óbito no dia 30/09/02, atestado com data de 10/10/02 (causa da morte: timpanismo); um cervo nobre macho, adulto, Registro nº 1781, que veio a óbito no dia 30/09/02, atestado com data de 10/10/02 (causa da morte: briga com outro macho); uma zebra macho, jovem, Registro nº 1678, que veio a óbito no dia 02/10/2001, atestado com data de 15/10/2001 (causa da morte: torção gástrica). Esclareceu que teve acesso a fotocópias dos atestados, após a Procuradoria Jurídica do Zoológico copiar o processo na 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal e Territórios. Instaurou sindicância (ainda em curso) para verificar os fatos. Ressaltou que em todos os documentos oficiais de controle de animais consta que os animais saíram vivos do Zoológico. Esses documentos, segundo o depoente, são os 17 livros de registro tombados, para controle dos estoques do Zoológico, além das fichas individuais de cada espécime. Ressaltou que, caso os animais realmente viessem a óbito, constariam no livro de necrópsia, o que não ocorre. No entendimento da Procuradoria Jurídica, a transação com o criadouro particular foi uma doação qualificada. Respondendo às perguntas, o depoente frisou que não há elementos para afirmar que ocorra tráfico de animais envolvendo o Zoológico de Brasília. Que não existem doações de animais a outros criadores além do Sr. Noel, e que com esses há apenas trocas de espécimes, sempre com
autorização do IBAMA e sempre com criadores registrados. Que a doação qualificada que fez para o criadouro foi com base na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Que o Zoológico de Brasília utiliza várias formas de marcação, e que, em 2003, conseguiu adquirir microchips para a marcação eletrônica do plantel (atualmente em torno de 70% dos animais). Que a aquisição dos microchips e equipamentos necessários depende da central de licitações do GDF, e por isso houve demora na implantação desse sistema, pois a FUNPEB, pessoa jurídica do Zoológico de Brasília, é da administração indireta e não efetua licitações. Que a Fundação tem três fontes de receita: recursos próprios de bilheteria, que giram em torno de 300 a 400 mil reais por ano, recursos do Tesouro e sobras da dotação do ano anterior. Que a arrecadação própria gira em torno de 5% da totalidade dos recursos. Que os valores comerciais de um waterbuck podem variar, mas a grosso modo ficariam entre R$500,00 e R$1.500,00, o mesmo valendo para os cervos, enquanto que o rifle recebido em troca pelos oito animais vale R$12.410,00. Que, ao afirmar que o Sr. Noel visitou o Zoológico e percebeu que havia excedentes, usou força de expressão, e que, como administrador do Zoológico, o próprio depoente sabia dos excedentes. Que todos os anos há óbitos no Zoológico, mas que em 2002 não houve de mamíferos. Que alguns atestados de óbito de répteis haviam desaparecido, mas foram localizados pela curadora. Por fim, encaminhará o parecer jurídico aprovando as doações qualificadas.

- NOEL GONÇALVES LEMES, Criador de Animais Silvestres em Quirinópolis-GO, Proprietário do Criadouro Serra Azul: o depoente abriu mão do tempo de vinte minutos que teria para livre exposição, apenas relatando com brevidade que não sabe do que está sendo acusado, pois as únicas informações que recebeu até o momento foram através da imprensa. Apresentou-se como goiano, nascido em Quirinópolis há 60 anos, bancário aposentado desde 1992, quando se mudou para uma propriedade rural de 116 hectares. Começou a criar, em 1993, pavão, faisão, peru e galinha-d’angola. Em 1997, montou um criadouro de emas e, posteriormente, de veado catingueiro e emu, registrado no IBAMA. Em 2000, estabeleceu uma empresa para comercialização de animais. Durante todo esse período, somente animais com documentação de origem foram incorporados ao plantel. Ressaltou estar trabalhando para complementar a renda, pois essa atividade
não dá uma fortuna como alguns podem pensar, e que a situação vivida em função das denúncias afetou-o emocionalmente e representa uma afronta moral. Colocou-se à disposição da CPI, oferecendo documentos e qualquer informação que fosse possível prestar. Passou então a responder as perguntas dos Deputados, afirmando que precisa realizar um levantamento para informar precisamente o tamanho do plantel de sua empresa, pois tem grande quantidade de animais de várias espécies, mas que não considera seu plantel muito grande. Não lembrou quantos animais vendeu em 2005, mas se comprometeu a enviar também essa informação. Com relação aos animais que recebeu por doação, mencionou somente os do Zoológico de Brasília, sendo o restante comprado ou permutado com outros criadouros. Confundiu-se ao responder sobre animais oriundos do Zoológico de Goiânia, mencionando permuta com a instituição. Disse ter recebido sete animais do Zoológico de Brasília, mas que teria de fazer um levantamento em seus documentos para informar quantos recebeu do Zoológico de Goiânia. Relatou que seu criadouro já recebeu visitas de funcionários do IBAMA, mas que essas não seriam tachadas como fiscalização, e que não houve visita em 2005, não lembrando a respeito de 2004. Desconhece os nomes dos funcionários do IBAMA que já compareceram ao criadouro. Não foi informado de nenhuma multa que o IBAMA tenha aplicado a sua empresa. Não comercializa animais em extinção, e nem exporta animais. Negou ter ameaçado de morte o fotógrafo Edilson Rodrigues, do Correio Braziliense, quando da visita dos funcionários daquele jornal ao seu criadouro, em abril do corrente ano, frisando que nunca andou armado. Acrescentou que as doações do Zoológico de Brasília ocorreram somente no caso presente, sendo as únicas que recebeu. Negou ter escritório em Mato Grosso do Sul para comercializar animais. Declarou que conhece o Zoológico de Brasília, mas que nunca entrou nele. Respondeu que a empresa de Goiânia que montou seu site na internet o aconselhou a manter dois endereços, um no Brasil (.br), outro no exterior (.com). Esclareceu que o preço de um waterbuck fêmea varia de acordo com as características do animal, mas que, em média, “deveria valer entre uns 3, dependendo do jeito dela”. Preferiu não estimar o valor de um cervo-nobre macho. Quanto ao conjunto de sete animais doados pelo Zoológico de Brasília, não soube dizer quanto valeriam, pois isso dependeria do comprador, e que ele próprio não se considera um
grande avaliador de animais, apenas um comerciante. Justificou a presença de
tigre siberiano à venda no site como um erro da empresa que contratou para
planejar a página, pois orientou-a a não anunciar animais ameaçados. Disse
que não vendeu os sete animais recebidos do Zoológico de Brasília, que a
fêmea de dama-dama morreu no primeiro parto, e que a fêmea de gnu teve um
filhote. Confuso, afirmou que o macho de cervo-nobre não está no criadouro.
Não recordou se os animais recebidos do Zoológico de Goiânia somam 153,
conforme notícia de jornal. Relatou que a negociação dos animais oriundos do
Zoológico de Brasília ocorreu entre seu filho e o Diretor, Sr. Raul. Esclareceu
que o transporte dos animais é feito ao anoitecer e durante a noite, para evitar
estressá-los. Negou que tenha vendido animais para estrangeiros ou para
zoológicos, mas que ocorreram permutas com vários zoológicos, citando os
Estados de São Paulo e Minas Gerais como exemplo, sem precisar com quais
instituições permutou. Relatou que não tem outros animais que sejam da
 União, exceto as matrizes de ema cuja captura foi autorizada pelo IBAMA para
formação do plantel original. Quanto às permutas com outros zoológicos, disse
que nem sempre são trocas de animais, mas que ocorrem também trocas de
animais por material de construção. Respondeu que presta contas ao IBAMA
semestralmente. Acrescentou que não permitiu que fotografassem seu
criadouro porque não sabia o que estava acontecendo. Informou que o
documento que sua empresa emite quando da venda é a nota fiscal
(informando o nome popular e o nome científico do animal vendido, e a
marcação do espécime), e que recolhe ICMS. Acrescentou que nem sempre os
animais são acompanhados de autorização de transporte do IBAMA. Confirmou
que tem em seu criadouro uma ariranha, com autorização, mas que não sabe
se ela está na lista de animais em extinção. Confirmou também que pode ter
vendido um casal de lhamas por três mil reais em 1999, e declarado valor
inferior.
já tinha conhecimento das denúncias de tráfico de animais naquele Zoológico, porém sem condições de colher evidências, o que se tornou possível a partir de sua nomeação para o cargo de Diretora de Educação Ambiental do Parque Zoológico de Goiânia. Declarou que viu, em diversas ocasiões, a chegada de caminhões, carros particulares e Kombis da Prefeitura, após as 18 horas, para pegar animais que haviam sido engaiolados durante o dia, exceto os papagaios, retirados a qualquer hora do dia. Afirmou que os animais do CITRA (Centro de Triagem para Animais Apreendidos) são retirados diariamente, e que nunca houve cadastro de animais vivos que saíram, ou mortos, do Parque Zoológico de Goiânia. Destacou que as pastas que o Sr. Luiz Elias Bouhid de Camargo, ex-diretor, disse que sumiram, na verdade nunca existiram, e que o Sr. Fernando Silveira, atual diretor, ao assumir o cargo, não parecia fazer parte das atividades ilícitas. Motivada por tal confiança, contou ao atual diretor tudo o que sabia sobre o tráfico, mas os animais continuaram desaparecendo. Disse que o rádio que os funcionários envolvidos utilizavam funciona em freqüência diferente do rádio dela, e portanto somente pôde acompanhar as conversas após pegar outro rádio na administração, que lhe foi tomado quando os funcionários descobriram o fato. Arrolou, como envolvidos no tráfico, os zootecnistas Rita e Inácio, o veterinário Alcides e a bióloga Patrícia, além de auxiliares e tratadores. Afirmou que eles ajudam o Sr. Noel Júnior (não o pai) a retirar os animais, que eram conduzidos de caminhão para a fazenda do pai. Acrescentou que, atualmente, quem faz a retirada são dois funcionários do Sr. Noel, conhecidos como Eduardo e Eduardo Pikachu. Com relação à retirada das cobras, a depoente ouviu pelo rádio a seguinte conversa, entre o diretor Fernando e a zootecnista Rita, às vinte horas, na véspera da viagem do diretor aos Estados Unidos: “Rita, onde você está? – Estou no serpentário – As cobras já estão prontas? – Já estão prontas, pode vir buscar.” No dia seguinte, a depoente constatou que no serpentário não restara quase nenhuma cobra. Ressaltou que cerca de noventa por cento dos funcionários do Zoológico integram a quadrilha de traficantes, e que a maioria vem do Centro Penitenciário de Atividades Industriais do Estado de Goiás – CEPAIGO, que é uma casa de prisão, e que há estupradores e assassinos cumprindo pena alternativa no Zoológico. Acusou os funcionários Inácio (zootecnista) e Tinhá (que confecciona gaiolas) de terem arrombado o carro da depoente para furtar
o material que, coincidentemente, ela tinha retirado do veículo. Isso teria ocorrido no dia em que o Sr. Fernando descobriu que a depoente tinha essas provas. Conforme seu depoimento, o diretor mandou o chefe de gabinete Darivan chamá-la e, ao entrar na sala, ela foi trancada, com um senhor que não conhece e que não pertence ao quadro do Zoológico. Ele afirmou ser delegado, e exigiu as provas, ao que a depoente respondeu que não as entregaria. Após discussão, a depoente afirma ter telefonado para a Polícia Federal com o celular, momento em que foi solta da sala. A depoente disse ter sofrido três ameaças de morte, uma pelo Tinhá, funcionário do parque, e outras duas por telefone, sem identificar o autor. Ela foi à Polícia Federal sozinha registrá-las, pois nem o Sr. Fernando nem o Sr. Darivan se dispuseram a acompanhá-la. Em janeiro, a depoente entregou ao Prefeito Iris Rezende Machado e a seu Secretário de Governo relatório narrando todos os fatos ocorridos, e que, em decorrência, o Sr. Fernando afirmou o seguinte: “Eu sou amigo de todos os políticos, eu tenho o poder nas minhas mãos, e você não vai conseguir nada”. Na sequência de fatos narrados, denunciou o desaparecimento de dezenas de psitacídeos (papagaios e araras, muitos deles oriundos de apreensões), vinte emas e dois tuiuiús, assim como a eutanásia de oito suçuaranas que ficavam na quarentena e outros exemplos que descreveu. Destacou a utilização do CITRA como fonte de animais para o tráfico e que, somente no ano de 2001, 11 mil animais apreendidos foram recebidos no Zoológico e desapareceram. Acrescentou que tem sido difamada pelo Sr. Fernando, que fala dela a terceiros como insana e que, apesar de não ter sido exonerada, é hoje proibida de ingressar em seu local de trabalho, que é o Zoológico. Denunciou o Sr. José Hidasi como taxidermista que busca quase que diariamente animais mortos no Zoológico, o Sr. Noel Junior como traficante que anestesia va os próprios animais de seu interesse dentro do Zoológico e o Sr. Wilian Pires de Oliveira (atualmente, um dos diretores do Centro de Zoonose de Goiânia e ex-diretor do Parque Zoológico) como criador envolvido com o tráfico. Reclamou que fez as denúncias à Polícia Federal em janeiro e que, até o momento, só foram ouvidas duas pessoas. Por fim, acrescentou que não há segurança no Zoológico, e que nos lagos são vistos sucuris e jacarés soltos, e que os atos de crueldade com os animais são rotineiros, inclusive na forma de matar os cavalos utilizados na alimentação dos carnívoros.
Respondendo às perguntas dos Deputados, lembrou que o Zoológico foi interditado em 1983, pelo prefeito Nion Albernaz, por tráfico de animais e que os permissionários de serviços do Zoológico a mantêm informada de que o tráfico de animais não só continua, como aumentou após sua saída da instituição. Ressaltou que é estranha a atitude do Sr. Fernando Silveira, de deixar sua vida nos Estados Unidos para trabalhar por um salário menor em Goiânia. Confirmou que o tráfico de animais ocorre no Parque Zoológico de Goiânia há muitos anos, estando envolvidos os ex-diretores Wilian (que também ameaçou a depoente) e Luiz Elias, assim como o atual, Fernando. Informou que na administração de Luiz Elias também houve troca de animais por material de construção com o criador Sr. Noel pai, e que Sr. Noel filho ia todos os dias ao Zoológico, sendo que ele pessoalmente anestesiava os animais com dardos tranquilizantes. Segundo a depoente, a família Noel patrocina todas as festas do Zoológico. Acrescentou que o Sr. Wilian, após quatro anos na direção do Zoológico, mostra sinais de enriquecimento ilícito, e que sua casa e seus carros não seriam compatíveis com a renda legal. Disse ainda que há políticos envolvidos de uma maneira ou de outra com o tráfico ou com os traficantes, mantendo revelações mais detalhadas para a sessão reservada que se seguiria. Passou então a descrever as fotos que trouxe para ilustrar suas denúncias.

- IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE, Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, de Goiânia: iniciou a exposição narrando sua trajetória profissional como representante classista, representante comunitário, engenheiro na iniciativa privada e em três cargos públicos municipais em Goiânia. Relatou que encontrou a testemunha Maria de Lourdes Rabelo no Palácio Municipal, munida de seu relatório sobre o Parque Zoológico de Goiânia e à procura de contatos políticos para encaminhá-lo. Disse que pegou uma cópia do relatório e levou-o para ler em casa, ficando seriamente impressionado e decidiendo-se a auxiliar a denunciante. Afirmou que, ao tempo do Governo Nion Albernaz, o advogado Carlos Henrique Queiroz assumiu o cargo de diretor do Parque Zoológico de Goiânia e constatou desvios administrativos. Houve inquérito administrativo conduzido pela auditoria do Município, resultando em demissões para sanar os problemas encontrados. Ao tomar conhecimento das denúncias da testemunha Maria de
Lourdes Rabelo, percebeu que irregularidades voltaram a ocorrer e realizou contatos com políticos locais em busca de apoio, sem sucesso. Passou então a realizar visitas ao Zoológico e, embora não tenha inventariado os animais da exposição, observou que havia constantes e conspícuas mudanças no acervo em diversos recintos, marcados pela diminuição dos animais expostos, particularmente nos grupos de serpentes e aves. Acrescentou que acompanhou a testemunha Maria de Lourdes Rabelo a uma reunião com o diretor do Zoológico, Sr. Fernando Silveira, e que este, confundindo o depoente com o advogado da testemunha citada, determinou à guarda do Zoológico que expulsasse ambos da instituição. A forte impressão que o depoente tem acerca do Zoológico de Goiânia é de que ele é gerenciado com o objetivo de servir à captação dos animais pelos meios legais, para posteriormente serem desviados com finalidades outras. Respondendo aos questionamentos dos Deputados, confirmou que o relatório da testemunha Maria de Lourdes Rabelo foi entregue aos principais assessores do Gabinete do Prefeito, mas que não pode afirmar se o material chegou às mãos do próprio Prefeito. Acrescentou que, pessoalmente, o depoente não procurou o Prefeito, mas sim o Secretário de Meio Ambiente, por uma questão de hierarquia, e a ele relatou os fatos. Informou que o Zoológico é uma autarquia independente, ligada diretamente à Secretaria de Governo e desvinculada da Secretaria de Meio Ambiente. Reforçou ainda a informação de que os animais saíam do Zoológico a qualquer hora, mas principalmente à noite. Sugeriu que as investigações também se detivessem sobre os Srs. Wilian, diretor do Zoológico em dois mandatos anteriores, Luiz Elias, último diretor do Zoológico, e o atual diretor do Zoológico, bem como seu representante, Sr. Darivan, que assumia o comando do Zoológico na ausência do Sr. Fernando. Ressaltou que o Secretário de Meio Ambiente se omitiu, apesar de alertado pelo depoente. Destacou ainda a dificuldade de levar tais denúncias ao Ministério Público e à Polícia Federal, que ainda não têm muita vivência no trato das questões ambientais, tendendo a relegá-las a segundo plano.
FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA: iniciou dizendo que ia tratar dos três temas da CPIBIOPI, relativos à extração e comércio de madeira, ao tráfico de animais silvestres e à atividade de biopirataria propriamente dita. Quanto ao primeiro tema, informou que hoje há uma produção de 300 milhões de metros cúbicos anuais de madeira, sendo que 150 milhões são de uso industrial e outro tanto de uso doméstico. Basicamente, o uso industrial vai para a produção de pastas, celulose, chapas, madeira sólida, serrados, laminados, carvão e lenha, enquanto que a totalidade do consumo doméstico é para produção de lenha, carvão e madeira sólida. Do uso industrial, de 100 a 110 milhões são oriundos de plantação e de 30 a 40 milhões de florestas nativas. Desses oriundos de plantação, 90% a 95% são de eucalipto e pinus. Já 90% a 95% da madeira de uso de floresta nativa vem da Amazônia, dos quais 85% são destinados ao consumo interno (5% na própria Região Amazônica) e 15% são destinados à exportação. Há duas formas de produção da madeira nativa, uma por planos de manejo e a outra mediante pedidos de autorização de desmatamento. Cerca de 40% da produção oriunda de Planos de Manejo tem origem certificada por uma das maiores certificadoras internacionais, a FSC — Forest Stewardship Council, enquanto são autorizados 28% da madeira oriunda de desmatamento da autorização. Assim, enquanto há total legalidade de madeira oriunda de floresta plantada, há uma ilegalidade em torno de 50% daquela oriunda de floresta natural. Muitas vezes, a utilização de planos de manejo acaba acobertando a exploração ilegal em terras indígenas ou mesmo em áreas que são terras públicas federais localizadas na Amazônia e que, portanto, não têm planos de manejo. O depoente afirmou que, em 2003, ocorreu o roubo direto de 23.500 ATPFs dentro da gerência do IBAMA em Belém, das quais 25% já foram apreendidas. Para fazer frente ao crítico quadro da atividade madeireira, começou-se a trabalhar, em 2003, o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento da Amazônia, que foi lançado em março de 2004 e vem sendo implementado. O plano prevê, na sua concepção original, a criação de 19 bases operativas na Amazônia, a realização de ações de fiscalização integrada (ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária) e de campanhas educativas, a implantação de um sistema de licenciamento compartilhado com os Estados (incluindo os ativos ambientais das propriedades rurais, APPs,
Reserva Legal, etc.) e a revisão de alguns pontos da legislação ambiental, principalmente aqueles que se referem ao acesso e controle da atividade madeireira florestal. Em seguida, o depoente explicou que, quanto ao monitoramento, até 2004 havia dados anuais de desmatamento via Programa de Avaliação do Desflorestamento na Amazônia Legal – PRODES, mas, com o desenvolvimento do plano, o INPE chegou ao sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real – DETER, que permite identificar o avanço do desmatamento de 20 em 20 dias, o que possibilita orientar as equipes de campo de fiscalização para atuarem naquela região, em tempo quase real, junto às novas frentes de desmatamento. Também o Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM vem desenvolvendo um outro sistema, que é o Sistema Integrado de Alerta do Desmatamento – SIAD, em que se consegue trabalhar com prognósticos a partir da análise socioeconômica da atividade de exploração madeireira e florestal na região e, portanto, fazer prognósticos das áreas potencialmente mais propensas ao desmatamento no ano seguinte. Em seguida, o depoente falou sobre as atividades de fiscalização exercidas na região de Marechal Táumaturgo, no Acre, praticamente ao lado da Terra Indígena Ashaninka, ou Kampa, do Rio Amônia, em que se descobriu, no ano passado, a exploração ilegal de madeira por peruanos, principalmente mogno e cedro. Explicou que, a partir das inúmeras concessões de exploração florestal no Peru, são feitas as investidas para dentro do território brasileiro, retirando-se a madeira pelo lado peruano. Foram presos 38 peruanos e três brasileiros e destruídos 2.500 metros cúbicos de madeira, principalmente mogno e cedro, além de 15 acampamentos irregulares. Disse que a destruição dessa madeira foi necessária, pois não havia como resgatá-la para que ela pudesse de alguma forma, conforme a legislação prevê, ser destinada ou doada a entidades beneficentes, associações ou, enfim, tivesse um destino mais social. “Se ela fosse deixada naquela área, com certeza os peruanos voltariam depois e a levariam, e estariam aqui no ano seguinte para continuar fazendo o mesmo trabalho”. Em seguida, o depoente passou para o segundo item da apresentação, qual seja o tráfico de animais silvestres, que movimenta 20 bilhões de dólares em todo o mundo. Disse que são comercializados ilegalmente aproximadamente 38 milhões de animais no País, seguindo uma lógica muito perversa, que envolve a questão social. Há o grande traficante
internacional que, por sua vez, tem os seus prepostos e os seus agentes dentro do País que, por sua vez, passam isso a informantes locais, que vão até as fontes de obtenção do animal silvestre, seja em beira de rodovias, em áreas de unidades de conservação, em terras indígenas, enfim, em áreas de floresta, explorando, portanto, a situação social da população que está na região. Com isso, beneficia-se apenas o grande traficante internacional, sendo que o que fica no País é nada e um prejuízo muito grande para a nossa diversidade biológica. Além disso, aliada ao limitado poder de investimento dos órgãos públicos, há a tradição cultural da população de ter um animal silvestre como um animal doméstico. Adicionalmente, há uma elevada capacidade operacional dos traficantes e uma legislação branda para eles, fazendo com que a vogozinha que tem um papagaio em casa e o traficante sejam tratados com o mesmo peso e a mesma medida. Disse que hoje, dentro do IBAMA, eles estão trabalhando com um Grupo Especial de Investigação Contra Crimes Ambientais – GEICCA, que já vem atuando em algumas regiões do País, principalmente na Amazônia e no Nordeste. Afirmando ainda que há sites na internet que realizam a venda de animais silvestres, dos quais 30% a 40% já foram suspensos, e que estão sendo desenvolvidas ações de fiscalização em criadouros suspeitos, juntamente com a ABIN, resultando no fechamento dos irregulares, na notificação para regularização daqueles em que há pendências e na coibição do tráfico de criadouros e colecionadores. Há também operações de fiscalização com relação à caça, principalmente na Região Centro-Oeste do Brasil, bem como nos aeroportos, onde também são desenvolvidas ações de educação ambiental. Afirmando que, em dez anos, foram apreendidos 487.838 animais vivos, que são encaminhados aos Centros de Triagem do IBAMA. Foram feitas, só de janeiro a abril de 2005, 925 autos de infração, gerando a aplicação de multas no total de 20 milhões de reais. O depoente, então, passou ao último item, sobre a questão de biopirataria stricto sensu. Foi criada no IBAMA a Divisão de Controle da Fiscalização e Acesso ao Patrimônio Genético. Com isso, pretende-se que o desenvolvimento biotecnológico se reverta em benefício das populações tradicionais e das populações indígenas. Para isso, há que lidar com os oito países mais desenvolvidos, que normalmente detêm as pesquisas e o patenteamento mundial e que, portanto, seguem o princípio da TRIPS, que define o processo de patenteamento de
produtos originários de algum país e que, portanto, não se vincula às orientações definidas pela Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB, da qual o Brasil é signatário. No âmbito da Divisão citada, o IBAMA procura acompanhar os processos de formulação de normas atinentes à fiscalização da matéria, estabelecendo canais de informação e de trabalho de inteligência. Acrescentou que, em dezembro do ano passado, realizou-se o primeiro curso de fiscalização em relação à biopirataria, formando 35 técnicos do IBAMA, mais agentes da Polícia Federal e da FUNAI. O IBAMA também vem atuando na relação interinstitucional com a comunidade científica, com a Polícia Federal e a ABIN e, ainda, com a FUNAI e o Centro Nacional de Populações Tradicionais, estabelecendo uma presença mais forte do IBAMA em regiões estratégicas, seja de populações indígenas ou tradicionais. Ao final de seu depoimento, recomenda que se estabeleça uma tipologia legal para a penalização da atividade de biopirataria e que se faça uma congruência entre a CDB e a TRIPS, que não obriga que haja um reconhecimento do País de onde o produto saí como matéria-prima. Em seguida, os Deputados repassaram quase 50 perguntas ao depoente, que ficou de respondê-las por escrito no prazo de uma semana. Concluindo, o depoente reafirmou que o IBAMA tem tido a preocupação de fortalecer a atividade de fiscalização, formando e capacitando não só em linhas gerais, mas também realizando oficinas de revitalização dos antigos agentes de fiscalização e ministrando cursos de capacitação em OGMs, em biopirataria, enfim, em áreas em que até então não se tinha uma experiência acumulada para fiscalização. Posteriormente, em respostas escritas à CPIBIOP, o depoente acrescentou algumas informações. Inicialmente, quanto às perguntas do Relator da CPIBIOP, falou das providências do IBAMA em relação às propostas da CPITRAFI quanto ao tráfico de animais silvestres, à extração e ao comércio ilegal de madeira e ao acesso irregular ao patrimônio genético. Disse também que o IBAMA vem realizando fiscalizações semanais nas rotas de tráfico rodoviárias, mas que ainda há precariedade de fiscalização nos aeroportos (nem toda a bagagem é submetida a raio X), feiras livres (falta de ações de inteligência), pet shops (dificuldade na comprovação da ilegalidade da origem dos animais), criadouros legalizados (falta de análise de DNA nos filhotes) e zoológicos (ausência de centros de triagem). No que se refere ao sistema de inteligência do IBAMA,
disse que foi criado o GEICA e apontou as razões da desativação do antigo CECCA, informando, ainda, que, durante a transferência de seu acervo para a DPA, não foram encontrados arquivos com informações obtidas pelo antigo órgão de inteligência. Disse também que todos os fiscais do IBAMA são do quadro efetivo, mas que há consultores contratados pelo Projeto PNUD BRA 01/031, que desempenhavam atividades de suporte à fiscalização. Afirma que não houve desmonte da área de fiscalização e que se, por um lado, o quadro de analistas ambientais vem crescendo, por outro a deficiência de pessoal não permite um sistema de plantão permanente nos finais de semana. Explicou que 23 veículos destinados ao Prevfogo (em unidades de conservação federais) ainda se encontram na sede em Brasília, para instalação de equipamentos de localização via satélite, mas que as voadeiras já foram remetidas às unidades descentralizadas. Segundo o depoente, já estão funcionando 14 das 19 bases de operação previstas no Plano de Controle do Desmatamento, estando em implantação outras quatro. Das 14 implantadas, 13 funcionam em sedes próprias e apenas a de Novo Progresso ocupa em caráter provisório área cedida gratuitamente pela Cooperativa Mista Agroindustrial Vale do Jamanxim, mas que as chaves da base encontram-se em poder do chefe do escritório local, Sr. Marcus Vinícius Bistene, que jamais ficaram em poder do Sindicato dos Madeireiros. Afirma também que o Proarco continua em funcionamento, com recursos tanto do Tesouro quanto internacionais, e que o consultor técnico Perotto permanece contratado pelo projeto, atuando como facilitador logístico e operacional. Confirmou que o IBAMA recebeu ofício do Greenpeace solicitando dados de todas as grandes operações de sua diretoria na Amazônia em 2004, referentes ao item flora, e que essas informações serão repassadas à ONG, em virtude de determinação constitucional e pelo fato de ser ela grande colaboradora do órgão. Mas reafirmou que não há repasse aleatório de informações ao Greenpeace ou à DEMA/PA. Disse também que o IBAMA combate as rinhas de canários venezuelanos e peruanos, e que o montante repassado aos Estados (R$1,5 milhão em 2004 e R$1,12 milhão em 2005 – previsão) para o combate ao tráfico de animais silvestres é de menos de um quinto do que seria necessário, algo da ordem de R$8 milhões. Explicou a parceria entre as diretorias DIFP e DIPRO no que tange aos centros de triagem e à fiscalização de psitacídeos no Distrito Federal. Informou que foi aberto
processo para averiguar as denúncias, repassadas pela CAINDR à CPIBIOP, formuladas pelo Sr. Amarildo Formentini. Quanto ao aumento do desmatamento no Mato Grosso, admitiu a existência de ATPFs clonadas, calçadas e falsificadas naquele Estado, o que está sendo objeto de investigação pelo MPF. Também admitiu a existência de um termo de cooperação, de 2001, assinado à época pelo então Presidente do IBAMA, Hamilton Casara e a Prefeitura de Feijó, cujo cancelamento foi solicitado, em 09/05/05, em função da assinatura de outro termo de cooperação, em 2004, desta vez com o Estado do Acre, com o cancelamento das autorizações emitidas. Esclareceu o caso de apreensão de madeira na Operação Verde para Sempre e discorreu sobre o Fundo Dema, que é gerido pela Fundação Viver, Produzir e Preservar. Segundo o depoente, o mogno rendeu R$ 4,75 milhões, depositados no Baxa a favor do Fundo Dema, quantia que, atualizada até maio/05, chega a R$ 5,2 milhões. Explicou que a doação à Fase foi de 6 mil toras de mogno, no Município de Almara, sem indícios de terem sido extraídos de terras indígenas. O contrário ocorre com a madeira apreendida em São Félix do Xingu/Tucumã, em 2001 e 2002, que deve ter sido extraída em terras indígenas e foi doada à FUNAI, que, por sua vez, contratou a Cikel para o transporte e beneficiamento. Disse que a doação (com encargo) à Fase ocorreu em ritmo acelerado em razão dos custos de vigilância da madeira e da inclusão do mogno no Anexo II da Convenção CITES, que entraria em vigor cinco meses depois. Afirmou que a decisão de não doar a madeira apreendida ao Ministério das Cidades foi do grupo de trabalho, e não do IBAMA, por produzir maior receita líquida. Segundo o depoente, foram adotados procedimentos mais rigorosos para a emissão de ATPFs, para minimizar o risco de mau uso, de modo que elas eram quase todas preenchidas, deixando-se que a Cikel preenchesse apenas as quantidades transportadas em cada carregamento. Foram entregues 811 ATPFs, movimentando-se uma volumetria de pouco mais de 44 mil m³. Quanto ao índio Kayapó Mundico, conhecido pelo IBAMA por comercializar madeira de suas terras sem autorização da FUNAI, o caso está sendo apurado em inquérito policial. Falou que o IBAMA possuía respaldo tanto judicial quanto administrativo para a doação das 6 mil toras à Fase, e que a comissão instituída para definir a destinação do mogno levou em conta os parâmetros credibilidade, receita, controle e sustentação legal, bem
como as soluções doação simples, doação com encargo e leilão. Em consulta à DIREF, disse que o IBAMA tem controle das ATPFs expedidas para a Cikel. Quanto à doação para a FUNAI, houve um termo de doação com encargos para cada lote de mogno apreendido, mas não houve aditivo, com prazo final até 31/12/03, mas houve liberações para exportação em outubro e dezembro de 2004. Também conforme a DIREF, a Cikel não possui nenhum projeto apoiado pelo Promanejo, e as discrepâncias entre os dados volumétricos calculados pelos técnicos do IBAMA e os da empresa Cikel se deveram ao fato de que os primeiros eram uma mera estimativa e que o armazenamento da madeira não ocorreu de forma adequada.

- GILBERTO CÂMARA, Especialista em Geoprocessamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE:

iniciou fazendo a apresentação dos sistemas que o INPE tem desenvolvido para o monitoramento ambiental brasileiro e a observação da Terra. Disse que o INPE dispõe de um acervo único de imagens de satélite, que desde 1973 recebe em sua estação de Cuiabá imagens da série Landsat — bandas 1, 2, 3, 5 e 7, que estão disponíveis livremente na internet, para qualquer cidadão brasileiro ter acesso. Depois falou sobre o Programa China-Brasil Earth Resources Satellite – CBERS, que é um acordo de cooperação entre esses países, assinado inicialmente em julho de 88 pelo então Presidente José Sarney, que cobria, então, os satélites CBERS 1 e CBERS 2, construídos em conjunto com a China. No final do ano passado, o acordo foi expandido pelos Presidentes Hu Jintao e Lula, para incluir os satélites CBERS 2-B, CBERS 3 e CBERS 4. O objetivo desse programa é dotar os dois países de satélites para monitoramento dos recursos terrestres e ambientais e também, evidentemente, de capacitar e qualificar as indústrias brasileiras e chinesas no setor espacial.

Disse que o CBERS 1 foi lançado em 99 e já cumpriu sua vida útil, estando em operação o CBERS 2, que deve ter mais quatro anos de vida útil (até 2007). Em 2006, vai ser lançado o CBERS 2-B, com mais quatro anos de vida útil; em 2008, o CBERS 3; em 2011, o CBERS 4. Assim, o Brasil conta com um programa oficial de satélites que nos garantirá dados até 2015, diante do acordo assinado. Em seguida, o depoente mostrou imagens produzidas pelo CBERS 2, disponíveis na internet. Em um ano, o Brasil é, hoje, o maior distribuidor de imagens de satélites do mundo, com quase 100 mil imagens
distribuídas para a sociedade brasileira como um todo, incluindo órgãos do setor público federal, estadual, empresas privadas, pesquisadores e estudantes – são 5.200 instituições, com 8.400 usuários. Em 14 minutos, em média, a imagem está disponível para acesso após o pedido. Com relação ao monitoramento ambiental da Amazônia, o depoente explicou que o INPE realiza dois monitoramentos: o Programa de Avaliação do Desflorestamento na Amazônia Legal – PRODES, já feito desde 1988, na época do Programa Nossa Natureza, que cobre a Amazônia inteira, com 229 imagens do satélite Landsat e agora com dados também do CBERS, com resolução de 30 metros. Essa é a base dos dados de desmatamento anunciados anualmente, que também estão disponíveis na internet para qualquer cidadão brasileiro. Além desse programa, o INPE desenvolveu, segundo a orientação do Governo, o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real – DETER, cujo objetivo é produzir informações no menor tempo possível. Neste caso, são usadas imagens do satélite americano MODES, com resolução de 250 metros, portanto com menor detalhe, mas mais expeditas, pois a cada 15 a 20 dias o Governo está recebendo novos dados. Em seguida, o depoente mostrou imagens de um grande desmatamento detectado em Altamira, no Pará, cerca de 6 mil hectares desmatados em pouco mais de um mês, em maio/junho de 2003, num serviço altamente organizado. O depoente explicou que os dados do DETER são imediatamente repassados ao IBAMA, que os distribui às suas bases operadoras. Ele acrescentou que o Brasil, enquanto sociedade, precisa dispor de instrumentos que o levem além da constatação e além da fiscalização, aquilo que já está fazendo. Assim, o MCT está fazendo estudos de campo e estudos técnicos que tentam entender o que está acontecendo e construindo cenários, envolvendo especialistas em várias áreas socioeconômicas, computacionais, de modelagem, matemática, etc. Os resultados até agora disponíveis – não se trata de previsão, mas de cenários futuros – indicam que sete fatores são relacionados a 83% do desmatamento na Amazônia: estrutura agrária; ocupação populacional; condições do meio físico; precipitação média; percentual de solo fértil; distância de estradas e a presença do Estado. Finalizando sua exposição, solicitou a ajuda do Congresso Nacional para a institucionalização de uma política nacional de infra-estrutura de dados, que obrigue o governo a disponibilizar na internet tudo o que não for secreto, como
o INPE vem fazendo com os dados com os quais trabalha. O Deputado Sarney Filho reconheceu a excelência do INPE e do sistema DETER, mas reconheceu que é necessária melhor integração dos órgãos públicos – nos três níveis – e da sociedade civil para coibir o processo de desmatamento.

- TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS, Chefe da Arrecadação e do Cadastro Técnico do IBAMA em Belém: iniciou afirmando que, em dezembro de 2003, foi convidado para chefiar o setor de arrecadação e cadastro técnico em Belém. Ressaltou que o débito, quando chega no setor de arrecadação, já está devidamente cadastrado no sistema. Ele é cadastrado no SEFISC (setor de fiscalização). Qualquer alteração de débito é feita com a homologação do gerente, com um parecer prévio, sendo o trabalho do seu setor apenas de execução. Desenvolvem as atividades no setor de arrecadação usando a Instrução Normativa n° 8, que diz respeito às cobranças de débito de natureza tributária e não tributária, e o Decreto 3.179/99. O art. 60 deste estabelece que o infrator pode ter reduzido até em 90% o valor nominal do débito, desde que ele assuma um termo de compromisso de reparação do dano ambiental. A Instrução Normativa n° 10, por sua vez, fala sobre conversão de multa administrativa. Então, qualquer alteração, conversão ou redução, com base no citado art. 60, quando chega ao setor de arrecadação, já o faz devidamente homologada pela gerência. Destacou que teve conhecimento de alguns débitos que eram originariamente de valor alto, significativo, e que apareceram no sistema com valor inferior. Soube que o fato ocorreu em razão de cadastramentos equivocados feitos por um servidor com deficiência visual muito forte, que usava óculos de um grau bastante alto e trabalhava no setor de fiscalização. Disse que, quando foram detectados os erros, o próprio servidor pediu para sair do setor, porque foi confrontado aquilo que estava no sistema e aquilo que estava constando no processo. Asseverou que, quando no sistema consta um valor diferente daquele apostado no processo, é claro que imediatamente o setor de arrecadação tem a obrigação de comunicar à gerência que o que está no processo não é o que está no sistema. Disse que existem também outras situações, como nomes trocados, que, assim que foram detectados, foram submetidos a novo cadastramento. Ao ver uma multa apresentada pelo Presidente da CPI referente à Fazenda Barrageira e ser questionado se a redução de R$270 mil para R$27 mil ocorreu em razão do
desconto de 90%, respondeu que essa era uma situação em que não caberia a aplicação dos 90%, conforme o art. 60 do Decreto, pois, quando cabe a redução, fica escrito no próprio débito que há recuperação ambiental em andamento. Acreditava, então, que o servidor que cadastrara o débito deve ter esquecido de digitar um zero e cometera o erro. Em sua opinião, entretanto, esse caso mereceria uma investigação mais profunda. Soube também que o processo onde essa redução ocorreu já foi pedido pelo Ministério Público e já está sendo investigado, mas não pôde informar se já havia sido lavrado outro auto de infração. Ao ser questionado se o servidor que possuía o problema visual já havia errado alguma vez para mais ao invés de para menos, disse que também já houve ocasiões em que esse servidor cadastrou o débito colocando zeros a mais. Novamente, ressaltou que "é praticamente impossível o setor de arrecadação efetivar uma cobrança de um débito alterado para menor, depois de cadastrado, porque o setor de arrecadação só faz a cobrança do débito com o processo na mão". Mostrada ao depoente uma multa que teve o valor reduzido de 400 mil reais para 400 reais, atribuiu mais uma vez a responsabilidade ao servidor com deficiência visual. Negou, por sua vez, que tenha participado de reunião com a Sra. Lucimar Paixão e o Sr. Ademir Andrade para tratar de assunto relacionado ao depoimento que prestava. Asseverou que os Srs. José Maurício da Costa e Fátima Ataliba trabalham no setor de fiscalização, justamente o setor responsável pelo cadastramento de débito. Afirmou, ainda, ser muito fácil levantar, de fato, quem fez o cadastramento a menor desses débitos, porque cada servidor que faz o cadastramento tem uma senha e o faz com a senha própria. Ao ser perguntado se é possível o valor de uma infração baixar para zero, disse que, no caso mostrado pelo Presidente, o débito havia sido cancelado. Destacou ser possível cancelar uma infração, mas, para que esse cancelamento seja legal, deve haver a homologação do gerente contida no processo, com prévio parecer jurídico. "Se for detectado que a situação é para cancelar o auto, porque foi lavrado com vícios ou então foi lavrado de forma errada ou enquadramento errado, ou qualquer coisa parecida, ou então não teve sustentação jurídica, o gerente se manifesta pelo cancelamento do auto". Comprometeu-se a enviar o nome de todos os servidores que realizaram os cadastramentos mostrados. Recebeu, por sua vez, cópia do Ofício 324, de
16/12/04, da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, encaminhado a esta CPIBIOP, relativa à denúncia formulada pelo Sr. Amarildo Geraldo Formentini, assumindo a responsabilidade de se manifestar por escrito a respeito, inclusive sobre os Autos de Infração nº 370353, infrator Joseph Jaoudath Haraqui, 370302, infrator Pedro Pacheco dos Santos Lima Neto, e 370304, infrator Lindomar Campelo da Silva, relativos a garimpo ilegal. Em relação à velocidade com que foi doado material apreendido para a FASE, disse não ser comum que esses processos transcorram em apenas 24h. “Não é comum não, porque existem muitos processos e o que pode acontecer é que, em alguns casos, pode ter uma velocidade maior, não nessa aí, de uma semana ou 30 dias ou 15 dias, pode acontecer e outros levar mais tempo, porque é dada a prioridade da própria gerência.” Ao ser questionado se uma empresa que tem selo verde pode ser multada e, em sendo multada, ela pode manter o selo verde, afirmou que o correto é perder o selo verde, mas, pelo que conhece, não é o IBAMA a instituição responsável pela concessão ou cassação do selo verde. Disse que a gerência executiva do IBAMA do Estado do Pará tem controle de dados sobre ATPFs expedidas para a empresa Cikel: “o setor de controle detém essa informação de todas as séries e números de ATPFs liberadas para qualquer empresa.” Falou não saber sobre qualquer fato relacionado à redução de multas aplicadas ao Sr. Valmir Climaco. Destacou que a COSIPAR tem uma relação grande de débitos. Embora não esteja bem certo, afirmou, a COSIPAR fez algumas conversões para pagar 10% e fazer a recuperação ambiental, foi tudo pelo escritório de Marabá. Salientou que, apesar de realizada a conversão, foi constatado que “não caiu no sistema o pagamento dos 10%”. O representante da empresa, por outro lado, informou verbalmente que esses 10% foram pagos e apenas não caiu no sistema por falha. Mencionou que o escritório de Marabá poderia esclarecer melhor a situação. Em relação à Madeireira Porto de Moz, que teria sido cadastrada em nome de Antônio Rodrigues, apenas um funcionário da empresa, ressaltou que foi feito um cadastramento errado: “eu achei estranho é que o valor não foi alterado, mas o nome, o processo, alguns processos eles estão no nome de Porto de Moz e consta na relação de débito de Antônio parece que Rodrigues, salvo melhor memória. Novamente, salientou ser fácil verificar quem fez o cadastramento.
- MARCELO MARQUESINI, ex-Coordenador Geral de Fiscalização do IBAMA, atual Diretor de Projeto do Greenpeace: em razão de a Audiência Pública ter sido concluída antes da chegada do depoente, ele respondeu por escrito às perguntas que lhe seriam dirigidas na reunião, tendo sido as respostas mais importantes as que se seguem. Perguntado por quanto tempo foi Coordenador Geral de Fiscalização do IBAMA, disse que entre 01/04/03 e 01/06/04, que deixou o cargo por questões pessoais, que havia trabalhado no Greenpeace de 2000 a janeiro de 2003 como campaigner, que entre junho e dezembro de 2004 foi diretor técnico da Agência de Florestas do Amazonas e que atualmente está de volta ao Greenpeace, com carteira de trabalho assinada como campaigner, desde janeiro de 2005. Disse que a atividade de inteligência na área ambiental é fundamental, mas que o IBAMA não possui pessoal treinado e os equipamentos necessários para tais trabalhos, embora haja realizado algumas operações conjuntas com outros órgãos. Quanto à doação de mogno à ONG Fase, disse que, mediante decreto presidencial, foi criado um grupo de trabalho para decidir sobre as doações, com apoio dos setores jurídicos do MMA e do IBAMA. Segundo ele, cabia ao donatário a escolha da empresa, que deveria se enquadrar em regras postas pelo grupo de trabalho. Disse que, segundo consta, o Tribunal de Contas da União analisou todo o processo e o aprovou. Acerca do Ofício nº 43/04, expedido pelo cacique Megaron Txucaramãe, da Administração Regional da FUNAI em Colider/MT, falou que ele enviou vários ofícios, que não se lembrava desse, especificamente. Mas recorda-se de um fato estranho que aconteceu com funcionário daquela administração, que, supostamente, teria negociado com os índios a extração de lotes de madeira que estavam fora da reserva, numa tal Fazenda Yukatan, mas que precisavam passar por dentro da reserva para chegar a São Félix do Xingu. Também havia relatos de um servidor do IBAMA de Guarantã do Norte/MT, que teria estado na cidade com um funcionário da FUNAI e um suposto madeireiro interessado em beneficiar a madeira. Com relação ao acompanhamento de campo do processo de doação, disse que fiscais do IBAMA do escritório de Altamira e a Polícia Ambiental Militar do Pará acompanharam o transporte das toras do rio Xingu à serraria arrendada em Altamira, que beneficiou a madeira, bem como a serragem dela e o transporte da madeira serrada até a cidade de Belém. Quanto às demais
perguntas, disse que não sabia de maiores detalhes, não se recordava bem
dos fatos questionados ou os desconhecia.

19ª Audiência Pública da CPIBIOP – 18/05/05

- REGINA CELIA FONSECA, Economista, Auditora Interna da FUNAI: iniciou afirmando ter denunciado a relação da FUNAI com a Amazon Conservation Team – ACT por considerar que a minuta de convênio que esta instituição pretendia fazer com a comunidade indígena do Parque do Tumucumaque, abrangendo um projeto de artesanato, na verdade trabalhava com o conhecimento tradicional dos índios. Aliado à impropriedade da minuta de convênio, havia um Manual de Plantas Medicinais feito pelo Sr. Marcus Van Roosmalen, que apresenta 93 espécimes de plantas, com a forma de uso delas. Somou-se a estes fatos uma certa morosidade por parte da FUNAI, no sentido de apurar essas questões, o que, segundo a Sra. Regina, levou-a a fazer a denúncia contra a ACT. Para ela, não havia como negar que o produto coletado pelo Sr. Marcus Van Roosmalen era típico de biopirataria. Em função disso, propôs a imediata retomada do Processo nº 2.681, do ano de 2000, que trata da denúncia de biopirataria praticada pela ACT, recomendando que o processo se anexasse o manual de plantas medicinais, além de uma ação rápida da FUNAI, incluindo ida a campo. Historiou a suspeição existente sobre a ACT desde 2000, quando os técnicos Dr. José Augusto Lopes e o servidor Rogério fizeram essa denúncia, motivados pela fita de vídeo produzida pela ACT, em que o Sr. Marcus Van Roosmalen, com a esposa e o filho, Sr. Vasco, aparecem com os índios coletando plantas medicinais. Relatou as tentativas de coerção que sofreu e a elaboração de um segundo relatório em que levantou as ligações da ACT com empresas americanas ligadas a diferentes atividades. No entanto, não as nomeou. Atribuiu a lentidão da FUNAI ao envolvimento de dois funcionários com a elaboração do convênio entre a ACT e a comunidade indígena, descrevendo, então, os artifícios utilizados para procrastinar a apuração da idoneidade da ACT. Em vista disso, optou pelo encaminhamento de suas duas informações técnicas para a Secretaria Federal de Controle Interno, que solicitou à FUNAI a abertura de processo disciplinar, ainda não iniciado. Ao comentar a Nota Técnica nº 06/1-2005, de 1º/02/05, do Analista
Pericial em Antropologia da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Sr. Marco Paulo Fróes Schettino, apontou a situação de fragilidade das comunidades indígenas em relação ao assédio por algum recurso, como foi o caso da ACT, com promessas de fornecer barco, trator, etc. Também levantou o fato de o mapa ser uma reidentificação da área indígena já regularizada, o que pode acarretar uma nova delimitação e revisão de área, o que seria um processo complicado. Na referida nota, ele afirma não ser o mapa uma demanda da comunidade indígena, bem como existirem fortes indícios quanto ao interesse da ACT em desenvolver atividades relacionadas à bioprospecção voltada para o desenvolvimento de novos medicamentos, inclusive com associação a indústrias farmacêuticas, no caso, a Shaman e a Aveda. Relatou a situação peculiar de demarcação do Parque do Xingu, que abriga doze diferentes etnias deslocadas para lá. Elencou os parceiros da ACT: - ESRI, a nova patrocinadora da ACT, uma empresa americana, líder mundial na produção de software e sistemas geográficos de informação, trabalhando também na produção de mapas digitalizados; - KIEHL’S, uma empresa que trabalha na área de cosméticos, com produção de farmacêuticos e ervas, com sede em Nova Iorque; - NATURE’S PATH, que trabalha com cereais; - EX OFFICIO, empresa que trabalha com roupas voltadas para a floresta, fora outros patrocinadores que a ONG tem: Fundação Beth Ford e outros. Levantou suspeitas sobre a atuação da Conservation International, que tem uma base de pesquisa dentro da área indígena Kayapó e mantém convênio de fiscalização com a FUNAI. Disse haver um processo na FUNAI com cinco volumes, estando três sumidos. Nesse processo, consta um parecer do antropólogo Marco do Espírito Santo, que detalha a preocupação dele em relação a essa base de pesquisa da Conservation International – CI. Marcus Van Roosmalen foi por um período consultor da Conservation International. Disse que o Sr. Vasco faz parte de uma ONG fundada por seu pai em Manaus, sendo ela componente da ACT. Relatou, ainda, que a publicação da Portaria 382/2005, do Ministério da Justiça, que autoriza a Amazon Conservation Team, ONG estrangeira com sede em Arlington, a se instalar no Brasil, com o objetivo de desenvolver atividades junto aos povos indígenas, suscitou, por parte do Presidente da FUNAI, o encaminhamento de toda a documentação referente à sua denúncia,
ponderando com o Ministro acerca da inadequação da portaria e pedindo seu cancelamento.

- MÁRIO LÚCIO AVELAR, Procurador da República no Estado do Mato Grosso: expôs como se iniciou o processo de investigação em curso no Ministério Público, com o recebimento de uma representação da lavra da FUNAI, mais da Dra. Regina, a propósito de uma possível ocorrência de prática de biopirataria, levada a efeito no Parque Indígena do Xingu. Essa representação dava conta de que a ACT vinha realizando alguns trabalhos de elaboração de um mapa cultural envolvendo o Parque Indígena do Xingu. Afirma ser incontestável que o Sr. Marcus, que é pai da pessoa que representa a ACT, num determinado período teve acesso a conhecimentos tradicionais da comunidade indígena do Parque do Xingu, já que existe uma publicação em que consta de fato que ele teve acesso, fez pesquisas, catalogou 93 plantas, identificou processos, enfim, identificou, no mínimo, recursos naturais com grande potencial de amanhã se transformarem em ativos e serem comercializados e patenteados no mercado internacional. Apontou as lacunas existentes na legislação, visto que não existe tipificação do crime de biopirataria, o que leva, segundo ele, à aplicação, de forma subsidiária, da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98). Discorreu sobre os problemas estruturais dos órgãos indigenista e ambiental, apontando as deficiências do Estado brasileiro como uma das causas da não sustentabilidade das comunidades indígenas, que, em contato com a comunidade envolvente, acaba por aumentar suas demandas por bens de consumo, que funcionam como moeda de troca. Para ele, o que a ACT fez foi, na verdade, uma coleta de informações que o povo do Xingu, as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais, ao longo dos anos, de milênios, conquistaram, adquiriram pelo seu convívio com a natureza, sua forma tradicional, sua especificidade de povo diferenciado. Alegou que, diante do amplo universo de demandas das comunidades indígenas, que perpassa por problemas de educação, saúde, defesa de seus territórios e mesmo os produtivos, não consegue entender como se elege como prioridade a elaboração de uma mapa cultural, do qual a comunidade desconhece a utilidade. Quando questionado acerca do interesse dos indígenas em manter a relação existente com a ACT, relatou uma reunião ocorrida no Parque do
Xingu, com a presença do presidente da FUNAI, em que 14 grupos indígenas afirmaram não querer a ACT no parque indígena, à exceção de uma liderança. Além das suspeitas que pairam sobre a organização, a principal motivação dos indígenas foi o não cumprimento das promessas de benefícios materiais. Falou, também, do envolvimento do Poder constituído, na Amazônia Legal, com atividades ilegais de saque dos recursos naturais. Exemplificou a situação com o Estado do Mato Grosso, onde 90% da madeira é extraída mediante corrupção nos órgãos de fiscalização e mediante o saque mesmo de recursos naturais extraídos de terras indígenas. Disponibilizou para a CPI algumas informações extraídas de sites em que se demonstra a relação estabelecida entre a ACT e interesses de indústrias farmacêuticas estrangeiras, indústrias farmacêuticas alienígenas, que, para ele, estão bancando essa organização não-governamental para a obtenção de conhecimentos. Citou uma entrevista do Sr. Mark Plotkin, presidente da ACT, em que ele declara seu interesse em acessar conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Ressaltou a existência de uma regulamentação e de órgãos responsáveis pela autorização de acesso, restando às pessoas interessadas em agir corretamente formalizar um processo, submetê-lo ao órgão, apresentar seus estudos, que, com certeza vão ser deferidos. Considera o caso ACT preocupante e digno de uma medida preventiva, especialmente por parte do Ministério Público, por envolver a presença de pessoas no interior de terra indígena, de forma não autorizada pela FUNAI, tendo como agravantes os antecedentes das pessoas envolvidas, as relações que se estabelecem a partir de informes com empresas estrangeiras e as constantes viagens para o exterior realizadas pelos integrantes da ONG, muitos deles estrangeiros. Declarou não haver nenhum inquérito policial tramitando a respeito disso, mas existir uma investigação por parte do Ministério Público que não possibilita afirmar a ocorrência de acesso ao conhecimento tradicional associado ou bioprospecção. O último andamento do processo foi a solicitação de uma série de documentos à ACT. Afirma que a ACT continua adentrando em terra indígena, e apontou a existência de uma contradição entre um ato da FUNAI que coíbe o ingresso e um ato do Ministro da Justiça que reconheceu a organização não-governamental como uma organização apta, capaz de trabalhar com a questão indígena e desenvolver projetos e ações, serviços junto à comunidade indígena. Encerrou dizendo ser
preciso afastar a essa ONG das comunidades indígenas, pelo menos enquanto persistir a dúvida.

- VASCO VAN ROOSMALEN, Representante da Amazon Conservation Team – ACT Brasil: discorreu sobre a criação e objetivos, respectivamente, da ONG americana Amazon Conservation Team – ACT e da OSCIP Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil, ressaltando que ACT foi autorizada pelo Ministério da Justiça a se instalar no Brasil. Já a ACT Brasil pauta seu trabalho na legislação indigenista vigente no País, em especial nos preceitos constitucionais que garantem às sociedades indígenas sua condição de atores políticos legítimos. A elaboração dos projetos é de responsabilidade de uma equipe multidisciplinar constituída por brasileiros e se dá a partir das demandas indígenas, e nunca acontece sem o acompanhamento das autoridades brasileiras. Citou como um de seus objetivos mais valiosos fazer com que os parceiros indígenas tenham voz, que sejam ouvidos e respeitados pelo Poderes instituídos. Enfatizou que jamais ingressam em terra indígena sem os devidos convites formais das suas organizações. Quanto ao financiamento das atividades da Amazon Conservation Team, afirmou serem os recursos provenientes: 75% de fundos particulares e 25% de agências de cooperação internacional, como Banco Mundial, OEA e USAID. A ACT Brasil, por sua vez, recebe recursos exclusivamente da ACT americana. Garantiu que a ACT não atende demandas pessoais dos índios, só repassa recursos para as comunidades indígenas visando ao bom andamento dos projetos amparados por convênio com a instituição. Segundo ele, os parceiros indígenas são científicos da origem e volume dos recursos que financiam seus projetos, e a ACT é proibida de receber qualquer tipo de apoio de empresas de petróleo, de biotecnologia, de laboratórios farmacêuticos, ou de outras indústrias similares. Rebateu a denúncia de falta de transparência na condução dos convênios, expondo como se deu a participação da comunidade, que não se restringiu às lideranças, e o acompanhamento da FUNAI em todas as etapas de negociação. Acerca do documentário feito pela NHK em conjunto com a comunidade Kamayurá, em 1999, lembrou que ele gerou um processo, que foi apurado e concluído, e, em nenhum momento, a ACT foi citada ou envolvida nesse processo. Leu alguns trechos do parecer da FUNAI no âmbito do processo nº 0515/03, em que se
determina o arquivamento do processo da denunciante Regina. Contestou a possibilidade de bioprospecção de plantas medicinais pelo Dr. Mark Plotkin e sua relação com a Shaman Pharmaceuticals e a Aveda Corporation, afirmando que ele sempre visou à proteção dos direitos das comunidades indígenas, tornando-se uma reconhecida voz em prol dos direitos indígenas e, especificamente, dos seus direitos coletivos de propriedade intelectual. Entretanto, ao ser questionado sobre a citação existente no site do Dr. Plotkin de realização de bioprospecção para a Shaman, caiu em contradição dizendo que a ACT é uma instituição, não tem nenhum contato com a Shaman Pharmaceuticals, embora reconheça que “seu presidente tem o direito, como pessoa física, de fazer os contatos que ele bem quiser”. A respeito do Sr. Amauri de Oliveira Nunes, esclareceu ter sido ele sócio da ACT e ter, em conluio com a Sra. Ivete, ex-funcionária, desviado 131 mil e 360 reais, que foram contabilizados no balanço patrimonial como recebimento. Ademais, afirmou não ter conhecimento da ocorrência de um saque, realizado pelos índios que tinham acabado de participar de uma reunião com a ACT, à loja “Para Todos”. Defendeu que o manual feito pelo seu pai, Sr. Marcus Van Roosmalen, não caracteriza biopirataria, porque o nome das plantas são todos indígenas, sem nenhuma outra referência que possa identificar a planta cientificamente, além de não ter sido publicado ou enviado para qualquer instituição que pudesse fazer uso para fins ilegais ou indevidos. Posteriormente, ao ser novamente questionado, disse que o manual tem a descrição da planta de forma botânica e seu desenho. Afirmou que seu contato com o Sr. Otacílio Antunes, à época Presidente da FUNAI, foi breve, cerca de duas reuniões, e que talvez ele não se lembresse por receber muitas pessoas à época. Quanto ao projeto de mapeamento cultural desenvolvido com a comunidade do Xingu, asseverou que a escolha do conteúdo do mapa e da legenda a ser utilizada foi dos índios. As plantas medicinais, por exemplo, foram incluídas genericamente com este termo. Não foi repassado nenhum recurso para as comunidades indígenas, mas, em discussão com a FUNAI, decidiu-se pelo repasse de um salário mínimo para cada pesquisador indígena que ia participar do mapeamento. Ainda sobre este projeto, disse não ter sido usado o GPS, embora atualmente haja interesse das comunidades em função das constantes invasões que sofrem. Relatou que a partir de um pedido da
própria liderança do Xingu, que pedia mais esclarecimentos sobre o projeto, encaminharam um pedido normal para a FUNAI, solicitando autorização de entrada na área para poder discutir esse assunto. A partir daquele documento, receberam um ofício da FUNAI, de no máximo 13 linhas, dizendo que a ACT estava proibida de entrar nas áreas indígenas por orientação da presidência, sem informar mais nada. Ademais, a única coisa de que têm conhecimento é da existência de denúncias, mas nunca ficaram sabendo que houve um processo administrativo, um inquérito, e certamente nenhum resultado a partir disso. Disse que, diante das acusações que pesam contra a ACT e a ACT Brasil, desde o ano de 2003, recorrem à FUNAI, pedindo a instauração de um processo administrativo para a apuração das denúncias; recorreram ao Ministério Público, solicitando a abertura de uma investigação formal e séria, de modo que seja garantido o sagrado direito de defesa e a ACT possa dar andamento a suas atividades. Disse que, atualmente, a ACT está realizando atividades, em conjunto com associações indígenas e com representantes indígenas, fora de suas terras. Quanto ao relacionamento da ACT com a FUNAI, disse que até a denúncia de 2003 foram desenvolvidos projetos e sempre foram bem recebidos em discussões amplas com a FUNAI. Atribuiu a denúncia, principalmente, a problemas internos da FUNAI, entre a Sra. Regina, que denunciou, e os funcionários Rogério Eustáquio e o José Augusto, citados como envolvidos. Só que em nenhum momento essa denúncia, que é tão grave, motivou a abertura de um inquérito dentro da FUNAI. Em nenhum momento a ACT pôde se defender. Falando a respeito da região do Xingu, assim a definiu: “o Xingu hoje é um andar de pessoas e instituições”, referindo-se ao grande número de instituições e pessoas físicas que fazem parceria com as comunidades indígenas, para fins que a eles pareçam interessantes. Apontou o Instituto Socioambiental – ISA como uma das que têm trabalhos no Xingu, inclusive com infra-estrutura dentro da área, para a execução de um trabalho similar ao trabalho que a ACT faz. Ressaltou, ainda, que a USAID financia mais de 20 instituições no Brasil, na sua maioria brasileiras, citando como exemplo o Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA, representado pelo Sr. Fábio Abdalla, e o próprio ISA.

- MAIRAUÊ KAIABI, Fundador e ex-Presidente da Associação Terra Indígena do Xingu – ATIX: iniciou afirmando ter feito a
denúncia contra a ACT no Ministério Público a pedido das lideranças comunitárias, que estavam preocupadas com a presença deles e com a maneira como eles estavam trabalhando na área. Acerca da preocupação dos índios, disse ser motivada, entre outros, porque a ACT realizou reunião reservada num hotel fora da terra indígena, com a participação exclusiva das lideranças indígenas, que foram levadas para lá de avião e não puderam se fazer acompanhar de índios mais esclarecidos para que melhor pudessem entender o que estava sendo discutido. Afirmou que as pessoas que participavam dessas reuniões eram presenteadas com panelas de alumínio, combustível, ferramentas. De acordo com suas necessidades, os participantes preenchiam a lista durante a reunião e depois pegavam os bens na loja “Para-Todos”. Atribuiu a idéia de fazer o mapa à própria ACT e ponderou ser ele inútil para as comunidades, dada a total falta de habilidade dos índios para entender o mapa. Afirmou que vários índios que participaram da elaboração do mapa não queriam colocar o local onde se encontram as plantas medicinais; no entanto, segundo o depoente, tais locais constam nos mapas das comunidades do Alto Xingu, inclusive em detalhes. Cópias dos mapas foram entregues às tribos e à FUNAI. Segundo ele, cada tribo, etnia, fez seu mapa, ou seja, existem vários mapas culturais no âmbito do Parque do Xingu. Elogiou o trabalho do Instituto Socioambiental – ISA junto às comunidades do Xingu, que, por meio de convênio, repassa combustível, motor e barco para a realização dos trabalhos. Informou desconhecer a existência ou não de financiamento da USAID, e que recebem recursos da Noruega por meio de um convênio que objetiva resguardar as fronteiras do Parque. Acusou a ACT de, em reunião com todas as lideranças do Xingu, propor a eles comprar terras vizinhas ao Parque, levar alguns índios para trabalhar lá e dar continuidade às pesquisas, caso não conseguissem realizá-las lá dentro. Relatou que na ocasião já sabiam da proibição imposta pela FUNAI à ACT, e que a reunião foi cancelada, porque as lideranças disseram não conversar sem a presença da FUNAI. Aventou a possibilidade de estarem sendo feitos acordos entre a ACT e algumas lideranças indígenas em troca de favores materiais irrisórios, sem que haja conhecimento da comunidade. Em depoimento escrito encaminhado à CPI em 1º/09/05, esclareceu que foi presidente da ATIX de 1995 até 2004 e que os representantes da ACT “prometeram coisas como consertos de barcos, barcos,
combustível, etc. e queriam impor a atividade dos mapas etnográficos sem explicar direito para que as comunidades poderiam usar os mapas depois”.

Disse que a ACT contratou jovens índios para que aprendessem a usar GPS e pudessem localizar nos mapas com precisão os aspectos mapeados, mas as lideranças decidiram permitir que apenas se fizesse um mapa geral. Confirmou que a elaboração dos mapas nunca foi uma reivindicação das comunidades indígenas, pelo menos no que diz respeito às etnias Kaiabi, Kisedje e Yudja, e que eles acabaram sendo usados como papel de parede ou toalha de mesa. Falou também que não foi solicitada a eles autorização para que as cópias dos mapas fossem distribuídas fora do Parque do Xingu, muito menos que fossem enviadas para a ACT nos Estados Unidos.

20ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 24/05/05

- LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO, ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia, Estado de Goiás: inicialmente esclareceu ser médico veterinário, formado pela Universidade Federal de Goiás, especialista em saúde pública e vigilância pneumológica pela FIOCRUZ, ex-diretor do Centro de Zoonoses da Prefeitura de Goiânia, da qual é funcionário há nove anos, ex-coordenador nacional do Programa de Profilaxia da Raiva do Ministério da Saúde, ex-professor da Universidade Católica de Goiás e ex-diretor do Parque Zoológico de Goiânia, por quatro anos. Respondendo às perguntas do relator, esclareceu que não exerce outra atividade remunerada além de seu cargo na Prefeitura. Declarou que sempre houve livro de registro, com entrada e saída de animais no Zoológico de Goiânia, e que nunca houve desaparecimento de nenhum, somente extraviciando-se uma pasta de necrópsia de animais, fato esse comunicado ao diretor e ao IBAMA. Esse livro de registro contém páginas numeradas, carimbadas pelo IBAMA, e só é preenchido pelo diretor de cada grupo animal (aves, répteis ou mamíferos). Categoricamente negou que tenha ocorrido tráfico de animais no Zoológico a qualquer tempo. Confirmou que o Sr. Noel, como também todos os criadores registrados de animais silvestres, tinha livre acesso ao Zoológico, como praxe. Explicou que em sua gestão os animais eram marcados com anilhas ou brincos, de acordo com a espécie, e que não utilizava microchip por carência de recursos. Afirou
que realizou permutas com os Zoológicos de Brasília, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Sorocaba, porém não araras-azuis, que são do próprio plantel ou nascidas no Zoológico de Goiânia. Relatou que o Zoológico presta contas anuais do plantel e do centro de triagem ao IBAMA, e que a instituição não é capaz de manter mais de 1.200 ou 1.300 animais concomitantemente, portanto não crê que, em 2001, possam ter recebido os dez mil citados por outra testemunha. Declarou que em sua gestão foram construídas a marcenaria e a serralheria do Zoológico, para atender às situações emergenciais de manutenção. Refutou a acusação de que animais do Zoológico tenham sido “servidos” em churrascos. Ressaltou que o IBAMA decide o destino de animais excedentes, e não o Zoológico, citando a existência de criadouros em Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Afirou não ter conhecimento de comércio de animais ameaçados de extinção pelo Sr. Noel, e que todos os que lhe foram destinados saíram do Zoológico com as respectivas guias do IBAMA e do Ministério da Agricultura. Confirmou que o Sr. Wilian Pires de Oliveira, hoje criador de animais silvestres em Iguaquó, recebeu animais do Zoológico de Goiânia, a critério do IBAMA. Respondendo às perguntas do Presidente, acrescentou que a pasta com laudos de necrópsia desapareceu no interregno de oito dias entre o final de sua gestão, em final de dezembro, e 5 ou 6 de janeiro, data em que assumiu o novo diretor, e que, apesar de não ter feito boletim de ocorrência, visto que isso seria atribuição do novo diretor, todas as carcaças de animais que vêm a óbito são destinadas ao Museu de Ornitologia, onde poderão ser encontradas. Confirmou que, em ocasiões como de contenção de animais de grande porte, os Srs. Noel e Eduardo Pikachu podem ter auxiliado a equipe do Zoológico, inclusive utilizando armas com tranquilizantes. Afirou que, para precisar quantos animais foram doados ou permutados com o Sr. Noel, seria necessário confirmar o número em um laudo elaborado pelo IBAMA. Esclareceu que o Zoológico tem em seu quadro pessoas oriundas da Prefeitura, através da COMURG, todos qualificados, reforçados por condenados que cumprem penas alternativas, em função de convênio com o Fórum de Goiânia. Negou que a sala de diversões dos funcionários tenha recebido qualquer equipamento doado pelo Sr. Noel, e confirmou que mantém relação de amizade com ele, tendo visitado seu criadouro em duas oportunidades. Disse que, a critério do IBAMA, animais
apreendidos podem ser destinados a criadouros particulares. Com relação à segurança, afirmou que o alambrado que cerca o Zoológico tem vinte anos, e seguidamente precisa de reparos, mas que nunca impediu a contenção da fauna de maior porte. Esclareceu que eventualmente escapam macacos, além do trânsito da própria fauna da área florestada que é mantida no terreno da instituição, mas que esses animais são recapturados quando fogem. Por fim, acrescentou que o IBAMA fiscaliza o Zoológico anualmente e, no último ano, em duas ocasiões.

- WILIAN PIRES DE OLIVEIRA, ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia, Estado de Goiás: o depoente se apresentou como médico veterinário, especializado em animais silvestres desde 1982, com atividades no Zoológico de Goiânia, na Universidade Federal de Goiás e na Fundação Smithsonian. Declarou que, com apoio do SEBRAE, ajudou os criadores de animais silvestres do Centro-Oeste a se organizarem em uma associação, a CASCO, e desenvolve projetos que vão desde a orientação básica quanto à legislação até metas de qualidade total. Nesse contexto, implantou criadouro próprio, assim como de terceiros. Respondendo às perguntas do Relator, informou que foi diretor do Zoológico de Goiânia entre 1991 e 1992, e novamente entre 1999 e 2000. Nesse período, trabalhava tanto no Zoológico quanto junto a criadores. Confirmou que, nos períodos em que atuou como diretor, havia livro de registro de animais, com páginas numeradas. Ponderou que as denúncias sobre tráfico de animais usando a instituição são fantasiosas. Esclareceu que, em suas gestões, os animais começaram a ser marcados, de início com anilhas (psitacídeos). Justificou a impossibilidade de informar com quais instituições realizou permutas e doações de plantel, por não se recordar. Também não se lembrou de quantos animais havia no Zoológico no início e no fim de sua última gestão, mas ressaltou que a instituição tem capacidade média entre 1.100 e 1.300 espécimes, não sendo viável aumentar a lotação sem comprometer as condições em que eles vivem. Destacou que a Sra. Maria de Lourdes não trabalhou no Zoológico nos períodos em que o depoente era diretor. Acrescentou que o Zoológico não decide para quem enviar os animais excedentes, e que essa decisão é de responsabilidade do IBAMA. Confirmou que no início de sua gestão o Sr. Noel já tinha um criadouro, mas negou ter conhecimento de que o mesmo comercializasse espécies
ameaçadas de extinção. Lembrou-se de que, em sua gestão, realizou uma permuta ou doação para o criadouro do Sr. Noel, mas refutou a alegação de que ele tivesse utilizado rifle com anestésico nas dependências do Zoológico, sendo essa função desempenhada pelo veterinário da instituição. Afirrou que é criador de animais silvestres em Guapó, Goiás, desde 2002, mas que ele e os outros criadores não recebem animais diretamente do Zoológico de Goiânia, e sim por intermédio do IBAMA, que distribui a seu critério aqueles que são disponibilizados pelo Zoológico. Novamente inquirido nesse sentido, para que se posicionasse de modo mais claro, justificou-se afirmando que, se algum dos animais que recebeu do IBAMA era oriundo do Zoológico de Goiânia, a responsabilidade pela destinação seria do órgão ambiental. Declarou que essa situação não é antiética, visto que trabalha em prol da conservação das espécies. Não soube precisar quantos animais seu criadouro recebeu desde 2002, mas assegurou ter as guias do IBAMA para todo o plantel. Disse não lembrar de todas as espécies que cria, mas posteriormente afirmou ter recebido somente ararajuba, ara-macau, papagaio-verdadeiro, papagaio-do-mangue, arara-amarela, emas e pacas. Negou ter recebido caracídeos, araras-azuis ou primatas. Respondendo às perguntas do Presidente, confirmou que o transporte noturno de animais reduz o estresse. Solicitado a autorizar a quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico para investigação de denúncia de enriquecimento ilícito, concordou em disponibilizar sua declaração de imposto de renda.

- FERNANDO SILVEIRA, Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia, Estado de Goiás: o depoente dispensou o tempo concedido para seu pronunciamento e colocou-se à disposição dos Deputados para esclarecimentos. Respondendo às perguntas do Relator, afirmou que o inquérito instaurado no âmbito municipal, para apurar as denúncias de tráfico de animais silvestres a partir do Zoológico de Goiânia, não foi concluído, e que prefere não responder se o fato é verdadeiro ou não. Com relação à existência ou não de registro de entradas e saídas de espécimes no Zoológico, declarou que, nos quatro meses de sua gestão, tais apontamentos são realizados. Acrescentou que não existem boletins de ocorrência, na gestão 2005, sobre perda ou desvio de livros de registro ou saída ilegal de animais. Esclareceu que, em sua gestão, saíram muito poucos animais do Zoológico, e nunca no
período noturno, embora, caso fosse organizar algum transporte acima de 100 ou 200 quilômetros, recomendaria viagem noturna. No caso das saídas de aves, se forem para soltura, a recomendação é o período diurno. Havendo destinação de aves para soltura pelo IBAMA, destacou que não é realizada nenhuma marcação, somente ocorre a redação de um ofício de disponibilização e os animais são entregues ao órgão ambiental. Em relação ao Sr. Noel, afirmou que esteve no Zoológico uma única vez, e que não fez uso de arma com anestésico em animal algum, nem portou tal arma. Quanto a Eduardo Pikachu, lembra ser um ex-estagiário do Zoológico, mas que não tem conhecimento de sua presença constante nas dependências da instituição. Explicou que há dois tipos de marcações nos animais, as visuais (como brincos plásticos) e as permanentes (como microchips). O Zoológico adotou o sistema de microchips e implanta-o paulatinamente, inserindo-os nas oportunidades em que os animais são capturados para tratamento médico, para evitar o estresse de todo o plantel num mesmo período. Não soube precisar quantos animais já foram marcados. Garantiu que o número de série de cada microchip é registrado quando da marcação. Não soube precisar quantas permutas o Zoológico realizou nos últimos seis meses, mas assegurou ser mínimo. Confirmou que há uma marcenaria na instituição que fabrica gaiolas e caixas de madeira para transporte de animais, além de realizar outros serviços de manutenção. Negou ter conhecimento de animais, como sucuris e jacarés, soltos nas dependências do Zoológico. Negou que haja animais escondidos do público, esclarecendo que se trata de espécimes em quarentena, em tratamento ou excedentes, mantidos em instalações que não têm estrutura para visitação, em áreas restritas. Explicou que os rádios do Zoológico têm nove ou dez frequências, que são faixas da Prefeitura, e que os funcionários mudam de frequência, sem saber se alguma é exclusiva ou não. Em relação à possível saída de ofídios no dia de sua viagem para os Estados Unidos, em janeiro de 2005, não respondeu com clareza, apenas destacou que nenhum animal saiu sem a devida documentação do IBAMA. Negou que em 2005 tenha ocorrido abate de cavalos, para alimentação dos felinos, nas dependências do Zoológico, e que não aceitaria o abate com machado, sendo essa ferramenta somente para desmembramento da carcaça. Justificou que retornou ao Brasil, licenciando-se do posto de professor concursado na Universidade de Ohio, em
Columbus, Estados Unidos, para cuidar do pai, viúvo e diabético, e que sua esposa permaneceu nos Estados Unidos. Fez ressalva ao termo permuta, quando da troca de animais entre zoológicos e/ou criadouros, visto que, sendo fauna silvestre brasileira oriunda de vida livre, os espécimes pertencem à União, somente sendo possível a transferência entre instituições. Afirrou não ter realizado nenhuma permuta. Acrescentou que o controle dessas transferências é feito pelo IBAMA. Afirrou não ser parente do Sr. Noel, nem ter conhecimento de espécies ameaçadas de extinção que sejam comercializadas pelo mesmo, embora a legislação permita o comércio de excedentes, a partir da segunda geração. Negou a denúncia da Sra. Maria de Lourdes, de que o Zoológico comercialize penas de pavão. Tampouco admitiu ter denunciado aquela depoente por soltar emas no asfalto. Ao ser indagado sobre os dez mil animais que teriam sido apreendidos e destinados ao Zoológico de Goiânia em 2001, lembrou que há nove anos reside no exterior, mas que duvida que a instituição pudesse receber sequer a metade disso. Desqualificou tecnicamente a denunciante, por ser corretora de imóveis, sem formação na área de ciências biológicas, sendo nesse aspecto uma leiga. Com relação à destinação de animais do plantel para outras instituições ou para soltura, esclareceu que o Zoológico decide sobre o excedente de fauna brasileira nascido em suas dependências e sobre a venda de fauna exótica, enquanto que o IBAMA decide sobre a soltura de animais silvestres apreendidos. Eximiu-se de responder à pergunta sobre o nome e grau de parentesco entre os funcionários do Zoológico, por estar trabalhando na instituição somente há pouco mais de dois meses. Confirmou que o Sr. Silvio Terra é seu primo e que já trabalhou no Zoológico, mas que não exerce hoje nenhuma função lá. O depoente disse desconhecer a pessoa de nome Sandra. Salientou conhecer, através de breve encontro, o Sr. Ivan Magalhães, quando ele acompanhou a Sra. Maria de Lourdes ao Zoológico em busca de documentos de exoneração dela. Emitiu opinião de que não é antiético um ex-diretor de Zoológico, no caso específico o Sr. Wilian Pires de Oliveira, tornar-se criador de animais silvestres, desde que feito em consonância com a Lei, e considerou natural essa tendência, em vista do grau de especialização que esses profissionais adquirem. Negou que qualquer animal do Zoológico de Goiânia tenha sido encaminhado para o criadouro do Sr. Wilian em sua gestão. Respondendo às perguntas dos
deputados, reiterou que não tem conhecimento de desaparecimento de qualquer pasta ou arquivo de registro de animais em sua gestão, e que absolutamente não recebeu informação nesse sentido de qualquer de seus funcionários. Imputou as denúncias da Sra. Maria de Lourdes a uma suposta campanha política, visto que a depoente teria sido derrotada na disputa por cargo de vereadora, com bandeiras ligadas à proteção dos animais, e que estaria agora interessada em chamar para si a atenção popular. Afirrou que, após as denúncias de sucuris e jacarés soltos no Zoológico, determinou buscas às primeiras e o ensecamento do lago para identificar os jacarés. Somente um ou dois jacarés não pertencentes ao plantel foram localizados, e poderiam ser espécimes livres, visto que o Zoológico se localiza em área natural com fauna própria. Afirrou que a aproximação com o Sr. Noel se deu em função de interesse profissional, visto que ambos trabalham com fauna exótica, particularmente com camelídeos, e que não há relação de amizade entre os dois. Refutou a acusação da Sra. Maria de Lourdes de que teria dito em entrevista que ela não goza de faculdades mentais ou que tenha estado internada. Negou também que tenha orientado funcionários a não falar com a denunciante. Defendeu seu chefe de gabinete, Sr. Darivan, da acusação de ter mantido em cárcere privado a Sra. Maria de Lourdes. Afirrou que a esposa do depoente é também médica veterinária, funcionária da universidade e que nunca exerceu comércio de animais, e que seu pai é médico veterinário patologista, sem relações de amizade com o Sr. Noel. Respondeu que recebe animais oriundos de apreensões, inclusive em lotes de mais de uma centena, realizadas pela Polícia Ambiental, pela Polícia Federal ou pelo IBAMA, e que, se se registra sua entrada no Zoológico como sendo de apreensão, não podem ser doados, vendidos ou permutados. A única hipótese em que poderiam ser transferidos para um criadouro é, por determinação do IBAMA, para formação de plantel, ficando como matrizes, e somente sua prole pertencerá ao criadouro. Negou que tenha ocorrido, em sua gestão, a destinação, mesmo pelo IBAMA, de qualquer espécime ao criadouro do Sr. Noel. Informou que a terceira pessoa presente à conversa citada pela testemunha Sra. Lourdes, responsável por mantê-la em cárcere privado, seria sogro do Sr. Darivan, chamado Marcondes, advogado. Refutou as acusações de fraude contábil no controle de ingresso de visitantes pagantes. Declarou não ter conhecimento do
desaparecimento de quaisquer cobras, nem da existência de cobras encaixotadas para transporte ou de que o Ministério Público tenha constatado isso em vistoria. Negou igualmente que o Zoológico tenha permitido a saída de algum exemplar de mico-leão, como denunciado.

- MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO, Diretora de Educação Ambiental do Jardim Zoológico de Goiânia, Estado de Goiás: a depoente informou que trouxe cópia do relatório entregue ao Prefeito de Goiânia contendo suas denúncias. Esclareceu que foi designada para o Parque Zoológico como Diretora de Educação Ambiental, em janeiro de 2005, pelo Prefeito Íris Resende Machado. Acrescentou pertencer a uma ONG, Sociedade Goiana de Proteção aos Animais – SGOPA, de Goiânia, há 20 anos, e que tomou conhecimento das denúncias do Parque Zoológico há mais de 10 anos. Como então não tinha provas, não podia fazer nada. A partir do momento em que passou a integrar o quadro do Zoológico, percebeu algumas coisas estranhas e recebeu informações de terceiros sobre como era feito o tráfico. Começou a gravar, filmar e ouvir algumas pessoas, e percebeu que os animais estavam sendo retirados do Zoológico, sem saber para onde eram levados. Imediatamente procurou o Dr. Fernando e falou-lhe sobre as denúncias que já tinha dos anos passados. Observou que as pessoas que trabalham atualmente com o mesmo estão no Zoológico há até dez anos, e que, após contar tudo o que sabia ao diretor, percebeu uma mudança de comportamento de sua parte. A depoente deixou de participar das reuniões de diretoria, e quando alguém lhe telefonava, funcionários do Zoológico informavam que ela não trabalhava na instituição. Descobriu que os papagaios eram marcados por remoção das penas do peito e da cabeça, e então levados embora. Ressaltou que, no recinto das araras, em 2004, havia entre 80 e 100 indivíduos, e que hoje não há mais nenhum, e sim um casal de condores. Acrescentou que também sumiram capivaras, dois tuiuiús e uma zebra. Mencionou o fato de que nunca houve girafas no Zoológico, mas que foram construídas casas para girafas, por um valor elevado, e que a prestação de contas do Zoológico não está mais disponível em sua página na internet. Relatou que houve uma audiência em Goiânia, mas que o Dr. Fernando não compareceu, e que o Dr. Ari, do IBAMA, declarou que não estava investigando o Zoológico, porém, no programa Bom Dia Goiás, disse que havia fiscalizado e que não teria constatado nada de
irregular. A depoente destacou a falta de segurança do Zoológico, pois há cobras e jacarés soltos. Afirou ter sido vítima de calúniias e difamações, pois se teria dito que a depoente fora internada em clínica de repouso, o que levou o próprio prefeito a indagá-la a esse respeito. Enfatizou que o Zoológico de Goiânia, até hoje, não foi auditado nem pela Prefeitura Municipal, nem pelo IBAMA, e que o Dr. Ari teria se justificado dizendo não ter recebido qualquer denúncia, muito embora várias tenham sido feitas pela própria imprensa local. Informou que foi obrigada a assinar, na Prefeitura, um documento em que narrava os fatos, na presença de um homem que se identificou como delegado da Polícia Federal, o que depois a depoente descobriu ser inverídico. Alegou que não consegue acesso aos órgãos de imprensa, apesar de ser acusada pelos seus supostos detratores de utilizar a imprensa para comprometê-los. Denunciou a diretoria de liberar a entrada de visitantes pelo portão do Zoológico, sem passar pela catraca, o que, em feriados de muito movimento, representa milhares de reais que não são contabilizados. Um diretor teria desviado 15 mil reais, o tesoureiro, sete mil, e um informante, três mil. A depoente ressaltou que sofre ameaças por telefone, assim como seu filho de 12 anos de idade. Afirou que recebeu uma carta com descrição de como funciona o tráfico, envolvendo o IBAMA e o Zoológico, e que fornecerá os detalhes na sessão reservada, e que, a partir dessa carta, levou ao Zoológico o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, peritos e a polícia. Nessa vistoria, constataram que as cobras que teriam sumido estavam todas em um recinto fechado, somando mais de 500 espécimes, e outras 50 caixas de pequeno tamanho com cobras dentro, prontas para remoção. No Citra, encontraram situação semelhante, com inúmeras caixas de madeira para transporte, novas, empilhadas até o teto de uma sala. Esclareceu que a marcenaria fabrica essa caixa para o tráfico. Nessa ocasião, viu dois dos traficantes pulando um alambrado para fugir, e ouviu às escondidas, com uma testemunha, outro traficante falar que precisava entregar um mico-leão-dourado para Eduardo Pikachu, funcionário do Sr. Noel.

21ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 25/05/05
- MEGARON TXUCARRAMÃE, Cacique e Chefe do Posto da FUNAI em Colider/MT: a testemunha iniciou dizendo não saber por que tinha sido convidado e que não tinha nada a dizer. O Presidente em exercício da CPI, Dep. Hamilton Casara, explicou que o convite visava obter informações sobre denúncias acerca de irregularidades na doação pelo IBAMA, em meados de 2003, de cerca de 66 mil metros cúbicos de mogno, extraídos ilegalmente nos anos anteriores, à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. Perguntado se acreditava que houve alguma fraude na doação do mogno à FASE, o Cacique afirmou desconhecer o caso por ser de outra área de atuação da FUNAI. Perguntado sobre os benefícios que couberam às comunidades indígenas com a venda do mogno e quantas comunidades indígenas lucraram com a venda da madeira, afirmou não ter conhecimento, porque a FASE é uma ONG e ele não conhece essa ONG. Questionado a respeito de memorando interno do IBAMA em que o ele relata que o Kayapó conhecido como 'Mundico' vendeu 405 toras para alguém que disse ser da empresa Cikel e que as toras teriam sido levadas para São Félix do Xingu, afirmou que a própria FUNAI, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente fizeram contrato com a Cikel para serrar esse mogno apreendido e dar uma parte do dinheiro para os Kayapó, via FUNAI. Todavia, no transporte da madeira em jangadas pelo rio Xingu, o Cacique Mundico vendeu esse mogno e ele então fez a denúncia. Sobre a carta que a Ministra Marina Silva teria encaminhado ao Cacique, de início o Presidente da CPI esclareceu que teve acesso à mesma e que ela foi assinada pelo Sr. Basileu, Chefe de Gabinete do MMA, e que tratava de informar sobre a criação de grupo de trabalho designado para indicar a forma de comercialização e/ou doação da madeira. Perguntado sobre as relações de lideranças indígenas e madeireiros, citou o índio Kayapó Mundico, que permitia a entrada dos extratores de madeira em terras indígenas.

22ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 31/05/05

- CRISTINA GALVÃO ALVES, Coordenadora Geral de Gestão de Recursos Florestais do IBAMA: com respeito ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, a depoente
confirmou atrasos em sua execução, sendo que várias bases previstas ainda não foram implantadas. Quanto ao desaparecimento de cerca de 48 mil metros cúbicos de madeiras apreendidas pelo IBAMA no oeste do Pará, informou tratar de problema relativo à Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO, não tendo informações a prestar. Com relação ao Fundo DEMA, que é um desdobramento da aplicação dos recursos provenientes da doação do mogno efetuada pelo IBAMA à FASE, disse não saber o montante total desses recursos nem a razão de não existirem representantes do órgão federal nesse conselho gestor. Sobre o processo de doação, afirmou ter sido objeto de análise realizada por um grupo de trabalho instituído via decreto presidencial, que envolveu vários técnicos do IBAMA e do MMA. A discussão de não haver um processo de licitação pública, e sim a doação, está toda descrita em relatório disponível no site do MMA. No caso da FASE, sobre as Autorizações para Transporte de Produtos Florestais – ATPFs emitidas em Brasília e encaminhadas, por meio de funcionários e prestadores de serviços do IBAMA, para a empresa Cikel, foi decidido, para que se tivesse o mais efetivo controle da quantidade das ATPFs que estavam sendo emitidas, para quem estavam sendo entregues e como elas estavam sendo utilizadas, que fosse centralizada a emissão dessas ATPFs em Brasília, como medida de precaução, contra o “esquentamento” ou para o transporte de outra madeira de mogno. Quando as autorizações são emitidas para transporte, não vem escrito que volume vai ser transportado. No momento de utilização é que se escreve o volume nas ATPFs. Essas informações estão consolidadas nas prestações de contas apresentadas nas gerências executivas do IBAMA no Estado do Pará. A depoente confirmou que entregou pessoalmente as ATPFs ao representante da Cikel em Brasília e que, no momento em que essas operações começaram, elas eram acompanhadas de fiscais do IBAMA, de técnicos e de prestadores de serviço, que definiram os procedimentos de como processar essas prestações de contas, abrir a pasta e arquivar essas ATPFs nas gerências executivas. Questionada pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame se o representante da Cikel recebeu das suas mãos ATPFs com o volume em branco, a Sra Cristina confirmou que sim, alegando que se tratava de procedimento previsto em legislação. Emitem-se as ATPFs com a origem da madeira, a empresa processadora e o destinatário, em alguns casos. Quando é
madeira serrada, o destinatário vai em branco e, no momento de sua utilização, a pessoa preenche e presta conta ao IBAMA, inclusive do volume. Neste caso, os volumes contabilizados estão centralizados na gerência executiva do Pará. Questionada pela Deputada Thelma de Oliveira sobre a autorização para doação de apenas 636 toras para a FASE, referentes ao Auto de Infração n° 328.622, ao passo que foram doadas seis mil toras, o que totaliza 5.364 toras doadas sem autorização judicial, a depoente alegou não poder responder, porque a questão de quantificação do bem apreendido e todas as demais providências quanto à madeira liberada para doação não estão relacionadas à sua área de atuação. Com relação à liberação de mogno exportado para os Estados Unidos, a depoente enfatizou que a madeira foi doada à FUNAI e ela continua sendo comercializada pela Fundação, ou seja, a doação se encerrou, mas não a comercialização do bem doado. A madeira que está sendo exportada, em sua maior quantidade, depois vai ser aplicada num fundo da renda indígena, conforme prevê o termo de doação, para apoiar projetos sustentáveis para as comunidades indígenas atendidas. Afirou não existir nenhuma ligação e nenhum repasse de recursos entre o Pro Manejo-PPG7 e a Cikel. Perguntada se existe hoje no IBAMA algum projeto que vislume mudanças ou substituição ao sistema de ATPFs, a Sra. Cristina confirmou que existem dois sistemas: um, que já está mais avançado, que é o controle do transporte de madeira em tora, principalmente em terra firme, na Amazônia, mediante o rastreamento do transporte, com informações georreferenciadas do posicionamento dos caminhões, das áreas autorizadas e até das indústrias que estão recebendo as madeiras; e um sistema que substitua a ATPF, que tenha itens de segurança mais fortalecidos, e também para que a gestão dessa informação seja num sistema informatizado único, dos produtos transportados, produzidos e comercializados, tudo gerenciado no banco de dados central. Indagada sobre quantas autorizações de desmate foram expedidas no exercício de 2004 para os assentamentos localizados ao longo do eixo da Rodovia Transamazônica, mais especificamente nos Municípios de Altamira, Brasil Novo, Marcelândia, Anapu e Uruará, e sobre quem autorizou esses desmatamentos, qual o destino das madeiras e qual o controle do IBAMA na exploração florestal desses lotes, respondeu que o número está entre 1.500 e 1.600 autorizações emitidas para até 3 hectares cada. Os desmates foram
autorizados, em sua maior parte, pelo gerente executivo do IBAMA em Santarém ou pelo chefe do escritório regional de Altamira. O destino dessa madeira é o mercado, a indústria madeireira na Amazônia, e o controle dessa exploração florestal são as ações que o IBAMA realiza quanto à emissão das autorizações, sendo feitas vistorias amostrais nessas áreas e também ações de fiscalização. Quanto ao Programa Safra Legal 2005, o IBAMA está se organizando para atuar especificamente no oeste do Pará, para ordenar o desmatamento, principalmente nos assentamentos, que estão muito presentes naquela área. A previsão é que a quantidade de autorizações seja equivalente à do ano passado, considerando que são para áreas de até 3 hectares e que elas são destinadas, em sua maioria, para agricultura nos lotes dos assentados. Com relação à autorização para exportação de 100 toneladas de carvão vegetal para a empresa Cikel, a depoente, em resposta escrita posterior à CPIBIOPI, disse que ela foi feita com a finalidade de promoção comercial em maio de 2003, dezembro de 2004 e março de 2005, e que estão amparadas pela Portaria IBAMA 83, de 15/10/96, e pela IN 17, de 27/02/04.

- FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA, Servidor da FUNAI em Colider/MT e Assessor do Cacique Megaron: perguntado se tinha informações de fraude na doação do mogno à FASE, afirmou desconhecer todo o processo, em razão de ele ter tramitado exclusivamente em Brasília. Disse ter ouvido falar que cerca de R$ 1.200.000,00 seriam doados às comunidades indígenas como recompensa pela venda da madeira extraída ilegalmente de suas reservas, mas não tem comprovação. Confirmou que os índios procuraram outras madeireiras para o processamento da madeira apreendida no lugar da Cikel. Perguntado se sabia algo sobre a notícia de que teriam desaparecido cerca de 48 mil metros cúbicos de árvores derrubadas ilegalmente em terras indígenas e apreendidas em várias operações de fiscalização do IBAMA, ao longo dos anos de 2002 e 2003, no oeste do Estado do Pará, afirmou desconhecer o assunto.

- ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO, ex-Consultor da UNESCO a Serviço da FUNAI: iniciou afirmando que trabalhou por cinco anos na FUNAI sem nunca ter ocupado função de chefia e, por isso, sem poder de decisão. Perguntado se tinha conhecimento de crimes de biopirataria em terras indígenas, disse desconhecer qualquer caso. Sobre o
caso FASE, relativo à doação de madeira de forma irregular pelo IBAMA, disse que tomou conhecimento apenas do relatório do TCU e que a FUNAI não tinha relação com aquilo. Informou ter trabalhado na empresa madeireira Cikel até 1999, como gerente florestal, e disse ter conhecimento de que os índios, em geral, fazem vendas ilegais de madeira de suas reservas. Reafirmou, novamente, que a questionada doação de madeira do caso FASE/IBAMA/CIKEL não teve nenhuma participação da FUNAI.

- PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR, Assessor da Presidência do IBAMA: iniciou respondendo sobre sua principal função no IBAMA, qual seja estruturar a nova diretoria de desenvolvimento sócio-ambiental no Instituto, a ser criada a partir do já existente Centro Nacional de Populações Tradicionais. Relatou que trabalhou na ONG FASE de 1997 a 2003, antes de ingressar no órgão público. Questionado sobre sua relação com a doação de mogno àquela ONG, disse não haver nenhuma. No entanto, acredita que a escolha da FASE como receptora da madeira se deu em função de ser uma OSCIP e com larga experiência em manejo florestal comunitário na Amazônia. Sugeriu que se verificasse no site daquela ONG o funcionamento do Fundo DEMA, responsável pela administração dos recursos recebidos com a venda da madeira recebida em doação pelo MMA. Sobre seu trabalho atual, disse que acompanha a gestão das reservas extrativistas de todo o País e confirmou o aumento do desmatamento na Reserva Chico Mendes. A respeito de denúncias de desvio de recursos pelo ex-chefe do Centro de Populações Tradicionais, afirmou que estão sendo tomadas medidas de reorganização administrativa do Centro para adequar sua gestão às exigências da Secretaria Federal de Controle. Finalmente, o Sr. Paulo Henrique de Oliveira defendeu a possibilidade de incorporação ao orçamento do IBAMA dos recursos provenientes de produtos apreendidos (madeira, peixes, palmito, etc.).

23ª Audiência Pública da CPIBIOP – 07/06/05

- HILTON PEREIRA DA SILVA, Professor Adjunto de Antropologia e Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor do Laboratório de Estudos de Bioantropologia e Saúde e Meio
vivendo em Rondônia. Uma dessas tribos era particularmente interessante, porque era pequena, com pouca mistura e lingüisticamente isolada — os Karitiana. E aí eles descrevem que, em 1991, publicaram o estudo, e outros pesquisadores fizeram uma avaliação da árvore genealógica dos Karitiana, com auxílio do Prof. Francis Black e da FUNAI, por meio da lista de famílias indígenas de 1985. Pelo que está descrito nos inúmeros artigos publicados — há pelo menos dez com esse material —, trata-se de uma pesquisa de grande monta e que, obviamente, teve a participação de algumas dezenas de pesquisadores norte-americanos e brasileiros também. Em seguida, o depoente apresentou outro trabalho, “Further blood genetic studies on Amazonian diversity – data from four Indian groups”, também publicado na revista Annals of Human Biology, em 1994, de autoria de vários pesquisadores, incluindo alguns brasileiros, e que também usa a mesma amostra. Com todos esses artigos, o depoente deixou claro que o material disponível na internet foi coletado na década de 80, levado para os Estados Unidos e processado, enquanto material de pesquisa, portanto quando ele ainda era estudante de Medicina, o que prova que ele nada tem a ver com o material à venda na internet. Outro ponto que o depoente fez questão de esclarecer foi a situação dos Karitiana em 1996. Ele afirmou que, em agosto daquele ano, visitou os Karitiana como parte de uma equipe da Yorkshire Television, que estava fazendo um documentário sobre uma figura legendária da Amazônia chamada Mapinguari. Ele foi convidado a participar desse documentário quando fazia doutorado em Antropologia, com bolsa do CNPq, na Universidade de Ohio e, por ser brasileirista e ter trabalhado com populações rurais da Amazônia, então resolveu aceitar, tendo sido consultor técnico e científico do documentário, que foi ao ar pelo canal Discovery, em 1997. Segundo o depoente, quando lá chegou, ele, como médico (formou em 1991), não pode ignorar a situação de doença dos Karitiana, que é antiga e dramática. Segundo o Código Brasileiro de Ética Médica, um médico não pode deixar de atender alguém, sob pena de omissão de socorro. Em seguida, apresentou números relativos às doenças que pôde diagnosticar na aldeia Karitiana apenas com o exame físico, com a ajuda de um estetoscópio e um tensiômetro, além de um kit de primeiros socorros: 73% da população Karitiana estava afetada por malária; mais da metade, por diarreia; praticamente um quarto da população,
com subnutrição; com desnutrição protéico-calórica, duas crianças, as quais ele está certo que salvou da morte. Segundo o depoente, esse quadro demonstrava uma situação de emergência médica para essa população. Assim, e também a pedido do então chefe da aldeia, Cisino Karitiana, assim como com a aprovação do então chefe do posto da FUNAI, Assis Figueiredo, ele fez o atendimento em caráter emergencial, ainda mais que havia vários meses que nenhum médico ia à aldeia. Daí o fato de, segundo o depoente, não ter sido possível notificar oficialmente a FUNAI em Brasília, pois um procedimento como esse demora meses. Desta forma, à exceção de uma senhora que não podia se locomover, todas as pessoas por ele atendidas foram até o posto de saúde de livre e espontânea vontade, segundo o depoente, que esclareceu ainda que, como parte desse atendimento médico emergencial, ele fez, sim, a coleta de algumas amostras de sangue, apesar do material limitado que tinha em campo, levado para uma situação de emergência, e apenas das pessoas que estavam mais doentes. Segundo ele, não se efetuou coleta de sangue de crianças e das pessoas a quem pôde dar um diagnóstico mais específico. Foram coletadas em torno de 54 amostras, que foram levadas para Belém e depositadas no Departamento de Genética da UFPA – à época, o chefe do departamento era o Prof. Sidney Santos –, que se dispôs a receber e a guardar esse material e, quando houvesse oportunidade, fazer análise para identificar alguma doença gratuitamente. O depoente concluiu dizendo que, com a eclosão das reportagens sobre essa questão, o material não foi utilizado, acabou se deteriorando e lá ficou até ser resgatado pela Justiça de Rondônia, em 2004, jamais tendo saído do Brasil. Respondendo às perguntas dos Deputados, o depoente disse que ficou na aldeia de cinco a seis dias, mesmo após a conclusão da filmagem, a qual colocou à disposição da CPI. À ocasião, fez em média umas 50 a 60 consultas por dia e desenvolveu um prontuário lá na hora, a partir do qual fez a compilação que consta no relatório que enviou ainda no começo de 97 ao CIMI, à FUNAI e à Associação Karitiana. A lista dos índios da aldeia que lhe foi repassada pelo Sr. Assis Figueiredo indicava a existência de 198 índios Karitiana, embora ele não soubesse se ela estava atualizada, pois datava de 1993, mas era o único censo disponível. Foram feitos 162 atendimentos, incluindo 88 crianças, o que demonstra a carência e a situação de doença
absoluta da população, uma vez que praticamente todos precisavam de atendimento médico. O depoente esclareceu ainda que o documentário resultou em pagamento em dinheiro — valor que ele não sabe precisar — e outro tanto em medicamentos, a pedido da Associação Karitiana. O seu papel no documentário foi o de consultor científico e também participante — ele e sua companheira à época, Denise Hallack, então estudante de Arquitetura. Confirmou também que não trabalhou com nenhuma população indígena, mas, sim, com populações rurais ribeirinhas, grupos caboclos, e que jamais trabalhou com material biológico do tipo sangue, saliva ou material genético. Disse que aceitou o trabalho apenas como uma forma de conseguir a passagem para chegar até o Brasil, onde faria sua tese de doutorado, posteriormente. Ressaltou que a FUNAI autorizou a filmagem, conforme documentação que apresentou a esta CPI e à anterior. Ao ser alertado que Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, havia declarado à CPI que a UFPA havia devolvido apenas 54 frascos do material e, conforme, constava nos termos da ação, teriam sido coletados mais de 100 frascos do material, disse que não sabia de onde essa informação havia saído. Afirmou ainda que nunca teve contato com ninguém do Laboratório Coriell, nem com ninguém de laboratório que trabalhe com genética, a não ser o pessoal do Laboratório de Genética da UFPA, por nunca ter trabalhado com Genética. Seu trabalho sempre foi na área de Antropologia Biológica, com crescimento e desenvolvimento, e nunca fez coleta de sangue entre as populações caboclas com as quais trabalha. Também disse não ter a menor idéia sobre quem são os pesquisadores da Universidade de Ohio que estiveram na terra indígena Suruí coletando sangue. Questionado ainda pelo Deputado Dr. Rosinha, que achou estranho o fato de ele ter consigo 54 frascos de coleta de material por ocasião da visita, o depoente esclareceu que, como ele iria fazer trabalho de campo durante um ano com populações rurais da Amazônia, e por se tratar de tubos frágeis, ele simplesmente, para evitar que se quebrassem no caminho, pegou o pacote inteiro de 60 a 100 tubos – não se recorda o número exato – e o enfiou dentro da mala. Também disse que, depois desse trabalho com os Karitiana, nunca mais utilizou esse material para fazer nenhuma coleta, porque decidiu que não iria mais trabalhar com material biológico, genético ou sangüíneo. Afirmou que, se os Karitiana se sentem
lesados, porque o sangue deles foi levado para fora do Brasil, ele também se sentia lesado toda vez que via o seu nome associado a um caso de biopirataria, sem que tivesse nada a ver com ele. Concluiu dizendo que duvidava que os colegas do Departamento de Genética da UFPA pudessem ter interesse em desviar o material que ele havia coletado.

- NING LABBISH CHAO, Professor da Universidade Federal do Amazonas: o depoente apresentou o Projeto Piaba – Peixes Ornamentais na Bacia Amazônica, com a exposição de numerosas imagens, projeto este que visa ao estudo das espécies e dos padrões de exploração das populações, além do desenvolvimento de atividades conservacionistas, como a campanha “Compre um peixe e salve uma árvore”, lema motivado pela fixação da população ribeirinha em decorrência da renda obtida com a captura de peixes ornamentais. Explicou que a pesca de peixes ornamentais é um dos poucos recursos aquáticos renováveis da Amazônia, com potencial de manejo sustentável. Esclareceu que, desde a década de 1950, a pesca de peixes ornamentais se tornou uma indústria alternativa para produtos extrativistas como a piaçava e a castanha, na Bacia do Médio Rio Negro. Estimou que mais de mil famílias estejam ativamente envolvidas na captura e transporte de peixes ornamentais, e que possivelmente 80% da população ribeirinha têm alguma relação econômica com esse comércio. Relatou que seus levantamentos são dificultados pelos exportadores, que não permitem, há dois anos, que o pesquisador visite seus entrepostos. Relatou que acompanha o extrativismo realizado no Município de Barcelos há muitos anos e que se trata de um sistema simples, com pequeno impacto ambiental. Os peixes são coletados com pequenas redes, selecionados (devolvendo-se os menos vistosos aos rios e igarapés), vendidos ao intermediário de transporte, que os leva ao exportador e, por fim, são remetidos para o exterior. Apresentou números relativos ao comércio de peixes ornamentais: entre 350 e 400 milhões de peixes são comercializados anualmente no mundo, 70% deles criados em cativeiro, a maioria de água doce; 63% são exportados por países em desenvolvimento. Acrescentou que uma exportação anual de 40 milhões de peixes mantém no Brasil dez mil empregos diretos e indiretos, gerando 13 milhões em exportações (não especificou a moeda). Destacou que a pesca é o terceiro produto de extrativismo no município citado, enquanto que a madeira...
ocupa a primeira posição. Comentou que participou das gestões para que os coletores de peixes passassem a receber, dois anos atrás, seguro-desemprego durante a época de defeso da pesca. Enfatizou que Barcelos teve aumento de 110% na população entre os censos de 1991 e 2000, graças à fixação da população em função do comércio de peixes ornamentais, ao passo que os demais municípios perderam população. Respondendo às perguntas do Relator, informou que qualquer peixe exportado poderá ser cultivado em outros países, principalmente pelos criadores chineses, muito habilidosos, citando como exemplo o acará-disco, exportado há 30 ou 40 anos e hoje intensivamente criado fora do Brasil. Acrescentou que, se o Brasil restringir as exportações, os importadores adquirirão os peixes de países vizinhos (Colômbia, Peru e Venezuela). Mencionou que uma das espécies preferidas pelos aquaristas, o neon cardinal, é endêmico do rio Negro, não ocorrendo na Colômbia e Venezuela, onde há populações diferentes. Citou, como outro exemplo de endemismo, arraias dos rios Xingu e Tocantins, exportadas mediante cotas estabelecidas pelo IBAMA. Ressaltou que, na Amazônia, a criação de peixes ornamentais ocorre em pequena escala, sem condições de suprir a demanda. Em adendo, comentou que hoje há dez mil pessoas trabalhando com coleta de peixes ornamentais, ao passo que, se o mercado fosse suprido com produção em cativeiro, empregaria um contingente muito menor. Respondendo às perguntas dos Deputados, declarou que já indicou ao IBAMA um biopirata internacionalmente reconhecido, Sr. Haickel Blair, de São Paulo (de pai ou mãe brasileiro), mas que nada foi feito contra ele. Esse senhor seria editor de uma revista (AquaGeo) na Alemanha ou Itália. Negou que em qualquer ocasião tenha enviado peixes ou besouros para o exterior. Esclareceu que o Projeto Piaba é financiado quase que inteiramente com recursos do CNPq, mas há algum aporte de uma ONG que o depoente montou quando fez doutorado nos Estados Unidos (Bioamazon Conservation International), com a qual arrecada quatro ou cinco mil dólares anualmente, desde 1991. Mencionou que há, em Manaus, cerca de 24 exportadoras de peixes, mas que provavelmente somente sete estão em funcionamento, sendo quatro as principais. Afirou não haver pesquisadores estrangeiros trabalhando em seu projeto e nunca ter sido acusado de comércio ilegal de peixes, nem respondido a inquérito policial.
- SEBASTIÃO AZEVEDO, Procurador Geral do IBAMA:

iniciou esclarecendo a função da Procuradoria Geral Especializada junto ao IBAMA, como um órgão de execução descentralizado da Procuradoria Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União. Nesse sentido, portanto, é responsável por atos de assessoramento à administração do IBAMA nos procedimentos administrativos de sindicância e disciplinares, visando apurar eventuais irregularidades, em tese, praticadas por servidores dessa autarquia, nos aspectos relacionados a ilícitos administrativos, civis e, eventualmente, penais. Ressaltou que as investigações feitas no País estão levando em consideração o acúmulo de denúncias existente há cerca de 14 anos, e são o resultado da evolução no processo de apuração que não se iniciou neste governo, mas teve nele respaldo para continuar avançando, já tendo sido aplicadas várias penalidades ao longo do período 2003/2005, seja de demissão, destituição de cargo, seja de suspensões e advertências. Historiou a motivação da edição da Portaria nº 1.316, do Sr. Presidente do IBAMA, e a integração com o Ministério Público e a Superintendência da Polícia Federal, ambas no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas visando às investigações em curso. Durante 20 meses investigaram-se, no âmbito do Estado do Mato Grosso, 3 gerências executivas: a de Cuiabá, a de Sinop e a de Juína, tendo-se realizado diligências em municípios dos Estados de Rondônia e do Pará, e mais 5 escritórios regionais, sobretudo os de Pontes de Lacerda, Cáceres, Alta Floresta, Aripuanã e Juara. Estimou, em números maiores, que na questão da exploração ilegal de madeira, o prejuízo foi em torno de 2 milhões de metros cúbicos, que correspondem a cerca de 900 milhões de reais. A quantidade de servidores envolvidos seria em torno de 52, com possibilidade de ampliação. Relatou a descoberta da quantidade surpreendente de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA, com volume de madeira serrada, objeto de fraude, em torno de quase 2 milhões de metros cúbicos, dentre outras irregularidades. Acerca da responsabilização da Fundação do Meio Ambiente do Estado, em virtude de descumprimento de norma geral federal relativa à exploração florestal, já foram ajuizadas três
ações de probidade administrativa e uma ação civil pública. Salientou estar em curso a celebração de um instrumento, de caráter permanente, com a Polícia Federal e o Ministério Público, para se prosseguir com as apurações em nível nacional. Em resposta às perguntas dos Deputados, falou de diferentes ações do IBAMA. Comentou o cancelamento dos Planos de Manejo como uma iniciativa tomada em conjunto com o Diretor de Florestas, com o objetivo de submeter os Planos de Manejo a uma orientação de caráter normativo, disciplinando, assim, a aprovação deles. Quanto à alteração ou supressão irregular de multas no sistema informatizado do IBAMA, informou que a Portaria nº 846 nomeou um grupo técnico com o objetivo de promover o levantamento em todo o território nacional dessas situações e indicar as providências, seja de caráter estruturante, seja de caráter punitivo. Com relação ao caso da FLONA de Três Barras, em que foi assinado um termo de cooperação com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola, ligado ao movimento dos sem-terra, afirmou ainda não ter sido emitido um parecer da Procuradoria Geral, que está aguardando informações da área técnica para dar prosseguimento ao processo. Acerca do roubo de 23 mil e 500 ATPFs de dentro do IBAMA de Belém, em 2003, disse ter sido feita representação ao Ministério Público Federal, que conseguiu identificar a autoria e materialidade do ilícito penal, resultando em uma pessoa condenada, cumprindo pena, uma vez que as outras ainda não foram julgadas, por estarem foragidas. Comprometeu-se a encaminhar cópia do processo de sindicância que está apurando a doação de mogno apreendido para a FASE (Processo nº 02001.007421/2004-19, que se encontra paralisado na Coordenação de Processos Disciplinares/PROGE, desde 30/12/04) e o desaparecimento de um volume de madeira, entre toras e madeira serrada, de aproximadamente 100 mil metros cúbicos apreendidos pelo IBAMA, na operação em Juína, realizada no ano de 2002. Quanto ao desaparecimento de U$15 milhões em madeira sob guarda do IBAMA no oeste do Estado do Pará, constatada por procuradores do órgão em 2004, informou que a Procuradoria Geral orientou que se instaurasse o procedimento investigatório, que foi concluído e submetido à administração para fins de decisão. Confirmou a denúncia de possível assinatura ilegal, como autoridade CITES, por parte de funcionário do IBAMA lotado no Porto de
Paranaguá, que está sendo objeto de investigação, através de procedimento de sindicância.

25ª Audiência Pública da CPIBIOP – 14/06/05

- MARCUS LUIZ BARROSO BARROS, Presidente do IBAMA: iniciou dizendo que os objetivos cumpridos pela Operação Curupira foram combater o desmatamento ilegal e a exploração florestal ilegal na Amazônia, por meio do desmonte do esquema de fraude e corrupção instalado no IBAMA do Mato Grosso. Apresentou a operação como parte da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Historiou os procedimentos adotados pelo IBAMA, que definiu seu foco investigatório no fluxo das ATPFs, o que possibilitou não só o desfecho alcançado com a Operação Curupira mas, também, saber que, onde há desmatamento legal ou ilegal, o esquema funciona. Ressaltou o fato de a ação ter sido multilateral, em função da característica multifacetada da ilicitude, contando, na sua consecução, com 31 agentes do IBAMA e 400 agentes da Polícia Federal. Relatou que na sede do órgão em Mato Grosso havia 431 empresas cadastradas que não existiam, e um volume estimado de madeira serrada de maneira fraudulenta de 1,9 milhão de metros cúbicos. A ilegalidade, que gerou o expressivo aumento nas taxas de desmatamento no Estado de Mato Grosso, contou com a efetiva participação da FEMA, segundo ele. Discorreu, ainda, sobre a dificuldade de se operacionalizar a ação, devido à sua complexidade e à necessidade de destituição dos cargos de confiança e preenchimento simultâneo destes por servidores de outros estados. Dentre as irregularidades encontradas, elencou as seguintes: entrega de ATPFs a empresas que delas não prestavam contas posteriormente; concessão de crédito ilegal de reposição florestal a reflorestadoras; concessão para desmate; laudos falsos de vistoria de inspeção industrial; recebimento de propina em conta pessoal referente à venda de ATPF para empresas; exigência de propina para liberação de caminhões no Trevo do Lagarto; termo de compromisso de averbação de reserva legal em desacordo com a Medida Provisória nº 2.186-16/01. Ressaltou que a principal irregularidade praticada pela FEMA era o descumprimento à MP. Quanto aos empresários, apontou as seguintes
irregularidades: pagamento de propina para aprovação irregular de planos de manejo florestal e projetos de reflorestamento para cumprimento de reposição florestal; aquisição de ATPF de empresas fantasmas, visando regularizar volume de produtos e subprodutos florestais no sistema, no SISMAD; extração irregular de madeira em unidades de conservação, terras indígenas e áreas não autorizadas. Os despachantes cometeram as irregularidades que se seguem: uso de procurações falsas para representar firmas perante o IBAMA; introdução de dados na primeira via da ATPF não condizentes com a segunda via; criação e utilização das empresas fantasmas; pagamento de propina a servidores do IBAMA no Mato Grosso e adulteração e falsificação de ATPF. Diante desse quadro, o IBAMA fez uma intervenção na gerência de Mato Grosso por 60 dias; suspendeu o fornecimento de ATPFs por 30 dias; descredenciou todos os servidores que operavam sistemas de controle como o SISMAD; retirou o código de todos os sistemas para que ninguém os operasse mais; ordenou a realização de auditagem em todos os planos de manejo florestal em vigor e nas autorizações de desmatamento concedidas, no prazo de 90 dias. Por fim, constituiu Comissão de Processo Disciplinar para apurar, no âmbito da gerência de Mato Grosso, a emissão indevida de laudos de vistoria; homologação, aprovação e expedição de autorizações indevidas de planos de manejo florestal e recebimento de propina. Em nível macro, assinou um convênio visando uma ação permanente com a Polícia Federal, para apuração de denúncias junto ao IBAMA em todo o Brasil, com foco inicial na Amazônia. Outra ação foi o ajuizamento de ação civil pública contra a FEMA, para que fosse suspensa a emissão de autorização para desmatamento, tendo como referência área de reserva legal de 50% nas propriedades rurais situadas em áreas de transição de floresta. Essa ação desencadeou a criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente em substituição à FEMA. Em resposta às perguntas feitas pelos Deputados, falou sobre o Plano Safra Legal, no Pará, expondo-o como uma tentativa de ordenar e trazer para a legalidade a atividade madeireira na região, que possui uma expressiva desestruturação fundiária. Segundo ele, a exploração madeireira não pode se dar sem o manejo florestal, e a sustentabilidade deste está intrinsecamente ligada à questão fundiária. Nesse contexto, promoveu-se o cancelamento dos Planos de Manejo, o que causou grande celeuma e, ao mesmo tempo, a busca de
alternativas na região. Os diversos segmentos da sociedade local, em conjunto com o IBAMA e o INCRA, acordaram uma alternativa temporária, baseada na IN nº 03, em que as áreas de assentamento passaram a ser fornecedoras de madeira legalizada para a indústria madeireira, o que foi chamado de Plano Safra Legal. Ressaltou ser interessante para a região, tanto do ponto de vista econômico quanto do político e social, a alternativa encontrada pelo Safra Legal, mas admitiu poder ter havido desvio e uso do selo para transporte da madeira, o que já vinha sendo investigado pelo IBAMA quando a imprensa fez a denúncia. Afirmou estar em curso uma operação sigilosa de investigação acerca do Safra Legal para ver se o selo “oPTante do Safra Legal”, no processo de comercialização, substituiu, em algum momento, a ATPF para passar as barreiras. Falou da necessidade de se substituir a ATPF, entretanto com o desenvolvimento de uma nova metodologia, diferente da que estava em fase de conclusão pelo governo anterior. Comentou o roubo de 22.500 ATPFs em Belém. Um dos problemas levantados foi a insuficiência do orçamento destinado ao IBAMA. Salientou que não foi encontrado nenhum indício que comprometesse o Sr. Marcos Hummel, Diretor de Florestas, que foi denunciado pelo Procurador Federal, Sr. Mário Lúcio Avelar, sem o respaldo da operação conjunta realizada com o IBAMA e a Polícia Federal. Reafirmou que a operação foi focada nas fraudes baseadas no uso de ATPFs, portanto não se trabalhou com questões de doações feitas por madeireiros para campanha política do PT. Quanto ao Sr. Hugo Werle, disse haver provas, inclusive obtidas por meio de escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal, além de ter-se caracterizado enriquecimento ilícito. Elogiou o sistema de monitoramento existente em Mato Grosso, afirmando que o IBAMA não tem acesso aos seus dados, embora tenha financiado sua instalação.

- ELIELSON AYRES DE SOUZA, Interventor do IBAMA no Estado do Mato Grosso: historiou sua atuação como servidor do IBAMA, relatando alguns processos disciplinares que conduziu. Entre eles, falou de um no Pará, em que conheceu o Sr. Armando Pinheiro, representante de várias empresas madeireiras, que foi contratado via PNUD para desenvolver e implantar o SISMAD, sistema que deve controlar a movimentação de madeira. Na ocasião, julho de 2000, o Sr. Armando encontrava-se trabalhando na sede do IBAMA, embora seu contrato estivesse encerrado desde janeiro. Em tal
ação, descobriu uma quadrilha formada por este senhor, sua cunhada e outros, todos participando de fraude de Planos de Manejo. A providência tomada foi remeter o caso ao Ministério Público, com indicação do art. 171 do Código Penal e formação de quadrilha. Como este, instruiu vários processos que foram encaminhados ao Ministério Público Federal e feito requerimento para que se ingressasse com ação penal; internamente, foram instaurados processos administrativos. Detalhou o envolvimento de servidores lotados no IBAMA de Brasília, que já agiam há tempos e foram presos no bojo da Operação Curupira, como o Sr. Randolf. Ressaltou que as provas foram coligidas, as quadrilhas desenhadas e as ligações criadas por meio de um trabalho árduo, que contou com a boa vontade de toda a equipe, total apoio da direção do IBAMA e a parceria da Polícia Federal e do Ministério Público. Segundo ele, os documentos vinculavam um quadro nocivo interno, deteriorado ao longo dos últimos 10 ou 15 anos de IBAMA, e um quadro externo que se aproveitava da máquina, enferma pela mão-de-obra e enferma pelos sistemas. Salientou que a corrupção em Mato Grosso está vinculada a de Rondônia e do Pará. Relatou que, embora se soubesse destas vinculações, não seria possível operacionalizar a deflagração nos demais estados simultaneamente. Esmiuçou a operacionalização da ação em Mato Grosso. Defendeu a necessidade de se mudarem os sistemas de controle do IBAMA, sugerindo que se extinguisse as ATPFs, substituindo-as por um sistema integrado ao SISPROF – Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais. Seria semelhante aos cartões magnéticos de débito e crédito, em que o crédito seria resultado de aprovação de Plano de Manejo ou licença para desmatamento, reduzindo a nociva relação servidor-madeireiro. Narrou, também, o caso da empresa Diagem, que doou 30 mil reais para a campanha política do PT e teve liberação irregular de maquinário e redução de multas no IBAMA, ação conduzida pelo então gerente Hugo Werle, a quem acusou de ter usado o IBAMA para conseguir um posicionamento melhor dentro do PT. Em resposta aos questionamentos dos Deputados, disse ter havido 48 funcionários presos, contra os quais há provas concretas de corrupção. Disse que as estimativas iniciais e parciais do dano são de 890 milhões de lucro e 43 mil hectares desmatados. Defendeu uma moratória de pelo menos seis meses nas autorizações de desmatamento no Estado de Mato Grosso. Denunciou a
empresa Amaggi, do Governador Blairo Maggi, por obter licença de desmatamento para uma área, não desmatá-la e dar entrada em madeira tendo como base essa autorização.

- FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA: iniciou relembrando o furto de 23.500 ATPFs da Gerência do IBAMA em Belém e das investigações que se seguiram, resultando no encaminhamento de mais de 350 notícias-crime ao Ministério Público Federal, do que resultaram mais de 80 mandados de prisão nos Estados do Pará e Mato Grosso. As investigações prosseguiram e deram origem à Operação Curupira. Em seguida, falou do Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia, contendo mais de 140 ações estratégicas, divididas em três subgrupos: ordenamento territorial e fundiário, fomento a atividades produtivas sustentáveis e monitoramento e controle. Inclui-se, nesse último, o aprimoramento do sistema de monitoramento, que foi obtido com o desenvolvimento pelo INPE do DETER – Detecção do Desmatamento em Tempo Real, que permite hoje ao IBAMA detectar os desmatamentos em campo numa periodicidade quinzenal, em contraposição ao anterior, anual. Outra ação estratégica desse subgrupo foi a criação do GEICA — Grupo Especial de Investigações de Crimes Ambientais, para levantar o maior número possível de informações que precedem o planejamento das operações de fiscalização. Citou também a formação de bases operativas e ações de fiscalização integrada, incluindo fiscalização ambiental, tributária, trabalhista e fundiária, bem como campanhas educativas. Segundo o depoente, a fiscalização não vem para impedir o desenvolvimento, mas para dar condições para que ele ocorra em oportunidades empresariais iguais. Mencionou ainda a implantação do SISCOM – Sistema Compartilhado de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais com os Estados, com base no primeiro protótipo elaborado por Mato Grosso, bem como o aprimoramento de mecanismos e instrumentos legais que permitam o acesso racionalizado à matéria-prima florestal, com a valorização da floresta em pé. O depoente afirmou que, hoje, dos 635 mil km² que a Amazônia Legal já desmatou, cerca de 160 mil km² estão subutilizados. Assim, na sua opinião, para a expansão da atividade agropecuária no País, não é preciso continuar desmatando. Quanto às atividades de fiscalização do IBAMA, afirmou que, em
2003, houve um aumento de 68% do total das grandes operações, saltando de 19 para 32, e de 54% do total de infrações aplicadas, que saltaram de 3.588 para 5.741, com a apreensão de 70 mil m³ de madeira em tora na Amazônia. Já em 2004, em relação a 2002, as infrações cadastradas aumentaram 83%, saltando de 3.558 para 6.500 infrações, com apreensão de 60 mil m³ de madeira, sendo 13 mil m³ de madeira serrada. Segundo ele, nas ações já integradas de fiscalização, no âmbito do Plano, foram libertados mais de 200 trabalhadores em regime de semi-escravidão, nos Estados do Pará e do Mato Grosso, e investiram-se R$12,3 milhões em veículos, computadores, GPS, lap tops, mobiliário e um conjunto de outros equipamentos necessários para que o IBAMA possa funcionar lá na ponta, para que possa receber, via internet, as informações georreferenciadas de onde o desmatamento está ocorrendo naqueles 15 dias anteriores. Além disso, já há quatro bases operativas instaladas, outras dez serão instaladas até o final do mês e, até o final de julho, 17 bases operativas estarão com todo esse equipamento operando. Disse ainda que, no ano em curso, nos primeiros cinco meses de 2005, foram apreendidos 65 mil m³ de madeira na Amazônia, sendo lacradas 16 serrarias e madeireiras e arrestado e transportado todo esse maquinário para Rio Branco, para que não possa mais operar. Concluiu falando das ações que a direção do IBAMA adotou para não permitir que a Operação Curupira enfraquecesse o Plano de Combate ao Desmatamento, entre as quais a substituição e o incremento de fiscais no Trevo do Lagarto, no Mato Grosso. Respondendo às indagações dos Deputados, o depoente afirmou que não teve nenhuma participação no processo de negociação do Plano Safra Legal 2004, por não ser da competência legal de sua Diretoria, dizendo ainda que ele foi baseado na Instrução Normativa nº 03, que não flexibiliza, mas simplifica os procedimentos de autorização de desmatamento em função de se restringirem a três hectares. Comentou também que ele ficou sabendo em janeiro deste ano, por meio de denúncias anônimas, da existência do adesivo “Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004”, tendo sido incontinenti providenciada uma investigação a respeito, que confirmou a existência desse adesivo. Disse ainda que, fruto dessa investigação, foi feita uma operação de fiscalização na região de Altamira, Anapu e Pacajá, de 23 de março até 24 de abril, que resultou na apreensão de 37 mil m³ de madeira. Quanto às denúncias de
alteração ou supressão dos valores de multas no Sistema de Arrecadação do IBAMA, afirmou que foi aberta pela Coordenação de Processos Disciplinares uma série de investigações internas no âmbito da Coordenação-Geral de Arrecadação, que resultou na Portaria nº 846, de 1º de junho de 2005, publicada no Diário Oficial de 2002, que criou um grupo de trabalho para levantar possíveis irregularidades e corrigi-las. Quanto ao arquivo de informações do extinto Centro Estratégico de Controle a Crimes Ambientais – CECCA, o depoente não soube informar acerca do seu paradeiro. Ao Deputado Babá, no que tange à multa aplicada ao ex-Senador Ademir Andrade, o depoente informou que ela continua tramitando, mas que seu valor foi corrigido para a diferença entre 180 e 115 hectares e, hoje, seu valor está em R$134.813,00. Ainda quanto a esse assunto, complementou dizendo ser possível identificar o funcionário que faz o lançamento da multa. Quanto ao Plano Safra Legal 2004, reforçou que em momento algum participou de qualquer negociação ou teve informação de participação de qualquer servidor quanto à fabricação do adesivo. Perguntado sobre como os fiscais do IBAMA na região não perceberam a existência e o uso irregulares do adesivo nos caminhões e maquinário no ano de 2004, disse que a primeira autorização de desmatamento só foi liberada em outubro, e que a operação desencadeada em 2005 decorreu de todo um planejamento, de todo um trabalho árduo que está sendo feito de caráter estruturante no IBAMA, e não em função exclusivamente da morte da Irmã Dorothy. Ao Presidente da CPI afirmou que, em função dos investimentos e do planejamento efetuados, é possível imaginar uma sensível redução na taxa de desmatamento anual em 2005. Também esclareceu que a madeira apreendida pode ser doada a ONGs, bastando que haja um pedido formal à gerência vinculada, onde essa madeira está alocada, com base no que a comissão de doação faz o encaminhamento. No caso da doação à FASE, disse que ela foi muito bem esclarecida e analisada como correta pelo Tribunal de Contas da União. Com relação à Cikel, disse que, assim como outras madeireiras, ela já foi autuada e multada pelo IBAMA, mas, em função de uma série de medidas corretivas ao longo dos últimos anos, conseguiu mudar os seus procedimentos internos e hoje é uma das poucas madeireiras certificadas pelo selo de maior respeitabilidade internacional de certificação ambiental, que é o FSC.
NELSON RESENDE, Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA: iniciou fazendo um histórico das atividades de coordenação e planejamento da área de informática do IBAMA. Após, disse que apenas o gerente executivo pode reduzir multas e, quando o faz, fica registrado no sistema de arrecadação. Destacou que, quando a multa é reduzida, é obrigatório dizer o motivo e o dispositivo legal em que está amparada a redução. “A pessoa, ela entra no sistema, dá a senha e põe o motivo da redução, e tem que colocar um amparo legal. Isso fica registrado no sistema. Mesmo sendo um sistema na gerência, fica registrado no sistema.” Ao ser perguntado como então foi possível a adulteração dos valores das multas no sistema informatizado da Autarquia, respondeu que, embora desconheça os casos existentes, hoje é possível facilmente detectar a pessoa, a hora e a máquina onde as alterações dos valores foram realizadas. Ressaltou que desconhecia as denúncias que foram feitas ao Dr. Flávio Montiel no dia 11/06/05 e que jamais recebera qualquer pedido dele para apurar ou explicar possíveis falhas no sistema informatizado. Logo depois, o Relator expôs transparências em que foram exibidos documentos do IBAMA, possivelmente adulterados, e pediu ao depoente para analisá-los. O Sr. Nelson Resende admitiu que havia problemas com os documentos, mas destacou que a responsabilidade para apurar possíveis irregularidades seria de eventual comissão. Reiterou que jamais fora informado pelo Diretor de Fiscalização sobre qualquer irregularidade. Ao ser questionado como funcionam os sistemas informatizados do IBAMA hoje, relatou que o SISARR é o sistema de arrecadação, que o SIFISC e o Cadastro Técnico Federal (CTF) geram a taxa de controle e fiscalização ambiental. Ressaltou que apenas um módulo do SISARR está integrado, mas que no próximo mês será lançada a terceira geração do sistema de arrecadação do IBAMA, integrado com o sistema de fiscalização. Falou que, antigamente, todos esses sistemas rodavam com bases locais nas gerências, pois o custo de comunicação era muito alto. Hoje, entretanto, com o advento da internet, todas as bases de dados estão vindo para Brasília. Asseverou que, segundo seu entendimento, somente seria
possível fraudar o sistema em duas hipóteses: se o gerente executivo passasse a senha para outra pessoa ou se, aqui em Brasília, a pessoa da arrecadação responsável pelo sistema alterasse os valores. Nesse último caso, contudo, destacou que o nome da pessoa que alterasse os valores ficaria registrado. Afirou que, no caso que lhe foi apresentado pelo Relator, parece que a fraude aconteceu no momento em que é possível identificar o responsável que digitou o valor do auto de infração no sistema. O Relator, então, passou ao depoente os três casos de adulteração de multa conhecidos pela CPI: Ademir Galvão de Andrade, que teve a multa de 270 mil reduzida para 27 mil; João de Lima Alves, que teve a multa de 400 mil reduzida para 400 reais e Gérson Salviano Campos, que teve a multa de 250 mil reduzida a zero. Ao responder as perguntas do Deputado Dr. Rosinha, disse que o sistema informatizado que atualmente roda no IBAMA teve a instalação iniciada em 2001, mas que, apesar disso, ainda não está completa a integração entre os sistemas de fiscalização e arrecadação. Há um esforço já iniciado há quatro anos para centralizar tudo em Brasília. Hoje, os dois sistemas funcionam integrados apenas em cada gerência. Ao responder as perguntas do Deputado Fernando Gabeira, ressaltou que jamais fora procurado por nenhuma comissão interna da Autarquia ou pela Polícia Federal para esclarecer casos referentes à adulteração de multas. Afirou, ainda, que há projeto para que as multas passem a ser digitadas diretamente em computadores de mão. Foram comprados 50 palms, mas ainda há dificuldades, porque não se sabe como será entregue a cópia do auto de infração – segunda via - para o infrator. Sugerido pelo Deputado Gabeira que se anotasse o endereço do infrator, destacou que, em campo, geralmente não se consegue saber o endereço. Acredita que se a alteração da multa não está registrada no sistema, é porque a modificação ocorreu entre a aplicação da multa e a digitação. Ressaltou que daqui a seis meses ficará pronto um sistema novo – Sistema Compartilhado de Informações sobre Propriedades Rurais da Amazônia Legal (SISCOM) -, que interagirá com o IBGE, com o INPE e com o SIVAM. Ao ser questionado pela Deputada Thelma de Oliveira se é possível alguém que já não é mais servidor do IBAMA continuar operando o sistema, respondeu positivamente. Asseverou que o sistema não suspende automaticamente a senha quando o contrato com o
PNUD se encerra; antes, é necessário que o PNUD comunique ao setor de informática o encerramento do contrato. Falou que o controle das pessoas que estão trabalhando não é feito pela área de informática. Após, o Sr. Nelson Resende confirmou as palavras do Dr. Elielson que, ao prestar depoimento em data anterior à CPI, disse que o SISMAD possuía grave defeito, existente desde sua concepção, que permitia a qualquer pessoa ingressar no sistema, fazer alterações, sem que a senha ficasse gravada. Disse que, em 2000, houve uma intervenção no Estado do Pará e, no posterior relatório elaborado, foi ressaltada a fragilidade do SISMAD e a necessidade de se acelerar o desenvolvimento e a implantação do SISPROF. Ao responder as perguntas elaboradas pelo Presidente da CPI, disse que o sistema relativo à taxa de Controle de Fiscalização Ambiental funciona de forma semelhante ao do imposto de renda, motivo pelo qual o sistema pode absorver dados falsos quando a declaração feita pelo contribuinte não corresponder à realidade. Mencionou que o IBAMA fez um convênio com a Receita Federal, pelo qual 27 técnicos, servidores do IBAMA, têm permissão para entrar no cadastro da Receita Federal e conferir o CNPJ e o CPF da empresa, ver os dados todos, para cruzar as informações declaradas no sistema do IBAMA. Ao final, destacou que o sistema de arrecadação permite o cruzamento dos dados contábeis com os balancetes mensais de débito e crédito, para a verificação de eventuais irregularidades, bem como o montante de arrecadação.

- MÁRIO LÚCIO AVELAR, Procurador da República do Estado do Mato Grosso: o depoente iniciou explicando os problemas que ocorrem relacionados a fraudes com ATPFs – documentos furtados, falsificados, adulterados e preenchidos de forma irregular. Na opinião do expositor, configura-se uma situação de crime organizado. Outros problemas são as irregularidades relacionadas à reposição florestal, à utilização de empresas fantasmas, à aprovação irregular de planos de manejo em terras indígenas e ao desaparecimento de madeira apreendida. O sistema de controle do IBAMA e dos outros órgãos ambientais, para ele, é muito deficiente: “95% dos autos de infração, ou boa parte disso, (...) não redundam em nada”. Critica a forma como alguns termos de ajustamento de conduta (TAC) têm sido utilizados: “isso virou panacéia para bandidagem”. Afirma que a lei vem sendo flagrantemente violada no Mato Grosso no que diz respeito a autorizações de
desmatamento. No Estado funcionava uma matriz de fraudes, com repercussões em outros Estados. O esquema já vinha de vários anos. Ele entende que o recente trabalho de investigação feito em Mato Grosso, numa parceria entre o IBAMA, o Ministério Público e a Polícia Federal, deve ser extrapolado para outros Estados. Entende, também, que necessita haver uma moratória na exploração madeireira no Mato Grosso e na Amazônia Legal. Afirma que 90% da madeira na Amazônia é de origem ilícita. Explicou que as prisões ocorridas na Operação Curupira envolveram todas pessoas que eram alvo de investigação e que o Sr. Antonio Carlos Hummel, Diretor de Florestas do IBAMA, estava sendo então investigado. Ele avalia hoje que a decisão sobre a prisão temporária do Sr. Hummel foi equivocada. Afirma que o Sr. Hugo Werle tinha pleno conhecimento das fraudes que ocorriam no Mato Grosso e que a Polícia Federal afirma que ele se beneficiou financeiramente do esquema de irregularidades.

- HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE, ex-Gerente Executivo do IBAMA no Estado do Mato Grosso: o depoente iniciou afirmando que o depoimento na CPIBIOPH estava sendo a primeira oportunidade que ele teve de se defender das calúnias que estavam sendo lançadas contra ele. Colocou à disposição da Comissão suas declarações de renda e de bens, bem como as de sua esposa. Segundo ele, o acréscimo de patrimônio ocorrido está plenamente compatível com a renda auferida. Afirma que chegou à chefia do IBAMA por suas qualificações técnicas. Afirma, também, que tomou providências em relação às irregularidades ambientais de que teve conhecimento durante sua gestão, comunicando-as, mesmo, ao Ministério Público. Queixa-se da falta de recursos humanos e materiais para modernizar a atuação do IBAMA: “o IBAMA nunca optou por modernidade e por uma lógica administrativa que interligasse todos os setores”. Relatou iniciativas suas de requerer mais servidores, recursos para a atuação do IBAMA e novas ferramentas de controle ambiental. Afirma que os sistemas de controle do IBAMA, como o SISMAD, são deficientes: “essas informações, no SISMAD atual, são uma fantasia, e todo mundo sabe disso”. Outro problema levantado por ele é a falta de procuradores. Segundo ele, só há três procuradores atuando no Mato Grosso, para uma demanda de catorze. Questionou a opção do IBAMA por grandes operações de fiscalização, como a
Operação Curupira, as quais “na verdade são grandes turbilhões de consumir dinheiro”. Fez comentários sobre dificuldades de trabalho conjunto entre o IBAMA e o Governo Estadual. Para ele, “o Governo do Estado do Mato Grosso não tem política ambiental”. Abordou o problema da falta de articulação e de unificação de procedimentos entre as gerências do IBAMA no Estado. Afirma que, pelo que sabia, o Ministério Público ainda não tinha apresentado denúncia contra ele em razão de irregularidades de que ele vem sendo acusado a partir da Operação Curupira – formação de quadrilha e corrupção passiva. Para ele, sua prisão temporária foi ilegal, uma vez que não haveria comprovação de sua participação em qualquer atividade ilícita. As acusações lançadas contra ele teriam origem em pessoas descontentes com sua atuação na fiscalização ambiental: “granjei inimigos na defesa do meio ambiente”. Reconheceu que pessoalmente doou 5 mil reais para a campanha do Partido dos Trabalhadores, mas afirmou que a doação foi declarada e legal.

27ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 30/06/05

- MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES, Presidente do SINDIFLORESTA: o depoente iniciou entregando um relatório sobre o Plano Safra Legal 2004, no qual são corroboradas denúncias apresentadas em reportagem da revista Veja de 15/06/05. Em resposta às perguntas dos Parlamentares, o depoente informou basicamente que: não participou pessoalmente das reuniões em que foram negociados os termos do Plano Safra Legal 2004, porque o SINDIFLORESTA foi alijado do processo, mas sabe que as reuniões ocorreram em Anapu e contaram com a participação de servidores do IBAMA e do INCRA; nessas reuniões, teria sido pactuado que a AMMAPA seria a coordenadora dos processos para a liberação da madeira; o SINDIFLORESTA denunciou as irregularidades do Safra Legal ao Presidente do IBAMA, mas não foram tomadas providências; o depoente participou de reunião em Anapu com o Presidente da AMMAPA e com o candidato Chiquinho do PT, na qual se afirmou que, para o SINDIFLORESTA ser contemplado no Safra Legal, teria que apoiar candidatos filiados ao PT; o Presidente da Câmara de Anapu, Sr. Jurandir Plínio, pode confirmar suas denúncias; pelo que o depoente sabe, o Plano Safra Legal 2005 não está em
andamento; e que as denúncias de que ele teria ameaçado de morte o Sr. Marcílio Monteiro, gerente do IBAMA, constituiriam uma "orquestração", motivada por sua posição contrária a irregularidades cometidas pelo Sr. Marcílio. O depoente confirmou estar sendo processado por falsificação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs). No final da reunião, o depoente voltou a prestar informações: ele tem uma representação no STF contra o juiz Campelo, que proferiu sentença no processo interposto pelo Sr. Marcílio Monteiro contra ele; ele acredita que a conta da Sra. "Jô", assessora da senadora Ana Júlia, deve ser investigada, mas os empresários que doaram ilegalmente recursos para a campanha não querem ser identificados; e esses empresários teriam dito que as irregularidades relacionadas a recursos para a campanha envolviam o Sr. Paulo de Tarso, amigo do Sr. Marcílio Monteiro.

- CARLOS RENATO LEAL BICELLI, Analista Ambiental do IBAMA no Estado do Pará: iniciou respondendo questões apresentadas pelo Relator relativas a memorando apontando irregularidades nas liberações de madeira dos assentamentos rurais em duas regiões do Pará, em posse da CPIBIOPI – Memorando Interno nº 002, de 2005. Relatou que as visitas que geraram o memorando foram solicitadas porque havia denúncias de irregularidades em autorizações expedidas na região de Anapu e Pacajá (PA). Como foram expedidas cerca de duas mil autorizações, foram selecionadas ao acaso dez propriedades para serem vistoriadas. Nas dez propriedades, não existia mais madeira. A madeira teria sido extraída de outro lugar e documentada como sendo dessas propriedades. Comentou que "a voz corrente, na região, é que essa prática foi feita em função de acertos políticos". Além disso, afirmou basicamente que: o INCRA participou diretamente do Plano Safra Legal; não sabe como está o andamento do Plano Safra Legal 2005, mas estavam previstas mudanças, diante das denúncias envolvendo o plano de 2004; o Plano Safra Legal gerou cerca de duas mil autorizações de desmatamento; os madeireiros comentam ter sido acertado que a madeira seria transportada para os pátios e depois receberia a documentação; houve apreensão de madeira em tese coberta pelo Safra Legal; e que as autorizações de desmatamento no Safra Legal foram assinadas pelo Sr. Elielson e pelo Sr. Paulo Maier, respectivamente do IBAMA de Altamira e Santarém.
- MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO, Gerente-Executivo do IBAMA em Belém: iniciou respondendo às perguntas do Relator. Afirrou que: participou de uma reunião em Altamira com madeireiros em novembro de 2003, juntamente com o Sr. Flávio Montiel e o Sr. Tasso Azevedo; em 2004, ocorreram várias reuniões para discussão do Safra Legal, algumas com a presença do depoente; nessas reuniões, não foi discutido o financiamento de campanhas eleitorais; o Safra Legal não abrange região da gerência do depoente; foram expedidas cerca de mil autorizações de desmatamento no âmbito do Safra Legal (1.189, segundo os dados oficiais); o controle do Safra Legal cabe ao IBAMA e ao INCRA; e que a vistoria prévia não é obrigatória para desmates de até 3 ha. A seguir, fez uma exposição detalhada sobre as ações desenvolvidas por sua gerência em relação à falsificação de ATPFs, planos de manejo irregulares, alterações ilegais nos valores de multas e denúncias sobre o Safra Legal. Em relação às ATPFs, relatou que operações, num universo de 1.263 ATPFs, levaram à localização de 364 autorizações "calçadas" e 98 falsas. Em relação aos planos de manejo, afirmou que se passou a utilizar sensoriamento remoto no controle e que planos irregulares foram suspensos. Passou-se a verificar a legalidade da madeira existente no pátio das serrarias e a descadastrar empresas fantasmagóricas. Em relação às multas, foi constituída uma comissão de sindicância em 2003, que recomendou a abertura de um processo administrativo disciplinar, no qual estão envolvidos cinco servidores e um procurador federal. O depoente considera o Plano Safra Legal uma iniciativa pioneira de ordenamento e regularização de desmatamentos na região. Em resposta às questões apresentadas por outros Parlamentares, o depoente afirmou, basicamente, que: o instrumento do sensoriamento remoto precisa ser aprimorado; ele recebeu este ano cerca de 1 milhão de reais para sua gerência e seriam necessários, no mínimo, mais 4 milhões de reais; o controle do transporte de madeira por meio das ATPFs precisa ser modernizado; apenas na sua gerência, noventa sindicâncias aguardam condições efetivas para serem instauradas; no Safra Legal, o IBAMA recebia do INCRA a relação dos colonos que solicitavam autorização de desmatamento e a autorização era expedida individualmente; a informação sobre o volume de madeira nas ATPFs não é preenchida pelo IBAMA, mas sim por quem transporta; há um grande
contingente de ATPFs falsas ou adulteradas; o deslocamento de funcionários entre as gerências do IBAMA no Pará é usual; foram fornecidas apenas 544 ATPFs no Safra Legal; as denúncias apresentadas pelo Sr. Mário Rubens relacionadas à arrecadação de recursos para campanha política são falsas; o Sr. Mário Rubens foi condenado em processo judicial por fazer ameaças ao depoente; a reportagem da revista Veja sobre o Safra Legal é inverídica; não tem conhecimento sobre o adesivo citado na reportagem; e que o depoente não participou de reunião alguma para arrecadar fundos para as campanhas do PT em 2004.

28ª Audiência Pública da CPIBIOP – 06/07/05

- NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES, Analista Ambiental, Chefe da DITEC/IBAMA em Belém/PA: iniciou afirmando que desconhece o fato de que o IBAMA, a partir de 18/08/03, não mais liberou solicitações de desmatamento para produtores rurais que não tivessem o aval da AMMAPA. Disse que, durante a greve do IBAMA, em 2003, trabalhou em uma sala do INCRA de Altamira e ficou junto com outros colegas no INCRA, porque queriam evitar animosidades e constrangimentos com os colegas da Autarquia. Ficou em Altamira de 20/10/04 a 13/11/04 e, durante esse período, trabalhou analisando os processos apresentados pelo INCRA ao IBAMA. Negou conhecer a empresa HB Lima e qual foi o seu papel no Plano Safra Legal 2004, reiterando que o seu papel em Altamira foi apenas participar de uma força-tarefa responsável pela análise técnica dos processos de autorização de desmatamento que estavam acumulados. Destacou que a força-tarefa iniciou os trabalhos em meados de setembro, terminando-os em novembro. Ressaltou que o grupo se instalou em Altamira, ao invés de Santarém, porque o município localizava-se em área mais central, uma vez que a regional do INCRA localizava-se em Altamira e cedeu uma sala para a realização do trabalho e porque o IBAMA de Santarém estava em greve. Informou que não tomou conhecimento do Memorando Interno nº 002/2005, assinado pelo analista ambiental Carlos Bicelli. Disse que, naquela época, não participara de nenhum trabalho de campo visando verificar a existência dos lotes e do potencial madeireiro neles existente, pois a sua atividade era somente dedicada à análise técnico-
documental dos Documentos Informativos da Propriedade – DIPROs elaborados pelo INCRA. Ressaltou que na força-tarefa do IBAMA não havia ninguém responsável por fazer vistorias em campo, pois todos acreditavam nas informações passadas pelo INCRA. Negou saber sobre a existência de adesivos usados como salvo-conduto para o transporte de madeira ou produtos florestais, afirmando jamais ter desconfiado que os lotes que receberam autorização de desmatamento não tivessem mais potencial madeireiro. Confirmou ter participado do I Seminário sobre Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu e Pacajá. Disse que diversas organizações da sociedade civil foram ao seminário, inclusive a Irmã Dorothy. No que toca às conclusões do seminário, afirmou que as autorizações para desmate nunca poderiam ser feitas pela AMMAPA. Pelo que sabe, a AMMAPA apenas auxiliava, colocando técnicos para fazer o mapeamento, o croqui, pegar pontos de coordenada nos lotes etc. e depois passava as informações ao INCRA para análise. Disse que os pedidos de desmatamento eram feitos ao INCRA, que reunia os pedidos dos assentados e, depois, já os encaminhava ao IBAMA devidamente aprovados. Respondendo às perguntas do Deputado Dr. Rosinha, afirmou que o filho do Sr. Antônio Carlos Bicelli, servidor do IBAMA, teve o pedido de autorização para desmatamento rejeitado porque não atendera às exigências da Instrução nº 3. Ao responder as perguntas feitas pelo Deputado Coronel Alves, afirmou que o Sr. Mário Rubens tem sérios atritos com o IBAMA, pois teve um Plano de Manejo suspenso pela atual administração. Destacou que a documentação do Sr. Mário Rubens revelava que o projeto não atendia às exigências fundiárias previstas em lei. Ao responder as perguntas do Deputado Zé Geraldo, asseverou que, além da questão fundiária, as aprovações dos projetos de manejo são dificultadas pela falta de funcionários do IBAMA. Ao responder às questões formuladas pelo Presidente da CPI, disse não ter conhecimento de contratos de compra e venda firmados entre madeireiros e assentados, pois essa área seria voltada ao SISMAD (Sistema de Contingenciamento de Madeiras). Entretanto, destacou que esses contratos têm que ser protocolados no IBAMA para serem analisados. O IBAMA tem um esboço de como deve ser elaborado o contrato e esclarece que as duas vias das ATPFs não devem ser entregues ao comprador. Quando isso não é realizado, surgem as ATPFs calçadas, o que gera multas altíssimas. Prontificou-se a encaminhar, em uma
semana, o esboço do contrato elaborado pelo IBAMA no qual são feitas recomendações aos assentados. Afirmau que no esboço consta como uma das partes um assentado e outra uma madeireira. "A autorização funciona como um crédito que você tem no banco: à medida que você vai entrando com as ATPFs — são os cheques —, vai sendo abatido desse valor o crédito total que você teve aprovado no IBAMA." Asseverou que o IBAMA também permite que o assentado possa nomear um procurador, pois existem diversos assentados que têm dificuldade de acesso e grande parte deles é também analfabeto e não consegue compreender o sistema de ATPFs. Contudo, negou categoricamente que a procuração pudesse ser outorgada a uma madeireira. Ao ser questionada se a AMMAPA poderia representar algum assentado, respondeu que ela jamais poderia, perante o IBAMA, representar assentados. Ou seja, o IBAMA não aceitaria um contrato em que a AMMAPA vendesse madeira para um assentado. Logo após, foi exibido pelo Presidente um contrato aceito pelo IBAMA em que a AMMAPA vendia madeira para assentados. A depoente, surpresa, salientou desconhecer casos como o apresentado. Falou que o exame dos contratos era feito dentro do escritório de Altamira e por isso não tinha controle sobre essa área. Quando questionada se a divisão técnica por ela chefiada havia aprovado a exportação pela empresa Cikel de carvão vegetal para os Estados Unidos, afirmou que o carvão exportado foi fruto de um estudo técnico desenvolvido em parceria com a EMBRAPA e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). O carvão foi produzido de rejeitos da indústria — e não da exploração de madeira. Para completar a pesquisa, era necessário que o carvão chegasse ao mercado para verificar o grau de aceitação. Essa pesquisa foi colocada em reunião na Câmara Técnica de Floresta do IBAMA, que é multi-institucional, e foi aprovada. O gerente executivo, com esse respaldo, autorizou que fosse feita a exportação do carvão, encaminhando o processo para Brasília, onde ele seria concluído. Solicitadas pelo Presidente maiores informações sobre a Câmara Técnica, ressaltou: "É. Porque, veja bem, a exportação de carvão estava suspensa. A instrução que autorizava estava suspensa. E, como está sendo... Até... Por que ela foi suspensa? Porque ela estava aguardando desenvolvimento de pesquisa, para que a gente tivesse maior respaldo na hora de autorizar essas exportações de carvão. E, como a empresa Cikel, em parceria com a UFRA e a
EMBRAPA, estava desenvolvendo essa pesquisa, elas precisavam, para que a pesquisa tivesse uma resposta, precisavam chegar ao nível de comércio. E o comércio seria nos Estados Unidos. Então, precisaria que fossem contêineres exportados para que fosse comercializado lá e se saber o resultado da comercialização. A pesquisa envolvia do aproveitamento do rejeito da indústria até a comercialização do carvão. Para isso, precisaria do aval do IBAMA. Como o IBAMA trabalha com base em uma instrução, em instrumentos legais, e esse instrumento legal estava suspenso até obter esse resultado de pesquisa, precisou-se levar em reunião da Câmara Técnica para que esta pesquisa fosse levada adiante. São várias instituições, é multi-institucional."

Porém, não convenceu o Presidente de que a exportação fora regular. Como exportar carvão, se havia expressa proibição da remessa desse produto por meio da suspensão da portaria? No mais, não convenceu o argumento de que, para completar a pesquisa, era necessário proceder à comercialização do produto. Ao contrário, nas palavras do Presidente, antes, deve-se fazer a pesquisa para se saber se o produto é passível de comercialização. Ato contínuo, o Presidente questionou se foi autorizada exportação ou foi feita pesquisa de comercialização com apenas uma quantidade limitada de produtos dentro de amostras preconcebidas, tendo a depoente respondido que: "Ela foi autorizada para que fosse levada ao nível de comercialização. Não poderia mandar 10 saquinhos de carvão, 20 saquinhos de carvão; tinha que ser mandada uma quantidade potencialmente capaz para que fosse avaliada a resposta do mercado." Nos dizeres do Presidente, o argumento de que era necessário concluir a pesquisa foi utilizado para sobrepujar proibição expressa. No mais, revelou que, segundo informações, a GEREX não havia se manifestado favoravelmente à exportação. Após, retornando à matéria relativa aos contratos de compra e venda de madeira, a depoente confirmou que, em Belém, a divisão por ela chefiada é responsável pela análise desses contratos. Entretanto, destacou que, na área abrangida por sua gerência, não existe qualquer assentamento. Afirmou que, atualmente, as autorizações são dadas pelo SISPROF (Sistema Integrado de Controle e Monitoramento dos Recursos e dos Produtos Florestais), e não pelo SISMAD, que apenas faz o controle de crédito e débito, à medida que as ATPFs são liberadas. Disse, porém, que o SISMAD e o SISPROF não são interligados. Foi destacado pelo Presidente
que, ao contrário do que havia dito a depoente, havia informações de que em Tailândia e Moju, áreas da Gerência de Belém, havia assentamentos. A depoente, então, asseverou que talvez até existam assentamentos, mas que tem certeza de que nenhum deles deu entrada em qualquer pedido no IBAMA. Por fim, negou que o carvão vegetal continue a ser exportado.

- MANOEL MESSIAS A. SILVA, Prestador de Serviços para Madeireiras no Estado do Pará: iniciou fazendo um breve histórico de sua trajetória no Estado. Ao responder às perguntas do Relator, afirmou que presta serviços ao setor madeireiro, auxiliando as empresas na busca de licenciamento ambiental perante a SECTAM (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará) e na prestação de contas relacionadas às notas fiscais e às ATPFs. Citou algumas madeireiras para quem já trabalhou: Vargas & Vargas, São Marcos etc. Comprometeu-se a enviar à CPI, no prazo de uma semana, a relação das madeireiras que foram suas clientes. Disse ter participado das primeiras reuniões que trataram do Plano Safra Legal, antes de iniciado o preenchimento dos formulários para as autorizações de desmatamento. Também foram às reuniões representantes do INCRA, do IBAMA, da FETRAGRI, FEPP, do Sindicato dos Trabalhadores de Altamira, da AMMAPA, SIMBAX e AIMAT. Negou que tenha havido proposta de troca de favores ou ilegalidades nas reuniões que participara. Após, deixou de participar das outras reuniões, porque foi excluído. "Me pediram para não participar das reuniões. Eu não sei por que motivo. Eu me senti um pouco, assim, um fora do ninho." Entretanto, após as reuniões, começou a ver diversos adesivos no Município de Anapu com o slogan "Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004". Soube também que foi feito um acordo para viabilizar a produção, enquanto não saíam as autorizações de desmatamento para os agricultores. Foi informado desse pacto nas próprias empresas madeireiras, pelos caminhoneiros. Citou o Sr. Leivino Ribeiro, Presidente da AMMAPA, como uma das pessoas que lhe passou essa informação. Disse que o Sr. Leivino afirmara que, enquanto não aconteciam as liberações, teria sido feito um acordo. O depoente ressaltou que, após as negociações, as greves e o fechamento das estradas, foi apresentado o Plano Safra Legal 2004, utilizando as autorizações de desmatamento. Nessa mesa sentaram-se representantes do INCRA, IBAMA, FETAGRI, FEPP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, indústrias
madeireiras, representadas pela AMMAPA, pelo SIMBAX, pela AIMAT e algumas associações das quais não se recorda do nome. Foi determinado que era preciso conhecer o potencial madeireiro existente nas áreas de assentamento, buscar apoio do INCRA para que pudesse viabilizar os documentos necessários, até porque as áreas de assentamento não possuem título definitivo. A FETAGRI, por meio do Sr. Juraci, comprometeu-se a recrutar agentes comunitários para atuar junto às comunidades. E, por fim, a despesa para fazer o trabalho foi bancada pelo setor madeireiro. Ressaltou que os órgãos federais, estaduais, municipais, o INCRA etc. não tinham dinheiro para bancar a gasolina, diárias, pessoal, enfim, as operações necessárias para fazer o levantamento do potencial madeireiro dos assentamentos. Assim, ficou acertado que as madeireiras bancariam essas operações. Esse processo foi coordenado pela AMMAPA, SIMBAX e AIMAT. Não soube dizer se o Sr. Marcílio Monteiro, gerente executivo do IBAMA em Belém, teve participação direta nesse processo. Mas destacou que foram deslocados funcionários do escalão superior para Altamira, durante a greve do IBAMA, para que fossem trabalhar na análise dessas autorizações de desmatamento no prédio do INCRA. Ao ser questionado pelo Deputado Dr. Rosinha, respondeu que é autônomo e que, embora oficialmente seja corretor de imóveis, desde 1982 deixou essa profissão para trabalhar com madeira, residindo em Altamira. Não soube informar quem fez o adesivo, nem se alguma ATPF por ele apresentada ao IBAMA foi cancelada por falsidade. Destacou que, quando foi feito o recadastramento das empresas no Pará, já não mais trabalhava prestando serviço às empresas. Afirmou que há dois anos e meio parou de trabalhar para as empresas. "Vou dizer ao senhor porque fiz isso: a dificuldade que estava tendo para atender os clientes. Temos casos de solicitação de ATPFs ao IBAMA que a legislação diz que tem 10 dias para serem entregues. Temos casos de 60 dias. Isso me fez desistir, entregando as pastas, por não poder atendê-los." Confirmou saber que o Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues teve o projeto de manejo cancelado. Destacou que as reuniões sobre o Safra Legal ocorreram em Altamira e na Transamazônica. Na época, foi às reuniões representando algumas empresas cuja procuração ainda detinha. Citou a IMAS e a Indústria Madeireira Senador José Porfírio. Asseverou que, embora fosse excelente a idéia concebida pelo Plano Safra Legal 2004, acredita que o
projeto foi desvirtuado no momento em que surgiu o adesivo para transportar madeira antes das autorizações de desmatamento. A ausência do Poder Público foi a responsável pelo desvirtuamento, em sua opinião. Negou que venda mudas para reposição florestal. Confirmou que conhece o Sr. Bicelli, analista que fez o relatório que aponta diversas irregularidades no desenrolar do Plano Safra Legal, e sabe que um dos filhos dele é engenheiro florestal. Também tem notícia de que o Sr. Bicelli tem terras na região, aproximadamente 100 hectares, onde ele tem implantado um projeto de consorciado de cabras com peixes, projeto esse, segundo informações, financiado pelo Banco da Amazônia (BASA). Porém, não soube informar se ele possui algum projeto de manejo. Reconhece ser sua a voz na fita que foi apresentada pelo Deputado Babá à revista Veja. Conversou também com o Sr. Amarildo Formentini por telefone e também passou algumas informações para ele. Entretanto, não soube dizer se a conversa com o Sr. Amarildo também foi gravada. Ao responder às perguntas do Deputado Zé Geraldo, informou que já fora associado do SINDIFLORESTA, mas se desvinculou da instituição por motivos particulares. Após, solicitou para continuar respondendo às perguntas em caráter reservado.

29ª Audiência Pública da CPIBIOP – 12/07/05

- JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA MOUTA - Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Goiás: o depoente imputou a falta de registro de saída ou óbito de 311 animais do Zoológico de Goiânia a um erro administrativo, decorrente de falhas no controle do plantel e desaparecimento de fichas de necrópsia, e minimizou o fato declarando que parte desses animais são fauna exótica. Esclareceu que os animais supostamente encontram-se no Museu Ornitológico, embora não tenha vistoriado essa instituição (contrariando recomendação da Diretoria de Fauna do IBAMA), recomendou que a Polícia Federal realize essa averiguação. Mencionou a recomendação de encerrar o livro atual e abrir um novo livro de registro no Zoológico, para evitar que as irregularidades se repitam. Destacou a conclusão dos técnicos do IBAMA, de que o CETAS deve sair da alçada do Zoológico e
passar a ser gerenciado pelo IBAMA. Enfatizou que todas as denúncias recebidas verbalmente, em 24/04/05, da Sra. Maria de Lourdes, foram prontamente investigadas, e que, no dia 29 do mesmo mês, o depoente já tinha o resultado da apuração, concluindo serem todas, sem exceção, inverídicas.

Respondendo às perguntas do Relator, esclareceu que os recursos financeiros e humanos para desempenhar as atribuições da Divisão Técnica estão muito aquém do necessário. Ressaltou que, apesar de o IBAMA destinar ao Zoológico muitos animais apreendidos, no exercício fiscal de 2005 recebeu somente R$1.000,00 para aquisição de medicamentos a serem utilizados na instituição. Informou que nenhum dos 311 animais supostamente encaminhados ao Museu de Ornitologia é de espécies ameaçadas de extinção.

Relatou que, somente em 2005, o Zoológico de Goiânia teve cerca de quatro visitas. Afirmeu que há somente um biólogo no IBAMA de Goiás, para vistoriar 60 criadouros e um zoológico. Relatou que a maioria das apreensões realizadas pela fiscalização são de psitacídeos e outros passeriformes, oriundos do próprio Estado de Goiás. Destacou que o livro de registro do Zoológico permaneceu em mãos da equipe do IBAMA durante os três meses de investigação. Enfatizou, com base em sua interpretação da legislação, que não vê problema em um Zoológico trocar animais por material de construção, e que entende a não solicitação de autorização expressa do IBAMA para tal como sendo o único erro cometido. Negou que a Sra. Débora, bióloga com contrato temporário do PNUD junto ao IBAMA, tenha sido afastada em decorrência das denúncias da Sra. Maria de Lourdes, esclarecendo que o contrato da mesma venceu e está em fase de renovação. Refutou a acusação de que haja envolvimento de funcionários do IBAMA com o tráfico de animais silvestres. Respondendo às perguntas do Presidente, reafirmou que o livro de registro foi examinado pelos técnicos do IBAMA, os quais constataram muitas falhas de preenchimento, mas manifestou convicção de que as falhas são relativas às saídas, não às entradas, e no fato de que o Museu Ornitológico declarou ter recebido os animais que estariam faltando no Zoológico. Relatou não ter conhecimento de que a Gerência Executiva do IBAMA em Goiânia investiga o comércio ilegal internacional de animais. Esclareceu que as visitas não são realizadas periodicamente em todos os criadouros do Estado por carência de pessoal, adotando-se amostragem por sorteio. Declarou não
ter conhecimento de ocorrência de maus tratos aos animais no Zoológico de Goiânia, e que o IBAMA, em função das condições de trabalho de que dispõe, não é omisso em sua fiscalização. Afirou que, para o Zoológico, há uma rotina de fiscalização anual, sendo então solicitado pelo Presidente a encaminhar os relatórios dos três últimos anos à CPI.

- ROBERTO ALVES DE CASTRO - Delegado da Polícia Federal no Estado de Goiás: o depoente apresentou-se e entregou à CPI uma cópia completa do inquérito, na condição em que se encontrava na ocasião, mencionando outros documentos ainda em fase de análise, mas que estão disponíveis para consulta. Respondendo às perguntas do Relator, esclareceu que a investigação iniciou após as denúncias de Maria de Lourdes França Rabelo, em fevereiro de 2005. Desde então, ouviu testemunhas e obteve provas documentais, inclusive mediante o envio de ofício aos órgãos de fiscalização (IBAMA e Batalhão Florestal) e ao próprio Zoológico, para que enviassem a documentação dos animais encaminhados àquela instituição, permitindo detalhar a entrada de saída de animais. Explicou que ainda não houve indiciamento, em função da recente entrega de relatório do IBAMA, decorrente de vistoria recente. A título de exemplo, leu o texto de termo de permuta em que o Ex-Diretor do Zoológico, Luiz Elias Camargo, cede mais de vinte animais ao criadouro do Sr. Noel, em troca de materiais, equipamentos e mão-de-obra. Relatou que outros dois criadouros estão sendo investigados, pois também receberam animais do Zoológico, ou mesmo de órgãos ambientais (apreensões de fauna). Citou o envolvimento do sobrinho do atual Diretor (Fernando Silveira), Sílvio Terra, que já é investigado em outro inquérito por comprar pássaros silvestres em Goiás para revendê-los em São Paulo. Justificou a inexistência de flagrante até o momento, e o não atendimento a todas as denúncias feitas, em virtude de limitações de pessoal. Observou que os órgãos solicitados (Zoológico e IBAMA) postergaram a entrega da documentação requerida, o que retardou as investigações mas não impediu que se constatasse, nessa documentação, uma série de irregularidades. Relatou ainda não ter realizado diligências no próprio criadouro do Sr. Noel, em virtude de necessitar de apoio especializado, do próprio IBAMA, para garantir o sucesso da operação, além da vantagem de conduzi-las após exame mais detalhado da documentação disponível. Acrescentou que, no curso das
investigações, as quebras de sigilo serão oportunamente solicitadas à Justiça. Informou que as viagens do Sr. Fernando Silveira aos Estados Unidos serão investigadas com auxílio de contatos no *Fish and Wildlife Service* e na Interpol. Destacou que o trabalho de investigação é conduzido em contato com o Ministério Público Federal. Afirmou não ter conhecimento de relação de parentesco entre o Diretor atual, Fernando Silveira, o Diretor substituto, Rafael, e o Secretário de Governo Flávio Peixoto. Mencionou o relatório recente do IBAMA, resultado de uma vistoria que constatou, entre outras irregularidades, a ausência de documentação comprobatória de saída ou de óbito de 311 animais entre 2003 e 2004. Citou trecho desse relatório em que se recomenda, em função da falta de controle de entrada e saída de animais e falta de marcação individual, que as atividades do CETAS sejam assumidas pelo IBAMA e desvinculadas do Zoológico. Respondendo às perguntas dos Deputados, exemplificou a existência de tráfico internacional de fauna com o caso de uma remessa de cobras, via Sedex, de São Paulo, com escalas em Goiânia e Belém, e destino final na Holanda, material esse recentemente apreendido nos Correios em Goiânia. Negou que as investigações sejam lentas, mas sim detalhadas e trabalhosas, até pela carência de recursos humanos e antecipou que o inquérito referente ao Zoológico de Goiânia resultará no indiciamento de várias pessoas.

**30ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 12/07/05**

- **GRACILENE LIMA, Sócia da Empresa HB Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará:** iniciou respondendo as questões preparadas pelo Relator, tendo informado basicamente que: a HB Lima foi criada no mês de agosto de 2004 e tem como sócios ela própria, o Sr. Silvio César da Costa de Lima, seu marido, e o Sr. Hugo Batista de Lima Júnior, seu cunhado; os principais clientes da empresa são as madeireiras associadas à AMMAPA; o adesivo "Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004" foi idealizado pela AMMAPA e pela HB Lima, e confeccionado pela AMMAPA, para funcionar como uma manifestação política de apoio ao plano; e que confirma as afirmações a ela atribuídas pela reportagem da revista Veja de 15/06/05, exceto no que se refere ao caráter
ilegal do uso do adesivo e das liberações de madeira. Em resposta às perguntas formuladas pelos outros Parlamentares, colocou que: o adesivo não era utilizado como salvo-conduto para assegurar a passagem dos caminhões carregados de madeira ilegal; o posto de fiscalização mais próximo de sua cidade fica a cento e quarenta quilômetros; a manifestação política associada ao adesivo era direcionada à própria região e explicitava apoio ao candidato Chiquinho do PT; o Plano Safra Legal foi concebido a partir de um fórum com a participação de várias entidades, organizado pela HB Lima e pelo sindicato rural; e que as autorizações para retirada da madeira foram assinadas pelos Srs. Elielson Soares Farias e Paulo Maier. A comissão passou, então, a analisar o conteúdo de gravação de entrevista com a Sra. Gracilene feita pelo jornalista Leonardo Coutinho. Nessa gravação, ela afirma que: seu marido foi o elaborador do "esquema", não ficando claro se do Safra Legal ou do uso do adesivo; o IBAMA e o INCRA participaram de acordo para legalizar a madeira já extraída dos assentamentos rurais e levá-la às serrarias; o adesivo servia como manifestação política e também para identificação da madeira (informação que conflita com a anteriormente prestada à CPIBIOP); foram liberadas, em Pacajá, 402 autorizações de desmatamento de um universo de 1.300 pedidos, mas nenhuma ATPF. Por fim, a depoente destacou não ter afirmado explicitamente na gravação que o adesivo servia como salvo-conduto para a passagem dos caminhões.

- LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA, Presidente da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá – AMMAPA: iniciou informando ter prestado depoimento espontâneo à Polícia Federal sobre os fatos relatados na reportagem da revista Veja de 15/06/05, que não seriam verdadeiros. Explicou que a AMMAPA congrega 22 empresas e apresentou um vídeo sobre a entidade. Depois disso, informou basicamente que: a AMMAPA foi convidada a participar do Safra Legal numa reunião com o IBAMA e o INCRA ocorrida em Altamira em 01/04/04; as autorizações de desmatamento expedidas em 2002 e 2003 em Altamira não cumpriam as regras da Instrução Normativa 03/02 e previam um desmate padrão de 60 m³; as autorizações de desmatamento no Safra Legal 2004 foram precedidas de levantamento in loco, para o que cada empresa madeireira que iria comprar madeira dos agricultores contribuiu com R$ 1 mil; a empresa HB Lima foi contratada para preencher os
documentos, fazer os croquis das áreas e identificar as coordenadas por GPS; as autorizações de desmatamento no Safra Legal 2004 têm volumes variados de madeira; há outro memorando no IBAMA sobre os desmates feitos nos assentamentos, além do preparado pelo Sr. Bicelli; o depoente foi tesoureiro da campanha do PT no Município de Anapu e não atuou na campanha da Senadora Ana Júlia para a prefeitura de Belém; as procurações dos colonos foram outorgadas em nome do sindicato dos trabalhadores rurais de cada município, não em nome da AMMAPA, entidade que jamais foi procuradora de algum colono; e que o depoente nunca negociou a liberação de planos de manejo com o Sr. Marcílio, do IBAMA de Belém. Além disso, afirmou que: houve grandes desmatamentos autorizados pelo Sr. Bicelli nos anos de 2002 e 2003; o depoente possui uma autorização de desmatamento dessa época relativa a um imóvel de sua propriedade que nunca teve árvores, e que sequer foi solicitada; o Sr. Bicelli autorizou o desmate de grande volume de madeira no dia de sua saída da chefia do IBAMA; em 2004, foram solicitadas 2.620 autorizações de desmatamento pela AMMAPA, mas somente 740 foram deferidas, com a emissão de apenas 38 ATPFs; o depoente tem grande dificuldade de obter autorizações no escritório regional do IBAMA; e que a AMMAPA sofre perseguição por pessoas envolvidas em obtenções fraudulentas de autorizações de desmatamento. Em resposta às perguntas feitas pelos Parlamentares, afirmou basicamente que: a AMMAPA foi fundada em 29/06/03; o depoente trabalha como extrator autônomo de madeira; de uma estimativa de gasto de 300 mil reais na campanha para a prefeitura de Anapu, foram arrecadados 129 mil e gastos 217 mil reais; o adesivo "Empresa oPTante do Plano Safra Legal", idealizado pela AMMAPA e pela HB Lima, não era um salvo-conduto; foram impressos cerca de 100 adesivos; o IBAMA não estava envolvido na questão do adesivo, nem o candidato Chiquinho do PT; o depoente não afirmou ao jornalista Leonardo Coutinho que a entidade teria gasto cerca de 2 milhões de reais com o Safra Legal e a campanha política, ou melhor, na parceria com o PT; a madeira dos caminhões que utilizavam o adesivo não era do Safra Legal, porque não foram expedidas as ATPFs solicitadas no âmbito desse plano; a AMMAPA não negocia a venda das madeiras dos assentamentos; não há contrato algum de compra e venda de madeira em nome da AMMAPA; o Sr. Manoel Messias e o Sr. Bicelli estão
envolvidos em irregulares na extração e comercialização de madeira; todas as autorizações de desmatamento emitidas pelo Sr. Bicelli em 2002 e 2003 referem-se a 60 metros cúbicos de madeira, o que constituiria um sinal de ilegalidade; e que o SINDIFLORESTA não é reconhecido como entidade representativa do setor florestal por outras entidades. Em sequência, o Presidente da CPIBIOPI apresentou procuração outorgada em nome da AMMAPA por assentado de nome Raimundo Nonato Tomaz da Conceição em 2003 e contrato de compra e venda de madeira feito com base nessa procuração, o que conflita com afirmações anteriores do depoente. Apresentou também a gravação feita pelo jornalista Leonardo Coutinho que gerou a reportagem citada da revista Veja, na qual fica claro que o depoente realmente afirmou terem sido gastos 2 milhões de reais com o Safra Legal, o que o depoente posteriormente confirmou, enviando à CPI documentação declaratória das despesas efetuadas pelo setor madeireiro com o Plano.

- PAULO MÜLLER, Madeireiro Associado ao SINDIFLORESTA: centrou suas principais colocações em problemas que sofreu junto ao IBAMA do Pará, relacionados à aplicação – segundo ele, injustificada – de multa a um Plano de Manejo, apreensão de máquinas, etc. Afirma que: não participou das reuniões em que foram negociados os termos do Plano Safra Legal; as irregularidades do Safra Legal foram denunciadas pelo SINDIFLORESTA; não recebeu ainda notificação do IBAMA sobre a suspensão de seu Plano de Manejo; máquinas apreendidas em outras propriedades, na mesma época que as suas, teriam sido liberadas mediante dinheiro ou influência política; o depoente foi eleito vice-presidente do SINDIFLORESTA; haveria irregularidades no Safra Legal relacionadas à simulação de assentamentos rurais; e que o adesivo do Safra Legal era distribuído a todos os madeireiros e sindicatos, exceto o SINDIFLORESTA.

31ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 04/08/05

- CARLOS RENATO LEAL BICELLI, Analista Ambiental do IBAMA em Altamira/PA: o depoente iniciou explicando que na sua região, até poucos anos atrás, todos os desmatamentos eram feitos sem autorização do órgão ambiental. A partir de 2000, quando o depoente chefiava do escritório
local do IBAMA, começaram a ser solicitadas ADMs pelos agricultores, principalmente os assentados, por intermédio de associações. As madeireiras, todavia, não tinham os devidos créditos de reposição florestal, o que gerava problemas. Quanto às acusações contra ele apresentadas pelo Sr. Leivino Ribeiro, afirmou que: as autorizações de desmatamento expedidas em 2002/2003 eram regulares e previam o desmate de 60 metros cúbicos de madeira porque diziam respeito a 3 hectares; o relatório dos engenheiros do PNUD sobre o Safra Legal confirma a inexistência de madeira nos lotes dos assentamentos utilizados como amostra; entre janeiro de 2000 e agosto de 2003, foram liberadas pelo IBAMA de Altamira 413 ADMs que geraram ATPFs, enquanto de agosto de 2003 até agora, na gestão do Sr. Elielson, foram liberadas 861 ADMs; o Sr. Leivino teria mentido à CPIBIOPI em relação às ADMs por ele recebidas em propriedade já desmatada; no âmbito do Safra Legal 2004, foram expedidas 1.434 ADMs, e não 740, como havia sido informado à CPIBIOPI; e que foram protocolados cerca de 500 contratos de compra e venda de madeira para fins de expedição de ATPFs no Safra Legal, mas as ATPFs não foram expedidas. Segundo o depoente, a madeira apreendida pelo IBAMA na Operação Picapau I, que ocorreu no início deste ano em Anapu, não está mais no pátio das serrarias. Entregou à CPIBIOPI cópia de 48 procurações feitas por assentados à AMMAPA, e os respectivos contratos de compra e venda de madeira, que conflitam com declarações do Sr. Leivino Ribeiro. Entregou, também, cópia de documentos que comprovam que a AMMAPA requeria ADMs em nome de pessoas que não eram assentados, bem como cópia de depoimento do Sr. Rubens Barcelos da Silva e da Sra. Adriane Barbosa Ferreira dos Santos à Polícia Civil, no qual se afirma que os assentados assinaram documentos em branco relativos ao Safra Legal 2004 e que não receberam as respectivas ADMs. Afirou que nas áreas dos assentamentos existentes não há mais madeira, "essas áreas todas já eram antigas em extração de madeira". Questionado sobre quais foram os segmentos ou pessoas que pressionaram por sua saída da chefia do escritório de Altamira, citou a Fundação Viver, Produzir e Preservar. Enfatizou o problema da falta de recursos para implementar o Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia. Criticou o fato de terem sido colocados em postos de chefia do IBAMA pessoas que não tinham experiência na área
ambiental. Sobre a utilização do adesivo “Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004” como salvo-conduto, afirmou que soube do fato por testemunhos de madeireiros da região, mas não tem provas sobre isso.

- ELIELSON SOARES DE FARIAS, Chefe do Escritório do IBAMA em Altamira/PA: o depoente iniciou explicando que o escritório regional do IBAMA responde por 11 municípios. Afirou que, quando assumiu a chefia, em agosto de 2003, já havia uma situação de muitas autorizações de desmatamento relativas aos assentamentos rurais. No Safra Legal, segundo o depoente, foram liberados até agora cerca de 8 mil metros cúbicos de madeira. Disse que a atividade madeireira no Estado do Pará tem alto índice de ilegalidade, mas o controle do desmatamento na região está sendo intensificado. O Plano Safra Legal visaria diminuir o índice de ilegalidade na região, por meio de uma atuação integrada do IBAMA, do INCRA e da FETAGRI. Foram apresentadas ao IBAMA 2.052 solicitações de ADMs no âmbito do plano, tendo sido autorizadas 1.189 pelo escritório de Altamira e pouco mais de 200 pela gerência de Santarém. Entende que o processo de análise das ADMs está mais rigoroso agora do que era alguns anos atrás. Explicando como se deu o apoio financeiro do setor madeireiro ao Plano Safra Legal, disse que nem o INCRA nem o IBAMA tinham capacidade financeira, e que o setor madeireiro tinha interesse na madeira que seria extraída dos lotes dos colonos. Segundo o depoente, a responsabilidade do IBAMA nesse plano foi esclarecer aos agricultores e às empresas que dele iam participar quais eram as regras do jogo. Explicou que não foram liberadas ADMs para áreas de acampamento, apenas para os assentamentos do INCRA. Afirou que o IBAMA não aceita procurações com madeireiros representando assentados e que as procurações em nome da AMMAPA, de posse da CPIBIOP, constituem "um erro" e não estariam relacionadas ao Safra Legal. A primeira ADM do Safra Legal teria sido expedida em novembro de 2004. Questionado sobre as providências tomadas a partir do memorando produzido pelo Sr. Bicelli, que apontava irregularidades no Safra Legal, afirmou que cancelou as ADMs referentes aos 10 lotes vistoriados. Queixou-se da carência de quadros para trabalhar no IBAMA. Hoje, tem apenas 3 fiscais atuando na região. Negou com veemência a utilização do adesivo "Empresa oPTante do Plano Safra Legal"
como salvo-conduto, mas reconheceu que o IBAMA tem dificuldade de controlar as extrações ilegais de madeira.

- BRUNO LOURENÇO KEMPNER, Executor do INCRA em Altamira/PA: iniciou explicando que a unidade avançada do INCRA de Altamira foi criada em 1971, para dar suporte ao Projeto Integrado de Colonização da Transamazônica. Na época, as pessoas foram levadas para a região para ocupar lotes de até 100 hectares ao longo da rodovia. Depois, foram criados novos assentamentos na área. Os assentamentos, segundo ele, não possuem a devida licença ambiental e têm déficit de infra-estrutura. O depoente relata que o setor madeireiro, além de poder econômico, tem poder de convencimento perante a sociedade e junto aos próprios assentados. Afirma que foram assinados três Termos de Ajustamento de Conduta – TACs entre MMA, MDA, INCRA, IBAMA e Ministério Público, esclarecendo as responsabilidades pela atuação nas questões ambientais relacionadas aos assentamentos rurais. Foram delegadas ao INCRA uma série de responsabilidades, como acolher a demanda de desmate, ordenar a reserva legal e as áreas de preservação permanente, etc. O Plano Sagra Legal, segundo ele, "nada mais era do que, primeiro, discutir e implantar os desmates de até 3 hectares para cada agricultor que ainda tinha a sua reserva legal garantida; segundo, iniciar a discussão dos planos de manejo comunitário". Foi firmado o acordo de que os movimentos sociais fariam o trabalho de levantamento das famílias, custeado pelo setor madeireiro, e depois o INCRA montaria o "processo mãe" para encaminhamento ao IBAMA. Segundo ele, foram encaminhados ao INCRA 2.028 pedidos de supressão vegetal, que geraram 1.523 pedidos ao órgão ambiental, dos quais foram emitidas 1.079 ADMs. Afirma que quem levava os pleitos de desmatamento ao INCRA eram os sindicatos e as associações de assentados. Reconheceu que o Sr. Sílvio, da HB Lima, utilizou-se do escritório do INCRA, porque ele acompanhou o processo "até como uma espécie de assessoria". Disse não ter conhecimento de que teria havido simulações em que pessoas passaram por assentados para obter o benefício de uma legislação mais flexível para o desmate. Também não teria conhecimento do problema das procurações assinadas em branco. Questionado sobre ofício da Fundação Viver, Produzir e Preservar em que ele, na condição de coordenador da entidade, solicitava a substituição da
chefia do escritório de Altamira, admitiu a existência do documento e afirmou que a demanda estaria relacionada a irregularidades na fiscalização ambiental aplicada à Terra do Meio.

- FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUZA ("Chiquinho do PT"), Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Anapu/PA: iniciou confirmando que, logo após a morte da Irmã Dorothy, encaminhou ofício à Ministra do Meio Ambiente, sugerindo que não fosse implantada a Reserva Extrativista Bacajá, implantando-se no seu lugar um projeto de assentamento. Afirma que isso não demonstra uma mudança de postura dos movimentos sociais e teria fundamento nas alterações das características populacionais da região. As famílias locais não seriam mais caracterizadas como população extrativista. Questionado sobre documento de posse da CPIBIOPI em que dois assentados o acusam de induzi-los a assinar documentos em branco, que seriam utilizados para gerar ADMs, negou que isso tenha acontecido. Relatou que foi ele quem sugeriu a realização do I Seminário sobre a Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu. Afirma que foram doados 129 mil reais para sua campanha a prefeito de Anapu, declarados à Justiça Eleitoral, e reconheceu que o Sr. Leivino era o coordenador financeiro de sua campanha. Negou que o Plano Safra Legal tenha tido relação com campanhas políticas, ou com arrecadação de recursos para a campanha dele, e ressaltou que o plano representou um esforço conjunto de vários órgãos e entidades da sociedade civil para aumentar a renda das famílias assentadas e corrigir erros que eram cometidos nos desmatamentos. Afirma que, depois do citado seminário, o setor florestal decidiu apoiar a campanha dele a prefeito. Não sabe informar se há recibos das madeiras comercializadas pelos assentados no âmbito do Safra Legal. Disse que participou de reuniões para organizar o Safra Legal 2005. Destacou que o INCRA e o IBAMA necessitam ser reestruturados.

32ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 11/08/05

- DAVSON ALVES DE OLIVEIRA, Analista Ambiental do IBAMA no Estado de Pernambuco: o depoente respondeu uma série de questionamentos feitos pelos Parlamentares. Confirmou que coordenou a
Operação Picapau I, realizada nas serrarias da região de Anapu entre o final de março e o início de abril de 2005, logo após a morte da Irmã Dorothy. Não participou de reuniões prévias para organizar a operação e, durante a mesma, o depoente foi informado por madeireiros sobre a utilização do selo "Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004" como salvo-conduto. Disse que na operação foram autuadas 13 madeireiras, de um total de 29 fiscalizadas, em razão da existência de madeira nos pátios sem cobertura de ADMs e ATPFs. Todos os madeireiros autuados negaram-se a assinar os autos de infração e os termos de apreensão. Segundo ele, isso ocorre com frequência. Não foram nomeados fiéis depositários para a madeira apreendida. Reconheceu que a identificação da madeira apreendida foi feita com o auxílio de funcionários das empresas autuadas, uma vez que os fiscais não tinham curso de reconhecimento de anatomia de madeira. As apreensões totalizaram 37 mil metros cúbicos. A chefia do IBAMA de Altamira, segundo ele, foi comunicada sobre o que aconteceu na operação, assim como a gerência de Belém. Não sabe quais providências foram tomadas pelo IBAMA depois disso. Sobre a localização atual da madeira apreendida, o depoente afirmou que ela deveria estar nas serrarias, o que contraria denúncias recebidas pela CPIBIOPI. Questionado, diante de informações constantes nos autos de infração, sobre como foi possível a sua presença em vários locais distantes, no mesmo dia, explicou que, primeiramente, foi feito o levantamento de todas as madeireiras, trabalho que durou alguns dias, e depois, num só dia, lavrados os autos de infração. Questionado sobre se realizou trabalho em Novo Progresso, respondeu que esteve lá em 2003 e que, realmente, ficou trabalhando no sindicato de madeireiros, mas que essa situação se relacionava aos objetivos da sua missão.

- **LUIZ CARLOS TREMONTE, Diretor do Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará – SIMASPA:** o depoente respondeu uma série de questionamentos feitos pelos Parlamentares. Explicou que a área de atuação do SIMASPA, entidade que representa 70 empresas, vai de Novo Progresso a Itaituba. Afirmou que a paralisação da BR-163, ocorrida no início do ano, foi iniciativa da sociedade civil organizada, “em desespero, na necessidade de trabalhar”. Informou que, atualmente, é proprietário somente de uma indústria de transformação de madeira em Itaituba. Afirmou que nem
essa empresa, nem outras de que já foi proprietário, foram embargadas ou interditadas alguma vez pelo IBAMA. Segundo ele, a empresa AMEX foi fechada em 2001 e não tem pendências, pelo que desconhece a razão de constar débito de 113 mil reais junto do IBAMA, datado de setembro de 2004. A empresa LAMEX, que também foi do depoente, autuada pelo IBAMA em 2004, teria sido fechada há alguns anos. Ele negou a veracidade da denúncia de que o SIMASPA teria pago para que não houvesse fiscalização ambiental de planos de manejo e para obter ATPFs para a madeira que já se encontrava nas esplanadas. Negou também que teria sido firmado acordo envolvendo doação de recursos para campanha política. Afirou que as áreas de assentamentos do INCRA hoje existentes não têm mais madeira comercial passível de exploração. Reclamou que os acordos feitos pela entidade com o MMA, relativos à liberação dos projetos de manejo e conseqüente reativação das atividades econômicas na sua região, não vêm sendo cumpridos. As negociações tendo em vista esses acordos seriam a razão para os freqüentes contatos feitos pelo depoente com o Sr. Marcílio Monteiro, gerente do IBAMA em Belém. A Casa Civil, o IBAMA, o INCRA e o Ministério Público estariam atualmente negociando um modelo de TAC a ser utilizado para viabilizar a liberação de planos de manejo na região. Afirou que a demanda de madeira da sua região é de 2,5 milhões de metros cúbicos por ano. Este ano, segundo ele, não teriam sido liberados pelo órgão ambiental nem 50 mil metros cúbicos.

Nas suas palavras, "o povo daquela região está na UTI", uma vez que o setor madeireiro responde por 17 a 18 mil empregos diretos. Por fim, reconheceu que a sua empresa atual, a AMEXPORT, não está oficialmente em seu nome.

33ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 18/08/05

editada outra instrução normativa tratando do recadastramento do setor madeireiro em todo o País. Ato contínuo, o IBAMA, na gerência de Santarém, começou a realizar vistorias, logo após o recadastramento. Durante sua gestão em Santarém, algumas empresas foram embargadas e várias áreas interditadas por conta do não-cumprimento da legislação ambiental. Recentemente, recebeu convite para assumir a gerência de Mato Grosso. Credita a escolha de seu nome ao Presidente do IBAMA, Marcus Barros. Na área abrangida pela gerência de Santarém, há apenas um engenheiro florestal, lotado na área do Trombetas, e 13 engenheiros florestais, lotados em Santarém, realizando rotineiramente análises e vistorias. A lentidão do trabalho, entretanto, deve-se também ao frágil ordenamento fundiário. Boa parte dos planos de manejo que estavam em vigor e boa parte das solicitações dos planos de manejo possuíam documentação fundiária bastante precária. Acredita que a gerência de Santarém deve ser dividida, sendo criada uma outra gerência em Altamira. No ano passado, estavam sendo liberadas ADMs apenas na área da gerência de Santarém. Isso fazia com que houvesse um represamento dos processos, porque a documentação migrava para Santarém, os servidores cobravam as pendências dos solicitantes, e isso acarretava enorme demora. A partir dessa constatação, foram realizadas algumas reuniões e as autorizações passaram a ser feitas também no escritório de Altamira. Essa é a razão pela qual, durante o Plano Safra Legal, as autorizações foram expedidas pelos dois escritórios. O mesmo procedimento continua a ser aplicado no ano de 2005. Explicou que, desde 2004, as ações nos Municípios de Senador José Porfírio e Anapu passaram a ser coordenadas pela gerência de Santarém. Disse que o procedimento estabelecido para o Plano Safra Legal 2004 está sendo revisado, porque várias propostas foram realizadas para alterar a Instrução Normativa nº 3, visando dar maior segurança na tomada de decisão com relação à autorização ou não dos desmatamentos, e também com relação aos volumes de diferentes espécies que estariam sendo autorizadas. Foi discutida, por exemplo, a necessidade de se fazer uma autorização utilizando imagens de satélite, que dessem tranquilidade de que a área de reserva legal dos assentamentos ainda está preservada. Também foi discutida com o INCRA e o Ministério Público a possibilidade de adotar procedimentos que dêem maior segurança, como a
realização de vistorias, pelo menos do ponto de vista amostral, antes das liberações. Afirrou que a principal alteração refere-se à realização de vistorias prévias, que, nas ADMs para áreas de até 3 hectares, não são previstas. Mencionou que, no Plano Safra Legal, boa parte das informações sobre o campo vieram exatamente do setor produtivo, isso acontecendo com relação não só ao desmatamento, mas também aos planos de manejo de pequena escala, seja em áreas de assentamento ou fora delas. Ao comentar o documento elaborado pelo Sr. Silvio Lima, disse acreditar que o setor madeireiro tem basicamente duas dificuldades com relação ao Safra Legal: em primeiro lugar, várias solicitações feitas não foram autorizadas por falta da criação do assentamento; em segundo lugar, para utilizar matéria-prima oriunda de desmatamento, é absolutamente necessária a reposição florestal e, no Pará, as empresas têm uma enorme dificuldade com ela. Então, mesmo em alguns casos em que tenham sido emitidas ADMs, não foi possível emitir os documentos para transportar as madeiras, as ATPFs, porque as empresas não tinham reposição florestal. Portanto, diversas empresas sentiram-se prejudicadas por não poderem utilizar as madeiras das áreas de desmatamento. Não soube informar quanto o IBAMA gastou com o Plano Safra Legal 2004. Disse que foi informado, por meio do Diretor de Proteção Ambiental – Flávio Montiel –, que adesivos poderiam estar sendo utilizados como substituição de ATPFs, momento em que decidiram incluir o Município de Anapu entre aqueles que seriam vistoriados pelo IBAMA. O resultado dessas vistorias foi a apreensão de aproximadamente 37 mil metros cúbicos de madeiras e aplicação de autos de infração no valor total de 8 milhões de reais. Ao responder as perguntas do Deputado Zé Geraldo, afirmou que, na região da Terra do Meio, recentemente foram criados o Parque Nacional da Serra do Pardo e a Estação Ecológica da Terra do Meio. O processo de ocupação dessa área não é novo, diz respeito ainda ao ciclo da borracha, mas a chegada de uma nova leva de ocupantes tem causado muita preocupação, o que inclusive levou à edição da Medida Provisória nº 239, permitindo que se limite o uso da área, visando a evitar ações de degradação. No miolo da Terra do Meio, há um grande número de terras indígenas e já existem outras unidades de conservação da União: a RESEX do Riozinho do Anfrísio, a Floresta Nacional de Altamira, a Floresta Nacional do Xingu, que ficou agora como Unidade de
Proteção Integral dentro da Estação Ecológica Terra do Meio, num esforço muito grande para proteger aquelas áreas e permitir a conservação da biodiversidade, bem como de tentar identificar quem são as pessoas que estão chegando àquela área e se apropriando de terras. Boa parte das áreas na Terra do Meio ou são da União ou são de responsabilidade do Governo do Estado. Não soube dizer se um servidor da Gerência de Santarém é proprietário de uma empresa de factoring, usando o estabelecimento para lavar dinheiro obtido com a extração irregular de madeira. Destacou que, em caso de autorizações de desmatamento em área de assentamento, quem recepciona a documentação, monta o processo e o encaminha ao IBAMA é o INCRA, que é o órgão responsável pelo assentamento, não só por sua criação como por sua implementação. Salientou que, a partir do Memorando interno nº 002/005, produzido pelo analista ambiental Carlos Renato Leal Bicelli, foi verificado o volume de madeira autorizado para desmate em conjunto e iniciou-se também um processo de análises comparativas com outras áreas sobre as quais o IBAMA tinha informações sobre volumetria de diferentes espécies. Passou-se a não mais emitir as ATPFs sem que se pudesse ter uma checagem dessas áreas. Uma equipe dentro do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento também teve como missão realizar ações de fiscalização e vistoria no Município de Placas. Está sendo enviada uma série de esforços para que haja maior tranqüilidade com relação a novas solicitações e liberação de ATPFs. Afirma que, em 2002, foi publicada a Instrução Normativa nº 04, que trata de planos de manejo, e existiu dúvida durante algum tempo no IBAMA com relação aos planos de manejo que já haviam sido aprovados anteriormente à instrução. Isso fez com que alguns planos de manejo continuassem recebendo autorizações, embora com documentação fundiária precária e, portanto, em terras públicas. Em 2003, o Memorando nº 01, que é um memorando conjunto da Diretoria de Florestas — DIREF e da Procuradoria Geral — PROGE-, recomendava que, a partir de 2004, para autorizar novos Planos Operativos Anuais – POAs para exploração em 2005, fossem juntados os documentos fundiários. Foi também recomendada a suspensão de todos os planos de manejo que estivessem com documentação fundiária precária. Acredita que os 23 mil metros cúbicos de madeira desaparecida são oriundos da Operação Verde Para Sempre, realizada em 2003. Foi aberta sindicância
pela Presidência e todos os documentos têm sido encaminhados para lá, ainda
não tendo retornado para a gerência de Santarém nenhum resultado
conclusivo. Nessa operação, para parte da madeira apreendida não foi
nomeado fiel depositário. Assim que foi constatado o desaparecimento da
madeira, foi montada uma operação visando identificar o quantitativo que havia
desaparecido e também foram solicitados recursos para providenciar a retirada
da madeira restante. Entretanto, diante da quantidade de verba necessária
para fazer a retirada da madeira, não foi logrado êxito. Afirrou que, até sua
saída da gerência de Santarém, ocorrida há quinze dias, não havia nenhum
processo visando a apuração de enriquecimento ilícito de servidores lotados
naquela gerência. No que toca à Operação Pica-Pau I, informou que, mais uma
vez, os servidores que atuaram nessa operação não conseguiram nomear fiéis
depositários. O IBAMA não conhece nenhum instrumento que permita nomear
fiéis depositários quando estes não assumem esse encargo, sendo tal
problema recorrente durante as operações. Há também muitas dificuldades
relacionadas a vazamento de informação, uma vez que a notícia sobre a
fiscalização acaba chegando antes da equipe. A estratégia é, muitas vezes,
manter a montagem das operações de forma sigilosa, em que apenas uma ou
duas pessoas conhecem a operação e, quando a equipe sai a campo, ela não
sabe para onde está indo. Tem-se enorme dificuldade do ponto de vista
administrativo, porque, toda vez que há um deslocamento para fora da sede do
Município, é absolutamente necessário que servidores estejam cobertos por
PCDs e pelas diárias e, portanto, é possível que um grande número de
pessoas acabe sabendo pelo menos para onde a equipe está se deslocando. A
abordagem por meio de aeronaves é, muitas vezes, a única forma de chegar
rapidamente a determinada região e que permite averiguar as irregularidades
antes que as pessoas possam evadir-se. Ao final, negou que responda a
qualquer processo administrativo ou disciplinar e sugeriu que a CPI ouça os
representantes dos sindicatos e associações como a da Indústria Madeireira de
Santarém – ASSIMAS-, o SIMBAX, o SIMASPA, a Federação dos
Trabalhadores do Baixo e Médio Xingu etc.

- SÍLVIO CÉSAR COSTA DE LIMA, Sócio-Diretor da
H.B. Lima Topografia e Engenharia Florestal: iniciou afirmando que não
concorda com o que foi veiculado pela revista Veja, de que a empresa HB Lima
seria parte de uma quadrilha. Ao responder às perguntas do relator, disse que a empresa HB Lima está em nome da esposa, Gracilene Lima, e do irmão, Hugo Batista de Lima, mas que é sócio de fato da empresa, embora não o seja de direito. Isso porque, no passado, teve uma empresa em seu nome e, no momento em que constituíram a HB Lima, ainda havia pendências que não puderam ser sanadas a tempo. Destacou ser topógrafo, atuando na área há mais de 15 anos e que a HB Lima fora fundada no ano de 2004. Falou que a HB Lima tem como responsáveis técnicos o Sr. Gilberto Ibiapina e a Sra. Sidiane. Negou haver qualquer relação entre a constituição da empresa e o Plano Safra Legal. Ressaltou que, além das empresas beneficiadas pelo Plano Safra Legal, são clientes da HB Lima proprietários de imóveis rurais, outras empresas do setor madeireiro da região que também não participaram do Safra Legal, a Prefeitura Municipal de Pacajá e, enfim, toda empresa ou pessoa que possui trabalho de topografia a ser feito. Compromete-se a entregar à CPI a relação de clientes. Asseverou que, salvo engano, o Plano Safra Legal 2005 não está suspenso, uma vez que o IBAMA, em Altamira, e o INCRA continuam a atender aqueles que precisam, no que diz respeito a desmatamento. Segundo sabe, os manejos comunitários, que também são previstos nesse plano, também estão sendo aceitos, na medida em que são elaborados. A HB Lima sobrevive fazendo serviços de topografia e também assessorando empresas. Revelou que, nas últimas eleições, ele e a HB Lima contribuíram ajudando a organizar carreatas e material de divulgação nos Municípios de Anapu e Pacajá. Negou ter feito contribuições em dinheiro. Sobre o adesivo "Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004. Anapu, AMMAPA, Pacajá, H. B. Lima Topografia e Eng. Florestal", afirmou que participou de sua concepção, e a seguir destacou: "Nós estávamos em campanha política em Anapu e em Pacajá. A nossa empresa, recém-criada, estava ali trabalhando para as empresas que eram associadas da AMMAPA. E, por fazer amizade com o Chiquinho do PT, lá em Anapu, nós estávamos, durante a campanha, ajudando a elaborar camisetas, faixas, painéis, isso para a campanha do candidato Chiquinho do PT a Prefeito. Esse trabalho todo é feito em Altamira, porque em Anapu não tem serviço de gráfica. Então, nós fazíamos todo esse trabalho em Altamira. Toda viagem que nós íamos, a cada semana ou 15 dias, nós íamos lá, íamos e recebíamos algum trabalho, encomendávamos outros. Enfim,
fizemos adesivos para colocar nos carros, caminhões, enfim. No mesmo período, nós estávamos trabalhando no Plano Safra Legal, e a AMMAPA tinha uma dificuldade em identificar quais os caminhões que estavam trafegando na cidade e na região que eram de empresas vinculadas à sua associação. Porque nós temos em Anapu muitos caminhões que vêm na época do verão e só tiram madeiras e levam para outros Municípios. Então, como os caminhões são todos parecidos, não têm nenhuma identificação por empresa, então, o Presidente da AMMAPA achou por bem que era bom fazer um adesivo, alguma coisa que pudesse identificar. Nós estávamos, então, em Altamira, nós estávamos nesse mesmo dia preparando material para a campanha, e eu estava diante do computador de uma pessoa, lá na gráfica, e, na ocasião, havia uma pessoa, amigo nosso, que estava com uma camiseta de propaganda política chamada oPTei, com o pê e o tê bem destacados. E o adesivo que nós estávamos fazendo era ‘Empresa Optante do Plano Safra Legal 2004’. Alguém lá na hora falou — esse alguém, se não me engano, foi alguém da própria gráfica: ‘Olha, ficaria bacana colocar aqui também esse pê e esse tê destacados’. Como a AMMAPA e a HB Lima, declaradamente, estavam apoiando o candidato a Prefeito Chiquinho e nós já estávamos lá por essa mesma pessoa fazendo inúmeros outros trabalhos, então nós concordamos e dissemos: vamos colocar, então. Até porque a AMMAPA apóia, a HB Lima apóia. Esse Plano Safra Legal é alguma coisa que está sendo trabalhada tudo ao mesmo tempo. Então, a gente aproveita o mesmo adesivo. Nós vamos identificar os caminhões e vamos aproveitar também para fazer a nossa manifestação política, a manifestação política da AMMAPA e a manifestação política da HB Lima’. Então, foi nesse contexto que esse adesivo foi criado. Não houve uma reunião, não houve, assim, longas discussões para se criar dessa ou daquela forma. Nós criamos isso num impulso, num momento, ali, que achamos próprio. Ao contrário do que foi veiculado, do que vem sendo dito e pregado por algumas pessoas, que teria sido um salvo-conduto, isso, a meu ver, é um devaneio de quem pensa, até porque, se precisássemos usar um salvo-conduto, nós usariamos os adesivos 13, porque eles eram do tamanho da lateral do caminhão quase e seria muito mais fácil um fiscal, se fosse assim o caso, ver um adesivo na porta do caminhão, em letras garrafais, do que um adesivo, um pê e um tê ainda pequenos, ali, no pára-brisa, que muitas vezes
nem apareciam." Disse que, no momento em que foi idealizado o adesivo, estavam presentes ele, o Sr. Leivino Ribeiro, da AMMAPA, e a pessoa da gráfica, chamada Genes Tintas. Tendo sido o adesivo confeccionado, todos os empresários fizeram questão de colocá-lo nos caminhões. Negou haver qualquer participação do IBAMA na idealização ou confecção do adesivo. Mencionou que, nos Municípios de Anapu e Pacajá, a HB Lima, os sindicatos e a AMMAPA solicitaram 2.620 ADMs, das quais foram liberadas 744. Acredita que foram expedidas de 30 a 38 ATPFs. Ressaltou que, durante o Plano Safra Legal, a HB Lima elaborava declarações de compra e venda para os colonos. Disse que, em razão de quase nenhuma ATPF ter sido liberada, a madeira foi transportada da área de corte para as madeireiras de forma ilegal. Diversas associações como o Greenpeace fizeram essa denúncia. Negou que o adesivo tenha sido utilizado como salvo-conduto para o transporte de madeira. Em sua opinião, Gracilene Lima – sua esposa – não se contradisse, não tendo afirmado que os adesivos serviam de salvo-conduto. Negou haver qualquer esquema fraudulento relacionado ao Plano Safra Legal 2004, admitiu apenas ter feito parte do plano de trabalho para a consecução do projeto. Ao comentar a reportagem da revista Veja, disse que as autorizações de desmatamento, quando eram emitidas em Altamira, eram assinadas pelo Sr. Elielson e, quando eram emitidas em Santarém, eram assinadas pelo Sr. Paulo Maier. Ressaltou que o adesivo "foi uma manifestação política em virtude do pê e do tê ali, mas era uma identificação para que as empresas, para que a AMMAPA pudesse identificar quais os caminhões das empresas que estavam trafegando, e a pessoa ou empresa que adotava esse adesivo, com isso, estava dizendo que estava buscando uma legalidade naquele trabalho ali." Afirmou que, durante a execução do plano, as empresas tiveram custos recuperando estradas e providenciando documentação, pagando engenheiros florestais. Mencionou que também fora feito um viveiro para 600 mil mudas no Município de Anapu. Confirmou ter elaborado documento intitulado "Breve Análise do Plano Safra Legal 2004", onde consta que, em virtude do atraso na liberação das ADMs, o colono desmatou sem licença e muitos madeireiros transportaram as essências contidas nessas áreas sem as ATPFs. Mencionou que a participação da HB Lima no Safra Legal foi fazer reuniões com colonos para orientar sobre o que seria necessário para retirar licença, incentivá-los a manter a sua área com a
reserva legal, não desmatar tudo, elaborar a solicitação de desmatamento e enviá-la ao IBAMA. Destacou que os croquis das áreas já vinham feitos do campo por alguém, cabendo à empresa apenas transformá-los em um croqui rústico e impresso. A empresa dirigia-se ao campo apenas para coletar a coordenada na propriedade do colono. Chegava lá com um GPS, tirava uma coordenada geográfica e a acrescentava ao croqui. As informações que estavam no croqui trazido do campo eram declaradas pelo assentado, pelo colono. Afirou que a empresa não media área por área para saber se era aquilo mesmo. Negou que os croquis das áreas fossem idênticos, enfatizando que para cada área havia um croqui específico. Destacou que fora feito um contrato verbal com a Sra. Maria das Graças para que ela fizesse um levantamento de campo em áreas de aproximadamente 50 colonos da vicinal onde ela já trabalhava, sob a administração ou sob a condução do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Medicilândia, na pessoa do Sr. Milton. Tiveram o seguinte entendimento: ela iria proceder ao trabalho de campo para auxiliar o sindicato e, ao término desse trabalho, aquilo que se deveria pagar ao sindicato, seria pago a ela e à sua equipe. Negou que tenha havido vínculo empregatício entre a Sra. Maria das Graças e a empresa. Afirou que as divergências entre a HB Lima e a Sra. Maria das Graças devem-se ao número de levantamentos de campo que ela teve aprovados pelo Sindicato de Medicilândia, havendo ação trabalhista para discutir o tema. Confirmou que a Sra. Sidiane é sua irmã, ressaltou que ela nunca foi empregada formal da HB Lima e que eventuais auxílios dados por ela não impediam que ela exercesse suas funções como servidora do Município de Belém. Confirmou que a HB Lima, durante o Plano Safra Legal, usou as instalações do INCRA. Disse, inclusive, que a Associação dos Madeireiros de Altamira emprestou um computador para que ficasse no INCRA durante o período que fosse necessário para os trabalhos da força-tarefa destinada a viabilizar o Plano Safra Legal 2004. Falou que, a partir da chegada da HB Lima em 2004, a AMMAPA parou de representar os colonos como vendedora de madeira, mas que isso acontecia antes. Acredita ser pouco provável que alguém tenha assinado documentos em branco. Confirmou, entretanto, que vários assentados assinaram procurações dando poderes ao Sindicato de Trabalhadores Rurais para negociar a madeira em nome deles. Negou ter
alguma vez forçado ou induzido algum assentado a assinar documentos. Enfatizou que a entrega de documentos para os assentados assinarem era feita por pessoas do sindicato e que, segundo sabe, apenas ficavam em branco alguns campos do formulário do IBAMA, como o número do CPF ou da identidade. Confirmou que, após a publicação da matéria na revista Veja, a Câmara Municipal de Anapu realizou reunião em que ele prestou declarações. Na ocasião, repudiou veementemente o que havia sido publicado e colocou-se à disposição para ser investigado pelos Vereadores. Afirmou que sua irmã, Sidiane, embora não faça parte do contrato social da empresa, faz parte do “contrato social de sangue”, o que foi prontamente contestado pelo Presidente, que destacou inexistir tal instituto jurídico.

34ª Audiência Pública da CPI BIOP – 25/08/05

- LEONARDO COUTINHO, Jornalista da Revista Veja:

iniciou dizendo que, em 22/07/05, recebeu ligação do Sr. Leivino Ribeiro, Presidente da AMMAPA, que lhe fez ameaças veladas, em razão da publicação da reportagem “O PT deu a senha para desmatar”. Ele, então, fez uma comunicação à Polícia Civil do Estado do Pará, no dia 25/07/05, cuja cópia entregou à CPI. Respondendo às perguntas dos Deputados, disse que a reportagem resultou de uma apuração que se iniciou em março do corrente e se baseou em entrevistas com quatro fontes, algumas das quais preservadas pelo sigilo, por temerem represálias na região. Após a publicação da matéria, algumas pessoas procuraram os jornalistas — não só ele, mas o colega André Rizek — para apresentar novos elementos, tais como a data do encontro em que foi negociada a troca de apoio político por liberação de madeira, que teria ocorrido em agosto, na casa do Sr. Leivino Ribeiro, com a presença das pessoas citadas na reportagem. Em seguida, informou que o Presidente do Sindifloresta não é a fonte da revista, que ele nunca foi procurado pelos repórteres, apesar de ter sido citado pelo jornal O Liberal como a fonte de Veja, e que também não entrevistou o Deputado Airton Faleiros. Acredita que o assunto Safra Legal precisa de maior aprofundamento, mas a situação chegou a tal grau de cerceamento de informação na região que impede o desenvolvimento dos trabalhos de apuração. Quanto ao fato de o Deputado Zé
Geraldo alegar que o nome dele não foi citado como intermediário em nenhuma das duas fitas gravadas a que teve acesso, o jornalista afirmou que as que foram divulgadas na CPI e encaminhadas à Polícia Federal são apenas parte da apuração. Há uma outra fita, de um dos denunciantes mantidos em sigilo, que descreve a reunião e cita o nome dos Deputados Zé Geraldo e Airton Faleiros, que constam também num documento encaminhado a esta Comissão. Além disso, três outras fontes utilizadas pela matéria, moradores de Altamira, no Pará, confirmam que os Parlamentares estiveram presentes na reunião, junto com outras pessoas da cidade de Anapu, reunião essa que teria ocorrido no dia de um comício do candidato Chiquinho do PT, pouco antes do seu início. Em seguida, o jornalista deu detalhes de como se processou toda a investigação, ao longo de três meses, que resultou na publicação da citada reportagem. Usando da palavra, o Deputado Zé Geraldo disse que a matéria teve o objetivo claro de envolver um Parlamentar que não teve nenhuma participação, a não ser pelo fato de estar envolvido no debate florestal no Oeste do Pará, que é sua base eleitoral. Reafirmou que nunca esteve envolvido em esquema de arrecadação de dinheiro. Em seguida, comentou que as fotografias constantes na matéria não se referem ao Município de Anapu, o que foi confirmado pelo jornalista, dizendo que elas foram adquiridas na cidade de Belém, na agência Interfoto, e que são da região de Altamira, tendo sido usadas como fotos genéricas de desmatamento para ilustrar a reportagem, o que é um procedimento corriqueiro no meio jornalístico. Quanto ao título da reportagem, esclareceu que a "senha para desmatar" era o adesivo, e que não se pode confundir as audiências públicas do Plano Safra Legal, que tiveram cobertura da imprensa, com as reuniões privadas, como essa realizada na casa do Sr. Leivino Ribeiro, da qual os dois Deputados teriam participado. Explicou que suas fontes têm de ser mantidas em sigilo por terem medo de represálias, e que o nome do Deputado aparece na reportagem porque há gente que o acusa. Na opinião do jornalista, o Deputado Zé Geraldo errou ao tentar desqualificar a reportagem mediante notas em seu site, usando informações que foram desmentidas posteriormente, tanto que tais notas nem constam mais do site. Informou ainda que duas de suas fontes até estavam dispostas a vir depor perante a CPI, mas, depois que o Parlamentar passou a integrá-la, acabaram desistindo, por não acreditarem na suficiente
independência da Comissão. O Deputado Zé Geraldo, então, afirmou que Veja
evem fazendo seguidas matérias contra o PT e lamentou que ele não tenha sido
ouvido em nenhum momento, ao que o jornalista respondeu que André Rizek,
co-autor da matéria, teria avisado que o prazo de fechamento da matéria era
sexta-feira à noite, mas só obteve resposta da assessora dele, Gisele da Silva,
o no sábado de manhã, quando Veja já estava sendo rodada na gráfica e parte já
havia sido distribuída. Afirou também que a revista não ataca o Safra Legal,
mas o mau uso que foi feito dele. O Deputado reafirmou que não houve
nenhum esquema no Plano Safra Legal, apenas irregularidades. Segundo o
jornalista, quanto aos R$ 2 milhões que o presidente da AMMIPA afirma ter o
setor madeireiro aplicado no Safra Legal, incluindo contribuições de campanha,
os Parlamentares envolvidos teriam dado uma entrevista, em Belém, dois ou
três dias após a publicação da matéria. Nela, eles disseram que o
financiamento era legal e que tinha sido declarado, só que o jornalista teve o
cuidado de checar no site do TSE e falar com os cartórios eleitorais em Pacajá
em Anapu, que confirmaram que essas doações não foram declaradas – no
caso, Chiquinho do PT sequer teria prestado contas de sua campanha. A esse
respeito, o Presidente da CPI informou que, por ocasião de seu depoimento, o
Sr. Leivino negou peremptoriamente que houvesse declarado uma ajuda de R$ 2
milhões à campanha. Logo em seguida, foi colocada uma fita de áudio, na
qual ele reconheceu sua própria voz citando os R$ 2 milhões. Foi, então,
aberta a oportunidade para que ele se retratasse, para que não houvesse o
crime de falso testemunho, com todas as cominações legais previstas no
Código de Processo Penal. Ele o fez e disse que mandaria à CPI uma relação
dos gastos, o que, de fato, ocorreu poucos dias depois. Mas na documentação
encaminhada constava, já no cabeçalho: "são gastos que eu não posso
comprovar através de notas ou recibos, porque não foram gastos somente pela
AMMIPA." Nessa relação, ele fala sobre aquisição e limpeza de terrenos,
contratação de mão-de-obra temporária, aquisição de ferramentas e, somente
no final, aquilo que foi declarado oficialmente como gastos da campanha do PT
no Município de Anapu, no valor de R$ 129 mil, bem como os gastos na
campanha do PT efetuados por empresas e não repassados ao Comitê, como
horas de máquina, fretes de caminhão e óleo diesel, no valor de R$ 87 mil.
- MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO, ex-Prestadora de Serviços para a Empresa HB Lima, do Pará: iniciou explicando que participou do Plano Safra Legal por fazer parte da associação dos produtores rurais do garimpo Madalena, em Altamira, que foi convocada juntamente com as demais associações e sindicatos da região. Esclareceu que também acompanharam todo o processo do Plano Safra Legal 2004: o Instituto Seiva; a presidente da associação da qual faz parte, a Sra. Raimundinha, esposa do Deputado Airton Faleiro; o PPVP, instituto localizado em Altamira; a FETAGRI - Federação dos Trabalhadores da Agricultura; IBAMA e INCRA. Ao final, as associações deixaram de participar, ficando a cargo dos sindicatos gerenciar o Plano Safra. Afirmou ter aceito o convite feito pela Engenheira Florestal da H. B. Lima — Sidiane e o irmão dela, Sílvio, para fazer os projetos junto com eles, tendo sido retirada do processo por não concordar com a procuração que era apresentada aos agricultores junto com o restante da papelada e era assinada sem que se soubesse o que estava sendo acertado. A referida procuração dava direito ao Sindicato de representar o agricultor junto ao INCRA e ao IBAMA e de comercializar a madeira. Avaliou que o Plano Safra, como preconizado, não aconteceu. Relatou que, antes dele, as associações, em conjunto com o IBAMA, resolviam a questão burocrática, os projetos de desmate eram georreferenciados e as imagens de satélite utilizadas permitiam saber se a parcela já tinha ou não os 20% desmatados, conforme permite a lei. Asseverou que os agricultores assinaram papéis em branco e procurações sem saber o conteúdo do documento e sem receber nenhum benefício por isso; ao contrário, não conseguiram sequer vender a madeira retirada de suas propriedades. Segundo ela, quando chegava o momento de o agricultor negociar a madeira, já não era possível fazê-lo legalmente, pois a quantidade estipulada no projeto já havia sido comercializada como se fosse proveniente de sua propriedade. Citou, inclusive, o nome de um agricultor, Adriano, que não assinou nada e mesmo assim não pôde comercializar sua madeira, porque no IBAMA constava como participante do Safra Legal. Solicitou que fossem feitas vistorias em todos os projetos da HB Lima, e nos dela própria também. Informou que o sindicato, a HB Lima e as demais entidades fizeram mais de
200 projetos em Medicilândia, e depois venderam esses projetos para o setor madeireiro, no valor de 480 reais cada. De posse das ADMs, obtidas a partir dos projetos, a madeira já existente em Medicilândia era comercializada, tornando a documentação dos agricultores comprometida e impedindo-os de comercializar sua madeira. Confirmou que o Sr. Sílvio, da HB Lima, tinha livre acesso às dependências do INCRA em Altamira, utilizando-as como escritório central do Plano Safra Legal. Disse que os 72 projetos elaborados por ela hoje estão na Justiça, no Ministério Público e no Ministério do Trabalho. Em resposta à Deputada Perpétua Almeida, disse que a Sra. Sidiane era responsável apenas pela assinatura do croqui das propriedades. Na oportunidade, afirmou que os croquis eram idênticos, assegurando que a Sra. Sidiane nunca foi a nenhuma localidade. Sobre o adesivo "Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004", disse, simplesmente, ter lido notícias em jornal, mas que não tinha conhecimento do assunto. Em resposta ao questionamento do Deputado Mendes Thame acerca do possível enriquecimento rápido do Sr. Elielson, gerente do IBAMA em Altamira, disse que os outros funcionários andam em carros velhos e ele tem uma caminhonete L-200, e que considera interessante a CPI pedir a quebra de sigilo bancário dele. Ao ser questionada sobre o mesmo assunto pelo Deputado Zé Geraldo, disse desconhecer outros bens que sejam do Sr. Elielson. Afirma que o Sr. Milton Fernandes Coutinho, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia, foi quem negociou e assinou o contrato de venda dos 60 metros cúbicos de madeira de cada agricultor para as madeireiras, diferentemente da procuração que chegou à CPI, feita por um pequeno agricultor para o presidente do sindicato das madeireiras, em outro município. A quantidade era a mesma para todos, porque as ADMs dadas pelo IBAMA eram padronizadas. Afirma que a maioria dos lotes que obtiveram ADM já estavam desmatados. Refutou a acusação do Deputado Zé Geraldo, de estar com as ADMs dos projetos elaborados por ela que foram aprovados e de tentar vender para as madeireiras 24 ADMs por R$ 1.200,00 cada.

- **SIDIANE COSTA DE LIMA, Engenheira Florestal da Empresa HB Lima, do Pará:** abriu sua fala dizendo-se interessada em ver a verdade vir à tona e colocando-se à disposição da Comissão. Disse que seu irmão, Sílvio Lima, é o gerente da HB Lima, e que Hugo Batista de Lima Júnior
e Gracilene de Lima são os donos da empresa. Afirmau não estar mais
trabalhando na H.B.Lima e ter trabalhado somente com licença para desmate
em Pacajá, durante o período que em esteve na empresa, embora a empresa
trabalhasse com topografia e outras atividades, além das relacionadas às
florestais. Ao ser questionada, declarou não haver nenhuma relação entre a
constituição da HB Lima e o Plano Safra Legal 2004. Em sua avaliação, a
atuação da empresa no âmbito do Safra Legal possibilitou o cumprimento de
todos os quesitos postos na Instrução Normativa n° 03, que disciplina o
desmatamento de áreas de até 3 ha em parcelas de assentamento. Justificou
seu desconhecimento sobre o adesivo “Empresa oPTante do Plano Safra Legal
2004” e sobre o transporte da madeira para as serrarias sem a liberação de
ATPFs por trabalhar apenas em escritório, com a parte técnica, e por não
acompanhar o andamento do processo depois de encaminhado para o IBAMA.
No entanto, admitiu que houve apoio da empresa a um candidato da região,
com sua participação em carreatas, comícios etc. Ao ser questionada pelo
presidente da CPI sobre a sua contratação pelo IBAMA, explicou que durante a
greve do órgão, a pedido da FETAGRI, trabalhou para o IBAMA na sede do
INCRA, junto com outras quatro pessoas. Disse que, quando se deparou com
os processos do Safra Legal, informou o fato à Sra. Najja e parou
imediatamente de fazer as análises. A partir de então, fez apenas serviços
administrativos irrelevantes. Afirmau nunca ter ido a campo e utilizar as
informações passadas pelo sindicato, que as coletava em campo, inclusive o
croqui. Não se recordou de ter assinado nenhum papel referente a trabalho de
campo realizado pela Sra. Maria das Graças e afirmou que os croquis são
semelhantes, mas não idênticos. Posteriormente, esses dados eram passados
para ela por meio digital e assim eram encaminhados ao IBAMA. Sobre as
procurações, disse que elas eram sempre em nome do representante do
Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porque precisava de alguém que fosse
com freqüência a Altamira. Confirmou a existência de uma ação trabalhista
movida pela Sra. Maria das Graças contra ela, relatando não saber o motivo e
não ter lido o processo, apenas assinou uma procuração para que seu irmão
Sílvio a representasse.
JOSÉ NAZARENO DA SILVA, Técnico Ambiental do IBAMA em Santarém/PA: iniciou afirmando que trabalha há 20 anos na autarquia, encontrando-se lotado na GEREX II em Santarém. No que toca à operação denominada Porto de Moz, realizada em 2002, destacou que, se não lhe falha a memória, foi coordenada pelo Sr. Manoel Costa Filho, tendo ele participado da operação. Foram em um barco cedido pela CEPLAC, um helicóptero e uma lancha. Entraram no Rio Jarauçu e apreenderam duas balsas com madeira, que, dois dias depois, foram levadas para Santarém pelo Sr. Manoel Costa Filho. A madeira, segundo tem conhecimento, encontra-se armazenada até hoje no depósito do IBAMA. Negou qualquer participação em irregularidades ocorridas durante a operação. Negou ter tido desavenças com o então Coordenador-Geral de Fiscalização do IBAMA, Marcelo Marquezini. Afimou nunca ter respondido a qualquer processo disciplinar. Desconhece a existência de empresas fantasmas em Santarém. Desconhece também que, durante a operação “Porto de Moz”, madeira apreendida de primeira qualidade tenha sido trocada por madeira de terceira qualidade na cidade de Porto de Moz, resaltando que a madeira apreendida foi diretamente para Santarém. Sobre as ATPFs, disse que há dois ou três anos as empresas colocavam a madeira toda no cais do porto e expediam uma ATPF só para 200 m³. Depois, exigiram que cada caminhão teria de ser acompanhado por uma ATPF. Mas os empresários acharam que tal procedimento provocaria duplicidade, porque iria haver uma ATPF de 200 m³ e mais 20 ATPFs de 5 m³ cada uma. Diante disso, acredita que a sistemática não foi alterada. Não soube dizer se há boletins policiais decorrentes de notícias prestadas por funcionários ou ex-funcionários do IBAMA alegando terem sido por ele ameaçados de morte.

LEONAN AMARAL MUNIZ, Técnico Ambiental do IBAMA em Santarém/PA: iniciou afirmando que trabalha na autarquia há 23 anos, exercendo atividades de comandante de embarcações, motorista, piloto de lancha-voadeira e outros serviços de fiscalização. Disse que, na operação Porto de Moz, efetuada em 2002, foi feita uma apreensão de madeira, e ele foi designado como o comandante da embarcação que levaria a balsa, do empurrador até o destino, “em Porto de Moz, de Santarém até Porto de Moz,
juntamente com os policiais, para apanhar madeira, numa certa serraria, no Porto de Moz." Antes de chegarem à cidade de Porto de Moz, contudo, receberam informações de que havia balsas naquela cidade carregadas com madeira e saindo rumo a Belém. Tudo foi ouvido pelo rádio, inclusive por guardas e policiais que foram testemunhas. Quando chegou a Porto de Moz, recebeu informações dos funcionários do próprio porto de que a madeira apreendida, de primeira qualidade, fora trocada por madeira de qualidade inferior. A de primeira qualidade teria sido entregue ao Prefeito de Porto de Moz; a outra, teria sido encaminhada ao depósito do IBAMA. Não soube dizer o nome das pessoas que forneceram as informações. Após, disse que não só ele, como toda a tripulação viu a troca de madeiras ocorrendo, e a madeira de primeira qualidade indo para a serraria do prefeito. Afirmando também que, durante a viagem, discutiu com o Sr. José Nazareno da Silva em razão de alguns fatos. Primeiro, precisou de material de trabalho - cabo para amarrar balsa, fazer a atracação do empurrador com balsa - e ele lhe negou. Segundo, viu o Sr. Nazareno dentro do carro do Prefeito, conversando com ele. Não soube dizer se o Sr. Walter Navarro da Silva Júnior vem apresentando sinais externos de enriquecimento ilícito, mas afirmou que o Sr. José Nazareno da Silva apresenta sinais de enriquecimento indevido. Negou responder a qualquer processo disciplinar no IBAMA.

- JOSÉ GERALDO BRANDÃO, Analista Ambiental do IBAMA em Santarém/PA: iniciou afirmando que, no IBAMA de Santarém, não há dinheiro para combustível, as contas de telefone estão todos atrasadas e o pessoal de vigilância não recebe há dois meses. Destacou que o principal problema da legislação é a impunidade, pois as sanções são extremamente baixas. É engenheiro civil, ingressou no IBAMA em 2002 e está no setor de controle há mais ou menos um ano e meio. A partir de meados do ano passado, foram detectados volumes incríveis de ATPFs falsificadas e adulteradas, parte das quais vinha das 22 mil ATPFs roubadas em Belém. Só na Gerência de Santarém já foram observadas cerca de 6 mil ATPFs com problemas. No que toca aos peixes ornamentais, afirmou que o IBAMA, juntamente com cinco ou seis empresas exportadoras, aprovou uma lista de 180 peixes, sem o devido rastreamento para monitorar se existe realmente, ainda, quantidade a ser retirada, sem o risco de extinção, de diminuição ou de
mudança do ambiente. Em sua opinião, as espécies são indicadas pelos exportadores motivados por interesses puramente comerciais. Segundo lhe foi informado por pesquisadores do Projeto Iara, poucas dessas 180 espécies têm realmente condições de ser retiradas sem prejudicar a natureza. Ressaltou que os engenheiros florestais responsáveis pela aprovação dos planos de manejo muitas vezes são recém-formados, vêm de outras localidades e simplesmente não sabem identificar as espécies amazônicas, não tendo condições de realizar visitas. Falou que, segundo informações, quando se monta um Plano de Manejo, a fauna silvestre diminui sensivelmente, pois são derrubadas as árvores, produtoras dos frutos comidos pelos animais. É sintomático dizer que esses engenheiros não fazem uma seleção pensando na biologia e na ecologia da região. Disse que os planos de manejo na Amazônia, da maneira como são hoje conduzidos, não são sustentáveis: “se as nossas árvores vermelhas demoram 116 anos, 180 anos, 400 anos, que direito tem o ser humano de abater uma árvore de 400 anos, se nem o bisneto dele vai colher uma outra árvore adulta? Quem pode me dizer que isso é sustentável?” Destacou que, embora provadas irregularidades em diversos planos de manejo, nunca nenhum engenheiro florestal foi punido pelo IBAMA ou pelo CREA. Afirmou que a forma como é regulado o aproveitamento de madeira hoje dá azo ao cometimento de diversas fraudes, pois as medidas de espessura, tamanho e largura não são apropriadas. O fator de correção, por sua vez, é bastante questionável. Ressaltou também que espécies como a copaíba, o amapá, a andiroba, deveriam ser consideradas imunes de corte, pois produzem óleos e terão valores cada vez maiores no mercado. No que toca à reposição florestal, argumentou que o crédito somente deve ser concedido após o projeto de reposição ser considerado subsistente, pois o IBAMA já deu muito crédito para projetos que hoje nem existem mais. Em relação ao SISMAD, confirmou que o sistema é cheio de falhas: primeiro, porque os bancos de dados das gerências não se cruzam; segundo, porque as ATPFs são emitidas em duas vias. Destacou ser necessário um intercâmbio entre os diversos setores de controle de cada gerência para que seja possível identificar as fraudes com maior rapidez. Falou que o sistema que está sendo elaborado para substituir o SISMAD, embora tenha uma parte interessante – referente ao cruzamento de dados –, também é bastante frágil. Em sua opinião, deveria ser realizado um
convênio com o Banco do Brasil ou a Caixa, criando uma espécie de carteira de madeira, que funcionaria exatamente como uma conta corrente. A partir do instante que a madeira saísse de um Plano de Manejo, seria emitida uma folha de cheque para uma madeireira e todo o controle da madeira seria bancário, em uma via só. O cheque acompanharia a madeira. “Se a gente fizesse isso ai — entre aspas —, ‘terceirizando’ esse serviço com uma entidade séria, como é o Banco do Brasil, como é a Caixa, seria, a meu modo de ver, a saída correta, mais segura, mais confiável, porque eles, na parte de eletrônica, estão muito à frente do IBAMA”. No que toca à operação Porto de Moz, realizada em 2002, afirmou que, conforme foi informado pelo Sr. Leonan, houve uma troca de madeira apreendida por madeira de qualidade inferior, tendo a primeira espécie sido destinada ao prefeito de Porto de Moz, Sr. Gerson Campos. Em relação à RESEX Verde para Sempre, disse que foi criada em novembro de 2004. Nessa época, havia muita madeira já cortada, e os madeireiros, donos desses planos de manejo em terras públicas do ITERPA, fizeram uma reunião com os órgãos governamentais. Para a madeira não apodrecer, o IBAMA, o Ministério Público e esse comitê da RESEX Verde para Sempre acharam por bem liberar a madeira já cortada para o madeireiro, como se fosse uma “indenização”, entre aspas, pelas benfeitorias que fez ali dentro. No que concerne ao Sr. Walter Navarro, disse que hoje ele é piloto do NOA – Núcleo de Operações Aéreas e nunca ouviu dizer que ele pudesse ter uma empresa de factoring. Confessou que já sofreu ameaças de morte e que o Sr. Paulo Maier também já foi ameaçado diversas vezes por madeireiros, detentores de planos de manejo etc. Afirmou que o principal destino das ATPFs falsas é o Mato Grosso, mas essas também passam pelo Amapá, Rondônia e Paraná. Acredita que 55% da madeira que circula no Pará tem origem ilícita.

37ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 29/09/05

- MARCELO MARQUEZINI, Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA: iniciou confirmando que, quando foi convidado para assumir a Coordenação do CGFIS no IBAMA, possuía ainda uma empresa de consultoria no Estado de São Paulo. Relatou que essa informação não foi incluída, nas respostas escritas enviadas à CPI,
concernentes à audiência pública de 11/05/05, porque, na verdade, ele não sabia que ainda possuía essa empresa. “Era uma empresa de consultoria feita entre mim e um professor da USP. E, no ano de 2000, quando eu passei a trabalhar na instituição, na Sociedade Civil Greenpeace, eu pedi o desligamento ao professor, que disse que isso seria providenciado. E nunca foi providenciado. Inclusive, emperrou o processo de eu entrar, de assumir o cargo público no IBAMA. E eu só vim descobrir isso em 2003, através do processo de nomeação. “ Destacou que a “Operação Verde para Sempre”, efetuada em novembro e dezembro de 2003, pelo IBAMA, em Porto de Moz, começou a ser planejada muito antes desse período. Era uma região com muitas empresas madeireiras e também com planos de manejo autorizados pelo IBAMA. Havia uma série de denúncias de que os planos de manejo serviam para esquentar madeira ilegal. Houve a presença do gerente local, o senhor Pastana, a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais no planejamento, do Greenpeace, que trabalhava na região em prol da criação da reserva extrativista. E, nas proximidades de deflagrar a operação, entraram também no planejamento a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público. O Exército, por sua vez, teve participação muito importante. Foi enviado por ordem do Sr. Flávio Montiel para coordenar o início da operação, que transcorreu durante o período de greve do IBAMA. Ao ser questionado se deu ciência das irregularidades da “Operação Verde para Sempre” ao Diretor, ao Procurador-Geral e ao Presidente do IBAMA, respondeu positivamente. Disse que, em razão da longa duração da operação, duas pessoas do IBAMA ficaram encarregadas de elaborar o relatório. A operação durou, pelo que se lembra, 40, 45 dias e foi montada de forma a ter duas equipes sempre trabalhando. Então, na medida em que chegasse lá pelo décimo quinto, vigésimo dia, pessoas seriam substituídas. O relatório foi oficialmente encaminhado não somente ao Diretor, Sr. Flávio Montiel, mas à Procuradoria-Geral. Não encaminhou ao Presidente da Autarquia porque esse não era o procedimento. Contou que o relatório também foi enviado ao Gerente Pastana, de Santarém, em razão da devolução excessivamente rápida pela gerência de alguns maquinários apreendidos durante a operação. Diante disso, foi pedida uma apuração cuidadosa sobre o procedimento que acarretou a liberação dos maquinários. Asseverou que, durante a operação, tentava-se sempre evitar
deixar como fiel depositário o próprio infrator, que é o que historicamente vem acontecendo na Amazônia; e, historicamente, o fiel depositário usa essa madeira ou desaparece com ela. Muitas vezes, inclusive, faz um boletim de ocorrência, alegando que a madeira foi roubada e eles não sabem por quem. Por outro lado, se não há como ou quem ficar responsável, lavrava-se o termo de apreensão e depósito em nome do infrator. Em relação ao caso específico de Porto de Moz, afirmou que não chegou o relatório final e só veio a saber, depois das denúncias, que em um dos lotes de madeira não havia sido lavrado o termo de apreensão e depósito. Naquele momento, ele já estava fora, praticamente saindo do IBAMA. Esse lote de madeira havia sumido do local onde ele estaria, dentro da área da madeireira, chamada Porto de Moz, localizada no próprio Município Porto de Moz. Surpreso, o Presidente questionou como ele não leu o relatório da operação que coordenara e como ele não notou a ausência de um termo de depósito. Afirma que somente coordenou a operação nos 15 primeiros dias. Como o IBAMA estava em greve, e ele era o Coordenador-Geral de Fiscalização do IBAMA, foi chamado para voltar a Brasília. Quem assumiu em seu lugar foi o Coordenador-Geral substituto à época, Sr. Marcelo Cruz. Após, afirmou não ter certeza se enviou o relatório para o Sr. Flávio Montiel, mas que o relatório foi enviado ao Sr. Geraldo Pastana. Mencionou que provavelmente estava de férias quando o referido lote foi apreendido. Contou que o Sr. Paulo André de Souza Matias, da empresa Limpeza Capital, foi levado apenas para juntar os autos de infração e os termos de apreensão que eram lavrados e redigir isso na forma de um relatório: onde os fiscais daquele dia tinham ido, as coordenadas que os fiscais tinham coletado e qualquer outro fato que não constasse de um termo de apreensão ou de um auto de infração. Ele substituiu a consultora chamada Simone, que era formada em Comunicação Social, e foi levada para cuidar da primeira fase da relatoria da operação. Destacou que, embora não seja comum utilizar pessoas terceirizadas para substituir servidores efetivos na CGFIS, há uma falta muito grande de servidores. Afirma que o Sr. Edson Cruz coordenou parte da operação. Pelo que se recorda, não foi detectada negligência de nenhum funcionário, além do caso da devolução rápida do maquinário apreendido. Também não se recorda se recebeu o relatório final da operação “Verde para Sempre”. Disse que vários órgãos ficaram como fiéis depositários
da madeira apreendida. O Exército, embora tenha se recusado veementemente a ficar com a madeira, aceitou ficar com os equipamentos. Crê que as máquinas sumariamente devolvidas ficaram na Prefeitura de Almeirim. Acredita que foi informado pelo Sr. Edson Cruz que, durante a operação, estavam autuando e apreendendo madeira do Sr. Elias Salame. Segundo ele o Sr. Edson Cruz pelo menos deveria saber quem era o Elias Salame na região. Várias outras operações já aconteceram e apreenderam madeira do Elias Salame. Uma dessas operações, feita com a Polícia Federal, apreendeu armamento pesado. Não sei se no mesmo ano de 2003 ou em 2002. Um procedimento que a CGFIS sempre tomava era saber com quem ela lidava, ter elementos e todo e qualquer relatório de operações anteriores, para que nós não incorrêssemos no erro, por exemplo, de apreender madeira já apreendida, ou de estar multando área que já tinha sido multada. Ressaltou que nunca foi chamado para por qualquer comissão de sindicância para falar sobre o assunto e que somente estava sabendo naquele momento que fora considerado um dos responsáveis pelas irregularidades ocorridas durante a operação. Negou saber que algumas páginas do processo também haviam desaparecido. Ressaltou que o procurador Gabriel Costa da Silva foi o que deu laudos que não eram favoráveis ao posicionamento da CGFIS, o que fez com que a CFGIS enviasse documentação à GEREX, ao Gerente Pastana, pedindo imediatas providências. E com que se mandasse a documentação também para a Procuradoria-Geral, porque se tratava de um procurador. Em sua opinião, as atitudes do citado procurador não foram no sentido de defesa da coisa pública, contudo não é jurista. Falou que todo e qualquer indício de irregularidade era encaminhado à Procuradoria-Geral e foi isso o que aconteceu em relação ao Procurador referido. Foi ele que deu parcer favorável para a devolução do maquinário apreendido. Não soube informar porque o servidor Aldemar não foi citado no processo de sindicância, se foi ele que deixou a madeira sumida sem a nomeação de depositário infiel. Soube que o Sr. Geraldo Pastana foi eleito prefeito de Bel Terra. Destacou que a responsabilidade para cadastrar o auto de infração é de quem lavrou o auto, mas nem sempre é o próprio servidor que cadastrará pessoalmente o documento no SIFISC. Isso dependerá de cada gerência. Confirmou que, durante a operação “Verde para Sempre” o Greenpeace disse ao IBAMA que tinha interesse em dar suporte, apoio
logístico. Isso já havia acontecido outras vezes, principalmente no caso do mogno, em 2001 e em 2002. Entretanto, o Presidente do IBAMA disse que não era para aceitar o apoio como o Greenpeace estava oferecendo. Apesar da negativa do IBAMA, houve momentos, em que eles encostaram o barco ao lado com vários repórteres, fazendo documentação, entrevistas etc. Eles também transportaram muitos mebros da comunidade para participar de reuniões. Disse que não se recorda de ter recebido ligações do Sr. Aldemar Pereira de Medeiros informando que a madeira do Sr. Elias Salame apreendida tinha ficado sem fiel depositário. Entretanto, acha estranho o Sr. Aldemar afirmar isso, haja vista a responsabilidade pelos processos, uma vez lavrado o auto de infração, serem da GEREX Santarém. Ao ser informado que o Sr. André Luís Longhi deu uma declaração escrita, dizendo que tem conhecimento de que ele foi informado do fato, defendeu-se dizendo que a providência imediata deveria ter sido tomada pelo próprio fiscal, porque ele sabe da obrigação de ter um termo de apreensão e depósito. Disse que tirou férias, tendo sido substituído por quase um mês, mas que, se houve falha de sua parte, provavelmente pagará por isso. Ressaltou, entretanto, que o volume de documentos que passavam pela Coordenação-Geral tornava quase impossível a inexistência de falhas. Destacou que, quando ninguém aceita ficar como fiel depositário, a responsabilidade passa a ser do IBAMA, uma vez que a madeira apreendida é bem do IBAMA. Saiu do IBAMA em maio de 2004.

38ª Audiência Pública da CPIBIOP – 05/10/05

- ELIAS SALAME DA SILVA, Empresário: apontou a falta de conhecimento humano, geográfico, econômico, tecnológico e científico sobre a Amazônia como geradora de constante conflito entre o real e o imaginário, defendendo que o capital natural não se distingue do capital produtivo. E, como tal, permite a substituição de um produto à medida que os recursos naturais se forem esgotando, por meio do progresso tecnológico. Segundo ele, a saída para a região seria o incentivo à industrialização, único instrumento que agrega valor e é capaz de absorver a mão-de-obra das populações necessitadas, oriundas de outros Estados, que hoje praticam o extrativismo, provocando uma pressão predadora e poluidora. Conjecturou,
ainda, que a pressão da demanda sobre a floresta amazônica será aliviada à medida que as florestas plantadas fornecerem suplementarmente a quantidade e as espécies de madeiras exigidas pelo mercado. Para ele, hoje, o manejo florestal, além das grandes dificuldades burocráticas, implica em um aumento real de custos elevado. Além disso, julga estar havendo um conflito entre a opção burocrática e técnica e o complexo econômico e social da região e considera que, se a regra do jogo não conduzir a um efetivo benefício econômico, a extração racional da madeira dificilmente será efetivada. O grande desafio, portanto, seria um sistema de manejo adequado tanto sob o ponto de vista econômico quanto de preservação, através de uma exploração sustentada e que não impusesse aos industriais madeireiros a necessidade de serem latifundiários. Outro caminho seriam as florestas industriais plantadas para suprimento complementar dos manejos de florestas nativas. “Além de um programa de financiamento, é urgente a necessidade de atenção dos pesquisadores, professores e estudantes para obtenção de respostas a curto prazo, acompanhando o esforço da iniciativa privada. As principais necessidades de pesquisa se referem a nutrição adequada, ataques de inseto, espaçamento, compatibilidade de consórcios entre espécies, tabelas de crescimento, estimativa de desbaste, melhoramento genético e clonagem”. Criticou o Estado por sua atuação dúbia frente à questão fundiária na Amazônia. “No passado concedendo títulos de posse e incentivando o desmatamento e hoje retirando essas famílias da área, cancelando seus títulos ou exigindo delas a comprovação com um nível altíssimo de precisão, tornando as exigências difíceis de serem atendidas”. Acerca das irregularidades encontradas pela Operação Verde para Sempre na aprovação, pela GEREX/IBAMA de Santerâm, de plano de manejo de sua responsabilidade, disse que houve visitas antes e depois do cancelamento do plano de manejo, que ocorreu pouco antes da edição do decreto de criação da reserva. Alegou que a madeira apreendida pelo IBAMA que sumiu de sua esplanada estava em porto “praticamente público”, e que o IBAMA apreendeu e não colocou ninguém como guarda da madeira. Ademais, a madeira não estava sob sua responsabilidade, portanto não tem nada a ver com o fato. Alegou que estava em Belém na ocasião do recebimento da multa, sem nenhuma condição de assumir a figura de fiel depositário. Caso contrário, teria mandado conferir o que
tinha lá e teria pedido permissão para levar a madeira para o pátio de sua indústria. Disse ter ouvido falar de sumiço de madeira que havia ficado já derrubada dentro do Plano de Manejo, aproximadamente 2 mil metros cúbicos de tora. Falou, também, sobre a exploração ilegal de mogno, que chega a ser exportado sem que nenhuma autoridade veja e tome alguma atitude.

39ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 19/10/05

- AMAURI DE OLIVEIRA NUNES, ex-Associado da Amazon Conservation Team – ACT Brasil: iniciou dizendo que trabalhou por cerca de três anos (entre 2000 e 2003) na ACT, assessorando, sem remuneração, pequenos projetos da ONG em Canarana. Disse que ficou conhecendo Vasco Roosmalen em Brasília, por intermédio de um amigo, Kotoki Kamayurá, que é índio do Xingu, ocasião em que Vasco propôs-se a ajudar as comunidades indígenas. Em 2002, Vasco criou a ACT Brasil, com o nome de ACT Canarana Brasil, e ele entrou como membro da associação, na função de tesoureiro, mas já em 2003 ocorreu o seu desligamento da ONG. Segundo ele, em data de que não se recorda, ao chegar de viagem ao escritório em que trabalhava, suas coisas tinham sido tomadas por Vasco e o advogado Márcio Rogério Paris, de Canarana, sem que ele soubesse o motivo. Ele, então, sentiu que tinha sido usado pela ACT, em razão de sua proximidade com os índios do Xingu. Indagado sobre a afirmação de Vasco Roosmalen de que ele promoveu um desvio de R$131 mil da associação, que teria sido o motivo pelo qual ele foi dela afastado, disse que desconhecia esse fato. Fez, então, uma retrospectiva da atuação de Vasco desde o ano de 2000, ocasião em que, segundo Amauri, Vasco trazia dólares, cuja origem ele desconhecia, para pagar “por fora” os trabalhos dos projetos – o primeiro Mapa Cultural, dos povos Kamayurá, e o segundo, no Tumucumaque/AP –, fazendo uso da conta bancária particular de Amauri. Como as despesas com passagens, pessoal etc. eram muito maiores que o dinheiro depositado em sua conta, ele teria ficado com cheques a descoberto para pagamentos em Canarana e até em outras praças. Ele chegou a ser pressionado por Vasco a fazer certas coisas, sob pena de ter sua imagem suja. Segundo Amauri, no momento em que nasceu a ACT Canarana Brasil, os recursos vieram todos para a conta da ACT, mas as
pendências dos cheques dele permaneceram. Assim, ele teve que pegar cheques da ACT e depositar na sua conta para cobrir os cheques dele, usados para despesas da ONG, que estavam a descoberto. Em seguida, negou que haja alguma ação criminal da ACT contra ele. Quanto ao Mapa Cultural, Amauri disse que, no começo, achou que era para o benefício das comunidades indígenas, mas hoje crê que ele serviu mais ao interesse da própria ONG, e confirmou que as comunidades não tinham total conhecimento da finalidade dos estudos. Pelo contato que tem com os índios, ele acredita que, hoje, cerca de 13 etnias do Xingu são contra e apenas uma ou, no máximo, duas são a favor da presença da ACT no Parque, por tudo o que houve, embora no início estivessem empolgadas com o projeto. Segundo Amauri, Vasco prometia aos índios que, assim que terminasse o Mapa Cultural, seriam liberados recursos para os pequenos projetos de desenvolvimento sustentável que eles tinham, mas foram apenas promessas. Todavia, quanto ao acesso irregular aos recursos naturais, disse que nunca presenciou o envio de nada para exterior, a não ser o Mapa Cultural, o que não poderia ter ocorrido, segundo ele, por falta de permissão no convênio. Amauri confirmou que a ACT pagava os produtos que os índios pegavam na loja “Casa Para Todos”, em Canarana, que pertence a uma amiga dele e onde ele trabalhou como vendedor entre 1995 e 1997. Também disse que, oficialmente, nunca trabalhou para a FUNAI, embora sempre prestasse serviço voluntário, e que não voltou mais às áreas indígenas após o incidente com a ACT. Falou que acompanhou o presidente da ACT americana, Mark Plotkin, em visita ao Xingu, apenas uma vez, no começo de 2003, mas que não o viu levar nenhuma planta consigo quando de seu retorno. Inquirido pelo Deputado Dr. Rosinha, confessou que, à época de seu desligamento da ACT, foi ameaçado de morte por Vasco, não sabe exatamente por que motivo, mas desconfia que tenha sido pelo medo de Vasco quanto às informações que ele detinha sobre o começo da ACT no Brasil. Levantou suspeição quanto à legalidade do dinheiro que chegava, uma vez que era usada a sua conta bancária pessoal. Quanto ao uso de GPS, disse que ele não ficava nas mãos dos índios, e sim da equipe técnica, que era da ACT, mas que todas as informações coletadas eram plotadas em imagens de satélite. Também falou que muitas plantas medicinais foram incluídas no Mapa Cultural.
Ao final, dispôs-se a disponibilizar à CPI o extrato de sua conta bancária no período em que a ACT dela fez uso.

- OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS, Proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina/BA: iniciou justificando porque a Fazenda Serra Branca é uma das áreas mais importantes da Bahia e do Brasil, por seu papel de grande celeiro, não só da arara-azul-de-lear, mas de toda a biodiversidade. Contou como ficou conhecendo Zelito (o maior traficante de arara-azul-de-lear) e duas outras pessoas que ele iniciou no tráfico (Antônio José e José Carlos, conhecido por “Carlinhos Maroto”, que teriam plantado roças de milho para atrair as araras), assim como Charles Muun e seu testa-de-ferro Pedro Lima (dirigentes da Fundação BioBrasil). Disse que, desde 2001, é membro do Comitê Internacional de Preservação e Manejo da Arara-Azul-de-Lear e que se desfez de parte de seu patrimônio para adquirir outras fazendas no entorno do Raso da Catarina, elevando de 33 para quase 600 araras-azuis-de-lear hoje existentes, sem interferência do Poder Público. O depoente admitiu ter feito uma parceria há poucos anos com Pedro Lima e a BioBrasil, incluindo atividades de ecoturismo, mas apenas como estratégia de monitoramento dos traficantes dentro de suas fazendas. Afirmeçou que, se ele morrer amanhã, em menos de três meses as araras estarão extintas. Disse que a legislação é muito branda, que gostaria que voltasse a funcionar um sistema de inteligência do IBAMA e que o catálogo de preços de animais silvestres deveria ser proibido, por constituir um incentivo ao tráfico. Contou a história do incidente com duas araras que caíram do ninho e hoje se encontram em cativeiro, na Serra Branca, o que acabou redundando no final da parceira com a BioBrasil, porque, segundo o depoente, seu serviço de investigação particular havia detectado rastros de dois servidores da BioBrasil no local onde as duas aves haviam caído. Afirmeçou que discorda frontalmente do parecer elaborado pelo IBAMA de que “essas aves sejam destinadas definitivamente para cativeiro, onde devem integrar o programa de reprodução” e que, se elas não forem reintroduzidas no ambiente local, considerará a atitude como um “tráfico branco”, um tráfico oficial. Disse que a CEMAVE/IBAMA pagava a ele o milho para a alimentação das araras, mas que na semana anterior ficou sabendo que isso não mais ocorreria. Acusou as servidoras do IBAMA Sueli Monteiro e Edilene Menezes de, no ano de 2003, terem aberto uma cerca de sua fazenda
para que os animais silvestres pudessem beber água, mas que isso vem dando entrada a traficantes e caçadores. Falou que milhares de reais foram gastos para evitar a extinção da ararinha azul de Curaçá, mas, no final, ela acabou extinta. Reclamou que a direção do IBAMA nunca se interessou pelo seu trabalho de preservação, embora ele seja reconhecido internacionalmente. Afirrou que a Estação Ecológica do Raso da Catarina é freqüentada por traficantes de madeira e pássaros e por caçadores, com a complacência do IBAMA e até com a anuência de funcionários. Respondendo às perguntas dos Deputados, o depoente confirmou que Carlinhos Maroto e Antônio José, assim como outros três traficantes, vêm recebendo salários e assistência médica há quatro anos e meio, bancados por Charles Muun através da BioBrasil, sem oferecer trabalho em troca. Disse também que a região conhecida por Barreiras, centro reprodutivo de papagaio, tem ficado vulnerável aos finais de semana por falta de vigilância. Falou que recebeu ajuda de uma fundação alemã que protege papagaio, na forma de uma bomba submersa e de uma Toyota antiga, e que agora vem solicitando o custeio de dois funcionários para essa vigilância. Segundo ele, o escritório regional do IBAMA de Paulo Afonso não lhe dá nenhum apoio, pois não consegue cuidar nem da própria Estação. Também confirmou que a bióloga Tânia Maria, da Fundação Biodiversitas, responsável pela Estação Ecológica de Canudos, declarou que a arara-azul-de-lear que estava apreendida no povoado Sítio do Quinto foi levada para local desconhecido por um servidor do IBAMA de Brasília que ele desconhece. Disse também que cedeu ao IBAMA uma área cercada para o plantio de licuris, para alimentação das araras, mas que não sabe onde foram aplicados os recursos, bem como o montante. Confirmou que caçadores estão pagando fretes com a extração de madeira da Estação Ecológica do Raso da Catarina, que é comercializada nas adjacências, com ciência dos servidores Elton e Cícero, ambos lotados na unidade de conservação, mais uma vez com a complacência do IBAMA. Contou que Charles Muun, interessado nas araras, tentou comprar a área das Barreiras, mas que ele foi mais ágil e comprou dois terços, faltando ainda um terço, que ele pretende adquirir futuramente. Falou que já ouviu dizer que Charles Muun tem outros projetos no Brasil, como em Ituberá, na Bahia, e São Gonçalo, no Piauí, e que, embora suspeite, não pode provar que ele e Pedro Lima tenham como especialidade o tráfico de araras e
papagaios. Disse também que tem ciência do tráfico de ovos de araras na região, e que o responsável seria o traficante José Santana. Ao final, falou que, se depender dele, as araras vão sempre aumentar.

40ª Audiência Pública da CPIBIOP – 26/10/05

- MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO, Proprietário da Arcos Marco Raposo Ltda. e Presidente da Associação Brasileira de Archetários – ABA: iniciou dizendo que trabalha com pau-brasil há nove anos, em Domingos Martins/ES. Informou que a única parceria que a ABA tem com a comunidade internacional se dá através do programa da CEPLAC. Disse que grande parte da indústria do pau-brasil é legal, mas há uma parte que opera ilegalmente e que a situação de ilegalidade da matéria-prima pode ser revertida num período de 25 anos. Considera que seja legal o reaproveitamento da madeira de demolição para confeccionar arcos de violino, assim como a utilização de madeira plantada mediante programas de fomento. Afirou que hoje tem um bosque com cerca de sete mil árvores e oito anos de existência, com algumas árvores já atingindo cinco metros de altura. Disse que, há dois anos, as quatro empresas archetárias vieram a Brasília denunciar o americano Alfred Raubitschek, o que teria levado a CPI a investigá-lo. O citado cidadão havia publicado numa revista dos Estados Unidos que ele seria a única fonte legalizada no Brasil de pau-brasil e que teria consentimento do IBAMA e do Governo brasileiro, mas isso não era verdade. À época da fiscalização, a madeira da empresa do depoente foi apreendida e as notas levadas para averiguação, sendo que o processo continua em andamento. Confirmou que três das quatro empresas brasileiras que criaram a ABA em 2002 deixaram de participar dela, por divergência de quereres: a Arcos Brasil, em março de 2004; a Water Violet, em abril de 2004 e a Arcos Horst John, em agosto de 2004. Todavia, outras parcerias foram feitas: com o INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural), o INDAF (Instituto de Defesa Agroflorestal do Espírito Santo), o projeto Corredores Ecológicos (em que foram plantadas 2.000 mudas no primeiro corredor ecológico do Espírito Santo), a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), além de outras que estão em discussão. Hoje a ABA tem 64 associados, dos quais 30 são da empresa dele,
além de músicos, pesquisadores etc. Disse que sua empresa utiliza o “Exporta Fácil” dos Correios para exportar poucas peças, mas que acima de 50 arcos é usado o sistema de exportação padrão, sempre acompanhado de nota fiscal. Confirmou que os Correios não exigem nota fiscal nem a comprovação da origem da matéria-prima, e geralmente não vistoriam o conteúdo. Posteriormente, o depoente enviou à CPIBIOP a respostas escritas das perguntas que lhe haviam sido formuladas por ocasião da audiência pública, acrescentando que o contrabando do pau-brasil para a fabricação de instrumentos musicais existe há cerca de 300 anos e que a indústria brasileira conta apenas 35 anos e consome só 20% do pau-brasil utilizado no mundo. Por essa razão, entende que o mercado internacional ficaria satisfeito se por acaso fossem fechadas todas as empresas archetárias do Brasil por estarem irregulares, uma vez que isso diminuiria a concorrência para as empresas estrangeiras. Afirmou que não acredita que haja interesse por parte dos estrangeiros em investir no Brasil ou combater o contrabando de pau-brasil, haja vista os reduzidos investimentos que fazem no Programa Pau-Brasil e a dificuldade em obter verbas junto ao IPCI/COMURNAT. Disse também que falta vontade política por parte do IBAMA/ES quanto à indústria do pau-brasil naquele Estado. No que tange ao consumo de pau-brasil, disse que não detém dados atualizados, mas que em 2002 uma pesquisa feita pelo IPCI/COMURNAT indicou algo como 200m³ para abastecer os mercados nacional e internacional. Segundo o depoente, os maiores consumidores de pau-brasil são os EUA e a Europa, mas acredita que a Alemanha e a França detenham os maiores estoques. Confirmou ter ciência de que a China entrou recentemente como grande consumidora, que é abastecida ilegalmente e, segundo rumores, que o americano Alfred Raubitschek pode estar envolvido nesse comércio. Segundo o depoente, os locais de extração ilegal de pau-brasil são os Estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba. Informou que o Brasil não produz arcos de ouro, que, no mercado internacional, têm o preço médio de US$3 mil, enquanto os arcos de prata valem US$900 e os de níquel, US$500, em média. Também afirmou que a ABA não possui pauta comercial para a venda de produtos oriundos do pau-brasil. Para ele, a inclusão do pau-brasil no Anexo III da convenção CITES ajudaria a reduzir o comércio ilegal dessa madeira no mundo, uma vez que nenhum país tem legislação específica
sobre o contrabando dela. Também sugere a obrigatoriedade de declaração de estoques regulares e irregulares por parte das empresas formais e informais brasileiras, a implantação de tributação diferenciada para passivos ambientais de estoques regulares e irregulares, a aplicação dos recursos arrecadados em reflorestamento nas FLONAs e a realização de inventário florestal da madeira de demolição, para evitar fraudes. Confirmou que o Brasil consome cerca de 40 m³ anuais de pau-brasil, e que o alegado estoque nacional de 200 toneladas apreendidas daria para abastecer o mercado por cerca de cinco anos; se associado aos estoques regulares e irregulares existentes nas empresas e o uso de material de demolição, haveria tempo suficiente para aguardar o corte da floresta plantada (cerca de 25 anos), transformando esse procedimento num ciclo ininterrupto.

-DAN ÉRICO LOBÃO, Eng. Florestal do Centro de Pesquisas do Cacau, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPEC/CEPLAC: iniciou afirmando ter 30 anos ininterruptos de serviços prestados à região cacaueira nos domínios da Mata Atlântica, voltados para estudos de uso sustentável de recursos florestais nativos. Em seguida, fez um breve histórico da CEPLAC, que, a partir da década de 50, promoveu grande desenvolvimento no Estado da Bahia, segundo seu entendimento. Depois, falou sobre o pau-brasil, que, por mais de 350 anos, impulsionou a produção econômica do Brasil. Em seguida, contou a história da relação da CEPLAC com o pau-brasil, a partir das iniciativas do Dr. Paulo de Tarso Alvim, na década de 60, com a posterior criação da ESPAB — Estação Ecológica do Pau-Brasil, na década seguinte. Afirou que, no Sul da Bahia, o cacau, que havia salvo a Mata Atlântica, também salvou o pau-brasil, uma vez que 80% dos espécimes porta-sementes que a CEPLAC pesquisou recentemente estavam sombreado a frutífera. O depoente fez, então, um histórico do Programa Pau-Brasil, que, segundo ele, tem por objetivo a conservação produtiva. Afirou não saber se participa do programa o eng. agrônomo Hévio Luiz Côvre, lotado na Gerência II do IBAMA de Eunápolis. Falou que duvida que outras espécies florestais possam substituir o pau-brasil na fabricação de arcos de violino, pela sua qualidade e sonoridade, e que acredita que a extração predatória da madeira pode levá-la à extinção. Ressaltou, todavia, que o Programa Pau-Brasil aposta na capacidade da espécie de sobreviver em
áreas antropizadas, como é o caso do cacau. Mas, segundo ele, é preciso buscar novos parceiros, pois entende que não é ético deixar que a espécie símbolo nacional seja salva por instituições estrangeiras. Acredita que, atualmente, dado o grau de antropização do bioma, é preciso salvar o cacau para salvar a Mata Atlântica, e com ela o pau-brasil, num modelo de conservação produtiva, como é o cacau-cabraçu (sistema de plantio de cacau sob a mata). Disse que, na Bahia, a exploração de pau-brasil não é uma atividade madeireira, mas uma questão de sobrevivência, e que a presença do programa conseguiu coibir essa extração em alguns lugares. Quanto aos pouco mais de US$90 mil recebidos para o programa de reflorestamento da madeira no Estado da Bahia, não sabe como foram utilizados, mas admite sua doação pela indústria e artesãos de arcos, principalmente do exterior. Tais recursos foram repassados à Fundação Pau-Brasil, que hoje tem sido o braço direito da CEPLAC em captação de recursos para pesquisas com cacau. As demais perguntas foram repassadas ao depoente, que as respondeu por escrito posteriormente. Segundo ele, o Programa Pau-Brasil estabeleceu como meta com os atuais parceiros técnicos e financeiros que 30% das mudas plantadas serão para a conservação da espécie. Confirmou que, no âmbito do Inventário do Pau-Brasil no Sul da Bahia, a CEPLAC já georreferenciou mais de 1.700 árvores, mediante o uso de GPS, mas a atividade ainda não foi concluída. Segundo ele, as informações coletadas são de propriedade institucional (da CEPLAC e instituições técnicas parceiras), mas foram repassadas a João Carlos Nedel e Geraldo Locatteli, do IBAMA-Sede, para a elaboração dos mapas de ocorrência georreferenciada, de modo a subsidiar o planejamento de um inventário florestal a ser gerenciado pelo IBAMA, para atender à Resolução CONAMA 317. Disse que o custo desse projeto é de pouco mais de R$600 mil, metade dos quais com recursos de contrapartida. Na opinião do depoente, a parceria IBAMA/CEPLAC não seria suficiente para tirar o pau-brasil do quadro de risco em que se encontra, mas ela é necessária e indispensável, pois não só o pau-brasil, mas todas as espécies secundárias tardias que não conseguirem completar seu ciclo biológico em áreas perturbadas estarão ameaçadas de extinção, e isso é só uma questão de tempo. Afiançou que o simples fechamento das empresas de pau-brasil irregulares não acabaria com o contrabando da madeira, pois essa atitude teria
um efeito bumerangue e estimularia o mercado negro. Afirou que a proposta do Programa Pau-Brasil é mais complexa, porém mais exeqüível sob a ótica da sustentabilidade, porque busca sanar o problema enfrentando o cerne da questão e permite agregar todos os setores da cadeia produtiva, envolver outros arranjos produtivos relacionados e exigir que todos os processos envolvidos estejam na legalidade. Informou que os parceiros estrangeiros do Programa Pau-Brasil (IPCI/COMURNAT) estão dispostos a investir “pessoalmente” entre US$ 90.000 e 120.000 anualmente, durante cinco anos, ao mesmo tempo em que ajudariam na coleta de mais recursos, quando necessário. Em seu relato escrito, o depoente, em seguida, descreveu uma série de atividades incluídas no Programa Pau-Brasil. Afirou que a exploração do pau-brasil está na ilegalidade por falta de uma política pública de utilização adequada, não sendo constituída, com raras exceções, por bandidos que se aproveitam da exploração de um produto ilegal. Com relação à eventual pior qualidade sonora dos instrumentos oriundo do pau-brasil plantado em relação ao nativo, afirmou que essa desconfiança é dos técnicos da área de produção, que dizem que a requerida alta densidade da madeira pode sofrer alterações conforme a velocidade de crescimento do indivíduo arbóreo. Afirou que Ana Cristina Roldão havia disponibilizado madeira de pau-brasil plantado aos archeteiros, caso eles quisessem realizar testes de qualidade, mas esses testes nunca serão definitivos, pois é necessário avaliar as condições edafoclimáticas da área de plantio e os tratos silviculturais e de manejo a que ela foi submetida. Por fim, reconheceu que a Mata Atlântica deveria ser poupada de qualquer tipo de utilização durante alguns anos, numa espécie de moratória, mas ressalta que: seus remanescentes, em sua grande maioria, estão em áreas particulares; não seria justo imputar ao empresário rural toda a responsabilidade e todos os custos; há um mercado ávido pela madeira das espécies nativas, que têm uma qualidade insubstituível e devem ser comercializadas de forma sustentável; esse mercado não tem demonstrado responsabilidade ambiental nem social; a proximidade dos grandes centros consumidores do Sul do País é uma vantagem comparativa que não pode ser desconsiderada; existem instituições públicas na região capazes de orientar o processo em busca do desenvolvimento sustentável; e existe um modelo
agrossilvicultural, de comprovada eficácia, capaz de substituir os produtos e serviços da Mata Atlântica, permitindo, portanto, a moratória.

41ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 09/11/05

- CELSO MELLO, Sócio da Arcos Brasil Ltda.: iniciou dizendo que a produção industrial de arcos para violinos há mais de 200 anos utiliza-se do pau-brasil, e que, por muitos anos, toda a produção concentrava-se no exterior, havendo, portanto, a exportação da madeira bruta in natura para esse fim. Contou que, há cerca de 30 anos, um alemão de nome Horst John veio ao Brasil comercializar madeira, entre elas o pau-brasil, para fornecer às fábricas no exterior, e verificou a possibilidade de produzir os arcos em nosso País, promovendo-se a exportação do produto industrializado. Da iniciativa desse cidadão nasceram as empresas hoje sediadas no interior do Espírito Santo, entre elas a Arcos Brasil Ltda., que produzem arcos de violino, exportados para diversas partes do mundo, com produção praticamente artesanal, visto que nenhum arco é idêntico ao outro. Essa produção depende, além da matéria-prima, de mão-de-obra intensivamente treinada e de controle de qualidade estrito, sob pena de perder um mercado que, até por sua natureza, é extremamente exigente e meticuloso. Ressaltou que toda a matéria-prima utilizada por sua empresa tem origem estritamente legal, a partir de matéria lenhosa morta, na maioria das vezes obtida a partir do desmonte de currais e demolições de construções, certificada pelos órgãos competentes. Acrescentou que o pau-brasil hoje em estoque, de propriedade da Arcos Brasil, encontra-se submetido a fiscalização, já havendo sido liberados para produção 153 m3 de madeira. Disse ainda que sua empresa adota uma correta postura ambiental, gerando cerca de 45 empregos diretos e 20 indiretos e envolvendo ações de inclusão sociocultural, na medida em que, pelos diversos programas desenvolvidos, capacita artesãos e difunde o estudo da música, incentivando o desenvolvimento global da comunidade na qual está inserida. Respondendo às perguntas dos Deputados, disse que a Arcos Brasil nasceu em 1995, mas que passou a atuar com contrato social efetivamente registrado a partir de 1997, e que antes ele já havia trabalhado por três anos, de 1993 a 1995, para a empresa Horst John. Falou que foi convidado pelos próprios membros para ser
o representante brasileiro junto à IPCI/COMURNAT, para acompanhar o desenvolvimento do projeto da CEPLAC no Brasil, participar das reuniões etc. Explicou que, em 2001, as quatro empresas do Espírito Santo depararam-se com uma propaganda de um americano, o Sr. Alfred Mark Raubitschek, numa revista, na qual ele dizia que vendia madeira pau-brasil nos Estados Unidos com autorização do IBAMA, mas o Instituto o desmentiu, mediante documento oficial. Quanto a Pierre Guillaume Archetier, afirmou que o conhece há anos, que ele é um concorrente da Arcos Brasil, e não um dos sócios da empresa. Disse que Guillaume está para a archetaria mundial como Ronaldinho para o futebol, uma pessoa muito capacitada tecnicamente, e que ele treinou o filho do seu sócio e um outro funcionário. O depoente afirmou que ficou chocado com o que se aventou na reunião anterior da CPI, acerca de Guillaume ser traficante de madeira, e que ele deveria ser convocado a depor para oferecer sua defesa pois, em conversa telefônica, Guillaume alegou ter as notas fiscais de suas compras de madeira no Brasil desde 1972, antes até da existência do IBAMA. O depoente disse também que sua empresa afastou-se da ABA por divergência de ideias quanto ao destino dos poucos recursos que teriam para fazer algo de impacto, pois cada empresa tinha seu projeto apontado para uma direção. Afirrou que sua empresa tem uma propriedade com cinco alqueires e mais de 15 mil árvores de pau-brasil plantadas, algumas delas com cinco anos de idade, com cinco ou seis metros de altura, e realiza diversos trabalhos em parceria. Afirrou que a Arcos Brasil não possui guias de exportação de pau-brasil, pois só exporta arcos de violino prontos, fabricados a partir de material de demolição e de árvores mortas, madeiras desvitalizadas que são fiscalizadas pelo IBAMA e geram ATPFs, como é o caso dos 153 m³ de madeira já referidos, que a empresa tem em estoque. Explicou que a Arcos Brasil comprou 178 toneladas em 2002 e 17 toneladas em 2004 da empresa Brasil Imperial, a qual teria notas fiscais, ATPFs e preço bom. Reconheceu que a Arcos Brasil, no início, utilizou-se do sistema Exporta Fácil, dos Correios, que exige nota fiscal, mas não sabe se o conteúdo do material exportado é verificado. Atualmente, a Arcos Brasil utiliza-se de um benefício da legislação que se chama drawback, pelo qual é importada parte do arco, que é um produto não feito no Brasil, paga-se o imposto de importação, esse produto passa a estar em trânsito no Brasil e então é feita a exportação formal.
Informou que tanto a importação quanto a exportação são fiscalizadas pela Receita Federal. O depoente comprometeu-se a enviar à CPI, no prazo de sete dias, os laudos que ele possui de vistoria do IBAMA comprovando a origem da madeira de sua empresa. Assseverou que sua empresa consome entre 3,5 m3 e 4,5 m3 de pau-brasil por ano, dependendo da quantidade de trincas da madeira, e explicou que, para se fazer um arco de violino, ela tem que estar muito velha, totalmente seca. O depoente mencionou que a inclusão do pau-brasil no Anexo III do CITES seria boa e que acredita que as empresas brasileiras que trabalham com pau-brasil têm sua madeira legalizada, a não ser alguns artesãos de fundo de quintal. Confirmou que, devido à CPI anterior, sua empresa foi alvo de processo pelo Ministério Público, por irregularidade na documentação de 33 m3 de madeira, mas que não se trata de “madeira verde”, visto que ela tem mais de 30 anos, e a culpa por alguma irregularidade teria sido de Luís Gonzaga Batista, que transportava a madeira como pessoa física antes de constituir a Brasil Imperial. Confirmou que nunca pediu que Luís Gonzaga lhe mostrasse o contrato social de sua empresa, o CNPJ, e que a citada pessoa tem de se reportar ao IBAMA de Eunápolis/BA, enquanto ele se reporta ao IBAMA de Vitória/ES. Disse também que não conhece Marcos Antônio Valadão da Silva, proprietário da Fazenda São José, em Mascote/BA, principal fornecedor de pau-brasil para a empresa Brasil Imperial, e que teria chegado a vender em 2001, de uma só vez, 80 toneladas da madeira sem a Declaração de Venda de Produto Florestal — DVPF, apenas com uma simples autorização do IBAMA para o fornecimento de ATPF. Dos nomes das pessoas físicas e jurídicas que lhe foram declinados, disse que conhece Brasil Imperial, Paulo Soares Busatto, Tarcísio Fringini, Carlos Alberto Borlini, Claudiano Lozer, Pierre Guillaume e sua empresa Archets Brasil Instrumentos Musicais Ltda., e desconhece Comercial Rofri Ltda., Serraria Luferpero e LFP Rockemback. Falou que não acha estranho o fato de todo o pau-brasil utilizado pelas empresas archetárias provir de madeira desvitalizada, embora desconheça as atividades que estejam fora da Arcos Brasil. Posteriormente à audiência pública, em documentação enviada à CPI, o depoente informou que os laudos técnicos do IBAMA relativos às vistorias de lotes de madeira da Arcos Brasil não se encontram mais em seus arquivos e enviou, entre outros documentos,
copia do contrato social da empresa e respectivas alterações, no qual não figura o nome de Pierre Guillaume como um dos sócios da Arcos Brasil.

- MARIA JACY ALMEIDA DE SOUSA, Proprietária da Horst John e Cia. Ltda.: iniciou dizendo que a história da Horst John começou nos anos 70, com a fabricação de arcos de violino no Brasil, quando o cidadão alemão com esse nome mandou para a Europa algumas pessoas para aprender o ofício. Até então, a matéria-prima era exportada apenas em sua forma bruta. Para iniciar a confecção de arcos no Brasil, ele montou uma empresa no Distrito de Guaraná, Município de Aracruz, Espírito de Santo, onde ela funciona até hoje. Segundo a depoente, a Horst John atualmente possui o único banco de germoplasma de pau-brasil, com outras variantes morfológicas de Caesalpinia echinata existentes no mundo, com mais de 30 anos de idade. Visando garantir a matéria-prima, foi formado um estoque, totalmente legalizado pelo então IBDF, para dar suprimento à profissão até as árvores plantadas ficarem ideais para o corte. No viveiro de mudas são produzidas 60 mil árvores de pau-brasil por ano, junto com outras espécies nativas. Segundo a depoente, a Horst John vem demonstrando, por seu trabalho, que a atividade de confecção de arcos de violino, quando bem planejada, pode ser usufruída nos tempos presente e no futuro, garantindo, assim, a perpetuação da espécie Caesalpinia echinata e da profissão archetária. Respondendo às perguntas dos Deputados, a depoente disse que trabalha com pau-brasil desde 1987 e que o estoque atual de sua empresa situa-se em torno de 42 m³. Afirmou ter ouvido dizer que dois ex-vendedores da empresa Vivace Indústria e Comércio Ltda., de Guarapari/ES, um dos quais de nome Jorge, estariam comprando a produção de fundo de quintal em Guaraná, mas não pode afirmar se Pierre Guillaume estaria envolvido ou se é contrabandista de madeira; certo é, contudo, que a empresa dele chama muita atenção por causa do prédio, que é grande e cor de abóbora. Falou que deveria haver melhor controle de estoque e fiscalização de todas as empresas que trabalham com o pau-brasil por parte do IBAMA. Disse que sua empresa utiliza o serviço “Exporta Fácil”, dos Correios e do Banco do Brasil, pelo qual cada remessa pode ser de até 20 mil dólares. Quanto às pessoas físicas e jurídicas cujos nomes lhe foram declinados, disse que conhece Paulo Soares Buzatto, Tarcísio Fringini, Carlos Alberto Borlini, Pierre Guillaume e sua empresa Archets Brasil Instrumentos.
Musicais Ltda., Folman, de Maiaporã, Estado de São Paulo (esta, apenas pela internet), Verter Miguel Schmitel e Valdeci Soares Siqueira Ribeiro, muitos dos quais são ex-funcionários da Horst John, e desconhece Brasil Imperial, Comercial Rofri, Serraria Luferpero, LFP Rochemback, Madeiras Corcovado Ltda. e Argos Comércio Importação e Exportação de Instrumentos Musicais Ltda. Alguns dias após a audiência pública, em resposta escrita a algumas perguntas dos Deputados que não puderam ser respondidas à ocasião, a depoente afirmou que o fechamento das empresas brasileiras e o estancamento do contrabando de pau-brasil não inviabilizariam a continuidade da atividade archetária no exterior, uma vez que a Alemanha e a França possuíram estoque de madeira para mais uns 50 anos, o que os tornaria monopolizadores do mercado de madeira dessa espécie. Além disso, tal atitude não resolveria o problema da extinção do pau-brasil, uma vez que seria utópico tentar estancar o contrabando da espécie, que abastecia a quase totalidade das empresas internacionais. O que deveria ser feito, na opinião dela, é um levantamento de toda a madeira apreendida pelo IBAMA, seguida de leilão, além da regularização dos estoques ilegais de pau-brasil de posse das empresas, mediante a contrapartida delas na forma da implantação de projetos de reflorestamento. Isso fortaleceria a posição do IPCI/COMURNAT de exigir que seus membros só adquiram madeira certificada, o que acabaria inibindo o contrabando, que não encontraria mercado para esse comércio ilegal. A depoente também acredita não haver diferenciação, quanto à qualidade para uso em instrumentos musicais, entre a madeira oriunda da mata nativa e aquela proveniente de plantio, sendo que testes com esse objetivo já estão sendo feitos na fábrica da Horst John pela Fundação Nacional do Pau-Brasil – Funbrasil, com madeira, que ainda se encontra em processo de secagem, de uma árvore plantada há cerca de 30 anos.

F7EDA12355

43ª Audiência Pública da CPIBIOP – 23/11/05

- Dr. ANTONIO PAES DE CARVALHO, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Biotecnologia e Diretor-Presidente da Empresa de Biotecnologia Extracta Moléculas Naturais S/A: proferiu palestra intitulada “Acesso ao Patrimônio Genético Brasileiro: da bioprospecção
à agregação de valor – papel da ambiência regulatória brasileira”. Introduziu o tema informando que o Brasil possui 22% da biodiversidade vegetal mundial, representada por mais de 60 espécies de vegetais superiores, sendo só 1.400 espécies vegetais bioativas conhecidas no país. Apresentou o processo de pesquisa, identificação e processamento de substâncias vegetais bioativas desenvolvidos pela empresa EXTRACTA e caracterizou o “processo inventivo da nova molécula bioativa”. Citou o contrato existente entre a EXTRACTA e a GLAXO e demonstrou os retornos gerados para o País em decorrência do contrato. Mencionou o sistema de controle do acesso aos recursos genéticos e de repartição dos benefícios existente no Brasil. Ao criticar dispositivo da Lei de Propriedade Industrial que impede o patenteamento de extratos e substâncias químicas puras extraídas da natureza, ainda que sua composição, estrutura molecular e propriedade farmacológica sejam desconhecidas da tradição, da ciência e da técnica — por serem consideradas descobertas e não invenções — afirmou estar o Brasil em descompasso com os países industrializados e mesmo com outros em desenvolvimento. Assim, ao declarar que a norma legal em vigor funciona como desestimuladora da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação em relação à biodiversidade brasileira, propôs a alteração da referida lei, sugerindo que “devem ser patenteáveis genes e substâncias naturais desconhecidas do estado da arte química e que envolvam inventividade no seu isolamento e na determinação de sua atividade biológica”. E finalizou: “sua proteção é imperativa para a agregação de valor à biodiversidade e para a repartição de benefícios.”

- Dr. EDUARDO VÉLEZ MARTIN, Chefe do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA; Secretário-Executivo do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN. : em sua segunda participação na CPI da Biopirataria, o Dr. Eduardo Vélez iniciou com breve resumo dos trabalhos realizados pelo CGEN no interstício de um ano, entre as presenças na CPI. Afirrou que o Conselho continua a implementação do estabelecido na Medida Provisória 2.186-16, de 2001, ainda que esteja em formulação anteprojeto de lei que disporá sobre o acesso ao patrimônio genético, aos conhecimentos tradicionais associados e sobre a repartição dos benefícios, em substituição à referida MP. Informou ter sido promulgado decreto que regulamentou as
sanções administrativas previstas na MP — Dec. n° 5.459/05. No âmbito das ações de combate à biopirataria, apresentou a estrutura institucional existente, os trabalhos realizados de modo integrado pelo CGEN, IBAMA, FUNAI e Polícia Federal, e as atividades de capacitação dos agentes públicos, dos detentores do patrimônio genético e das comunidades envolvidas. Apresentou, em linhas gerais, a nova proposta de legislação ainda em discussão na Casa Civil da Presidência da República, justificando sua importância a partir da experiência adquirida nos quatro anos de implementação da MP e na necessidade de definição de sanções penais para os crimes de biopirataria. Fundamentou os objetivos da legislação nacional, a partir das diretrizes emanadas pela Convenção da Diversidade Biológica – CDB, da qual o Brasil é signatário, como sendo: a determinação da soberania nacional sobre a biodiversidade, a repartição de benefícios advindos do uso dos recursos genéticos e os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais sobre seus conhecimentos tradicionais. Listou os desafios do novo marco legal, quais sejam: desonerar a pesquisa e a bioprospecção; definir quem tem direito à repartição dos benefícios e os mecanismos que garantam a conservação e o desenvolvimento sustentável; e estipular quais usos dos recursos genéticos devem gerar repartição de benefícios. Finalmente, apresentou em linhas gerais as propostas de alteração da legislação em vigor com vistas a superar os desafios listados.

**44ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 30/11/05**

- Dr. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI: enfatizou o reconhecimento internacional sobre a relevância da regulamentação do acesso ao patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, destacando a crescente necessidade da cooperação internacional para tornar mais eficiente as ações de controle e fiscalização nesta área. Citou dispositivos constantes na Lei da Propriedade Industrial que tratam da patenteabilidade das invenções, notadamente os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (art.8º). Ademais, a lei estabelece que não se considera invenção "o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos
encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou
germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais”
(art. 10). Reconheceu que tal dispositivo tem sido apontado como
desestimulador de P&D em razão da impossibilidade de proteção patentária de
substâncias isoladas de seres vivos, fonte potencial de inúmeros
medicamentos. Ao citar o art. 31 da MP 2.186-16/01, — que condiciona o
direito de propriedade industrial à informação, pelo requerente, da origem do
material genético e/ou do conhecimento tradicional associado — reafirmou que
sua inobservância pelo INPI resulta da falta de regulamentação do referido
artigo, estabelecendo entre outros a abrangência e os procedimentos a serem
adotados, necessários à implementação do dispositivo. Mencionou o Acordo
TRIPS, no âmbito da OMC, que estabelece aos seus signatários os limites para
matéria não patenteável, tendo definido no art. 27 (3) (b) que “plantas e
animais, exceto microorganismos e processos não biológicos e
microbiológicos”. Nos fóruns internacionais, elencou as principais discussões
em andamento: Na OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual), o
reconhecimento dos conhecimentos tradicionais como propriedade intelectual,
a necessidade de suficiência descritiva de origem de material biológico, além
da harmonização de patentes. Na OMC, as relações entre a Convenção da
Diversidade Biológica e o Acordo TRIPS e a introdução no TRIPS da
necessidade de divulgação de origem do material genético, do consentimento
prévio fundamentado e a repartição de benefícios. Por fim, citou declaração
dos Países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA) que
afirma a intenção de promover o intercâmbio das normas, práticas e políticas
nacionais e regionais sobre propriedade intelectual e sistemas de inovação; a
necessidade de cooperação no desenvolvimento de mecanismos para a
proteção dos direitos dos países sobre os conhecimentos tradicionais dos
povos e os recursos genéticos da Amazônia e a busca de coordenação das
posições e harmonização normativa para garantir a eficácia na defesa do
patrimônio natural e cultural, entre outras.

- Lauro Domingos Moretto, Representante da
Febrafarma no CGEN: abriu sua fala colocando-se à disposição da CPI para
colaborar com seus objetivos. Esclareceu que as pesquisas por ele realizadas
utilizaram a típica bioprospecção no contexto da atual biodiversidade, já que
seus cursos de pós-graduação e defesas de teses versaram sobre preparação de enzimas proteolíticas — ficina e bromelina, extraídas, respectivamente de látex de figueira e de caules de abacaxizeiros. Relatou que levantamentos feitos pela OMS — Organização Mundial de Saúde — revelam que existem pelo menos mais de 50 legislações ou regulamentos diferentes para o registro de medicamentos fitoterápicos em diferentes países, bem desenvolvidos ou considerados em nível elevado de desenvolvimento. Expôs os objetivos e formas de atuação da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA –, que tem assento permanente no CGEN. Ao responder aos questionamentos dos Deputados, disse não existir um consenso nem nacional, tampouco internacional, sobre o assunto tratado na Medida Provisória nº 2.186, de 2001, e considerar que ela precisa ser aperfeiçoada. Afirmou que a maioria das plantas medicinais que temos em uso na terapêutica hoje advém de plantas medicinais que não são do continente americano ou sul-americano. Para mudar esse quadro, considera necessário um maior conhecimento do nosso patrimônio genético, já que o conhecimento disponível é muito pequeno para ser explorado na área farmacêutica, razão pela qual a pesquisa científica deve preceder à bioprospecção. Por fim, disponibilizou para a CPI livros sobre regulamentos para a área farmacêutica, inclusive o livro “Manual de Fitoterápicos”, em que consta um levantamento de 14 ou 15 anos das pesquisas feitas sobre fitoterápicos no Brasil.

45ª Audiência Pública da CPIBIOPI – 07/12/05

- PEDRO CERQUEIRA LIMA, Presidente da ONG Fundação BioBrasil: iniciou apresentando, na sua opinião, as cinco alternativas possíveis para as aves apreendidas com traficantes, no Brasil: doação para zoológicos e institutos semelhantes, doação ou venda a instituições de pesquisa, leilão dos animais confiscados, eutanásia e, por fim, soltura e reintrodução. Para o depoente, esta última é a única viável, embora existam algumas polêmicas sobre a reintrodução de espécies, sendo que duas delas são as mais preocupantes: a possibilidade de os animais não se adaptem e a introdução de doenças exóticas. A esse respeito, disse que foi convidado pelo Ministério da Saúde, como uma autoridade em aves migratórias
– por ter sido ele que descobriu a rota de migração das aves da Europa para o 
Brasil –, para fazer pesquisa sobre o vírus da gripe do frango, que pode chegar 
ao nosso País e se tornar uma pandemia. Alegou que é plenamente possível 
reintroduzir qualquer espécie de animal na natureza. Falou das dezenas de 
prêmios que já recebeu e que seu trabalho sempre se pautou pelo idealismo. 
Reclamou da legislação pátria, que não consegue manter o traficante preso, e 
deixou para a CPI diversos produtos e publicações, entre as quais um livro que 
especifica as 826 espécies de aves do Estado da Bahia, quase a metade de 
todas as existentes no Brasil, que montam a cerca de 1.700. Segundo ele, 
quem não conhece não preserva, e para preservar os animais é necessário 
incluir as comunidades e também as prefeituras municipais, que podem coibir o 
tráfico nas feiras com maior eficiência. Respondendo às perguntas dos 
Parlamentares, o depoente afirmou que seu nome nunca foi investigado pelo 
Ministério Público e que Charles Muun é um preservacionista multimilionário, 
que tem ONGs em muitos países e vários artigos científicos publicados, sendo 
conceituado como uma das maiores autoridades mundiais no assunto, embora 
 não tenha nenhum projeto no Brasil. Disse que ele age como doador, 
mandando recursos para a BioBrasil, como também o fazem outros doadores 
internacionais, via Banco do Brasil, dinheiro do qual ele presta contas ao 
Ministério Público. Sobre Otávio Nolasco de Farias, disse que ele detém 20 mil 
hectares de terra, os melhores locais onde as araras se reproduzem, e que, por 
sua fama de “durão”, conseguiu evitar que traficantes entrassem na área e, 
assim, é uma das pessoas que mais contribuiu para preservação dessa 
espécie. O depoente rebateu a informação de que teria sido expulso das terras 
do Sr. Nolasco porque estaria agenciando a compra de terras vizinhas para 
vendê-las a traficantes de animais. Afirmou que o final da sociedade entre eles 
se deu por questões financeiras, uma vez que o Sr. Nolasco estaria querendo 
aumentar o preço do aluguel de suas terras; o depoente, então, teria saído, 
mas deixado lá dentro o CEMAVE, órgão do IBAMA, guardando o local. 
Perguntado sobre que tipo de serviços a fundação que dirige paga em Água 
Branca, no Estado da Bahia, e em São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí, 
respondeu que desenvolve projetos de ecoturismo e artesanato para 
observadores de aves, e com o dinheiro arrecadado ele paga seus 
funcionários, alguns deles ex-traficantes. Confirmou que trabalham para ele em
Jeremoabo os Srs. Antônio José de Jesus Pimentel, vulgo “Tonho Zé”, José Carlos Silva Ribeiro, vulgo “Carlinhos de Maroto”, Luiz Eduardo Souza Silva, professor da comunidade rural, Zito Cancão e José Raimundo Silva Araújo, o “Raimundinho”, esses dois últimos por indicação do próprio fazendeiro Nolasco, dizendo que desconhece que tais pessoas tenham contra si processos por denúncia de tráfico de animais silvestres. Afirma que também desconhece ter dito na anterior CPITRAFI que os principais compradores de animais eram criadores legalizados pelo IBAMA. Falou que comprou cerca de 4 mil hectares de terras no sul do Piauí para operar o ecoturismo, dada a existência lá de arara-azul-grande (Anodorhynchus hyacinthinus), arara-vermelha, arara-amarela, onça pintada, lobo guará etc. Reputou de totalmente inverídica a denúncia recebida pela CPI de que estrangeiros estariam fazendo biopirataria no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, utilizando como base duas ecopousadas rústicas montadas pela Fundação BioBrasil, administradas ambas pelo biólogo Cid Simons, a Cliffs Reserve e a Green Wing Valley, às bordas do parque, afirmando que seus clientes são apenas observadores de aves. Disse que até poderia perder suas terras para o Governo em função da criação do parque, desde que o intuito fosse de conservação, mas que não admite perdê-las para produtores de soja. Ao final, afirmou que não tinha nomes ou rotas relativas ao tráfico de animais para repassar à CPI e, mais uma vez, que essa é uma questão municipal. O depoente entregou à CPI diversas publicações e artesanatos e, posteriormente, enviou um relatório de atividades da Fundação BioBrasil de 2000 a 2005, incluindo cronograma de atividades 2006/2007, em que endossa diversas afirmativas por ele feitas por ocasião da audiência pública.

- NELSON SIMPLÍCIO DE FIGUEIREDO, Mecânico: iniciou dizendo que é mecânico de fogão, atividade com a qual recebe cerca de R$ 250 por mês. Afirma que mexe com tráfico de animais há muito tempo, mas que, ultimamente, não o estava mais praticando, tendo sido autuado apenas uma vez e libertado de imediato, sem o pagamento de fiança. Disse que não responde a processo e não sabe por que lhe atribuem o título de maior traficante atual do Nordeste brasileiro. Falou que é a necessidade do povo, que está passando fome e não tem como sobreviver, que leva ao tráfico de animais, que são comprados em feiras livres para revenda em todo o Brasil.
Afirmou que não conhece direito o traficante José de Santana Silva, de Cipó, que foi preso com 300 animais silvestres em um caminhão baú em Vitória da Conquista e disse que a mercadoria era dele. Também não sabe por que motivo lhe foram atribuídos os 2.139 animais apreendidos em Cândido Sales com a traficante Deuzari Santos Silva, esposa de José Santana Silva, a quem ele mal conhece. Quanto à recente apreensão de 900 pássaros no Município de Vitória da Conquista, em novembro de 2005, em que foram presos em flagrante o motorista de caminhão, Givaldo Alves Santos, e ele, como acompanhante, afirmou que foi comprando os pássaros aos poucos, ao longo de um mês, nas feiras da região, pagando de R$ 0,50 a R$ 1,00 cada, e os estava levando para vender em São Paulo, à base de R$ 1,50 a R$ 2,50 cada. O Presidente da CPI não acreditou nesses números, pois a operação redundaria em prejuízo. O depoente afirmou que, em condições normais, apenas pouco mais de 2% dos pássaros morrem no transporte. Disse também que há criadores que legalizam animais pela internet, à base de R$ 30 cada registro. Em seguida, o Presidente foi lendo nomes de supostos traficantes e questionando o depoente se os conhecia, ao que este respondeu positivamente aos nomes de João Batista de Santana, vulgo “Santana” (que estaria vendendo coco verde), Deuzari Santos Silva, José Dantas de Santana, vulgo “Zé de Tota” (que também seria vendedor de coco e artesanato) e Juarez (que não estaria mais em atividade) e negativamente aos nomes de Agnaldo Miranda de Jesus, vulgo Patuá, Joselito dos Santos, Cepeira, José Gordinho (já ouviu falar dele), Wesley Santos Oliveira, filho de Pesão, Eduardo Ferreira dos Reis, irmão de Néo, Robson de Jesus Bom, Ivan Givaldo Soares dos Santos, Manuel Ferreira dos Reis, vulgo Néo e Diogo, filho de Deuzari. O depoente também disse que não conhece quem faça tráfico de ovos de papagaio e de arara na Bahia, mas que isso ocorreria “para o lado de Belém do Pará”. Disse também que nunca negociou azulões. Falou ainda que conhece Santana há vinte anos, mas que não sabe que ele é o maior traficante de ovos do País, nem que os ovos enviados a Portugal teriam sido apreendidos naquele país. Em seguida, o depoente afirmou que, por ocasião da anterior CPI TRAFI, ele teria implorado para trabalhar no Centro de Recuperação de Animais do IBAMA, em Vitória da Conquista, para recuperar os bichos
apreendidos, que é o que ele sabe fazer, mas seu pedido nunca foi atendido e, por isso, ele voltou para o tráfico, pois tem 11 filhos para criar.

- ALFRED MARK RAUBITSCHEK, Cidadão Americano, Comerciante de Madeira, Dono da Empresa Exotic Wood Savage, nos Estados Unidos: acompanhado do tradutor e intérprete José Manoel Guilherme Borba, iniciou dizendo que está aqui no Brasil há cinco anos, mora em São João do Paraíso e veio para cá com o intuito de comprar madeira. Disse que seus únicos bens são uma casa pequena e um veículo Fiat e que, atualmente, é autônomo e corretor para uma empresa na Bahia de beneficiamento de produtos de madeira. Falou que possui visto permanente e que é casado com uma brasileira, tendo um filho que mora nos Estados Unidos. Afirma que não trabalha mais com pau-brasil, mas que já o exportou anteriormente. Disse que não responde a nenhum processo judicial. Falou que a empresa com a qual trabalha mexe com madeiras de várias espécies. Disse que o Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira não é seu sócio formal, que apenas comprou madeira na mão dele. Disse que já fez pesquisa na Amazônia para beneficiar os tocos remanescentes de mogno, mas o negócio não foi adiante. Afirma que o Sr. Edson Silva de Oliveira não é seu empregado, mas trabalha para a empresa da qual é representante, e que ele não serra mais pau-brasil, somente outras madeiras. Afirma que nunca utilizou o sistema Exporta Fácil, dos Correios, para exportar produtos beneficiados de madeira, mas que o Sr. Edson o utiliza de vez em quando para exportar cabos de revólver, apitos para atrair patos e outros produtos de madeira. Disse que os primeiros custam de 2 a 3 dólares e os últimos, cerca de 1 a 2 dólares, e que os cabos são vendidos por 10 dólares aqui e por 60 dólares no exterior, ao passo que os apitos chegam a ser vendidos por mais de 80 dólares. Afirma que por essas vendas ele só recebe comissão e que nunca ouviu falar em Pierre Guillaume Archetier. A respeito da denúncia feita pelas empresas archetárias de que ele teria afirmado ser o único a exportar produtos de pau-brasil com licença do IBAMA, disse que ele mesmo não tinha essa autorização, mas que o Sr. Nei de Oliveira a teria. Falou que, em 2002, a Receita Federal fiscalizou o produto, que estava declarado por seu nome científico (Caesalpinia echinata) e, assim, a exportação de 1,4 m³ de pau-brasil por avião para os Estados Unidos ocorreu sem problemas.
- EUGÊNIO VICTOR FOLLMANN, Empresário do Ramo Madeireiro em Mairiporã/SP: iniciou dizendo que, após ter vindo para o Brasil em 1975 para trabalhar como engenheiro acústico na empresa Gianini, abriu sua própria firma Follmann & Sons, que corta madeira e fabrica componentes de instrumentos musicais, basicamente violões e violinos, vendendo-os no País e exportando-os há 15 ou 20 anos. Disse que, em 2005, comprou cinco carretas (cerca de 160 m\(^3\), de um total de 4 mil m\(^3\)) de resíduos de madeira (sobra composta por peças curtas, com 50% de aproveitamento) da empresa Cikel, de serrarias de São Félix do Xingu e Tucumã, tendo sido pagos R$200 mil (ao invés dos R$3 mil oferecidos para queima) para duas associações indígenas, conforme contrato com o Instituto Raoni, que foi vistoriado pelo IBAMA. Afirou que não lida com pau-brasil e, quanto ao jacarandá-da-bahia, possui estoque de 350 m\(^3\), devidamente fiscalizado pelo IBAMA em 1994, sendo que, no Brasil, apenas a firma dele possui a autorização Cites para exportá-la. Com relação ao mogno, adquiriu duas carretas de refugos de laminação da firma Lamapa, em Belém, há cerca de sete anos, bem como as citadas cinco carretas da Cikel. Disse que nunca exportou pau-brasil, apenas jacarandá, e que não houve evasão de divisas. Falou que sua esposa fundou uma associação beneficiante há 14 anos, em Pedra Bela, onde se pretende ensinar fiação, tecelagem e marcenaria para membros de comunidades indígenas, conforme o “Projeto Espaço Kayapós”. Mostrou carta que encaminhou ao cacique Megaron em que aconselha os índios a produzirem, eles mesmos, os componentes de madeira para exportação, para que ganhem até cem vezes mais do que hoje, com a venda da madeira bruta. Disse que seu terreno de 20 ha em Mairiporã foi transformado em RPPN, dentro do qual está reservado um local para o Espaço Kayapós. Afirou que teve autorização do MMA para transportar os refugos de madeira, para os quais há isenção de ATPF, e que não transportou toras. Negou ter comprado 32 m\(^3\) de mogno de Koly Kayapó e que Eduardo Eurípedes, ex-assessor da presidência da FUNAI, acusado de ter assediado lideranças da comunidade Kriketum por causa de 2 mil m\(^3\) de mogno apreendidos pelo IBAMA, seja seu empregado ou sócio, que...
tem só um contrato de parceria com ele, mas que não sabe desse assédio. Disse que não conhece nenhuma empresa canadense no Rio de Janeiro e que seu conhecimento com o cacique Megaron advém de Colider e nada tem a ver com a Ministra Marina Silva. Disse que exportou apenas 1,5 m³ de jacarandá em 2004 com a devida licença Cites. Ao final, analisando a documentação, o Deputado Casara chamou a atenção do depoente para o fato de que o contrato com o Instituto Raoni teria que ter sido homologado pelo órgão oficial, a FUNAI.

- Dr. RICARDO STOPPE JÚNIOR, Proprietário de área rural no Estado do Amazonas: iniciou seu pronunciamento acusando o governador de Rondônia, Sr. Ivo Cassol, de ter invadido fazenda de sua propriedade, localizada no sul do Amazonas, em julho de 2005. Afirmou que o governador utilizou a estrutura do Estado, invadindo a fazenda com policiais civis e militares, comandados pelo Major Sena, atual Secretário de Segurança de Rondônia. Na ocasião, os funcionários de sua fazenda foram expulsos e registraram ocorrência na Polícia Federal no Acre, visto que a Delegacia de Extrema (RO) negou-se a registrá-la. Afirmou, também, que o governador contou com a ajuda de grileiros da região conhecida como “Estrada do Boi” para abrir caminho até a sede da fazenda. Segundo o Sr. Stoppe, a motivação do governador seria o interesse em construir três usinas hidrelétricas nas cachoeiras existentes no imóvel, em benefício de uma empresa particular “Eletrossol”. Segundo o depoente, a denúncia que chegou à CPI encaminhada pela Deputada Perpétua Almeida, também foi encaminhada a outros 96 órgãos públicos e originou processo de reintegração de posse, ganho por ele na primeira e segunda instância. Relatou que, durante o processo de reintegração de posse, descobriu diversas irregularidades bastante comuns na região. Afirmou já ter recebido 38 ameaças de morte, ter sido seguido e sua família ameaçada. Citou que na região os grileiros invadem terras do Estado e, para regularizarem a situação, utilizam-se de títulos bolivianos que só poderiam ser utilizados no Acre. Explicou que os títulos são multiplicados ilegalmente, passando do Acre para Rondônia e de lá para o sul do Amazonas. Conforme explicado pelo Sr. Stoppe, esses títulos possibilitariam não só a comercialização da terra, mas, também, a da madeira. Quando começou a ser exigida a apresentação de ATPF para se comercializar a madeira, eles passaram a utilizar-se de Planos de Manejo inexistentes. Aprovam,
ilegalmente, projeto de manejo no Acre, e assim obtém ATPFs que são comercializadas em um posto de gasolina em Abunã. Segundo ele, os títulos utilizados para conseguir aprovar projetos de manejo são falsificados com o auxílio do cartório de Lábrea. Asseverou que a repórter Ivonete, do Jornal Rondônia Agora, filmou as ATPFs em branco e gravou o segurança da portaria da Estrada do Boi, afirmando que elas só eram preenchidas quando tinha fiscalização, e que a maioria da madeira era retirada durante a noite, não necessitando do documento. Para ele, o objetivo da repórter era vender a matéria, o que não se concretizou. Afirma ter gravado conversas telefônicas com o governador, seu filho e seus assessores Carlos Henrique Alves, Ronaldo Furtado e Jairo Fernandes de Sousa, sendo estes assessores os que se diziam donos da terra e autores da falsificação de uma escritura no cartório de Candeias do Jamari, com a qual responderam na justiça ao processo de reintegração de posse movido por ele. Relatou que o Superintendente do INCRA do Amazonas confirmou, nos meios de comunicação regionais, ter encontrado engenheiro e maquinário do grupo Cassol na área, durante uma fiscalização realizada pelo órgão na região. Afirma que a obra da usina não foi iniciada, tendo sido abertos aproximadamente 40 Km de estrada, o que provocou grande impacto ambiental e a retirada de uma grande quantidade de madeira. Informou, ainda, que o INCRA possui fotos aéreas que comprovam a presença de caminhões carregados de madeira em sua propriedade. Acredita que a madeira retirada deve ter sido destinada aos distritos de Extrema, Abunã e Nova Califórnia, todos pequenos, mas com um grande número de serrarias que absorvem toda a madeira ilegal da região. Considera que, para se chegar aos falsificadores de ATPFs, é necessário começar pelas fraudes ligadas à regularização fundiária. Disse que o cartorário de Lábrea responde a 200 processos e continua agindo ilegalmente. Deu o exemplo de leilões em que o próprio oficial de justiça oferece a possibilidade de compra de títulos, com a garantia da não existência de nenhum outro interessado e acertado o preço com antecedência. Esta seria, apenas, uma das formas utilizadas para se regularizar terra grilada do Estado. Com o título falsificado em mãos, inicia-se a fraude ambiental, com o uso de Planos de Manejo inexistentes para a obtenção de ATPFs que são comercializadas livremente no restaurante Gueba, localizado no posto de gasolina da Vila Abunã.
47ª Audiência Pública da CPIBIOP – 13/03/06

- JOÃO BATISTA DE SANTANA, Suspeito de Tráfico de Animais: iniciou dizendo que o motivo de ele responder a inquérito se deve ao fato de que alguém o teria denunciado por ter tentado embarcar Márcia da Conceição para Portugal portando ovos de papagaio, mas, segundo ele, isso não é verdade. Após o Relator tê-lo relembrado de que, na anterior CPITRAFI, ele à época afirmou ter largado o tráfico oito anos antes, mas foi preso logo em seguida por esse crime, alegou que, à época, três anos atrás, foi ameaçado por um policial federal, cujo nome não sabe, e obrigado a confessar a autoria o crime. Disse que não tem a menor idéia de como os ovos foram enviados ao exterior e nem de seu valor. Entre os suspeitos de tráfico, disse que conheceu “Roleta” (de quem comprava aves), Ronaldo de Duque de Caxias/RJ (que fazia transporte de aves), Guilherme “Cipó” (nunca fez negócio com ele), mas há muitos anos não os vê, e que não conhece José de Santana Silva, nem Washington Luiz de Barros. Confirmou que falou por telefone algumas vezes com Loureiro (de Porto, Portugal), que lhe encomendava papagaios comuns, mas que não fez negócios com ele. Disse que não há tráfico de ovos em Uauá, que havia apenas de papagaios, mas que hoje acredita que nem deles há mais. Também não conhece Evanildo Cardoso da Conceição (motorista da Viação São Luiz) e, quanto a “Bastiãozinho”, de Uauá, disse que mal o conhece. Alega ter uma pequena loja de roupas em Uauá e que há três anos vende as peças em várias cidades. Como ele anteriormente comprava diversas aves (azulões, galos-de-campina, tico-ticos, papa-capins, cardeais etc.), muitas pessoas ainda as oferecem para ele, o que lhe causa problemas. Disse que conhece Herculano (o “Português”), mas que não tem vínculo comercial com ele, e não conhece “Zelinger”. Conhece Djalma, que tem um trator, mas negou que ele seja seu procurador. Disse que seu irmão José também largou o tráfico há mais de quatro anos, tendo comprado um caminhão e vive dele. Afirmou que durante muito tempo vendeu animais em feiras livres em todo o Brasil, tendo sido preso com um carregamento de azulões na rodovia em Itaobim/MG, há cerca de 20 anos, com destino provável para o Rio de Janeiro. Informou que o tráfico de ovos de psitacídeos é relativamente recente. Falou que nunca
vendeu animais para Jaime Vieira de Lima, de Lauro de Freitas, ou para Maurício, do Criadouro Chaparral, e que nunca vendeu macacos e micos, conforme denúncia da qual também teria sido vítima anos atrás em Linhares/ES. Também afirmou que nunca teve caminhão, nem que tenha transportado cóco nele. Assegurou que tem apenas R$20 mil ou R$30 mil de patrimônio, uma vez que mora na casa de sua mãe, sendo que sua loja de roupas é alugada. Afirou que próximo a Zé Doca, no Maranhão, há uma cidade chamada Araguanã, onde existe um grupo de pessoas que avalia animais, entre os quais “Roleta”. Ao final, afirmou que nunca fez negócio com nenhum zoológico ou criadouro.

- JOSELITO DOS SANTOS, Suspeito de Tráfico de Animais: afirmou que hoje é motorista, mas que, quando tinha 18 anos de idade, iniciou o tráfico de animais silvestres por motivo de sobrevivência, do que hoje se arrepende. Disse que responde a seis processos judiciais, por crimes cometidos entre 1995 (única ocasião em que foi preso em flagrante) e 2004 (quando levava para São Paulo seis araras-azuis-de-lear, que ele mesmo havia capturado, sozinho, em Pedra Branca), mas que hoje não mexe mais com isso, desde esse último ano. Disse que hoje é bem mais difícil traficar animais, por causa da fiscalização, e que antigamente era fácil encontrar motoristas de caminhão que levassem os animais para o sul do Brasil. Afirou que bichos com alto valor são encomendados, enquanto os de menor valor são vendidos nas feiras livres. Segundo ele, em 2004, “Socorro”, “Zé Godinho” e “Neguinho” eram receptadores de animais em São Paulo, e Zuilma e Dona Ana no Rio de Janeiro. Hoje, vêm azulões e cardeais de Pernambuco (não há mais na Bahia), mas papagaios vêm de Uauá e de Barreiras, no Raso da Catarina. Disse que é muito difícil largar o tráfico, por falta de apoio, mas tem esperança de não mais voltar a ele. Recusou-se a fornecer nomes de atuais traficantes por medo de represálias. Quando atuava como traficante, os animais, por vezes, eram enviados em meio a caixas de artesanato. Afirou que seus antigos auxiliares (Carlinhos e Tonho Zé) largaram o tráfico e hoje trabalham com Pedro Lima na Fundação BioBrasil.

- AGNALDO MIRANDA DE JESUS, Suspeito de Tráfico de Animais: iniciou dizendo que trabalha na Prefeitura de Cipó, mas efetuou o tráfico de animais em setembro de 2005, junto com “Tatuí” e “Luiz”, capturando
pássaros para vender às 4ªs feiras na feira livre de Cipó e, por isso, ficou 20 dias preso em Euclides da Cunha/BA. Ele capturou 375 cardeais e azulões, com arapuca e visgo, em Mundo Novo, Uauá. Antes, só havia pegou, sozinho, cerca de 100 cardeais, também em 2005. Disse que conhece “Panta”, por ser da mesma região dele, mas que ele mora em São Paulo, e que não conhece “Bino”.

- EDUARDO FERREIRA DOS REIS, Suspeito de Tráfico de Animais: conhecido como “Baiano”, iniciou falando que trabalha na roça e é camelô, tendo agora passado mais de dois meses em Laguna, Santa Catarina, vendendo artesanato, mas que não mexe com tráfico de animais. Segundo ele, teria sido preso por dar carona de moto a uma pessoa (de apelido “Boy”), que levava uma caixa com pouco mais de 30 pássaros. Não conhece “Zé Godinho”, nem “Panta”. Não sabe por que motivo é acusado de ser um dos maiores pegadores de pássaros do sertão. Disse que já ouviu falar em João Batista de Santana, mas não tem amizade com ele.

- OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS, Proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina/BA: iniciou dizendo que cada município deveria cadastrar seus traficantes e criar uma guarda municipal de meio ambiente. Segundo ele, o IBAMA também deveria fazer convênios com a Polícia Rodoviária Federal para melhorar a fiscalização nas rotas de tráfico. Duvidou das declarações de inocência dos depoentes suspeitos nesta audiência, citando o exemplo de Zelito, que, segundo ele, estava em 2005 (portanto, quando já teria largado o tráfico), em Jeremoabo, na empresa São Geraldo, com um ex-auxiliar de tráfico e uma grande sacola, que ele supõe fossem araras. Afirmando que a fiança deveria ser aumentada e que os delegados não deveriam poder fixar fiança no caso de crimes ambientais, deixando-se tal prerrogativa apenas para a Justiça. Condenou a divulgação de preços de animais silvestres, o que estimularia o tráfico. Voltou a tecer comentários, conforme depoimento anterior à CPIBIOP, sobre as duas araras-azuis-de-lear que caíram do ninho e ainda se encontram em cativeiro na Serra Branca, mas que já deveriam ter sido soltas. Também reclamou do destino das seis araras apreendidas com Zelito, que deverão, para seu desgosto, ser levadas para zoológicos. Reclamou também da ingerência do IBAMA, na pessoa de seus funcionários Onildo e Iara, junto a uma entidade alemã que o
auxilia, posicionando-se contra a contratação de seis vigilantes para a fazenda de As Barreiras, a não ser que fosse pela via do Instituto. Registrou novamente a necessidade de um serviço de inteligência no IBAMA para inibir o tráfico e a biopirataria.

- PEDRO CERQUEIRA LIMA, Presidente da Fundação BioBrasil: iniciou dizendo que o tráfico é uma questão municipal, que uma simples lei proibindo a venda de animais em feiras livres já resolveria grande parte do problema, como já ocorrido em Feira de Santana e, mais recentemente, em Camaçari. Apresentou à CPIBIOP um projeto de lei estadual de sua autoria com esse teor. Recomendou que cada município fizesse o seu inventário da avifauna, pois quem não conhece não preserva. Reclamou da não existência de um CETAS em Feira de Santana, conhecido entreposto na rota de tráfico de animais silvestres. Discorreu novamente sobre os projetos que desenvolveu e desenvolve acerca da avifauna e educação ambiental, bem como de pesquisas de sua autoria, incluindo estudos sobre reintrodução de psitacídeos.
3.3. CASOS INVESTIGADOS

3.3.1. Tráfico de Animais

3.3.1.1. Peixes Ornamentais

A CPI da Biopirataria recebeu cópia e analisou o Inquérito Policial nº 602/2004-SR/DPF/AM (Processo nº 2004.32.00.007926-1, 2ª Vara JF/AM) (Anexo 4), conduzido pela Polícia Federal (Superintendência Regional no Amazonas) referente à apreensão, no dia 11 de novembro de 2004, de 190 caixas de peixes ornamentais que seriam despachadas para os EUA.

Análise da documentação

São mencionados no auto de prisão em flagrante, como autoridades, condutores, testemunhas, conduzidos ou advogados, os seguintes:

- José Paulo Leão Veloso – delegado de Polícia Federal;
- Larissa de Góes Cavalcanti Magalhães – delegada de Polícia Federal;
- Júlio César Pereira Queiroz – agente de Polícia Federal, condutor e primeira testemunha;
- João Alberto Rodrigues Torres – técnico ambiental do IBAMA e segunda testemunha;
- Asher Benzaken – primeiro conduzido, proprietário da empresa TURKYS AQUARIUM;
- Edmilson Melo Galvão – segundo conduzido, proprietário da empresa AQUAMAZON IMP. E EXP. LTDA.;
- Jorge Rodrigues Ramos – terceiro conduzido, despachante aduaneiro da empresa D. MARCOS DESPACHOS ADUANEIROS;
- Francisco Loureiro Filho – quarto conduzido, proprietário da empresa J. A. LOUREIRO E PÉGASUS;
- Marcelo Abdon Souto Kizem – advogado;
José Alberto Ribeiro Simonette Cabral – advogado;
Helder Araújo Barbosa – advogado.

Foram apreendidas, no Terminal de Carga TECA II do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Manaus, Amazonas, um total de 125 caixas contendo 13.775 exemplares de pelo menos 21 espécies de peixes ornamentais.

Outras 70 caixas, despachadas pela empresa AQUARIUM CORYDORAS TETRA, com destino a Madrid, Espanha, foram liberadas pela fiscalização, visto não terem sido constatadas irregularidades. O material apreendido fora comprado pela empresa Ornamental Fish Distributors, Inc. (3802 NW 32nd Avenue, Miami 33142 Florida, EUA).

A exportação estava acompanhada de documentação completa, incluindo certificado zoossanitário internacional, notas fiscais e guia para trânsito de animais aquáticos vivos do IBAMA. Uma vez inspecionado o conteúdo das caixas, verificaram-se discrepâncias entre as espécies declaradas pelos exportadores e aquelas efetivamente em vias de transporte.

Essas discrepâncias constam de laudo elaborado pelos peritos ad hoc, os engenheiros de pesca James Douglas Oliveira Bessa e Jackson Pantoja Lima. Podem ser resumidas pela presença de outras espécies além daquelas declaradas na guia de trânsito, incluindo espécies de valor comercial maior que o daquelas declaradas ou com cotas de captura inferior às cotas das espécies declaradas.


O quadro a seguir resume as infrações e penalidades para cada empresa.

Irregularidades constatadas para cada empresa envolvida.
Além dos exportadores responsáveis pelos ilícitos, o relatório do inquérito policial ressalta que Jorge Rodrigues Ramos promoveu o desembaraço da carga perante o Ministério da Agricultura e a Receita Federal, e que a Fiscal Agropecuária Paula Amorim Schiavo praticou ilícito penal, descrito no art. 299 do Código Penal, ao declarar no Certificado Zoossanitário Internacional que as espécies exportadas eram aquelas mencionadas na Guia 003131 do IBAMA, assim como a quantidade de espécimes, em número de 13.775.

Considerando que Asher Benzaken, Francisco Loureiro Filho, Edmilson Melo Galvão e Jorge Rodrigues Ramos reuniram-se em mais de três para a prática ilícita, incidiram ainda no art. 288 do Código Penal Brasileiro.

O inquérito concluiu pela falsidade documental, descaminho, contrabando, formação de quadrilha e comércio ilegal de peixes. As infrações investigadas são claras, bem materializadas e graves não somente pelo caso específico, mas por representar fato concreto que traduz a prática usual (mencionada pelos próprios investigadores) de exportação de peixes ornamentais, em franca violação às normas vigentes.

Uma vez que grande parte da captura de peixes ornamentais na Amazônia é realizada com vistas à exportação, e que a fiscalização é dificultada pela carência de ictiólogos com prática na identificação das espécies atuando como Analistas Ambientais do IBAMA, a
dimensão desse problema é difícil de avaliar, mas seguramente atinge grandes proporções.

Depoimento

Na 23ª Audiência Pública desta CPI, o Prof. Ning Labbish Chao, da Universidade Federal do Amazonas, apresentou um painel detalhado sobre a importância da coleta de peixes ornamentais por ribeirinhos, e da condição desse recurso natural de garantir atividade econômica na região e ao mesmo tempo resultar em impacto ambiental limitado. Desde que conduzida com suporte científico, essa atividade seria sustentável e representaria uma alternativa à conversão da floresta em áreas agrícolas.

Das declarações do depoente, destaca-se a ênfase que deu ao número de exportadores de peixes ornamentais em Manaus. Haveria 23 empresas registradas, porém somente sete em operação, sendo que quatro delas seriam responsáveis pela quase totalidade das exportações.

Conclusões e Recomendações

Segundo informações dos Profs. Ning Labbish Chao e Jaydone Luiz Marcon, da Universidade Federal do Amazonas, o Estado do Amazonas exporta anualmente entre 20 e 40 milhões de peixes ornamentais, gera uma receita de três milhões de dólares e envolve dez mil trabalhadores diretos e indiretos, constituindo o terceiro maior produto de extrativismo na região. Há, portanto, além de um problema ambiental, questões socioeconômicas a serem ponderadas.

Tendo em vista o exposto, recomenda-se:

- Ao IBAMA e Ministério Público Federal, que analisem as guias de transporte de peixes ornamentais (e dos quantitativos envolvidos) emitidas pelas gerências do IBAMA em estados exportadores, bem como os relatórios de fiscalização, com vistas ao cruzamento de informações e estimativa da dimensão da exportação ilegal;

- Ao IBAMA que, considerando ser o aeroporto de Manaus a única via de exportação de peixes ornamentais do Estado do Amazonas, realize inspeções por amostragem em TODAS as cargas originárias das quatro principais empresas de exportação em atividade;

- A reavaliação da legislação atual de pesca e das normas infralegais, no que diz respeito às espécies de peixes ornamentais;
3.3.1.2. Zoológico e Criadouros

Como um dos temas relacionados ao tráfico de animais silvestres, esta CPI investigou a relação entre dois zoológicos e um criadouro comercial de fauna localizados no Centro-Oeste. Tratam-se do Zoológico de Brasília, do Zoológico de Goiânia e do Criadouro Serra Azul, localizado em Quirinópolis, Goiás.

As relações entre essas instituições se dão por meio de trocas, permutas e doações envolvendo animais exóticos, animais silvestres procedentes de reprodução em cativeiro e de apreensões pelos órgãos de fiscalização, transferência de materiais e equipamentos e prestação de serviços especializados.

Os casos dos dois zoológicos estão sendo investigados, concomitantemente, pelo Ministério Público do Distrito Federal e pela Superintendência Regional de Goiás da Polícia Federal. Em ambos os casos, há relações entre um zoológico e outro, como também dos mesmos com o Sr. Noel Gonçalves Lemes, proprietário do Criadouro Serra Azul.

Também em ambos os casos, a atuação das Gerências Executivas do IBAMA, como responsáveis precípuas pela fiscalização, deixa muito a desejar, para dizer o mínimo.

Depoimentos

Com relação aos zoológicos de Brasília e Goiânia e o Criadouro Serra Azul, depuseram nesta CPIBIOP a seguintes testemunhas: em 03.05.2005, Kátia Christina Lemos, Promotora de Justiça do Distrito Federal, Francisco Serra Azul, Delegado de Polícia Federal, Raul Gonzalez Acosta, Diretor do Zoológico de Brasília e Noel Gonçalves Lemes, criador de animais silvestres em Goiás; em 04.05.2005, Maria de Lourdes França Rabelo, Funcionária do Zoológico de Goiânia e Ivan Magalhães Araújo Jorge, Diretor da Secretaria de Meio Ambiente de Goiânia; em 24.05.2005, Fernando Silveira, Diretor do Zoológico de Goiânia, Luiz Elias Bouhid de Camargo, Ex-Diretor do

A Promotora de Justiça no Distrito Federal, Kátia Christina Lemos, que conduz o processo relativo ao Zoológico de Brasília relatou que o mesmo era, de início, uma investigação sobre a segurança das instalações. No decorrer das investigações, constatou-se, em função de documentos apresentados pelo IBAMA, que, entre os animais (vistoriados por amostragem), vários apresentavam problemas na documentação.

Esses problemas seriam incorreções no livro de registro, existência de atestado de óbito de animal ainda vivo no zoológico e atestados de óbito de animais trocados com o Criadouro Serra Azul (conforme livro de registro e licença de transporte emitida pelo IBAMA).

Questionado pela Promotora, o Diretor do Zoológico, Sr. Raul Gonzalez Acosta, informou que não foram encontrados atestados referentes ao ano de 2002. Constatou-se ainda a permuta de 153 animais com o Zoológico de Goiânia, o qual, por sua vez, efetuou com o mesmo Criadouro Serra Azul trocas de plantel por materiais e mão-de-obra.

Francisco Serra Azul, Delegado de Polícia Federal no Distrito Federal informou que inquérito foi instaurado no dia 28 de março de 2005, pouco mais de um mês antes do seu depoimento à CPI. Assegurou, no entanto, que, apesar das investigações encontrarem-se ainda em seu início, tudo indica a existência de uma organização criminosa, a qual se utiliza de aparente legalidade para realizar o tráfico de fauna.

O Diretor do Jardim Zoológico Brasília, Raul Gonzalez Acosta, confirmou a troca de animais por equipamento de contenção química com o Criadouro Serra Azul em 2002. Com relação a esse fato, alega que sua Procuradoria Jurídica atestou que a doação qualificada realizada para o criadouro foi com base na Lei de Licitações (Lei nº 8.666).

O Sr. Noel Gonçalves Lemes, proprietário do Criadouro Serra Azul, em Quirinópolis, Goiás, confirmou o recebimento de animais dos zoológicos de Brasília e Goiânia, mediante doação ou permuta. Relatou que
seu criadouro já recebeu visitas de funcionários do IBAMA, mas que essas não seriam tachadas como fiscalização. Quanto ao conjunto de sete animais doados pelo Zoológico de Brasília, não soube dizer quanto valeriam, pois isso dependeria do comprador, muito embora tenha trocado os mesmos por equipamento de contenção química de valor expressivo.

A Diretora de Educação Ambiental do Zoológico de Goiânia, Maria de Lourdes França Rabelo, denunciou o constante desvio de animais do Zoológico de Goiânia para o Criadouro Serra Azul e a inexistência de registro dos animais apreendidos encaminhados ao centro de triagem, além de uma série de outras irregularidades, desde maus tratos aos animais até desvio de dinheiro oriundo da cobrança de ingressos.

Seus depoimentos e os documentos que encaminhou, não somente a esta CPI, como também à Polícia Federal, ao IBAMA e à Prefeitura Municipal de Goiânia, determinaram as linhas de investigação seguidas pelas diferentes instâncias.

Dando suporte às denúncias da Sra. Maria de Lourdes, Ivan Magalhães de Araújo Jorge, Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, de Goiânia relatou ter convicção da veracidade dos fatos narrados pela depoente. Afirrou que em anos passados, ao tempo do Governo Nion Albernaz, o advogado Carlos Henrique Queiroz assumiu o cargo de diretor do Parque Zoológico de Goiânia e constatou desvios administrativos. Houve inquérito administrativo conduzido pela auditoria do Município, resultando em demissões para sanar os problemas encontrados.

Após tomar conhecimento do dossiê elaborado pela Sra. Maria de Lourdes, passou a realizar visitas ao zoológico e, embora não tenha inventariado os animais da exposição, observou que havia constantes e conspícuas mudanças no acervo em diversos recintos, marcados pela diminuição dos animais expostos, particularmente nos grupos de serpentes e aves.

Acrescentou que acompanhou a testemunha Maria de Lourdes a uma reunião com o diretor do zoológico, Fernando Silveira, e que este, confundindo o depoente com o advogado da testemunha citada, determinou à guarda do zoológico que expulsasse ambos da instituição. A forte impressão que o depoente tem acerca do Zoológico de Goiânia é de que ele é
gerenciado com o objetivo de servir à captação dos animais pelos meios legais, para posteriormente serem desviados com finalidades outras.

Luiz Elias Bouhid de Camargo, Ex-Diretor do Zoológico de Goiânia, confirmou que a instituição sempre manteve livro de registro, com páginas numeradas, de todo o estoque, e que, ao final de sua última gestão, em dezembro de 2004, constatou o desaparecimento de uma pasta com fichas de necropsia. De resto, negou que as denúncias sejam procedentes.

Wilian Pires de Oliveira, outro Ex-Diretor do Zoológico de Goiânia e, desde 2002, criador de animais silvestres, justificou-se afirmando que, se algum dos animais que recebeu do IBAMA era oriundo do Zoológico de Goiânia, a responsabilidade pela destinação seria do órgão ambiental.

Fernando Silveira, atual Diretor do Zoológico de Goiânia, negou igualmente as acusações feitas, e explicou que o Zoológico decide sobre o excedente de fauna brasileira nascido em suas dependências e sobre a venda de fauna exótica, ao passo que o IBAMA decide sobre a soltura de animais silvestres apreendidos. Com relação à existência ou não de registro de entradas e saídas de espécimes no Zoológico, declarou que, nos quatro meses de sua gestão, tais apontamentos são realizados.

O Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Goiás, José Augusto de Oliveira Motta, imputou a falta de registro de saída ou óbito de 311 animais do Zoológico de Goiânia a um erro administrativo, decorrente de falhas no controle do plantel e desaparecimento de fichas de necropsia, e minimizou o fato declarando que parte desses animais são fauna exótica.

Esclareceu que os animais supostamente encontram-se no Museu Ornitológico, embora não tenha vistoriado essa instituição (contrariando recomendação da Diretoria de Fauna do IBAMA) e recomendou que a Polícia Federal realize essa averiguação. Mencionou também a recomendação de encerrar o livro atual e abrir um novo livro de registro no Zoológico, para evitar que as irregularidades se repitam.

Destacou que o livro de registro do Zoológico existe e permaneceu em mãos da equipe do IBAMA durante os três meses de investigação. Enfatizou, com base em sua interpretação da legislação, que não vê problema em um Zoológico trocar animais por material de construção.
Após seu depoimento, encaminhou à CPI correspondência retificando informação equivocada que prestara na ocasião. Nessa correspondência, reconhece que, entre os 311 animais que saíram irregularmente do Zoológico, 30 pertencem a espécies ameaçadas de extinção (Anexo 5).

Roberto Alves de Castro, Delegado de Polícia Federal no Estado de Goiás, leu o texto de termo de permuta em que o Ex-Diretor do Zoológico, Luiz Elias Camargo, cede mais de vinte animais ao criadouro do Sr. Noel, em troca de materiais, equipamentos e mão-de-obra.

Relatou que outros dois criadouros estão sendo investigados, pois também receberam animais do Zoológico, ou mesmo de órgãos ambientais (apreensões de fauna) - antecipou que o inquérito referente ao Zoológico de Goiânia resultará no indiciamento de várias pessoas, e forneceu à CPI cópia desse documento.

Análise de Documentos

O Inquérito Policial nº 067/2005 (Anexo 6) traz cópias de termos de permuta de animais por materiais e equipamentos, não só com o Sr. Noel Gonçalves Lemes (como pessoa física, apesar de ser proprietário do Criadouro Serra Azul), como também com lojas de animais e com outros criadouros.

As diligências do inquérito atestam fácil e amplo comércio de fauna silvestre em lojas de animais em Goiânia, conforme constatado por agentes da polícia federal que se passavam por compradores. Esses, alegando interesse na compra de aves silvestres, obtiveram informações fidedignas, inclusive com os preços praticados, denotando não um comércio esporádico, mas sim uma rede de fornecedores e revendedores organizada, fato esse que levou os investigadores a recomendar enquadramento por formação de quadrilha, se as provas obtidas assim indicarem.

Relatório datado de 09/06/2005 (Anexo 7), realizado pela Gerência Executiva de Goiás do IBAMA em atendimento ao Of. 795/PJRJ/2005 da Procuradoria da República em Goiás, assinado pelos analistas ambientais Anderson Carneiro Marinho, Ivaldo Moreira de Carvalho, Isaías José dos Reis e pela consultora PNUD/IBAMA Kelly Bonach, constatou de extravio dos laudos
de necropsia dos anos de 2003 e 2004, e a existência de anotações manuscritas a lápis nos registros do Zoológico de Goiânia, referentes a animais que teriam sido enviados ao Museu de Ornitologia.

Os técnicos acusam recebimento, do Museu de Ornitologia, de cópia de livro com anotações dos animais doados pelo Zoológico de Goiânia, restando animais sem licença de transporte do IBAMA que atestasse sua saída, nem ficha de necropsia, nem tampouco entrada no Museu de Ornitologia. Em resposta, o próprio Zoológico encaminhou ofício ao qual anexava declaração do Museu de Ornitologia informando que os espécimes faltantes não haviam sido lançados no livro de anotações por estarem ainda em fase de preparação.

Não houve vistoria no Museu de Ornitologia para averiguar a veracidade das informações. Esse relatório resultou em uma listagem de 311 animais (98 aves, 142 mamíferos e 71 répteis) sem documentação comprobatória de saída ou de óbito nos anos de 2003 e 2004. Recomenda o relatório, por fim, que as atividades do CETAS sejam assumidas pelo IBAMA e desvinculadas do Zoológico de Goiânia.


No mesmo anexo encontram-se fotografias tiradas do livro de óbitos do exercício de 2005, em que se constata grande número de animais mortos nas mesmas datas. Outras fotos são referentes ao livro de registro de animais doados a coleções didáticas. Nessas páginas consta que o recebimento de dezenas de animais teria sido feito pelo Prof. Hidasi, dono do Museu Ornitológico.
A Assessoria Parlamentar do IBAMA encaminhou a CPIBIOPÉ cópia do relatório da Operação Zôo Legal – Vistoria nos Zoológicos do Estado de Goiás (Anexo 9). A equipe que realizou as vistorias foi composta por Larissa Moura Diehl (IBAMA/Difap), Ivaldo Moreira de Carvalho (IBAMA/GEREX-GO), Marcelo da Silva Gomes (Sociedade de Zoológicos do Brasil) e Rebecca Martins Cardoso (NEX), e o documento é datado de agosto de 2005. Destacam-se a seguir as principais constatações.

No Zoológico de Goiânia, transcrevemos os seguintes itens:

9) Possui Livro de Registro do plantel do zoológico (sim)
Observações:
O livro existente no zoológico não possui um termo de abertura lavrado pelo IBAMA, e sim um termo, sem assinatura e rasurado, elaborado por um funcionário. Os dados apontados no livro não obedecem a uma ordem cronológica de entrada dos animais, estando esses agrupados por espécie, além de existirem apontamentos feitos a lápis. De acordo com este livro, menos de 10% dos animais estão marcados, fato que impossibilita o controle efetivo da entrada e saída dos animais do plantel. Conforme orientação do IBAMA, os técnicos do zoológico promoveram o encerramento do livro. A documentação referente às transações efetuadas no ano de 2005 está sendo mantida em uma pasta. O novo livro foi adquirido, porém a abertura não havia sido efetuada pelo IBAMA em razão de dúvidas quanto aos procedimentos adequados. Diante da urgência em promover o acompanhamento preciso da movimentação de animais, foi efetuada a lavratura do termo de abertura pelo IBAMA em razão de dúvidas quanto aos procedimentos adequados. Quando solicitados os registros individuais, licenças de transporte e laudos de necropsia foram apresentadas pastar contendo documentação referente a alguns animais, no entanto tais pastas representavam apenas uma parcela dos indivíduos o que juntamente com a ausência de marcação impediu o rastreamento da movimentação do plantel.

10) Laudos de necropsias (não)
Observações:
Os laudos de necropsia dos anos de 2003 e 2004 não foram encontrados no zoológico, sendo relatado pelos técnicos que o antigo veterinário da instituição responsável pelas necropsias os extraviou. Já os laudos de necropsia do ano de 2005 encontram-se atualizados porém estão mantidos numa pasta juntamente com os laudos de necropsia do Centro Integrado de Triagem e Reprodução de Aves – Citra. Com relação aos anos anteriores a 2003, embora o zoológico não mantenha um arquivo completo, cópias dos laudos foram encontradas no Núcleo de Fauna do IBAMA/GO.

11) Arquivo de registro com fichas individuais dos animais (sim)

Observações:
O Zoológico não possuía fichas individuais até o início de 2005.

Vistoriaram-se também o Bioparque Jaó e o Thermas Park Zôo, particulares. À parte de outras irregularidades, como recintos inadequados, etc., a Operação Zôo Legal constatou em ambos que os livros de registro não são preenchidos da maneira adequada, não há documentação individual completa e faltam fichas de necropsia.


Conclusões e Recomendações

Ficou patente, a partir dos depoimentos dos próprios diretores e ex-diretores dos zoológicos, que o controle de entrada e saída de espécimes, tanto no plantel das instituições, quanto no CETAS que funciona junto ao Zoológico de Goiânia, é falho. Os registros, quando são feitos, encontram-se incompletos, desatualizados ou preenchidos a lápis. Documentos são extraviados, atestados de óbito são elaborados para animais vivos, etc.
As inspeções realizadas pelo IBAMA atestam que os livros de registro não constituem um controle confiável dos estoques em poder de tais instituições, prestando-se esse descontrole a todo tipo de irregularidade.

A doação de animais do Zoológico de Brasília ao Criadouro Serra Azul, em troca de equipamento de contenção química, permaneceu mal explicada. Nenhum dos envolvidos teve condições de estipular, objetivamente, um valor para o conjunto de animais doados. No entanto, o equipamento em questão tem valor de mercado, exatos R$12.410,00, segundo o Diretor do zoológico. Pergunta-se como sobrevive um comerciante, se não sabe o valor das trocas que faz?

As permutas de animais entre os zoológicos de Brasília e de Goiânia são previstas nas normas que regem o funcionamento dessas instituições. Entretanto, em vista das relações no mínimo irregulares que ambas mantém com o mesmo comerciante de fauna, tais procedimentos podem caracterizar uma triangulação de trocas com finalidades duvidosas.

As condições de fiscalização do IBAMA são precárias. O próprio Sr. Noel mencionou visitas de fiscais que ele não chamaria de inspeções. Os outros criadouros de Goiás, em número de 60 aproximadamente, devem receber o mesmo tratamento. Nos zoológicos, em menor número e de certa forma mais expostos ao controle, visto serem igualmente autarquias do Poder Público, a fiscalização também é deficiente, pois sequer o preenchimento dos livros de registro é regular.

Destaca-se, do depoimento do Chefe da Divisão Técnica do IBAMA em Goiás, a preocupação em minimizar as denúncias, assumindo, por outro lado, como verdade a palavra do Zoológico e do Museu de Ornitologia, de que todos os 311 animais desaparecidos encontram-se naquela instituição, sem, no entanto, vistoriar o Museu e averiguar a veracidade dessa informação.

Ao remeter à Polícia Federal essa incumbência (com certeza ciente de que a mesma não dispõe de técnicos com formação em Ciências Biológicas, como o IBAMA), desperdiça uma oportunidade de colher prova material acerca das denúncias que pesam sobre o Zoológico de Goiânia, caracterizando-as como verdadeiras ou falsas.
A medida proposta para sanar o problema, de abertura de novo livro de registro, é absolutamente insuficiente. Recomenda-se, no caso do Zoológico de Goiânia, a suspensão das atividades e o inventário completo do plantel e dos animais apreendidos, como também a total colaboração com as investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

3.3.1.3. Artesanato Indígena

A CPIBIOPI, no âmbito de sua competência, investigou as denúncias acerca do comércio ilegal de artesanato indígena. Para tal, tomou o depoimento de algumas pessoas em audiências públicas, analisou a documentação disponível e, por meio de seu presidente, acompanhou a Polícia Federal em diligência aos Estados Unidos.

Ficou patente um esquema organizado pelo americano de origem tcheca Milan Hrabovsky, que consistia no envio de peças de artesanato indígena, e até de partes avulsas de animais, pelos correios, diretamente para os Estados Unidos, por servidores da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sem a devida autorização. Ao final, são feitas recomendações acerca do assunto.

Diligência

Na última semana de janeiro de 2005, o Presidente da CPIBIOPI, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, juntamente com um representante da FUNAI, participou de ação da Polícia Federal nos Estados Unidos, para apurar detalhes de um caso de apreensão de artefatos indígenas e proceder ao repatriamento de parte do material apreendido.

Os mais de mil produtos de artesanato indígena nacional provinham de cerca de trinta tribos e foram produzidos com partes de exemplares de espécies animais ameaçadas de extinção, como araras-azuis-de-lear, gaviões reais, onças, macacos, tamanduás-bandeiras e jacarés. O responsável, o empresário americano de origem tcheca Milan Hrabovsky, conhecido como “Milano”, montou uma grande linha de produção em série, com os índios e servidores da FUNAI trabalhando diretamente para ele.

Os produtos eram enviados para os EUA e a Europa, via SEDEX, sem nenhuma autorização das autoridades brasileiras ou do país
destinatário, para abastecer as duas empresas de Hrabovsky, montadas especialmente para vender os produtos naqueles países. O americano foi preso graças a uma operação conduzida em conjunto pela Polícia Federal brasileira e pela *U.S. Fish & Wildlife Service*, entidade conhecida nos Estados Unidos como o “FBI das Florestas”, e aguarda na prisão julgamento final, podendo receber pena de até cinco anos de reclusão.

O material apreendido que retornou ao Brasil passou por perícia e instruiu inquérito instaurado pelo delegado federal Jorge Pontes para averiguar a participação de brasileiros, incluindo servidores públicos, no esquema organizado pelo americano Milan Hrabovsky. Casos como esse confirmam a falta de controle no Brasil sobre a saída de artefatos indígenas.

*Audiências Públicas*

No que tange à oitiva de testemunhas no âmbito desta CPIBIOPI, depuseram acerca do tema: em 10/11/04, Jorge Barbosa Pontes, Delegado da Polícia Federal e Chefe da Divisão de Prevenção e Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente, e Michael Franz Schmiddlehner, Presidente da ONG Amazonlink; em 23/02/05, Fernando Dal’Ava, Diretor Substituto da Coordenação Geral de Fauna do IBAMA, e Otacílio Antunes, ex-Chefe do Departamento de Artesanato Indígena e ex-Presidente da FUNAI, que voltou a depor perante a CPIBIOPI em 13/04/05, mesma data em que esta também ouviu Mércio Pereira Gomes, atual Presidente da FUNAI.

Jorge Pontes teceu severas críticas ao artesanato indígena produzido com partes de animais silvestres. Para ele, essa atividade é mera fachada para o tráfico e a matança de animais, usa os índios como fornecedores primários e, muitas vezes, monta as peças no exterior. Salientou que, durante a Operação Pindorama, realizada pela Polícia Federal em maio de 2004, os índios ouvidos disseram caçar apenas para praticar o comércio, e não para se alimentar. Também foram presos sete servidores da FUNAI que enviavam o material por SEDEX para o exterior.

O delegado informou ainda que as Autoridades Administrativas nacionais da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção – CITES estão permitindo a saída de peças de artesanato indígena do País para exposições
no exterior e, posteriormente, elas são ilegalmente vendidas. Alertou que, embora a polícia de países estrangeiros venha informando acerca dessas vendas ilegais, nenhuma providência foi tomada. Além disso, novas autorizações vêm sendo concedidas para as mesmas pessoas acusadas da venda ilegal do artesanato no exterior.

Já Michael Schmidlehner disse que um dos produtos com que sua ONG trabalha é o artesanato indígena Apurinã, ecologicamente correto, do tipo gargantilhas, colares, pulseiras, anéis, brincos e outros, produzidos a partir da lapidação de sementes de várias espécies florestais da Amazônia. Afirmou que essa é uma atividade de sua microempresa, constituída com esse objetivo, com faturamento mensal em torno de R$10 mil a R$15 mil, e que sua ONG jamais comercializaria artesanato com partes de animais, nem intermediaria relações de venda desse tipo.

Por sua vez, Fernando Dal’Avá fez um histórico acerca da questão do comércio de artesanato indígena. Disse que as relações do então IBDF (que precedeu o IBAMA) com a FUNAI datam basicamente de 1982, quando esta solicitou o registro de sua loja Artíndia junto ao primeiro, em razão do que preconiza o art. 16 da Lei nº 5.197/67, que institui o registro das pessoas físicas ou jurídicas que negociem com animais silvestres e seus produtos. Desde essa época, já se sabia que o assunto era muito delicado, porque incentiva a matança de animais, embora outros nele enxerguem somente o usufruto da terra indígena.

O depoente disse que, em 19/04/04, foi publicado o Decreto nº 5.051, de inteiro teor da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, cujo art. 23 estabelece: “O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e as atividades tradicionais e relacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua auto-suficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os Governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades”. O depoente concluiu dizendo que é necessário trabalhar
intensamente na aplicação do que diz esse art. 23, de modo a se ter um melhor encaminhamento para a questão, que afeta diretamente o artesanato indígena.

A respeito da exportação de peças de artesanato indígena por Rosita Herédia, afirmou que ela fez um requerimento ao IBAMA, em 1993, dizendo que já coleccionava peças, compradas da Loja Artíndia (mais de 700, entre 1978 e 1993), solicitando licença para exportá-las, o que foi concedido. Essas licenças foram dadas em nome dela (importador: Rosita; exportador: Rosita), e a finalidade da exportação era cultural, não comercial. As licenças depois foram canceladas, porque ela não conseguiu levar as peças, mas foram revalidadas mais tarde, em 1993.

Com relação aos parâmetros que o IBAMA utiliza para fazer a avaliação dos processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior, o depoente disse que, até 1998, quando entrou em vigor a Portaria nº 93, não havia nada na legislação a respeito, mas que a partir daí o IBAMA passou a ouvir a FUNAI, constando cada autorização em autos processuais públicos. Hoje, com a Convenção CITES, há a obrigação de se fazer uma descrição do conteúdo das peças, por exemplo, se há pena de arara, dente de jacaré (e se é de jacaré-açu ou de jacaré-de-papo-amarelo) etc. Segundo ele, obviamente a FUNAI é ouvida e dá parecer a respeito.

Afirmou que só teve um contato com Rosita Herédia há uns quatro anos e que não conhece Milan Hrabovsky, nunca tendo tido contato com ele, nem por telefone nem por e-mail. Disse que, quando foi Autoridade Administrativa CITES, sentia um desconforto muito grande quanto ao tráfico de animais, porque emitia licença aos “clientes” do IBAMA, mas à época não tinha condições até humanas para exercer o controle sobre a saída ou a entrada de produtos no País. Agora, com o reforço institucional do órgão, o controle de peças poderá ser melhorado, embora haja aquelas pequenas que, muitas vezes, passam no bolso dos passageiros no aeroporto sem serem detectadas.

Disse ainda que, recentemente, a FUNAI mandou recolher, por meio do Ofício 077, todo o artesanato indígena das lojas Artíndia e nos depósitos. Ele faz a ressalva de que as cestarias e outros produtos que não envolvam partes da fauna silvestre deveriam ser estimulados. Mas disse também que não vê problema algum na utilização de ossos de macaco usado na alimentação para compor esse ou aquele colar, esse ou aquele artefato.
Em respostas por escrito posteriormente enviadas à CPIIBIOPI, o depoente referiu-se a contratos casados de doação e empréstimo de uma coleção composta por 607 itens de arte indígena entre os Museus do Índio (Brasil) e de História Natural de Lille (França). Este teria adquirido tal coleção na Casa do Amazonas, em São Paulo, e a estaria doando à FUNAI, especificamente ao Museu do Índio, contanto que este a emprestasse para exposições no Museu de Lille por cinco anos, podendo tal prazo ser renovado por igual período. Os contratos efetivaram-se, a despeito de parecer contrário da Procuradoria Federal da FUNAI no Rio de Janeiro, que afirmou sugerirem eles vício de simulação.

Em seu depoimento de 23.02.2005, Otacílio Antunes explicou que a maioria dos povos indígenas, por tradição, em seus ritos, hábitos e costumes, sempre desenvolveram artesanatos envolvendo a arte plumária. Ao longo dos anos, com a divulgação dessas peças, várias pessoas, tanto da FUNAI quanto de fora, começaram a despertar interesse na sua comercialização em grande escala, e a produção de artesanato indígena passou a ser uma atividade econômica. Disse que, na maioria dos casos, principalmente na região amazônica, a sobrevivência desses povos é oriunda de seu trabalho artesanal, mas que ele nunca defendeu a produção em grande escala, pois é necessário preservar a fauna e a flora.

Segundo ele, a grande questão é que a FUNAI, por falta de recursos, não tem muito a oferecer aos índios para que parem de produzir esse artesanato. À medida que o índio se torna aculturado, ele tem novas demandas, como as do homem branco. O depoente comentou que é difícil inibir o ingresso de pessoas, sem autorização da instituição, nas terras indígenas, pois elas entram lá diretamente e alimentam a produção dessas peças, comprando em grande escala.

A respeito do caso Rosita Herédia, o depoente entende que foi uma exportação regular, na medida que a FUNAI deu a ela uma declaração para atender à sua solicitação para complementar a documentação junto ao IBAMA, que é a instituição responsável e credenciada para emissão desse certificado de exportação. Todavia, se ela comercializou essas peças, aí cometeu um ato ilícito, porque o certificado não a credenciava para isso,
apenas para intercâmbio cultural, o que é permitido pela própria lei e pela Convenção CITES.

O depoente disse que em agosto de 2000 ele ocupava a chefia do Departamento de Artesanato Indígena da FUNAI e foi procurado por Rosita Herédia para que fornescesse uma declaração para complementação de documentação junto ao IBAMA, em que constasse ser ela aquisitora e detentora de artesanato indígena junto à própria FUNAI. Ele disse que não a conhecia, que ela lhe foi trazida por pessoas da própria instituição, que já a conheciam há muitos anos, pois desde 1978 ela mantinha o costume de comprar artesanato. E, afirmou, considerando-se que em 1993 a FUNAI já havia fornecido o mesmo tipo de declaração, reconhecendo esses produtos que ela adquiria, ele não viu nenhum problema em fornecê-la. Afirmou que esse foi o único contato que manteve com ela, e que desconhece o norte-americano Milan Hrabovsky.

Quanto aos parâmetros da FUNAI para avaliar os processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior, disse que credita confiabilidade ao Departamento de Artesanato Indígena, que comercializa esses produtos e que conhece os compradores, e ainda que há notas fiscais emitidas por ocasião das vendas desses produtos. Posteriormente, em respostas escritas à CPIBIOP, esclareceu que, durante os pouco mais de dois anos e meio em que esteve à frente do departamento, a declaração de propriedade das peças de artesanato solicitada por Rosita Herédia foi a única desse tipo por ele emitida, mas ela não autorizava a saída de peças, pois é de competência exclusiva do IBAMA emitir o certificado para tal objetivo.

Já em 13/04/05, Otacílio Antunes asseverou uma vez mais, acerca da apreensão de artesanato indígena em posse de Rosita Herédia quando o comercializava nos Estados Unidos, que não considera incorreta a declaração assinada por ele, quando era presidente da FUNAI. Isso porque Rosita Herédia, a quem não conhecia, era compradora de artesanato indígena há mais de 27 anos, adquirindo-o legalmente nas lojas da FUNAI e, também, porque já havia sido emitida uma declaração semelhante em 1993.

Acrescentou que a declaração foi a única assinada por ele, e que visava atender a uma exigência do IBAMA, órgão responsável pela...
autorização de saída das peças do País, não estando previsto na referida autorização a comercialização das peças. O documento dava amplos poderes para que ela viesse a fazer uma exposição cultural e definia um prazo para o repatriamento de todos esses produtos de artesanato indígena. Esse último informação foi refutada, posteriormente, pelo Presidente da CPIBIOPI, que constatou não haver nenhum prazo na autorização do IBAMA (CITES).

Otacílio Antunes relatou, ainda, que a FUNAI dispõe de um programa de incentivo à produção artesanal, comprando as peças produzidas pelos índios. No entanto, acontece que, às vezes, índios em processo de aculturação vendem o artesanato nas cidades, casos em que a FUNAI tem grande dificuldade para controlar a comercialização. Quanto à estrutura administrativa disponível para fiscalizar o comércio de artesanato, ressaltou ser essa tarefa quase impossível para o Departamento de Artesanato Indígena, que conta com um quadro de pessoal reduzidíssimo e não tem capacidade de fazer um exame detalhado para formar um processo e, conseqüentemente, emitir um parecer.

Por fim, acerca do uso de partes de animais em extinção para a confecção de artesanato, avalia ser uma questão cultural, de mudança lenta, embora o processo de conscientização das comunidades já esteja em curso, até com a criação de animais em cativeiro.

Em seu depoimento, Mércio Pereira Gomes fez uma ligeira abordagem desse aspecto, garantindo que a utilização de partes de animais em extinção para a confecção de artesanato já está proibida há quase um ano. Também falou que existe um processo contra os servidores da FUNAI que foram acusados de vender diretamente para os Estados Unidos esse tipo de artesanato, processo esse resumido a seguir.

Documentação

Chegaram a esta CPIBIOPI, a requerimento dela ou por intermédio dos depoentes e de outras fontes, alguns documentos referentes ao comércio ilegal de artesanato indígena.

A CPIBIOPI solicitou informações à FUNAI a esse respeito por meio do Requerimento nº 53/05, aprovado em 16/03/05 e enviado
àquela fundação mediante o Ofício nº 37/05/P, de 29/03/05. A FUNAI respondeu à CPIBIOPI apenas em 13/12/05, ou seja, quase nove meses após, mediante o Ofício nº 482/PRES, que corroborou as denúncias até então recebidas acerca do comércio ilegal de artesanato indígena.


Em síntese, o citado processo informa que o cidadão de naturalidade tcheca, residente na Flórida/EUA, Milan Hrabovsky, comprava artesanato indígena, pelo menos desde a década de 90, com a interveniência de mais de uma dezena de servidores da FUNAI, sem a autorização da entidade. As encomendas eram feitas via fax e o material era despachado, entre outras, para a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque – APITU, e destas, ou diretamente, pelos correios, para as empresas Rainforest Crafts e Tribal Arts, de propriedade de Hrabovsky.

O pagamento era efetuado mediante depósitos em contas pessoais dos servidores, muitas das quais tiveram seus números e agências bancárias reveladas, sendo parte do dinheiro utilizado para a compra de material e equipamentos de escritório. Hrabovsky demonstrava preferência pelo artesanato de origem animal, confeccionado com penas, plumas, ossos, dentes, bicos, unhas, cascos e até rabos de alguns animais, estimulando, assim, a caça predatória de diversas espécies da fauna silvestre.

Toda essa atividade, ao que parece, era efetuada sem o conhecimento e a autorização da direção da fundação, sendo utilizadas Guias de Remessa da FUNAI (não se trata das Guias de Remessa de Artesanatos, do programa oficial Artíndia) para o envio do artesanato ao exterior, o que é proibido, pois tais guias destinam-se unicamente a remessa de material para repartições públicas internas. Há ainda o caso de uma servidora que mantém loja particular de venda de produtos indígenas, em sociedade com seu esposo.

A Comissão de Sindicância ofereceu relatório conclusivo em 03/09/04, propondo a abertura de Inquérito Administrativo Disciplinar em
Conclusões e Recomendações

A análise da documentação disponível, as diligências efetuadas e os depoimentos prestados no âmbito desta CPIBIOPI e da anterior CPITRAFI revelaram que o artesanato confeccionado com produtos da fauna, em larga escala, é nitidamente insustentável, pois depende de recursos que são esgotáveis. Mesmo que praticada apenas por indígenas, essa atividade ameaça diversas espécies já em perigo de extinção; ademais, não há como o Poder Público se fazer presente em todos os locais para verificar se quem caça os animais é o homem branco ou o indígena.

Importante relembrar o depoimento do delegado Jorge Pontes a esta CPIBIOPI, no trecho em que afirma que, durante a Operação Pindorama, os índios ouvidos disseram caçar apenas para praticar o comércio, e não para se alimentar. Percebe-se que, nesse extremo, a utilização da fauna pela população indígena deixa de ocorrer por questões de subsistência e cultura e assume uma coloração nitidamente mercantil. Nesse caso, só quem sai ganhando são os intermediários, que se valem das brechas da legislação para incrementar um comércio que é ilegal e vai contra os interesses do Brasil, da biodiversidade e das próprias comunidades indígenas.
Outrossim, tanto a legislação nacional, em especial o art. 231 da Constituição Federal, quanto a internacional, como o já citado art. 23 da Convenção nº 169 da OIT, estatuem que o modo tradicional de viver das comunidades indígenas deve ser não só respeitado, mas assegurado. Portanto, é evidente que estas últimas podem e devem explorar os produtos naturais de suas terras, mas desde que isso ocorra de maneira sustentável. E caçar espécies em extinção é claramente insustentável, sob qualquer aspecto de análise.

Desta forma, como é virtualmente impossível estabelecer uma linha demarcatória separando as atividades de natureza alimentar e cultural daquelas de cunho comercial, bem como as de caráter artesanal daquelas efetuadas em larga escala, e tendo ainda em vista a baixa capacidade de fiscalização do Poder Público e o perigo de extinção que assombra diversas espécies da fauna silvestre nacional, não resta alternativa a esta CPIBIOP to não ser recomendar a proibição da produção e comercialização de artesanato com partes de exemplares de algumas espécies da fauna silvestre brasileira.

Além daquelas ameaçadas de extinção – que, obviamente, deverão integrar a proibição –, sugere-se que outras mais possam ser incluídas, de acordo com critérios a serem estabelecidos por um grupo de trabalho constituido por representantes do MMA, do IBAMA e da Funai, além de cientistas de notório saber. Uma vez definidas tais espécies, as comunidades indígenas deverão ser cientificadas da decisão e, concomitantemente, incentivadas a produzir artesanato ecologicamente correto, como o produzido a partir do entrelace de fibras, da lapidação de sementes etc.

Para melhorar a vigilância e minimizar a entrada sem permissão de pessoas em terras indígenas, é necessário o fortalecimento do quadro de servidores da FUNAI. Também devem ser feitas parcerias com entidades dos diversos níveis de governo, da sociedade civil e até mesmo de instituições internacionais, tomando-se por base que no Brasil há, hoje, cerca de 700 terras indígenas, representando 12,3% do território nacional, e que é difícil fiscalizar essa imensidão, principalmente nas faixas de fronteira.
Quanto às atividades de Milan Hrabovisky e de todos os servidores da FUNAI que com ele compactuaram, são claramente irregulares e atentam contra a moralidade pública e os interesses do País. Como eles já estão sendo devidamente processados, cabe agora à FUNAI tomar as providências cabíveis para evitar que situação semelhante possa ocorrer novamente, com outros atores. O mesmo pode ser dito em relação ao caso Rosita Herédia.

Por seu turno, as Autoridades Administrativas CITES devem tornar transparentes os critérios para autorizar a saída do Brasil de coleções indígenas, bem como para fiscalizar se o seu uso se dará conforme previsto. Esta CPIBIOPI também solicita que a Advocacia Geral da União – AGU verifique a juridicidade de contratos casados de doação e empréstimo de coleções nacionais de artefatos indígenas, como relatado no caso dos Museus do Índio (Brasil) e de História Natural de Lille (França).

3.3.1.4. Tráfico de Psitacídeos na Região do Raso da Catarina e entorno – BA

No âmbito do tema do tráfico de psitacídeos na região do Raso da Catarina e entorno, norte do Estado da Bahia, a atual CPIBIOPI dá prosseguimento às atividades da anterior CPITRAFI, tendo realizado audiências públicas e reservadas para a oitiva de depoimentos, efetuado investigações em campo e analisado a documentação disponível.

A região é de especial interesse por se tratar do único local no mundo de ocorrência da arara-azul-de-lear (*Anodorynchus leari*), uma das espécies mais ameaçadas de extinção e conhecida pela ciência há apenas 30 anos. Até meados de 1978, só eram conhecidos os exemplares existentes em cativo, quando foi localizada na caatinga baiana uma população de apenas 60 indivíduos. Expedições posteriores localizaram duas novas populações dessas araras e, em 1999, um censo indicou 170 aves na natureza.

Atualmente, sua população encontra-se em torno de 500 indivíduos mas, mesmo com o suposto significativo aumento, ainda é uma espécie considerada altamente vulnerável. Os principais motivos da ameaça de extinção dessa espécie, daí advindo o interesse desta CPIBIOPI, são a captura
para o comércio ilegal e a redução da oferta do seu principal alimento, o coco licuri (*Syagrus coronata*).

Destacam-se, na região: a Fazenda Serra Branca, com cerca de 20 mil hectares, de propriedade de Otávio Nolasco de Farias, onde se localizam mais de 90% dos abrigos das araras-azuis-de-lear; a Estação Ecológica do Raso da Catarina, administrada pelo IBAMA, composta por cerca de 100 mil hectares; a Estação Biológica de Canudos, da Fundação Biodiversitas, em Toca Velha, junto à cidade de Canudos, com 144 hectares e cerca de 5% dos abrigos das araras; as áreas chamadas As Barreiras e o Toureiro e outros locais de alimentação das araras. Infelizmente, tais áreas são manejadas isoladamente, de forma desintegrada e às vezes até conflituosa, em prejuízo da preservação desta e de outras espécies.

Além da arara-azul-de-lear, a região também é um santuário de papagaíos verdadeiros (*Amazona aestiva*), que ocorrem sobretudo na área As Barreiras, em Jeremoabo, e nas serras do Jerônimo e da Borracha, em Uauá. Tais psitacídeos, embora não se encontrem em extinção como as araras, requerem, igualmente, medidas de combate à ação dos traficantes.

**Depoimentos**

No que tange à oitiva de testemunhas em audiências públicas, depuseram sobre o tema, no âmbito desta CPIBIOPI: em 16/03/05, Kilma Raimundo Manso, agente da Polícia Federal, ex-Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina; em 19/10/05, Otávio Nolasco de Farias, proprietário da Fazenda Serra Branca e, em 07/12/05, Pedro Cerqueira Lima, presidente da ONG Fundação BioBrasil. Em audiências reservadas, foram ouvidos em julho de 2005, por um colaborador da CPIBIOPI, o próprio Pedro Cerqueira Lima e o ex-traficante Joselito dos Santos, vulgo “Zelito”, entre outros.

*Kilma Manso* afirmou que, durante os oito meses em que chefiou a Estação Ecológica do Raso da Catarina, o principal problema que enfrentou foi o tráfico da arara-azul-de-lear, pois as quadrilhas brasileiras estão relacionadas com as do exterior e muitos artifícios são usados visando à captura desses animais, seus ovos e filhotes, aproveitando-se da fiscalização
deficiente. A estação ecológica, por exemplo, com seus 100 mil hectares, só dispunha de três funcionários e de um único veículo e, muitas vezes, a época de maior incidência de captura de animais ocorre justamente em finais de semana, em feriados prolongados e em período noturno, o que torna difícil e perigoso o trabalho, sendo comuns as ameaças de morte.

Além disso, segundo a depoente, ladeiam as unidades de conservação no Brasil populações muito pobres, que praticam a caça de subsistência e são normalmente arregimentadas pelas quadrilhas de traficantes, por valores irrisórios, para a captura de animais. Quem faz a coleta continua na mesma situação de miséria e quem compra o produto ganha muito com o tráfico. Citou situações que já presenciou, em especial nas épocas de escassez, quando as araras voam às propriedades rurais em busca de alimento, principalmente milho, e são abatidas porque estão atacando as plantações.

A depoente afirmou que a Estação Ecológica do Raso da Catarina tem situação fundiária legalizada, com exceção de um impasse justamente da porção sul, onde as araras se reproduzem, pois o fazendeiro Otávio Nolasco de Farias se diz proprietário dessa área. Mas reconheceu que ele, por ter empregados que efetuam fiscalização constante, tem impedido a atuação de caçadores e traficantes e, assim, colaborado para a preservação da espécie. Informou que hoje em dia existem no entorno do Raso da Catarina cerca de 500 araras-azuis-de-lear, número que, a cada censo, tem aumentado. Ela acredita, contudo, que tal acréscimo não se deve ao aumento da população, mas, provavelmente, à melhoria do método de contagem.

Kilma Manso revelou que existem rotas de tráfico conhecidas, do norte ao sul do País, como a Cipó (BA) / Uruguaiana (RS). Destacou que, por mais que se atue diuturnamente fazendo barreira nas estradas e apreendendo animais, o resultado é mais proveitoso quando se age nos principais pólos de receptação, onde grandes quantidades de animais podem ser apreendidas de uma só vez.

Segundo a depoente, hoje em dia, o tráfico de animais tem caráter de sazonalidade muito forte. Além disso, a principal característica dele é a inter-regionalidade, isto é, um papagaio no Nordeste, por exemplo, custa barato, ao passo que no Sudeste ele já vale muito e, no exterior, ainda
mais. Assim, ninguém tem interesse em comprar e vender no próprio local, pois o percentual de lucro é muito pequeno, donde a importância do conhecimento das rotas de tráfico.

Em seu depoimento, Otávio Nolasco asseverou que a Fazenda Serra Branca é uma das áreas mais importantes da Bahia e do Brasil, por seu papel de grande celeiro, não só da arara-azul-de-lear, mas de outras espécies. Contou como ficou conhecendo “Zelito” (então o maior traficante de arara-azul-de-lear no Brasil) e duas outras pessoas que este iniciou no tráfico (José Carlos Silva Ribeiro, conhecido por “Carlinhos Maroto”, e Antônio José de Jesus Pimentel, vulgo “Tonho Zé”), assim como Charles Muun (ambientalista de renome internacional) e Pedro Cerqueira Lima (dirigente da Fundação BioBrasil).

Disse que desde 2001 é membro do Comitê Internacional de Preservação e Manejo da Arara-Azul-de-Lear e que se desfez de parte de seu patrimônio para adquirir outras fazendas no entorno do Raso da Catarina, o que contribuiu para elevar de 33 para mais de 500 araras-azuis-de-lear hoje existentes, sem interferência do Poder Público. O depoente admitiu ter feito uma parceria até 2003 com Pedro Lima e a Fundação BioBrasil, incluindo atividades de ecoturismo, mas, segundo ele, apenas como estratégia de monitoramento dos traficantes dentro de suas fazendas. Chegou a afirmar que, se ele morrer amanhã, em menos de três meses as araras estarão extintas.

Otávio Nolasco explicou que o incidente com as duas araras que caíram do ninho, em março de 2003, e que hoje se encontram em cativeiro na Serra Branca, acabou redundando no final da parceria com a BioBrasil porque, segundo o depoente, seu serviço de investigação particular havia detectado rastros de dois servidores da BioBrasil no local onde as duas aves haviam caído. Afirma que discorda frontalmente do parecer elaborado pelo IBAMA de que “essas aves sejam destinadas definitivamente para cativeiro, onde devem integrar o programa de reprodução”, e que, se elas não forem reintroduzidas no ambiente local, considerará a atitude como um tráfico branco, um tráfico oficial.

Disse que o CEMAVE/IBAMA paga a ele o milho para a alimentação das araras, mas que o pagamento atrasa muito. Falou que milhares de reais foram gastos para evitar a extinção das ararinhas azuis de
Curaçá/BA mas, no final, elas acabaram extintas. Reclamou que a direção do IBAMA nunca se interessou pelo seu trabalho de preservação, embora ele seja reconhecido internacionalmente.

Afirmou que a Estação Ecológica do Raso da Catarina é freqüentada por traficantes de madeira e pássaros e por caçadores, com a complacência do IBAMA e até com a anuência de funcionários. O depoente confirmou que Carlinhos Maroto e Tonho Zé, assim como outros três traficantes, vêm recebendo salários e assistência médica há quatro anos e meio, bancados por Charles Muun através da BioBrasil, sem oferecer trabalho em troca.

Disse também que a região conhecida por “As Barreiras”, no Município de Jeremoabo, centro reprodutivo de papagaios, tem ficado vulnerável aos finais de semana por falta de vigilância. Falou que recebeu ajuda de uma fundação alemã que protege papagaios, consubstanciada em uma bomba submersa e uma Toyota antiga, e que agora vem solicitando o custeio de dois funcionários para essa vigilância. Posteriormente, Otávio Nolasco informou à CPIBIOPI que, motivada por uma correspondência enviada pela bióloga Yara de Melo Barros, contratada pelo IBAMA, a fundação não atendeu a sua solicitação. Ainda segundo ele, o escritório regional do IBAMA de Paulo Afonso não lhe dá nenhum apoio, pois não consegue cuidar nem da própria estação.

Também confirmou que a bióloga Tânia Maria, da Fundação Biodiversitas, responsável pela Estação Biológica de Canudos, declarou que o espécime de arara-azul-de-leir que estava apreendido no povoado Sítio do Quinto foi levado para local desconhecido por um servidor do IBAMA que, posteriormente, se apurou ser Roberval Pontes, do CEMAVE/IBAMA de Brasília. Disse também que cedeu ao IBAMA uma área cercada para o plantio de palmeiras licuris para alimentação das araras, mas que não sabe onde foram aplicados os recursos, bem como seu montante.

O depoente confirmou que caçadores (entre os quais, “Dadá” e “Diogo”, do Povoado “40”, como posteriormente se apurou) estão pagando fretes (do veículo Toyota azul sem placa de um certo Elói, do mesmo povoado) com a extração de madeira de dentro da Estação Ecológica do Raso da Catarina, que é comercializada nas adjacências, com ciência dos servidores
Elton e Cícero, ambos lotados na unidade de conservação, que nada fazem a respeito.

Contou também que Charles Muun, interessado nas araras, tentou comprar a área de As Barreiras, mas que ele foi mais ágil e comprou dois terços, faltando ainda um terço, que ele pretende adquirir futuramente. Falou que já ouviu dizer que Charles Muun tem outros projetos no Brasil, como em Ituberá, na Bahia, e São Gonçalo, no Piauí, e que, embora suspeite, não pode provar que ele e Pedro Lima tenham como especialidade o tráfico de araras e papagaios. Disse também que tem ciência do tráfico de ovos de araras na região, e que o responsável seria o traficante José Santana.

Quanto a Pedro Cerqueira Lima, em seu depoimento, afirmou que as cinco alternativas possíveis para as aves apreendidas com traficantes, no Brasil, são: doação para zoológicos e institutos semelhantes, doação ou venda a instituições de pesquisa, leilão dos animais confiscados, eutanásia e, por fim, soltura e reintrodução. Para o depoente, esta última é a única viável, embora existam algumas polêmicas, sendo que duas delas são as mais preocupantes: a possibilidade de os animais não se adaptarem e a introdução de doenças exóticas. Mas alegou que é plenamente possível reintroduzir qualquer espécie de animal na natureza.

Como especialista em avifauna, afirmou que as 826 espécies de aves do Estado da Bahia constituem quase a metade de todas as existentes no Brasil, que montam a cerca de 1.700. Segundo ele, quem não conhece não preserva e, para preservar os animais, é necessário incluir as comunidades e também as prefeituras municipais, que podem coibir o tráfico nas feiras livres com maior eficiência.

O depoente afirmou que seu nome nunca foi investigado pelo Ministério Público e que Charles Muun é um preservacionista multimilionário, que tem ONGs em muitos países e vários artigos científicos publicados, sendo conceituado como uma das maiores autoridades mundiais no assunto, embora não tendo nenhum projeto no Brasil. Disse que ele age como doador, mandando recursos para a BioBrasil, como também o fazem outros doadores internacionais, via Banco do Brasil, dinheiro do qual ele presta contas ao Ministério Público.
Sobre Otávio Nolasco, disse que ele detém os melhores locais de reprodução das araras e que, por sua fama de “durão”, conseguiu evitar que traficantes entrassem na área e, assim, é uma das pessoas que mais contribuiu para preservação dessa espécie. O depoente rebateu a informação de que teria sido expulso das terras de Nolasco porque estaria agenciando a compra de terras vizinhas para vendê-las a traficantes de animais. Afirmou que o final da sociedade entre eles se deu por questões financeiras, uma vez que Nolasco estaria querendo aumentar o preço do aluguel de suas terras.

Perguntado sobre que tipo de serviço a fundação desenvolve em Água Branca/BA e em São Gonçalo do Gurguéia/PI, respondeu que se trata de projetos de artesanato e ecoturismo para observadores de aves, e com o dinheiro arrecadado ele paga seus funcionários, alguns deles ex-traficantes. Confirmou que trabalham para ele, em Jeremoabo, Antônio José de Jesus Pimentel, vulgar “Tonho Zé”, José Carlos Silva Ribeiro, vulgar “Carlinhos Maroto”, Luiz Eduardo Souza Silva, professor da comunidade rural, Zito Cancão e José Raimundo Silva Araújo, o “Raimundinho”, esses dois últimos por indicação do próprio fazendeiro Nolasco, dizendo que desconhece que tais pessoas tenham contra si processos por denúncia de tráfico de animais silvestres.

O depoente falou que comprou cerca de 4 mil hectares de terras no sul do Piauí para operar o ecoturismo, dada a existência na região da arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), arara-vermelha, arara-amarela, onça pintada, lobo guará etc. Reputou de totalmente inverídica a denúncia recebida pela CPIBIOP, de que estrangeiros estariam fazendo biopirataria no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, utilizando como base duas ecopousadas rústicas montadas pela Fundação BioBrasil, administradas pelo biólogo Cid Simons, a Cliffs Reserve e a Green Wing Valley, às bordas do parque, afirmando que seus clientes são apenas observadores de aves.

Perante a CPIBIOP, afirmou também que desconhece ter dito que os principais compradores de animais eram criadouros legalizados pelo IBAMA. Interessante notar que o depoente já havia dito o contrário anteriormente, em 2003, em depoimento a um colaborador da CPI (Anexo 11).
que foi gravado, com o conhecimento do depoente, nas dependências da CETREL, em Camaçari/BA.

Nessa ocasião, ele declarou, *ipsis litteris*, que “essas pessoas [que estão botando fauna no mercado internacional] são legalizadas pelo IBAMA, estão usando seus criatórios como pano de fundo para o bicho sair do País”. Em outro trecho, afirmou: “O IBAMA mesmo sabe que existem vários criadores conservacionistas que usam criadouros conservacionistas como uma bandeira, um pano de fundo pra passar bicho para o exterior. Carlinhos nunca passou um bicho para o exterior. Quem é que passou esses bichos raros todos para o exterior? Criadores conservacionistas, com autorização do IBAMA, legalizados pelo IBAMA”.

Durante esse depoimento em 2003, Pedro Lima fez ainda outras considerações importantes. Afirmou que trabalhar com ex-traficantes é uma alternativa inteligente, e que ele faz isso desde 1993. Por essa razão, ele mantém atualmente Lourival Machado e outros quatro ex-traficantes trabalhando para ele no projeto em Gilbués/PI. Afirmou que, após a Fundação BioBrasil ter comprado terras na região, não saiu uma arara do sul do Piauí pela via do tráfico, sendo que, até então, 90% das araras azuis, vermelhas e amarelas que saíam do Brasil por essa via provinham do Estado do Piauí, onde há uma biodiversidade fantástica, hoje ameaçada, não mais pelo tráfico, mas pelo avanço da soja.

Disse que essas pessoas só atuam no tráfico porque não têm outra opção, e é essa chance que ele oferece a elas, uma alternativa de vida, para que possam exercer sua especialidade no trato de animais dentro da lei. Falou também que Carlinhos das Araras é o único traficante que foi condenado e cumpriu oito meses de uma pena de sete anos por tráfico de animais.

Asseverou que foram ele e Carlinhos das Araras que descobriram as cerca de 30 araras-azuis-de-lear na Laje dos Negros, em Campo Formoso, as quais, posteriormente, foram capturadas pelos traficantes (conforme declaração de Zelito a um colaborador da CPIBIOPI – Anexo 12 –, em julho de 2005, os responsáveis teriam sido Zé Maria Preto e Galego, de Juazeiro). Confirmou que Carlinhos conhece tudo sobre o tráfico e que Zelito também sabe muito, até mesmo sobre traficantes internacionais.
Com relação à Estação Biológica de Canudos, da Fundação Biodiversitas, declarou que a propriedade é muito pequena e abriga apenas cerca de três casais de araras-azuis-de-lear, cujos ninhos são altamente vulneráveis ao tráfico. Ele confirmou que é exatamente dessas tocas que estão sendo coletados, para o tráfico internacional, tanto ovos quanto filhotes das araras.

Outro aspecto que abordou diz respeito às atividades de educação ambiental, criticando as levadas a efeito pela Fundação Biodiversitas e dizendo que o IBAMA deveria ter uma equipe especializada, própria ou em parceria com uma ONG. O ideal seria mostrar que não se deve matar a arara, não porque se vai preso, mas sim por ser ela um símbolo da região e uma espécie a ser preservada. Ao final, condenou veementemente a divulgação pela mídia dos preços de mercado dos animais traficados, pois isso estimula ainda mais o tráfico, e enfatizou a importância de construir e manter centros de triagem em boas condições de uso.

Outro que prestou depoimento, gravado com o seu conhecimento, a um colaborador da CPI BIOPI, em julho de 2005 (Anexo 12), foi Joselito dos Santos, conhecido como “Zelito”, considerado o maior traficante de arara-azul-de-lear de todos os tempos, mas que afirma ter largado o tráfico em definitivo. Atualmente, encontra-se em negociação com Pedro Cerqueira Lima para desenvolver no Raso da Catarina/BA um trabalho semelhante ao que a Fundação BioBrasil executa em Gilbués/PI. Para isso, há necessidade da compra de terras na região, o que não é fácil, dados os conflitos fundiários e de relacionamento anteriormente relatados. Confirmou que é muito fácil entrar à noite nas terras da Fundação Biodiversitas, dada a proximidade da cidade de Canudos e a fragilidade da fiscalização.

Afirmou que o irmão de Carlinhos das Araras (“Tita”) continua no tráfico (ele foi preso em Minas Gerais em 2005 com uma carga de animais, sendo apreendida uma agenda com uma série de telefones, que está de posse do IBAMA), o mesmo ocorrendo com Inácio Neres de Souza, vulgo “Paraíba”. Com relação a Carlinhos das Araras, afirmou que ele ganha R$1,2 mil da Fundação BioBrasil para não fazer nada. Quanto a “Carlinhos Maroto” e “Tonho Zé”, confirmou que são pegadores de aves que ele formou e pretende que venham a trabalhar com ele no futuro projeto com a BioBrasil.
Disse que também conhece “Carioca”, que reside em Curitiba/PR, mas atua na Bahia. Afirrou que ele costumava receber antecipado e não entregar os animais, razão pela qual não detém mais a confiança do mercado. Falou que também conhece “Nelsão”, de Conquista, que compra animais em toda a Bahia e os revende nas feiras de final-de-semana em Conquista. Quanto a “Paraíba”, considera-o um bom pegador, mas depende de atravessadores para vender os animais. Quanto a “Orlando”, afirmou que trabalhava para ele, mas largou o tráfico. Por fim, quanto a “Santana”, é traficante de ovos, exceto da arara-azul-de-lear, em todo o Brasil.

Afiançou que da Bahia não sai nenhuma arara com documentação, mas que em Petrolina há um veterinário, funcionário estadual, do qual ele não se recorda o nome, que consegue a documentação para legalizar o animal. Contou que uma vez trouxe flamingos da Argentina para uma pessoa abastada de Recife que atua no setor de cimento. No Rio de Janeiro, conhece uma tal de “Zilma”, que atua junto à Polícia Federal e faz a intermediação dos animais nos aeroportos.

Zelito disse ainda que, quando atuava no tráfico, pegava araras adultas e filhotes e papagaios apenas filhotes, nunca tendo traficado ovos de psitacídeos. Segundo seus cálculos, ele exportou 33 araras ao longo do tempo, das quais nenhuma morreu no transporte e apenas sete foram apreendidas, cinco das quais se encontram em Passo Fundo/RS e duas em São Paulo. Os destinos mais frequentes das aves eram a Ásia e a Oceania, principalmente Cingapura. Os vôos mais utilizados eram os de Bangcoc/Tailandia e México. Quando exportava para a Argentina, a documentação já vinha pronta de lá. Reconheceu que há funcionários da Polícia Federal e da Infraero envolvidos no tráfico.

Investigações “in loco”

Em investigações realizadas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe, além do levantamento do nome de traficantes e suspeitos de tráfico de animais, aqui já referidos, identificaram-se duas novas rotas, não mencionadas no relatório da CPITRAFI, utilizadas para o escoamento de pássaros:
Uauá (BA) – Canudos (BA) – Jeremoabo (BA) – povoado Lagoa do Mato (BA) – povoado Malhada Nova (BA) – Posto de Adonias (BA) – Carira (SE) – povoado de Mocambo (SE) – Frei Paulo (SE) – Itabaiana (SE) – Areia Branca (SE) – Aracaju (SE) – BR 101;

As Barreiras (BA) – Rosário (BA) – Cícero Dantas (BA) – Adustina (BA) – Fátima (BA) – Paripiranga (SE) – Simões Dias (SE) – Lagarto (SE) – Salgado (SE) – Itaporanga (SE) – BR 101.

A feira de Itabaiana, em especial, parece desempenhar um papel importante na comercialização irregular de animais na região. Ela conta, inclusive, com local específico para o comércio irregular, com infraestrutura, denominado “As Trocas”.

Conclusões e Recomendações

A análise de toda a documentação disponível, as diligências efetuadas e os depoimentos prestados no âmbito desta e da anterior CPI revelaram situações problemáticas, que merecem ser aqui apontadas e para as quais podem ser propostas algumas recomendações.

Em primeiro lugar, nota-se que as araras-azuis-de-lear encontram-se em situação bastante frágil no Raso da Catarina e entorno, por uma série de razões anteriormente apontadas: pequeno número de espécimes sobreviventes, reduzida disponibilidade de alimentos, ameaça constante dos traficantes, alto valor de mercado da espécie, falta de recursos humanos e materiais e, por efeito, de fiscalização adequada, conflitos fundiários, desentrosamento das pessoas físicas e entidades, públicas e privadas, atuantes na região, existência de população sem conscientização ambiental e em condições precárias nos entornos, questão cultural de se considerar o tráfico uma atividade normal etc.

O que se conclui dos depoimentos e investigações é que, apesar de não se ter certeza de que o crescimento da população de araras tenha decorrido das típicas condições locais de preservação ou da melhoria do método de contagem, o mais certo é que a atuação decisiva de Otávio Nolasco de Farias, mesmo à revelia do IBAMA, tem sido essencial para a preservação da espécie. Desta forma, apesar dos conflitos de relacionamento, é fundamental que ele continue tendo o apoio do IBAMA/CEMAVE nas atividades de proteção às araras-azuis-de-lear.
As necessidades primordiais da Fazenda Serra Branca consistem na disponibilização, em seu interior, de alimentos para as araras – basicamente, com o plantio de roças de milho e girassol e a limpeza de licuris –, próximo às áreas de nidificação, para que as aves não tenham de buscar alimento em áreas mais distantes e menos protegidas, como é o caso de As Barreiras. Concomitantemente, deverá ser fornecido apoio logístico, consubstanciado na construção de postos de vigilância, contratação de mão-de-obra cabocla e aquisição de equipamentos de segurança para a melhoria das atividades de fiscalização na área da fazenda.

Outro conflito que precisa ser urgentemente dirimido diz respeito à situação fundiária de uma área – justamente a de reprodução das aves –, que Otávio Nolasco afirma ser de sua família desde o século retrasado, mas o IBAMA afiança pertencer à Estação Ecológica do Raso da Catarina. Segundo informações, em 1990 foi aberto processo no instituto para apurar a titularidade da área mas, decorridos mais de 15 anos, ainda não se chegou a nenhuma conclusão. Esse conflito talvez seja o principal responsável pela animosidade do fazendeiro com a maioria dos técnicos do órgão ambiental, e vice-versa, situação que precisa ser revertida o quanto antes.

Mesmo com a resolução dessas questões, é bastante problemático que a preservação de uma espécie fique condicionada à atuação de apenas uma pessoa. Desta forma, seria essencial um melhor entrosamento das pessoas físicas e entidades que atuam na região em prol da preservação da arara-azul-de-lear. Há que deixar de lado as vaidades pessoais e esquecer o histórico de conflitos, para que se consigam resultados mais proveitosos e permanentes para a proteção da espécie.

Além disso, é procedente a reclamação de Otávio Nolasco de que os espécimes de arara-azul-de-lear capturados em mão de traficantes não são reintroduzidos na região. Há que buscar auxílio, se necessário até de pesquisadores estrangeiros, para viabilizar a reintrodução desses espécimes na região, e não destiná-los ao cativeiro, como tem ocorrido. Para um grupo sobrevivente tão diminuto, um exemplar que seja já é importante para a preservação da espécie, a fim de que não ocorra com ela o que se passou na mesma região com a ararinha azul (*Cyanopsitta spixii*), oficialmente extinta da natureza desde 2002 pela ação dos traficantes.
No que diz respeito ao censo das araras-azuis-de-lear, hoje efetuado unicamente pelo CEMAVE, e até para se ter maior certeza quanto à evolução ao longo do tempo do número de espécimes sobreviventes, é aconselhável que ele não seja efetuado apenas por técnicos daquele centro, mas inclua estudantes das Universidades Federal da Bahia e Estadual de Feira de Santana, bem como de escolas agrícolas da região. Além de permitir maior transparência ao processo, trata-se de excelente oportunidade de exercitar a educação ambiental e ampliar a conscientização quanto à necessidade de preservação da espécie.

Outra medida que se faz necessária, agora dirigida à população carente do Raso da Catarina e entorno, seria a realização de um estudo censitário, de modo a obter informações mais precisas sobre suas condições de vida, carências, impactos ambientais causados e as respectivas ações para revertê-los. Também deveria ser incluído um levantamento fundiário da região, dada a imprecisão dos títulos dominiais, quando existentes.

As prefeituras dos municípios da área de influência também deveriam ser chamadas a assinar convênios com o IBAMA para a execução de medidas de combate ao tráfico e de conscientização ambiental. Afinal, são elas que possuem melhores condições para fiscalizar um dos aspectos mais sensíveis na rota do tráfico, qual seja a venda dos animais nas feiras livres. Cite-se o exemplo dos Municípios de Feira de Santana e Camaçari, que proibiram a exposição e comercialização de animais silvestres nessas feiras. Tal recomendação é especialmente dirigida, entre outras, às Prefeituras de Uauá e Jeremoabo, municípios onde ocorrem os santuários de papagaios anteriormente referidos.

Paralelamente, uma vez que o centro de triagem de animais mais próximo situa-se a cerca de 400 km dos principais pontos de escoamento do tráfico, deveria ser criado um, o mais rapidamente possível, em Paulo Afonso/BA, conforme, aliás, previsto no Projeto Cetas-Brasil, analisado em outro item deste relatório. Desta forma, os animais oriundos da região do Raso da Catarina e entorno apreendidos nas mãos de traficantes, em cativos clandestinos, nas margens das rodovias e nas feiras livres, poderiam ter um destino imediato antes de sua reintrodução na natureza.
Por sua vez, os trabalhos de turismo ecológico que vêm sendo desenvolvidos por Pedro Cerqueira Lima e sua Fundação BioBrasil naquela e em outras regiões, com o acolhimento de ex-traficantes, são, em tese, de extremo valor, não apenas para a preservação da biodiversidade, mas também considerando-se o lado social e humano. Recomenda-se que tais atividades sejam devidamente fiscalizadas – até para afastar as denúncias de biopirataria, da qual são ocasionalmente acusadas – e, caso constatada a sua eficácia na reintegração social dos ex-traficantes, devidamente apoiadas e divulgadas. Registre-se que os ex ou atuais traficantes Nascimento Gonçalves, Zelito, Paraíba, Nelson Simplício Figueiredo e “Beto Curió”, entre outros, já manifestaram, por diversas vezes, o desejo de sua reintegração social.

Tal sugestão encontra guarida também na reclamação de todos os deponentes quanto à falta de recursos humanos e materiais para o desempenho das atividades de fiscalização, tanto no âmbito das áreas públicas quanto das privadas. O Escritório Regional do IBAMA de Paulo Afonso, por exemplo, possui apenas uma servidora e tem responsabilidade jurisdicional sobre 35 municípios. As denúncias de tráfico de animais e madeira a partir da Estação Ecológica do Raso da Catarina e da Estação Biológica da Fundação Biodiversitas são graves e precisam ser apuradas, assim como o destino do exemplar de arara-azul-de-lear conduzido pelo servidor Roberval Pontes. Se confirmadas, tais ações demandam a tomada de providências para a correção dos problemas e a punição dos culpados.

Outro ponto enfatizado unanimemente pelos deponentes diz respeito à fragilidade da legislação pátria no que tange ao crime de tráfico de animais, bem como à prática da biopirataria lato sensu. Por essa razão, esta CPIBIOPI, além de envidar esforços para a rápida aprovação das proposições a respeito, em tramitação nesta Casa, algumas das quais já se encontram prontas para a ordem do dia no Plenário, vem agora oferecer dois novos projetos de lei, o primeiro aumentando o valor da fiança e o segundo alterando a pena cominada a diversos crimes ambientais.

Esta CPIBIOPI acredita que seria de extrema valia se voltasse a funcionar um sistema de inteligência no IBAMA, integrado aos órgãos corresponsivos no âmbito dos sistemas estaduais de meio ambiente, da Polícia Federal e do Ministério Público, conforme já anteriormente indicado por
este relator (Indicação nº 219/03 – Anexo 13). Os trabalhos levados a efeito por esta Comissão indicaram que apenas uma investigação permanente e sigilosa, efetuada diuturnamente por especialistas e colaboradores, alguns até infiltrados na atividade ilegal, possibilita a obtenção de resultados mais significativos e a responsabilização daqueles que realmente dominam o tráfico, e não de meros pegadores recrutados em meio à população carente circunvizinha.

Recomenda-se, ainda, sejam investigadas pelo IBAMA, Ministério Público e Polícia Federal todas as afirmações transcritas neste relatório acerca dos diversos traficantes, incluindo a de Pedro Cerqueira Lima sobre o envolvimento de criadores conservacionistas com o tráfico de animais. Como última sugestão, também deveriam ser buscadas formas de impedir a divulgação do catálogo de preços de animais silvestres na mídia ou pela internet, por constituir um incentivo ao tráfico.
3.3.2. Biopirataria

3.3.2.1. Instituto Butantan

A partir de denúncia do pesquisador do Instituto Butantan, Dr. Rogério Bertani, contra sua colega de trabalho, Sra. Sylvia Marlene Lucas, conforme narrado nos depoimentos da 11ª audiência pública (16/03/05), a CPI da Biopirataria investigou a atuação da última no que diz respeito à possível remessa ilegal ao exterior de material biológico com aplicações industriais.

O denunciante afirmou, em seu depoimento, que, na década de 1990, o Instituto era visitado por grande número de estrangeiros, citando especificamente o alemão Marc Baumgarten. Ciente dos interesses escusos dessa pessoa, ele e a Sra. Lucas denunciaram-no às autoridades, o que possibilitou as duas primeiras detenções do citado estrangeiro em flagrante por tráfico de aranhas.

O Dr. Bertani relatou que um criador amador de aranhas alemão, o Sr. Dietmar Pinz, seria amigo pessoal da Sra. Lucas, hospedando-se em sua casa, e que a pesquisadora franquearia a esse criador acesso ao acervo do Instituto Butantan, assim como o incluiria em viagens a campo para coleta de espécimes.

O denunciante informou, fora do seu depoimento, que o veneno escorpiônico que resultou em publicações das quais a Sra. Lucas é co-autora, teria sido enviado ao exterior (onde foi processado) em discordância com a legislação vigente.

Correspondência enviada a esta CPI pelo Diretor do Instituto Butantan, Dr. Otávio Azevedo Mercadante, em 04 de abril de 2005 inclui cópias de documentos assinados por Sylvia Lucas e Vera Regina von Eickstedt (15 de outubro de 1991), Antonio D. Brescovit (21 de março de 2005), Irene Knysak (22 de março de 2005) (todos integrantes da equipe do Instituto) e Lourival Domingos Possani (Universidad Nacional Autónoma de México – co-autor das publicações citadas). Tais documentos atestam as coletas de

escorpiões, datadas e com número de tombamento, e as remessas realizadas em 1991 (Anexo 14).

Conclusões e Recomendações

A confrontação entre os depoimentos do denunciante e da denunciada evidenciou não procederem as assertivas do primeiro, visto que ele mesmo admitiu a possibilidade de conservação do material biológico enviado ao exterior por longo prazo (até duas décadas). Também não constitui violação da Lei o fato de a denunciada manter qualquer tipo de relação com um estrangeiro que tenha por hobby criar animais peçonhentos.

As informações apresentadas pelos dois depoentes desse caso não permitem ilações no sentido de atribuir à denunciada culpa ou dolo, visto que a remessa de produtos biológicos teria ocorrido muitos anos antes da legislação de acesso ao patrimônio genético (MP nº 2.186-16/01).

Evidencia-se, por outro lado, o assédio que institutos de pesquisa e os próprios pesquisadores podem sofrer em decorrência do interesse de biopiratas. Nesse sentido, recomenda-se:

- Ao Instituto Butantan, através do Conselho de Pesquisa, e da Comissão de Ética no Uso de Animais, criada pela Portaria TBD-014/04², que proceda à discussão do caso, elaborando recomendações formais e protocolos de atuação para proteger seus próprios pesquisadores e evitar o eventual uso da instituição por pessoas com propósitos escusos, mesmo que sob a égide de pesquisas devidamente autorizadas;

- Estrita vigilância das autoridades às pessoas de Marc Baumgarten (alemão), Hans Reichsteiner (suíço), Hevè Simôens (francês) e Carsten Hermann Richard Roloff (belga), visto serem estrangeiros envolvidos em biopirataria.

3.3.2.2. Rã-da-castanha

Chegou ao conhecimento da CPI da Biopirataria um caso envolvendo pesquisadores norte-americanos, referente ao uso de espécimes da fauna brasileira em desacordo com as autorizações expedidas pelas autoridades nacionais.

---


² http://www.butantan.gov.br/ceuaib/index.htm

A pesquisa que resultou na descoberta dessa nova espécie foi devidamente autorizada, sob a supervisão de pesquisadora brasileira do Museu Paraense Emílio Goeldi, assim como o envio de exemplares vivos para os Estados Unidos (Portaria IBAMA nº 170/94), com finalidade de estudos em laboratório. Paralelamente a esses estudos, parte do plantel foi exibido em uma atividade educativa do museu, ocorrendo possível roubo de exemplares adultos.

Após o ocorrido, diversos criadores comerciais e amadores passaram a comercializar exemplares da espécie, inclusive com anúncios na Internet (*Anexo 16*). Uma vez que sua ocorrência só foi registrada em duas localidades remotas e que não há registros de outras saídas desses animais do país, a provável origem de todos os animais comercializados descende de parte do plantel roubado do Oklahoma Museum.

Em depoimento na 8ª Audiência Pública desta CPI (23/02/05), o Professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília, Dr. Guarino Rinaldi Colli esclareceu diversos aspectos desse caso, ressaltando que os próprios pesquisadores vítimas do roubo avisaram as autoridades brasileiras, bem como a autoridade CITES da Holanda, impedindo assim uma tentativa de exportação da espécie, que resultou na revogação da licença de exportação do comerciante envolvido.

Apesar desses esforços, não foi, evidentemente, possível reaver e repatriar o plantel, conforme previsto em Termo de Ajustamento de Conduta do qual o Dr. Colli não é parte, mas assina como testemunha. A despeito da ênfase do depoente quanto à dificuldade de reproduzir a espécie

---

em cativeiro (Anexo 17), há menção ao sucesso em tentativas realizadas pelo National Aquarium in Baltimore (Anexo 18).

A Consultoria Legislativa utilizou endereço eletrônico de terceiros para entrar em contato com criadores norte-americanos, e recebeu, de John Gibeu, mensagem de retorno em que narra o amplo sucesso em reproduzir a espécie, citando o Aquário de Baltimore ao informar que essa instituição não mais promove sua reprodução por serem as proles muito numerosas. O informante inclusive fornece recomendações de como lidar com os filhotes (Anexo 19).


No entanto a família Dendrobatidae, denominada em inglês “poison frogs” ou “dart frogs”, é conhecida pelos alcalóides tóxicos presentes em secreções epidérmicas, e utilizada milenarmente pelos indígenas para envenenar setas. Os membros dessa família, à qual pertencem todas espécies supracitadas, são consideras um campo fértil de pesquisas pela indústria farmacêutica (Anexo 21).

Conclusões e Recomendações

Evidencia-se que os pesquisadores envolvidos agiram de boa fé, inclusive informando às autoridades sobre o ocorrido. No entanto, talvez por ingenuidade, não houve o devido zelo por exemplares da fauna brasileira. Embora não haja prova material de que as rãs-da-castanha comercializadas
por inúmeros criadores norte-americanos sejam descendentes do plantel de pesquisa do Oklahoma Museum of Natural History, a conclusão mais parcimoniosa é de que esses animais não foram contrabandeados do Brasil, o que implicaria em grandes dificuldades logísticas, mas sim reproduzidos a partir daqueles cedidos a outras instituições e roubados.

Embora não haja possibilidade de reparação nesse caso, não haveria sentido na adoção de medidas punitivas contra pesquisadores que, no exercício de suas profissões, contribuem para o conhecimento e a conservação das espécies que estudam. A única garantia que se vislumbra para repartição de benefícios com os usos industriais de espécies biológicas e seus produtos são as negociações entre as partes, envolvendo a Convenção sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil já é signatário, tendo-a inclusive ratificado. O Governo brasileiro, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, já está engajado nessas tratativas.

3.3.2.3. ACT

A CPI da Biopirataria investigou a denúncia de que a Amazon Conservation Team – ACT, atualmente denominada Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil, estaria praticando atos de biopirataria no País. Tais ações se dariam na forma de acesso irregular ao patrimônio genético nacional e ao conhecimento tradicional associado, mediante o desenvolvimento de projetos, entre outros, de elaboração de mapas culturais dos povos indígenas do Tumucumaque e do Xingu. A CPI, no âmbito de sua competência, ouviu alguns depoimentos e analisou a documentação disponível.

Audiências Públicas

No que tange à oitiva de testemunhas, em 13/04/05 depôs o presidente da FUNAI Mércio Pereira Gomes. Em 18/05/05, foram ouvidos os depoimentos de: Regina Célia Fonseca Silva, economista e auditora interna do IBAMA; Mário Lúcio Avelar, Procurador da República no Estado do Mato Grosso; Vasco Marcus van Roosmalen, presidente da ACT Brasil; e Mairauê Kaiabi, fundador e ex-presidente da Associação Terra Indígena do Xingu – ATIX. Já em 19/10/05, por fim, foi ouvido Amauri de Oliveira Nunes, ex-associado da ACT Brasil.
Em seu depoimento, Mércio Pereira Gomes lembrou que a ACT Brasil é dirigida por uma pessoa cujo pai foi pesquisador do INPA e expulso de lá sob a acusação de biopirataria. Relembrou ainda de dois fatos relativos à ACT. O primeiro foi um convênio assinado entre a ACT e os índios Kamayurás, do Alto Xingu, em que estes receberiam alguns recursos e benefícios em troca da utilização do conhecimento de um pajé sobre plantas, raízes e chás. Segundo ele, no relatório do convênio havia um estudo etnoecológico que mostrava, num mapa, onde se encontravam as plantas utilizadas.

O outro fato diz respeito a um filme feito pela empresa japonesa NHK, em 1999, tendo a ACT como intermediária no contato com os Kamayurás. Segundo o Sr. Mércio, a Procuradoria Jurídica da FUNAI entrou com um processo contra a ACT e ela teve que doar uma quantia em dinheiro, como parte dos royalties, por ter filmado as cenas, que foi redistribuída para os índios como parte dessa compensação. Afirmou ainda que, como a própria FUNAI tinha idéia de que estaria havendo biopirataria, a Fundação resolveu, então, proibir a ACT de entrar em áreas indígenas, proibição esta que ainda vigora.

Já Regina Célia Fonseca Silva declarou ter denunciado a relação da FUNAI com a ACT por considerar que a minuta de convênio que a ONG pretendia fazer com a comunidade indígena do Parque do Tumucumaque, abrangendo um projeto relativo a artesanato, na verdade trabalhava com o conhecimento tradicional dos índios. Aliado à impropriedade da minuta de convênio, havia um Manual de Plantas Medicinais feito por Marcus Van Roosmalen, pai de Vasco Van Roosmalen, que apresenta 93 espécimes de plantas, com a forma de uso delas. Para ela, não havia como negar que o produto coletado por Marcus Van Roosmalen era típico de biopirataria.

A economista citou ainda uma relação de parceiros da ACT, incluindo: ESRI, uma nova patrocinadora, empresa americana líder mundial na produção de software de sistemas de informação geográfica e de mapas digitalizados; KIEHL’S, que trabalha na área de cosméticos, com produção de farmacêuticos e ervas e sede em Nova Iorque; NATURE’S PATH,
da área de cereais; e EX OFFICIO, que trabalha com roupas voltadas para a floresta, além de outros patrocinadores como a Fundação Beth Ford.

Regina Célia acredita que os índios tenham aceito que o mapa cultural fosse elaborado em troca de produtos de que necessitavam, e até com expectativa de redefinição fundiária de suas terras. Ao final, fez comentários, em face da proibição imposta pela FUNAI à ACT Brasil, quanto à incongruência da publicação da Portaria 382/2005, do Ministério da Justiça, que autoriza a ACT americana a se instalar no Brasil para desenvolver atividades junto aos povos indígenas.

Mário Lúcio Avelar expôs como se iniciou o processo de investigação da ACT, em curso no Ministério Público, com o recebimento de uma representação de lavra da FUNAI. Alegou que, diante do amplo universo de demandas das comunidades indígenas, que perpassam problemas de educação, saúde, defesa de seus territórios e mesmo os produtivos, não consegue entender como se elege como prioridade a elaboração de uma mapa cultural, do qual a comunidade desconhece a utilidade.

O procurador disponibilizou para a CPI dados extraídos de sites em que se demonstra a relação estabelecida entre a ACT e interesses de indústrias farmacêuticas estrangeiras que, para ele, estão bancando essa ONG para a obtenção de conhecimentos. Citou uma entrevista de Mark Plotkin, presidente da ACT americana, em que ele declara seu interesse em acessar conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e diz ter realizado bioprospecção para a *Shaman Pharmaceuticals*. Encerrou dizendo concordar com o afastamento dessa ONG das comunidades do Parque Indígena do Xingu, enquanto persistirem dúvidas sobre sua atuação.

Vasco Van Roosmalen, de início, discorreu sobre a criação e objetivos, respectivamente, da ONG americana *Amazon Conservation Team* – ACT e da OSCIP Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil, que, segundo ele, pauta seu trabalho na legislação indigenista vigente no País. Disse que a elaboração de projetos é de responsabilidade de equipe multidisciplinar constituída por brasileiros e se dá a partir das demandas indígenas, nunca ocorrendo sem o acompanhamento das autoridades brasileiras.
Com relação ao projeto de mapeamento cultural desenvolvido com as comunidades do Xingu, asseverou que ele foi uma demanda delas, assim como a escolha do conteúdo do mapa e da legenda utilizada. As plantas medicinais, por exemplo, teriam sido incluídas genericamente com esse termo. Disse não ter sido usado o GPS para o mapeamento e que, atualmente, a ACT está realizando atividades em conjunto com associações indígenas, mas fora de suas terras.

Quanto ao financiamento das atividades da ACT americana, afirmou que 75% dos recursos provêm de fundos particulares e 25% de agências de cooperação internacional, como o Banco Mundial, a OEA e a USAID. Já a ACT Brasil, por sua vez, recebe recursos exclusivamente da ACT americana. Garantiu que a ACT não atende demandas pessoais dos índios, só repassa recursos para as comunidades indígenas visando o bom andamento dos projetos amparados por convênio com a instituição.

Acerca do documentário feito pela NHK em conjunto com a comunidade Kamayurá, em 1999, lembrou que ele gerou um processo, que foi apurado e concluído e, em nenhum momento, a ACT foi citada ou envolvida. Leu alguns trechos do parecer da FUNAI, no âmbito do Processo nº 0515/03, em que se determina o arquivamento do processo da denunciante Regina Célia. Contestou a possibilidade de bioprospecção de plantas medicinais por Mark Plotkin e sua relação com a Shaman Pharmaceuticals e a Aveda Corporation.

Vasco defendeu que o manual feito por seu pai, Marcus Van Roosmalen, não caracteriza biopirataria, porque os nomes das plantas são todos indígenas, sem nenhuma outra referência que possa identificá-las cientificamente. A respeito de Amauri de Oliveira Nunes, esclareceu que ele foi sócio da ACT e que, em conluio com Ivete Kutzner, ex-funcionária, teria desviado R$131 mil, que foram contabilizados no balanço patrimonial da ACT Brasil como recebimento.

Mairauê Kaiabi esclareceu que foi presidente da ATIX de 1995 até 2004 e que as comunidades indígenas estavam temerosas com a presença da ACT na área. Tal preocupação era motivada, entre outros, pelo fato de a ACT ter realizado reunião reservada num hotel fora da terra indígena, com a participação exclusiva das lideranças indígenas, que foram levadas para
lá de avião e não puderam se fazer acompanhar de índios mais esclarecidos para que melhor pudessem entender o que estava sendo discutido.

Atribuiu a ideia da elaboração do mapa à própria ACT e ponderou ser ele inútil para as comunidades, dada a total falta de habilidade dos índios para entendê-lo. Afirmou que vários índios que participaram da confecção do mapa não queriam colocar os locais onde se encontram as plantas medicinais; no entanto, eles constam, até mesmo em detalhe, nos mapas das comunidades do Alto Xingu. Segundo ele, foi feito um mapa para cada etnia, o que significa que existem vários mapas culturais no âmbito do Parque Indígena do Xingu.

Em depoimento escrito encaminhado à CPI em 01/09/05, Kaiabi disse que os representantes da ACT “prometeram coisas, como consertos de barcos, barcos, combustível, etc. e queriam impor a atividade dos mapas etnográficos sem explicar direito para que as comunidades poderiam usar os mapas depois”. Disse que a ACT contratou jovens indios para que aprendessem a usar GPS e pudessem localizar nos mapas, com precisão, os aspectos mapeados, mas algumas lideranças permitiram que só se fizesse um mapa geral.

Ainda no citado documento, ele confirmou que a elaboração dos mapas nunca foi uma reivindicação das comunidades indígenas, pelo menos no que diz respeito às etnias Kaiabi, Kisedje e Yudja, e que eles acabaram sendo usados como papel de parede ou toalha de mesa. Falou também que não foi solicitada a eles autorização para que as cópias dos mapas fossem distribuídas fora do Parque Indígena do Xingu, muito menos para que fossem enviadas para a ACT nos Estados Unidos.

Por fim, Amauri de Oliveira Nunes disse que trabalhou entre 2000 e 2003 na ACT, assessorando, sem remuneração, pequenos projetos da ONG em Canarana, e que seu desligamento ocorreu à sua revelia, sem que ele soubesse o motivo. Por isso, ele sentiu que tinha sido usado pela ACT, em razão de sua proximidade com os índios do Xingu. Segundo ele, antes da criação da ACT Brasil, em 2002, Vasco fazia uso da conta bancária particular de Amauri para pagar despesas com passagens, pessoal etc. e, como elas eram muito superiores ao dinheiro depositado em sua conta, ele teria ficado com cheques a descoberto, razão pela qual teve que pegar
cheques da ACT e depositar na sua conta. Negou que houvesse alguma ação criminal da ACT contra ele.

Quanto ao Mapa Cultural, Amauri disse que, no começo, achou que era para o benefício das comunidades indígenas, mas hoje crê que ele serviu mais ao interesse da própria ONG, e confirmou que as comunidades não tinham total conhecimento da finalidade dos estudos. Segundo Amauri, Vasco prometia aos índios que, assim que terminasse o Mapa Cultural, seriam liberados recursos para os pequenos projetos de desenvolvimento sustentável que eles tinham. Amauri confirmou ainda que a ACT pagava os produtos que os índios pegavam na loja “Casa Para Todos”, em Canarana, que pertence a uma amiga dele e onde ele trabalhou como vendedor entre 1995 e 1997.

Amauri confessou que, à época de seu desligamento da ACT, foi ameaçado de morte por Vasco, não sabe exatamente por que motivo, mas desconfia que tenha sido pelo medo de Vasco quanto às informações que ele detinha sobre o começo da ACT no Brasil. Quanto ao uso de GPS, disse que ele não ficava nas mãos dos índios, e sim da equipe técnica, que era da ACT, mas que todas as informações coletadas eram plotadas em imagens de satélite. Também falou que muitas plantas medicinais foram incluídas no Mapa Cultural.

Análise de Documentos

Alguns dias após o depoimento de Amauri, a ACT Brasil veiculou em seu site na internet uma Nota de Esclarecimento, datada de 26/10/05, e enviou à CPI o Ofício nº 195/ACT Brasil, da mesma data, assinado por Vasco Roosmalen e acompanhado de cinco anexos, em que a entidade refuta algumas declarações do citado depoente. Entre elas, esclarece que a razão para o desligamento de Amauri se deveu à sua má administração dos recursos da ACT, por tê-los misturado em sua conta pessoal, o que redundou na diferença refletida no balanço da organização. Segundo a ACT, a exclusão ocorreu em 18/08/03, durante Assembléia Geral Extraordinária à qual Amauri teria comparecido.

Nos citados textos, a ACT reforça a questão da propriedade dos mapas pelas comunidades indígenas. Esclarece, também, que ficou a critério de cada comunidade decidir quais informações deveriam constar
no Mapa Cultural, que os próprios índios coletaram os dados, após receberem capacitação em técnicas de etnomapeamento, e que jamais houve direcionamento por parte da ACT para que os pesquisadores indígenas inserissem um ou outro item nos mapas, muito menos plantas medicinais.

Por fim, com relação à entrada em terras indígenas, a ACT afirma que tem respeitado a decisão da FUNAI quanto à não permissão para que desenvolva trabalhos nessas áreas. Acrescenta que os trabalhos da OSCIP junto aos povos do Xingu vêm sendo desenvolvidos fora delas, nas cidades de Canarana/MT e Barra do Garças/MT, incluindo cursos de mecânica, elaboração e gestão de projetos, computação básica, técnicas de proteção territorial e combate a incêndios, além de registro etnográfico de lugares mitológicos. Segundo a ACT, essas atividades são realizadas com a participação de membros de dez das quatorze etnias da Terra Indígena do Xingu. Ao final, afirma que a apuração das denúncias pelo Ministério Público Federal teria sido por iniciativa da própria ACT.

A CPI também teve acesso a diversas atas de reuniões, ofícios, relatórios, mapas, reportagens e processos, entre outros, que confirmam apenas em parte as denúncias levantadas contra a ACT.

O Processo MPF nº 1.00.000.003204/2003-06, do Ministério Público Federal, foi aberto em decorrência de ofício, datado de 14/04/03, encaminhado por Regina Célia Fonseca Silva, servidora da FUNAI, à 6ª Câmara do MPF, em Brasília. Nele é feita denúncia de biopirataria contra a ACT Brasil e contra as pessoas de Marcus e Betti Van Roosmalen e seu filho, Vasco Van Roosmalen. As denúncias atingiriam também a FUNAI, por não dar andamento aos Processos nº 2.681/00 e 515/03, referentes aos denunciados supracitados.

No processo consta fotocópia do manual “Plantas Medicinais e Curas Usadas pelo Pajé Tacumã Kamayurá, Parque Nacional do Alto Xingu, MT, Brasil”, obra de 1998, não publicada, em que, ao longo de 64 páginas, descrevem-se 93 espécies de plantas e seus usos medicinais pelos indígenas. Embora não constem os nomes científicos, há uma breve descrição botânica das espécies, a finalidade com que são utilizadas e os métodos de aplicação. Ricamente ilustrado com fotografias, podem ser observadas exsicatas com etiquetas de coleta.
A denunciante anexou também cópia de sua denúncia ao presidente da FUNAI (IT nº 028/CAP/DED/03) e do convênio de cooperação entre a ACT e a Associação dos Índios Kamayurá, com a interveniência da FUNAI, visando a execução do projeto de “Mapeamento Comunitário Participativo do Alto Xingu”.

Já o Processo MPF nº 1.00.000.010991/2004-15 começa com um requerimento de informações da procuradora de Vasco Van Roosmalen, a advogada Marialva Thereza Swioklo, que questiona se as acusações levantadas por Regina Célia foram objeto de investigação por parte da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, quais os resultados das investigações e se haveria outras denúncias contra a ACT Brasil ou seu presidente.

Acompanham o processo os seguintes documentos:


Denúncia anônima contra a ACT Brasil, a Shaman e diversas pessoas físicas vinculadas à primeira, questionando: falta de transparência e de anuência da comunidade do Parque do Xingu quanto aos objetivos dos trabalhos da ACT; suspeita de aliciamento; idoneidade de Vasco Van Roosmalen; suspeita de bioprospecção de plantas medicinais no Parque do Xingu por parte da família Roosmalen; papel de bioprospector de plantas medicinais de Mark J. Plotkin e sua relação com a Shaman; e relação entre a Shaman e a Aveda.

Transcrição do relatório da anterior CPITRAFI, encerrada em 2003, contendo depoimento de Marcus Van Roosmalen.

Convênio entre a FUNAI e a ACT Brasil para o desenvolvimento do projeto de mapeamento cultural do Parque Indígena do Xingu.

Documento em que a procuradora de Vasco Van Roosmalen (supracitada) contesta a Nota Técnica nº 218-I/2004, esclarece
alguns de seus itens e solicita sua revisão pelo perito, em face das informações apresentadas.

Ofício 197/2004/CTEC/DPG/SBF/MMA, de 16/08/04, por meio do qual o CGEN informa que o “Projeto de Mapeamento Cultural do Parque Indígena do Xingu” não caracteriza acesso a conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos, e que, portanto, não necessita de autorização de acesso.

Notícias da imprensa escrita, eletrônica e páginas da internet sobre bioprospecção, fármacos e etnobotânica, bem como ofícios e outros documentos de menor importância para o caso em tela.

Por fim, o Processo CGEN nº 02000.001663/2004-17 refere-se à consulta, feita pela ACT Brasil ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, a respeito do entendimento desse conselho quanto à ocorrência ou não de acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético na realização do “Projeto de Mapeamento Cultural do Parque Indígena do Xingu”.

Como peças do processo constam a metodologia e os resultados do referido projeto, realizado entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2004. Também foram incluídas cópias de atas de reunião com lideranças indígenas, convênio celebrado entre FUNAI e a ACT Brasil, reportagens, memorandos, relatórios de workshop e fotografias.

A Coordenação Técnica do Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente – CTEC/DPG/MMA, após análise da documentação, concluiu que o acesso ao conhecimento tradicional no âmbito do referido projeto não se caracteriza por facilitar o acesso ao patrimônio genético, conforme a Nota Informativa nº 19/2005/CTEC/DPG, de 30/03/05 (Anexo 23)

No que tange ao exame dos mapas da ACT em poder do CGEN, esse Conselho, em 17/05/05, concedeu vista deles à CPI. O objetivo do exame dos mapas foi o de verificar se havia menção explícita a espécies com potencial uso farmacológico ou industrial.

Os mapas foram elaborados por uma equipe de cartógrafos e agrimensores brasileiros, contratados pela ACT Brasil, sobre base cartográfica em escala 1:100.000, da Divisão de Serviços Geográficos do
Ministério do Exército – DSG/ME. As escalas de apresentação (impressão) dos diferentes mapas são de 1:50.000, 1:75.000 e 1:100.000, contendo tipos de cobertura do solo, hidrografia e topônimos, além de ícones desenhados pelos próprios indígenas, com a localização dos diferentes recursos utilizados por cada povo (áreas de caça, pesca, coleta, ocorrência de seres mitológicos, batalhas etc).

Constam, na legenda de todos os mapas, plantas de uso corrente, como macaúba, embira, bacaba e outras. Alguns dos mapas mencionam a localização genérica de plantas utilizadas pelos pajés. Nenhum dos mapas traz informações adicionais sobre as espécies a que se referem os indígenas, e os mapas dos demais povos do Xingu não fazem qualquer menção a esse tipo de recurso.

A CPI analisou ainda a Nota Técnica nº 06/1-2005, de 01/02/05, do Analista Pericial em Antropologia da 6ª Câmara do MPF, Marco Paulo Fróes Schettino, em que este diz haver fortes indícios do interesse da ACT em desenvolver atividades relacionadas à bioprospecção voltada para a produção de novos medicamentos, em associação com indústrias farmacêuticas, no caso, a Shaman e a Aveda. A citada nota técnica aponta, ainda, a situação de fragilidade das comunidades indígenas em relação ao assédio por algum recurso, como foi o caso da ACT, com promessas de fornecimento de barco, trator etc.

Conclusões e Recomendações

Devido às características do trabalho desenvolvido pela ACT Brasil referente ao mapeamento cultural do Parque Indígena do Xingu, a julgar pelos dados disponíveis nos processos e pela iniciativa da própria organização ao solicitar (e obter) as devidas autorizações (dos indígenas e da FUNAI), e conforme o parecer do CGEN, não ficou comprovada a prática de biopirataria, na forma de acesso irregular ao patrimônio genético nacional e ao conhecimento tradicional associado. Todavia, essa hipótese ainda não pode ser descartada, em virtude de algumas dúvidas e contradições adiante explanadas.

Embora a ACT Brasil negue, ficou evidenciado que a elaboração do Mapa Cultural não foi uma demanda das comunidades
indígenas do Xingu. Esta CPI não consegue conceber que elas possam ter solicitado um produto para o qual a grande maioria não entendia (e ainda não entende) a utilidade. No máximo, esse desejo pode ter sido manifestado por alguns chefes indígenas e a ACT, por conta própria, resolveu estender a ideia às demais comunidades do Xingu, praticamente impondo-lhes a execução do mapa.

Por sua vez, o que moveu essas comunidades indígenas a aceitar o projeto foi, conforme os depoimentos e as atas de reunião analisados, a compensação que teriam por parte da ACT Brasil em produtos de sua necessidade (barcos, motores de barco, tratores, óleo combustível etc.), em eventuais futuros projetos de interesse dessas comunidades e até na expectativa de redefinição fundiária (ampliação) de suas terras. No entendimento desta CPI, esse comportamento por parte da ACT Brasil constitui evidente aliciamento das comunidades indígenas.

Ao final, ficaram ainda algumas dúvidas e contradições quanto à atuação da ACT Brasil, a saber:

Uma vez que o projeto de Mapeamento Cultural não decorreu de uma demanda indígena, o que a teria levado a desenvolvê-lo? Os eventuais interesses “bioprospectivos” dos patrocinadores internacionais da ACT americana (o que, diga-se, não ficou provado, a despeito das ligações dessa entidade e de seu presidente com empresas do setor) ou a oportunidade de a ACT Brasil atrair investimentos internacionais (100% oriundos da ACT americana) numa região (a Amazônia) de particular apelo em âmbito mundial para a alocação de recursos?

Nos levantamentos efetuados no Parque Nacional do Xingu, foram utilizados aparelhos de GPS? Essa informação é importante, uma vez que esses aparelhos permitem mapear com precisão a localização de qualquer recurso natural. Vasco alega que eles não foram usados, Amauri diz que apenas os técnicos da ACT o fizeram (os índios, não) e Mairauê afirma que os jovens índios responsáveis pela coleta das informações aprenderam a utilizar esses aparelhos. Em verdade, o uso conjugado deles com as imagens de satélite permite uma precisão métrica. Uma informação interessante é que no site da ACT americana (http://www.amazonteam.org/brazil.html) consta a seguinte informação: “In 2002, ACT completed maps of the Kamayurá and
Yawalapiti areas of the Xingu National Indigenous Reserve, covering 1,250,000 acres. *We equipped the Indians themselves with GPS units, with western trained cartographers putting together the maps*“ (grifamos). Se já em 2002 a ACT treinava os índios com aparelhos de GPS, por que não o faria em projetos posteriores?

Os dados coletados e armazenados pela ACT Brasil em seus sistemas informatizados são apenas aqueles constantes nos mapas apresentados ao CGEN, dos quais a CPI teve vista? Essa dúvida está intrinsecamente ligada à anterior, uma vez que a tecnologia atual permite que sejam armazenados digitalmente todos os dados mapeados e impressos apenas os de interesse. Ou seja, a ACT Brasil pode deter muito mais dados do Parque Nacional do Xingu além daqueles apresentados ao CGEN. O que salta aos olhos é que um dos patrocinadores da ACT americana (a ESRI) é exatamente uma empresa líder mundial na produção de *software* de sistemas de informação geográfica e de mapas digitalizados, conforme informações fornecidas por Regina Célia.

Tais dúvidas e contradições poderão ser dirimidas com a continuidade das investigações levadas a efeito pelo Ministério Público Federal e pela FUNAI, e a recomendação é de que seja dada ênfase ao esclarecimento desses pontos controversos, a fim de que se possa ter certeza quanto à real atuação da ACT Brasil.

Quanto ao aliciamento das comunidades indígenas, trata-se de assunto afeto à FUNAI. A proibição da entrada nas terras indígenas, que continua sendo imposta pela FUNAI à ACT Brasil, talvez seja uma clara indicação de que a FUNAI também tem esse mesmo entendimento. Para evitar que situações como essa possam ocorrer novamente, esta CPI recomenda que todas as ações da ACT e de outras ONGs em terras indígenas sejam sempre acompanhadas por técnico da FUNAI.

Com relação ao eventual desvio de R$131 mil da ACT Brasil por Amauri e às ameaças de morte que este teria sofrido por parte de Vasco Van Roosmalen, trata-se de questão não afeta a esta CPI da Biopirataria e que deverá ser investigada pela Polícia Federal, incluindo o testemunho de Ivete Marisa Leichtweis Kutzner, que foi demitida da ACT por esse mesmo motivo.
3.3.2.4. Parque Chandless

O caso do Parque Chandless chegou ao conhecimento da CPI por meio de denúncia encaminhada pela Deputada Perpétua Almeida, membro da Comissão. Trata-se de tentativa de vender uma área, como se propriedade particular fosse, do Parque Estadual do Rio Chandless, localizado no Estado do Acre (Anexo 24).

No curso das ações encaminhadas por esta CPI foram ouvidos os senhores:

- Waldemir Kramer, corretor de imóveis, responsável pelo anúncio de venda, que alegou desconhecer a área e ter considerado confiável a documentação apresentada na ocasião, pela família Meireles, por intermédio da Sra. Maria Cleide de Meireles e seus irmãos, procuradores de Manoel Meireles de Queiroz e Raimundo Meireles de Queiroz, supostos proprietários;

- Henrique Corinto, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Acre, que disse ter solicitado ao Estado do Amazonas a instauração de um inquérito policial federal, para que medidas judiciais ou policiais, se coubessem, fossem adotadas. Mostrou um modelo de certidão que é praxe nos cartórios da Região Norte, em que a descrição do imóvel não permite a sua identificação e favorece uma enorme confusão fundiária, cartorial, dando, assim, margem à exploração ilegal de madeira e à exploração dos recursos minerais e florestais.

A documentação oriunda da quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal foi minuciosamente analisada, não trazendo nenhuma informação que comprometesse o Sr. Kramer.

Conclusões e Recomendações

Em função da área de atuação da CPI não incluir grilagem de terra, bem como da quebra de sigilo do Sr. Kramer não ter trazido elementos novos e, considerando ainda, as providências já adotadas pelo Instituto de Terras do Acre, acreditamos estar encerrado este caso. Posto que encerrado, depreende-se, dos relatos deste e de outros fatos que foram investigados por esta CPI, a estreita ligação existente entre a grilagem de terras e a exploração ilegal de madeira, principalmente nos Estados de Mato
Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas. Para evitar que situações como essa continuem ocorrendo, esta CPI encaminhará este relatório às Corregedorias de Justiça dos Estados citados recomendando que estas sejam mais rigorosas na fiscalização dos serviços notariais, visando coibir a existência de títulos superpostos.

3.3.2.5. Sangue Indígena

A CPI da Biopirataria investigou a denúncia de venda de sangue dos índios Karitiana e Suruí no site da empresa norte-americana Coriell Cell Repositories. Em 27/04/05, a CPI ouviu o Procurador da República no Estado de Rondônia, Dr. Reginaldo Pereira de Trindade e, em 07/06/05, o Dr. Hilton Pereira da Silva, Professor Adjunto de Antropologia e Medicina da UFRJ, contra quem o Ministério Público move ação civil pública.

Em seu depoimento, o Procurador Trindade reconheceu que, no tocante à venda do sangue indígena, os trabalhos do Ministério Público Federal em Rondônia estão um tanto quanto incipientes, uma vez que, dado o longo prazo já decorrido, é hoje muito difícil saber como esse sangue chegou a uma empresa dos Estados Unidos. Sabe-se, contudo, que vários pesquisadores, além do Prof. Hilton, entraram na reserva indígena em anos anteriores e também coletaram sangue dos índios.

As suspeitas do Ministério Público recaem sobre a pessoa do Prof. Hilton porque, conforme os depoimentos colhidos no bojo da ação civil pública, teriam sido por ele coletadas cerca de 160 amostras de sangue, mas foram devolvidas pela Universidade Federal do Pará – UFPA, onde elas estavam depositadas, apenas 54 frascos.

O Procurador esclareceu ainda que a ação civil pública não diz respeito à comercialização de sangue indígena, mas à sua coleta sem autorização, sendo que o pedido de condenação é do pagamento de R$ 500 mil, a serem revertidos em prol da comunidade Karitiana. A União e a FUNAI foram chamadas à causa, mas apenas esta última manifestou interesse em dela participar, como litisconsorte ativa. No âmbito da dita ação civil pública, o Prof. Hilton foi citado em meados de 2004, tendo apresentado contestação.

Por sua vez, o Prof. Hilton trouxe à CPI robusta documentação em sua defesa, incluindo cópia de artigo científico que prova
que o material já estava à venda em julho de 1996 (Anexo 25), sendo que ele esteve entre os Karitiana apenas no mês seguinte. Além disso, outros artigos científicos mostram que o sangue indígena disponível na internet foi coletado, provavelmente, pelo cientista de nome Francis Black, da Universidade de Yale, sendo levado para os Estados Unidos e processado, enquanto material de pesquisa, ainda na década de 80.

O Prof. Hilton também afirmou que, em agosto de 1996, visitou os Karitiana (disse que nunca esteve entre os Suruí) como parte de uma equipe da Yorkshire Television, que estava fazendo um documentário sobre uma figura lendária da Amazônia chamada Mapinguari. Ele foi convidado a participar como consultor técnico e científico desse documentário, que foi ao ar pelo canal Discovery em 1997, quando fazia Doutorado em Antropologia, com bolsa do CNPq, na Universidade de Ohio e, por ser brasilianista e ter trabalhado com populações rurais da Amazônia, resolveu aceitar a missão.

Mas, segundo o professor, quando chegou à aldeia, ele, como médico, não pôde ignorar a situação de doença dos Karitiana, que é antiga e dramática, configurando um quadro de emergência médica. Desta forma, e também a pedido do chefe da aldeia, Cacique Garcia Karitiana, assim como com a aprovação do então chefe do posto da FUNAI, Sr. Assis Figueiredo, ele fez o atendimento em caráter emergencial, ainda mais que havia vários meses que nenhum médico comparecia à aldeia.

O Prof. Hilton asseverou que só efetuou coleta de sangue das pessoas a quem não pôde dar um diagnóstico mais específico e que ele não se recorda do número exato de amostras coletadas. Estas foram levadas para Belém e depositadas no Departamento de Genética da UFPA, que se dispôs a receber e a guardar esse material e, se fosse o caso, fazer análise gratuita para identificar alguma doença. O Prof. Hilton concluiu dizendo que, por problemas de conservação após a coleta, o material acabou se deteriorando e ficou na UFPA até ser resgatado pela Justiça de Rondônia, em 2004, portanto jamais tendo saído do Brasil.

**Conclusões e Recomendações**

Com base apenas nos depoimentos prestados e na documentação encaminhada à CPI, parece-nos suficientemente provada a
desvinculação do Prof. Hilton em relação às amostras de DNA de sangue indígena colocadas à venda no site da empresa norte-americana Coriell Cell Repositories. Afinal, é certo que outros pesquisadores estiveram entre os Karitiana e que alguns até mesmo coletaram sangue deles antes do Prof. Hilton; também foi provado que o material já estava à venda anteriormente à visita do Prof. Hilton, ocorrida em agosto de 1996; por fim, a venda na internet incluiu sangue de outras etnias de todo o mundo, entre as quais a dos índios Suruí, em cuja aldeia o Prof. Hilton nunca esteve.

No que tange à eventual coleta irregular de sangue da população Karitiana pelo Prof. Hilton, também há fortes indícios de sua inocência, uma vez que ele não teria feito nada além de um atendimento médico emergencial a uma população indígena carente. As principais dúvidas dizem respeito à quantidade de amostras de sangue coletadas e, conforme suspeita levantada na audiência pública pelo Deputado Dr. Rosinha, ao fato de o Prof. Hilton ter levado consigo dezenas de frascos de coleta (conforme o depoente, algo entre 60 e 100), sendo que outra era a sua missão originária ao visitar os Karitiana. Neste caso, a situação ainda poderá ser esclarecida com o prosseguimento das investigações levadas a efeito pelo Ministério Público.
3.3.3. Exploração e Comércio Ilícitos de Madeira

3.3.3.1. Operação Ashaninka

O Diretor de Fiscalização do IBAMA, Sr. Flávio Montiel, em depoimento a esta CPI, em 11/05/05, falou sobre a “Operação Mogno 3”, denominação dada às atividades de fiscalização exercidas na região de Marechal Taumaturgo, no Acre, praticamente ao lado da Terra Indígena Ashaninka, ou Kampa do Rio Amônia.

A partir de denúncias dos próprios índios, descobriu-se, no ano passado, a exploração ilegal de madeira por peruanos na região, principalmente de mogno e cedro. Segundo Montiel, as inúmeras concessões de exploração florestal, existentes nas áreas florestadas ao longo da fronteira com o Brasil, são o ponto de partida das investidas dos peruanos em território brasileiro. A madeira é, então, retirada para o território peruano e lá é legalizada como se fosse oriunda das áreas de concessão florestal. Acerca da destruição dessa madeira, disse que foi necessária, pois não havia como resgatá-la para que ela pudesse de alguma forma, conforme a legislação prevê, ser destinada ou doada a entidades beneficentes, associações ou, enfim, tivesse um destino mais social. “Se ela fosse deixada naquela área, com certeza os peruanos voltariam depois e a levariam, e estariam aqui no ano seguinte para continuar fazendo o mesmo trabalho”.

O Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna, chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, ao responder às perguntas dos parlamentares, afirmou que existe um acordo entre o Governo brasileiro e o Governo peruano sobre meio ambiente, que, entre outros temas, cuida de esforços no sentido de coibir o tráfico ilegal de espécies. Em relação especificamente às atividades do Governo brasileiro no episódio da Operação Ashaninka, leu documento que relatava o seguinte:

“Recentemente, pudemos acompanhar a prisão de madeireiros peruanos na fronteira do Acre com o Peru (....) Tal operação foi resultado de uma longa fiscalização na área, que comprovou a suspeitas de que existem vários grupos de exploradores ilegais, bem organizados, em alguns casos, que através da força ou por meios ilegais, continuam a trabalhar em áreas de difícil acesso, explorando espécies de alto valor, como o mogno e o
cedro. A denúncia apresentada pelos índios ashaninka é uma entre várias, e constituem reflexos também da complexidade do controle de fronteiras na região amazônica e consequentemente da dificuldade que o Governo encontra em impedir invasões e saques às reservas naturais brasileiras. Além da invasão de território e afronta à soberania nacional, os biopiratas cometem crimes ambientais pelo corte ilegal de madeira de alto valor econômico e pela abertura de extensos varadores no território nacional. O Governo brasileiro tomou as medidas cabíveis, no caso do comércio ilegal de madeiras na fronteira com o Peru. No entanto, como se trata de crime ambiental realizado possivelmente por pessoa jurídica não brasileira e como não foi observado em flagrante, durante a Operação Ashaninka, ato de corte ou trânsito de madeira, a legislação brasileira não alcança os biopiratas. Há apenas a possibilidade de tramitação diplomática entre Brasil e Peru para solução do caso, visando a uma possível indenização por parte do Governo peruano, como forma de reparar os prejuízos causados à Nação brasileira”.


A referida documentação (Anexo 26) trata da ação conjunta desenvolvida por estes órgãos no combate ao tráfico de mogno na região fronteiriça Acre/Peru, no município de Thaumaturgo Ferreira. Os relatórios encaminhados fornecem dados e informações acerca da “Operação Mogno 3”, detalhando as ações de investigação e apreensão realizadas conjuntamente pelo Escritório Regional do IBAMA em Cruzeiro do Sul – AC; Comando do Exército; Delegacia de Polícia Federal de Cruzeiro do Sul e FUNAI.

A ação conjunta constatou a presença de cidadãos peruanos explorando ilegalmente mogno e outras madeiras nobres, como cedro, cerejeira e aguano, em território brasileiro, mais precisamente na Terra Indígena Ashaninka, adentrando em direção ao Parque Nacional da Serra do
Divisor – PNSD – e à Reserva Extrativista do Alto Juruá, áreas também bastante afetadas pela exploração ilegal exercida por estrangeiros.

Quase 60 peruanos já foram presos desde julho de 2004, quando se iniciaram as operações na fronteira. Nas 15 operações realizadas, foram apreendidos, no total, 6 mil metros cúbicos de cedro e mogno. A estimativa do IBAMA é que a quantidade de madeira apreendida seja apenas 20% do volume extraído ilegalmente pelos peruanos. No total, estima-se que o cenário da fronteira entre Acre e Peru gere prejuízo anual médio de R$ 100 milhões.

Em julho de 2005, houve uma reunião em que IBAMA e Exército Brasileiro acordaram com o INRENA - Instituto Nacional de Recursos Naturais e Exército Peruano ações conjuntas de fiscalização na fronteira, além de uma agenda comum de trabalho, contemplando a revisão do processo de concessão de áreas florestais promovido pelo Governo peruano ao longo da fronteira. Segundo o IBAMA, tais concessões agravaram a situação na região, que já vem sendo saqueada há mais de 20 anos.

Conclusões e Recomendações

Em face da análise realizada, consideramos que todas as possíveis ações in loco foram devidamente encaminhadas pelo IBAMA em conjunto com o Exército Brasileiro, não cabendo, portanto, nenhuma ação específica além da já acertada fiscalização conjunta e continuada. Já as ações diplomáticas foram encaminhadas pelo Governo Brasileiro, como bem salientou o Sr. Hadil, restando apenas a possibilidade de tramitação diplomática entre Brasil e Peru visando a uma possível indenização por parte do Governo peruano, como forma de reparar os prejuízos causados à Nação brasileira. Assim sendo, recomendamos que o Ministério das Relações Exteriores encaminhe a citada tramitação diplomática visando à solução do caso.

3.3.3.2. FASE

A CPI da Biopirataria tomou conhecimento e passou a investigar a legalidade de atos administrativos do IBAMA referentes a doação de madeiras provenientes de áreas indígenas e terras devolutas da União, sem
a devida comprovação de origem legal, e que teve como beneficiária a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.


O referido Acórdão do TCU concluiu com determinações ao IBAMA para que somente proceda, no que tange a alienações de lotes de madeiras apreendidas, com ou sem origem comprovada:

- Em consonância com o art. 25, § 2º, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), na forma regulamentada pelo art. 2º, § 6º, inc. III, IV e IX do Decreto nº 3.179/99, e com o art. 17, inc. II, alínea a, da Lei 8.666/93 (na redação a ela conferida pela Lei nº 8.883/94), nos casos em que mostrar-se apropriada a doação do material, seja ela simples ou com encargo;

- em conformidade com o art. 2º, caput, c/c o art. 22 § 5º, ambos da Lei nº 8.666/93 (na redação a ela conferida pela Lei nº 8.883/94), quando inviável a doação, promovendo o leilão dos bens, devendo, na promoção de tal procedimento licitatório, ser adotadas providências no sentido de vedar a participação no certame de madeireiras que comprovadamente sejam infratoras contumazes;

- adote providências, quer pela utilização de meios próprios ou por intermédio do estabelecimento de parcerias com universidades ou mediante terceirização, no sentido de que, previamente às alienações de madeiras apreendidas, em especial nos casos de doações com encargos e de leilões, seja previamente promovida a avaliação dos lotes a serem alienados, em observância aos princípios da publicidade e da transparência;
- somente conceda, ao donatário de madeiras apreendidas, autorização para transferência a terceiros quando tal transação importar em transferências desses bens a outras instituições de caráter científico, hospitalar, penal, militar, público ou com fins benéficos, em face do que dispõe o art. 25, § 2º, da Lei nº 9.605/98 c/c os arts. 2º, caput, e 17, inc. II, alínea a, da Lei nº 8.666/93 e presente a vedação constante do art. 2º, § 6º, inciso , do Decreto nº 3.179/99;

- em qualquer caso em que as madeiras sejam doadas a entidades não participantes do Poder Público, ainda que se trate de lotes sem origem comprovada, busque assegurar a ampla participação de instituições interessadas e legalmente autorizadas a recebê-las, adotando procedimentos que garantam a observância aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e publicidade;

- proceda ao acompanhamento, pari passu, das atividades desenvolvidas com os recursos obtidos com a venda do Mogno à ONG FASE, de forma a garantir que tenham destinação pública e que sejam transparentes, em cumprimento ao Termo de Doação com Encargo celebrado entre a Autarquia e a ONG, procedendo, para tanto, a sucessivas prorrogações da vigência do Termo até que sejam findados os referidos recursos e que sejam integralmente aplicados nos fins para os quais foram especificados;

- informe, por ocasião de suas contas anuais, sobre o que for desenvolvido com os recursos e sobre o cumprimento integral do que foi acordado no Termo de Doação referido no subitem anterior;

- promova gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de assegurar que, no caso da realização de leilões de madeiras apreendidas, ao menos parte dos recursos arrecadados sejam-lhe destinados, a fim de serem ressarcidos os custos envolvidos na realização do procedimento licitatório e tendo em vista o papel daquele Instituto na preservação do meio ambiente, à luz do que dispõe o inc. IV do § 6º do art. 2º do Decreto nº 3.179/99.
imediate implementação das recomendações emanadas pelo Tribunal, acima expostas.

### 3.3.3.3. FLONA de Três Barras


Segundo o denunciante, o Termo de Cooperação firmado não cumpriu o estabelecido na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e, ademais, resultou na retirada ilegal de toras de madeira da Floresta Nacional (FLONA) de Três Barras – SC, representando prejuízos estimados em cerca de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) aos cofres públicos, além de possíveis danos ambientais à referida unidade de conservação.

Convidado para relatar o caso à CPI em audiência pública realizada dia 27/04/05, o Eng. Alberto de Paula Martins afirmou que, em meados do ano de 2003, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra invadiu a Floresta Nacional de Três Barras-SC, mantendo acampamento às margens da BR 280 (estrada que corta a FLONA no sentido norte-sul), mais precisamente na faixa de domínio do DNIT.

E prossegue, in litteris: “No início de 2004 o Gerente-Executivo do IBAMA/SC, Sr. Luiz Fernando Krieger Merico, esteve na FLONA afim de negociar com o MST, mas o interessante é que ele não foi negociar a saída e sim a permanência deles”.

Tal intenção se comprova, segundo o denunciante, pelo fato de que na ocasião o Gerente iniciou contatos para a elaboração de Termo de Cooperação entre a Gerência Executiva do IBAMA em Santa Catarina e a Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, com a finalidade de retirada de lenha seca em troca de serviços de roçada e limpeza de áreas no interior da FLONA.
Informou ainda que o referido Termo autorizava o MST a aproveitar 2.000 estéreis de lenha (oriunda de explorações já realizadas) de Pinus sp. mas que o MST, sem nenhum controle pela administração da FLONA, retirou madeira em toras de Pinus sp., aproximadamente 10.000 m³, e vendeu para as madeireiras locais. “Boa parte desta madeira foi retirada do Talhão 84, que fica às margens da BR 280 e ao lado do acampamento do MST. O Movimento estabeleceu no seu acampamento um ponto de venda de madeira (com placa de venda e tudo) sendo que mantinham também um estaleiro onde os caminhões das madeireiras carregavam a madeira. Há denúncias que outros talhões foram explorados pelo MST, como o talhão permutado pela FLONA com a Prefeitura de Municipal de Três Barras para a contratação do asfalto que liga a sede da FLONA a BR 280. Também há denúncia de que o MST, no intuito de esconder os resíduos das explorações ilegais, depositou quantidade expressiva de lenha no interior das lagoas que existem na FLONA”.

O depoente apresentou registros fotográficos de toras de madeira empilhadas e prontas para o carregamento nas margens da BR-280 e caminhão carregado com toras de pinus sp. Outras fotografias mostram o corte raso de árvores e o acampamento do MST às margens da rodovia que corta a FLONA. Todas as fotos trazem as datas impressas (Anexo 29).

Neste caso, foram convidados/convocados para oitivas na CPI, além do Sr. Alberto de Paula Martins, os senhores Luiz Fernando Krieger Merico (ex-gerente do IBAMA em Santa Catarina e atual Diretor do IBAMA em Brasília) e Marcos César Silva, ex-Chefe da FIONA Três Barras.

O Sr. Luiz Fernando Krieger Merico, em resposta às acusações recebidas, afirmou “foi solicitado ao nosso Jurídico que fizesse essa avaliação jurídica. Três Barras é no norte catarinense e está na área de abrangência do Procurador que chegou à Joinville justamente por aquela época. Foi solicitado inicialmente a exposição de motivos da FLONA. Em seguida, uma determinação minha que, dada a exposição de motivos, recomendo a redação de uma minuta. É solicitado o parecer jurídico de um Procurador Federal do IBAMA que atua na região. Esse é o despacho que dou no processo. E o Procurador analisa o termo e diz que não vê nenhum impedimento legal à cooperação, obedecendo à Lei nº 8.666 -- isso entra no termo --, aproveitando para submeter a modificação, o novo termo. O Procurador analisou e propôs as modificações, as quais estão incorporadas e
foram assinadas da forma como veio da Procuradoria Jurídica, firmando, então, a parceria. É facultado aos gerentes executivos assinarem parcerias, cooperações que é facultado aos gerentes-executivos do IBAMA estabelecerem parcerias, termos de cooperação para melhor gestão de recursos naturais.”

Todavia, relatório feito por técnicos do IBAMA a pedido da Presidência do Instituto (Anexo 30), confirma as irregularidades ao dispor que “a permuta de lenha de pinus versos mão-de-obra está em desacordo com a Portaria nº 1.045 (IBAMA), de 2001, além de não apresentar consonância com a Lei de Licitação”. Além disso, o mesmo relatório diz que não foi identificado nos processos “nenhum ato formal do Presidente do IBAMA delegando competência ao então Gerente Executivo do IBAMA, Santa Catarina, para celebrar o termo de cooperação técnica entre o IBAMA e a AESCA - a cooperativa de trabalhadores rurais que representa o MST”. Ainda segundo o relatório, os gerentes executivos teriam competência para celebrar acordos de cooperação apenas quando não envolvessem repasse de recursos, doação, cessão ou concessão de bens patrimoniais da autarquia. Finalmente, cabe esclarecer que o parecer jurídico constante no processo (Anexo 31) faz menção à necessidade de cumprimento das exigências da Lei nº 8.666/93, o que não foi levado em conta pelo gerente-executivo.

O Sr. Marcos César Silva acrescentou pouco às investigações e refutou qualquer envolvimento com os fatos relatados.

Posteriormente, esta CPI recebeu relatório assinado pelo Diretor de Florestas do IBAMA, Antônio Carlos Hummel, datado de 12/09/05, no qual afirma-se que “sob os aspectos técnicos florestais, não foram identificadas irregularidades na retirada do material lenhoso no caso em tela.”

Sugestões e Recomendações

Tendo em vista a discrepância entre as afirmações dos Srs. Luiz Fernando Merico e Alberto de Paula Martins, e considerando as irregularidades administrativas apontadas em relatório interno do IBAMA, sugerimos e recomendamos:

- visando a evitar novos problemas na iniciativa de ações administrativas de seus servidores, sugerimos ao IBAMA o estabelecimento de normas e a ampla divulgação dos
limites das atribuições de cada um de seus servidores, principalmente os ocupantes de cargos de chefia;

- sejam tomadas as devidas medidas administrativas visando reavaliar as circunstâncias em que foi elaborado o Termo de Cooperação entre o IBAMA e a AESCA relativo à FLONA Três Barras.

3.3.3.4. Operação Curupira

Resultado da ação conjunta desenvolvida no Estado de Mato Grosso pela Polícia Federal, IBAMA e Ministério Público Federal, a operação desmontou um esquema de fraude das Autorizações para Transporte de Produtos Florestais – ATPFs existente na Gerência Executiva do IBAMA de Mato Grosso. Composta por funcionários, despachantes e madeireiros, a quadrilha atuava em todo o Estado de Mato Grosso, com repercussão em outros Estados.

No curso das ações encaminhadas por esta CPI, foi aprovado o Requerimento nº 83/05, de autoria deste relator, que permitiu a oitiva dos senhores: Marcus Luiz Barroso Barros - Presidente do IBAMA; Sebastião Azevedo - Procurador Geral do IBAMA; Flávio Montiel da Rocha - Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Hugo José Scheuer Werle - Gerente Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Elielson Ayres de Souza - Interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Mário Lúcio Avelar - Procurador da República no Estado de Mato Grosso; Nelson Rezende – Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA.

Os depoimentos explicitaram a origem da Operação Curupira, qual seja a continuidade de investigações que vinham sendo conduzidas no âmbito do IBAMA, nos Estados do Pará e Mato Grosso, contando, então, com a participação da Polícia Federal e do Ministério Público. A ampliação da ação no Mato Grosso se deu em função do grande número de irregularidades encontradas naquele Estado, principalmente relacionadas ao uso das ATPFs.

O Sr. Sebastião Azevedo, em depoimento prestado a esta CPI, em 08/06/05, relatou que durante 20 meses investigou-se, no âmbito do
Estado do Mato Grosso, 3 gerências executivas: a de Cuiabá, a de Sinop e a de Juína, tendo-se realizado diligências em Municípios dos Estados de Rondônia e de Pará, e em mais 5 escritórios regionais, sobretudo os de Pontes de Lacerda, Cáceres, Alta Floresta, Aripuanã e Juara.

Estimou, em números maiores, que na questão da exploração ilegal de madeira, o prejuízo foi em torno de 2 milhões de metros cúbicos, que correspondem a cerca de 900 milhões de reais. A quantidade de servidores envolvidos seria em torno de 52, com a possibilidade de ampliação. Relatou a descoberta da quantidade surpreendente de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA, com volume de madeira cerrada, objeto de fraude, em torno de quase 2 milhões de metros cúbicos, dentre outras irregularidades.

Acerca da responsabilização da Fundação do Meio Ambiente do Estado, em virtude de descumprimento de norma geral federal relativa à exploração florestal, disse que já foram ajuizadas três ações de improbidade administrativa e uma ação civil pública. Salientou estar em curso a celebração de um instrumento, de caráter permanente, com a Polícia Federal e o Ministério Público, para se prosseguir com as apurações em nível nacional.

Já o Sr. Marcus Luiz Barroso Barros, em depoimento prestado no dia 14/06/05, apresentou a operação como parte da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Historiou os procedimentos adotados pelo IBAMA, que definiu seu foco investigatório no fluxo das ATPFs, o que possibilitou não só o desfecho alcançado com a Operação Curupira mas, também, saber que onde há desmatamento legal ou ilegal, o esquema funciona.

Ressaltou o fato da ação ter sido multilateral, em função da característica multifacetada da ilicitude, contando, na sua consecução, com 31 agentes do IBAMA e 400 agentes da Polícia Federal. Relatou que na sede do órgão em Mato Grosso havia 431 empresas cadastradas que não existiam. Estimou que o volume de madeira cerrada de maneira fraudulenta era 1,9 milhão de metros cúbicos. A ilegalidade, que gerou o expressivo aumento nas taxas de desmatamento no Estado de Mato Grosso, contou com a efetiva participação da FEMA, segundo ele.
Discorreu, ainda, sobre a dificuldade de se operacionalizar a ação devido à sua complexidade e à necessidade de destituição dos cargos de confiança e preenchimento simultâneo destes por servidores de outros Estados. Entre as irregularidades encontradas, elencou as seguintes: entrega de ATPFs a empresas que não prestavam contas posteriormente; concessão de crédito ilegal de reposição florestal a reflorestadoras; concessão para o desmate; laudos falsos de vistoria de inspeção industrial; recebimento de propina em conta pessoal referente à venda de ATPF para empresas; exigência de propina para liberação de caminhões no Trevo do Lagarto; termo de compromisso de averbação de reserva legal em desacordo com a Medida Provisória nº 2.166. Ressaltou que a principal irregularidade praticada pela FEMA era o descumprimento à MP.

Quanto aos empresários, apontou as seguintes irregularidades: pagamento de propina para aprovação irregular de planos de manejo florestal e projetos de reflorestamento para cumprimento de reposição florestal; aquisição de ATPF de empresas fantasmas, visando regularizar volume de produtos e subprodutos florestais no sistema, no SISMAD; extração irregular de madeira em unidade de conservação, terras indígenas e áreas não autorizadas.

Os despachantes cometeram as irregularidades que se seguem: uso de procurações falsas para representar firmas perante o IBAMA; introdução de dados na primeira via da ATPF não condizentes com a segunda via; criação e utilização das empresas fantasmas; pagamento de propina a servidores do IBAMA no Mato Grosso e adulteração e falsificação de ATPF.

Diante desse quadro, o IBAMA fez uma intervenção na Gerência de MT por 60 dias; suspendeu o fornecimento de ATPF por 30 dias; descredenciou todos os servidores que operavam sistemas de controle como o SISMAD; retirou o código de todos os sistemas para que ninguém os operasse mais; ordenou a realização de auditagem em todos os planos de manejo florestal em vigor e nas autorizações de desmatamento concedidas, no prazo de 90 dias.

Por fim, constituíu comissão de processo disciplinar para apurar, no âmbito da Gerência do Mato Grosso, a emissão indevida de laudo de vistoria; homologação, aprovação e expedição de autorização indevida de
planos de manejo florestal e recebimento de propina. Em nível macro, assinou um convênio visando uma ação permanente com a Polícia Federal, para apuração de denúncias junto ao IBAMA em todo o Brasil, com foco inicial na Amazônia.

Outra atuação foi o ajuizamento de ação civil pública contra a FEMA, para que fosse suspensa a emissão de autorização para desmatamento, tendo como referência área de reserva legal de 50% nas propriedades rurais situadas em áreas de transição de floresta. Essa ação desencadeou a criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em substituição à FEMA.

Reafirmou que a Operação foi focada nas fraudes baseadas no uso de ATPFs, portanto não se trabalhou com questões de doações feitas por madeireiros para campanha política do PT.

O Sr. Elielson Ayres de Souza, em seu depoimento, detalhou o envolvimento de servidores lotados no IBAMA de Brasília, que já agiam há tempos e foram presos no bojo da Operação Curupira, como o Sr. Randolf. Segundo ele, os documentos vinculavam um quadro nocivo interno, deteriorado ao longo dos últimos 10 anos ou 15 anos de IBAMA, e um quadro externo que se aproveitava da máquina, enferma pela mão-de-obra e enferma pelos sistemas.

Salientou que a corrupção em Mato Grosso está vinculada à Rondônia e ao Pará. Relatou que, embora se soubesse destas vinculações, não seria possível operacionalizar a deflagração nos demais estados simultaneamente. Disponibilizou documentos, e esmiuçou a operacionalização da ação em Mato Grosso.

Defendeu a necessidade de mudança nos sistemas de controle do IBAMA, sugerindo que se extinguisse as ATPFs, substituindo-as por um sistema integrado ao SISPROF – Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais. Seria semelhante aos cartões magnéticos de débito e crédito, em que o crédito seria resultado de aprovação de plano de manejo ou licença para desmatamento, reduzindo a nociva relação servidor-madeireiro. Defendeu uma moratória de pelo menos 6 meses nas autorizações de desmatamento no Estado de Mato Grosso.
Narrou, também, o caso da empresa Diagem, que doou 30 mil reais para a campanha política do PT e teve liberação irregular de maquinário e redução de multas no IBAMA, ação conduzida pelo então gerente Hugo Werle, a quem acusou de ter usado o IBAMA para conseguir um posicionamento melhor dentro do PT.

Em resposta aos questionamentos dos Deputados, disse ter havido 48 funcionários presos, contra os quais há provas concretas de corrupção. Disse que as estimativas iniciais e parciais do dano são de 890 milhões de lucro e 43 mil ha desmatados. Denunciou a empresa Amaggi, do Governador Blairo Maggi, de obter licença de desmatamento para uma área, não desmatá-la e dar entrada em madeira tendo como base essa autorização.

Segundo o depoimento do Sr. Mário Lúcio Avelar, em 21/06/05, o esquema já vinha de vários anos em Mato Grosso e não se restringe a ele, já que na Amazônia 90% da madeira é de origem ilícita. Ele explicou ainda que as prisões ocorridas na Operação Curupira envolveram somente pessoas que eram alvo de investigação, e que o Sr. Antônio Carlos Hummel, Diretor de Florestas do IBAMA, estava sendo, então, investigado. Afirma ter o Sr. Hugo Werle pleno conhecimento das fraudes que ocorriam no Mato Grosso, ademais, para a Polícia Federal, ele se beneficiou financeiramente do esquema de irregularidades.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi duramente criticado pela forma como vem sendo utilizado, funcionando como uma "panacéia para a bandidagem". Afirmou, também, que a lei vem sendo flagrantemente violada no Mato Grosso no que diz respeito a autorizações de desmatamento.

Nelson Rezende, em 21/06/05, explicitou à CPI a fragilidade do sistema informatizado do IBAMA, em especial do SISMAD, que desde a sua concepção permite a qualquer pessoa ingressar no sistema, fazer alterações, sem que a senha fique gravada. Relatou que desde 2000 a necessidade de se acelerar o desenvolvimento e a implantação do SISPROF, que substituirá o SISMAD, é apontada como necessária pelos próprios técnicos do IBAMA.

No mesmo dia, em seu depoimento, o ex-Gerente Executivo do IBAMA em Mato Grosso, Sr. Hugo Werle, afirmou estar tendo sua
primeira oportunidade de se defender. Colocou à disposição da Comissão suas declarações de renda e de bens, bem como as de sua esposa. Segundo ele, o acréscimo de patrimônio ocorrido está plenamente compatível com a renda auferida.

Afirma que chegou à chefia do IBAMA por suas qualificações técnicas. Afirma, também, que tomou providências em relação às irregularidades ambientais de que teve conhecimento durante sua gestão, comunicando-as, mesmo, ao Ministério Público. Queixou-se da falta de recursos humanos e materiais para modernizar a atuação do IBAMA. Abordou o problema da falta de articulação e de unificação de procedimentos entre as gerências do IBAMA no Estado e atribuiu as acusações lançadas contra ele a pessoas descontentes com sua atuação na fiscalização ambiental. Reconheceu que pessoalmente doou 5 mil reais para a campanha do Partido dos Trabalhadores, mas afirmou que a doação foi declarada e legal.

Conclusões e Recomendações

A amplitude do esquema de corrupção que se constatou em Mato Grosso, os depoimentos que indicam a existência de esquemas como o encontrado na Operação Curupira em diferentes Estados da Federação permitem à esta CPI recomendar:

- tornar rotineira a atuação em parceria do IBAMA, Ministério Público e Polícia Federal, extrapolando-a para outros Estados, sem a necessidade de operações grandiosas;
- que se promova uma recomposição no quadro de recursos humanos do IBAMA;
- que se promova a articulação e a unificação de procedimentos entre as gerências do IBAMA localizadas em um mesmo Estado;
- que se promova uma maior integração no processo de trabalho do IBAMA e dos órgãos estaduais de meio ambiente.
- tendo em vista as recorrentes citações feitas à má gestão dos sistemas informatizados do IBAMA, seja realizada uma auditoria pelo TCU, com o objetivo de averiguar a lógica administrativa do órgão, a razão da não integração entre os seus sistemas informatizados, e o andamento da proposta de alteração no sistema de ATPFs e no SISMAD.
3.3.3.5. Parque Nacional da Amazônia

A CPI da Biopirataria recebeu documento, elaborado pelo Sr. Amarildo Formentini, relatando irregularidades no Parque Nacional da Amazônia (Anexo 32).

De acordo com o denunciante, o Sr. Eurico Bezerra dos Santos, ex-chefe do escritório de Itaituba, liberou de maneira irregular um carregamento de madeira de propriedade da empresa do Sr. Valmir Climaco de Aguiar, que fora apreendido pela Servidora Lívia Karina Passos Martins momentos antes. O fato teria sido confirmado pelo atual chefe do Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba-PA, Sr. José Sales de Souza, que teria também dito que o Sr. Valmir Climaco de Aguiar extraiu madeira de dentro do Parque Nacional da Amazônia.

Segundo ainda o denunciante, apesar de a Servidora Lívia ter enviado um ofício para a sede do IBAMA em Brasília, denunciando as irregularidades praticadas pelo Sr. Eurico Bezerra dos Santos, nenhuma providência havia sido tomada. Destacou também que a referida servidora recebia ameaças freqüentes do Sr. Valmir Climaco de Aguiar.

Convocada para prestar depoimento em 03/03/05, a Sra. Lívia Karina Passos Martins relatou que, em certa ocasião, apreendeu um caminhão com madeira do Sr. Climaco, conduzindo-o para o depósito no IBAMA, mas que, posteriormente, a madeira foi irregularmente liberada. Era um sábado, o caminhão da transportadora RECON levava madeira sem a documentação necessária. Apreendeu o caminhão e o colocou no depósito do IBAMA. Logo após, teve de sair para o Parque da Amazônia, porque as pessoas que estavam trabalhando lá estavam sem água. Quando retornou, a madeira e o caminhão não estavam mais no pátio, tinham sido liberados. Fez uma comunicação interna para o Sr. Sales, chefe do Parque. Somente ele teria autorização para liberar a madeira. Passaram – ela e o Sales – uma comunicação interna para o gerente de Santarém sobre o ocorrido. Foi aberto um processo administrativo que, se não se engana, está tramitando em Belém. Expôs que, no dia em que a madeira foi irregularmente liberada, como era
sábado, a única pessoa que estava no escritório do IBAMA era o Sr. Eurico, pois ele residia dentro do espaço físico do IBAMA.

Logo após, prestou depoimento o Sr. José Sales de Sousa, Chefe do Parque Nacional da Amazônia. Afirrou que o Parque ainda não foi demarcado e que o IBAMA não fornece condições adequadas para fiscalização, não disponibilizando recursos humanos e financeiros suficientes. Disse que teve conhecimento que o Sr. Eurico Bezerra liberou de maneira irregular a madeira apreendida pela Sra. Lívia. Após o acontecido, asseverou, a Sra. Lívia ficou consternada, pois o Sr. Eurico, ao liberar a madeira sem autorização, impediu que ela completasse o trabalho de apreensão realizado. Não soube dizer se multas aplicadas pelo IBAMA foram retiradas, esquecidas ou tiveram seus valores reduzidos no sistema informatizado do órgão, pois após a lavratura da multa, em Itaituba, todo o processo é conduzido em Santarém. Apesar disso, soube que o Dr. José Antunes – advogado de Valmir Climaco na região - divulgou que o seu cliente estava dispensando seus prêstimos para recorrer de multas, pois já havia “acertado tudo” com os fiscais do IBAMA. Após esse fato, declarou ter pedido ao IBAMA/Santarém e à Polícia Federal para averiguar o caso. Falou ser difícil saber ao certo se o Sr. Valmir Climaco já extraiu madeira de dentro do Parque Nacional da Amazônia, pois o parque ainda não foi demarcado, mas confirmou que o Sr. Valmir Climaco já retirou madeira do entorno.

Ouvido, em seguida, o Sr. Eurico Bezerra dos Santos declarou que jamais liberou qualquer plano de manejo para empresa de propriedade do Sr. Valmir Climaco. Ao ser perguntado sobre a liberação de madeira do Sr. Climaco, apreendida pela Sra. Lívia, afirmou que, na época, o IBAMA estava em greve nacional. Em um sábado quando chegou em sua casa – que fica ao lado do escritório do IBAMA - encontrou, no pátio, uma carreta, sem cavalo, com madeira. Após alguns minutos, chegou o motorista e disse: “Olha, eu vim pegar uma carreta aqui que a Dra. Lívia recolheu. E até ela liberou o cavalo para que eu fosse buscar as ATPF com a nota fiscal”. Afirmou-lhe o motorista, que a madeira era para exportação e que o pessoal estava tirando a documentação na empresa transportadora, disse-lhe também que já havia conversado com a Sra. Lívia e estava tudo certo. Ressaltou que o motorista já estava com a documentação em mãos, inclusive com ATPF e nota
fiscal para exportação da madeira. Em razão disso, mandou que ele levasse a madeira.

Salientou que continuava morando em Itaituba, mesmo após ter sido destituído do cargo de chefe, porque demoraram dois anos para nomear outra pessoa. Declarou também que não foi logo para Belém porque demoraram muito para mandar as passagens e buscar a mudança.

Ouvida novamente para esclarecer alguns pontos, a Sra. Lívia contou que, se a documentação correta não é apresentada no momento em que você pára um caminhão, posteriormente sua apresentação não tem validade. Asseverou que a multa somente não fora lavrada imediatamente porque, quando colocou o caminhão dentro do pátio, teve que sair para resolver problemas no Parque Nacional. Declarou que não recebeu ameaças de maneira direta, mas que o gerente da empresa Climaco fez comentários na Prefeitura, no sentido de que não entendia os motivos pelos quais ela estava na fiscalização.

Após os depoimentos, o Sr. José Sales de Souza encaminhou diversos documentos à CPI (Anexo 33), trazendo registros de denúncias e autos de infração realizados pelo IBAMA.


É necessária também apuração sobre a lisura do processo n° 02018.000776/01-10, instaurado a partir do auto de infração n° 145287-D, em que a Itaituba Ind. e Comércio e Serviço Ltda. foi autuada por receber, industrializar e comercializar duas mil cabeças de açaízeteros (palmito), sem a devida documentação (ATPF). O produto foi retirado de dentro da área do Parque Nacional da Amazônia.
São apresentadas, ainda, cópias de outros autos de infração em que, segundo o jornal “O Estado do Tapajós”, os valores das multas foram posteriormente reduzidos, a saber: 370352-D, 37053-D, 370302-D, 370304-D.

Por fim, acompanha os documentos relatório de fiscalização elaborado pelo Sr. José Sales, onde é denunciada a conduta imprópria do servidor Eurico Bezerra Sales na condução da fiscalização de áreas próximas ao Parque Nacional da Amazônia, que, por sua vez, estavam sendo indevidamente exploradas pelo Sr. Valmir Climaco.

Da análise de documentos encaminhados pelo IBAMA (Anexo 33), extrai-se que o servidor Eurico Bezerra dos Santos foi exonerado da chefia do Posto de Controle e Fiscalização em Itaituba/PA em 17/07/02, tendo sido paga, no contracheque de agosto de 2002, a ajuda de custo correspondente para o retorno do servidor à lotação de origem – IBAMA/PA. A prova documental contraria o que disse o referido servidor em depoimento prestado à CPI.

Em janeiro de 2004, porém, a Coordenação de Recursos Humanos constatou que o servidor continuava em Itaituba, inclusive a pedido próprio, “face seu cônjuge ser servidora da FUNAI e encontrar-se também em exercício naquele Município”. Como o próprio servidor pediu para permanecer em Itaituba, o processo que providenciaria as passagens e a transferência da mobília foi suspenso (Processo n° 020180052386/02).

Por fim, relata-se que a partir das denúncias apresentadas pelo Sr. Sales sobre o Sr. Eurico Bezerra dos Santos, foi instaurado o Processo Administrativo n° 02001.000003/04 para apuração dos fatos.

São anexados também diversos processos instaurados, em que consta como interessado Walmir Climaco de Aguiar.

Conclusões e Recomendações

Diante do acima exposto, a CPI recomenda:

- realização de auditoria pelo TCU na autarquia;
- investigação sobre a multiplicidade das carteiras de identidade do Sr. Valmir Climaco de Aguiar;
• apuração sobre a lisura do processo n° 02018.000776/01-10, instaurado a partir do auto de infração n° 145287-D.

3.3.3.6. Exploração de Pau-Brasil

Dando prosseguimento às atividades da anterior CPITRAFI, a atual CPIBIOPi investigou as denúncias acerca da exploração e do comércio ilegais de pau-brasil (Caesalpinia echinata) no bioma da Mata Atlântica, nos Estados do Espírito Santo e da Bahia. A CPIBIOPi, no âmbito de sua competência, realizou investigações em campo, efetuou consulta ao Ministério da Justiça, ouviu depoimentos de algumas testemunhas e analisou a documentação disponível.

Histórico

Tomando-se por base a área original de ocorrência de pau-brasil na Mata Atlântica (cerca de 350 mil km², ou 35 milhões de hectares) e a densidade média de espécimes (duas árvores por hectare), estima-se que havia cerca de 70 milhões de árvores dessa espécie quando da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Hoje, restam apenas algumas centenas de espécimes, que vêm sendo cadastrados e georreferenciados.

A exploração sistemática do pau-brasil na costa brasileira iniciou-se logo após o descobrimento, há mais de 500 anos, portanto. Já o contrabando de pau-brasil para a fabricação de instrumentos musicais, principalmente arcos de violino, existe há cerca de 300 anos, mas a indústria brasileira conta apenas 35 anos e consome hoje 20% do pau-brasil utilizado no mundo.

No que tange à proteção legal, a Mata Atlântica é, segundo o § 4º do art. 225 da Constituição, um dos biomas considerados patrimônio nacional, sendo que “sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”, um dos quais é o pau-brasil. Além disso, essa essência vegetal está listada na Portaria IBAMA n° 37, de 1992, na categoria de espécie ameaçada de extinção. Desta forma, sua exploração deve estar de acordo com o que determinam as Resoluções Conama n°s 278, de 2001, e 317, de 2002.
A Resolução 278 determinou ao IBAMA a suspensão das autorizações concedidas por ato próprio ou por delegação aos demais órgãos do SISNAMA, para corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção, constantes na lista oficial do Instituto, em populações naturais no bioma Mata Atlântica, até que fossem estabelecidos critérios técnicos, cientificamente embasados, que garantissem a sustentabilidade da exploração e a conservação genética das populações exploráveis. Isso, em 2001.

No ano seguinte, a Resolução 317 procurou regulamentar a 278, estatuindo que os critérios necessários para conservação genética e sustentabilidade da exploração de espécies da flora ameaçadas de extinção na Mata Atlântica deverão ser consubstanciados em Planos Estaduais de Conservação e Uso que tenham por embasamento estudos técnicos e científicos. Como esses critérios ainda não foram estabelecidos, a exploração de pau-brasil está proibida e, em conseqüência, também a sua exportação.

Investigações mais sistemáticas acerca da exploração e do comércio ilegais de pau-brasil iniciaram-se no final de 2002 e no início de 2003, ocasião em que, simultaneamente ao funcionamento da anterior CPITRAFI, o IBAMA e a Polícia Federal efetuaram fiscalizações em campo nos Estados da Bahia e Espírito Santo e a oitiva de pessoas suspeitas dessa atividade ilegal.

À época, a CPITRAFI centrou seus esforços nas atividades desenvolvidas pelo Sr. Alfred Mark Raubitschek, cidadão norte-americano que efetuava em São João do Paraíso, Município de Mascote, sul da Bahia, compra de madeira em larga escala, principalmente pau-brasil, visando à produção de peças para instrumentos musicais, vendidas pela empresa da qual é sócio nos Estados Unidos (Exotic Wood Savage, de Healdsburg, Califórnia).

Em 28/11/02, Raubitschek prestou depoimento à Polícia Federal, ocasião em que declarou que desde outubro/2000 veio morar no Brasil para efetuar desmatamento e remeter madeira para os EUA, mas que, aqui chegando, mudou de ideia e começou a procurar pau-brasil desvitalizado, sem autorização legal para comercialização, encontrando-o em fazendas da região.

Em seguida, passou a adquirir madeira da Fazenda Inveja, em São João do Paraíso, pertencente a um tal de “Zé Preto” e, com a
ajuda de Nei Carlos Guimarães de Oliveira, enviava a madeira para a Madeireira Rio de Janeiro, em Campo Redondo/São Pedro da Aldeia, de propriedade deste, para que fosse exportada.

Posteriormente, alugou uma serraria (não legalizada) em São João do Paraíso para o corte e beneficiamento das toras, sendo a madeira exportada a partir do Aeroporto de Ilhéus, e que, até então, já havia enviado 25 mil kg para o exterior. Enquanto ele cuidava da parte operacional, seu sócio Nei era encarregado de obter os documentos para a exportação.

Por fim, Raubitschek declarou à Polícia Federal que sua empresa americana mantinha então em estoque cerca de 750 kg de madeira beneficiada e que, doravante, não tinha mais interesse em explorar e beneficiar pau-brasil, mas estava realizando pesquisas para o reaproveitamento de mogno e já havia visitado aldeias indígenas no baixo Xingu.

Em 29/11/02, o IBAMA apreendeu, no Município de Mascote, 39 m³ de madeira (pau-brasil e jacarandá) de Raubitschek. Nos dias seguintes, efetuou novas apreensões em várias outras empresas, com exceção da Horst John e Cia. Ltda., que se encontrava com estoque regular de pau-brasil.

Em 11/12/02, Raubitschek prestou depoimento à CPITRAFI, ocasião em que confirmou quase tudo o que havia dito à Polícia Federal, embora admitindo ter enviado apenas 2,5 mil kg de pau-brasil aos EUA. Também confirmou que comprava o pau-brasil por R$2/kg e o vendia nos EUA por US$7/kg, quantia que podia chegar a até US$48/kg, dependendo da qualidade da madeira.

Na mesma data, Nei Carlos também prestou depoimento à CPITRAFI, ocasião em que confirmou suas relações comerciais com Raubitschek e que, embora dele não fosse sócio, recebia US$1 por quilo de madeira exportada. Segundo ele, em 2002 haviam sido exportadas 26 toneladas de madeira de propriedade de Raubitschek, das quais apenas 1,8 tonelada constituída de pau-brasil.

Dada a exigüidade do tempo de funcionamento da CPITRAFI, seu relatório final sugeriu a necessidade de investigação de outras empresas envolvidas com pau-brasil, entre as quais a Arcos Brasil Ltda., a Horst John e Cia. Ltda., a Vivace Indústria e Comércio Ltda., a Sousa Bows
Comércio Ltda. e a Arcos Marco Raposo Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda., que manteriam estoques ilegais de pau-brasil, entre outras irregularidades.

A atual CPIBIOPI iniciou tais investigações no final de 2005, mas, no início de 2006, diante da proximidade do término de seu prazo de vigência, teve de encerrar seus trabalhos quanto a esse tema específico com o material de que já dispunha, incluindo os depoimentos adiante sintetizados e a análise da documentação a que pôde ter acesso.

**Audiências Públicas**

No que tange à oitiva de testemunhas, no âmbito desta CPIBIOPI depuseram, em 26/10/05, Marco Antônio Raposo Nascimento, proprietário da Arcos Marco Raposo Ltda. e presidente da Associação Brasileira de Archetários – ABA, bem como Dan Érico Lobão, Eng. Florestal do Centro de Pesquisas do Cacau, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPEC/CEPLAC. Em 09/11/05, depuseram Celso Mello, sócio da Arcos Brasil Ltda., e Maria Jacy Almeida de Sousa, proprietária da Horst John e Cia. Ltda. Em 07/12/05, depôs Alfred Mark Raubitschek, sócio nos Estados Unidos da empresa Exotic Wood Savage e, por fim, em 08/03/06, foi a vez de Eugênio Victor Follmann, empresário do ramo madeireiro em Mairiporã/SP.

Em seu depoimento, Marco Antônio Raposo Nascimento afirmou que a maioria das atividades relativas à extração, beneficiamento e comércio de pau-brasil é legal, embora haja uma parte que opera ilegalmente. Considera como legal o reaproveitamento de madeira de demolição ou o aproveitamento de outras madeiras desvitalizadas (tocos e madeiras caídas na mata), assim como a utilização de madeira plantada mediante programas de fomento.

Disse que, há pouco mais de dois anos, quatro empresas archetárias vieram a Brasília denunciar o americano Alfred Raubitschek, o que teria levado a CPI a investigá-lo. O citado cidadão teria publicado numa revista dos Estados Unidos que ele seria a única fonte legalizada no Brasil para exportar pau-brasil, com o consentimento do IBAMA e do Governo brasileiro, mas que isso não era verdade.
Confirmou que três das quatro empresas brasileiras que criaram a ABA em 2002 deixaram de participar dela em 2004, por divergências de idéias: a Arcos Brasil, a Water Violet e a Horst John. Todavia, outras parcerias foram feitas, e hoje a ABA tem 64 associados pessoas físicas, dos quais 30 são empregados dele, além de músicos, pesquisadores etc.

Disse também que sua empresa utiliza o serviço Exporta Fácil, dos Correios, para enviar ao exterior algumas peças de madeira beneficiada, mas que acima de 50 arcos é usado o sistema de exportação padrão, com nota fiscal. Confirmou que os Correios não exigem nota fiscal, nem a comprovação da origem da matéria-prima, e geralmente não vistoriam o conteúdo dos volumes.

Em respostas posteriores por escrito, disse que, quanto ao consumo de pau-brasil no mundo, não detém dados atualizados, mas em 2002 uma pesquisa feita pela Iniciativa Internacional para a Conservação do Pau-Brasil (International Pernambuco Conservation Initiative / Confédération des Métiers et des Utilisateurs des Ressources de la Nature – IPCI / COMURNAT) indicou valores da ordem de 200 m³ para abastecer os mercados nacional e internacional. Segundo o depoente, os maiores consumidores de pau-brasil são os EUA e a Europa, sendo que a Alemanha e a França detêm os maiores estoques.

Por fim, o depoente falou que o Brasil consome cerca de 40 m³ anuais de pau-brasil e que o alegado estoque nacional de 200 toneladas apreendidas, assim, daria para abastecer o mercado por cerca de cinco anos; se associado aos estoques regulares e irregulares existentes nas empresas e o uso de material de demolição, haveria tempo suficiente (cerca de 25 anos) para aguardar o corte da floresta plantada, transformando esse procedimento num ciclo ininterrupto.

Por sua vez, Dan Érico Lobão, em seu depoimento, fez um breve histórico da CEPLAC e do Programa Pau-Brasil – PPB, que, segundo ele, tem por objetivo a conservação produtiva. Falou que duvida que outras espécies florestais possam substituir o pau-brasil na fabricação de arcos de violino, pela sua qualidade e sonoridade, e que acredita que a extração predatória da madeira pode levá-la à extinção.
Ressaltou, todavia, que o PPB aposta na capacidade da espécie de sobreviver em áreas antropizadas, como é o caso do cacau. Acredita que é preciso salvar o cacau para salvar a Mata Atlântica, e com ela o pau-brasil, num modelo de conservação produtiva, citando o exemplo do cacau-cabruca (sistema de plantio de cacau sob a mata).

Em respostas posteriores por escrito, confirmou que, no âmbito do inventário do pau-brasil no sul da Bahia, a CEPLAC já georreferenciou mais de 1.700 árvores, mediante o uso de GPS, mas a atividade ainda não foi concluída. Informou que os parceiros estrangeiros do PPB (IPCI/COMURNAT) estão dispostos a investir entre US$90 e 120 mil anualmente, durante cinco anos, ao mesmo tempo em que ajudariam na coleta de mais recursos, quando necessário.

Afiançou que o simples fechamento das empresas de pau-brasil irregulares não acabaria com o contrabando da madeira, pois essa atitude teria um efeito bumerangue e estimularia o mercado negro. Afirmou que a exploração do pau-brasil está na ilegalidade por falta de uma política pública de utilização adequada, não sendo essa atividade constituída, com raras exceções, por bandidos exploradores de um produto ilegal. Por fim, reconheceu que a Mata Atlântica deveria ser poupada de qualquer tipo de utilização durante alguns anos, numa espécie de moratória.

Já Celso Mello, em seu depoimento, ressaltou que o pau-brasil utilizado por sua empresa – de 3,5 m³ a 4,5 m³/ano – tem origem estritamente legal, a partir de matéria lenhosa morta, na maioria das vezes obtida a partir do desmonte de currais e da demolição de construções. Acrescentou que a madeira hoje em estoque na Arcos Brasil – 153 m³ – encontra-se submetida a fiscalização.

Quanto a Alfred Raubitschek, o depoente confirmou a versão contada por Marcos Raposo, mas, com relação a Pierre Guillaume, afirmou que o conhece há anos, que ele é um concorrente da Arcos Brasil, não um dos sócios da empresa, e que é uma pessoa muito capacitada tecnicamente, não acreditando que seja traficante de madeira.

Afirmou que a Arcos Brasil tem uma propriedade com cinco alqueires e mais de 15 mil árvores de pau-brasil plantadas, algumas
delas com cinco anos de idade, com cinco ou seis metros de altura, e realiza diversos trabalhos em parceria.

Disse que a Arcos Brasil não possui guias de exportação de pau-brasil, pois só exporta arcos de violino prontos. Reconheceu que, no início, utilizou-se do sistema Exporta Fácil, dos Correios. Atualmente, utiliza-se de um benefício da legislação que se chama drawback, pelo qual é importada parte do arco não feita no Brasil, paga-se o imposto de importação e então faz-se a exportação formal, tudo com fiscalização da Receita Federal.

O depoente comprometeu-se a enviar à CPI, no prazo de sete dias, os laudos de vistoria do IBAMA comprovando a origem da madeira de sua empresa. Posteriormente, em documentação enviada à CPI, o depoente informou que os laudos técnicos do IBAMA relativos a vistorias de lotes de madeira da Arcos Brasil não se encontram mais nos arquivos da empresa.

Confirmou que, devido à CPI anterior, sua empresa foi alvo de processo pelo Ministério Público, por irregularidade na documentação de 33 m³ de madeira, mas que não se trata de “madeira verde”, visto que ela tem mais de 30 anos, e a culpa pela irregularidade teria sido de Luís Gonzaga Batista, que transportava a madeira como pessoa física antes de constituir a Brasil Imperial.

Disse também que não conhece Marcos Antônio Valadão da Silva, proprietário da Fazenda São José, em Mascote/BA, principal fornecedor de pau-brasil para a empresa Brasil Imperial e que teria chegado a vender em 2001, de uma só vez, 80 toneladas da madeira sem a Declaração de Venda de Produto Florestal — DVPF, apenas com uma simples autorização do IBAMA para o fornecimento de ATPF.

Com relação a Maria Jacy, em seu depoimento, ela contou a história do já falecido cidadão alemão Horst John, a partir dos anos 70, ocasião em que ele mandou algumas pessoas à Europa para aprender o ofício de archetário. Até então, a matéria-prima era apenas exportada em seu estado bruto. Para iniciar a confecção de arcos no Brasil, ele montou uma empresa no Distrito de Guaraná, Município de Aracruz, Espírito de Santo, que leva seu nome, onde ela funciona até hoje.

Segundo a depoente, a Horst John possui estoque atual de 42 m³ e o único banco de germoplasma de pau-brasil com mais de 30 anos
de idade. Visando garantir a matéria-prima, foi formado um estoque totalmente legalizado para dar suprimento à profissão até que as árvores plantadas fiquem ideais para o corte. No viveiro de mudas, são produzidas 60 mil árvores de pau-brasil por ano, juntamente com outras espécies nativas.

Afirmou ter ouvido dizer que dois ex-vendedores da empresa Vivace Indústria e Comércio Ltda., de Guarapari/ES, um dos quais de nome Jorge, estariam comprando a produção de fundo de quintal em Guaranã, mas não pode afirmar se Pierre Guillaume estaria envolvido ou se é contrabandista de madeira; certo é, contudo, que a empresa dele chama muita atenção por causa do prédio, que é grande e cor de abóbora.

Disse que sua empresa utiliza o serviço Exporta Fácil, dos Correios, pelo qual cada remessa pode ser de até 20 mil dólares. Alguns dias após a audiência pública, em resposta escrita às perguntas dos Deputados que não puderam ser respondidas à ocasião, a depoente afirmou que o fechamento das empresas brasileiras não inviabilizaria a continuidade da atividade arquétária no exterior, uma vez que a Alemanha e a França possuiriam estoque de madeira para mais uns 50 anos.

Por fim, a depoente também acredita que não haja diferenciação, quanto à qualidade para uso em instrumentos musicais, entre a madeira oriunda da mata nativa e aquela proveniente de plantio, sendo que testes com esse objetivo já estão sendo feitos na fábrica da Horst John pela Fundação Nacional do Pau-Brasil – Funbrasil, com madeira, ainda em processo de secagem, de uma árvore plantada há cerca de 30 anos.

O depoente Alfred Mark Raubitschek disse que está no Brasil há cinco anos, mora em São João do Paraíso e veio para cá com o intuito de comprar madeira, trabalhando atualmente como autônomo e representante de uma empresa na Bahia de beneficiamento de produtos de madeira. Falou que possui visto permanente e que é casado com uma brasileira, tendo um filho que mora nos Estados Unidos.

Afirmou que não trabalha mais com pau-brasil, mas já o exportou anteriormente. Asseverou que o Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira não é seu sócio formal, que apenas comprou madeira na mão dele. Afirmou que o Sr. Edson Silva de Oliveira não é seu empregado, mas trabalha para a empresa da qual é representante (este, em depoimento à Polícia Civil da Bahia
em 13/09/05, afirmou que trabalha informalmente para Raubitschek como marceneiro, recebendo como diarista).

Disse que nunca utilizou o sistema Exporta Fácil, mas que o Sr. Edson o utiliza de vez em quando para exportar cabos de revólver, apitos para atrair patos e outros produtos de jacarandá. Disse que os primeiros custam US$ 2 a 3 e, os últimos, de US$ 1 a 2, e que os cabos são vendidos por US$ 10 aqui e por US$ 60 no exterior, ao passo que os apitos chegam a superar US$ 80. Afirmou que, por essas vendas, ele só recebe comissão.

A respeito da denúncia feita pelas empresas arquetárias de que ele teria afirmado ser o único a exportar produtos de pau-brasil com licença do IBAMA, disse que ele mesmo não tinha essa autorização, mas que o Sr. Nei de Oliveira a teria. Falou que, em 2002, a Receita Federal fiscalizou o produto, que estava declarado por seu nome científico (*Caesalpinia echinata*) e, assim, a exportação de 1,4 m³ de pau-brasil por avião para os Estados Unidos ocorreu sem problemas.

Por último, Eugênio Follmann disse que sua firma *Follmann & Sons* corta madeira e fabrica componentes de instrumentos musicais, vendendo-os no País e exportando-os há 15 ou 20 anos. Disse que, em 2005, comprou cinco carretas (cerca de 160 m³, de um total de 4 mil m³) de resíduos de madeira (sobra composta por peças curtas, com 50% de aproveitamento) da empresa Cikel, de serrarias de São Félix do Xingu e Tucumã, tendo sido pagos R$200 mil para duas associações indígenas, conforme contrato com o Instituto Raoni.

Afirmou que não lida com pau-brasil e, quanto ao jacarandá-da-bahia, possui estoque de 350 m³, devidamente fiscalizado pelo IBAMA em 1994, sendo que, no Brasil, apenas a firma dele possui a autorização Cites para exportá-la. Com relação ao mogno, adquiriu duas carretas de refugos de laminação da firma Lampa, em Belém, há cerca de sete anos, bem como as citadas cinco carretas da Cikel. Disse que nunca exportou pau-brasil, apenas jacarandá.

Falou que sua esposa fundou uma associação beneficente há 14 anos, em Pedra Bela, onde se pretende ensinar fiação, tecelagem e marcenaria para membros de comunidades indígenas, conforme o “Projeto Espaço Kayapós”. Mostrou carta que encaminhou ao cacique Megaron
em que aconselha os índios a produzirem, eles mesmos, os componentes de madeira para exportação, para que ganhem até cem vezes mais do que hoje, com a venda da madeira bruta.

Afirmou que teve autorização do MMA para transportar os refugos de madeira, para os quais há isenção de ATPF, e que não transportou toras. Disse que exportou apenas 1,5 m³ de jacarandá em 2004 com a devida licença Cites. Ao final, analisando a documentação, foi chamada a atenção do depoente para o fato de que o contrato com o Instituto Raoni teria que ter sido homologado pelo órgão oficial, a FUNAI.

**Análise de Documentos**

Chegaram a esta CPIBIOPI, por meio dos depoentes e de outras fontes, diversos documentos referentes a origem, estoques, compra-e-venda (notas fiscais), transporte (Autorizações para Transporte de Produtos Florestais – ATPFs, do IBAMA, e Guias de Controle Florestal – GCFs, do Governo do Espírito Santo) e exportação (guias) de pau-brasil. Vários deles indicam irregularidades nessas atividades, conforme os exemplos seguintes.

Em primeiro lugar, salta aos olhos o fato de que é bastante improvável que quase todo o pau-brasil atualmente utilizado na região sul da Bahia e norte do Espírito Santo advenha do aproveitamento de madeira de demolição de construções ou de outras madeiras desvitalizadas (tocos e troncos caídos na mata). Esse tem sido o argumento empregado pela maioria dos empresários do setor, por se considerar tal origem “legal”, uma vez que ela, ao não implicar o corte de madeira verde, em tese não afrontaria a legislação pátria.

Por sua vez, a P.S. Buzatto foi inscrita no Cadastro Técnico Federal do IBAMA em 24/10/02 e na Receita Federal em 09/08/02. Entretanto, conforme consta na Nota Fiscal nº 0049, emitida pela Brasil Imperial, e na ATPF 3724188, das quais esta CPIBIOPI possui cópia (Anexo 35), ela adquiriu, em 26/06/02 (portanto, em data anterior à da abertura da empresa), o volume de 5 m³ de pau-brasil. Interessante registrar que o Sr. Paulo Buzatto é ex-empregado da Arcos Brasil, empresa de propriedade dos Srs. Floriano Schaffer e Celso Mello, sendo que este último, aliás, depôs nesta CPIBIOPI.

Para explicar as relações entre essas três empresas, o Sr. Celso Mello encaminhou à CPIBIOPI defesa no processo 02009.004684/02-34 do IBAMA, relativo à apreensão de 178 toneladas de pau-brasil, na qual afirma que toda a madeira tinha origem nas ATPFs que apresentou. Só que tais ATPFs foram emitidas pelo IBAMA tendo como origem fazendeiros de Porto Seguro e Eunápolis, na Bahia, e como destinatário o proprietário da empresa Brasil Imperial (Anexo 36). No entendimento desta CPIBIOPI, as 178 toneladas continuam descobertas, uma vez que o destinatário final não é a Arcos Brasil.

Outro caso que mereceria maiores investigações diz respeito à atuação de Alfred Mark Raubitschek. A requerimento desta CPIBIOPI (Req. Inform. nº 144/05, Ofício nº 184/05-P), o Ministério da Justiça, mediante o Aviso nº 2126-MJ, de 06/10/05, encaminhou as informações repassadas pela Secretaria Nacional de Justiça e pelo Departamento de Polícia Federal, que atestam a regularidade de sua situação no Brasil.

A primeira, mediante o Memorando nº 954-DEEST, de 30/09/05, informou que, consultados os sistemas informatizados ativos do Departamento de Estrangeiros, não existe nenhum processo contra o citado cidadão americano. Por sua vez, a Polícia Federal, mediante o Of. nº 10.193/05-GAB/CGPI, de 04/10/05, informou que Raubitschek é permanente no país, com Registro Nacional de Estrangeiro – RNE nº V374106-N, válido até 20/10/12, comunicando ainda que não há autorização para abertura de processo para sua expulsão.

Apesar dessas informações, e a despeito de ele próprio afirmar a licitude de suas atividades no País, as investigações da anterior
CPI TRAFI e da Polícia Federal apontam nelas indícios de irregularidades, conforme ressaltado anteriormente.

Como já dito, em depoimento à Polícia Civil de São João de Paraíso em 13/09/05, com a presença de um colaborador da CPIBIOP, Edson Silva de Oliveira confirmou que é empregado de Raubitschek, fato que este negou em seu depoimento à CPIBIOPI em 07/12/05. Além disso, ele afirmou que Raubitschek teria sido extraditado em 2003, razão pela qual teria ficado oito meses afastado de suas atividades como serrador, e que Alvino Alves Teixeira gerencia os negócios de Raubitschek no Brasil, sendo que este afirmou que é autônomo.

Por sua vez, é no mínimo estranho que a microempresa Alvino Alves Teixeira ME, sediada em Mascote/BA, município que é um dos maiores produtores de pau-brasil e jacarandá do País, tenha adquirido 6 m³ de jacarandá da Madeireira Rio de Janeiro Ltda., estabelecida em São Pedro da Aldeia, RJ, de propriedade de Nei Oliveira, que detém relações comerciais com Raubitschek (Anexo 37).

Um outro exemplo que pode ser aqui citado, e eles são muitos, diz respeito a empresas fantasmas, tais como a Comercial Açaí Ltda., a Comercial Rofri Ltda. e a Serraria Luferpero Ltda., em nome das quais há notas fiscais e ATPFs (Anexo 38) com a venda de pau-brasil para as empresas Archets Brasil Instrumentos Musicais Ltda. e Vivace Indústria e Comércio Ltda.

Curioso notar que a origem do pau-brasil é uma localidade chamada Córrego do Índio, zona rural de Aracruz, onde só existe o plantio de eucalipto. Interessante ainda observar que nas ATPFs não constam, nos campos 5 e 9, as respectivas categoria e autorização de desmate/manejo, o que indica que essas empresas não são detentoras de projetos de manejo junto ao IBAMA.

Cabe ressaltar que foram denunciadas a esta CPI três fazendas, localizadas na Bahia, que estariam abastecendo o comércio de pau-brasil no Espírito Santo: Fazenda Ipiranga, Fazenda Viva Deus e Fazenda Esterlina, todas no Município de Mascote. Devido ao encerramento das atividades da CPI, tais fazendas não puderam ser investigadas.

As irregularidades envolvendo a comercialização do pau-brasil são tão grandes, que geram até “ATPFs internacionais” (Anexo 39),
emitidas pela Divisão Técnica do IBAMA/ ES, problema que deveria ser explicado detalhadamente pelo IBAMA.

Esses são só alguns exemplos do grau de irregularidade das atividades relacionadas ao pau-brasil, que mereceriam investigações mais aprofundadas.

**Conclusões e Recomendações**

A análise de toda a documentação disponível, as diligências efetuadas e os depoimentos prestados no âmbito desta e da anterior CPI revelaram inúmeras irregularidades concernentes a origem, estoques, comercialização, transporte e exportação de pau-brasil, anteriormente comentadas, bem como a existência de empresas fantasmas.

Na opinião desta CPIBIOPI, a primeira atitude que deveria ser adotada pelo IBAMA quanto ao tema seria a vistoria e fiscalização *in loco* para verificar a documentação das empresas formais, tentar localizar as informais, efetuar o levantamento industrial de pátio dos estoques regulares e irregulares (madeira apreendida anteriormente) bem como sua origem, conferir a categoria da empresa junto ao cadastro técnico federal e auditar a saída do material para os mercados nacional e internacional, de todas as empresas que trabalham com pau-brasil no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo. Deverão ser tomados como base os relatórios emitidos por ocasião das fiscalizações efetuadas no final de 2002 e início de 2003, que constataram a regularidade de apenas uma empresa (*Horst John*).

Em seguida, deverá ser criado um grupo de trabalho para definir a destinação dos estoques irregulares, consoante o art. 25, § 2º, da Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Certificados os estoques regulares e aferido o prazo para seu consumo, de acordo com a demanda das empresas, deverá ser emitido um ato normativo por parte do MMA/IBAMA, conjugado ou não com a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta – TACs, com a interveniência do Ministério Público, de modo a paralisar por um prazo mínimo de cinco anos (numa espécie de moratória, amplamente divulgada) a extração, obtenção, transporte, estocagem e comercialização de pau-brasil nativo em nível nacional, podendo-se estender tal procedimento para outras madeiras nobres.
A regularidade dos estoques teria como contrapartida das empresas a implantação de projetos de reflorestamento, de modo a, em poucos anos, obter-se um ciclo contínuo de oferta e demanda de pau-brasil. Os três níveis de governo na área de ocorrência do pau-brasil também deverão ser chamados a efetuar programas de reflorestamento dessa espécie, podendo para tal utilizar recursos de arrecadação e da reposição florestal.

É importante também a conclusão, em curto prazo, dos estudos levados a efeito pela Horst John para atestar a viabilidade de a madeira reflorestada substituir o pau-brasil nativo na fabricação de instrumentos musicais. Simultaneamente, deverá ser feito um inventário nacional de todas as árvores plantadas, a ser divulgado mundialmente, principalmente aos países maiores consumidores, visando ao cálculo da volumetria disponível para consumo imediato.

A CPIBIOPI também sugere a elaboração de um convênio entre o IBAMA e a CEPLAC para a realização de um inventário florestal da madeira desvitalizada oriunda da demolição de construções, tocos e madeira caída na mata, para que ela possa ter uso nobre e legal, após a normatização pertinente. Como a CEPLAC está realizando também o cadastramento das árvores nativas de pau-brasil em pé, esta CPI recomenda que os dados obtidos sejam tornados públicos, com a assinatura de termos de responsabilidade com os proprietários dos locais de ocorrência, visando à perpetuidade desses espécimes.

Complementarmente, deveriam ser envidados esforços junto à IPCI/COMURNAT para que esta exija que seus membros só adquiram instrumentos fabricados com madeira certificada, o que acabaria inibindo o contrabando, que não encontraria mercado para o comércio ilegal. Conforme o depoimento de Celso Mello e as correspondências enviadas pela entidade à esta CPIBIOPI, ela estaria disposta a investir entre US$90 e 120 mil anualmente, durante cinco anos. Dada a boa vontade demonstrada, dever-se-ia tentar um acréscimo nesses valores, a partir da ampliação e maior transparência do PPB, com a devida chancela do órgão ambiental.

Esta CPIBIOPI também recomenda à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT que aperfeiçoe o sistema Exporta Fácil, uma vez que ele vem permitindo a exportação muitas vezes ilegal de produtos de
pau-brasil e outras madeiras nobres, pela não exigência de nota fiscal e a comprovação de origem da matéria-prima, bem como pela não vistoria do conteúdo, conforme os depoimentos nesta Comissão. Poderia ser feito um convênio da EBCT com o IBAMA e os órgãos florestais dos Estados visando a capacitar seus empregados no reconhecimento de madeira e no conhecimento das leis ambientais que regem a exportação de produtos florestais. Tal medida também poderia ser estendida aos empregados dos portos e aeroportos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que, segundo a maioria dos depoentes, a inclusão do pau-brasil na Convenção Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção –CITES seria uma medida recomendável, uma vez que nenhum país tem legislação específica sobre o contrabando dessa madeira. Esta CPIBIOPAI sugere ao IBAMA que agilize os estudos com o objetivo de incluir o pau-brasil na lista das espécies protegidas pela CITES, no anexo apropriado, tendo em vista tratar-se de espécie considerada como ameaçada de extinção, dando a devida publicidade a tais estudos.

Tendo em vista as irregularidades existentes, que apontam para frágeis mecanismos de controle da atividade, desde sua origem até a exportação, envolvendo, apesar dos baixos volumes, altos valores financeiros e a evasão de divisas do País, recomenda-se que o Ministério Público prossiga nas investigações não só quanto às pessoas físicas e jurídicas aqui mencionadas, mas ainda quanto a: Pierre Guillaume Archetier, Fernando Rockenback, Tarcísio Fringini, Carlos Roberto Borlini, Claudiano Lozer, Verter Miguel Schmitel e Valdeci Soares Siqueira Ribeiro, entre outros, que foram citados ao longo das investigações, mas cujo envolvimento não pôde ser comprovado.

3.3.3.7. Alteração de Multas no IBAMA

A CPI da Biopirataria recebeu documento, elaborado pelo Sr. Amarildo Formentini, relatando que valores de multas aplicadas por fiscais do IBAMA no Pará eram reduzidos ou cancelados no momento em que a informação era passada para o sistema informatizado da autarquia (Anexo 32).

Segundo o denunciante, como exemplo, uma multa no valor de R$ 270.000,00, aplicada contra o Senador Ademir Galvão de Andrade
conforme cópia do Auto de Infração n° 141515, fora reduzida para R$ 27.000,00; outra multa, aplicada ao Sr. João de Lima Alves, teve o valor de R$ 400 mil reduzido para apenas R$ 400 e ainda uma multa, aplicada contra Sr. Gérson Salviano Campos, fora cancelada.

Ouvido como testemunha, o servidor José Sales de Souza - Chefe do Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba/PA –, afirmou que, embora não tivesse provas documentais, soube que advogados da região estariam tendo seus serviços dispensados em razão de madeireiros do Estado terem encontrado um “método mais eficiente” para extinguir ou reduzir as multas aplicadas por fiscais.

Posteriormente, o referido servidor encaminhou documentos para a CPI, onde havia cópias dos Autos de Infração (Anexo 40) – que supostamente tiveram o seu valor suprimido ou reduzido de maneira irregular no IBAMA.

Convocado para prestar depoimento, o Sr. Teófilo Pantoja de Vasconcelos, Chefe da Arrecadação e do Cadastro Técnico em Belém, afirmou que tomou conhecimento de que alguns débitos de valor significativo apareceram no sistema informatizado com valor inferior. Entretanto, atribuiu o fato a uma sucessão de cadastramentos equivocados feitos por um servidor com deficiência visual que trabalhava no setor de fiscalização. Disse que, quando foram detectados os erros, o próprio servidor pediu para sair do setor, quando foi confrontado o que estava no sistema com o que constava no processo. Afirmou, por fim, acreditar ser muito difícil fraudar o valor das multas, porque cada servidor que faz o cadastramento tem uma senha e o faz com a senha própria. Destacou, ainda, ser praticamente impossível o setor de arrecadação efetivar uma cobrança de um débito alterado para menor, depois de cadastrado, porque o setor de arrecadação só faz a cobrança do débito com o processo na mão.

Ouvido como testemunha, o servidor Elielson Ayres de Souza, Interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso, relatou, no que toca ao SISMAD – Sistema de Fluxo de Produtos e Subprodutos da Floresta, um dos sistemas informatizados do IBAMA - tem defeito na origem, que permite que qualquer pessoa ingresse no sistema e faça alterações sem que a senha fique registrada. Afirmou que, no ano de 2000, foi feito e encaminhado para as
autoridades competentes relatório denunciando a fragilidade do SISMAD, mas, apesar disso, “foi-se tocando o SISMAD de lá para cá.” Vale dizer que, a despeito de o SISMAD não ser o programa utilizado para o cadastramento de multas, a sua deficiência induz a questionamentos sobre a segurança dos outros sistemas informatizados da Autarquia.

No dia 14/06/05, o Sr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, destacou que a Coordenação de Processos Disciplinares, por meio da Portaria n.º 846, de 01 de junho de 2005, criou um grupo de trabalho para levantar possíveis irregularidades em relação à adulteração de multas. Relatou, ainda, que a multa aplicada ao Senador Ademir Andrade não sumiu, mas o processo continua tramitando no IBAMA. Disse que o recurso administrativo interposto pelo Senador fora parcialmente provido, tendo o valor da multa sido regularmente reduzido. Por fim, confirmou ser possível identificar o servidor que fez os lançamentos das multas para verificar possíveis irregularidades.

Uma semana após, dia 21/06/05, o Sr. Nelson Resende, Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA, ressaltou que desconhecia as denúncias que foram feitas ao Dr. Flávio Montiel no dia 11/06/05 e que jamais recebera qualquer pedido do Diretor de Fiscalização para apurar ou explicar possíveis falhas no sistema informatizado. Ao ver alguns documentos mostrados pela CPI, confirmou que havia irregularidades nos documentos. Asseverou que, segundo seu entendimento, somente seria possível fraudar o sistema em duas hipóteses: se o gerente executivo passasse a senha para outra pessoa ou se, aqui em Brasília, a pessoa da arrecadação responsável pelo sistema modificasse os valores. Nesse último caso, contudo, destacou que o nome da pessoa que alterasse os valores ficaria registrado. Afirrou que, no caso que lhe foi apresentado pelo relator, parece que a fraude aconteceu no momento em foi digitado o valor do auto de infração no sistema. Por fim, disse que, atualmente, é possível alguém que já não é mais servidor do IBAMA continuar operando o sistema informatizado. Narrou que o sistema não suspende automaticamente a senha quando o contrato com o PNUD se encerra; antes, é necessário que o PNUD comunique ao setor de informática.
Documentos encaminhados pelo IBAMA à CPI trazem cópias dos processos administrativos instaurados a partir dos seguintes autos de infração (Anexo 40):

- AI n° 156392-D, autuando o Sr. José Raimundo Araújo do Amaral. Valor: R$ 15.000,00;
- AI n° 156414-D, autuando a Indústria Madeireira Maturu. Valor: R$ 910.000,00;
- AI n° 156420-D, autuando o Sr. Gerson Salviano Campos. Valor R$ 250.000,00 (auto cancelado, mas substituído por outro).

Também há cópias de declaração feita pelo servidor Ornil Lima de Andrade (Anexo 40), afirmando que foi o responsável pelo cadastramento equivocado do Auto de Infração n° 156.403-D, no valor de R$ 400,00, ao invés de R$ 400.000,00. Atribuiu o fato à sua deficiência visual, destacando que, em nenhum momento, teve a intenção de alterar o valor.

Conclusões e Recomendações

Diante do acima exposto, a CPI apresenta as seguintes recomendações:

- substituição do atual SISMAD por outro sistema que não permita as alterações de valores constatadas;
- implantação de sistemas informatizados que “conversem” uns com os outros, ao contrário do que hoje ainda ocorre;
- implementação de sistema informatizado que suspenda automaticamente a senha do servidor que tiver encerrado o contrato com o PNUD.

3.3.3.8. Plano Safra Legal / Operação Picapau I

Os resultados das investigações feitas pela CPI em relação ao Plano Safra Legal 2004 e, também, a caso a ele conexo, o desaparecimento de madeira apreendida em operações do IBAMA realizadas na região de Anapu (PA) em 2005 (“Operação Picapau I”), são aqui relatados. Destaque-se que esse trecho do relatório já foi aprovado pela CPI, por meio de relatório parcial, em 21/02/06.
Documentos apresentados e depoimentos prestados à CPI da Biopirataria, bem como matéria publicada na revista Veja de 15/06/05 (Anexo 41), trouxeram denúncias de que no Estado do Pará, durante o ano de 2004, servidores do IBAMA teriam concedido Autorizações de Desmatamento – ADMs em troca de apoio financeiro para campanhas políticas. O denominado “Plano Safra Legal 2004”, organizado em parceria do Governo Federal (IBAMA/INCRA) com os madeireiros e algumas organizações representativas dos trabalhadores rurais, teria possibilitado até que ADMs para lotes de assentamentos rurais onde não havia mais madeira fossem usadas para respaldar cortes ilegais feitos em outros locais.

Em troca, madeireiros da região teriam realizado algumas obras de infra-estrutura de interesse dos assentados, tais como a abertura de estradas vicinais e a construção de pontes, e “doado” dinheiro para campanhas políticas, com um gasto total de mais de R$ 2 milhões, segundo declarações e documentações apresentadas à CPI pelo Sr. Leivino Ribeiro, presidente da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá – AMMAPA. Essa “doação”, de acordo com as denúncias, muitas vezes teria chegado a ser uma coação, pois diversos madeireiros teriam sido informados de que somente receberiam as ADMs se contribuíssem financeiramente para campanhas políticas.


A CPI teve acesso ao adesivo “Empresa oPTante” e a fotos de caminhões carregados de madeira nos quais ele estava afixado, o que também foi confirmado por várias testemunhas, incluindo participantes do Plano Safra Legal, razão pela qual não restam dúvidas quanto à materialidade desse fato. Todavia, quanto ao uso desses adesivos como salvo-conduto, em
substituição às tradicionais ATPFs, os técnicos do IBAMA e demais participantes do plano não o admitiram. Não se deve ignorar, contudo, que alguns depoimentos prestados perante esta CPI (dos Srs. Bicelli e Davson, por exemplo) mencionam que madeireiros da região afirmavam que o adesivo “Empresa oPTante” tinha essa finalidade.

Cabe mencionar o testemunho pouco firme da Sra. Gracilene Lima, da empresa HB Lima, a esse respeito. Em conversa telefônica com o jornalista Leonardo Coutinho, da revista Veja, por ele gravada e, posteriormente, reproduzida na reunião da CPI, a Sra. Gracilene comentou sobre o Plano Safras Legal 2004 e afirmou que o adesivo era um salvo-conduto para o transporte de madeira, mas depois negou esse fato durante seu depoimento à CPI. Convém transcrever aqui um trecho da gravação da citada conversa telefônica:

”[...]"

**O SR. LEONARDO COUTINHO** - Mas aí para poder conseguir vender a madeira, então — desculpe interrompê-la —, mas assim para conseguir, então, aproveitar essa madeira tirada lá dos assentamentos, então está tendo que comprar ATPFs?

**A SRA. GRACILENE LIMA** - No caso, não. No caso, o IBAMA, junto com o Sr. Paulo Maier lá, o Superintendente do INCRA de Santarém, eles fizeram...e o Elielson também aqui de Altamira, de Belém também, fizeram um acordo que é o seguinte: que eles poderiam voltar atrasado a entrega da ADM, não é, que aí geraria o documento, o contrato que depois seria sair a ATPF. Teve um atraso nisso tudo, entendeu? Aí eles falam, ou seja, que a madeira estava estragando, no caso, a de 2004 estava estragando no lote do colono e não tinha como tirar a madeira de lá, porque se o IBAMA pegasse na estrada, na Transamazônica, ele prendia, no caso... (Falha na gravação) ...o caminhão carregado. Aí fizeram um acordo o seguinte: que poderiam tirar a madeira de lá e levar para o pátio, entendeu?.

**O SR. LEONARDO COUTINHO** - Mas como que ia saber que o caminhão era o caminhão correto?

**A SRA. GRACILENE LIMA** - Aí eu não sei. Sei que eles fizeram assim mais ou menos uma parceria, no caso, não é? Olha, vocês... eu digo parceria, mas não é que eles sejam combinados, entendeu?

**O SR. LEONARDO COUTINHO** - Sim, eu entendo,
dentro do acordo, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA - Não é um acordo. Aí eles falaram: Olha, vocês vão poder tirar a madeira. Porque isso foi uma pressão que eles fizeram em cima dos madeireiros, porque como é que eu vou pagar por um documento que já tem um ano. Quando ele chegar vai estar quase vencido praticamente. Começou a sair a ADM foi em novembro deste ano, entendeu? E que agora a gente leva para o IBAMA. O IBAMA fica lá ainda para chegar um protocolo, para dizer que recebeu aquele documento é uma luta terrível para até conseguir isso tudo. Então, já tem um ano que a gente está pelejando para trabalhar legal. Estamos conseguindo? Estamos, mas devagarzinho, entendeu? Até agora não pode se dizer assim: temos um documento para trafegar nas estradas, entendeu? Estamos pelejando para ver se consegue pegar... Tem gente que tem (ininteligível) em Marabá, não tem (ininteligível) em Altamira para colocar esses (ininteligível). Aí quando eles vão procurar os (ininteligível), não tem, porque Altamira não mandou ainda para Marabá. (Pausa.)

O SR. LEONARDO COUTINHO - Quando eu fui aí em Anapu, que eu estive na cidade naquela época lá do assassinato da freira, não é, para fazer a reportagem. Daí na volta para Altamira eu fui de carro pela Transamazônica, ali perto de Belo Monte, passando ali na região, eu vi uns caminhões e vi um trator também com um adesivo. Por isso que eu liguei para vocês que eu vi o nome do adesivo no caminhão dizendo que ele era optante do Safra Legal.

A SRA. GRACILENE LIMA - Eu quero te informar o seguinte. Quem poderia te dar muitas informações também, inclusive eles estão agora de tarde e de noite vão se reunir lá, é o Presidente da AMMAPA, lá de Anapu.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Ah, o Ribeiro, é?

A SRA. GRACILENE LIMA - Associação dos Madeireiros.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Eu conheci, eu estive com o Ribeiro já.

A SRA. GRACILENE LIMA - Pois é, então isso aí foi tudo uma parceria.

O SR. LEONARDO COUTINHO - É, eu vi que tinha escrito AMMAPA mesmo, é verdade.

A SRA. GRACILENE LIMA - Pois é, a AMMAPA é
Anapu e Pacajá junto. Isso também poderia, no caso, o IBAMA, quando... perguntou aquela hora como é que eles identificaram no caso, não é? Porque se tinha um símbolo que eles colocavam pra que o IBAMA identificasse que aquele madeireiro ali ele estava dentro do Plano Safra Legal.

O SR. LEONARDO COUTINHO - Ah, então, aquele adesivo branco e verde é Optante da Safra Legal. Era, então, para evitar que o IBAMA prendesse um caminhão errado, então, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA - É, errado e para que os outros vissem que eles estavam tentando se legalizar e que estavam optando pelo que é correto, para que tivesse, tipo assim, a conscientização dos outros também, entendeu? [...]"

Acrescente-se, ainda, que a Nota Técnica preparada pelo Delegado de Polícia Civil Marcos Antônio de Queiroz Lemos (Anexo 42), datada de 18/07/05, registra a utilização dos adesivos para acobertar o transporte ilegal de madeira. Uma das pessoas que lhe prestou declarações, o Sr. Amarildo dos Santos Abreu, conhecido como “Bill Madeireiro”, afirmou textualmente que “[...] naquela ocasião o Sr. Ribeiro lhe fez ameaças que se não fixasse aquele adesivo [com o nº 13] em seu veículo seria perseguido pelo IBAMA, pois todos os demais madeireiros que apoiassem o PT, poderiam trabalhar livremente transportando madeira para as serrarias deste município”.

Outro depoimento, do Sr. Melquias de Souza Raposo, membro da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pilão Poente – APRUP, é bastante esclarecedor de todo o esquema do Plano Safra Legal 2004 e merece ser lido em sua íntegra (Anexo 42). Reproduz-se, aqui, apenas o trecho relativo aos adesivos: “[...] toda serraria do município de Anapu e seus respectivos caminhões transportadores de toras, teriam que ter o símbolo do acordo nos pára-brisas e portas, com os dizeres ‘empresas oPTantes DO PLANO SAFRA LEGAL 2004’ e nos retrovisores dos caminhões era colocado um adesivo com o número ‘13’, que significava o PT; QUE: no pátio das serrarias era necessário haver placas com os dizeres ‘AQUI NÓS SOMOS 100% CHIQUINHO DO PT’, e a empresa que não tivesse esses adesivo e painéis, não poderiam trabalhar neste município, forçando todas as empresas madeireiras a aderirem a esse plano; QUE: com esse acordo foi levantado...
recurso para bancar a campanha do PT no município de Anapu, que foi uma das campanhas mais ricas que este município já presenciou [...]“.

O Memorando Interno n° 002/2005, de 21/02/05, do Escritório Regional do IBAMA de Altamira, elaborado pelo analista ambiental Carlos Renato Leal Bicelli (Anexo 43), veio a corroborar as informações obtidas pela CPI sobre outras irregularidades denunciadas em relação ao Plano Safra Legal 2004. O referido servidor elaborou dez laudos de vistoria em áreas de assentamento abrangidas pelo plano e descreveu a inexistência de madeira autorizada para comercialização (em virtude de já ter sido extraída ilegalmente em anos anteriores), a extração de madeira em área de reserva legal e a incompatibilidade entre os dados constantes no Documento Informativo da Propriedade – DIPRO e as informações coletadas em campo.

A CPI tomou conhecimento de que a providência tomada após o envio desse memorando aos superiores hierárquicos foi apenas o cancelamento das autorizações referentes às propriedades vistoriadas pelo Sr. Bicelli, o que parece claramente insuficiente, uma vez que as propriedades vistoriadas foram selecionadas apenas a título de amostragem.

A CPI requereu a realização de um número maior de vistorias, para que se pudesse verificar a extensão dos problemas apontados (Requerimento nº 102/05, aprovado em 07/07/05, Anexo 44). Ao que parece, todavia, essas vistorias ainda não foram realizadas pelo IBAMA. Registre-se que a CPI acatou demanda de que a coordenação das vistorias ficasse sob a responsabilidade de quem a direção da autarquia indicasse, e não do Sr. Bicelli, como inicialmente previsto (Requerimento nº 137/05, aprovado em 01/09/05, Anexo 44).

Um ator importante no Plano Safra Legal 2004 foi, sem dúvida, a empresa HB Lima Topografia e Engenharia Florestal, que centralizou a preparação dos pedidos de ADMs. Depoimentos prestados à CPI confirmam que o responsável de fato pela empresa, o Sr. Sílvio César Costa de Lima, foi, juntamente com o Sr. Leivino Ribeiro, o idealizador do adesivo “Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004” e um dos grandes articuladores do plano, tendo influenciado diretamente nas decisões dos órgãos públicos envolvidos e utilizado as instalações e a documentação existente no INCRA.
É interessante observar que os três responsáveis pela empresa HB Lima chamados a depor perante a CPI (além do Sr. Sílvio, as Sras. Gracilene Lima, sua esposa, e Sidiane Lima, sua irmã) apresentaram algumas contradições e inconsistências em seus depoimentos. As da Sra. Gracilene foram anteriormente comentadas. Já a Sra. Sidiane, engenheira florestal da empresa, reconheceu que assinou relatórios técnicos sem ir a campo e negou que soubesse da existência do adesivo, que levava o nome da empresa e de sua profissão e que havia sido idealizado por seu irmão. Além disso, informou que foi demandada judicialmente pela Sra. Maria das Graças Dias Pinto, que prestou serviços para a HB Lima, e que perdeu a ação, mas que não sabia o motivo e o mérito da demanda, o que é, no mínimo, inusitado.

Também o Sr. Leivino Ribeiro caiu em contradição em seu depoimento em 12/07/05 à CPI ao afirmar, primeiramente, que nada havia dito ao jornalista da revista Veja acerca dos mais de R$ 2 milhões investidos pelo setor madeireiro no Plano Safra Legal 2004, no que foi desmentido incontinenti com a apresentação da gravação da conversa telefônica com o Sr. Leonardo Coutinho. Posteriormente, afirmou que a AMMAPA não representava os assentados junto ao IBAMA, tendo sido então apresentadas a ele, pelo Presidente da CPI, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, cópias de contrato de venda de madeira e de procuração de um assentado em favor da AMMAPA. A CPI obteve cópias de várias procurações similares em nome da referida entidade. A CPI, diante das contradições observadas, encaminhou cópia do depoimento do Sr. Leivino Ribeiro ao Ministério Público para as devidas providências decorrentes do crime de falso testemunho (Ofício nº 134/05-P, de 14/07/05, Anexo 45).

Convém esclarecer que a HB Lima contratava agentes comunitários para fazer os levantamentos de campo. Há testemunhos que indicam a possibilidade de fraude nos processos, como, por exemplo, a apresentação de croquis padronizados dos lotes dos assentados, elaborados apenas em escritório. A CPI solicitou e obteve cópia de alguns dos croquis utilizados nos processos de obtenção de ADMs no Safra Legal. Apesar de eles não serem idênticos, são bastante parecidos e, no mínimo, refletem o fato reconhecido pela própria HB Lima de que não foi feita verificação em campo das informações entregues sobre as propriedades. A própria Sra. Sidiane,
engenheira florestal da empresa, conforme já mencionado, reconheceu ter assinado relatórios sem ir a campo.

Além disso, teria ocorrido a coação de agricultores para que assinassem documentação em branco, conforme o depoimento da Sra. Maria das Graças à CPI, assim como a documentação entregue à CPI por ela e pelo Delegado Rilmar Firmino de Sousa (ver a síntese do depoimento citado e, no Anexo 42, o início da segunda página do depoimento do Sr. Melquias Souza Raposo).

O depoente Mário Rubens Rodrigues, Presidente do Sindifloresta/PA, além de confirmar integralmente as denúncias anteriormente apresentadas, ressaltou que uma das principais beneficiárias do esquema teria sido a Senadora Ana Júlia Carepa, à época candidata à Prefeitura de Belém. Segundo ele, o dinheiro dos madeireiros era depositado em conta corrente da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa, coordenadora financeira da campanha da Senadora, em troca de ADMs concedidas irregularmente pelo IBAMA (Anexo 46).

Na ocasião, foi fornecido à CPI o número de uma conta corrente em agência do Unibanco onde eram feitos os depósitos. Logo após esse testemunho, a Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa apresentou espontaneamente os extratos da mencionada conta corrente à CPI. O exame dos extratos indicou que as denúncias apresentadas pelo Sr. Mário Rubens Rodrigues mereciam investigação detalhada.

A partir das provas até então produzidas – documentos, depoimentos e extratos bancários apresentados espontaneamente –, tornou-se indispensável, para dar prosseguimento às investigações, quebrar o sigilo bancário, telefônico e fiscal da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa. Somente assim a CPI poderia avaliar se havia alguma ligação entre os depósitos de altos valores realizados na conta corrente da então coordenadora de campanha e os madeireiros da região beneficiados com as irregularidades cometidas no âmbito do Plano Safra Legal.

A CPI aprovou a quebra total desses sigilos mas, posteriormente, em razão do objeto de investigação da comissão, restringiu a aplicação da quebra do sigilo bancário à verificação dos depósitos feitos por madeireiras nas contas da Sra. Maria Joana (Requerimento nº 138/05,
aprovado em 01/09/05, Anexo 47), mantida a quebra dos sigilos fiscal e telefônico (Ata de Reunião da CPIBIOPI de 01/09/05, Anexo 47). Para a análise específica dos documentos recebidos em razão da quebra do sigilo bancário, a CPI utilizou o apoio de técnico do Banco Central do Brasil.

A análise das informações recebidas em razão da quebra do sigilo bancário, nos termos em que foi aprovada, não comprova a ocorrência de depósitos feitos por madeireiras na conta da Sra. Maria Joana. Deve-se ressaltar, todavia, que os dados sobre a conta do Unibanco fornecidos espontaneamente pela Sra. Maria Joana, como já dito, apresentam diversos depósitos em dinheiro, efetuados por pessoas não identificadas, alguns com valores elevados.

Foram analisados os documentos enviados pelos seguintes bancos: Banco ABN Amro Real S.A.; Banco Sudameris Brasil S.A.; Conglomerado Financeiro BankBoston; Banco American Express S.A.; Banco Industrial do Brasil S.A.; Banco Industrial e Comercial S.A.; Banco Toyota S.A.; Caixa Econômica Federal; Banco BCM S.A.; Banco Safra S.A.; Banco Alfa de Investimento S.A.; e Unibanco.

Convém observar que a Sra. Maria Joana não detém conta ativa nas instituições citadas, com exceção do Unibanco. Nesse sentido, os únicos documentos levados em conta na pesquisa foram as cópias dos cheques emitidos por madeireiras ou seus sócios, nominativos ou com indicação do número da conta corrente em que foram depositados e que tivessem alguma relação com a Sra. Maria Joana. Não foram identificados cheques com essas características correspondentes às mencionadas instituições financeiras.

O Banco do Brasil, instituição na qual a Sra. Maria Joana também detém conta ativa, realizou ele próprio a verificação da existência, ou não, de depósitos em cheque efetivados pelas madeireiras. A informação apresentada pela instituição bancária foi de que não se localizaram depósitos realizados por nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas constantes nas relações fornecidas pela CPI.

Por denúncia do Sr. Mario Rubens de Souza Rodrigues, Presidente do SINDFLORESTA, foi criada pelo IBAMA, em 14/06/05, Comissão de Sindicância de Cunho Investigatório (processo administrativo n°
02001.003876/2005-46) com o fim de apurar irregularidades envolvendo as gerências da autarquia no Estado do Pará, denúncias que foram ratificadas perante esta CPI pelo mesmo denunciante. Apesar das irregularidades constatadas pela CPI em relação ao Plano Safra Legal, não ficou provado pela Comissão, a partir do cruzamento de cheques, que alguma das empresas doadoras da campanha da Senadora Ana Júlia fizesse parte do Plano Safra Legal.

Deve-se registrar que o relatório final da citada Comissão de Investigação do IBAMA (Anexo 48), datado de 15/07/05, propõe a adoção das seguintes medidas (fls. 361):

". Suspensão do plano intitulado ‘safra legal’ até que a DIREF promova a análise de todos os procedimentos e estruture o ESREG Altamira;

. Organizar e promover nova análise jurídica do processo 02018.007102-93-74, em nome de MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES;

. Instauração de Sindicância Investigatória, para apurar a autoria dos atos praticados no processo 02018.007102-93-74 em desacordo com o dever insculpido no art. 116, I, da Lei 8.112-90;

. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor CARLOS RENATO LEAL BICELLI, visando a apurar a prática dos atos relatados, que caracterizam, em tese, improbidade administrativa ou corrupção (art. 132, IV e XI), e falsidade ideológica (CP art. 229, Parágrafo Único);

. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO, gerente executivo da GEREX I em Belém, para apurar a prática dos atos relatados, que caracterizam, em tese, ofensa ao art. 117, IX da Lei 8.112-90 e improbidade administrativa prevista no art. 11 da Lei 8.429-92."

Em 19/08/05, o gerente Marcílio de Abreu Monteiro apresentou o Memorando nº 234/2005, em que refuta as recomendações do relatório final da Comissão de Sindicância do IBAMA (Anexo 49, fls. 430/433). Entre outras afirmativas, asseverou que não exerce nenhuma relação de hierarquia em relação às demais gerências do IBAMA no Pará, que o desenvolvimento do Safra Legal em nenhum momento fez arrefecer a ação fiscalizadora do Instituto e que os argumentos para a abertura de processo
administrativo-disciplinar em face dele são absurdos e desprovidos de qualquer base fática.

Diante dos resultados da Comissão de Sindicância, o parecer da Advocacia-Geral da União (Anexo 50), assinado pela Procuradora Federal Regina Célia Gomes de Moura e datado de 09/08/05, conclui que o adesivo “Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004” foi uma iniciativa da AMMAPA e que não houve acordo para sua utilização em substituição à ATPF. Afirma, todavia, que o Plano Safra Legal “foi desvirtuado com clara conotação política” (fls. 372).

Em razão de irregularidades funcionais tais como a substituição do inventário florestal pelo DIPRO, a emissão manual de ADMs sem o cadastramento no SISPROF e a eventual alteração de dados no sistema, o parecer da AGU propõe a ampliação do número de servidores em face dos quais deveria ser instaurado Processo Administrativo Disciplinar, a saber (fls. 375/376):

“. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Gerente Executivo da GEREX I/Pará, por ter se utilizado do cargo para fins políticos ao selecionar os sindicatos que seriam beneficiados pelo programa do governo, e que caracterizam, a princípio, ofensa ao inciso IX, do Art. 117 e inciso IV, do art. 132, ambos da Lei nº 8.112/90 e inciso X do art. 9 da Lei 8.429/92;

. ELIELSON SOARES FARIA – Chefe do Escritório Regional de Altamira, em razão de ter permitido a expedição de Autorizações de Desmatamento e ATPF’s sem o registro no SISPROF e em observância à Legislação Ambiental e não ter comunicado à autoridade hierarquicamente superior as irregularidades encontradas, atos que caracterizam, a princípio, ofensa aos incisos I, VI e XII, todos da Lei nº 8.112/90;

. ALDO FIGUEIRA BATISTA – Chefe da DITEC de Santarém, por ter permitido a expedição de AD sem exigência de inventário florestal ou vistoria, em desacordo com a legislação ambiental e não comunicar à autoridade hierarquicamente superior as irregularidades e abusos cometidos, atos que caracterizam, a princípio, ofensa aos incisos I, III, VI e XII do art. 116 da Lei nº 8.112/90;

. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Chefe da DITEC da GEREX I / Belém por não ter orientado tecnicamente os processos de autorização de desmatamento e não ter comunicado à autoridade
hierarquicamente superior as irregularidades e abusos cometidos, atos que caracterizam, a princípio, ofensa aos incisos I, III, VI e XII do art. 116 da Lei nº 8.112/90;

CARLOS RENATO LEAL BICELLI – ex-Chefe do Escritório Regional de Altamira, pelos fatos relatados às fls. 357/8 pela Comissão de Sindicância e que configuram, em tese, ofensa aos incisos IV e XI do art. 132 da Lei nº 8.112/90. Ressaltando ainda que os mesmos atos podem configurar crime de falsidade ideológica previsto no parágrafo único do art. 199 do Código Penal Brasileiro.”

Todavia, o Procurador Geral Sebastião Azevedo, pelo Despacho nº 1713/05, datado de 15/08/05 (Anexo 51), deixou de acatar tal recomendação, naquele momento, “em virtude da necessidade de colher-se maiores esclarecimentos indispensáveis, a meu ver, a formação da convicção da autoridade administrativa instauradora do procedimento investigatório” (fls. 407/408), o que foi acolhido pelo Presidente do IBAMA em despacho datado de 17/08/05 (Anexo 52, fls. 409).

Esta CPI não tem informações sobre o estágio atual de eventuais processos administrativos disciplinares instaurados em face dos citados servidores.

Deve-se ressaltar, em relação às gravações acima citadas, que a CPI solicitou perícia à Polícia Federal, por meio do Ofício nº 185/2005-P, datado de 27/09/05, o que resultou na Informação nº 471/2005-SEPAEL/DPER/INC, que conclui pela necessidade de investigações mais detalhadas sobre as gravações, “com o intuito de robustecer a formação de prova material” (Anexo 53).

Além do Plano Safra Legal em si, a CPI também investigou a chamada Operação Picapau I, efetuada pelo IBAMA na região de Anapu logo após a morte da irmã Dorothy Stang, em março/abril de 2005. As cópias dos termos de apreensão e dos autos de infração entregues à CPI (Anexo 54), todavia, indicam questões mal explicadas nessa operação.

O Sr. Davson Alves de Oliveira, por exemplo, teria atuado como testemunha às 10h12 no km 143 da rodovia Transamazônica, como autuante às 11h38 no km 141, como testemunha às 12h45 em Anapu e às 13h40 no km 139 e como autuante às 13h55 no km 139 e às 17h10 no km 65, todos no mesmo dia, 01/04/05.
Ao mesmo tempo, o fiscal Juscelino Soares de Oliveira teria atuado como testemunha às 9h25 no km 350 da rodovia Transamazônica, às 11h38 no km 131 — portanto, a mais de 200 km, em estrada de terra, do local anterior — e às 12h45 na cidade de Anapu, autuou às 13h28 no km 142, às 13h30 no km 139, às 13h38 no km 141 e às 13h40 no km 139 — portanto, quatro autuações em apenas 12 minutos! —, sendo ainda testemunha às 14h40 e às 17h10 no km 65, todos também no mesmo dia, 01/04/05.

A operação teve outros procedimentos no mínimo questionáveis, como a identificação da madeira apreendida pelos próprios madeireiros, assim como a efetivação, em datas distintas, do levantamento da madeira irregular e da lavratura dos autos de infração, conforme o depoimento do Sr. Davson à CPI no dia 11/08/05. É de registrar ainda que, conforme os autos de apreensão e depósito, todos os responsáveis pelas madeireiras então fiscalizadas recusaram-se a assiná-los, razão pela qual não foram nomeados fiéis depositários para os volumes apreendidos.

O mais grave de tudo é que, posteriormente, a madeira provavelmente relacionada ao Plano Safra Legal 2004 simplesmente desapareceu dos pátios das serrarias, segundo depoimento prestado pelo Sr. Carlos Bicelli à CPI em 04/08/05.

Conclusões e Recomendações

O Plano Safra Legal 2004 apresentou uma série de irregularidades, reconhecidas pelo próprio IBAMA, e parte dessas irregularidades decorreram de um desvirtuamento pelo uso político do plano. Entende-se que a atuação do IBAMA no Estado do Pará é claramente deficiente e apresenta problemas de organização administrativa que contribuíram para aumentar as irregularidades do Safra Legal, plano que, na verdade, tem deficiências desde a sua concepção. Perceba-se que sequer foi investido dinheiro público no Safra Legal, uma vez que todos os gastos foram cobertos por recursos do setor madeireiro.

O que parece fora de dúvida para esta CPI é que o Plano Safra Legal até teve a boa intenção inicial de regularizar a extração madeireira na região paraense ao longo da rodovia Transamazônica, entre Placas e Pacajá. Todavia, acabou apenas agilizando a expedição de autorizações de
desmate para atender à demanda do setor madeireiro e sendo desvirtuado por motivação política, em benefício dos candidatos a prefeito desses municípios.

Uma das razões que conduziram a esse resultado foi o uso político das funções de direção e chefia do IBAMA no Estado do Pará, em detrimento de critérios técnicos. É de observar que a maioria dos envolvidos no Plano Safra Legal que prestaram depoimento à esta CPI reconheceram que são filiados ao mesmo partido político.

A CPI entende que há indícios de ilegalidades que apontam para a necessidade de o Ministério Público investigar com detalhes o Plano Safra Legal 2004 e o envolvimento das seguintes pessoas:

- **Leivino Ribeiro dos Santos** – presidente da AMMAPA e coordenador financeiro da campanha de Chiquinho do PT à Prefeitura de Anapu, idealizou e confeccionou o adesivo “Empresa oPTante do Plano Safra Legal 2004”, monopolizou para sua entidade, com fins políticos, a intermediação junto ao IBAMA dos processos de solicitação de ADMs dos lotes dos assentamentos, com a desconsideração das associações de pequenos produtores, e prestou falso testemunho à CPI;

- **Sílvio César Costa de Lima** – idealizador, juntamente com o Sr. Leivino, do controvertido adesivo, e proprietário de fato da HB Lima Topografia e Engenharia Florestal, sua empresa foi a responsável técnica pela preparação das solicitações de ADMs no âmbito do Plano Safra Legal 2004, utilizando para tanto as instalações do INCRA;

- **Bruno Kempner** – executor do INCRA em Altamira, foi fortemente influenciado pelo Sr. Sílvio César, admitindo mesmo que ele utilizasse as instalações e a documentação do escritório do INCRA naquela cidade, não zelando pela veracidade das informações recebidas pela entidade que dirige e do próprio processo de obtenção delas para as solicitações de ADMs;

- **Francisco de Assis dos Santos Souza ("Chiquinho do PT")** – ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu e candidato a prefeito desse município em 2004, atualmente assessor de madeireiro da região, teria obtido ganhos políticos com o Plano Safra Legal 2004, desvirtuando sua concepção original;

- **Sidiane Costa de Lima** – engenheira florestal da empresa HB Lima, teria assinado relatórios técnicos sem ir ao campo;

- **Gracilene Lima** – uma das sócias da empresa HB Lima, teria prestado falso testemunho à CPI da Biopirataria.

Sugere-se, ainda, que:
assegurado o direito a ampla defesa, o IBAMA agilize os processos administrativos disciplinares em face dos servidores Marcílio de Abreu Monteiro, Elielson Soares de Farias, Aldo Figueira Batista, Najja Maria dos Santos Guimarães e Carlos Renato Leal Bicelli, conforme previsto no relatório final da Comissão de Sindicância do IBAMA (Processo nº 02018.000930/2005-12);

IBAMA empreenda uma reorganização administrativa nas três gerências do Estado do Pará, tendo em vista assegurar maior eficiência nas suas ações de controle e fiscalização ambiental e impedir o uso político do instituto;

IBAMA agilize a substituição das ATPFs por outro sistema de controle mais seguro e confiável, dado o sem-número de irregularidades a que ele está sujeito;

IBAMA estude alternativas – entre as quais, por exemplo, a contratação de empresas privadas de vigilância – para a fiscalização e guarda dos estoques de madeira apreendida, de modo a evitar os freqüentes desaparecimentos do produto florestal, em especial nos casos em que não se consegue nomear fiel depositário;

Ministério do Meio Ambiente revise as normas em vigor que flexibilizam os processos de ADMs para pequenas propriedades rurais, tendo em vista evitar problemas como os ocorridos no Plano Safra Legal 2004; e

Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia do Estado do Pará apure irregularidades na conduta profissional da engenheira Sidiane Costa de Lima e nas atividades da própria empresa HB Lima.

3.3.3.9. Operação “Verde para Sempre”

Entre 11/11 e 14/12/03, o IBAMA coordenou no Estado do Pará, na região conhecida como Terra do Meio, mais especificamente nos Municípios de Porto de Moz, Prainha, Almeirim, Medicilândia, Placas, Uruará e Altamira, a Operação Verde para Sempre, voltada a investigar a legalidade do corte e do transporte de madeiras. O trabalho foi realizado pelo IBAMA, em conjunto com as polícias Federal, Militar Ambiental do Pará e Rodoviária Federal, além do Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho e 8º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército.

Durante sua realização, a operação enfrentou problemas sérios, com ruidosas manifestações organizadas por madeireiros. No dia
19/11/03, cerca de 300 pessoas cercaram o hotel em Medicilandia onde estava hospedada a equipe de fiscalização do IBAMA, com a intenção de forçar a suspensão da operação. No dia 20/11/03, mais de mil pessoas, entre proprietários e funcionários de madeireiras de municípios próximos a Altamira, cercaram o escritório local do IBAMA.

O saldo da Operação Verde para Sempre foi a aplicação de 67 multas, totalizando valor superior a R$ 7,7 milhões. Foram realizadas visitas técnicas nos planos de manejo florestal em duas áreas propostas para a criação das reservas extrativistas Renascer e Verde Para Sempre, investigadas denúncias da sociedade civil e do poder público, e fiscalizados desmatamentos, transporte e armazenamento de produtos florestais sem autorização. Foram feitas apreensões de madeira de origem ilegal, motosserras, caminhões, tratores, combustível, pás carregadeiras, motocicletas, correntes, geradores, embarcações, motores e compressores e embargadas atividades florestais.

A organização ambientalista Greenpeace, após sobrevoado realizado no final de maio de 2004, constatou o desaparecimento de cerca de 48 mil metros cúbicos de madeira que haviam sido apreendidos pelo IBAMA durante a Operação Verde Para Sempre. “Constatamos que de 80 a 90% havia sumido”, disse Carlos Rittl, coordenador de projetos do Greenpeace, que enviou denúncia ao IBAMA, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério Público Federal do Estado do Pará, segundo matéria veiculada pela Agência Brasil em 29/06/04 e publicada no jornal A Gazeta, do Estado do Mato Grosso. O Greenpeace estimou na época que a madeira desaparecida valeria pelo menos R$ 10 milhões. A entidade ambientalista também apurou que os madeireiros infratores não teriam efetivado o pagamento das multas aplicadas pelo IBAMA.

A partir das denúncias sobre o sumiço da madeira apreendida, o IBAMA instaurou internamente comissão de sindicância. Esta CPI requereu e obteve o relatório final dessa comissão de sindicância (Anexo 55) no qual consta, entre outros pontos, que:

- a equipe de fiscalização incumbida de verificar in loco a denúncia constatou que não foram nomeados fiéis depositários para a madeira apreendida na Operação Verde para Sempre nos
pátios de três empresas autuadas (Internacional Madeiras Ltda., Elias Salame da Silva e Paulo Pombo Tocantins);

- significativa parte da madeira apreendida nos pátios dessas três empresas realmente desapareceu (8.663 m³ relativos à Internacional Madeiras Ltda., 15.107 m³ relativos a Elias Salame da Silva e 5.907 m³ relativos a Paulo Pombo Tocantins);

- não obstante a suspensão do seu Plano de Manejo florestal sustentável (PMFS), a Internacional Madeiras continuava operando na área objeto do PMFS em agosto de 2004;

- não obstante a defesa apresentada pela Internacional Madeiras Ltda. no processo administrativo relativo à sua autuação ter sido intempestiva, o parecer da DIJUR foi pelo cancelamento dos termos de apreensão, parecer que foi acolhido parcialmente pelo Gerente Executivo no seu posicionamento em favor da liberação dos equipamentos e apetrechos apreendidos;

- a sugestão dada pela equipe de fiscalização de que se nomeasse fiel depositário para as madeiras remanescentes no pátio de Elias Salame da Silva não foi observada pelo Gerente Executivo;

- PMFS de Elias Salame da Silva teria sido aprovado pela GEREX II com falta de documentos imprescindíveis;

- no que se refere a Paulo Pombo Tocantins, até 02/09/04 sequer o autuado havia sido cientificado da autuação efetivada em 04/12/03;

- PMFS de Paulo Pombo Tocantins foi aprovado pela GEREX II, apesar de a da área denominada Fazenda Jarauçu não pertencer a ele.

Além disso, a comissão apresentou as seguintes sugestões:

- que seja realizado convênio com as Forças Armadas para assegurar eficiência à fiscalização ambiental realizada na Amazônia;
que, na nomeação dos gerentes executivos do IBAMA, seja verificada a real capacidade da pessoa para exercer o cargo;
- que seja assegurada reciclagem técnica e jurídica para as pessoas designadas para cargos de chefia no IBAMA; e
- que haja um trabalho mais próximo entre os diretores da autarquia e suas gerências executivas.

Questionado por esta CPI, em audiência pública realizada em 08/06/05, o Procurador Geral do IBAMA, Sebastião Azevedo, afirmou ter orientado para que se instaurasse o devido procedimento investigatório relativo ao sumiço da madeira apreendida na Operação Verde para Sempre.

Em depoimento a esta CPI no dia 15/09/05, José Geraldo Brandão, analista ambiental do IBAMA, destacou as precárias condições de trabalho do IBAMA de Santarém, o qual estaria com contas de telefone atrasadas e não contaria com recursos sequer para o pagamento de combustível. Essa situação sem dúvida explica parte dos problemas enfrentados pelo escritório local relacionados à ineficiência da fiscalização ambiental, mas não justifica, deve-se dizer, o cometimento de ilegalidades por servidores públicos.

Marcelo Marquezini, Coordenador Geral de Fiscalização do IBAMA à época da Operação Verde para Sempre, em depoimento a esta CPI no dia 29/09/05, apresentou explicações sobre a operação e os problemas nela ocorridos, afirmando:

- ter coordenado a Operação Verde para Sempre apenas nos quinze primeiros dias;
- ter dado ciência das irregularidades da Operação Verde para Sempre ao Diretor de Proteção Ambiental, ao Procurador-Geral e ao Presidente do IBAMA;
- ter sido pedida uma apuração cuidadosa sobre o procedimento que acarretou a liberação de alguns maquinários apreendidos durante a operação;
- ter sabido apenas depois das denúncias, quando já estava saindo do IBAMA;
que em um dos lotes de madeira não havia sido lavrado o termo de apreensão e depósito;

nunca ter sido chamado por qualquer comissão de sindicância para falar sobre o assunto;

somente naquele momento ter ficado sabendo que fora considerado um dos responsáveis pelas irregularidades ocorridas durante a operação;

que foram utilizados na operação os serviços de uma pessoa terceirizada apenas para atividades de relatoria;

que o Exército, embora tenha se recusado veementemente a ficar com a madeira apreendida, aceitou ficar com os equipamentos;

apesar de o IBAMA não ter aceitado o apoio do Greenpeace na operação, houve momentos em que a entidade ambientalista encostou o barco nas áreas fiscalizadas com vários repórteres, fazendo documentação, entrevistas etc.; e que

o volume de documentos que passavam pela Coordenação-Geral tornava quase impossível a inexistência de falhas.

Indagado por esta CPI, em 19/01/06, se havia sido instaurado processo administrativo disciplinar contra os servidores apontados no relatório final da comissão de sindicância, o Presidente do IBAMA informou que ainda se aguarda a edição de portaria nomeando o presidente da comissão de processo disciplinar (Anexo 56).

Diante dos graves problemas relacionados à Operação Verde para Sempre, especialmente o sumiço de grande volume de madeira apreendida pela fiscalização, ficou evidente para esta CPI a necessidade de o IBAMA tomar medidas visando solucionar, no menor tempo possível, as distorções existentes na nomeação de fiéis depositários. Deve-se eliminar a prática corrente de se nomear o próprio infrator como depositário da madeira apreendida pela fiscalização e mais, devem-se estabelecer regras procedimentais claras para a atuação dos servidores nos casos em que os infratores se recusam a assinar os termos de apreensão e depósito. O IBAMA necessita, também, com urgência, estudar alternativas para a fiscalização e guarda dos estoques de madeira apreendida, de modo a evitar os frequentes desaparecimentos do produto florestal.
Conclusões e Recomendações

A partir da análise da documentação relacionada à Operação Verde para Sempre, especialmente os resultados e considerações inseridos no relatório da operação encaminhados a esta CPI pela Presidência do IBAMA (Anexo 57), apontam-se outras recomendações relevantes relacionadas ao controle da exploração de madeira, já apresentadas em outros pontos deste relatório, como, por exemplo:

- implementação de sistema unificado de informações, que possa gerar relatórios consolidados sobre os PMFS em andamento, o quantum de matéria-prima autorizada para exploração e as autorizações para transporte geradas;
- instalação e capacitação de pessoal para o monitoramento dos PMFS pelo sistema de monitoramento remoto;
- substituição do sistema de controle do transporte de madeira por meio das ATPFs;
- capacitação do corpo técnico lotado nos escritórios locais do IBAMA; e
- efetiva participação do Núcleo de Operações Aéreas (NOA) no apoio às atividades de fiscalização.

3.4. QUESTÕES INSTITUCIONAIS E LEGISLATIVAS

3.4.1. Dossiê RENCTAS

O presente exame dos dossiês encaminhados pela RENCTAS à CPI da Biopirataria tem por objetivo subsidiar a referida comissão e buscar informações relevantes, e que, ao mesmo tempo, mantenham sua atualidade, visto que os documentos em apreço datam dos anos 1997 a 2002.

Como o principal são os nomes dos envolvidos, associados ao tipo de envolvimento, os registros mais relevantes em cada uma das cinco pastas recebidas constam nas tabelas a seguir apresentadas.

Pasta 1 - Denúncias sobre o comércio ilegal de animais silvestres
Nesta pasta encontram-se diversas notícias, principalmente de jornais, nas quais destacam-se os nomes da tabela seguinte. Dentre aqueles já investigados pela CPI anterior, constam:

- Jorge Sandro Alves Nunes – suspeito, não testemunhou;
- Marc Baumgarten – suspeito, não testemunhou;
- Marc Van Roosmalen – suspeito, já testemunhou.

### Tabela 1 - Denúncias sobre o comércio ilegal de animais silvestres

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nome</th>
<th>Origem</th>
<th>Informação</th>
<th>Fonte</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Alexander Oliver Muller</td>
<td>Alemanha</td>
<td>Comprador de Reijk Looijs</td>
<td>Várias</td>
<td>Várias</td>
</tr>
<tr>
<td>Alexander Oliver Muller</td>
<td>Alemanha</td>
<td>Transporte de cobras e sapos.</td>
<td>Auto de prisão em flagrante</td>
<td>01/03/99</td>
</tr>
<tr>
<td>André Braunshausen</td>
<td>Santarém</td>
<td>Citado por Marc Tesmoingt, em publicação de divulgação científica(?)</td>
<td>Publicação não identificada</td>
<td>Posterior a 1996</td>
</tr>
<tr>
<td>Cláudio de Souza</td>
<td>RJ</td>
<td>Trocou 3 aranhas com Marc Baumgarten</td>
<td>Jornal do Brasil</td>
<td>12/03/97</td>
</tr>
<tr>
<td>Delegado de Lethem</td>
<td>Guiana Inglesa</td>
<td>Compra de fauna brasileira através de Bonfim (RR)</td>
<td>Várias</td>
<td>Várias</td>
</tr>
<tr>
<td>Egypsy Bazar</td>
<td>Istambul</td>
<td>Compra de aves brasileiras ilegais</td>
<td>Várias</td>
<td>Várias</td>
</tr>
<tr>
<td>Enrique Cardona</td>
<td></td>
<td>Interesse em comprar Mico-leão e aves</td>
<td>e-mail circular do denunciado</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Jorge Sandro Alves Nunes</td>
<td>Petrolina, PE</td>
<td>Trasporte de 121 aves e uma jibóia, apreensão de agenda com dados de tráfico de espécies ameaçadas</td>
<td>Auto de infração do IBAMA</td>
<td>20/07/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Lets Pet</td>
<td>Sanford, NC/EUA</td>
<td>Comércio de aves brasileiras em condições precárias</td>
<td>Várias</td>
<td>Várias</td>
</tr>
<tr>
<td>Marc Baumgarten</td>
<td>Alemanha</td>
<td>Apreensão em aeroporto de aranhas, relato de visita a zoológicos, universidades, Butantã e outras instituições se autointitulando pesquisador</td>
<td>Bol. Informativo dos Aracnólogos do Brasil (Rogério Bertani)</td>
<td>Março/1998</td>
</tr>
<tr>
<td>Marc van Roosmalen</td>
<td>Manaus</td>
<td>Tráfico fauna e suborno IBAMA</td>
<td>Várias</td>
<td>Várias</td>
</tr>
<tr>
<td>Pedro Machado</td>
<td>Portugal</td>
<td>Receptador animais</td>
<td>Várias</td>
<td>Várias</td>
</tr>
<tr>
<td>Reijk Looijs</td>
<td>Belém</td>
<td>Holandês fornecedor p/ comprador Alexander Oliver Muller</td>
<td>Várias</td>
<td>Várias</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Pasta 2 - Dossiê sobre estrangeiros envolvidos com o comércio ilegal da fauna silvestre brasileira

Nesta pasta encontram-se notícias de jornais e alguns documentos públicos citando cidadãos estrangeiros envolvidos com tráfico de fauna. Dentre aqueles já investigados pela CPI anterior, consta:
- Milan Hrabovsky – suspeito, não testemunhou.

Tabela 2 - Dossiê sobre estrangeiros envolvidos com o comércio ilegal da fauna silvestre brasileira

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nome</th>
<th>Origem</th>
<th>Informação</th>
<th>Fonte</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Adrianus Theodorus Schonewille</td>
<td>Holanda</td>
<td>Flagrado no aeroporto de Brasília com 335 peixes da família Rivulidae.</td>
<td>Fax da DIFAU/IBAMA à RENCTAS</td>
<td>25/03/99</td>
</tr>
<tr>
<td>Axel Kwet</td>
<td>Alemanha</td>
<td>Detenção no Aeroporto Salgado Fº (Porto Alegre) levando anfíbios do Pró-Mata para Tübingen</td>
<td>CLEPEI</td>
<td>25/03/1997</td>
</tr>
<tr>
<td>Bastianus Jan Vlijm</td>
<td>Holanda</td>
<td>Flagrado no aeroporto de Brasília com 335 peixes da família Rivulidae.</td>
<td>Fax da DIFAU/IBAMA à RENCTAS</td>
<td>25/03/99</td>
</tr>
<tr>
<td>BioAmazônia</td>
<td>Manaus</td>
<td>Notícia favorável, mas pesquisa no GOOGLE demonstra contrato de envio de material genético p/ Novartis (convênio suspenso por denúncia dos conselheiros da ONG e intervenção do MMA)</td>
<td><a href="http://www.estad">http://www.estad</a> o.com.br/jornal/0 0/01/17/news097 .html</td>
<td>17/01/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Douglas Muller</td>
<td>África do Sul</td>
<td>Sable Ranch – comercializa répteis e mamíferos; condenado no Zimbabwe por comércio ilegal de fauna e flora silvestres</td>
<td>Of. Interpol Brasília</td>
<td>12/01/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Gerardo Laurentius Joseph Bartels</td>
<td>Holanda</td>
<td>Consul holandês entre 1991 e 1997, radicado no Brasil desde 1957, proprietário da Madeireira EcoBrasil Holanda-Andirá (Barreirinha, AM); pedido de prisão preventiva, projeto embargado pelo IPAAM por falta de plano de manejo; foragido na data da notícia.</td>
<td>O Estado de São Paulo</td>
<td>08/04/99</td>
</tr>
<tr>
<td>Gerardus Sohannes Petrus Van Huijgevoort</td>
<td>Holanda</td>
<td>Flagrado no aeroporto de Brasília com 335 peixes da família Rivulidae.</td>
<td>Fax da DIFAU/IBAMA à RENCTAS</td>
<td>25/03/99</td>
</tr>
<tr>
<td>Nome</td>
<td>País</td>
<td>Detalhes</td>
<td>Fonte</td>
<td>Data</td>
</tr>
<tr>
<td>-------------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>--------------------------------------------------------------------------</td>
<td>-----------------------------------------------------------------------</td>
<td>----------</td>
</tr>
<tr>
<td>Laurence Kuah Kok Choon</td>
<td>Cingapura</td>
<td>Repatriação de 5 araras-azuis-de-lear em poder do contrabandista</td>
<td><a href="http://www.tribunadonorte.com.br">www.tribunadonorte.com.br</a></td>
<td>?</td>
</tr>
<tr>
<td>Manoel Lourenço Galo</td>
<td>Portugal</td>
<td>Fugitivo da Justiça dos EUA, um dos maiores traficantes de aves do mundo, detido pela PF em SP; procurado pela Interpol por contrabando de ovos de arara-azul-de-lear para os EUA.</td>
<td><a href="http://www.tribunadonorte.com.br">Fax da Interpol Brasília</a></td>
<td>25/02/99</td>
</tr>
<tr>
<td>Ollie Coltman</td>
<td>África do Sul</td>
<td>Sable Ranch – comercializa répteis e mamíferos.</td>
<td>Of. Interpol Brasília</td>
<td>12/01/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Rugem Iras Lacoste</td>
<td>Uruguai</td>
<td>Contrabando de 400 cardeais, embarcando em ônibus em Porto Alegre, com destino a Montevideu.</td>
<td><a href="http://www.estad%C3%A3o.com.br/edicao/pano/99/11/13/ge777.html">Correio do Povo</a></td>
<td>05/03/98</td>
</tr>
<tr>
<td>Tran Quang Phong</td>
<td>Vietnã do Sul</td>
<td>Naturalizado brasileiro, preso pela PF em Céu Azul (PR) contrabandeando tartarugas exóticas para o Brasil.</td>
<td>Folha de Londrina</td>
<td>17/11/98</td>
</tr>
<tr>
<td>Name</td>
<td>Institution</td>
<td>Title</td>
<td>Author</td>
<td>Year</td>
</tr>
<tr>
<td>------</td>
<td>-------------</td>
<td>-------</td>
<td>--------</td>
<td>------</td>
</tr>
<tr>
<td>Wong Tet Fat</td>
<td>Kuala Lumpur</td>
<td>Cliente de José Rocha dos Santos, receberia borboletas do mesmo</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Zezão</td>
<td>Rondônia</td>
<td>Aviculturista que tinha oito araras-azuis-de-lear confiscadas pelo IBAMA.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Pastas 3 - Comércio de animais na Internet – Ministério Público Federal - 1999**

Nesta pasta encontram-se impressões de páginas da Internet, chats, e mensagens de correio eletrônico referindo-se ao comércio de fauna silvestre. Grande parte das matérias são irrelevantes por tratar de um pequeno comércio, incluindo trocas, de animais exóticos. A maioria dos participantes dos chats não é identificável. Nenhum dos nomes identificados foi citado na CPI anterior.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nome</th>
<th>Origem</th>
<th>Informação</th>
<th>Fonte</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Vitor Cleber</td>
<td>?</td>
<td>Anúncio de venda de Dendrobatas (Dendrobates?) de várias cores – (91) 322.1034</td>
<td><a href="http://www.x-pointcgi.com/cgi-bin/users/11078/wwwboard/messages/394.html">http://www.x-pointcgi.com/cgi-bin/users/11078/wwwboard/messages/394.html</a></td>
<td>23/05/99</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Pasta 4 - Comércio de animais silvestres na Internet - atualizado - 2002

Nesta pasta encontram-se mais impressões de páginas e chats da Internet. Valem os comentários referentes ao dossiê de 1999, sendo
muito difícil o aproveitamento do material. Praticamente todos os animais foram anunciados nos sites MercadoLivre.com ou Arremate.com. Os participantes das discussões são identificados pelo nome de usuário com que estão logados, o que impossibilita a identificação.

**Pasta 5 - Tráfico de animais na imprensa nacional**

Extensa reprodução de matérias publicadas na imprensa escrita nacional entre dezembro de 1999 e julho de 2000, referente ao tráfico de animais silvestres. As notícias com frequência versam sobre a apreensão de um ou outro animal em residências, dados genéricos sobre tráfico de fauna (inclusindo matérias sobre a RENCTAS) e, até mesmo, a apreensão de aves ornamentais (periquitos australianos).
**Tabela 4 - Tráfico de animais na imprensa nacional**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nome</th>
<th>Origen</th>
<th>Informação</th>
<th>Fonte</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>?</td>
<td>CE</td>
<td>Apreensão de 316 aves silvestres em caminhão que transportava frutas, sem mencionar o nome do autuado.</td>
<td>O Nordeste</td>
<td>03/04/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Alessandro Coelho Santos</td>
<td>Rio de Janeiro</td>
<td>Apreensão de 200 aves silvestres em apartamento. Os animais seriam vendidos em uma feira livre na Baixada Fluminense.</td>
<td>O Liberal</td>
<td>29/05/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Alexandre Luis Lemos Baldi</td>
<td>Três Rios, RJ</td>
<td>Fazendeiro que adquiriu os curiós do caminhoneiro Cidrônio M. da Silva Filho (não apresentou a documentação dos animais, mas recebeu os mesmos da Polícia Rodoviária).</td>
<td>O Dia</td>
<td>14/03/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Carloman Dias de Oliveira</td>
<td>Barreiras, BA</td>
<td>Apreensão de 108 canários da terra transportados com finalidade de venda em Salvador.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cidrônio Martins da Silva Filho</td>
<td>Três Rios, RJ</td>
<td>Caminhoneiro que transportava 71 curiós para Alexandre Luis Lemos Baldi.</td>
<td>O Dia</td>
<td>14/03/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Evandro dos Santos Vieira</td>
<td>Manaus</td>
<td>Apreensão de 27 quelônios em poder do comerciante.</td>
<td>A Crítica</td>
<td>05/02/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Harry Sisson</td>
<td>Newcastle, GB</td>
<td>Condenação por contrabando de psitacídeos, incluindo araras-azuis-de-lear.</td>
<td>O Globo</td>
<td>15/04/00</td>
</tr>
<tr>
<td>J. Carlos Lino da Silva</td>
<td>SP</td>
<td>Comerciante preso com 339 animais silvestres; recebia os animais da Bahia, e revendia em SP.</td>
<td>O Estado de SP</td>
<td>12/07/00</td>
</tr>
<tr>
<td>José Aguiar</td>
<td>São Paulo</td>
<td>Apreensão de 33 aves silvestres na casa do comerciante citado, que realizaria venda ilegal.</td>
<td>Diário Popular</td>
<td>05/02/00</td>
</tr>
<tr>
<td>José Salazar</td>
<td>Rio de Janeiro</td>
<td>Dono de depósito no qual o IBAMA apreendeu 1 cisne-de-pescoço-negro e outros 78 animais silvestres vivos, além de 101 taxidermizados.</td>
<td>O Globo</td>
<td>26/02/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Marcelino Costa Pantoja</td>
<td>Coari, AM</td>
<td>Dono de barco no qual o IBAMA apreendeu 1,500 kg de carne de jacaré e 419 kg de carne de pirarucu.</td>
<td>A Crítica</td>
<td>29/02/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Miguel Morato Fernandes Filho</td>
<td>São Paulo</td>
<td>Comerciante, dono da loja Pet Shop Frego, preso por venda ilegal de pássaros silvestres.</td>
<td>Diário Popular</td>
<td>29/02/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Nélson Bezerra da Silva</td>
<td>Goiânia</td>
<td>Apreensão de 95 aves silvestres que seriam vendidas em SP e RJ.</td>
<td>O Popular</td>
<td>16/02/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Sandoval Pereira Filho</td>
<td>Timbaúba, PE</td>
<td>Apreensão de 130 aves silvestres; o citado é registrado na Sociedade Pernambucana de Criadores de Aves, mas não tinha autorização para manter o criadouro.</td>
<td>Diário de Pernambuco, p. C-3</td>
<td>21/04/00</td>
</tr>
<tr>
<td>Três detidos, sem divulgação do nome</td>
<td>Riberaba, BA</td>
<td>Apreensão de 117 aves silvestres e material de caça e captura.</td>
<td>A Tarde</td>
<td>27/06/00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em vista da análise do conteúdo das pastas, considerou-se mais importante solicitar esclarecimentos ao doutor William Nazaré Guimarães Gama, funcionário do INPA e autor de uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado versando sobre os mecanismos de controle
do Governo brasileiro sobre os pesquisadores estrangeiros na região amazônica.

O doutor Gama prontamente disponibilizou cópia de sua tese, defendida na UNICAMP em agosto de 2004, para esta Consultoria Legislativa, que analisou-a, conforme descrito na seção adequada.

Com relação às oitivas de pessoas implicadas em tráfico de fauna, ressalta-se, porém, que a maioria das notícias é muito antiga, e em vários casos trata-se do pequeno comércio de fauna silvestre, tão ilegal quanto o comércio em grande escala, porém mais ligado à esfera policial que a da CPI.

**3.4.2. O Tráfico de Animais, os Criadouros e os Centros de Triagem**

A lista brasileira de fauna ameaçada de extinção, publicada desde 1973, vem aumentando, sendo que a mais recente revisão, datada de 2003, aponta 219 espécies ameaçadas. Nesse contexto, o tráfico de animais silvestres é considerado a segunda maior causa de extinção de espécies, perdendo apenas para a supressão de hábitat.

Essa atividade irregular é feita a partir da apreensão de animais, principalmente aves, pela população mais pobre das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, sua venda nas feiras livres e ao longo das principais rodovias, seu transporte por caminhoneiros e motoristas de ônibus ao longo de rotas já há muito conhecidas (e apontadas no relatório da anterior CPITRAFI) e sua receptação, sobretudo, nos Estados do Sul e Sudeste.

Embora o hábito de “adotar” espécimes da fauna silvestre brasileira advenha do Brasil Colônia, a fauna silvestre brasileira é, legalmente, propriedade do Estado, desde a publicação da Lei nº 5.197/67 (“Lei de Proteção à Fauna”). Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre fauna (art. 24, VI), sendo que preservá-la é competência comum desses entes e dos Municípios (art. 23, VII).

Já as ações referentes à política de fiscalização da fauna, incluindo o tráfico de animais, são uma atribuição regimental do IBAMA, por
meio de suas 37 Gerências Executivas I e II e 139 Escritórios Regionais. Para abrigar temporariamente os espécimes apreendidos no tráfico, os espontaneamente entregues pelos cidadãos, os abandonados e os recolhidos a partir de informações da população, são necessárias instalações denominadas Centros de Triagem e Recuperação de Animais Silvestres – CETAS. Na ausência deles, os animais apreendidos têm de ser entregues a zoológicos ou a criadores registrados no IBAMA.

Segundo dados fornecidos pelo IBAMA nos Of. nº 691/2005 – DIFAP, de 22/12/05, e nº 115/GP/IBAMA, de 02/02/06, encaminhados a requerimento desta CPIBIOPI, estão hoje registrados no Instituto 395 criadouros conservacionistas, 683 criadouros comerciais, 44 Cetas e 170 mil criadouros amadoristas de passeriformes. Apesar de toda a evolução tecnológica dos dias de hoje, todavia, apenas para os criadouros amadoristas há sistema informatizado de controle da fauna (Anexo 58).

De acordo com o relatório Projeto Cetas-Brasil, de 2005, do MMA/IBAMA, também encaminhado a esta CPIBIOPI, o número de animais apreendidos pelo Instituto que passou pelos Cetas de 1993 a 2003 apresentou média em torno de 44 mil espécimes por ano, excluindo-se os peixes ornamentais. A grande maioria (de 80% a 90%) constituiu-se de aves, seguidas de répteis (por volta de 11%, na média dos anos 2002 e 2003) e de mamíferos (cerca de 5%, na média dos dois anos citados).

Piores ainda do que o pequeno número de Cetas existentes no País são as suas condições de funcionamento. Segundo o próprio relatório citado, “a situação de precariedade dos Cetas é motivo de preocupação e exige medidas urgentes” (pág. 27), sendo que metade dos atuais centros existentes em dependências do IBAMA tem pouca possibilidade de receber animais ou resume-se a viveiros improvisados. Quanto aos demais centros, implantados em instituições vinculadas mediante cooperação técnica, muitos se encontram igualmente em situação precária.

Parte dessas informações já havia sido antecipada à CPIBIOPI pelo Coordenador Geral de Fauna do IBAMA, Ricardo José Soavinsky, em depoimento em 08/12/04. Analisando-se esses dados, observa-se que tanto a quantidade quanto a qualidade dos Cetas atualmente existentes no Brasil são insuficientes para oferecer atendimento especial e condições
adequadas à recuperação, manutenção e destinação da fauna apreendida. Essa é uma das razões pelas quais o índice de mortalidade nessa etapa pode chegar a 50%, dependendo da maneira como os animais são acondicionados e transportados.

Outrossim, e de acordo com os depoimentos prestados à CPIBIOIPI e a documentação apresentada, chega-se à conclusão de que não procede a afirmação freqüentemente veiculada pela ONG RENCTAS de que cerca de nove em cada dez animais traficados morrem antes de chegarem ao seu destino final. Marcelo Pavlenco Rocha, da ONG SOS Fauna, já havia feito esse alerta à CPIBIOIPI em depoimento prestado em 15/12/04, afirmando que essa proporção é completamente desprovida de fundamento, uma vez que o animal é a moeda do traficante, seu ganha-pão.

Na mesma ocasião, o ambientalista afirmou que uma maior taxa de óbito decorre das apreensões mal realizadas pela Polícia e da falta de primeiros socorros. Além disso, consignou que não ajuda em nada a divulgação de altas cotações de mercado para animais silvestres e substâncias ou materiais deles extraídos, tais como veneno de serpentes, o que só vem a fomentar o tráfico.

Da mesma forma, o conhecido traficante Nelson Simplício Figueiredo, preso em flagrante em novembro de 2005 com cerca de 900 pássaros no Município de Vitória da Conquista, Bahia, afirmou, em seu depoimento à CPIBIOIPI em 07/12/05, que, em condições normais, apenas cerca de 20 em um total de 800 pássaros (ou seja, pouco mais de 2%) morreriam no transporte. De qualquer forma, independentemente do percentual de mortalidade na rota do tráfico, o prejuízo ao patrimônio faunístico nacional é significativo.


A verdade é que, com a inexistência de Cetas ou com o seu funcionamento precário, torna-se inócuo o combate ao tráfico de animais.
Da mesma forma, fica comprometido o controle de zoonoses, pois os centros detêm informações preciosas acerca de patologias que podem acometer os animais silvestres – tema, aliás, que vem ganhando dimensão nos últimos anos, como no caso da gripe aviária, que já provocou grandes perdas no Oriente e agora chega à Europa. Também ficam prejudicadas as ações de educação ambiental, de capacitação técnica e de desenvolvimento da pesquisa.

Uma vez solucionada a questão dos centros, com a implantação conforme previsto do Projeto Cetas-Brasil, também é motivo de preocupação a etapa seguinte de liberação da fauna no ambiente natural. De nada adiantará fortalecer as ações de fiscalização nas feiras livres e nas rotas de tráfego e dar atendimento adequado à fauna apreendida se, na hora de reintegrá-la à natureza, isso não ocorrer segundo critérios que resguardem tanto os espécimes liberados quanto os do ambiente que os acolherá.

Segundo o relatório anteriormente mencionado, embora grande parte (quase 80%) dos animais que chegam aos Cetas seja solta, a maioria das solturas é realizada sem critérios, não se tendo informações sobre a taxa de sobrevivência e os impactos desses espécimes sobre os demais indivíduos e o meio. Conforme o ofício anteriormente mencionado, o IBAMA só tem conhecimento de quatro programas de reintrodução de fauna no País, todos nas regiões Sudeste e Sul, assim mesmo em parceria com outras entidades.

Recomendações

Diante do acima exposto, a CPI apresenta as seguintes recomendações, direcionadas sobretudo ao IBAMA:

- intensificar as ações de fiscalização nos criadouros, feiras livres e principais rotas de tráfego, apontadas no relatório da anterior CPITRAFI;
- elaborar cartilha, a ser distribuída aos seus fiscais e à Polícia, contendo os principais procedimentos para minimizar a taxa de mortalidade dos animais apreendidos antes de seu encaminhamento aos CETAS;
implantar e desenvolver o Projeto Cetas-Brasil conforme previsto;

implantar sistema informatizado de controle de fauna nos criadouros conservacionistas e comerciais, bem como nos próprios CETAS;

alocar recursos e viabilizar parcerias para a implantação de um maior número de programas de reintrodução de fauna;

proceder à suspensão e/ou cancelamento das atividades dos Cetas envolvidos em graves irregularidades.

3.4.3. Sistema de Controle do Transporte de Madeira

Atualmente, o sistema de controle pelo IBAMA do transporte de madeira é centrado na Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF.

A previsão em lei de guia de transporte surgiu com o art. 26 da Lei 4.771/1965 (Código Florestal), que dispõe:

“Art. 26. Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de um a cem vezes o salário mínimo mensal, do lugar e da data da infração ou ambas as penas cumulativamente:

h) receber madeira, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto, até final beneficiamento;”

Considera-se que o referido dispositivo foi revogado tacitamente pelo art. 46 da Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), que prevê:

“Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento;”
Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa” (grifo nosso).

Mesmo com a revogação tácita, manteve-se, deve-se perceber, a exigência de que o produto florestal seja acompanhado de documentação de transporte.

A ATPF foi instituída pela Portaria SEMAN nº 139, de 05.06.1992, e é hoje regulada pela Portaria IBAMA nº 44-N, de 06.04.1993.

Nessa portaria, define-se a ATPF como a licença indispensável para o transporte de produto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo. No conceito de produto florestal, incluem-se: madeira em toras; toretes; postes não imunizados; escoramentos; palanques roliços; dormentes nas fases extração/fornecimento; mourões; achas e lascas; pranchões desdobrados com moto-serra; lenha; palmito; xaxim; óleos essenciais; e outros produtos.

A ATPF é um documento de responsabilidade do IBAMA na sua impressão, expedição e controle, fornecido de acordo com o volume aprovado para exploração florestal ou o volume especificado na Declaração de Venda de Produto Florestal – DVPF. Em tese, a ATPF fornecida pelo IBAMA em uma unidade da Federação não pode ser utilizada para acobertar o transporte originário de outra unidade da Federação.

Desde a instituição da ATPF, vêm sendo detectadas muitas irregularidades relacionadas ao documento, denunciadas de forma sistemática pela mídia e pelas organizações não-governamentais ambientalistas.

Em depoimento a esta CPI no dia 17/11/04, o Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, João Paulo Capobianco, citou estimativa de que cerca de 50% do total da madeira consumida seria de origem predatória, sem nenhum amparo legal, e colocou a falsificação das ATPFs como problema grave. O Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, Flávio Montiel, afirmou, em depoimento no dia 11/05/05, que em 2003 ocorreu o roubo direto de 23.500 ATPFs dentro da Gerência do IBAMA em Belém e admitiu a existência de ATPFs clonadas, calçadas e falsificadas no Estado do Mato Grosso.
Um problema identificado pela CPI diz respeito ao próprio preenchimento das ATPFs. Quando as autorizações são emitidas para transporte, não é preenchido o volume de madeira que vai ser transportado. Emitem-se as ATPFs com a origem da madeira, a empresa processadora e o destinatário, em alguns casos, segundo explicou, em depoimento no dia 31/05/05, a Coordenadora Geral de Gestão de Recursos Florestais do IBAMA, Cristina Galvão. Em outras palavras, as guias são emitidas pelo IBAMA e, no que se refere à volumetria, preenchidas pelos próprios usuários, em regra à mão, no momento do transporte.

Mário Lúcio Avelar, Procurador da República do Estado do Mato Grosso, em depoimento no dia 21/06/05, destacou a relevância das variadas fraudes relacionadas a ATPFs – documentos furtados, falsificados, adulterados e preenchidos de forma irregular. Na opinião do depoente, configura-se uma situação de crime organizado.

Em documentação obtida por esta CPI da Coordenação Geral de Recursos Florestais do IBAMA, reforça-se a percepção da dificuldade da autarquia de efetivamente controlar as ATPFs. Verificam-se ATPFs sem data de emissão e sem data de validade (Anexo 59).

A importância das fraudes envolvendo as ATPFs no quadro dos ilícitos ambientais fica clara na Operação Curupira. Segundo depoimento do Presidente do IBAMA a esta CPI no dia 14/06/05, na operação, o IBAMA definiu seu foco investigatório no fluxo das ATPFs. Entre as muitas irregularidades descobertas pela Operação Curupira, detectaram-se a entrega de ATPFs a empresas que não prestavam contas posteriormente, o recebimento por servidores de propina referente à venda de ATPFs, a aquisição por empresários de ATPFs de empresas fantasmas, a adulteração e a falsificação de ATPFs etc. Descobriu-se que, no mercado negro, cada ATPF em branco estaria sendo comercializada no valor de R$ 2 mil.

O Sr. Marcílio de Abreu Monteiro, Gerente do IBAMA em Belém, em depoimento no dia 30/06/05, e muitos outros depoentes desta CPI enfatizaram a necessidade de modernização do sistema de controle de transporte de madeira.

Perceba-se que, mesmo quando um caminhão é parado pela fiscalização, a capacidade de o IBAMA detectar um carregamento ilegal é
limitada. Apesar de as ATPFs serem numeradas, impressas em papel moeda e cobertas com marcas de segurança, algumas falsificações são convincentes. Sem um sistema eletrônico de referência, os fiscais de campo não têm como saber se a numeração da ATPF é falsa, se o que está escrito na autorização confere com o que foi declarado ao IBAMA, ou mesmo se a ATPF não está sendo utilizada ilegalmente mais de uma vez.

Diante das inúmeras fraudes, o IBAMA, há bastante tempo, vem anunciando a extinção das ATPFs e sua substituição por mecanismos mais modernos de controle.

Já na CPI anterior, em depoimento no dia 28/11/02, o então Presidente do IBAMA, Rômulo José Fernandes Barreto Mello, anunciou que a ATPF estava sendo substituída por um selo florestal que daria tratamento diferenciado para a madeira oriunda de Plano de Manejo, a madeira oriunda de desmatamento e a madeira oriunda de reaproveitamento ou de aproveitamento de resíduos.

No Relatório Final da CPITRAFI, do início de 2003, consta, textualmente:

“O sistema de controle do transporte de produtos florestais por meio de ATPFs precisa ser abandonado o mais rapidamente possível. O sistema de controle por meio de selos magnéticos, atualmente em início de implantação pelo IBAMA, parece bem mais eficiente, embora a viabilidade de outros métodos deva também ser estudada, como equipamentos que permitem o acompanhamento de todo o processo de transporte de madeira.”

No segundo semestre de 2005, o IBAMA anunciou, mais uma vez, a extinção das ATPFs. Segundo divulgado por diferentes matérias disponíveis na internet, a autorização será substituída pelo Documento de Origem Florestal – DOF –, que irá acompanhar a madeira da origem até o pátio das indústrias por meio de um processo on-line. O novo sistema seria implantado gradualmente, a partir de projetos-pilotos.

A mudança principal estaria na base tecnológica: enquanto a ATPF só existe no papel, o DOF seria uma autorização de origem eletrônica. Os usuários imprimiriam o documento diretamente da internet, e o
IBAMA passaria a contar com um banco de dados atualizado em tempo real sobre toda a movimentação (legal) de madeira na Amazônia. O sistema ainda dependeria de uma autorização impressa, para fins de fiscalização, mas o controle seria feito de forma eletrônica.

Estaria em estudo, também, a viabilidade de implantação do Sistema Integrado de Rastreamento da Produção de Madeira em Toras – SIRMAT, baseado em tecnologia de monitoramento via satélite do transporte das toras e destinado a empresas de grande porte.

A análise do complexo quadro aqui rapidamente descrito leva esta CPI a concluir que não se pode mais retardar o processo de substituição das ATPFs por outros sistemas de controle do transporte e comercialização de madeira. As reiteradas promessas do IBAMA e do MMA nesse sentido têm de se transformar em medidas concretas. Precisa-se passar da fase de estudos para a fase de testes e, no menor tempo possível, para a implementação de um ou mais sistemas novos de controle. Precisa-se, também, viabilizar financeiramente a implantação do sistema de controle que vier a ser adotado, sob pena de incorrer-se em fracasso tão grande quanto as ATPFs.

Além disso, um País de dimensões continentais como o nosso, faz-se importante assegurar uma participação efetiva dos órgãos ambientais estaduais na fiscalização da extração e do comércio de madeira, como parece estar ocorrendo no Estado do Mato Grosso, como um dos desdobramentos da Operação Curupira. A centralização de atribuições no IBAMA, decorrente de distorções na legislação florestal e no histórico de sua aplicação, deve ser revertida para uma situação de trabalho integrado entre as diferentes esferas governamentais, como preconizam as diretrizes da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e a própria concepção do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

3.4.4. Problemas de Ineficácia na Fiscalização e na Aplicação de Sanções Administrativas
Um tema recorrente nos debates ocorridos nesta CPI foi a ineficácia do sistema de fiscalização e de aplicação de sanções administrativas do IBAMA.

De um lado, coloca-se a evidente insuficiência de recursos humanos e materiais da autarquia.

Em depoimento prestado a esta CPI no dia 30/03/05, José Sales de Sousa, Chefe do Parque Nacional da Amazônia, declarou que o Parque, que possui uma área de 994 mil hectares e tem 14 comunidades vivendo no entorno e dentro da unidade, conta com apenas cinco pessoas para exercer a fiscalização. Em sua opinião, seriam necessárias ao menos trinta para fazer um trabalho razoável. Essa situação parece ser praticamente a regra nas unidades de conservação localizadas em regiões distantes dos centros urbanos.

Em depoimento no dia 16/03/05, Kilma Raimundo Manso, destacou que, quando chefiava a Estação Ecológica do Raso da Catarina, que tem uma área de 100 mil hectares, só dispunha de três funcionários e de um único veículo para as atividades de administração e fiscalização da unidade.

Não obstante os esforços de contratação de novos servidores por meio de concurso público empreendidos nos últimos anos, o número de pessoas atuando em campo ainda está muito aquém do necessário e esse problema não está restrito às unidades de conservação: atinge todas as atividades de controle e fiscalização do IBAMA.

Em depoimento no dia 06/04/05, José Leland Juvêncio Barroso, analista ambiental da Gerência Executiva do IBAMA no Estado do Amazonas, afirmou que, dos 79 recém concursados para o Estado, a grande maioria voltou para seus locais de origem, restando apenas treze no Amazonas. Segundo ele, o IBAMA tem um quadro já bastante envelhecido e não ocorrem investimentos em infra-estrutura e em botes deslizadores, barcos, carros e outros equipamentos.

O problema da falta de treinamento dos servidores também é grave. Em depoimento no dia 11/08/05, Davson Alves de Oliveira, analista ambiental do IBAMA no Estado de Pernambuco, afirmou que na Operação Picapau I, realizada nas serrarias da região de Anapu entre o final de março e o início de abril deste ano, com apreensões que totalizaram 37 mil
metros cúbicos de madeira, nenhum dos fiscais participantes tinha curso de reconhecimento de anatomia de madeira. Em uma importante operação do IBAMA, as madeiras apreendidas tiveram de ser identificadas pelos próprios funcionários das madeireiras autuadas, situação que, decididamente, não deveria ser admitida.

Com uma estrutura frágil, o IBAMA enfrenta dificuldades evidentes em responder de forma adequada às suas inúmeras atribuições legais.

Dados obtidos por esta CPI relativos às denúncias recebidas pelo sistema da Linha Verde (Anexo 60), demonstram que a autarquia, em média, só consegue dar prosseguimento a 18% das denúncias recebidas por meio do sistema. Há unidades da Federação em que o percentual de atendimento desce a níveis inaceitáveis, como o Pará, com 7%, o Rio de Janeiro, com 4%, São Paulo, com 6%, e Tocantins, com 8%.

Ocorrem dificuldades, também, nos processos administrativos referentes às infrações ambientais. Mário Lúcio Avelar, Procurador da República do Estado do Mato Grosso, em depoimento no dia 21/06/05, afirmou que o sistema de controle dos órgãos ambientais é muito deficiente e que “95% dos autos de infração, ou boa parte disso, [...] não redundam em nada”.

Dados obtidos por esta CPI apontam uma grande disparidade entre o valor das multas aplicadas pelo IBAMA e o valor pago em cada ano (Anexo 61):

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ano</th>
<th>Qtd. autos de infração</th>
<th>Valor autos de infração (R$)</th>
<th>Valor pago (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2001</td>
<td>11.320</td>
<td>31.080.771,14</td>
<td>5.610.899,74</td>
</tr>
<tr>
<td>2002</td>
<td>17.606</td>
<td>54.388.286,68</td>
<td>9.845.171,88</td>
</tr>
<tr>
<td>2003</td>
<td>5.935</td>
<td>23.308.793,67</td>
<td>4.354.415,60</td>
</tr>
<tr>
<td>2004</td>
<td>4.999</td>
<td>12.254.752,71</td>
<td>3.724.771,16</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tabela elaborada com base em dados da Coordenação Geral de Arrecadação do IBAMA, Diretoria de Administração e Finanças, relativos aos Estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo e Alagoas.

As diferenças apontadas entre o valor das multas aplicadas pela autarquia e o valor pago em cada ano podem ter explicação tanto na demora de conclusão dos processos administrativos, em virtude da
apresentação de recursos, quanto na morosidade ou dificuldade da própria autarquia de efetuar os procedimentos necessários para as devidas cobranças.

Não se pode afirmar que os dados relativos aos valores de multas constantes dos autos de infração e aos valores pagos em cada ano tenham correspondência direta, porque as informações relativas aos pagamentos podem referir-se a autos lavrados em anos anteriores. De toda forma, fica patente pelos números apresentados que o percentual de pagamento é demasiadamente reduzido.

Dener Giovanini, coordenador da RENCTAS, em depoimento a esta CPI no dia 08/12/04, enfatizou a importância desse problema no controle do tráfico de animais silvestres, afirmando que hoje as multas nunca são pagas e acabam até estimulando o crime ambiental, pois esse não pagamento não traz nenhum prejuízo prático para os traficantes. A certeza da não punição leva os infratores a persistirem no cometimento de ilegalidades.

Registre-se que a Lei 9.605/1998 traz prazos determinados para a prática dos principais atos integrantes do processo administrativo voltado à apuração de infração ambiental, prazos máximos que, pelo que se depreende de alguns depoimentos e documentos obtidos pela CPI, não têm sido sempre observados. Dispõe o art. 71 da referida lei:

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV – cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.
Outra análise que deve ser feita diz respeito às dificuldades enfrentadas pelo IBAMA de controlar, de forma sistemática, os processos administrativos relativos às infrações ambientais.

Esta CPI obteve informações de diferentes coordenações do IBAMA relativas às multas ambientais aplicadas e encontrou conflitos. Comparem-se, a título de exemplo, os dados sobre os autos de infração e seus valores fornecidos pela Coordenação Geral de Fiscalização Ambiental da Diretoria de Proteção Ambiental (Anexo 62), com os dados fornecidos pela Coordenação Geral de Arrecadação da Diretoria de Administração e Finanças, todos relativos ao ano de 2003:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>SE</td>
<td>126</td>
<td>139</td>
<td>877.400,00</td>
<td>358.888,83</td>
</tr>
<tr>
<td>BA</td>
<td>986</td>
<td>611</td>
<td>16.999.573,32</td>
<td>1.900.220,70</td>
</tr>
<tr>
<td>MG</td>
<td>525</td>
<td>206</td>
<td>16.259.901,76</td>
<td>568.972,25</td>
</tr>
<tr>
<td>ES</td>
<td>1.372</td>
<td>874</td>
<td>6.746.747,25</td>
<td>1.965.131,10</td>
</tr>
<tr>
<td>RJ</td>
<td>910</td>
<td>390</td>
<td>78.581.208,00</td>
<td>4.188.365,70</td>
</tr>
<tr>
<td>PR</td>
<td>908</td>
<td>810</td>
<td>26.396.721,90</td>
<td>8.270.260,30</td>
</tr>
<tr>
<td>SC</td>
<td>1.337</td>
<td>895</td>
<td>25.501.876,10</td>
<td>1.686.883,70</td>
</tr>
<tr>
<td>PB</td>
<td>321</td>
<td>694</td>
<td>1.453.530,00</td>
<td>1.514.556,80</td>
</tr>
<tr>
<td>PE</td>
<td>423</td>
<td>360</td>
<td>2.432.721,77</td>
<td>740.166,60</td>
</tr>
<tr>
<td>MS</td>
<td>1.560</td>
<td>526</td>
<td>16.513.253,11</td>
<td>753.303,73</td>
</tr>
<tr>
<td>PI</td>
<td>324</td>
<td>163</td>
<td>6.610.090,00</td>
<td>404.449,85</td>
</tr>
<tr>
<td>SP</td>
<td>350</td>
<td>145</td>
<td>23.161.416,30</td>
<td>839.087,49</td>
</tr>
<tr>
<td>AL</td>
<td>218</td>
<td>122</td>
<td>4.457.577,42</td>
<td>118.506,62</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Mesmo que os conflitos de informação entre as duas coordenações do IBAMA tenham explicação possível nos critérios de seleção dos dados inseridos nas diferentes planilhas, sem dúvida apontam-se deficiências na sistemática de controle da autarquia que mereciam ajuste, tendo em vista assegurar a eficácia de suas ações.

Um aspecto recorrente nos debates ocorridos nesta CPI que merece comentário específico são as distorções associadas à prática de se nomear o próprio infrator como fiel depositário dos animais e, principalmente, da madeira apreendida pela fiscalização.

Em depoimento no dia 18/08/05, Paulo Fernando Maier Souza, Gerente Interino do IBAMA no Mato Grosso, destacou que, muitas vezes, os servidores que atuam nas operações de campo não conseguem
sequer nomear fiéis depositários e que o IBAMA não conhece instrumento que permita nomear fiéis depositários quando estes não aceitam assumir esse encargo.

Como resultado direto dessa realidade, colocam-se os muitos casos de desaparecimento de materiais apreendidos pela fiscalização, citados com freqüência nos depoimentos prestados nesta CPI e em notícias veiculadas pela mídia. Muitas vezes, o volume de material envolvido é enorme, como os casos do desaparecimento de 48 mil metros cúbicos de madeira apreendida pelo IBAMA durante a Operação Verde para Sempre, em 2003, e de 37 mil metros cúbicos de madeira apreendida, em março/abril de 2005, na já citada Operação Picapau I.

Marcelo Marquezini, Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA, em depoimento no dia 29/09/05, reconheceu que na Amazônia comumente o próprio infrator vem sendo nomeado fiel depositário e que não raro ele utiliza a madeira ou desaparece com ela.

A esse quadro de problemas devem ser acrescentadas as irregularidades relacionadas à alteração ou supressão irregular de multas no sistema informatizado do IBAMA, objeto de análise específica neste relatório e, segundo informações da própria autarquia, atualmente sob investigação pelo órgão.

A situação aqui descrita merece cuidados especiais do Ministério do Meio Ambiente. Faz-se essencial assegurar recursos para que o IBAMA tenha condições mínimas de realizar com eficiência as importantes atribuições estabelecidas legalmente para o órgão. Essa constatação assume relevância ainda maior quando se verificam as incumbências de fiscalização ambiental previstas para a autarquia na nova Lei de Gestão de Florestas Públicas, fruto do Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, aprovado nos últimos dias pelo Legislativo e remetido à sanção presidencial.

Além de assegurar recursos para as ações de fiscalização ambiental, faz-se necessário garantir que os recursos sejam distribuídos de forma justa entre as representações do IBAMA nos Estados, responsáveis por parcela significativa das ações de fiscalização ambiental. Os escritórios do autarquia nos Estados, pelas informações obtidas por esta CPI, têm recebido
volume totalmente insatisfatório de recursos, como demonstra a tabela a seguir:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Recursos repassados para fiscalização (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>5.984.338,61</td>
</tr>
<tr>
<td>Nordeste</td>
<td>2.189.967,66</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro-Oeste</td>
<td>874.990,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Sudeste</td>
<td>1.740.131,89</td>
</tr>
<tr>
<td>Sul</td>
<td>976.443,29</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>11.765.871,55</td>
</tr>
</tbody>
</table>

1 – Soma dos dados relativos a todos os Estados que integram cada região.
2 – Dados fornecidos pela Coordenação Geral de Fiscalização (Anexo 62).

Por fim, deve-se colocar que quase todos os problemas aqui descritos já haviam sido levantados pela CPITRAFI. O relatório final da CPI anterior, do início de 2003, aponta, entre outros pontos, que, para que se assegure maior eficácia, as atividades de controle e fiscalização ambiental necessitam ser apoiadas por serviços de inteligência e ser efetivadas de forma coordenada entre os diferentes órgãos. Merecem ser reproduzidas as seguintes recomendações relativas ao tema controle e fiscalização ambiental constantes do relatório da CPITRAFI:

As atividades de controle e fiscalização ambiental das infrações cometidas contra o meio ambiente devem ser intensificadas e sofrer reorientação, de forma a que as ações dos diferentes órgãos sejam concebidas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, em parcerias, bem como sejam apoiadas por recursos de alta tecnologia e serviços de inteligência. Sugere-se que os diferentes órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização, inclusive, formalizem o compartilhamento de responsabilidades, mediante termos de cooperação técnica e outros atos.

O IBAMA deve estar devidamente estruturado para exercer as atividades de controle e fiscalização ambiental sob sua responsabilidade, tanto em termos de recursos materiais, quanto em termos de servidores em número suficiente e com remuneração adequada. Para tanto, é urgente a implementação das reformas administrativas já aprovadas para o instituto, com o prosseguimento dos concursos, estruturação das carreiras, etc., bem como a instalação de centro de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.
Faz-se importante um grande esforço das autoridades competentes de combate à corrupção nos órgãos componentes do SISNAMA e em todos os outros órgãos que, direta ou indiretamente, atuam na questão ambiental. Os problemas destacados neste relatório, como o envolvimento de servidores na comercialização de ATPFs, merecem atenção especial.

Faz-se essencial que se aumente o volume de recursos públicos direcionados às atividades de controle e fiscalização ambiental.

3.4.5. A Interface entre a Questão Fundiária e os temas da CPI

Pretende-se neste tópico mostrar a interface existente entre a questão fundiária e a extração e venda irregulares de madeira e a biopirataria. Em virtude da escala dos problemas fundiários na região amazônica, historiar seu processo de colonização é fundamental, bem como analisar a situação atual e possíveis cenários. O texto que se segue foi baseado nas oitivas realizadas pela CPI, em documentos encaminhados para análise da Comissão e em textos do próprio Governo Federal.

A questão fundiária permeia todos os problemas ambientais enfrentados pelo Estado. A influência dela sobre a dinâmica da exploração ilegal de madeira explica-se pelo fato de as políticas de ordenamento territorial, além de serem as responsáveis pela definição de normas que tratam do acesso à terra, também traçarem diretrizes acerca do uso e exploração dos recursos naturais. Assim sendo, a questão fundiária é origem de inúmeros conflitos socioambientais, que têm como causa a luta pela posse da terra, em razão, entre outros motivos, da insuficiência de políticas públicas dirigidas para o setor fundiário, o que demonstra a incipiente presença do Estado na região.

Mesmo os instrumentos de ordenamento territorial disponíveis, como o zoneamento ecológico-econômico e o plano diretor municipal, não são utilizados pelo Estado para tentar reverter o cenário atual. Afinal, o processo de colonização perpetuado pelo governo para a região amazônica proporcionou a implantação de um verdadeiro caos fundiário na região, além de gerar grandes conflitos e facilitar a ocorrência de ilícitos de toda sorte.
Para melhor entender como se chegou a tal situação, é necessário voltar no tempo e analisar as políticas públicas implementadas na região ao longo dos anos e os caminhos percorridos pelo setor produtivo local. Historiar o processo de ocupação da terra na Amazônia implica em dividí-lo em três fases. Antes da ditadura militar; durante as décadas de 60 e 70 e fase atual.

Até meados dos anos 60, as terras da Amazônia pertenciam basicamente à União e aos Estados. Segundo dados do Censo Agrícola do IBGE (1960), a cobertura vegetal era basicamente de matas e terras incultas, apenas 11% constituíam-se de pastos naturais e 1,8% das terras eram ocupadas por lavouras e só metade delas possuía título de propriedade privada. Ou seja, a quase totalidade das terras amazônicas era constituída por terras públicas e ocupada por milhares de pequenos posseiros.

Durante os anos de 1960 e 1970, houve transformações e conflitos fomentados pelo próprio Estado na Amazônia. Para tirar a região do atraso econômico que era atribuído à insuficiência de capitais produtivos e de infra-estrutura, buscou-se oferecer vantagens capazes de atrair capital de outras regiões, e até do exterior. A proposta baseou-se na oferta de inúmeras vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos que quisessem investir em empreendimentos que viessem a se instalar na região.

Dessa forma, o Governo federal preferiu transferir recursos para grandes empresas a modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região, ou mesmo promover investimentos sociais, como escolas, hospitais etc. Ainda pior é o fato de que as facilidades legais concebidas para atrair empresários, estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e aos recursos naturais em geral. Neste período, a devastação florestal foi rápida às margens das estradas, e a disputa por terras mais bem localizadas gerou conflitos que foram se acentuando à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava.

Para fornecer a infra-estrutura prometida aos investidores, foram trazidos milhares de trabalhadores de outras regiões. Após o término das obras (abertura de estradas, construção de portos etc), esses trabalhadores ficaram na região em busca de melhores oportunidades, fazendo com que a
população da Amazônia subisse de aproximadamente 2.600.000, em 1960, para mais de 4 milhões, em 1970.

A continuidade dessa política fez com que, nas décadas de 70 e 80, a terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios e caboclos em geral, fosse sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que a compravam diretamente dos órgãos fundiários ou de particulares.

A partir de então, tornam-se comuns práticas que ainda hoje ocorrem objetivando a grilagem de terras, tais como: a venda da mesma terra a compradores diversos; a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda por meio de processos licitatórios; a falsificação e a demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior que a originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a; a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas; a incorporação de terra pública a terras particulares; a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos; a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros; e ainda, mais recentemente, a venda de terra pública pela internet ou anúncio de revista, com base em documentação forjada, como por exemplo, o caso do Parque Chandless, investigado por esta CPI.

Acerca destes artifícios, o Sr. Henrique Corinto, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Acre – ITERACRE, em depoimento no dia 02/03/05, mostrou um modelo de certidão que, ainda hoje, é praxe nos cartórios da Região Norte. Nelas a descrição do imóvel não permite a sua identificação e favorece uma enorme confusão fundiária e cartorial dando, assim, margem à exploração ilegal de madeira e de outros recursos florestais e minerais.

A oportunidade que representou a Constituição Federal de 1988 de democratizar e nortear a questão agrária e fundiária nacional não foi aproveitada. Não foram criados instrumentos concretos e rigorosos que desestimulassem a fraude ligada à terra, nem mesmo a questão social amazônica foi abordada, permanecendo intocada, assumindo contornos cada
vez mais graves. Consequentemente, intensificou-se a degradação ambiental na Região Amazônica.

Já na década de 90, devido à contenção orçamentária por que passaram os órgãos fundiários, as ações discriminatórias tornaram-se raras. Aumentou o caos fundiário e a terra pública continuou confundindo-se com a terra privada, seja por meios lícitos ou não.

Acompanhando as mudanças ocorridas na estrutura fundiária, as bases do desenvolvimento da região também foram gradativamente sendo alteradas e se fortaleceu o modelo calcado na exploração predatória da natureza. A análise da pauta de exportação da região, entre 1950 e 1960, demonstra que a economia estava fundada na exportação de produtos primários, como o manganês do Amapá, que era responsável por 62% da pauta e, quando somado à castanha-do-pará, totalizavam 90% dos produtos exportados. A madeira era um produto de pouca expressão, representava apenas 1% da pauta, muito em função da inexistência de estradas, o que tornava difícil sua exploração e exportação.

A partir de 1970, a madeira e a criação de gado crescem no conjunto dos bens exportados. Entretanto, apesar do crescimento dessas atividades, não houve avanço no *modus faciendi*. As atividades continuaram altamente predatórias, exigentes de grandes extensões de terra e geradoras de poucos empregos. Além disso, para se implantarem, foram desalojando milhares de famílias que antes viviam nas terras hoje ocupadas por esses fazendeiros e madeireiros, sejam eles grileiros ou não.

Desde os anos 80 era do conhecimento oficial, por meio de relatórios e estudos, o fato de que os recursos adquiridos por meio de incentivos fiscais pela maior parte dos empresários beneficiados tinham tido destinação diferente da que se propunham. O próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 1985, fez uma avaliação dos incentivos fiscais na Amazônia que evidenciou o total fracasso da política de incentivos.

Apesar disso, o Estado foi e é indulgente com as transgressões legais. Nem chega a apurá-las, criando na região uma convivência perniciosa entre o público e o privado. Os governos estaduais tornaram-se tolerantes com a exploração madeireira autorizada sem critérios,
sem ao menos contar com um processo de reflorestamento ou manejo florestal seriamente fiscalizado.

Ainda na década de 80, houve a transferência de empresas altamente consumidoras de energia e matéria-prima dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos. O Governo brasileiro, com o intuito de continuar crescendo, aceitou a transferência desses novos investimentos e alocou-os na Amazônia. Dessa feita, aceitou os altos custos ambientais das novas atividades. Inicia-se, então, a fase da mineração e da produção de carvão vegetal com madeiras da floresta nativa para abastecer as novas mineradoras da região.

Este foi um período em que o País vivenciou uma dura fase de recessão, com enorme aumento do desemprego. Neste contexto, a Amazônia foi alvo de intensa migração, chegando a ter mais de 10 milhões de habitantes em 1991. Nos anos 90, agora em decorrência de novas políticas, as correntes migratórias prosseguiram em direção à Amazônia, que chega ao ano 2000 com mais de 12 milhões de habitantes, segundo o censo do IBGE. A migração ocorre em função da busca de novas oportunidades de trabalho, seja na retirada de madeira ou na garimpagem em terras indígenas, ou ainda nos desmatamentos para criação de gado.

Diante da estagnação econômica que afligiu o País na década de 80 e prolongou-se nos anos 90, o governo diminuiu os investimentos na área social e em infra-estrutura, além de aumentar a carga tributária. A conjunção desses fatores inviabilizou a reorganização fundiária da Amazônia, a demarcação de terras indígenas e a implantação de varas judiciais, entre outras ações públicas que, ausentes, tornaram a Amazônia uma área conflagrada.

Atualmente, o sistema produtivo da madeira está bem estruturado, é uma das principais fontes de receita da região e absorve boa parte da mão-de-obra local. Daí porque os diferentes governos têm sido tão tolerantes com a condução dessa atividade, que se dá, essencialmente, de maneira predatória, sendo responsável por boa parte das altas taxas de desmatamento local. O jornal O Estado de São Paulo publicou em 05/03/05 uma reportagem que traz um pouco do que representa a exploração madeireira ilegal. Senão, vejamos:
“Nos últimos trinta anos, o comércio ilegal de madeira no Pará movimentou cerca de R$ 10 bilhões, enriquecendo comerciantes que passaram a agir como se fossem donos do estado e de suas florestas. A disputa por essa madeira alimenta boa parte das matanças que acontecem com frequência no Pará. Mais de 80% da madeira exportada é esquentada com documentação falsa. Ela vinha saindo sem problemas pelos portos de Belém e Paranaguá (PR), até que o governo federal abriu os olhos e proibiu a exploração, transporte e comercialização do mogno. Os madeireiros foram bater na porta da Justiça Federal com liminares para garantir o embarque para o exterior.”

Corrobora com a situação posta, o descontrole dos órgãos ambientais sobre os Planos de Manejo e as autorizações de desmate. Ou seja, muitos madeireiros utilizam planos de manejo para legalizar a extração ilegal de madeira.

As fraudes cometidas pelos madeireiros e constatadas pelo IBAMA, envolvendo funcionários do próprio órgão, são variadas: contratação temporária de engenheiros florestais apenas para conseguir a aprovação do Plano de Manejo Florestal; abandono da execução do plano; aprovação de planos de manejo em áreas já desmatadas; aprovação de projetos que não haviam sido executados. Para o Greenpeace, a escassez de recursos e de funcionários e a impunidade têm facilitado o envolvimento de quadros do IBAMA em esquemas de corrupção, punidos, muitas vezes, apenas com multas administrativas.

O setor madeireiro, por sua vez, joga a culpa pelo caos amazônico no Estado, criticando-o por sua atuação dúbia frente à questão fundiária na Amazônia. Conforme demonstrado pelo depoimento Sr. Elias Salame da Silva, em depoimento no dia 05/10/05: “No passado concedendo títulos de posse e incentivando o desmatamento e hoje retirando essas famílias da área, cancelando seus títulos ou exigindo delas a comprovação com um nível altíssimo de precisão, tornando as exigências difíceis de serem atendidas”

Segundo levantamento do próprio governo, por intermédio do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal, a grilagem de terras públicas está
vinculada a diferentes ilícitos, principalmente os ambientais, e tem como base os seguintes fatores:

"i) a falta de supervisão adequada do Poder Público sobre cartórios de títulos e notas, que frequentemente reconhecem transações fundiárias ilegítimas, ii) fragilidades nos processos discriminatórios e outras ações de averiguação da legitimidade de títulos, e iii) interesses políticos-eleitorais, tipicamente com apoio de funcionários de órgãos fundiários, em que ocupações por possiveis são incentivadas com promessas da concessão futura de lotes. Freqüentemente, a grilagem de terras se relaciona a outros atos ilícitos, como o porte ilegal de armas, trabalho escravo e outras violações dos direitos trabalhistas, evasão de impostos, garimpagem ilegal de madeira, lavagem de dinheiro do narcotráfico, etc."

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – Março/2004

O coordenador do Greenpeace na Amazônia, Sr. Paulo Adário, em depoimento a esta CPI, assim expôs a situação fundiária da região:

"Há também o caos fundiário: o processo de ordenamento do território amazônico é complexo, com altos índices de grilagem e de ilegalidade e crescente falta de florestas de grandes dimensões para exploração pela indústria madeireira. Hoje, há uma migração dessa indústria para o miolo do Pará, onde se situa a Terra do Meio, gerando conflitos, violências, denúncias, apreensões, ações do IBAMA, etc. A exploração da madeira funciona como abre-alas da floresta; ela abre a estrada e ajuda o fazendeiro, em geral um pecuarista, que procura grandes áreas de terra barata. Depois, a pecuária é empurrada pela soja, mas já há casos concretos de desmatamento diretamente para o plantio de soja. O depoente acrescentou que uma das questões ligadas à falta de governança é a apropriação do território. A CPI criada por esta Casa e um estudo do INCRA de 1999 mostram que cerca de 10% do País, ou 100 milhões de hectares da Amazônia, que dariam 20% do território amazônico, têm títulos de posse grilados. Só no Pará foram identificados 28 milhões de hectares de terras griladas com títulos falsos."

Em virtude de tão comprometido cenário, é ilusório esperar pela reversão completa da situação existente. Todavia, com os
instrumentos legais e técnicos hoje disponíveis, é possível mitigar o impacto negativo da grilagem, bastando, para tanto, que esses instrumentos sejam efetivamente postos em prática.

Como o próprio Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia elencou, são necessárias:

“a tomada de medidas urgentes de ordenamento fundiário e territorial, visando à redução do acesso livre aos recursos naturais para fins de uso predatório e o fortalecimento de instrumentos de gestão democrática e sustentável do território, priorizando o combate à grilagem de terras públicas, a regularização fundiária, viabilização de modelos alternativos de reforma agrária adequados à Amazônia, e a criação e consolidação de unidades de conservação e terras indígenas”.

Cabe ressaltar que as questões elencadas são do conhecimento tanto do atual governo quanto de seus antecessores. Nesse sentido, muitas propostas de alteração nas políticas públicas foram apresentadas, sem que se conseguissem efetivá-las, como é o caso do ZEE. Até mesmo o Sr. Rodrigo Justus de Brito, Diretor de Recursos Florestais da Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso – FEMA, em audiência pública no dia 17/11/04, ressaltou a premência de se fazer ajustes no que se refere às repercussões do zoneamento, em função da impossibilidade de se dissociar a política fundiária da política ambiental.

O Presidente do IBAMA, Sr. Marcus Barros, ao explicar a razão do cancelamento dos Planos de Manejo na Amazônia, acentuou a necessidade da exploração madeireira estar vinculada ao manejo florestal, e o fato da sustentabilidade deste estar intrinsecamente ligada à questão fundiária. Afinal, a precariedade dos documentos que comprovam a dominialidade ou posse do imóvel, segundo diversos depoentes, entre eles o Sr. Paulo Maier, é uma constante e dá margem à exploração ilegal de madeira.

Por sua vez, o Sr. Flávio Montiel, Diretor de Proteção do IBAMA, ao elencar algumas ações previstas no Plano de Combate ao Desmatamento, demonstrou bem o interesse da ala ambientalista do governo em conseguir direcionar o desenvolvimento da região para um modelo sustentável.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Condição</th>
<th>Situação atual</th>
<th>Situação pretendida</th>
<th>Como fazer</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Preservação ambiental</td>
<td>5%</td>
<td>10%</td>
<td>Ampliação do atual sistema de Unidades de Proteção Integral</td>
</tr>
<tr>
<td>Uso econômico racional</td>
<td>17%</td>
<td>20%</td>
<td>Atividades de pecuária, extração de madeira, agricultura, mineração e expansão urbana</td>
</tr>
<tr>
<td>Terras indígenas</td>
<td>21%</td>
<td>30%</td>
<td>Demarcação efetiva das Terras Indígenas</td>
</tr>
<tr>
<td>Uso econômico “sustentável”</td>
<td>9%</td>
<td>40%</td>
<td>Manutenção de áreas de floresta, evitando o corte raso, através do uso de terras públicas (Unidades de Conservação de Uso Sustentável) e terra privadas, respeitando a Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: INPE, 2005

Segundo o modelo proposto, um percentual maior da área seria destinado à exploração sustentável, sem a permissão de corte raso, respeitando-se as áreas destinadas à preservação permanente e reserva legal. Para a efetiva implantação deste modelo, no entanto, é imperioso que se promova, como ação primeira, a regularização fundiária.

Outra iniciativa apontada é a gestão de florestas públicas, ressaltada por João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA durante sua explanação na CPI. Ele expôs a importância das florestas nacionais e da regulamentação da gestão de florestas públicas, permitindo sua destinação por parte do poder público para uso sustentável, permanecendo ele com a dominialidade e sem a necessidade de transformá-la em unidade de conservação. Entretanto, cabe ressaltar que, embora no bojo do projeto conste a criação de um órgão específico para gerir o sistema, a fiscalização continua a cargo do IBAMA, sem que este tenha sua estrutura de fiscalização fortalecida em função disso.

Enfim, a avaliação das alternativas de desenvolvimento sustentável perpassa por conceber diferentes modelos de desenvolvimento, e, portanto, de ocupação do espaço. Na verdade, é preciso que a sociedade
brasileira discuta os destinos da região. É evidente que a Amazônia não é o *locus* apropriado para se implementar política de reforma agrária. Contudo, existe uma situação de fato que deve permear todas as discussões sobre a região, deve-se definir onde abrigar os migrantes e colonos que lá residem e a destinação a ser dada aos milhões de hectares de terra já afetados ou degradados.

3.4.6. A Questão Indígena e a Biopirataria

As terras indígenas ocupam 12,30% do território nacional, totalizando 700 áreas indígenas habitadas por cerca de 340 mil índios, distribuídos entre 215 sociedades indígenas, que representam aproximadamente 0,2% da população brasileira. Embora os números demonstrem um aumento da população indígena e de áreas a ela destinadas, como que indicando uma boa condução da política indigenista, a realidade desse povo, em nada “cor de rosa”, foi tema recorrente nas audiências públicas realizadas pela CPIBIOP. Seja pela necessidade de se dar o devido reconhecimento à sua estreita relação com os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, seja pelo fato de as terras indígenas servirem, frequentemente, de palco para ações de biopirataria *stricto e lato sensu*.


À promulgação da Constituição brasileira de 1988 seguiu-se o reconhecimento da autonomia dos povos indígenas no tocante à sua organização social, língua, costumes e tradições, além do direito originário sobre as terras que habitam.

Já a Convenção OIT nº169, com um texto de 44 artigos, é o primeiro instrumento internacional a reconhecer o direito dos povos indígenas de viverem de acordo com as suas culturas. Só entrou em vigor no Brasil em julho de 2003, depois de tramitar no Congresso Nacional por mais de dez anos.
A análise do Estatuto do Índio, por sua vez, não deixa dúvidas quanto à sua desatualização, haja vista que, embora não descuide da preservação da cultura indígena, enfatiza a "integração progressiva e harmoniosa dos índios e das comunidades indígenas à comunhão nacional", propósito que, desde 1988, deixou de figurar entre os princípios constitucionais da política indigenista. Daí a necessidade de se rever o Estatuto do Índio de forma a compatibilizá-lo com o novo texto constitucional.

Com esse propósito, foram apresentados à Câmara dos Deputados três projetos de lei, sendo um deles oriundo do Executivo. Para exame desses projetos, a Câmara designou Comissão Especial que examinou o assunto a partir de 1992. O substitutivo aprovado por essa Comissão foi o projeto de lei que disciplina o Estatuto das Sociedades Indígenas, e que aguarda um pronunciamento final pelo plenário da Câmara.

Destacam-se entre os temas centrais da proposta a alteração do regime de tutela, que passa a ser restrita aos índios em estágio inicial de integração com a comunidade, a proteção ao direito autoral e à propriedade intelectual. Além disso, regula a exploração mineral em terra indígena e cria estímulos à preservação ambiental.

Além dos problemas relacionados à precariedade da legislação, é de se anotar que o órgão responsável por executar a política indigenista no Brasil, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, está com seu quadro de funcionários desfalcado e conta com parcos recursos orçamentários a serem distribuídos entre os 370 postos indígenas, as 45 administrações e a sede em Brasília. Surpreendentemente, tais recursos devem, ainda, cobrir os custos de desenvolvimento e gerenciamento de projetos produtivos nas aldeias e a fiscalização das terras indígenas, de modo a impedir ações predatórias de garimpeiros, madeireiros e outras que possam vir a ocorrer.

Os diversos depoimentos, colhidos pela CPI, de autoridades e cidadãos envolvidos com a causa indígena, explicitaram a falta de capacidade operacional do órgão para lidar com a complexidade da questão, tornando freqüentes as mazelas sociais que acometem os povos indígenas, como o alcoolismo, a prostituição e a desnutrição infantil.

O presidente da FUNAI, Sr. Méricio Pereira Gomes, em 13/04/05, ao falar das dificuldades encontradas pela autarquia para conduzir a
política indigenista, expôs o andamento da questão no atual governo, ressaltando a criação, por Portaria, de um grupo interministerial supervisionado pelo Ministério da Justiça, incumbido da coordenação da política indigenista, com a função de reunir e racionalizar os esforços dispendidos por todos os ministérios que atuam junto a esses povos. Falou, também, da existência de um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil que, entre janeiro e julho de 2004, concluiu um relatório em que se retratou a situação da política indigenista, e da solicitação das organizações indígenas de se criar um conselho nacional dos povos indígenas, que teria um papel fundamental na coordenação da política indigenista.

O Sr. Otacílio Antunes, ex-Presidente da FUNAI, no dia 13/04/05, relatou para a Comissão a dificuldade financeira por que passa a instituição, cujo orçamento não condiz com suas necessidades. Ademais, segundo sua avaliação, o órgão é vítima das descentralizações, tornando-se carente de pessoal técnico e qualificado e em quantidade insuficiente para atender à demanda de trabalho nas áreas indígenas. Para ele, a instituição não tem controle eficaz de quem ingressa em terras indígenas, tampouco das ações desenvolvidas por essas pessoas ou instituições junto às comunidades indígenas.

Associado a isso, o professor Frederico dos Reis Arruda, da Universidade Federal do Amazonas, em sua apresentação a esta CPI em 10/11/04, apontou a ocorrência, na Amazônia, de erosão cultural, que seria causada pela ação lesiva dos missionários e madeireiros, de que são vítimas alguns grupos indígenas. A erosão cultural, em sua avaliação, é totalmente irreversível, e, portanto, mais deletéria que a propalada erosão genética, que ocorre devido à degradação ambiental.

Tais problemas foram confirmados pelo Presidente da FUNAI, que admitiu a esta CPI a dificuldade de controlar a entrada de missionários religiosos e de madeireiros nas áreas indígenas, em função da representatividade que detêm no próprio Congresso. Já quanto aos pesquisadores, acredita que a legislação tem salvaguardas suficientes, bastando que o pesquisador seja idôneo e cumpra o que determina a legislação. No entanto, reconheceu ser possível estar ocorrendo pesquisa em terra indígena sem o conhecimento da FUNAI.
De fato, o que ocorre é um total descaso com a causa indígena, que necessita sejam efetivadas as reformas legal, com a devida revisão e aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas, e institucional, com a reformulação do papel da FUNAI e de sua estrutura. A expectativa é de que tais reformas, quando efetivadas, tragam maior autonomia e controle indígena sobre seus territórios, recursos naturais e conhecimentos.

Entretanto, cabe ressaltar a preocupação da CPI ao notar que o controle sobre os conhecimentos tradicionais não é claramente citado como um dos objetivos a serem alcançados no âmbito do processo de reformulação da política indigenista oficial conduzido pelo governo.

Tal processo respalda-se no decreto que promulgou a Convenção nº 169, da OIT, que determina a consulta aos povos interessados, para que hajam acordos e consentimentos acerca das medidas propostas que os afetem e para que os próprios indígenas determinem suas prioridades.

Neste contexto, está em curso, desde 2004, uma série de conferências regionais, conduzidas pela FUNAI, como etapas preparatórias para a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, prevista para acontecer este ano. O intuito desta mobilização é consultar os povos indígenas acerca das diretrizes para a formulação da política indigenista, de forma a garantir que as prioridades por eles elencadas sejam a base de uma nova política para esse segmento.

Entretanto, a sociedade civil aponta para o risco desse ciclo de conferências resultar em mais um diagnóstico a ser transformado numa nova lista de compromissos com os povos indígenas, a ser utilizada, apenas, como uma carta de boas intenções.

A questão da proteção aos conhecimentos tradicionais, anteriormente citada, em 09/03/05, foi apontada por Fábio de Andrade Abdala, representante do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, como o mais ameaçado dos princípios consagrados na Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB. O tema também foi objeto de análise do Sr. José Leland Juvêncio Barroso, Analista Ambiental do IBAMA, que ressaltou a boa-fé com que o nosso caboclo e a própria comunidade indígena repassam o conhecimento do uso de produtos da flora nativa a quantos os procurem.
Segundo posicionamento assumido por Leland perante a CPI em 06/04/05, atualmente, todas as plantas usadas na farmacologia indígena são conhecidas de laboratórios europeus e poderão virar patente, porque o Tribunal de Patentes Internacional parece ser irresponsável com relação a essa questão.

Os contratos de bioprospecção firmados pelas comunidades indígenas e empresas multinacionais foram apresentados, em 01/12/04, como uma arriscada alternativa econômica pelo Sr. Gonzalo Henríquez, Professor da Universidade Federal do Pará e membro da ABIPTI. Ele fez diversos questionamentos sobre as “regras do jogo”, como: - Quem é autoridade para assinar os contratos? - As comunidades indígenas têm suas próprias regras de propriedade e controle sobre conhecimento tradicional. Em caso de questionamento judicial quem iria julgar o caso? Um Juiz não indígena? – Em caso de problemas na execução do contrato, por exemplo: se uma parte não cumpre o contratado e a empresa é estabelecida no exterior, o representante da comunidade terá que viajar ao exterior para acionar judicialmente a empresa? – A dificuldade de controle do resultado da pesquisa, principalmente se este estiver difundido na comunidade científica. – A indefinição do sistema de partilha dos lucros com a comunidade. – A necessidade de se assegurar que os recursos sejam entregues às comunidades e para o benefício da coletividade, e não aos seus “representantes”.

Acerca dos questionamentos feitos pelo Sr. Enríquez, a CPI entende que os contratos de bioprospecção são novidade tanto para as comunidades indígenas quanto para as empresas do setor. Portanto, a atividade de bioprospecção necessita de regras mais claras e de fácil implementação para que consiga de fato ser sustentável e de interesse de ambas as partes.

Outra questão apontada pelos depoentes é relativa à confecção de artesanato indígena com o uso de partes de animais, tema já tratado neste relatório.

Outro tema premente é a questão da sobreposição entre UC’s e TI’s, que na legislação brasileira é controversa e não está resolvida. O artigo n° 57 do SNUC delega a definição de diretrizes para resolver os casos
de sobreposição entre UC's e TI's para um grupo de trabalho interinstitucional, criado em Novembro de 2000, e coordenado pelo CONAMA. Entretanto, até hoje o problema continua sem solução.

Vale ponderar que a biodiversidade da Amazônia está melhor protegida, e a um custo muito baixo, onde vivem pessoas que estão interessadas nela, como as comunidades indígenas e tradicionais. Em função disso, muitos cientistas defendem que os recursos monetários disponíveis, em nível mundial, para pagar por serviços ambientais, deveriam ser redirecionados para apoiar povos indígenas e outras populações tradicionais em suas contribuições diretas e indiretas para a conservação de áreas ricas e sensíveis em biodiversidade.

3.4.7. A Pesquisa Científica Estrangeira e a Biopirataria

A CPI da Biopirataria analisou tese de doutorado referente ao controle do Estado brasileiro sobre os pesquisadores estrangeiros na Amazônia, assim como a legislação atinente.


O resumo, conforme consta na própria tese, é:

Esta tese buscou entender o papel do Estado na regulação do acesso de pesquisadores estrangeiros na Amazônia brasileira atualmente. A literatura sobre o assunto mostrou que os projetos científicos estrangeiros na Amazônia adquiriram grande autonomia, com pouco controle ou participação das instituições de pesquisa da região. Foi escolhido como estudo de caso a cooperação científica internacional praticada pelo INPA, um dos maiores institutos federais de pesquisa científica da região. Constatou-se que efetivamente a forma tradicional

---

de controle existente desde 1933, baseada na fiscalização das expedições científicas estrangeiras, foi radicalmente modificada pelo Decreto nº 98.830/90, concedendo-se, a partir dali, um tratamento privilegiado baseado em convênios de cooperação, onde o INPA exerce pouco ou nenhum controle sobre o acesso de pesquisadores estrangeiros e sobre a saída de material científico. Assim, as expedições passaram a representar uma fração minúscula dos estrangeiros que vieram pesquisar na Amazônia através do INPA. Dois dos principais convênios (aqueles que receberam mais pesquisadores estrangeiros) foram estudados minuciosamente: os convênios INPA/Smithsonian Institution e INPA/Instituto Max Planck de Limnologia.

O autor conclui que, com a mudança na legislação, ensejada pelo Decreto nº 98.830/90 e pela Portaria MCT nº55/90, a presença de pesquisadores estrangeiros na Amazônia brasileira migrou da figura da “expedição científica” para a de “carta-convite”. As cartas-convite são enviadas no âmbito de um projeto de cooperação internacional, direcionadas a pesquisadores sugeridos por uma das partes.

Embora a figura da “expedição científica” não tenha sido extinta, ela caiu em desuso, visto que a “carta-convite” representa uma série de facilidades, sendo ainda de iniciativa do projeto de cooperação internacional, e não do pesquisador estrangeiro.

Na prática, a fiscalização da pesquisa, que, pelo Decreto nº22.698/33, era exercida pelo Governo do Brasil, passou, a partir do Decreto nº 98.830/90, a ser exercida pela contraparte brasileira no projeto (instituição de ensino ou pesquisa ou pesquisador individual).

O autor destaca que o conceito de cooperação científica internacional é muito flexível. O resultado é, de forma geral, a facilitação do acesso de pesquisadores estrangeiros ao laboratório natural que é a Amazônia, sem que haja, nesses convênios, uma participação em condições de igualdade por parte de pesquisadores nacionais. Constata-se essa desproporção em termos:

- Quantitativos – pelo maior número de pesquisadores estrangeiros que brasileiros atuando dentro dos convênios;
• Qualitativos – pela participação mais modesta de autores brasileiros nas publicações resultantes dos projetos analisados (menor freqüência de primeiros autores nacionais e menos publicações com brasileiro como co-autor).

A tabela a seguir, reproduzida da página 72 da tese de William Gama, resume a evolução da legislação sobre expedições científicas estrangeiras. As principais peças legais são resumidas a seguir.

Tabela 2.1 - Trajetória da Legislação sobre Expedições Científicas Estrangeiras no Brasil.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Data</th>
<th>Documento</th>
<th>Assunto</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>11/03/1933</td>
<td>Dec. 22.698</td>
<td>Institui a Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil</td>
</tr>
<tr>
<td>31/10/1933</td>
<td>Dec. 23.311</td>
<td>Cria o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFECAB</td>
</tr>
<tr>
<td>05/06/1934</td>
<td>Dec. 24.337</td>
<td>Subordina o CFECAB ao Ministério da Agricultura e regula o CFECAB</td>
</tr>
<tr>
<td>06/08/1936</td>
<td>Dec. 1.016</td>
<td>Modifica o Regulamento do CFECAB</td>
</tr>
<tr>
<td>27/07/1939</td>
<td>Dec. 4.450</td>
<td>Altera o Art. 3º, do Regulamento do Dec. 24.337/34</td>
</tr>
<tr>
<td>21/01/1941</td>
<td>Dec. 6.734</td>
<td>Aprova o Regulamento a que obedecerão as Expedições Artísticas e Científicas no Brasil</td>
</tr>
<tr>
<td>21/10/1941</td>
<td>Dec. 6.735</td>
<td>Aprova o Regimento Interno do CFECAB</td>
</tr>
<tr>
<td>11/10/1963</td>
<td>Dec. 52.664</td>
<td>Aprova o Regimento do CFECAB, do Ministério da Agricultura</td>
</tr>
<tr>
<td>31/01/1968</td>
<td>Dec. 62.203</td>
<td>Extingue o CFECAB e passa suas atribuições ao CNPq e à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC)</td>
</tr>
<tr>
<td>26/08/1969</td>
<td>Dec. 65.057</td>
<td>Dispõe sobre a concessão de licença para realização de Expedições Científicas no Brasil</td>
</tr>
<tr>
<td>27/08/1986</td>
<td>Dec. 93.180</td>
<td>Dispõe sobre a concessão de licença para realização de Expedições Científicas no Brasil</td>
</tr>
<tr>
<td>15/01/1990</td>
<td>Dec. 98.830</td>
<td>Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos do Brasil</td>
</tr>
<tr>
<td>14/03/1990</td>
<td>Portaria MCT nº 55</td>
<td>Aprova o Regulamento sobre coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos do Brasil</td>
</tr>
<tr>
<td>23/08/2001</td>
<td>Medida Provisória 2.18616</td>
<td>Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição dos benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização</td>
</tr>
<tr>
<td>28/09/2001</td>
<td>Decreto 3.945</td>
<td>Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para seu funcionamento</td>
</tr>
<tr>
<td>25/06/2002</td>
<td>Portaria MMA 316</td>
<td>Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético</td>
</tr>
<tr>
<td>21/02/2002</td>
<td>Portaria MMA 59</td>
<td>Designa membros do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Decreto n° 22.698, de 11 de maio de 1933**

Incumbe o Ministério da Agricultura de fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional, solicitando o concurso de outros Ministérios, sempre que se tornar necessário.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe
confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando que se tornam cada vez mais freqüentes as incursões em território nacional de expedições sem prévio conhecimento do Governo Brasileiro;

Considerando a necessidade de coibir os abusos ou prejuízos que possam acarretar essas explorações no interior do país;

Considerando a urgência de proteger os monumentos naturais, históricas, legendárias e artísticos do país contra os riscos que atualmente correm;

Considerando ainda, que assiste ao Governo o dever de examinar a idoneidade das expedições e a veracidade dos objetivos por elas alegados,

decreta:

Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura incumbido de fiscalizar as expedições nacionais de iniciativa particular e as estrangeiras de qualquer natureza, empreendidas em território nacional, solicitando o concurso de outros ministérios, sempre que se tornar necessário.

Art. 2º As missões estrangeiras que se propuserem a penetrar no interior do país deverão solicitar, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e com 30 dias de antecedência, a necessária autorização do Ministério da Agricultura, cientificando-o dos objetivos e do plano da expedição.

Art. 3º As missões devidamente autorizadas serão sempre acompanhadas por expedicionários brasileiros, designados pelo Governo, de conformidade com a natureza e os fins da expedição

...

Art. 5º Nenhum espécimen botânico, zoologico, mineralógico e paleontológico poderá ser transportado para fora do país senão quando existirem similares em algum dos Institutos Científicos do Ministério da Agricultura, ou no Museu Nacional.

Art. 6º Todo o material científico colhido pelas Missões estrangeiras deverá ser dividido, em partes iguais, entre o Governo Brasileiro e os expedicionários.

...

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, em nome da Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:
Resolve aprov o regulamento a que se refere o art. 9º do decreto n. 22.698, de 11 de maio de 1933:

Art. 1º Fica criado na Diretoria Geral de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, ao qual caberá a fiscalização das expedições nacionais de iniciativa particular e das estrangeiras de qualquer natureza, bem como a fiel execução dos artigos 5º e 7º do decreto citado.

...

Decreto n° 62.203, de 31 de janeiro de 1968

Extingue o Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e dá outras providências.

...

Art. 1º Fica extinto o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, criado pelo Decreto Nº 23.311, de 31 de outubro de 1933, e subordinado ao Ministério da Agricultura.

Art. 2º As atribuições do conselho, agora extinto, passarão a ser exercidas, as de caráter científico, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, e as de natureza artísticas, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura.

...

Decreto n° 65.057, de 26 de agosto de 1969

Dispõe sobre a concessão de licença para a realização de Expedições Científicas no Brasil e dá outras providências.

...

Art. 4º Cabe ao Conselho Nacional de Pesquisas, observadas as restrições contidas neste Decreto, autorizar e fiscalizar expedições científicas ou quaisquer outras atividades que envolvam a exploração, levantamento, coleta, filmagens ou gravações do material científico, realizadas por:

...

Art. 6º Ao Conselho Nacional de Pesquisas, no exercício da atribuição que lhe foi conferida pelo Decreto n° 62.203, de 31 de janeiro de 1968, compete:
a) examinar os objetivos das expedições científicas e atividades conexas, previstas neste Decreto, à luz do interesse da pesquisa científica brasileira;

b) julgar da idoneidade e da competência das entidades ou das pessoas que pretendam realizar expedições científicas ou atividades conexas, da oportunidade da concessão das licenças requeridas, atendendo, em todos os casos, ao interesse nacional;

... 

e) fiscalizar, diretamente ou por delegação o exercício das atividades autorizadas;

...

Art. 7º Os pedidos de licença deverão ser enviados:

a) diretamente ao Conselho Nacional de Pesquisas quando se tratar de expedição ou atividades proposta por entidade ou por pessoa física nacional ou associação religiosa e filantrópica estrangeira, em funcionamento no país, com antecedência mínima de três meses da data do início das atividades;

b) por via diplomática, através do Ministério das Relações Exteriores, quando se tratar de expedições ou atividades proposta por entidade ou pessoa física estrangeiras, com antecedência mínima de 180 dias da data de chegada ao Brasil.

...

Art. 11. A fiscalização das atividades autorizadas será exercida pelo Conselho Nacional de Pesquisas, atendido ao disposto nas alíneas e f do artigo 6º.

§ 1º Será apreendido todo o material encontrado em poder de expedições ou expedicionários, coletores ou pesquisadores, que não estiver de acordo com as disposições estabelecidas no presente Decreto e dentro dos limites da respectiva licença.

§ 2º O material apreendido será incorporado ao patrimônio de instituto científico oficial, a juízo do Conselho Nacional de Pesquisas.

...

Art. 13. A autorização para exportação será precedida pelo exame e arrolamento do material colhido em território brasileiro discriminados os espécimes que deverão ficar no País ou ser eventualmente devolvidos para incorporação a coleções de instituições oficiais do Brasil.
Parágrafo único. Os interessados terão direito de assistir ao exame do material, pessoalmente ou por intermédio de seus representantes.


Art. 15. Serão entregues ao Conselho Nacional de Pesquisas, para incorporação a instituição científica oficial, por ele designada:

a) amostras representativas ou duplicadas das coleções obtidas;

b) moldagens, cópias fotografias ou desenhos do material científico.

Decreto n° 98.830, de 15 de janeiro de 1990

Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil, e dá outras providências.

Art. 1º Estão sujeitas as normas deste Decreto, as atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, sem prejuízo ao disposto no art. 10.

Parágrafo único. Este Decreto não se aplica às coletas ou pesquisas incluídas no monopólio da União.

Art. 2º Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) avaliar e autorizar, sob as condições que estabelecer, as atividades referidas no artigo anterior, bem assim supervisionar sua fiscalização e analisar seus resultados.

Parágrafo único. O MCT exercerá as suas atribuições assessorado por uma comissão formada por representantes desse mesmo órgão, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério do Interior MINITER Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional SADEN / PR.

Art. 3º As atividades referidas no art. 1º somente serão autorizadas desde que haja a coparticipação e a corresponsabilidade de instituição brasileira de elevado e reconhecido conceito técnico-científico, no campo de
pesquisa correlacionado com o trabalho a ser desenvolvido, segundo a avaliação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Parágrafo único. A instituição brasileira deverá acompanhar e fiscalizar as atividades que sejam exercidas pelos estrangeiros, observando as normas legais específicas e, no que couber, as do presente Decreto.

...

Art. 9º A remessa para o exterior de qualquer material coletado, ainda que reproduzido através de fotografias, filmes ou gravações, só poderá ser efetuada após prévia autorização do MCT e desde que assegurada, pelo interessado, sua utilização em atividades exclusivamente de estudos, pesquisas e difusão com a observância no disposto no parágrafo único, do art. 4º.

§ 1º O material coletado será remetido ao exterior às expensas do estrangeiro interessado, por intermédio da instituição técnico-científica brasileira (art. 3º), que manterá cópia dos registros de campo das respectivas coletas.

§ 2º O MCT poderá reter exemplares, peças ou cópias do material coletado, cabendo-lhe indicar as instituições brasileiras depositárias no País.

Art. 10. A utilização do material coletado para fins comerciais, inclusive a sua cessão a terceiros, dependerá de acordo prévio a ser firmado pelos interessados com o MCT, respeitados os direitos de propriedade, nos termos da legislação brasileira em vigor.

...

Art. 14. O MCT, mediante portaria, dispensará tratamento especial e compatível com o regime jurídico específico a que estejam sujeitos, às coletas de dados e materiais realizados no País por pessoas físicas estrangeiras em decorrência:

I - de programa de intercâmbio científico vinculados a acordos de cooperação cultural, científico, técnica e tecnológica, firmados pelo Governo brasileiro;

II - de programas de organismos internacionais aprovados pelo Governo brasileiro;

III - de financiamentos de bolsas ou auxílios à pesquisa, concedidos por agências de fomento ou por outras instituições nacionais técnico-científicas reconhecidas pelo MCT e,
IV - de contrato de trabalho com instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

... 

Portaria MCT n° 55/1990

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso das suas atribuições e, tendo em vista o disposto no artigo 15 do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, resolve:

I - Aprovar o REGULAMENTO SOBRE COLETA, POR ESTRANGEIROS, DE DADOS E MATERIAIS CIENTÍFICOS NO BRASIL, que com esta baixa.

... 

CAPÍTULO I
DA APLICAÇÃO

1 - O disposto neste regulamento se aplica a todas as coletas de dados e materiais científicos no Brasil realizadas por:

a) pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou organizações internacionais governamentais ou não governamentais, domiciliadas no exterior;

b) pessoas jurídicas estrangeiras ou organizações internacionais, governamentais ou não governamentais, exercendo atividades no País;

c) empresas brasileiras, cujo controle efetivo seja de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras;

d) pessoas físicas estrangeiras exercendo atividades no País, ressalvando-se os casos específicos indicados no Capítulo XI do presente regulamento;

e) pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou organizações internacionais governamentais, em associação ou colaboração com pessoas físicas ou jurídicas nacionais, ressalvando-se os casos específicos indicados no Capítulo XI do presente regulamento.

2 - Este regulamento não se aplica às coletas ou pesquisas incluídas no monopólio da União e àquelas reguladas por legislação específica.

... 

CAPÍTULO III
DO ENCAMINHAMENTO E FORMULAÇÃO DO PEDIDO

14 - A co-participação e co-responsabilidade de instituição brasileira, tratada no Artigo 3º do Decreto nº 98.830/90, constitui meio para estímulo à cooperação
internacional em pesquisas científicas, cabendo-lhe, em consequência, papel relevante nas atividades científicas com a participação de estrangeiros que envolvam coleta de dados e materiais no País, inclusive de encaminhar ao MCT os respectivos pedidos de autorização.

15 - Na hipótese de o estrangeiro não dispor de instituição brasileira que assuma a co-responsabilidade nas atividades a serem desenvolvidas no Brasil, deverá o interessado solicitar apoio ao CNPq, que procurará identificar instituições no país que possam assumir esta função.

16 - Na eventualidade de não ter sido possível essa identificação, o próprio CNPq poderá assumir esta função, caso julgue a atividade a ser desenvolvida no Brasil como de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

... 19 - Caso a instituição solicitante tenha cumprido todas as exigências e requisitos preliminares exigidos neste regulamento, e não havendo qualquer manifestação por parte do MCT, no prazo previsto de 120 dias, em especial ao indicado no item 18, fica automaticamente aprovada a concessão da autorização pleiteada.

... 21 - Junto ao pedido de autorização, deverão, por parte dos participantes estrangeiros, ser anexados os seguintes documentos:

... d) declaração de que qualquer material coletado e identificado posteriormente como "tipo" será restituídos ao Brasil; e

CAPÍTULO IV
DOS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DA LICENÇA

... 25 - Na análise dos pedidos, deverão ser observados, entre outros, os seguintes aspectos:

... c) grau de participação e responsabilidade da instituição brasileira envolvida;
26 - Na eventualidade de atividade proposta envolver pesquisa ou ingresso em áreas, cuja preservação, proteção e controle esteja afeto a outros órgãos, será condição básica para a concessão da licença a manifestação prévia dos mesmos.

27 - Cabe ao CNPq, durante a fase de análise dos pedidos de licença, promover a necessária articulação e consulta aos órgãos acima referidos.

28 - Em nenhuma hipótese será permitido o início das atividades de coleta, ainda que em caráter preparatório, sem a devida autorização do MCT.

29 - É vedado o exercício das atividades de coleta aos estrangeiros portadores de visto de turista ou de outro tipo de visto não compatível com a natureza dos trabalhos a serem desenvolvidos no País.

... CAPÍTULO VI DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

37 - Caberá à instituição brasileira co-responsável as seguintes atribuições:

a) prestar o apoio necessário aos participantes estrangeiros, assegurando que as atividades no País sejam conduzidas dentro de um elevado nível de cooperação internacional;

b) efetuar o reconhecimento prévio, a triagem e a seleção do material coletado e assegurar a retenção de exemplares ou peças que obrigatoriamente devam ficar no País;

c) orientar para que as eventuais ações futuras, decorrentes das atividades autorizadas, sejam revestidas da forma de projetos, amparados por mecanismos ou instrumentos existentes a nível de Acordos ou Programas de Cooperação Internacional, estabelecidos pelo Governo brasileiro;

d) enviar ao MCT os relatórios exigidos, dentro da periodicidade estabelecida no Capítulo VIII do presente regulamento;

e) providenciar o envio, após autorização do MCT ou mediante delegação que lhe for conferida, da parte do material coletado destinado ao exterior; e

f) zelar pelo bom cumprimento ao disposto no Decreto nº 98.830/90 e no presente regulamento, cabendo-lhe suspender e comunicar imediatamente ao MCT o
desenvolvimento de atividades que for constatado como em desacordo com a legislação vigente.

38 - Sem prejuízo das atribuições da instituição brasileira co-responsável, o MCT poderá, a qualquer tempo, exercer ações de acompanhamento e fiscalização das atividades autorizadas, diretamente ou por delegação.

CAPÍTULO VII

DA REMESSA E DESTINAÇÃO DO MATERIAL

39 - A remessa para o exterior de qualquer material coletado só poderá ser efetuada após prévia autorização do MCT e desde que assegurada, pelo interessado, sua utilização em atividades exclusivamente de estudos, pesquisas e difusão, cabendo a anuência prévia dos órgãos competentes quando as coletas ou pesquisas científicas envolverem normas legais ou regulamentos específicos.

40 - Quando conveniente, o MCT poderá, por portaria, delegar à instituição brasileira co-participante e co-responsável a competência para autorizar, em caráter excepcional, a remessa de material ao exterior, devendo neste caso a mesma observar, no que couber, as disposições sobre a matéria, contidas no Decreto nº 98.830/90 e no presente regulamento.

41 - O material coletado será remetido ao exterior, às expensas da parte estrangeira e/ou instituição interessada, por intermédio da instituição técnico-científica brasileira, a qual manterá, quando aplicável, cópia dos registros de campo das respectivas coletas.

42 - O MCT, por intermédio da instituição brasileira co-participante e co-responsável, reterá, do material coletado, para destinação a instituições científicas brasileiras, os seguintes itens:
   a) holótipos ou síntipos e 50% dos parátipos, animais ou vegetais;
   b) todas as unicatas vegetais;
   c) néotipos que porventura sejam escolhidos;
   d) coleções, espécimes e peças etnográficas que sejam raras ou que não estejam representadas em instituições nacionais;
   e) todo o material-tipo de fósseis;
   f) 30% no mínimo, dos exemplares de cada táxon que for identificado em qualquer época;
g) outros espécimes, dados ou materiais, cuja permanência no País seja de interesse nacional.

43 - A comercialização dos resultados decorrentes dos dados e materiais coletados, bem como a sua cessão a terceiros, dependerá de acordo prévio a ser celebrado com o MCT, que inclusive estabelecerá a participação brasileira nos direitos de propriedade intelectual desses resultados.

44 - Nos casos de permuta, empréstimo ou doação de material destinado a fins científicos, educacionais ou culturais, os acordos poderão ser feitos diretamente pela instituição brasileira co-participante e co-responsável com os participantes estrangeiros, devendo nesse caso os compromissos estar expressos na documentação, que instruirá o pedido de autorização ao MCT.

CAPÍTULO VIII
DOS RELATÓRIOS

... 

46 - A instituição brasileira co-participante e co-responsável deverá enviar ao MCT, no prazo de 60 dias, contado do término das atividades autorizadas, relatório que conterá, entre outros, os seguintes pontos:

a) resultados parciais ou totais alcançados;

b) principais obstáculos ou dificuldades encontrados;

c) discriminação e quantidade do material coletado, bem como o seu destino;

d) compromissos quanto às ações futuras estabelecidos com os participantes estrangeiros, e

e) indicação de quaisquer agressões e/ou violações ao equilíbrio ecológico e ao meio ambiente que porventura forem observadas.

...

CAPÍTULO X
DAS PENALIDADES

54 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, a infração às normas deste Regulamento poderá importar, segundo a gravidade do fato:

I - a suspensão imediata da atividade em curso, por um determinado período;

II - o cancelamento da autorização concedida;

III - a declaração de inidoneidade do infrator, com o conseqüente impedimento temporário ou permanente,
para empreender ou patrocinar pesquisa científica no Território Nacional;

IV - a comunicação da infração cometida ao dirigente da entidade a que o infrator esteja vinculado;

V - a apreensão e a perda do equipamento utilizado nos trabalhos, bem assim do material coletado, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO XI
DOS CASOS ESPECIAIS

56 - Ficam dispensados da autorização do MCT, tratada no Capítulo III do presente regulamento, as atividades de coleta realizada por estrangeiros em decorrência de:

a) Programas de intercâmbio científico, vinculados a acordos de cooperação cultural, científica, técnica e tecnológica, firmados pelo Governo Brasileiro;

b) Programas de organismos internacionais aprovados pelo Governo brasileiro;

c) Programas de bolsas ou auxílio a pesquisa patrocinados pelo CNPq, CAPES, FINEP ou Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa; e

d) Contrato de trabalho com instituição brasileira de ensino superior e/ou de pesquisa.

57 - A dispensa da autorização para os casos aludidos no item anterior não exime a instituição brasileira da responsabilidade pelo cumprimento, no que couber, das disposições contidas no Decreto nº 98.830/90 e, especial nos Capítulos VI e VII do presente regulamento.

...
Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre os bens, os direitos e as obrigações relativos:

I - ao acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção;

II - ao acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, relevante à conservação da diversidade biológica, à integridade do patrimônio genético do País e à utilização de seus componentes;

III - à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração de componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado;

IV - ao acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para a conservação e a utilização da diversidade biológica.

§ 1º O acesso a componente do patrimônio genético para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção far-se-á na forma desta Medida Provisória, sem prejuízo dos direitos de propriedade material ou imaterial que incidam sobre o componente do patrimônio genético acessado ou sobre o local de sua ocorrência.

... 

Art. 3º Esta Medida Provisória não se aplica ao patrimônio genético humano.

... 

CAPÍTULO IV 
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS 

Art. 11. Compete ao Conselho de Gestão:

... 

IV - deliberar sobre:

... 

e) credenciamento de instituição pública nacional de pesquisa e desenvolvimento ou de instituição pública federal de gestão para autorizar outra instituição nacional, pública ou privada, que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins:

1. a acessar amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado;
2. a remeter amostra de componente do patrimônio genético para instituição nacional, pública ou privada, ou para instituição sediada no exterior;

...

Art. 12. A atividade de coleta de componente do patrimônio genético e de acesso a conhecimento tradicional associado, que contribua para o avanço do conhecimento e que não esteja associada à bioprospecção, quando envolver a participação de pessoa jurídica estrangeira, será autorizada pelo órgão responsável pela política nacional de pesquisa científica e tecnológica, observadas as determinações desta Medida Provisória e a legislação vigente.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput deste artigo observará as normas técnicas definidas pelo Conselho de Gestão, o qual exercerá supervisão dessas atividades.

...

Art. 14. Caberá à instituição credenciada de que tratam os números 1 e 2 da alínea "e" do inciso IV do art. 11 desta Medida Provisória uma ou mais das seguintes atribuições, observadas as diretrizes do Conselho de Gestão:

I - analisar requerimento e emitir, a terceiros, autorização:

...

c) de remessa de amostra de componente do patrimônio genético para instituição nacional, pública ou privada, ou para instituição sediada no exterior;

...

Art. 15. Fica autorizada a criação, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, de unidade executora que exercerá a função de secretaria executiva do Conselho de Gestão, de que trata o art. 10 desta Medida Provisória, com as seguintes atribuições, dentre outras:

...

V - credenciar, de acordo com deliberação do Conselho de Gestão e em seu nome, instituição pública nacional de pesquisa e desenvolvimento ou instituição pública federal de gestão para autorizar instituição nacional, pública ou privada:

a) a acessar amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado;
b) a enviar amostra de componente do patrimônio genético para instituição nacional, pública ou privada, ou para instituição sediada no exterior, respeitadas as exigências do art. 19 desta Medida Provisória;

CAPÍTULO V
DO ACESSO E DA REMESSA

Art. 16. O acesso a componente do patrimônio genético existente em condições in situ no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado far-se-á mediante a coleta de amostra e de informação, respectivamente, e somente será autorizado a instituição nacional, pública ou privada, que exerça atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins, mediante prévia autorização, na forma desta Medida Provisória.

§ 6º A participação de pessoa jurídica estrangeira em expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético in situ e para acesso de conhecimento tradicional associado somente será autorizada quando em conjunto com instituição pública nacional, ficando a coordenação das atividades obrigatoriamente a cargo desta última e desde que todas as instituições envolvidas exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins.

§ 7º A pesquisa sobre componentes do patrimônio genético deve ser realizada preferencialmente no território nacional.

Art. 18. A conservação ex situ de amostra de componente do patrimônio genético deve ser realizada no território nacional, podendo, suplementarmente, a critério do Conselho de Gestão, ser realizada no exterior.

Art. 19. A remessa de amostra de componente do patrimônio genético de instituição nacional, pública ou privada, para outra instituição nacional, pública ou privada, será efetuada a partir de material em condições ex situ, mediante a informação do uso pretendido, observado o cumprimento cumulativo das seguintes condições, além de outras que o Conselho de Gestão venha a estabelecer:
§ 2º A remessa de amostra de componente do patrimônio genético de espécies consideradas de intercâmbio facilitado em acordos internacionais, inclusive sobre segurança alimentar, dos quais o País seja signatário, deverá ser efetuada em conformidade com as condições neles definidas, mantidas as exigências deles constantes.

§ 3º A remessa de qualquer amostra de componente do patrimônio genético de instituição nacional, pública ou privada, para instituição sediada no exterior, será efetuada a partir de material em condições ex situ, mediante a informação do uso pretendido e a prévia autorização do Conselho de Gestão ou de instituição credenciada, observado o cumprimento cumulativo das condições estabelecidas nos incisos I a IV e §§ 1o e 2o deste artigo.

CAPÍTULO VI
DO ACESSO À TECNOLOGIA E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Art. 22. O acesso à tecnologia e transferência de tecnologia entre instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento, pública ou privada, e instituição sediada no exterior, poderá realizar-se, dentre outras atividades, mediante:

I - pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;
II - formação e capacitação de recursos humanos;
III - intercâmbio de informações;
IV - intercâmbio entre instituição nacional de pesquisa e instituição de pesquisa sediada no exterior;
V - consolidação de infra-estrutura de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico;
VI - exploração econômica, em parceria, de processo e produto derivado do uso de componente do patrimônio genético; e
VII - estabelecimento de empreendimento conjunto de base tecnológica.

Art. 23. A empresa que, no processo de garantir o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia à instituição nacional, pública ou privada, responsável pelo acesso e remessa de amostra de componente do patrimônio genético e pelo acesso à informação sobre conhecimento tradicional associado, investir em atividade de pesquisa e
desenvolvimento no País, fará jus a incentivo fiscal para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e a outros instrumentos de estímulo, na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO VII
DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Art. 24. Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto ou processo desenvolvido a partir de amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado, obtidos por instituição nacional ou instituição sediada no exterior, serão repartidos, de forma justa e equitativa, entre as partes contratantes, conforme dispuser o regulamento e a legislação pertinente.

Decreto n° 3.945, de 28 de setembro de 2001

Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento, mediante a regulamentação dos arts. 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 da Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.

Art. 12. A atividade de coleta de componente do patrimônio genético e de acesso a conhecimento tradicional associado, que contribua para o avanço do conhecimento e que não esteja associada à bioprospecção, quando envolver a participação de pessoa jurídica estrangeira, será autorizada pelo CNPq, observadas as determinações da Medida Provisória no 2.186-16, de 2001, e a legislação vigente.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput deste artigo observará as normas técnicas definidas pelo Conselho de Gestão, o qual exercerá supervisão dessas atividades.

Decreto n° 4.946, de 31 de dezembro de 2003
Altera, revoga e acrescenta dispositivos ao Decreto no 3.945, de 28 de setembro de 2001, que regulamenta a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Art. 4º Fica revogado o art. 12 do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001.

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN editou quatro resoluções estabelecendo procedimentos para remessa de amostras do patrimônio genético:

**Resolução n° 13, de 25 de março de 2004**

Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição in situ, no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, que não apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, e dá outras providências.

**Resolução n° 14, de 27 de maio de 2004**

Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra viva de componente do patrimônio genético de plantas, liquens, fungos e algas macroscópicos que apresentem capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução, existente em condições in situ no território nacional na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, mantida em condições ex situ, para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico.

**Resolução n° 15, de 27 de maio de 2004**

Estabelece procedimentos para o transporte de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição in situ, no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, exclusivamente para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico,
que não requeira depósito definitivo na instituição onde será realizada a pesquisa.

**Resolução n° 16, de 30 de setembro de 2004**

Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético microbiano existente em condição in situ, no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, que apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução natural para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico.

O teor geral de todas as resoluções é o mesmo, destacando-se três aspectos:

1. Estabelecimento do Termo de Transferência de Material – TTM, dispositivo imprescindível para a remessa de amostra, cujo modelo consta nos anexos das resoluções e que deve ser firmado pelas partes;
2. Impossibilidade de repassar a amostra a terceiros, a não ser mediante assinatura de novo TTM;
3. Vinculação da remessa de amostra oriunda de espécies listadas como ameaçadas, ou constantes nos anexos I, II ou III da CITES, à autorização do órgão ambiental competente.

Houve uma sensível mudança de rumo na legislação, observada da comparação entre o Decreto n° 22.698/33 e o Decreto n° 98.830/90. O primeiro revestia-se de um caráter de efetivo controle, preocupado com pesquisas cujas intenções fossem contrárias aos interesses da Nação. As modificações introduzidas na legislação em 1990 franquearam o país aos pesquisadores estrangeiros, o que não é necessariamente ruim. Porém transferiram a fiscalização das atividades ao responsável nacional pela pesquisa, o qual, via de regra, é um profissional que tem laços e interesses comuns com seu colega de outro país.

Embora a Ciência seja universal, e a colaboração entre pesquisadores, uma rotina no meio acadêmico, os interesses de um determinado grupo de pesquisa não são necessariamente os do Brasil. É difícil imaginar, em um momento como o atual, em que muitos pesquisadores
renomados manifestam seu desacordo com as normas de coleta de material biológico vigentes, que os pesquisadores brasileiros venham a exigir de outrem o cumprimento de todos os trâmites formais, principalmente se o projeto de cooperação incluir aporte de verbas para a pesquisa desenvolvida localmente, ou o intercâmbio bilateral na forma de pós-graduação ou pós-doutorado.

Talvez, ingenuamente, não tenha havido preocupação enfática em relação à pesquisa com finalidade econômica até 2001. E, mesmo na medida provisória, há uma dificuldade natural em estabelecer o limite em que a pesquisa científica deixa de ser básica e passa a ser aplicada (o trinômio “pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, bioprospecção”). A própria descoberta de novas espécies, típico exemplo de ciência pura, enseja a utilização das mesmas em quaisquer aplicações possíveis, notadamente na área de fármacos, ainda mais se associada a conhecimento tradicional.

O conflito gerado pela tentativa de regular a atividade científica pode ser observado nos dois decretos mais recentes. Em 2001 estabeleceu-se prerrogativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Ministério da Ciência e Tecnologia) para autorizar pesquisa sem finalidade de bioprospecção, artigo esse revogado em 2003, possivelmente por interferência do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN (Ministério do Meio Ambiente).

Em vista das iniciativas de biopirataria detectadas nos últimos anos, parece-nos inviável manter a fiscalização das atividades desenvolvidas por pesquisadores estrangeiros no Brasil a cargo de um responsável nacional que, na verdade, é um colega de trabalho com interesses convergentes. Por outro lado, os mecanismos de controle não deveriam criar empecilhos à pesquisa séria e comprometida com a conservação da Natureza e o desenvolvimento nacional, nem levar a uma “caça às bruxas” obscurantista.

3.4.8. Acesso ao Patrimônio Genético

Critérios de acesso ao patrimônio genético das nações, com utilização econômica e justa repartição de benefícios, é um dos princípios basilares da Convenção sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil é
signatário, tendo-a ratificado e promulgado, estando, por conseguinte, obrigado a cumprir como se a mesma fosse dispositivo constitucional.

Diversas iniciativas legislativas surgiram nos últimos anos, visando à proteger o patrimônio genético da biopirataria e normatizar o acesso a esses recursos. O quadro abaixo arrola uma proposta de emenda à constituição e 18 projetos de lei, originários do Congresso Nacional e do Poder Executivo, todos relacionados a esse tema.

**Proposições apresentadas com relação à biopirataria e acesso ao patrimônio genético**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Proposição</th>
<th>Autor</th>
<th>Conteúdo</th>
<th>Última Ação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PEC 618/98</td>
<td>Poder Executivo</td>
<td>Acresce inciso ao art. 20 da CF, incluindo nos bens da União o patrimônio genético.</td>
<td>Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda Constitucional nº 618, de 1998 que &quot;Acresce inciso ao art. 20 da Constituição Federal&quot; - Devolução por força da saída do relator da comissão</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 4.842/98</td>
<td>Sen. Marina Silva</td>
<td>Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados e dá outras prov., incluindo sanções penais. 59 arts.</td>
<td>Apensado ao PL-2360/03</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 4.579/98</td>
<td>Jaques Wagner</td>
<td>Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos; semelhante ao PL 4.842/98, mas sem “agências de acesso”. 60 arts.</td>
<td>Apensado ao PL 4.842/98</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 4.751/98</td>
<td>Poder Executivo</td>
<td>Dispõe sobre acesso ao patrimônio genético</td>
<td>Retirado pelo Executivo e arquivado</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 1.953/99</td>
<td>Silas Câmara</td>
<td>Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados e dá outras prov., incluindo sanções penais. 27 arts.</td>
<td>Apensado ao PL 4.842/98</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 3.634/00</td>
<td>Paulo Mourão</td>
<td>Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados</td>
<td>Retirado pelo autor</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 7.135/02</td>
<td>Poder Executivo</td>
<td>Altera a composição do CGEN, incluindo representantes Adm. Públic e ONGs</td>
<td>Retirado pelo Executivo e arquivado</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 7.211/02</td>
<td>Poder Executivo</td>
<td>Acrescenta arts. à Lei de Crimes Ambientais – LCA, definindo crimes de biopirataria, no art. 53-A a G</td>
<td>Aprovado na CDCMAM, com emenda; aprovado na CCJC</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 347/03</td>
<td>CPITRAFI</td>
<td>Tipifica, na LCA, a comercialização de peixes ornamentais e o tráfico de animais silvestres em caráter permanente</td>
<td>Aprovado na CDCMAM</td>
</tr>
<tr>
<td>Código</td>
<td>Autor</td>
<td>Proposta</td>
<td>Status</td>
</tr>
<tr>
<td>-------------</td>
<td>------------------------------</td>
<td>---------------------------------------------------------------------------</td>
<td>-------------------------------------------------------------------------------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 1.090/03</td>
<td>Kátia Abreu</td>
<td>Altera o art. 29 da LCA, fixa pena de reclusão por crime contra fauna silvestre, quadriplicando-a com remessa ao exterior</td>
<td>Apensado ao PL 347/03; rejeitado na CCJC</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 2.360/03</td>
<td>Mário Negromonte</td>
<td>Acrescenta arts. ao Código Florestal e à LCA dispondo sobre pesquisa, coleta e remessa de amostras da flora brasileira</td>
<td>Apensado ao PL 4.842/98</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 2.487/03</td>
<td>Vanessa Grazziotin</td>
<td>Institui o dia 03 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria</td>
<td>Transformado na Lei nº 11.203/05</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 3.240/04</td>
<td>Juíza Denise Frossard</td>
<td>Altera os arts. 29 e 30 da LCA, aumenta penas de reclusão por crime contra fauna silvestre e tipifica tráfico internacional</td>
<td>Apensado ao PL 347/03; rejeitado na CCJC</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 3.656/04</td>
<td>Sarney Filho</td>
<td>Institui o dia 10 de novembro como o Dia Nacional de Combate à Biopirataria</td>
<td>Declarado prejudicado, em função da Lei nº 11.203/05</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 4.184/04</td>
<td>Alberto Fraga</td>
<td>Inclui art. 56-A à LCA para incluir o crime de tráfico de organismo vivo, parte dele ou princípio ativo</td>
<td>Apensado ao PL 347/03; rejeitado na CCJC</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 4.225/04</td>
<td>Carlos Rodrigues</td>
<td>Inclui § aos arts. 29 e 32 da LCA, agravando a pena por cidadão estrangeiro que comete crime de biopirataria contra a fauna</td>
<td>Em análise na CMADS. Designado Relator Dep. Sarney Filho, ainda sem parecer</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 4.285/04</td>
<td>Carlos Eduardo Cadoca</td>
<td>Dispõe sobre a destinação de recursos estrangeiros para fins de pesquisa e preservação da biodiversidade</td>
<td>Em análise na CCTCI. Parecer do Relator Dep. Gustavo Fruet pela rejeição</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 2.695/03</td>
<td>Wilson Santos</td>
<td>Torna possível o patenteamento de genes e produtos biológicos de organismos vivos</td>
<td>Parecer na CMADS pela rejeição; Designado Relator na CDEIC o Dep. Léo Alcantara</td>
</tr>
<tr>
<td>PL 4.961/05</td>
<td>Antonio Carlos Mendes Thame</td>
<td>Estabelece que substâncias ou materiais extraídos de seres vivos naturais considerados invenção ou modelo de utilidade podem ser patenteados</td>
<td>Em análise na CMADS. Designado Relator Dep. Jorge Pinheiro, parecer pela rejeição</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O efeito positivo mais notável dessas iniciativas foi a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, órgão secretariado pelo Ministério do Meio Ambiente e composto por integrantes de diversos órgãos do Poder Público, bem como representantes do setor privado.

Em duas ocasiões, a CPIBIOPI ouviu Eduardo Vélez Martin, Chefe do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA e Secretário-Executivo do CGEN, em

Segundo consta, após intensos debates entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Ciência e Tecnologia, um texto consensual seria encaminhado para apreciação do Congresso Nacional. Entretanto, às vésperas da abertura do encontro internacional, por gestões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Governo decidiu não apresentá-lo.

Frustada a intenção desta CPI, de analisar o tema sob a condição de projeto de lei, certamente tecendo sugestões acerca do mesmo, constata-se que a matéria continuará, por algum tempo, a ser regida por medida provisória, o que, lamentavelmente, não contribui para o avanço, e sim para a estagnação e para a incerteza do mercado de biotecnologia.

3.4.9. O Termo de Ajustamento de Conduta

No decorrer dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito, não se pode deixar de notar a enorme celeuma provocada pelos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrados pelo IBAMA. Se por um lado diversos especialistas afirmaram que a utilização dos TACs foi desvirtuada, acabando por permitir a vários infratores conferir roupagem lícita à prática de fraudes e violações à legislação ambiental, por outro, revelou-se inegável que tais termos de compromisso exercem papel fundamental no desenvolvimento de uma política ambiental eficiente. Tendo isso em vista, definir os limites a serem respeitados pelo administrador no momento da celebração do Termo de Compromisso torna-se essencial, sob pena de desmoralizar instituto que foi concebido com a finalidade de tornar a proteção dos interesses difusos mais eficaz.

Na administração da coisa pública, é inegável que o gestor não tem disponibilidade sobre os bens e interesses que são submetidos a sua guarda e realização. A rigor, portanto, não pode o órgão público transigir
sobre questões legais, devendo, sempre que necessário, tomar as medidas administrativas e judiciais necessárias para prevenir e fazer reparar os danos causados ao interesses públicos, dentre eles os difusos.

Não obstante, atento às dificuldades da tutela dos interesses difusos pelas vias tradicionais da responsabilidade civil, o legislador pátrio autorizou os órgãos públicos legitimados para a propositura da ação civil pública, a realizar com os interessados termos de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. Assim, criou-se um novo mecanismo de tutela, possibilitando a imposição da responsabilidade civil por danos de forma mais eficaz do que a decorrente da aplicação das vias ordinárias.

O grande mérito do ajustamento de conduta na tutela de danos a interesses difusos e coletivos é a possibilidade de maior flexibilização do modo, prazo e lugar de cumprimento da obrigação de reparar e prevenir o dano previsto no acordo. Esta flexibilidade permite a grande efetividade no seu uso para a tutela de interesses tão importantes, na medida em que possibilita a obtenção de uma solução mais adequada tanto para os órgãos públicos, quanto para o autor dos danos, tendo em vista que as suas condições pessoais serão levadas em conta para que o acordo alcance plenamente a sua finalidade.

Contudo, apenas sob estes aspectos: modo, prazo e lugar de cumprimento da obrigação principal do ajuste poderão ser realizadas concessões pelo órgão público, e apenas com a finalidade de viabilizar a prevenção e reparação efetiva do dano, através desta solução consensual. Jamais os termos de ajustamento de conduta poderão ser utilizados pela Administração Pública para fazer qualquer concessão sobre o direito ambiental objeto de tutela. Os compromissos, assim, são garantias mínimas em proveito da coletividade e nunca concessões de direito material em favor do potencial ou efetivo causador do dano ambiental.

Em resumo, os Termos de Compromisso ou de Ajustamento de Conduta podem ser conceituados como instrumentos pelos quais os órgãos públicos legitimados para a propositura da ação civil pública celebram acordo com o autor de um dano aos interesses tutelados por esta ação. Tal acordo visa a integral reparação do *status quo* ante o evento danoso,
ou a prevenção da ocorrência deste, através da imposição de obrigações de fazer, não fazer ou de dar coisa certa ao autor do dano, sob pena da aplicação de preceitos cominatórios, ou da imposição de outras obrigações, conforme se mostre mais eficiente para a efetiva reparação do bem lesado.

Não obstante, o Decreto n° 3179/99 e diversos TACs realizados pelo IBAMA parecem divergir radicalmente da concepção legal do instituto. Segundo o ilustre Procurador da Republica, Dr. Mário Lúcio Avelar, os termos de ajustamento de conduta tornaram-se a mais nova modalidade de fraude à legislação ambiental, pois permitem um desconto de até 90% do valor de multa aplicada. “O sujeito é multado em 400 mil, ele faz um termo de ajustamento de conduta com o gerente, o dinheiro entra por um lado, e a multa reduz por outro.” Na ausência de limites, afirma, tal instrumento “virou panacéia para a bandidagem”.

De fato, o artigo 60 do Decreto n° 3.179/99, que regulamenta as sanções aplicáveis às atividades lesivas ao meio ambiente, autoriza a suspensão das multas aplicadas anteriormente à celebração do Termo de Compromisso e a posterior redução do valor da multa em 90%. Em exemplo bem simplista, seria autorizar o desconto na multa de dirigir veículo sem habilitação mediante o compromisso de se respeitar o limite máximo de velocidade.

O dispositivo referido, a nosso ver, desvirtua o uso do Termo de Compromisso, além de não ter qualquer amparo legal. Vejam que o Termo de Ajustamento de Conduta foi instrumento concebido para prevenir e reparar danos ocasionados a direitos difusos. Instituto, portanto, criado para atuar na seara da responsabilidade civil, evitando o ajuizamento de ações coletivas, e não para interferir na responsabilidade administrativa e penal já existente pela prática de ilícitos ambientais. O Termo de Compromisso não autoriza o administrador público a fazer concessões sobre direitos indisponíveis, no máximo, pode conferir prazo para a regularização, evitando a aplicação de sanções futuras.

O Decreto exorbita o seu poder regulamentar, pois não há em lei qualquer artigo que autorize o seu uso com o fim de minorar a responsabilidade administrativa. O próprio artigo 225, § 3°, da Constituição Federal, aliás, deixa claro que a reparação do dano pelo infrator ambiental não
o exime da responsabilidade administrativa e penal decorrente da prática do ilícito. Fica claro, portanto, que a reparação dos prejuízos ocasionados ao meio ambiente não pode servir de escusa para a redução da multa administrativa, sob pena de violação ao princípio da legalidade administrativa e do próprio dispositivo constitucional em voga.

Tendo isso em vista, é imperiosa a necessidade de revisão do artigo 60 do Decreto n° 3.179/99 bem como da modificação dos critérios utilizados pelo IBAMA para a realização dos termos de compromisso que vêm sendo realizados.

5. 4. CONCLUSÕES

Esta Comissão buscou o entendimento aprofundado dos temas que abrangeu, quais sejam, o tráfico de animais silvestres, a biopirataria e a extração e comércio ilegais de madeira, pautando seu trabalho na realização de audiências públicas com a presença de técnicos qualificados e na investigação de casos que pudessem subsidiar uma ação mais propositiva por parte desta CPI.

Com 3,57 milhões de km² de florestas tropicais, 30% das florestas tropicais do mundo, o Brasil guarda em seu território quase 20% de todas as espécies da flora e fauna já catalogadas e tem sete áreas reconhecidas pela UNESCO como Sítios do Patrimônio Mundial Natural. Considerando os números que envolvem essa rica biodiversidade e o fato de que uma das maiores preocupações contemporâneas tem sido a perigosa perda de diversidade biológica, resta ao País reforçar a preocupação com a conservação dos recursos genéticos e a sustentabilidade de seus usos.

Além disso, as potencialidades de exploração do patrimônio genético trazem novas perspectivas para o próprio desenvolvimento econômico e social do País. Essa possibilidade não pode ser menosprezada frente à miséria que assola as comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais, que são, freqüentemente, arregimentadas por quadrilhas de traficantes, por valores irrisórios, para a captura de plantas e animais silvestres, gerando um ciclo vicioso em que todos perdem.
É obrigação de nossa geração identificar formas de combater esse estado de coisas. Para isso, são necessárias intervenções educacionais, sócio-econômicas e fiscalizatórias, medidas mais eficazes quando implementadas simultaneamente. A mudança social profunda necessária para se eliminar a pobreza, a desigualdade e a exclusão que alimentam a biopirataria, o tráfico de animais e a exploração e comércio ilegais de madeira claramente não estão dentro das possibilidades de ação da CPI. No entanto, ela pode ser uma ferramenta valiosíssima para alavancar este processo. Não se pode perder de vista que o primeiro ponto para tratar as questões é reconhecê-las, e este foi o objetivo maior dos trabalhos da Comissão.

Neste contexto, buscou-se ouvir testemunhas que pudessem contribuir com a discussão em torno dos temas tratados pela CPI. As oitivas e as investigações, conduzidas por esta Comissão, reavivaram velhas questões já discutidas em outros fóruns, inclusive nesta Casa, entre outras oportunidades, como por ocasião da CPITRAFI. Agora, novamente apresentaram-se problemas extremamente complexos, que abrangem não só infrações penais ou administrativas, mas também recorrentes mazelas advindas da má gestão pública e da verdadeira omissão da legislação frente às questões inerentes ao acesso ao patrimônio genético e à repartição de benefícios.

Por diversas vezes, os depoimentos trouxeram situações já retratadas no decorrer da CPITRAFI, e que haviam sido objeto de recomendação no relatório anterior, o que evidencia o pouco progresso alcançado no trato das questões aqui apreciadas. A constatação maior do verdadeiro menosprezo do Poder Executivo pelas recomendações apresentadas no relatório da CPITRAFI ocorreu na audiência pública do dia 08/06/05, quando o Procurador Geral do IBAMA, Sr. Sebastião Azevedo, declarou textualmente não o ter lido.

Com o intuito de demonstrar a dimensão desse menoscabo, fez-se um levantamento das recomendações constantes no relatório anterior que continuaram sendo objeto de sugestões por parte dos depoentes, constantes no item 4.1.1. Algumas delas puderam ser mais bem esclarecidas e detalhadas. Neste caso, elas também constam no rol das
recomendações desta CPIBIOP, agrupadas de acordo com o tema específico a que se referem, no item 4.1.2.

4.1. RECOMENDAÇÕES

4.1.1. Recomendações da CPITRAFI

As recomendações da CPITRAFI serão expostas na mesma ordem em que foram apresentadas em seu relatório, porém com pequenas alterações, destacadas entre colchetes, em razão da nova realidade apurada pela CPIBIOP. Foram retiradas as recomendações que não mais se aplicam, por terem sido cumpridas ou parcialmente cumpridas, bem como as que se referem a assunto não abordado pela CPIBIOP.

1. RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL

- Nos diferentes níveis de governo, as políticas ambientais devem ser concebidas e implementadas de forma articulada [e planejada] com as outras políticas setoriais, como as referentes a desenvolvimento agrário, agricultura, ciência e tecnologia, [educação], indústria e comércio, entre outras.

- O Poder Executivo e o Legislativo devem envidar esforços conjuntos no sentido de aprovar uma lei complementar regulando a competência comum de União, Estados e Municípios no trato da questão ambiental, com base no art. 23, parágrafo único, e incisos VI, VII e [XI] da Constituição Federal. Sugere-se que nesse trabalho de elaboração legislativa haja uma ampla negociação com Estados e Municípios, que pode ser coordenada pelo CONAMA.

- O Poder Executivo deve organizar a atuação do Ministério do Meio Ambiente e dos órgãos e agências que compõem esse ministério, de forma a eliminar sobreposições [...].

- [É necessária a urgente implantação de serviços especializados de combate e apuração dos ilícitos ambientais nas estruturas policiais, judiciárias e no
ministério público].

- O IBAMA deve estar devidamente estruturado para exercer as atividades de controle e fiscalização ambiental sob sua responsabilidade, tanto em termos de recursos materiais, [com a adoção das inovações tecnológicas disponíveis], quanto em termos de servidores em número suficiente, [devidamente capacitados] e com remuneração adequada. Para tanto, é urgente a implementação das reformas administrativas já aprovadas para o instituto, com o prosseguimento dos concursos, estruturação das carreiras, etc., bem como a instalação de centro de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

- [É necessária a] criação, no âmbito do IBAMA, de um núcleo específico de investigação e pesquisa dos crimes ambientais que atue, entre outros aspectos, no aprofundamento do relacionamento do instituto com as diferentes organizações policiais e judiciais.

- [É necessário] um grande esforço das autoridades competentes de combate à corrupção nos órgãos componentes do SISNAMA e em todos os outros órgãos que, direta ou indiretamente, atuam na questão ambiental.

- Deve ser assegurada a existência de fiscalização ambiental nos principais portos e aeroportos do País. Para isso, impõe-se a presença permanente das agências ambientais nos portos e aeroportos, ou a efetivação de parcerias com as estruturas policiais e fiscais que atuam nesses locais.

- Os documentos de exportação de espécimes, produtos e subprodutos da fauna e da flora devem incluir em seu conteúdo o número e outras informações relevantes sobre a respectiva licença ou autorização ambiental.

- Os órgãos competentes do SISNAMA devem disponibilizar para a população informações sobre as licenças e atos autorizativos por eles concedidos, preferencialmente por meio da internet.
O Governo Federal precisa estudar e propor, com urgência, soluções para os problemas ambientais que ocorrem nas áreas indígenas, englobando a superposição de áreas indígenas e unidades de conservação, a extração ilegal de madeira, [extração mineral] e a captura de animais silvestres, e outros ilícitos ambientais que ocorrem nessas áreas.

As normas que fixam os valores das fianças para liberdade provisória devem ser revistas. Os valores hoje irrissórios estimulam a prática de ilícitos ambientais.

O Governo Federal deve manter permanentes negociações com os países limítrofes, tendo em vista evitar que políticas ou normas ambientais mais flexíveis do que as brasileiras sejam usadas para respaldar a comercialização ilegal de animais da fauna silvestre brasileira ou de madeira extraída de nossas florestas, a biopirataria, [o transporte de resíduos perigosos] e outros ilícitos ambientais. Para maior eficácia, sugere-se que o resultado das negociações seja formalizado por meio de acordos bilaterais ou regionais.

Os Estados devem, com o apoio da União, agilizar o seu zoneamento ecológico-econômico, instrumento fundamental para a garantia de padrões sustentáveis de desenvolvimento, [com a utilização de metodologias compatíveis entre si].

A atuação governamental na Amazônia deve partir de uma estratégia ampla de desenvolvimento regional, [com a definição de um novo modelo de ocupação e exploração econômica] que passa pela solução de questões complexas como a fundiária, até a simples emissão de documentos pessoais dos seus habitantes. Os problemas de degradação ambiental não podem ser enfrentados de forma isolada.

[É necessário] que se [otimize e] aumente o volume de recursos públicos direcionados a pesquisas referentes à diversidade biológica, especialmente para os projetos implementados por instituições públicas de pesquisa.
[É necessário] que se [otimize e] aumente o volume de recursos públicos direcionados às atividades de controle e fiscalização ambiental.

2. TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

a) Aperfeiçoamento da legislação federal

- A Lei nº 5.197, de 1967, que trata da proteção à fauna silvestre, necessita de ajustes e complementações. Sugere-se um trabalho amplo de reformulação desse diploma legal, que corrija os problemas de incoerência interna em seu conteúdo e traga para o nível de lei as regras básicas sobre os criadouros de animais silvestres. Também é importante a revogação expressa dos tipos penais constantes da Lei 5.197/67 que foram revogados tacitamente pela Lei nº 9.605, de 1998.

- [Devem ser revistas] as regras que regem os procedimentos administrativos para aprovação de projetos de criadouros, de forma a torná-los mais ágeis e com critérios uniformes em todo o território nacional.

b) Organização do sistema de fiscalização e controle

- Os sistemas de controle de pássaros (anilhas, microchips, etc.) devem sofrer avaliação, em esforço conjunto dos órgãos ambientais e criadores legalizados, com vistas a possíveis alterações nas normas em vigor. Sugere-se a pesquisa de soluções porventura encontradas por outros países para o enfrentamento desse problema.

- Devem ser estudadas formas de controle da venda de animais silvestres pela internet. Sugere-se a pesquisa de soluções porventura encontradas por outros países para o enfrentamento desse problema.

- Os diferentes órgãos públicos (IBAMA, Secretaria da Receita Federal,
Ministério da Saúde, Polícia Federal, etc.) devem fortalecer [a fiscalização e] o controle sobre a saída de animais silvestres do País, mediante atuação conjunta.

- Os órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental devem manter programa permanente de vistoria e auditoria de criadouros comerciais e conservacionistas, a fim de controlar eventuais casos de envolvimento com o mercado ilegal.

c) *Instalação de centros de triagem [e destinação]*

- Todos os Estados e as principais cidades do País devem contar com centros de triagem [e destinação] de animais apreendidos pelas ações de fiscalização ambiental, [apesar da existência de 44 centros de triagem, muitos deles em situação precária].

d) *Implantação de programas de geração de renda*

- A União, os Estados e os Municípios, preferencialmente de forma articulada, devem conceber e implantar programas de geração de renda alternativa para comunidades carentes hoje envolvidas no comércio ilegal de animais silvestres.

- O Governo Federal, via BNDES ou outras fontes, deve garantir financiamento para projetos de implantação de criadouros a serem geridos, de forma associativa, por comunidades carentes hoje envolvidas no comércio ilegal de animais silvestres.

e) *Definição de política nacional*

- O Governo Federal deve conceber e implementar uma política nacional direcionada aos animais silvestres, envolvendo os aspectos de proteção ambiental, manejo e comercialização.
A criação e comércio de animais silvestres como uma atividade regular, que observe todos os requisitos das normas ambientais e a legislação como um todo, deve ser incentivada pelo Poder Público.

Os órgãos públicos, como a EMBRAPA e outros, devem participar do esforço de criação em cativeiro de espécies ameaçadas de extinção.

f) Implementação de campanhas educativas

No âmbito das ações de educação ambiental, devem ser implementadas campanhas específicas direcionadas a minimizar o tráfico de animais silvestres.

Sugere-se que o Ministério da Saúde implemente programa de conscientização de que o tráfico de animais silvestres dissemina doenças e pode trazer riscos graves à saúde da população.

Sugere-se que o Ministério do Turismo implemente programa direcionado a minimizar o tráfico de animais silvestres, a partir da conscientização dos turistas.

Sugere-se que o Ministério dos Transportes desenvolva campanhas, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, por meio da sinalização das estradas que funcionam como rotas do tráfico de animais com placas educativas.

3. EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

a) Aperfeiçoamento da legislação federal

O Poder Legislativo necessita envidar todos os esforços possíveis no sentido de aprovar definitivamente a Medida Provisória 2.166-67/01. Destaque-se que
as alterações a serem negociadas no texto atualmente em vigor devem direcionar-se ao aperfeiçoamento da Lei 4.771/65 (Código Florestal), tendo em vista assegurar o desenvolvimento sustentável. Não se pode admitir retrocessos em uma lei tão importante quanto o Código Florestal.

- O Poder Legislativo e o Executivo, em trabalho conjunto, devem debater e efetivar alterações na legislação tributária que criem incentivos para a atividade madeireira realizada em regime de manejo sustentável (alterações na legislação que regula o ITR, o IPI, etc.).

- O Ministério do Meio Ambiente deve, ao mesmo tempo:
  - rever as regras que regem os procedimentos administrativos para licenciamento ambiental de planos de manejo florestal, de forma a eliminar burocracias desnecessárias e exigências demasiadas; e
  - rever as regras que regem as autorizações de desmatamento, de forma a aumentar o nível de controle ambiental sobre as mesmas.

- As normas que regulam a destinação da madeira apreendida (art. 25 da Lei nº 9.605/98) devem ser aperfeiçoadas, a fim de prever-se que as entidades beneficiadas com as doações não possam vender a madeira recebida.

*b) Organização do sistema de fiscalização e controle*

- Deve-se assegurar que o monitoramento das áreas exploradas com o uso de imagens de satélite abranja o País como um todo e seja realizado de forma permanente. As informações obtidas devem estar disponíveis para todos os órgãos ambientais no mais curto período de tempo possível.

- Deve ser incentivada a implementação, em todos os Estados, de sistema de licenciamento ambiental único da propriedade rural, com monitoramento remoto, nos moldes da experiência do Estado do Mato Grosso.

- O sistema de controle do transporte de produtos florestais por meio de
ATPFs precisa ser abandonado o mais rapidamente possível.

- Sugere-se que os planos de manejo florestal atualmente em andamento na Amazônia Legal sejam alvo de controle específico, com monitoramento remoto e pesquisas de campo, com vistas a verificar todas as interferências existentes com terras indígenas e Unidades de Conservação e, também, se os planos estão sendo implantados na área e na forma prevista pela respectiva licença do órgão ambiental. Se necessário, devem ser utilizadas auditorias técnicas independentes.

- Sugere-se o estabelecimento de um convênio entre o IBAMA e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, tendo em vista reforçar o controle sobre as extrações irregulares de pau-brasil e outras essências florestais da Mata Atlântica que ocorrem no sul e extremo-sul da Bahia.

c) Reorientação dos instrumentos de crédito e fomento

- Em áreas com florestas nativas, as agências governamentais que atuam no financiamento de atividades produtivas devem dar prioridade a projetos de manejo florestal, e não aos que implicam na conversão da cobertura vegetal em outros usos econômicos da terra.

- O uso econômico das reservas legais das propriedades privadas, desde que seja assegurada a observância de regime de manejo efetivamente sustentável, deve ser objeto também de ações de crédito e fomento governamentais.

d) Definição de uma política nacional

- O Governo Federal deve conceber e implementar uma política nacional direcionada ao setor florestal, envolvendo os aspectos de proteção ambiental, manejo e comercialização.

- O Poder Público deve incentivar a implantação de sistemas de certificação
florestal.

e) Revisão do modelo de reforma agrária para a Amazônia

- As políticas agrária e florestal devem, necessariamente, ser compatibilizadas.

- As ações de reforma agrária na Amazônia devem ser reorientadas, com a substituição do modelo de implantação de assentamentos baseado no desmatamento por novas formas de assentamento, que privilegiem a proteção ambiental e a exploração florestal em regime de manejo sustentável.

- Devem ser assegurados apoio e assistência técnica para que o pequeno produtor possa realizar o manejo florestal de forma adequada.

f) Criação de pólos moveleiros na Amazônia

- O Poder Público deve incentivar a criação de pólos moveleiros na Amazônia, tendo em vista as vantagens do aproveitamento da madeira próximo às áreas de produção e os benefícios em termos de desenvolvimento regional.

4. BIOPIRATARIA: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

a) Aperfeiçoamento da legislação federal

- O Projeto de Lei nº 7.211, de 2001, do Poder Executivo, deve ser aprovado o mais rapidamente possível pelo Poder Legislativo, assegurados os devidos ajustes de redação. É indiscutível a urgência em estabelecermos penalidades para os crimes cometidos contra a integridade de nossa biodiversidade e contra o interesse estratégico do País de conservação e uso sustentável de nosso patrimônio genético.

- O Poder Legislativo deve direcionar esforços no sentido de converter
rapidamente em lei a Medida nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, assegurados todos os ajustes que sejam considerados necessários.

- Complementando o conteúdo hoje presente na MP 2.186-16/01, o Poder Legislativo deve estudar a viabilidade de uma lei específica regulando as formas de compensação, inclusive financeira, às comunidades tradicionais em função do uso de seus conhecimentos associados a componentes do patrimônio genético.

*b) Organização do sistema de fiscalização e controle*

- Merece avaliação específica a estrutura de funcionamento do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, a fim de garantir um sistema eficiente de controle das atividades de bioprospecção e pesquisa em geral que envolvam componentes do patrimônio genético.

- Deve-se assegurar que as populações detentoras de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético (indígenas e comunidades tradicionais), tenham representação no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, na qualidade de membros natos.

- Os agentes dos diferentes órgãos de fiscalização e controle devem passar por programas de capacitação para trabalhar com o tema patrimônio genético. Para tanto, sugere-se a efetivação de parcerias formais entre instituições de pesquisa e órgãos de fiscalização e controle.

- Os convênios entre instituições de ensino/pesquisa brasileiras e instituições estrangeiras, que envolvam coleta ou remessa de amostras de componentes do patrimônio genético, devem ser auditados, tendo em vista verificar a sua compatibilidade com as exigências da MP 2.186-16/01.

- Devem ser implementadas políticas públicas específicas, com vistas ao
atendimento das comunidades carentes identificadas como coletoras de material para ações de biopirataria.

- O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético deve articular-se com o Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia e demais órgãos e instituições públicas que financiem ou controlem a execução de projetos de pesquisa que envolvam acesso e remessa de amostras de componentes do patrimônio genético, para que essas instituições exijam o cumprimento da legislação pertinente.

c) Fomento das atividades de pesquisa

- Faz-se essencial que se aumente o volume de recursos públicos direcionados a pesquisas referentes ao patrimônio genético, especialmente para os projetos implementados por instituições públicas de pesquisa.

- Os requisitos para a contrapartida nacional em projetos de pesquisa na Amazônia em parceria com instituições estrangeiras devem incluir a participação das instituições regionais.

- O Governo Federal, em conjunto com os Estados da região, deve conceber e implantar uma política de formação e fixação de pesquisadores para a Amazônia.

- Deve-se garantir a correta e eficaz implementação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – PROBEM e das atividades previstas para o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

d) Avaliação das patentes existentes

- O Governo Brasileiro deve promover esforços no sentido de conhecer e avaliar todas as patentes internacionais relacionadas a princípios ativos
originados na flora e fauna brasileiras, tendo em vista futuras ações de cancelamento das patentes irregulares.

5. Relatório da CPITRAFI – Informações Complementares

Apresentam-se a seguir as principais rotas e pontos de captura e comercialização utilizados no âmbito do tráfico de animais silvestres no País, reproduzindo informações do relatório da CPITRAFI:

**Principais rotas**:

- o rio Madeira, no trecho Manaus/Manicoré/Porto Velho/Guajará-Mirim, com saída para a Bolívia;
- de Feira de Santana (BA), saindo pela BR-101 para Itabuna (BA), Serra (ES), e depois para o Rio de Janeiro;
- de Barra do Tarrachil (BA), pela BR-116 para Feira de Santana (BA), e depois para São Paulo via Belo Horizonte;
- de Barreiras (BA) para Brasília via BR-020 e depois de Brasília para Belo Horizonte via BR-040;
- a BR-230, saindo da Paraíba e passando por Picos (PI), até Carolina (MA), e do Maranhão entrando em Tocantins, via BR-010, rumo a Goiânia e São Paulo;
- de Barreiras (BA) para Canto do Buriti (PI), via BR-135, depois indo para Florianópolis (PI) e Picos (PI), e saindo com direção a Petrolina (PE) - rota utilizada para captura de animais, onde Petrolina funciona como depósito para distribuição em nível nacional;
- a BR-153, no Tocantins, passando por Goiânia e tendo por ponto final a cidade de Marília (SP);
- a BR-163, desde Cuiabá (MT), passando por Dourados (MS) e tendo por destino a região metropolitana de São Paulo;

---

5 Verificar as novas rotas elencadas no item 3.3.1.4. - Tráfico de Psitacídeos na região do Raso da Catarina e entorno – BA.
a BR-070, saindo de Cáceres (MT) para Jaraguá (GO) e indo, via BR-153, para Anápolis e São Paulo;

a BR-116/251, saindo de Cândido Sales (BA) para Montes Claros (MG) e, depois, para São Paulo e Rio de Janeiro;

a BR-116, saindo da região de Feira de Santana (BA) e indo via BR-290 para Santana do Livramento e Uruguaiana (RS), tendo como destino a Argentina, o Uruguai e o Paraguai; e

os aeroportos de Fortaleza, Teresina, Palmas, Belém, Manaus, Brasília, Salvador, Ilhéus, Recife, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo e Foz do Iguaçu, além de vários campos de pouso de pequeno porte.

Principais pontos de captura:

na Bahia: Campo Formoso; Jeremoabo; Canudos; Canché; Ribeira do Pombal; Euclides da Cunha; Uauá; Tucano; Ibotirama; Cocos; São João do Paraíso; Morro do Chapéu; Itaberaba; e Amargosa;

no Piauí: Floriano; Canto do Buriti; Piripiri; Corrente; Gilbues; Santa Filomena; Barreiras; São Gonçalo do Gurguéia; e Monte Alegre;

em Pernambuco: Petrolândia; Serra Talhada; e Salgueiro;

em Tocantins: Lizarda; Serra do Jalapão; Mateiros; Santa Rosa; Centenário; Recursolândia; Silvanópolis; Araguanã; Ponte Alta; Araguaçu; e Ilha do Bananal;

no Maranhão: Curupá; Fazenda Falha; Alto Parnaíba; Tasso Fragoso; Balsas; Guadalupe; Barão do Grajaú; Zé Doca; e Buriticupu;

no Pará: Ilha de Marajó; Redenção; Xinguara; Repartimento; Parauapebas; Conceição do Araguaia; Bragança; Santarém; e Serra dos Carajás;

na Paraíba: Patos; Pombal; Souza; e Cajazeiras;
- no Ceará: Crateús; São Benedito; Ubajara; Araripe; e Jati;
- no Rio Grande do Norte: Caicó; Jardim do Seridó; e Currais Novos;
- em Sergipe: Tobias Barreto; Cristinápolis; e Nossa Senhora da Glória;
- em Alagoas: Pão de Açúcar; Palestina; e Paricânia;
- no Rio Grande do Sul, banhado do Taim;
- no Mato Grosso: Poconé; Cáceres; Chapada dos Guimarães; e todo o Pantanal;
- no Mato Grosso do Sul: Bonito e Pantanal;
- em Goiás: Chapada dos Veadeiros; São Miguel do Araguaia; e Bonópolis;
- em Minas Gerais: Buritis; Serra das Araras; Serra dos Gaúchos; Parque Nacional Grande Sertão Veredas; e Urupuia; e
- em São Paulo, o Vale do Ribeira.

**Principais pontos de venda:**

- no Distrito Federal: “feira do rolo” de Samambaia Sul e Ceilândia Sul;
- em Goiás: feira do Pedregal (entorno de Brasília);
- no Pará: Mercado de Ver-o-Peso, em Belém;
- em Alagoas: feira de Arapiraca;
- em Pernambuco: feiras de Madalena (Recife), Caruaru, Bodocó e Cabrobó;
- na Paraíba: feiras de João Pessoa e Patos;
- em Sergipe: feira de Itabaiana;
- no Rio de Janeiro: feira de Duque de Caxias;
- em São Paulo: feiras de Diadema e Guarulhos;
• na Bahia: feiras de Feira de Santana, Jequié, Milagres e Itatim;
• no Piauí: “feira do rolo” de Teresina.

4.1.2. Recomendações da CPIBIOPI

A complexidade e a gravidade das denúncias e problemas investigados pela CPIBIOPI impingem-lhe a apresentação de sugestões de cunho técnico metodológico, visando mudanças estruturais tanto no arcabouço legal quanto nas políticas públicas.

4.1.2.1. RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL

a. Legislação

• Devem-se rever as sanções penais previstas na Lei nº 9.605/98, para os crimes que atingem a sociedade e a economia brasileira de forma mais grave, retirando-os do âmbito de aplicação da Lei nº 9.099 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais).

• Devem-se rever, também, as normas que regulam o instituto da fiança no País, que se encontra completamente desprestigiado. Em diversos crimes ambientais, por exemplo, o valor pago pelo autor da infração é ínfimo, contribuindo para ineficácia da lei ambiental, para a desvalorização do trabalho policial e para o descrédito do próprio processo penal.

• Faz-se necessário debater amplamente e agilizar a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 12/03, que define normas para a cooperação entre a União Federal, Estados, DF e Municípios no que diz respeito à proteção ao meio ambiente.

• Impõem-se a revisão das normas que regulam a apreensão e confisco do instrumento e do produto da infração ambiental.
• As normas que regulam os Termos de Ajustamento de Conduta precisam ser revistas, de forma a evitar que o TAC seja utilizado para viabilizar a não observância da legislação ambiental.

• Deve ser criado um grupo de trabalho formado por representantes da FUNAI, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de disciplinar e normatizar a questão da produção e comercialização do artesanato indígena. Sugere-se que o referido grupo estabeleça a vedação da comercialização de artesanato que utilize partes de animais, inclusive os de arte plumária.

• Deve-se agilizar a aprovação do novo Estatuto das Sociedades Indígenas, assegurados os ajustes considerados necessários;

• O Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deve estudar a viabilidade de se estabelecer a exigência de certificação ambiental para comercialização da produção agropecuária, elaborando os instrumentos normativos necessários para tanto.

• A discussão da PEC nº 374/05, de autoria do Deputado Federal Dr. Rosinha e outros, que dispõe sobre a estatização dos cartórios, necessita ser agilizada.

• É recomendável a criação de um grupo de trabalho, para promover ampla discussão com os Parlamentares e a sociedade civil, em torno das propostas de emendas à Constituição que instituem a Justiça Agrária.

• É premente a reestruturação do grupo de trabalho criado com base no art. 57 do SNUC, de modo a definir regras, prazos e metas a serem atingidas para que se resolva definitivamente os conflitos fundiários existentes entre Unidades de Conservação e as Terras Indígenas.
b. Políticas Públicas

b.1. Controle e Fiscalização Ambiental

- O IBAMA deve implantar um sistema de inteligência para apoiar as atividades de controle e fiscalização ambiental da autarquia. Tal sistema deve ser dotado de todas as condições necessárias para sua operação, como a lotação de pessoal treinado e a provisão dos equipamentos necessários. Merece ser transcrita recomendação nesse sentido apresentada pela CPITRAFI:

> As atividades de controle e fiscalização ambiental das infrações cometidas contra o meio ambiente devem ser intensificadas e sofrer reorientação, de forma a que as ações dos diferentes órgãos sejam concebidas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, em parcerias, bem como sejam apoiadas por recursos de alta tecnologia e serviços de inteligência. Sugere-se que os diferentes órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização, inclusive, formalizem o compartilhamento de responsabilidades, mediante termos de cooperação técnica e outros atos. (grifou-se).

- Devem-se aumentar significativamente os recursos orçamentários atualmente destinados às atividades de fiscalização ambiental. Essa recomendação assume relevância ainda maior diante das atribuições conferidas aos órgãos de fiscalização ambiental previstas na Lei de Gestão de Florestas Públicas.

- O IBAMA deve estruturar um sistema específico voltado a assegurar o pagamento das multas aplicadas pela fiscalização ambiental. A possibilidade de recursos assegurada por lei com base no direito à ampla defesa não pode levar a excessos. O órgão deve ter agilidade para efetivar todas as medidas administrativas e judiciais necessárias para garantir o pagamento das multas aplicadas aos infratores.

- O IBAMA precisa criar mecanismos para manter um controle sistêmico e
permanente dos processos administrativos relativos às multas e outras sanções aplicadas pela fiscalização ambiental.

- O IBAMA precisa organizar-se para manter o controle permanente dos animais, madeiras e outros produtos apreendidos pela fiscalização entregues a fiéis depositários. Precisa, também, restringir os casos em que se nomeia o próprio infrator como fiel depositário a situações realmente excepcionais e justificáveis.

- O IBAMA necessita aperfeiçoar o sistema de processamento das denúncias recebidas por meio da Linha Verde. Com percentuais baixos de atendimento, a tendência é que os cidadãos se sintam desestimulados a apresentar denúncias, situação que traz conseqüências negativas evidentes para a eficácia do sistema de fiscalização ambiental.

- O IBAMA deve estruturar-se de forma a manter os serviços de fiscalização funcionando de forma ininterrupta, inclusive nos finais de semana e feriado.

- É primordial que se estruturem ações integradas voltadas à capacitação, investigação e fiscalização no que se refere à questão ambiental, envolvendo a Polícia Federal, IBAMA, INCRA e FUNAI, especialmente em relação aos temas em que não se tem experiência acumulada, como biopirataria, OGM e outros.

- O sistema SIPAM/SIVAM pode e deve ser utilizado pelos órgãos fundiários e ambientais, como ferramenta de planejamento e fiscalização.

- Impõe-se a estruturação de parceria entre o IBAMA e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, de modo que as exportações enviadas por ela sejam mais bem controladas, com a verificação e comprovação da legalidade da mercadoria, visando coibir o tráfico de fauna e flora silvestres e a biopirataria.
• A fiscalização nos principais portos e aeroportos do País precisa ser intensificada, não só nos aeroportos internacionais, mas também nos aeroportos nacionais de maior incidência de tráfico de animais e biopirataria.

• Impõe-se parceria entre o IBAMA e a INFRAERO, visando promover ações de conscientização dos funcionários para que eles identifiquem ilícitos relativos à fauna, flora e biopirataria, e, de forma geral, a atuação conjunta no controle do transporte de produtos originários da fauna e da flora.

• As vinte e sete delegacias da Polícia Federal especializadas em infrações ambientais já instaladas devem ser estruturadas, de forma a propiciar maior eficácia no desempenho das atividades sob sua responsabilidade.

• Devem ser realizados concursos públicos para recompor o efetivo humano da Polícia Federal e do IBAMA, com a garantia de que sejam lotados nas atividades fim de fiscalização e combate ao tráfico de animais, à extração e comércio ilegal da madeira e à biopirataria.

• O IBAMA deve estruturar um programa de treinamento amplo para seus servidores, e, também, cursos de formação consistentes, voltados aos recém-concursados, abrangendo todas as áreas de atuação da autarquia. Preferencialmente, deve ser criada estrutura autônoma ligada ao IBAMA, direcionada especificamente ao treinamento de servidores.

• O IBAMA deve estabelecer normas e promover a ampla divulgação dos limites das atribuições de cada um de seus servidores, principalmente os ocupantes de cargos de chefia, tendo em vista evitar os casos de irregularidades nas ações administrativas a cargo de seus servidores.

b.2. Ações de Cunho Social e Econômico

• As políticas públicas de cunho social e ambiental devem buscar alternativas
conjuntas de geração de renda para as comunidades carentes que vivem a serviço do tráfico de animais silvestres, da extração e comércio ilegais da madeira e da biopirataria.

- Impõe-se a implantação em larga escala de modelos de assentamentos sustentáveis, como os Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE -, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS -, as Reservas Extrativistas – RESEX e os Projetos de Assentamento de Produção Florestal – PDF.

- O programa de regularização fundiária necessita ser agilizado na Amazônia, dotando-se o INCRA dos recursos humanos e materiais necessários para atingir os objetivos propostos em curto espaço de tempo.


- As políticas de incentivo ao desenvolvimento da biotecnologia nacional merecem reforço significativo.

**b.3. Outras Ações de Caráter Geral**

Além das medidas já expostas em relação à fiscalização e controle e às ações de cunho social e econômico, esta CPI apresenta as seguintes recomendações também de caráter geral:

- acelerar a finalização dos trabalhos relativos ao zoneamento ecológico-econômico dos estados da região Norte, sob metodologia unificada, assegurando sua compatibilidade com a legislação federal;
• desenvolver campanha nacional de conscientização ambiental, com foco nas agências de turismo e nos hotéis, principalmente naqueles incrustados em áreas de difícil acesso;

• estudar e efetivar alterações nos procedimentos de correição dos cartórios, tornando mais rígida a fiscalização e garantindo a eficácia das recomendações e punições dos órgãos corregedores;

• institucionalizar uma política nacional de infra-estrutura de dados, que obrigue o governo a disponibilizar na internet tudo o que não for secreto;

• fortalecer os vínculos entre os países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, por meio da proposição de uma agenda internacional a ser explorada pelos países membros;

• adoção, por parte do governo, das providências necessárias para que ocorra a Conferência Nacional dos Povos Indígenas e para que se efetivem as diretrizes a serem elencadas no evento;

• estudar a viabilidade de redirecionamento dos fundos ecológicos para remunerar os serviços ambientais prestados pelos povos indígenas como contribuição na direção da sustentabilidade, visando promover uma maior eficiência econômica das políticas públicas e a devida equidade sócio-ambiental.

4.1.2.2. TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES – Recomendações Específicas

a. Legislação

Há necessidade de aprovar, no menor tempo possível e assegurados os ajustes considerados necessários, o PL nº 347/03, de autoria da CPI anterior, que procura apenar com maior rigidez os casos de tráfico de
animais silvestres praticados em grande escala. Além disso, e observadas as recomendações da CPITRAFI já transcritas, esta CPI entende que se faz importante apresentar as seguintes recomendações em termos de legislação:

- atualizar a Lei de Proteção à Fauna Silvestre (Lei nº 5.197/67);

- rever os atos normativos que regulam os diferentes tipos de criadouros;

- promover debates sobre a distribuição de competências entre União, Estados e Municípios em relação à proteção da fauna silvestre, tendo em vista propor os ajustes que se fizerem necessários na legislação em vigor e, também, aperfeiçoar o conteúdo do PLP nº 12/03;

- harmonizar as regulamentações, hoje discrepantes, dos órgãos governamentais envolvidos na importação de fauna – IBAMA, Ministério da Agricultura, Receita Federal e Polícia Federal;

- reformular as regras relativas à comercialização dos peixes ornamentais, visando possibilitar um controle efetivo do tráfico e, especialmente, coibir a exportação dos peixes ornamentais como pescado.

b. Políticas Públicas

Praticamente a totalidade das recomendações da CPITRAFI em relação ao controle do tráfico de animais silvestres permanece válida, como se destacou no item 4.1.1.2. Além dos apontamentos feitos no referido item, esta CPI entende ser necessário apresentar as seguintes recomendações em termos de políticas públicas:

- buscar firmar acordos multilaterais envolvendo países vizinhos e os principais países destinatários do tráfico de animais silvestres;

- promover auditorias periódicas nos criadouros comerciais, com a finalidade
de verificar a procedência dos animais lá existentes;

- incluir os aeroportos domésticos, localizados em locais mais críticos de tráfico de animais e biopirataria, no programa aeroportuário desenvolvido pelo IBAMA;

- intensificar as ações de fiscalização nos criadouros, feiras livres e principais rotas de tráfico, apontadas no relatório da CPITRAFI e neste relatório;

- promover ações rigorosas e campanhas maciças de educação ambiental, com a participação efetiva das prefeituras municipais, voltadas a coibir a venda de animais silvestres em feiras livres;

- alocar recursos e viabilizar parcerias para a implantação de um maior número de programas de reintrodução de fauna silvestre na natureza;

- o IBAMA e outros órgãos que atuam na fiscalização do tráfico de animais silvestres, com o apoio do Ministério Público e do Ministério de Justiça, precisam buscar formas legais de impedir a venda de animais por meio da internet;

- viabilizar programas, com instituições parceiras, como o SEBRAE e Universidades, que priorizem a melhoria da condição de vida dos habitantes do entorno das unidades de conservação em que ocorre captura de animais para o tráfico;

- continuar a implantação e o desenvolvimento do Projeto Cetas-Brasil conforme previsto;

- promover a interação entre os CETAS e as instituições de pesquisa que detêm acervos científicos (coleções zoológicas), com vistas à correta identificação da fauna apreendida, bem como da destinação de parte do
material a atividades acadêmicas (ensino e pesquisa) desenvolvidas por essas entidades;

- evitar que os animais destinados aos CETAS sejam encaminhados a instituições destituídas de caráter acadêmico, tendo em vista as irregularidades, quizá graves ilegalidades, na destinação de animais do Zoológico de Goiânia ao Museu Ornitológico;

- elaborar cartilha, a ser distribuída aos fiscais dos órgãos ambientais e à Polícia, contendo os principais procedimentos para minimizar a taxa de mortalidade dos animais apreendidos antes de seu encaminhamento aos Centros de Triagem - CETAS;

- implantar sistema de gerenciamento de banco de dados desenvolvido para a Coordenação Geral de Fauna do IBAMA, com objetivo de centralizar as informações de todos os plantéis de zoológicos, assegurando-se à instituição os recursos materiais, humanos e financeiros para que mantenha e aperfeiçoe o sistema;

- criar um CETAS em Paulo Afonso, próximo dos principais pontos de escoamento do tráfico no Estado da Bahia;

- o IBAMA e o Ministério Público devem analisar as guias de transporte de peixes ornamentais (e dos quantitativos envolvidos) emitidas pelas gerências do IBAMA em Estados exportadores, bem como os relatórios de fiscalização, com vistas ao cruzamento de informações e estimativa da dimensão da exportação ilegal;

- fortalecer as iniciativas do IBAMA/CEMAVE voltadas à proteção das araras-azuis-de-lear na região do Raso da Catarina, assegurada a participação das pessoas físicas e entidades que atuam na região em prol da proteção desses animais;
• desenvolver estudos voltados a assegurar a reintrodução dos espécimes de araras-azuis-de-lear capturados em mão de traficantes na própria região do Raso da Catarina;

• o IBAMA/CEMAVE deve efetuar censos periódicos dos espécimes de araras-azuis-de-lear no Raso da Catarina, com a participação das Universidades da Bahia e de Feira de Santana, bem como de escolas agrícolas da região;

• o MMA e o IBAMA precisam implementar projetos de desenvolvimento social voltados à população carente que habita na região do Raso da Catarina;

• o IBAMA deve fiscalizar de forma sistemática as atividades relacionadas ao turismo ecológico na região do Raso da Catarina, bem como apoiar as iniciativas nesse campo consideradas corretas do ponto de vista ambiental e social.

4.1.2.3. BIOPIRATARIA – Recomendações Específicas

a. Legislação

A legislação que regula, internamente ao País, a gestão do patrimônio genético, infelizmente, encontra-se ainda regida por Medida Provisória, a MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Há vários anos, o Congresso Nacional debate proposições relacionadas ao tema, sem conseguir chegar a um texto que regule de forma definitiva essa importante questão. O impasse hoje marca tanto o Legislativo quanto o Poder Executivo, o qual vem discutindo um anteprojeto de lei para substituir a citada MP desde o governo anterior. A promessa de envio do texto ao Congresso Nacional antes da COP8 não foi cumprida até agora.

Essa CPI apresenta as seguintes recomendações a esse respeito:
• rever as normas constantes da MP 2.186-01, visando a:

  a) aprimorar os mecanismos de repartição de benefícios;
  b) facilitar as regras de acesso para a pesquisa;
  c) determinar o fato gerador para efeito de repartição de benefícios;
  d) ampliar a segurança jurídica para a bioprospecção.

• finalizar a tramitação do Projeto de Lei nº 7.211/02 que prevê o tipo penal de biopirataria, assegurando que ele seja apenado com sanções severas, e que se permita aos operadores da fiscalização dispor de todas as ferramentas investigativas necessárias;

• tipificar como crime a apropriação dos conhecimentos tradicionais de comunidades locais;

• definir a titularidade do patrimônio genético, finalizando-se as discussões em torno da PEC nº 618/1998, de modo a consagrar o patrimônio genético como bem da União, assegurada a previsão de repartição de benefícios envolvendo Estados, Municípios e comunidades tradicionais;

• independente de qualquer regulamentação, garantir a aplicação plena e imediata da determinação expressa no art. 31 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, qual seja “a informação pelo requerente da origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso”, pelo órgão governamental responsável pela concessão de patentes.

Além disso, com relação às propostas de alterações no art. 10, IX, da legislação brasileira de propriedade industrial (Lei nº 9.279/96), recomenda-se o não apoioamento às iniciativas legislativas em tramitação no Congresso Nacional (PL 2.695/93 e outros). Tal dispositivo estabelece que não se considera invenção, não sendo portanto patenteável “o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda
que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos naturais”. Assim, ainda que tal assunto tenha suscitado opiniões divergentes entre os diversos especialistas ouvidos em audiências públicas, a CPI recomenda a manutenção da redação atual da legislação — que preserva um dos fundamentos basilares do patenteamento, qual seja, a necessidade da invenção — e acredita que ela não restringe os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área biotecnológica.

b. Políticas Públicas

Em termos de ações de políticas públicas relacionadas à gestão do patrimônio genético brasileiro, esta CPI apresenta as seguintes recomendações:

- fortalecer os órgãos componentes do SISNAMA do ponto de vista institucional, com a garantia de que se aportem recursos para a ação específica de combate à biopirataria e para a capacitação dirigida à interface biodiversidade/propriedade intelectual;

- promover a ampliação do controle social no acompanhamento dos contratos aprovados pelo CGEN, bem como a participação das populações tradicionais da Amazônia nas discussões sobre biopirataria,

- implantar o Programa Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Validação Clínica de Produtos Naturais, visando a produção e comercialização de produtos fitoterápicos naturais de forma ética e com a participação das comunidades tradicionais;

- implantar o Programa Nacional de Registro Etnobiológico, visando a proteção do conhecimento tradicional e a articulação política entre os Estados e Países da Amazônia;

- implantar um sistema de controle permanente das atividades desenvolvidas por organizações não-governamentais em terras indígenas, com a participação
da FUNAI e outros órgãos;

- a FUNAI deve envidar esforços no sentido de multiplicar, para outras regiões, o Projeto Aldeias Vigilantes, que visa combater a biopirataria por meio da capacitação das comunidades indígenas e da estruturação de sistemas de vigilância e fiscalização. Atualmente o programa é conduzido pela Amazonlink apenas no estado do Acre e conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente;

- os servidores da FUNAI devem receber treinamento específico sobre as questões relacionadas à proteção do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, bem como para evitar ações de aliciamento das comunidades indígenas;

- a FUNAI, se necessário com o apoio do IBAMA e outros órgãos, deve auditar os contratos e convênios em vigor voltados à produção de mapeamentos culturais de parques indígenas ou atividades semelhantes, tendo em vista verificar possíveis ações de acesso irregular ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

c. Ciência e Tecnologia

Há uma série de medidas no campo da ciência e tecnologia necessárias para o controle eficiente da biopirataria no País, e de uma forma ampla para a garantia de uma gestão sustentável dos recursos do patrimônio genético brasileiro. Estima-se que, atualmente, não conhecemos nem 20% da nossa própria biodiversidade. Nessa linha, a CPIBIOPI conclui pela seguintes recomendações: assegurar investimentos mais significativos em ciência e tecnologia, nas atividades de bioprospecção, de inventário biológico e de desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos da nossa biodiversidade;

- tendo em vista a postergação, sine die, da apresentação do projeto de lei sobre acesso ao patrimônio genético em elaboração pelo Governo federal,
revisar a legislação em vigor, de modo a estimular as pesquisas relacionadas à nossa biodiversidade e ao mesmo tempo garantir o cumprimento de metas da Convenção sobre Diversidade Biológica;

- revisar as normas que regulam o controle da atividade de pesquisa, fortalecendo o sistema nacional de ciência e tecnologia, de modo a reduzir a informalidade na cooperação entre centros de pesquisa brasileiros e entidades estrangeiras;

- facilitar e incentivar o registro de conhecimentos e inovações produzidas por instituições de pesquisas brasileiras;

- incrementar as coleções científicas e aumentar a capacidade técnica da pesquisa na Amazônia, com o intuito de se ter pontos de coleta cobrindo toda a extensão da região e, assim, possibilitar um maior conhecimento da biodiversidade amazônica;

- promover o fortalecimento dos institutos de pesquisa e universidades já existentes na região amazônica e adotar uma política de contratação de doutores visando estruturar os cursos de graduação e pós-graduação locais;

- definir as linhas de pesquisa estratégicas para a região amazônica, incluindo demandas prioritárias e utilizando os conhecimentos tradicionais.

d. Relações Internacionais

A gestão eficiente e com eqüidade do patrimônio genético brasileiro apresenta interfaces com uma série de acordos internacionais. Pode-se afirmar que a prevenção da biopirataria está muito mais em acordos internacionais, provavelmente, do que em sistemas tradicionais de fiscalização.

Como exemplo, merece apoio a posição do Governo brasileiro, no âmbito do Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio – OMC –, que propõe a inclusão de outros requisitos de natureza formal para fins
de patenteabilidade de produtos e processos obtidos a partir do acesso a componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional a ele associado. Assim, o Acordo TRIPS consolidaria a observância aos princípios orientadores da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB -, quais sejam:

a) a informação da origem do material genético a ser usado em produto comercial;
b) o consentimento prévio e fundamentado para seu uso;
c) a obrigação da repartição dos benefícios advindos do uso comercial do recurso genético.

Essa CPI apresenta as seguintes recomendações em relação às questões internacionais relacionadas ao patrimônio genético:

• sistematizar o levantamento de marcas e patentes que envolvem recursos biológicos e conhecimentos tradicionais, avaliando os possíveis prejuízos socioeconômicos para o Brasil;

• promover todos os esforços possíveis, tendo em vista o cancelamento das patentes irregulares registradas internacionalmente que tenham por base princípios ativos originados na flora e fauna brasileiras;

• buscar alianças no plano internacional, a fim de aprimorar a rastreabilidade de produtos derivados da biodiversidade e discutir critérios e requisitos de patenteabilidade na OMC;

• promover uma ação política contundente no âmbito da OMC, exigindo uma revisão do tratado TRIPs, de modo a considerar os princípios estabelecidos na CDB e o estabelecimento de mecanismos que impeçam a concessão de patentes e o lançamento de produtos sem a autorização do país de origem;

• compatibilizar as normas do TRIPS com as da CDB, buscando incluir novos requisitos de patenteabilidade, como a identificação da localização geográfica e a prova de consentimento prévio fundamentado;
• instituir um sistema *sui generis* de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, incluindo a proteção ao conhecimento tradicional, como um dos temas prioritários a ser discutido no âmbito da definição da política indigenista nacional, bem como dos acordos internacionais;

• pressionar o mecanismo financeiro interino da CDB a apoiar todos os artigos da Convenção, basicamente estimulando as ações de pesquisa e transferência de tecnologia;

• reforçar o posicionamento do país, no sentido de que o produto gerado por meio do uso de recurso genético tenha um certificado de procedência anterior ao patenteamento e a repartição de benefícios seja baseada nele;

• promover campanha de conscientização dos funcionários de embaixadas brasileiras no exterior no sentido de garantir que pesquisadores estrangeiros, em viagens de trabalho, recebam o visto adequado, e não visto de turista, como sabidamente ocorre;

4.1.2.4. EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA – Recomendações Específicas

a. Legislação

• O Poder Legislativo necessita envidar esforços para que os aperfeiçoamentos necessários na legislação que regula a proteção das florestas e demais formas de vegetação sejam efetivados sem a admissão de retrocessos nas conquistas já efetivadas no Direito Ambiental.

• O Ministério do Meio Ambiente necessita revisar as normas em vigor que flexibilizam os processos de ADMs para pequenas propriedades rurais, tendo em vista evitar problemas como os ocorridos no Plano Safra Legal 2004.
O Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA devem elaborar um ato normativo que preveja a moratória por determinado prazo, por exemplo cinco anos, da extração, obtenção, transporte, estocagem e comercialização de pau-brasil nativo em nível nacional.

O Ministério do Meio Ambiente deve coordenar estudos prevendo moratória para a emissão de autorizações de desmatamento pelo menos no que se refere às regiões com taxas de desmatamento mais elevadas, elaborando os atos normativos ou proposições legislativas necessárias.

O modelo atual de destinação da madeira apreendida pela fiscalização deve ser revisto, tendo em vista assegurar que a madeira recebida pelo donatário seja empregada em finalidade social, nos termos do Projeto de Lei nº 274/03.

As normas que regulam as licitações devem exigir que a madeira adquirida pelos órgãos públicos tenha origem comprovadamente legal.

b. Políticas Públicas

Devem-se ampliar, ao máximo possível, as iniciativas de trabalho conjunto entre o IBAMA e os órgãos ambientais estaduais no controle e fiscalização da extração e comércio de madeira.

A substituição da Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF – por outros sistemas de controle do transporte de madeira, mais modernos e eficazes, deve ser iniciada de imediato. As reiteradas promessas do Poder Executivo nesse sentido necessitam transformar-se em ações concretas. As ATPFs mereciam estar sepultadas há anos.

É premente a punição com extremo rigor de todas as fraudes já detectadas ou atualmente em investigação relacionadas às ATPFs, notadamente as que envolvam a participação de servidores públicos. Mesmo com o controle por
meio eletrônico, a substituição das ATPFs por outros sistemas não conseguirá os resultados esperados, se os casos de corrupção e outros ilícitos funcionais dos servidores dos órgãos ambientais não forem combatidos de forma eficiente.

- O IBAMA necessita estudar alternativas – entre as quais, por exemplo, a contratação de empresas privadas de vigilância – para a fiscalização e guarda dos estoques de madeira apreendida, de modo a evitar os freqüentes desaparecimentos do produto florestal, em especial nos casos em que não se consegue nomear fiel depositário.

- O IBAMA necessita rever, em conjunto com os órgãos ambientais estaduais, a metodologia para liberação e fiscalização dos Planos de Manejo Florestal, assegurado o uso do sensoriamento remoto, e o levantamento fundiário, de modo a evitar a sobreposição com terras indígenas e unidades de conservação.

- Na concessão de créditos para o setor florestal, devem-se empreender esforços visando incentivar a legalidade e a melhoria do perfil tecnológico da indústria madeireira, e reduzir seu impacto sobre o meio ambiente e a biodiversidade.

- São primordiais ações de cunho estrutural que impeçam a extração ilegal de madeira em terras da União, especialmente no caso das terras indígenas e das unidades de conservação.

- Devem-se implementar, em todos os estados da Federação, metodologias de controle do desmatamento baseada no licenciamento ambiental das propriedades rurais e no uso de imagens de satélite. Nessa linha, a abrangência do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento deve ser ampliado.
• Impõe-se uma reorganização administrativa nas três gerências do IBAMA no Estado do Pará, tendo em vista assegurar maior eficiência nas suas ações de controle e fiscalização ambiental e impedir o uso político do instituto.

• Recomenda-se a implementação de um programa de conscientização junto às Prefeituras e aos Estados, tendo como foco assegurar que os órgãos públicos só comprem madeira de origem legal.

• Recomenda-se à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que aperfeiçoe, em conjunto com os órgãos competentes do SISNAMA, o sistema Exporta Fácil, uma vez que ele vem permitindo a exportação muitas vezes ilegal de produtos de pau-brasil e outras madeiras nobres. O controle mais rígido das exportações pelo correio, deve-se ressaltar, é importante não apenas para coibir a exportação irregular de madeira, mas também para evitar infrações relacionadas ao tráfico de animais e à biopirataria stricto sensu.

• O IBAMA necessita organizar, com urgência, um conjunto de operações para vistoria e fiscalização das empresas que atuam com comercialização, transporte e exportação de pau-brasil, ou de produtos fabricados com essa madeira, especialmente no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo. As inúmeras e graves irregularidades relacionadas à extração e comercialização irregular de pau-brasil, denunciadas desde a CIPITRAFI, devem ser combatidas com rigor. Além disso, o IBAMA deve criar um grupo de trabalho para definir a destinação mais indicada para os estoques irregulares de pau-brasil localizados nessas operações.

• O Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA devem incentivar e apoiar a realização de estudos voltados à substituição do pau-brasil nativo por madeira fruto de reflorestamento na fabricação de instrumentos musicais. Devem promover, também, um inventário nacional das árvores de pau-brasil plantadas.

• O IBAMA deve firmar um convênio com a CEPLAC, para a realização de um inventário florestal de pau-brasil desvitalizado oriundo da demolição de
construções, tocos e madeira caída na mata. A possibilidade de utilização da madeira desvitalizada parece estar acobertando atividades irregulares de extração de pau-brasil nativo.

- A CEPLAC deve tornar públicos os resultados do cadastramento das árvores nativas de pau-brasil em pé, realizado pela entidade, de forma a viabilizar-se a assinatura de termos de responsabilidade com os proprietários dos locais de ocorrência, visando à perpetuidade desses espécimes.

### c. Relaçôes Internacionais

- No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Brasil deve empreender esforços visando inserir o desmatamento evitado como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).


- O IBAMA deve agilizar os estudos com o objetivo de incluir o pau-brasil nas listas das espécies protegidas pela Convenção Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES.

### 4.1.2.5. OUTRAS RECOMENDAÇÕES

Além de todas as recomendações acima expostas, esta CPI recomenda que:

- o IBAMA averigüe a lógica administrativa da autarquia, a razão da não integração adequada entre seus sistemas informatizados e o andamento da
proposta de alteração no sistema de ATPF e no SISMAD;

- assegurado o direito a ampla defesa, o IBAMA agilize os processos administrativos disciplinares em face dos servidores citados no relatório final da comissão de sindicância do IBAMA instaurada para apurar irregularidades ocorridas na GEREX II do Estado do Pará, relacionadas ao material apreendido pela Operação Verde para Sempre (Processo 02001.004750/2004-16);

- o IBAMA estabeleça regras procedimentais claras para a atuação dos servidores nos casos em que os infratores se recusam a assinar os termos de apreensão e depósito;

- a Polícia Federal investigue o eventual desvio de R$131 mil da ACT Brasil por Amauri de Oliveira Nunes, bem como as ameaças de morte que este teria sofrido por parte de Vasco Van Roosmalen;

- considerando ser o aeroporto de Manaus a única via de exportação de peixes ornamentais do Estado do Amazonas, o IBAMA realize inspeções por amostragem em TODAS as cargas originárias das quatro principais empresas de exportação em atividade;

- a Polícia Federal investigue detalhadamente a doação de animais do Zoológico de Brasília ao Criadouro Serra Azul e as permutas de animais entre os zoológicos de Brasília e Goiânia;

- as atividades dos criadouros e zoológicos envolvidos em suspeitas de graves irregularidades, a exemplo do caso do Parque Zoológico de Goiânia, sejam suspensas ou canceladas;

- o IBAMA e outros órgãos competentes do Governo Federal empreendam esforços para solucionar o conflito fundiário que envolve o Sr. Otávio Nolasco de Farias, relativo à parte sul da Estação Ecológica do Raso da Catarina, local
de reprodução das araras-azuis-de-lear;

- assegurado o direito a ampla defesa, o IBAMA agilize os processos administrativos disciplinares em face dos servidores Marcílio de Abreu Monteiro, Elielson Soares de Farias, Aldo Figueira Batista, Najja Maria dos Santos Guimarães e Carlos Renato Leal Bicelli, conforme previsto no relatório final da Comissão de Sindicância do IBAMA (Processo nº 02018.000930/2005-12);

- o Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia do Estado do Pará apure irregularidades na conduta profissional da engenheira Sidiane Costa de Lima e nas atividades da própria empresa HB Lima;

  - sejam tomadas as devidas medidas administrativas visando reavaliar as circunstâncias em que foi elaborado o Termo de Cooperação entre o IBAMA e a AESCA relativo à FLONA Três Barras;

- o Ministério das Relações Exteriores acompanhe e dé encaminhamento à tramitação diplomática em curso acerca da exploração ilegal de mogno por peruanos em terra indígena localizada em território brasileiro;

- as Corregedorias de Justiça dos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso adotem medidas mais rigorosas na fiscalização dos serviços notariais, visando coibir a existência de títulos superpostos referentes aos imóveis rurais;

- seja cumprido o disposto no Acórdão nº 601 Plenário, do Tribunal de Contas da União, relativo a processos de doação de madeiras apreendidas pelo IBAMA;

- a FUNAI investigue a denúncia feita pelo Prof. Frederico dos Reis Arruda de que vários grupos isolados de índios, localizados no rio Javari vêm sendo
continuamente visitados por pesquisadores estrangeiros, que lá fazem todos os tipos de registros e gravações que lhes interessam, num caso típico de biopirataria;

- o IBAMA instaure processo administrativo disciplinar para apurar responsabilidades na emissão das “ATPFs internacionais” geradas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2005, pelo IBAMA/ES, para exportação de pau-brasil, sem a devida identificação dos processos de autorização de desmatamento, nºs 6896790, 6896777 e 6896902;

- o IBAMA investigue a extração irregular de pau-brasil nas fazendas Ipiranga, Viva Deus e Esterlina, sediadas no Município de Mascote (BA);

- a AGU verifique a juridicidade de contratos casados de doação e empréstimo de coleções nacionais de artefatos indígenas, como relatado no caso dos Museus do Índio (Brasil) e de História Natural de Lille (França).

Por fim, a CPI entende que há indícios de ilegalidades que apontam para a necessidade do Ministério Público investigar as atividades das seguintes pessoas físicas e jurídicas:

- Agnaldo Miranda de Jesus, de alcunha “Patuá, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

- Alfred Mark Raubitschek;

- Alvino Alves Teixeira ME, estabelecido em Mascote (BA);

- Amazon Conservation Team – ACT;

- Antônio José de Jesus Pimentel, de alcunha “Tonho Zé”, que atua com tráfico de animais em Jeremoabo (BA);
• Archets Brasil Instrumentos Musicais, estabelecida em Guaraná-Aracruz (ES);

• Arcos Brasil Ltda.;

• Arcos Marco Raposo Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.;

• Asher Benzaken;

• Brasil Imperial Comércio de Madeiras Ltda., estabelecida em Eunápolis (BA);

• Bruno Kempner;

• Carlos Henrique Alves;

• Carlos Roberto Borlini;

• Carsten Hermann Richard Roloff (belga);

• “Cepeira”, que atuaria com tráfico de animais em Cipó (BA);

• Charles Muun;

• Claudiano Lozer;

• Comercial Açai Ltda., estabelecida em Guaraná – Aracruz (ES);

• Comercial Rofri Ltda, estabelecida em Guaraná-Aracruz (ES);

• Deusari Santos Silva, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);
• Diogo dos Santos Silva, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

• Edmilson Melo Galvão;

• Eduardo Ferreira dos Reis, que atuaria com tráfico de animais em Cipó (BA);

• Edson Silva de Oliveira, que trabalha com Nei Oliveira, Alfred Mark Raubitschek e Alvino Alves Teixeira;

• Evangivaldo Soares dos Santos, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

• Eurico Bezerra dos Santos;

• Fernando Silveira;

• Francisco de Assis dos Santos Souza (“Chiquinho do PT”)

• Francisco Loureiro Filho;

• “Galego”, que atuaria com tráfico de animais em Juazeiro (BA);

• Gracilene Lima;

• Hans Reichsteiner (suiço);

• Hevê Simões (francês);

• Inácio Neres de Souza, de alcunha “Paraíba”, que atuaria com tráfico de animais em Petrolina (PE);
- Jairo Fernandes de Sousa;

- João Batista de Santana, que atua com tráfico de ovos;

- Jorge Rodrigues Ramos;

- José Augusto de Oliveira Motta

- José Carlos Silva Ribeiro, de alcunha “Carlinhos do Maroto” que atua com tráfico de animais em Jeremoabo (BA);

- José Dantas de Santana, de alcunha “Zé de Tota”, atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

- José de Santana Silva, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

- José Raimundo Silva Araújo, de alcunha “Raimundinho”, que atuaria com tráfico de animais na região de Jeremoabo (BA);

- Joselito dos Santos, de alcunha “Zelito”;

- Juarez “de tal”, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

- Leivino Ribeiro dos Santos;

- LFP Rochemback (Madenobre), estabelecida em Guaraná-Aracruz (ES);

- Lourival Machado, que atuaria com tráfico de animais em São Gonçalo do Gurguéia (PI);

- Luís Carlos Ferreira Lima, de alcunha “Carlinhos das Araras”;


• Luiz Eduardo Souza Silva, que atuaria com tráfico de animais na região de Jeremoabo (BA);

• Luiz Eliaz Bouhid de Camargo;

• Luiz Gonzaga Batista, proprietário da empresa Brasil Imperial;

• Katherine Milton, antropóloga da Universidade da Califórnia;

• Madeireira Rio de Janeiro, estabelecida em São Pedro da Aldeia (RJ);

• Marc Baumgartem (alemão);

• Mário Rubens de Souza Rodrigues;

• Manoel Ferreira dos Reis, de alcunha “Néo”, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

• Milan Hrabovsky (tcheco, naturalizado americano);

• Nei Carlos Guimarães de Oliveira;

• Nelson Simplício Figueiredo, de alcunha “Nelsão”, que atua com tráfico de animais em Vitória da Conquista (BA);

• Noel Gonçalves Lemes;

• Ornil Lima de Andrade;

• Pedro Cerqueira Lima;
- Pierre Guillaume Archetier;

- Paulo Soares Buzatto ME, estabelecida em Aracruz (ES);

- Raul Gonzalez Acosta;

- Robson de Jesus, de alcunha “Bó”, que atuaria com tráfico de animais em Cipó (BA);

- Ronaldo Furtado;

- Rosita Herédia;

- Serraria Luferpero Ltda., estabelecida em Aracruz (ES);

- Sidiane Costa de Lima;

- Silvio César Costa de Lima;

- Souza Bows Comércio Ltda.;

- Tarcísio Fringini;

- “Tita”, irmão de Carlinhos das Araras;

- Valdeci Soares Siqueira Ribeiro;

- Valmir Climaco de Aguiar;

- Vasco Van Roosmalen;
• Verter Miguel Schmitel;

• Victor Follmann;

• Vivace Indústria e Comércio Ltda, estabelecida em João Neiva (ES);

• Weslei Santos Oliveira, que atua com tráfico de animais em Cipó (BA);

• William Pires de Oliveira;

• “Zé Maria Preto”, que atuaria com tráfico de animais em Juazeiro (BA);

• “Zito Cancão”, que atuaria com tráfico de animais na região de Jeremoabo (BA).

4.2. PENDÊNCIAS

Esta CPI, ao longo de todos os seus trabalhos, enviou uma série de requerimentos de informação e ofícios a diferentes órgãos e entidades governamentais.

Ocorreram alguns problemas com o encaminhamento de respostas a alguns desses requerimentos e ofícios. A seguir, apresentamos lista preparada pela secretaria da CPI (Anexo 63) contendo as solicitações encaminhadas ao IBAMA:

• Ofício nº 156/05-P, de 18 de agosto de 2005, que requer ao IBAMA informações providências com relação à Operação Picapau I (Requerimento nº 126/2005);

• Ofício nº 171/05-P, de 01 de setembro de 2005, que requer ao IBAMA providências em relação a vistorias previstas no Estado do Pará (Requerimento nº 137/2005);
4.3. PROJETOS DE LEI

As investigações conduzidas por esta CPI deixaram bastante evidente a dificuldade de se combater os crimes ambientais, em razão da excessiva brandura da legislação ambiental. Hoje, por exemplo, quando se consegue prender o traficante ou o comerciante de madeira ilegal, ele simplesmente paga uma fiança e depois sai livre. Tendo em vista o alto lucro proporcionado pelos crimes ambientais, a atual legislação representa um estímulo à prática de infrações.
É, portanto, imperioso modificar a legislação ambiental de modo a conferir à polícia, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário meios para punir os infratores ambientais.

Esta CPI entende necessário apresentar 2 proposições legislativas (Anexo 1).

O primeiro projeto de lei altera a Lei no 9605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando a pena cominada a alguns crimes ambientais e modificando, em outros, a pena de detenção para reclusão. Tais medidas, embora simples, possibilitarão a realização de interceptações telefônicas pela polícia, a imposição de regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena e dificultarão a concessão de liberdade provisória.

O outro projeto altera o artigo 325 do Decreto-lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - e cria o artigo 325-A, com o intuito de fixar o mínimo e máximo da fiança em valores condizentes com a importância que deve gozar tão nobre instituto jurídico. A importância da proposição advém da necessidade de se contribuir para a eficácia da lei ambiental visto que, em diversos crimes ambientais, o valor pago pelo autor da infração é ínfimo, contribuindo para ineficácia da lei ambiental, para o desprestígio do trabalho policial e para o descrédito do próprio processo penal.

Além da aprovação das alterações previstas pelas duas proposições legislativas aqui apresentadas, deve-se destacar a necessidade de agilizar o andamento das proposições legislativas já em trâmite que visam aperfeiçoar a legislação em vigor relacionada aos temas da CPIBIOP, como por exemplo:

- PL no 7.211/2002, do Poder Executivo, que “acrescenta artigos à Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”;

- PL no 347/2003, da CPITRAFI, que “altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998”;
• PL nº 1.090/2003, de autoria da Dep. Kátia Abreu, que “altera o artigo 29 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências” (apenso ao PL nº 347/2003);

• PL nº 3.240/2004, de autoria da Dep. Denise Frossard, que “dá nova redação aos artigos 29 e 30, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando as penas cominadas aos crimes contra a fauna e acrescentando a figura delituosa do tráfico internacional de animais silvestres” (apenso ao PL nº 347/2003);

• PL nº 4.184/2004, de autoria do Dep. Alberto Fraga, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para incluir o crime de tráfico de organismo vivo, e dá outras providências” (apenso ao PL 347/2003);

• PL nº 4.225/2004, de autoria do Dep. Carlos Rodrigues, que “inclui parágrafo ao art. 29 e art. 32 da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998”;

• PLP nº 12/2003, de autoria do Dep. Sarney Filho, que “fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no que se refere às competências comuns previstas nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição Federal”; e

• PEC nº 618/1988, de autoria do Poder Executivo, que “acresce inciso ao artigo 20 da Constituição”.

4.4. ENCAMINHAMENTOS

Diante das recomendações apresentadas por esta Comissão, a CPIBIPI decide:

1. Encaminhar ao Ministério Público Federal:

   • cópia deste relatório, incluindo todos os anexos;

   • cópia das notas taquigráficas das audiências públicas realizadas;

   • cópia de todos os documentos arquivados na secretaria da Comissão referentes às pessoas físicas ou jurídicas mencionadas no item 4.1.2.5;

   • listagem dos endereços das pessoas físicas ou jurídicas acima citadas que estiverem disponíveis na secretaria da Comissão.

2. Encaminhar cópia do seu relatório incluindo todos os anexos:

   • ao Ministério Público Federal;

   • ao Ministério Público do Estado do Pará, Bahia, Rondônia, Mato Grosso, Santa Catarina, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo e Acre;

   • ao Ministério do Meio Ambiente;

   • ao IBAMA;

   • à Advocacia Geral da União;
• ao Ministério do Desenvolvimento Agrário;

• ao INCRA;

• ao Departamento de Polícia Federal;

• ao Ministério da Ciência e Tecnologia;

• ao Ministério das Relações Exteriores;

• à FUNAI;

• ao Tribunal de Contas da União;

• à Secretaria da Receita Federal;

• ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará;

• ao Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia do Estado do Pará; e

• às Corregedorias de Justiça dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

Além disso, deve ser enviada aos órgãos e autoridades acima a listagem dos endereços das pessoas físicas ou jurídicas citadas no item 4.1.2.5, que estiverem disponíveis na secretaria da Comissão e não constarem deste relatório.

A CPIBIÓPI decide, também:
• encaminhar ofício à Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal solicitando empenho na condução das providências a cargo do Legislativo explicitadas como recomendações neste relatório;

• encaminhar à Diretoria Geral da Câmara dos Deputados solicitação para que se faça constar do registro funcional dos servidores desta Casa a serviço da CPI, tanto em atividades de secretaria quanto de consultoria legislativa e apoio às investigações, voto de louvor pelos serviços prestados;

• encaminhar à Mesa solicitação para que seja enviado ofício ao IBAMA e ao Departamento de Polícia Federal, manifestando voto de louvor pelos serviços prestados a esta CPI pelos servidores que desempenharam atividades em apoio à Comissão, segundo lista a ser organizada pela secretaria.

A Comissão decide, ainda, requerer providências em relação às pessoas que, intimadas a depor pela Comissão, não compareceram e não apresentaram justificativa para isso. A recusa da testemunha em depor caracteriza os crimes de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal. Desse modo, representamos junto ao Ministério Público, visando à propositura de ação penal no sentido de responsabilizar as testemunhas faltosas, cujos nomes relacionamos abaixo:

• Robson de Jesus;

• Weslei Santos Oliveira;

• José de Santana Silva;

• Deusari Santos Silva;

• Evangivaldo Soares dos Santos;
• José Dantas de Santana;

• Diogo dos Santos Silva;

• Juarez de tal, residente na rua Petrônio Dantas Fontes, centro, Cipó (BA);

• “Cepeira”, residente na rua Bela Vista, s/n, Cipó (BA).

Requer também sejam tomadas providências em relação as pessoas que, ao depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, fizeram afirmação falsa, negaram ou calaram a verdade (Anexo 63), o que caracteriza o crime de falso testemunho, tipificado no art. 4º inciso II da Lei nº 1.579/52. Segue a relação de nomes:

• Gracilene Lima; e

• Leivino Ribeiro dos Santos.

6. 5. RELAÇÃO DOS ANEXOS

Foram anexados os documentos considerados essenciais para sustentar as afirmações feitas no texto e a lista dos documentos reunidos pela CPIBIOPI. Vários dos documentos analisados pela Comissão, embora não constem como anexo, também contribuíram para a construção deste relatório. Os anexos são os seguintes:

- Anexo 01: projetos de lei propostos pela CPIBIOPI;
- Anexo 02: requerimento de criação da CPIBIOPI;
- Anexo 03: ato de criação da CPIBIOPI e sua composição;
- Anexo 04: Processo nº 2004.32.00.007926-1, referente a peixes ornamentais;
- Anexo 05: retificação de depoimento do Sr. José Augusto de Oliveira Motta;
- Anexo 06: Inquérito Policial nº 067/2005, referente ao Zoológico de Goiânia;
- Anexo 07: relatório da gerência do IBAMA/ GO, relativo ao Zoológico de Goiânia;
- Anexo 08: livro de óbitos, termos de saída de animais e reportagens referentes ao Zoológico de Goiânia;
- Anexo 09: relatório da Operação Zôo Legal nos zoológicos do Estado de Goiás;
- Anexo 10: documentos enviados pelo Sr. Noel Gonçalves Lemes (criadouro Serra Azul);
- Anexo 11: degravação do depoimento de Pedro Cerqueira Lima;
- Anexo 12: degravação do depoimento de Joselito dos Santos;
- Anexo 13: Indicação nº 219/03, relativa ao aprimoramento das atividades de fiscalização ambiental;
- Anexo 14: documentos enviados pela pesquisadora Sylvia Lucas;
- Anexo 15: dados científicos da Rã-da-Castanha (*Dendrobates castaneoticus*);
- Anexo 16: anúncios da Internet relativos à Rã-da-Castanha (*Dendrobates castaneoticus*) II;
- Anexo 17: respostas escritas do Prof. Guarino Colli;
- Anexo 18: artigo científico “Amazonian Jungle in the National Aquarium”, referente à Rã-da-Castanha (*Dendrobates castaneoticus*);
- Anexo 19: e-mail enviado pela BioCon Planejamento e Auditoria Ambientais Ltda., relativo à Rã-da-Castanha;
- Anexo 20: relação de patentes referentes a compostos naturais advindos do gênero *Dendrobates*.
- Anexo 21: artigos científicos referentes a pesquisas biomédicas de compostos naturais advindos da Rã-da-Castanha (*Dendrobates castaneoticus*);

- Anexo 22: Nota Técnica nº 218-I/2004, do Dr. Marco Paulo Fróes Schettino, do MPF, referente à ACT;

- Anexo 23: Nota Informativa nº 19/2005/CTEC/DPG, do MMA, referente à ACT;

- Anexo 24: contrato particular de intermediação para transação imobiliária nº 1706/04-1, relativo ao Parque Chandless;

- Anexo 25: estudos científicos relativos ao caso Sangue Indígena;

- Anexo 26: documentação enviada pelos Ministérios da Defesa e do Meio Ambiente, relativa à Operação Ashaninka;


- Anexo 28: Termo de Cooperação Técnica IBAMA/AESCA, referente ao caso da FLONA Três Barras;

- Anexo 29: fotografias relativas à FLONA Três Barras;

- Anexo 30: relatório de vistoria do IBAMA à FLONA Três Barras;

- Anexo 31: despacho da Procuradoria Federal/IBAMA acerca da FLONA Três Barras;

- Anexo 32: denúncia enviada por Amarildo Formentini acerca do Parque Nacional da Amazônia e da alteração de multas;

- Anexo 33: documentos encaminhados pelo Sr. José Sales de Souza, referentes ao Parque Nacional da Amazônia;

- Anexo 34: dados cadastrais da empresa Brasil Imperial, relativos ao caso Pau-Brasil;

- Anexo 35: documentos referentes a Paulo Buzzato – ME, relativos ao caso Pau-Brasil;

- Anexo 36: documentos referentes a Arcos Brasil Ltda., relativos ao caso Pau-Brasil;
- Anexo 37: documentos referentes a Alvino Alves Teixeira, relativos ao caso Pau-Brasil;
- Anexo 38: documentos referentes a Serraria Luferpero, Vivace Ind. Com. Ltda. e Comercial Rofri EPP, relativos ao caso Pau-Brasil;
- Anexo 40: documentos referentes à adulteração de multas no sistema informatizado do IBAMA;
- Anexo 41: reportagem da revista Veja acerca do Plano Safra Legal 2004;
- Anexo 42: Nota Técnica da Polícia Civil do Estado do Pará acerca do Plano Safra Legal 2004;
- Anexo 44: Requerimentos nº 102/05 e 137/05 desta CPIBIOP, relativos ao Plano Safra Legal 2004;
- Anexo 45: Ofício nº 134/05-P desta CPIBIOP ao PGR acerca de falso testemunho do Sr. Leivino Ribeiro;
- Anexo 46: denúncia do Sindifloresta acerca do Plano Safra Legal 2004;
- Anexo 47: documentos desta CPIBIOP acerca da quebra de sigilo da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa;
- Anexo 48: relatório da Comissão de Sindicância do IBAMA acerca do Plano Safra Legal 2004;
- Anexo 49: defesa do Sr. Marcílio de Abreu Monteiro, relativa às recomendações do relatório da Comissão de Sindicância;
- Anexo 50: parecer da Procuradoria Federal/IBAMA quanto ao relatório da Comissão de Sindicância;
- Anexo 51: parecer do Procurador Geral, Sr. Sebastião Azevedo, quanto ao relatório final da Comissão de Sindicância;
- Anexo 52: despacho da Presidência do IBAMA acerca do relatório da Comissão de Sindicância;
- Anexo 53: Informação nº 471/2005-SEPAEL/DPER/INC, relativa à perícia realizada pela Polícia Federal em gravação recebida pela CPI;
- Anexo 54: autos de infração e termos de apreensão e depósito de madeireiras autuadas por ocasião da Operação Picapau I;
- Anexo 55: relatório da Comissão de Sindicância de Cunho Investigatório do IBAMA acerca da Operação Verde Para Sempre;
- Anexo 56: documentos referentes ao andamento do Processo Administrativo Disciplinar do IBAMA acerca da Operação Verde Para Sempre;
- Anexo 57: considerações finais do Relatório de Fiscalização do IBAMA/Polícia Federal da Operação Verde Para Sempre;
- Anexo 58: relatório do IBAMA do Projeto Cetas-Brasil;
- Anexo 59: exemplos de ATPFs sem data de emissão e de validade;
- Anexo 60: demonstrativo de denúncias recebidas pela Linha Verde do IBAMA em 2004;
- Anexo 61: demonstrativo do montante de autos de infração e pagamentos recebidos pelo IBAMA em 2001/2005;
- Anexo 63: requerimentos da CPIBIOPH não atendidos;
- Anexo 64: notas taquigráficas dos depoimentos do Sr. Leivino Ribeiro e da Sra. Gracilene Lima à CPIBIOPH.
Sala da Comissão, em ___ de ___ de 2006.

Deputado Sarney Filho
Relator
PROJETO DE LEI Nº  , DE 2006
(Da CPIBIOP)
“Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:
Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. (NR)”

Art. 4º O art. 39 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:
Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.(NR)”

Art. 5º O art. 44 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais:
Pena - reclusão, de um a dois anos, e multa.(NR)”

Art. 6º O art. 46 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:
Pena - reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente. (NR)”

Art. 7º O art. 50 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 50. Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação:
Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (NR)"

Art. 8º O art. 55 da Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:
Pena - reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente. (NR)"

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO


Hoje, por exemplo, quando se consegue prender o traficante ou o comerciante de madeira ilegal, ele simplesmente paga uma fiança e depois sai livre. Tendo em vista o alto lucro proporcionado pelos crimes ambientais, a atual legislação representa um estímulo à prática de infrações. Nos dias atuais, a atividade voltada para a prática de crimes ambientais é organizada, estratificada e departamentalizada, adquirindo características empresariais e semelhantes às atividades de máfia. É imperioso, portanto, modificar a legislação ambiental, de modo a conferir à polícia, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário meios para punir os infratores ambientais.

Isto posto, o presente Projeto de Lei propõe aumentar a pena cominada a alguns crimes ambientais e modificar, em outros, a pena de
detenção para reclusão. Tais medidas, embora simples, possibilitarão a realização de interceptações telefônicas pela polícia, a imposição de regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena e dificultarão a concessão de liberdade provisória.

Por todo o exposto, clamamos os nossos Pares a aprovar o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado Sarney Filho
Relator
PROJETO DE LEI Nº , DE 2006
(Da CPIBIOP)
I - a liberdade provisória somente poderá ser concedida mediante fiança, por decisão do juiz competente e após a lavratura do auto de prisão em flagrante;

II - o valor de fiança será fixado pelo juiz que a conceder, nos limites de R$ 20.000,00 a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

III - se assim o recomendar a situação econômica do réu, o limite mínimo ou máximo do valor da fiança poderá ser reduzido em até nove décimos ou aumentado até o décuplo. (NR)

Art. 2° O Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:


Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De todas conseqüências possíveis da prisão provisória, a mais comum, adotada em praticamente todas as legislações do mundo, em maior ou menos intensidade, é a liberdade provisória mediante fiança. Prestada a caução, o indicado ou réu obtém a sua liberdade provisória, até o trânsito em julgado da sentença. A essa modalidade de liberdade provisória, pela sua característica, denomina-se liberdade provisória mediante fiança.

No Brasil, entretanto, o instituto da fiança está altamente desprestigiado. Isso se deve, em grande parte, ao emprego, pelo Código de Processo Penal, de técnica legislativa viciada pelo uso de indexadores financeiros que não mais existem. Em 1989, o salário mínimo de referência foi extinto pelo art. 5° da Lei n° 7.789/89. O art. 2° da Lei 7.843/89, por sua vez, dispôs que os valores expressos em salário mínimo de referência passavam a ser calculados “em função do Bônus do Tesouro Nacional, à razão de 40 BTN para cada SMR”.

Observada a proporção, os valores da fiança passaram a ser os seguintes: 40 a 200 BTN quando a pena máxima é até dois anos; 200 a
800 BTN, quando a máxima até 4 anos e 800 a 4.000 BTN quando a pena máxima é superior a 4 anos.

Com a extinção da BTN em 1991, o valor foi convertido em cruzeiro e posteriormente em real. Hoje, cada BTN valeria, menos de R$ 2,00, deixando os valores mínimo e máximo da fiança muito aquém do aceitável.

Em diversos crimes ambientais, por exemplo, o valor pago pelo autor da infração é ínfimo, contribuindo para ineficácia da lei ambiental, para o desprestígio do trabalho policial e para o descrédito do próprio processo penal. No mais, ao fixar os valores da fiança com base em índices que não mais existem, a lei presta serviços contrários a princípios constitucionais como o da publicidade e da segurança jurídica, preceitos caros ao processo penal.

Tendo isso em vista, o presente projeto de lei propõe a alteração do art. 325 do Código Penal e a criação do art. 325-A, de modo a fixar o mínimo e máximo da fiança em valores condizentes com a importância que deve gozar tão nobre instituto jurídico.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado Sarney Filho
Relator